

Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures da 5ª Emissão da



FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Companhia Aberta - C.N.P.J./M.F. nº 24.962.466/0001-36
Avenida Historiador Rubens Mendonça, nº 2.000 - sala 308
Bosque da Saúde - CEP 78045-090 - Cuiabá - MT

ISIN 1ª série nº BRFRNDBS007

ISIN 2ª série nº BRFRNDBS015

Fitch Atlantic Ratings: CCC (bra)

18.000 Debêntures Simples, totalizando:

R\$ 180.000.000,00

A Feronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil (a "Feronorte", a "Companhia" ou a "Emissora") está realizando a distribuição pública (a "Oferta" ou a "Emissão") da sua 5ª emissão de debêntures, todas nominativas, quirografárias, em duas séries, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures".

A presente Emissão foi aprovada conforme deliberação da (i) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de setembro de 2003, cuja ata foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e no jornal "A Gazeta" nos dias 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, (ii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de novembro de 2003, cuja ata foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e no jornal "A Gazeta" nos dias 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, (iii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 19 de dezembro de 2003, cuja ata foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e no jornal "A Gazeta" nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente e (iv) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2004, cuja ata foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e no jornal "A Gazeta" nos dias 08 e 09 de março de 2004, respectivamente.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. A Oferta foi aprovada e registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob os nºs 1ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/007, em 17 de março de 2004 e 2ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/008, em 17 de março de 2004.

O Coordenador Líder e os demais Coordenadores desta Emissão desenvolveram esforços no sentido de verificar a suficiência e a qualidade das informações constantes deste Prospecto, com base no que julgam necessário para uma adequada tomada de decisão por parte de investidores. Este prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, não implicando por parte do Coordenador Líder e dos demais Coordenadores em garantia de precisão e veracidade das informações prestadas, ou em qualquer julgamento da situação e do desempenho da Emissora em suas atividades e/ou das Debêntures objeto da distribuição.

Ver Seção "Fatores de Risco" para avaliação dos riscos que devem ser considerados para o investimento nas Debêntures.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, na garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas."



"A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 497.585, atendendo aos padrões mínimos de informação contidos no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade do emissor/ofertante, das instituições participantes e dos títulos e valores mobiliários objeto da oferta."



O Coordenador Líder desta Emissão é o Banco Brascan S.A.

A data deste Prospecto é 09 de março de 2004

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO
Definições.....	05
Termos e Condições da Oferta (Anexo I à Instrução CVM n.º 13/80).....	09
Sumário	32
Sumário da Oferta	34
Informações Cadastrais da Emissora.....	36
Fatores de Risco	38
Destinação dos Recursos	49
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA
Capitalização da Emissora.....	53
Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora	60
Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora	61
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora	73
Informações sobre o Setor de Transporte Ferroviário Brasileiro.....	77
Atividades da Emissora	85
Contratos Relevantes da Emissora	103
Pendências Judiciais da Emissora.....	110
Operações da Emissora com Partes Relacionadas	112
Administração da Emissora.....	114
Descrição do Capital Social e dos Dividendos da Emissora.....	124
Principais Acionistas da Emissora.....	126
Relacionamento da Emissora com os Coordenadores	130
3.	INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIDORA
Capitalização da Garantidora	133
Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora	134
Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora	136
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora	149
Atividades da Garantidora	151
Contratos Relevantes da Garantidora	156
Pendências Judiciais da Garantidora	158
Operações da Garantidora com Partes Relacionadas	160
Administração da Garantidora.....	161
Descrição do Capital Social e dos Dividendos da Garantidora	165
Principais Acionistas da Garantidora	167
Relacionamento da Garantidora com os Coordenadores	170
4.	ANEXOS
Estatuto Social Consolidado - Emissora.....	173
Estatuto Social Consolidado - Garantidora.....	185
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2003	197
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2003	203
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2003	211
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2004	219
Instrumento Particular de Escritura	223
Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura	267
Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura	309
Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos.....	353
Súmula da Análise da Agência de Rating.....	371
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31/12/2002) - Emissora	377
Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Emissora	399
Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Emissora.....	419
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31/12/2002) - Garantidora	523
Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Garantidora	549
Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Garantidora	567

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1.

INTRODUÇÃO

Definições

Termos e Condições da Oferta (Anexo I à Instrução CVM n.º 13/80)

Sumário

Sumário da Oferta

Informações Cadastrais da Emissora

Fatores de Risco

Destinação dos Recursos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos apresentados abaixo devem ter o significado a eles atribuído, salvo referência diversa no Prospecto.

5ª Emissão	A presente Quinta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil
ADM	ADM Exportadora e Importadora S.A.
AGD	Assembléia Geral de Debenturistas
Agente Fiduciário	Planner Corretora de Valores S.A.
ALL	América Latina Logística
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Armazém XXXIX ou Terminal XXXIX	Terminal XXXIX de Santos S.A., sociedade controlada pela Emissora
BACEN	Banco Central do Brasil
Banco BMC	Banco BMC S.A.
Banco Bradesco	Banco Bradesco S.A.
BB-BI	BB Banco de Investimentos S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação, Liquidação, Custódia para Títulos de Dívida Corporativa, administrado pela BOVESPA e pela CBLC
Brasil Ferrovias, Controladora ou Garantidora	Brasil Ferrovias S.A., atual denominação da Ferronorte Participações S.A. – Ferropasa
BRP	Brazil Rail Partners LLC
BRPF	BRP Ferronorte, LLC., controlada pelo J.P. Morgan Partners – BHCA
Cargill	Cargill Agrícola S.A.

CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFN.....	Companhia Ferroviária do Nordeste
Coimbra	Comércio e Indústrias Brasileiras Coimbra S.A.
Constran	Constran S.A. Construções e Comércio
Contrato de Caução de Receita	Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, celebrado entre a Companhia, o BNDES, o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., o Banco Bradesco, o Banco BMC e o BNDESPar em 14 de agosto de 2001, ver Seção “Contratos Relevantes da Emissora” para maiores detalhes sobre este contrato.
Contrato de Concessão.....	Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário celebrado pela Feronorte em 19 de maio de 1989
Coordenadores	Banco Brascan S.A., Banco Bradesco S.A. e BB Banco de Investimentos S.A.
Coordenador Líder ou Banco Brascan ...	Banco Brascan S.A.
CSN.....	Companhia Siderúrgica Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Data de Emissão.....	A data da emissão da 5ª Emissão de Debêntures da Feronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, qual seja, dia 03 de dezembro de 2003
Debêntures	As debêntures da 5ª emissão da Feronorte
Debenturistas.....	Os titulares de debêntures da 5ª emissão da Feronorte
Emissora, Feronorte ou Companhia.....	Feronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil
Escritura.....	Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da Feronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 08 de janeiro de 2004, bem como o Instrumento Particular de Primeiro Aditamento celebrado em 30 de janeiro de 2004 e Instrumento Particular de Segundo Aditamento celebrado em 20 de fevereiro de 2004.

EFC	Estrada de Ferro Carajás
EFVM	Estrada de Ferro Vitória – Minas
Fase I.....	Primeira etapa do projeto que consta do Contrato de Concessão e aditamentos, abrangendo (i) a implantação de trecho de via entre os municípios de Aparecida do Taboado localizado no Estado do Mato Grosso do Sul e Alto Taquari, município do estado do Mato Grosso e (ii) a implantação de terminais de carga e descarga.
Fase II	Segunda etapa do projeto que consta do Contrato de Concessão, abrangendo (i) a construção do trecho de 296 km compreendido entre os municípios de Alto Taquari e Rondonópolis, ambos localizados no Estado do Mato Grosso; e (ii) a implantação de dois terminais de carga e descarga, nos municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis.
FCA.....	Ferrovia Centro Atlântica S.A.
Ferrobán	Ferrovias Bandeirantes S.A., sociedade coligada da Garantidora
Ferroeste.....	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.
Ferropasa.....	Ferropasa – Ferronorte Participações S.A.. Empresa que foi sucedida pela Brasil Ferrovias S.A.
FINAME	Programa de Financiamento Estruturado do BNDES
Fitch Atlantic Ratings	Fitch Ratings Brasil Ltda., agência responsável pela classificação de risco da Emissão
FTC	Ferrovia Tereza Cristina S.A.
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
GETS	General Electric Transportation Systems
IGP-M.....	Índice Geral de Preços do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Instrução CVM n.º 13/80	Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980
Ipiranga	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga
JP Morgan.....	J.P Morgan Partners (BHCA), LP
LAIF.....	AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund
Lei das Sociedades por Ações.....	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores

Libor.....	London Inter-Bank Offered Rate
MRS	MRS Logística S.A.
Novoeste	Ferrovia Novoeste S.A., sociedade controlada pela Garantidora
Petrobras	Petrobras Distribuidora S.A.
Portofer	Portofer Transporte Ferroviário Ltda., sociedade coligada da Emissora
PREVI.....	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SDT.....	Sistema de Distribuição de Títulos
SND	Sistema Nacional de Debêntures
SOMA.....	Sociedade Operadora do Mercado de Ativos
SUDAM.....	ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia (antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia)
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional.
Tenorte	Tenorte S.A., sociedade controlada pela Emissora
TJLP.....	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil
TKU	Tonelada Quilômetro Útil (TU x Quilometragem transportada)
TU	Tonelada Útil (unidade de peso)
Unibanco.....	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA
ANEXO I À INSTRUÇÃO CVM N.º 13/80



Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil

Companhia Aberta

C.N.P.J./M.F. N.º 24.962.466/0001-36

Avenida Historiador Rubens Mendonça, n.º 2.000 – sala 308

Bosque da Saúde - CEP 78045-090 Cuiabá – MT

ISIN 1ª série n.º BRFRRNDBS007

ISIN 2ª série n.º BRFRRNDBS015

Fitch Atlantic Ratings: CCC (bra)

Coordenadores:



Banco Brascan
associado ao Mellon Financial Corporation



BB INVESTIMENTOS



Bradesco

Banco Brascan S.A.

BB Banco de Investimento S.A.

Banco Bradesco S.A.

O Banco Brascan S.A. é Coordenador Líder da Oferta.

Banco Brascan S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 33.923.111/0001-29

Avenida Almirante Barroso, n.º 52 – 30º andar

Rio de Janeiro – RJ

R\$ 180.000.000,00


Distribuição pública de 18.000 (dezoito mil) debêntures da 5ª emissão da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil (a “Emissão” e a “Emissora”, respectivamente), da forma nominativa, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as “Debêntures da 1ª Série”) e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as “Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as “Debêntures”), todas quirografárias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”), perfazendo o total de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na data de emissão, qual seja 03 de dezembro de 2003 (a “Data de Emissão”), sendo R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na 1ª série e R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) na 2ª série.

A presente Emissão foi aprovada conforme deliberação da (i) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de setembro de 2003, cuja ata foi publicada no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e no jornal “A Gazeta” nos dias 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, (ii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de novembro de 2003, cuja ata foi publicada no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e no jornal “A Gazeta” nos dias 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, (iii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 19 de dezembro de 2003, cuja ata foi publicada no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e no jornal “A Gazeta” nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente e (iv) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2004, cuja ata foi publicada no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e no jornal “A Gazeta” nos dias 08 e 09 de março de 2004, respectivamente.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob os nºs 1ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/007, em 17 de março de 2004 e 2ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/008, em 17 de março de 2004.


**FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE
BRASIL**
Elias David Negrí
Diretor-Presidente
João Gouveia Ferrão Neto
Diretor de Operações


BANCO BRASCAN S.A.
Coordenador Líder

Nome: Ricardo Garcia Mattei
Cargo: Superintendente
Nome: Luiz Ildefonso Simões Lopes
Cargo: Diretor Vice-Presidente

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA
(ANEXO I À INSTRUÇÃO CVM N.º 13/80)

1. Razão Social e Endereço da Emissora:

Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil
C.N.P.J./M.F. n.º 24.962.466/0001-36
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000 – sala 308
Bosque da Saúde - CEP 78045-090 - Cuiabá - Mato Grosso

2. Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a Emissão:

A Emissão foi aprovada conforme deliberação da (i) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de setembro de 2003, (ii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de novembro de 2003, (iii) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 19 de dezembro de 2003 e (iv) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2004.

3. Registro de Distribuição na Comissão de Valores Mobiliários:

A emissão foi registrada na CVM sob os nºs 1ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/007, em 17 de março de 2004 e 2ª Série: CVM/SRE/DEB/2004/008, em 17 de março de 2004.

4. Composição do Capital Social em 30 de setembro de 2003:

Espécie e classe das ações	Subscrito e integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	378.035.921	574.530.843,76
Preferenciais Classe A	11.597.219	34.211.796,05
Preferenciais Classe B	5.129.741	15.346.246,82
Total	394.762.881	624.088.886,63

5. Características Básicas da Emissão:

Séries	Quantidade	Preço de Emissão (R\$)	Montante (R\$)
1ª Série	6.000	10.000,00	60.000.000,00
2ª Série	12.000	10.000,00	120.000.000,00
Custo de Distribuição			165.740,00
Custo de Comissionamento:			4.500.000,00
Montante líquido para a Emissora:			175.334.260,00

6. Demonstrativo do Custo de Distribuição:

6.1. Pela execução dos serviços descritos no Contrato de Distribuição Pública de Debêntures da Quinta Emissão da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil em Regime de Melhores Esforços de Colocação, celebrado entre a Emissora e o Banco Brascan S.A. em 26 de fevereiro de 2004 (o “Contrato de Distribuição” e o “Coordenador Líder” ou “Banco Brascan”, respectivamente), o Coordenador Líder receberá uma comissão total de 2,50% (dois e meio por cento) incidente sobre R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), dividida conforme abaixo:

- (i) Comissão de Estruturação: 0,6% sobre R\$ 180.000.000,00;
- (ii) Comissão de Coordenação: 0,6% sobre R\$ 180.000.000,00; e
- (iii) Comissão de Colocação: 1,3% sobre R\$ 180.000.000,00.

As comissões serão devidas ao Coordenador Líder por ocasião da 1ª liquidação financeira das Debêntures. Todas as comissões acima definidas serão devidas e pagas independentemente da colocação integral das Debêntures. A Emissora efetuará o pagamento ao Coordenador Líder mediante: (i) a dedução pelo Coordenador Líder dos valores obtidos na integralização das Debêntures, antes do repasse para a Emissora, (ii) débito em conta corrente, mediante autorização prévia, por escrito, da Emissora, ou (iii) por meio de Documento de Crédito – DOC ou Transferência Eletrônica Disponível – TED, a exclusivo critério do Coordenador Líder.

6.2. Despesas decorrentes do registro da distribuição das Debêntures na CVM: 0,3% sobre o valor total da distribuição, limitado a R\$ 82.870,00 por série, referente à taxa de registro cobrada pela CVM.

6.3 O Coordenador Líder firmou Contratos de Adesão ao Contrato de Distribuição Pública de Debêntures da Quinta Emissão da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil em Regime de Melhores Esforços de Colocação, com o Banco Bradesco S.A. (o “Banco Bradesco”) e o BB Banco de Investimentos S.A. (o “BB-BI” e, juntamente com o Coordenador Líder e o Banco Bradesco, os “Coordenadores”). A remuneração devida ao Banco Bradesco e ao BB-BI será paga diretamente pelo Coordenador Líder.

6.4. Custo Unitário do Lançamento:

Preço por Debênture (R\$)	Custo por Debênture (R\$)	Montante líquido para a Emissora (R\$)
10.000,00	259,21	9.740,79

6.5. Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem prévia manifestação da CVM.

7. Prazo, Preço e Condições de Subscrição e Integralização:

7.1. As Debêntures somente serão distribuídas ao público após (i) o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM, (ii) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Debêntures, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM n.º 13/80 e (iii) disponibilização do presente prospecto aos investidores.

7.2. Os Coordenadores terão o prazo máximo de até 6 meses para promover a colocação das Debêntures, contados a partir da data do registro da Emissão na CVM (“Prazo de Colocação”).

7.3. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Colocação deverão ser canceladas pela Emissora.

7.4. O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição, de acordo com os termos do item 9.11. abaixo (o “Preço de Subscrição”).

7.5. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (i) moeda corrente nacional, (ii) notas promissórias comerciais das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora, sem qualquer distinção ou preferência ou (iii) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Emissora vincendos até a data de vencimento das Debêntures, qual seja, 03 de dezembro de 2009 (a “Data de Vencimento”), conforme as regras e procedimentos do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”) e do Sistema de Notas Promissórias - NOTA, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

8. Contrato de Distribuição das Debêntures:

8.1. A colocação das Debêntures objeto da Emissão será feita sob regime de melhores esforços de colocação, na proporção das quantidades de Debêntures a seguir indicadas:

<u>Instituição</u>	<u>Quantidade de Debêntures</u>	<u>Volume – R\$</u>	<u>%</u>
Banco Brascan	6.000	60.000.000,00	33,34
BB-BI	6.000	60.000.000,00	33,33
Banco Bradesco	6.000	60.000.000,00	33,33
TOTAL	18.000	180.000.000,00	100,00

8.2. Os Coordenadores envidarão os melhores esforços de colocação das Debêntures, pelo Preço de Subscrição.

8.3. Se, ao final do Prazo de Colocação, as Debêntures objeto dos melhores esforços não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores não estarão obrigados a adquirir as Debêntures remanescentes.

9. Características da Emissão:

9.1. Número de Séries

A Emissão será efetuada em duas séries.

9.2. Limite da Emissão

A Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da Emissora que ainda se encontram em circulação, incluindo o valor total da Emissão, totalizava em 30 de setembro de 2003 o valor de R\$ 580.340.440,04 (quinhentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da Emissora que, na mesma data, totalizava R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Emissão de Debêntures	Valor (em R\$)
1ª Emissão	203.863.870,81
2ª Emissão	95.758.119,15
3ª Emissão	51.038.305,01
4ª Emissão	49.680.145,07
Sub-total (data base 30.09.2003)	400.340.440,04
5ª Emissão	180.000.000,00
Total	580.340.440,04

9.3. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de dezembro de 2003.

9.4. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 18.000 Debêntures.

9.5. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, na Data de Emissão.

9.6. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00, na Data de Emissão.

9.7. Forma e Classe

As Debêntures serão simples, nominativas, não conversíveis em ações da Emissora.

9.8. Espécie e Garantia

9.8.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

9.8.2. A Brasil Ferrovias S.A. (a “Brasil Ferrovias” ou a “Garantidora”) adicionalmente prestou fiança para o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures, nos termos do Contrato de Fiança celebrado entre a Emissora e a Planner Corretora de Valores S.A. (o “Agente Fiduciário”) em 08 de janeiro de 2004. A fiança acima referida foi formalizada de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 32 do estatuto social da Brasil Ferrovias e registrada perante o 6º Oficial RTD - Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica, sob o número 1131673, em 29 de janeiro de 2004.

9.9. Prazo de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 03 de dezembro de 2009. Por ocasião do vencimento final das Debêntures, a Emissora obriga-se a proceder a liquidação total das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação na Data de Vencimento, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos juros remuneratórios incidentes até a Data de Vencimento, devidos e não pagos, na forma do item 9.11. abaixo.

9.10. Amortização

As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009.

9.11. Juros Remuneratórios

9.11.1 Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série

9.11.1.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia de Títulos – CETIP (a “CETIP”) no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional (a “Taxa DI”), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os “Juros Remuneratórios da 1ª Série”).

9.11.1.2. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das taxas DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

n = número total das Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O produtório dos fatores diários ($1 + \text{TDIk}$) é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[(\text{spread} + 1)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 5% (cinco por cento);

N = 252 dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante da multiplicação do “Fator DI” pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).

9.11.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série:

9.11.2.1. As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (os “Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os “Juros Remuneratórios”).

9.11.2.2. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos na data final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação (Taxa DI), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

P = 122 (cento e vinte e dois).

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator diário $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ é calculado considerando-se 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento e seu produtório é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação do fator acumulado em data anterior com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subseqüentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (definição abaixo).

9.11.3. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

9.11.4. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 03 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 (“Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

9.11.5. De acordo com o artigo 88 do Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), farão jus aos respectivos Juros Remuneratórios aqueles que estiverem registrados como titulares das Debêntures no fechamento do dia útil anterior às Datas de Pagamentos de Juros Remuneratórios, portanto, caso haja negociação das Debêntures nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, os adquirentes das Debêntures não farão jus ao pagamento das quantias devidas naquela data.

9.11.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da data de apuração de qualquer parcela dos Juros Remuneratórios devidos, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível na respectiva data. As compensações financeiras decorrentes do ajuste dos valores devidos quando da divulgação da Taxa DI pertinente serão devidas na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subseqüente. Havendo valores a pagar pela Emissora, esses serão acrescidos ao valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios respectiva, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios. Os valores pagos a maior aos titulares das Debêntures (os “Debenturistas”), se houver, serão

compensados com os valores que serão pagos pela Emissora a título de Juros Remuneratórios na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios subsequente, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios.

9.11.7. Na hipótese de a Taxa DI não estar disponível quando da data de apuração da última parcela dos Juros Remuneratórios devidas nos termos da Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pela Emissora quanto pelos Debenturistas.

9.11.8. Na hipótese de ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 05 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar ou determinação judicial, os titulares das Debêntures deverão reunir-se em Assembléia de Debenturistas e deliberar, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, devendo tal critério ser aquele que melhor reflita as remunerações originalmente atribuídas às Debêntures, observada a regulamentação então em vigor aplicável à matéria.

9.11.9. Caso os Debenturistas em conjunto com a Emissora não acordem sobre a Taxa Substituta da Taxa DI, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Assembléia, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, onde será utilizado, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

9.12. Poder Liberatório

9.12.1. Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série (os “Debenturistas da 2ª Série”) individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à Emissora, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª Série da Emissão, na qualidade de contratante, e a Emissora, na qualidade de contratada (o “Poder Liberatório”).

9.12.2. O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições:

(a) os Debenturistas da 2ª Série deverão ter recebido do Agente Fiduciário uma notificação de inadimplemento da Emissora, nos termos do item 6.5, “t”, da Escritura de Emissão com relação (i) ao pagamento dos Juros Remuneratórios nas respectivas Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios, conforme disposto no item 9.11.4 acima ou (ii) ao pagamento das amortizações nas respectivas datas de vencimento, quais sejam nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesta notificação, deverá constar o valor da parcela vencida e não paga pela Emissora (a “Parcela Vencida”);

(b) os Debenturistas da 2ª Série deverão, no prazo máximo de 8 (oito) dias do recebimento da notificação de inadimplemento acima (o “Prazo para Manifestação”), notificar a Emissora e o Agente Fiduciário da intenção de exercer o Poder Liberatório com relação à Parcela Vencida (a “Notificação de Exercício”);

(c) a Emissora aceitará para análise apenas as Notificações de Exercício enviadas por Debenturistas da 2ª Série que tenham firmado contrato com a Emissora para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da Notificação de Exercício pela Emissora, que servirão de base para determinar o valor dos fretes que estarão sujeitos ao Poder Liberatório;

(d) a Emissora deverá emitir manifestação de aceite ou de recusa da Notificação de Exercício para os Debenturistas da 2ª Série solicitantes e para o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do recebimento da Notificação do Exercício. Ressalta-se que as hipóteses para a Emissora recusar o exercício do Poder Liberatório estão previstas nos itens “c” acima, “e” e “h” abaixo;

(e) não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela Emissora das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos (o “Contrato de Caução de Receita”), firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”), Banco Bradesco, Banco BMC S.A. (“BMC”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR e, em conjunto com o BNDES, Unibanco, Banco Bradesco e BMC, os “Financiadores”), em 14 de agosto de 2001. No Contrato de Caução foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da Emissora em benefício dos Financiadores, no valor correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora (as “Dívidas Garantidas”):

(i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a Emissora, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à Emissora uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000.000,00 (“Contrato 1”),

(ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a Emissora, a Garantidora, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), a Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), a Constran S.A. Construções e Comércio, a CCP Overseas e a Brazil Rail Partners LLC, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à Emissora uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00 (“Contrato 2”);

(iii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a Emissora, o Unibanco, o Banco Bradesco e o BMC, tendo como objeto o financiamento à Emissora no valor de R\$ 73.500.000,00 (“Contrato 3”);

(iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da Emissora, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000.000,00, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPAR (“1ª Emissão da Emissora”); e

(v) A 1ª emissão privada da Garantidora, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. Parte das debêntures da 1ª emissão foram compradas pelo BNDESPAR, pela FUNCEF e pela PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais (“1ª Emissão da Garantidora”).

Nos termos do Contrato de Caução, a Emissora obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente em cobrança em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelos Financiadores a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas.

A Emissora autorizou, ainda, o Unibanco a transferir da conta principal para uma conta reserva, a partir de 1º de janeiro de 2004, o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas, para que o saldo da conta reserva corresponda a 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas Dívidas Garantidas.

Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da Emissora, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das Dívidas Garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A Emissora pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos Financiadores, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. Os valores depositados na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos Financiadores. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos Financiadores.

Nos termos do Contrato de Caução, a Emissora não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o BNDES, BNDESPAR e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

(f) a verificação da possibilidade de exercício do Poder Liberatório diante das obrigações assumidas pela Emissora perante os Financiadores será feita pela Emissora e demonstrada ao Agente Fiduciário, levando-se em conta a receita da Emissora disponível no respectivo período e as datas de vencimento e os valores a serem pagos nos termos das Dívidas Garantidas, conforme tabela abaixo:

Dívidas Garantidas pelo Contrato de Caução			
<u>Dívidas Garantidas</u>	<u>Saldo Devedor em 03/Dez/2003</u>	<u>Vencimentos do Principal</u>	<u>Taxa e Indexador</u>
Contrato 1	R\$ 796.864.988,92	jan/2005 a dez/2014	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 2	R\$ 110.634.016,04	out/2008 a set/2016	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 3 – UNIBANCO	R\$ 40.684.438,71	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BANCO BRADESCO	R\$ 19.152.054,63	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BMC	R\$ 10.559.367,47	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
1ª Emissão da EMISSORA	R\$ 186.528.237,25	Jul/2011 a jun/2016	TJLP+1,5% ao ano
1ª Emissão da Garantidora	R\$ 226.844.790,05	jul/2011 a jun/2016	TJLP+6,0% ao ano

(g) a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas, assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e

(h) somente poderá ser emitido o Documento de Aceite (definição abaixo) pela Emissora, caso a mesma obtenha a quitação das Parcelas Vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e/ou que não tenham sido atendidos conforme o disposto no item 9.12.4 abaixo.

9.12.3. No caso da Emissora manifestar o aceite às Notificações de Exercício, tal manifestação deverá ser formalizada no prazo estabelecido no item 9.12.2 “d”, por meio de um documento de aceite (o “Documento de Aceite”), o qual uma vez firmado pela Emissora e pelo respectivo Debenturista da 2ª Série (“Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório”), representará a quitação da Parcela Vencida das Debêntures da 2ª Série de titularidade de tal detentor. O Documento de Aceite deverá conter no mínimo os seguintes termos e condições:

(a) indicação do período durante o qual o Poder Liberatório poderá ser exercido, sendo que tal período não poderá exceder o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de emissão do Documento de Aceite (o “Período de Exercício”);

(b) indicação dos valores dos fretes quando do exercício do Poder Liberatório, os quais serão aqueles acordados conforme contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de acordo com a alínea “c” do item 9.12.2 acima, que deverão corresponder ao valor da Parcela Vencida;

(c) no caso do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório não exercer o Poder Liberatório durante o Período de Exercício, o valor estabelecido no Documento de Aceite correspondente à Parcela Vencida ainda será devido pela Emissora sendo corrigido desde a data do aceite até o término do Período do Exercício por taxa equivalente, conforme indicado no item 9.11.2, a ser refletida no Documento de Aceite. Nenhum pagamento será devido pela Emissora, na hipótese do Poder Liberatório não ser exercido por culpa do Detentor do Direito de Exercício do Poder Liberatório;

(d) no caso do Poder Liberatório não puder ser exercido até o encerramento do Período de Exercício, em decorrência de culpa exclusiva da Emissora, não se processará a quitação dos valores correspondentes à Parcela Vencida, devendo a Emissora pagar ao respectivo Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório o valor da Parcela Vencida, acrescido de (i) multa convencional de 10% (dez por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento pela Emissora; e

(e) o Documento de Aceite deverá conter o “de acordo” do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório, assim como a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

9.12.4. No caso da Emissora não ter condições, de acordo com o mecanismo de utilização do Poder Liberatório descrito nesta cláusula, de atender todas as Notificações de Exercício a ela submetidas, o Agente Fiduciário deverá proceder o sorteio entre os Detentores do Direito do Exercício do Poder Liberatório que tenham submetido as Notificações de Exercício.

9.12.5. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário caso haja aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

9.13. Procedimento de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80, sendo atendidos preferencialmente e na seguinte ordem: (i) os Coordenadores, (ii) os titulares das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora e (iii) os clientes dos Coordenadores, não existindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos ou ordem cronológica.

9.14. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

9.15. Encargos Moratórios

Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios; (ii) multa convencional de 10% e (iii) juros moratórios à taxa de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

9.16. Certificados das Debêntures

9.16.1. A Emissora somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação por escrito enviada pelos titulares das Debêntures, sendo os certificados entregues no prazo máximo de 30 dias contados a partir da data do recebimento pela Emissora de solicitação escrita apresentada pelos titulares das Debêntures.

9.16.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas, mantido na sede da Emissora. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, será emitido extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

9.17. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios estabelecidos na forma do item 9.11, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas nos termos deste item 9.17. poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas em mercado.

9.18. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Emissora.

9.19. Prorrogação dos Prazos

Nos casos em que os pagamentos referentes às Debêntures devam ser feitos na sede da Emissora, de acordo com o item 9.18. acima, considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Cuiabá e Estado de Mato Grosso, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Nos casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, somente haverá prorrogação dos prazos quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

9.20. Publicidade

Os anúncios de início e de encerramento de distribuição das Debêntures, assim como todos os demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para suas publicações societárias, quais sejam, (i) “A Gazeta”, editado no Estado do Mato Grosso, ou na sua impossibilidade, em jornal de circulação nacional e (ii) “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso”.

9.21. Vencimento Antecipado

9.21.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto da presente Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a Emissora, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;
- (b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela Emissora;
- (c) decretação de falência da Emissora;

(d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

(e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e

(f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

9.21.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos no item 9.21.1 acima, a Emissora poderá convocar, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas de cada série para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures de cada série. Na ausência de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas por parte da Emissora no prazo estabelecido, deverá o Agente Fiduciário convocar a Assembléia no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do evento para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado.

9.21.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade da Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas de cada série.

9.21.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 9.21.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação da renúncia da declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos itens (i) ou (ii) deste item.

9.21.5. Quando da ocorrência do evento previsto no item (c) do item 9.21.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

9.21.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios, que, na hipótese prevista no item (d) da Cláusula 9.21.1. acima, serão calculados desde a data em que o respectivo pagamento deveria ter sido efetuado.

9.22. Atraso na Apresentação das Debêntures para Pagamento

O não comparecimento do Debenturista, que não participe do CETIP, nos termos do item 9.18 acima, para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

10. Agente Fiduciário

Planner Corretora de Valores S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 00.806.535/0001-54

Avenida Paulista, n.º 2.439, 11º andar

São Paulo, SP

11. Coordenador Líder da Oferta

Banco Brascan S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 33.923.111/0001-29

Avenida Almirante Barroso, n.º 52 – 30º andar

Rio de Janeiro - RJ

12. Banco Mandatário

Banco do Brasil S.A.

CNPJ/MF sob n.º 00.000.000/0001-91

Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco C, Lote 32, edifício Sede III.

Brasília – DF

13. Evolução da Cotação das Ações da Emissora

A Emissora possui ações ordinárias negociadas na SOMA. As ações da Emissora estão registradas para negociação na SOMA desde junho de 1999. Até 30 de setembro de 2003, não houve negociações com as ações em volume suficiente para precificá-las. Em 31 de dezembro de 2002, o valor patrimonial das ações da Emissora era de R\$ 0,5146 por ação. Em 30 de setembro de 2003, o valor patrimonial das ações era de R\$ 0,3519 por ação.

14. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos com a Emissão das Debêntures serão utilizados pela Emissora para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da Emissora com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da Emissora, da conjuntura econômica à época dos pagamentos, sendo que a Emissora pretende alocá-los para honrar os seguintes compromissos da seguinte forma:

Plano de Aplicação dos Recursos
(assumindo a colocação integral das Debêntures)

	Valores Estimados em 3 de dezembro de 2003	Percentual Aproximado do valor da Emissão
	(em R\$ mil)	
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora, Ferroban e Novoeste	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

15. Contrato de Garantia de Liquidez

Não será constituído fundo de sustentação e não haverá contrato de garantia de liquidez.

16. Relacionamento da Emissora e da Garantidora com os Coordenadores da Distribuição

Banco Brascan

O Banco Brascan tem relacionamento com a Garantidora em transações de empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destes empréstimos era de R\$ 11.486 mil. Adicionalmente, o Banco Brascan participou, além da presente Emissão, das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora como coordenador líder.

BB-BI

O BB-BI através de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., possui relacionamento com a Ferroban em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, folha de pagamento, empréstimos e financiamentos que contam com coobrigação da Brasil Ferrovias e Ferronorte. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destes empréstimos era de R\$ 17.459 mil. Adicionalmente, o BB-BI participou, além da presente Emissão, das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora como coordenador contratado.

Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco tem relacionamento com o grupo Brasil Ferrovias em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destas linhas era de R\$ 52.894 mil. Ademais, o Banco Bradesco participa do acordo de acionistas da Brasil Ferrovias, vide seção “Principais Acionistas da Garantidora – Acordo de Acionistas” deste Prospecto para maiores informações. Adicionalmente, o Banco Bradesco participou, além da presente Emissão, das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora como coordenador contratado.

17. Classificação de Risco

Fitch Atlantic Ratings

A Emissora contratou a Fitch Atlantic Ratings como única empresa responsável pela elaboração do relatório de classificação de risco da Emissão. Este relatório encontra-se no anexo A11 deste Prospecto. A Companhia entendeu suficiente a contratação de apenas uma agência de rating para realizar a classificação de risco das Debêntures.

A Fitch Atlantic Ratings começou a operar no mercado brasileiro no início da década de 80, tendo estabelecido uma subsidiária local em 1997, que sucedeu o escritório de representação. Tal subsidiária passou a atribuir *ratings* nacionais aos bancos e empresas brasileiros. Em abril de 2003, a Fitch Ratings adquiriu a Atlantic Rating, maior agência nacional, com atuação no Brasil desde o ano de 1992. A fusão das duas empresas deu origem à Fitch Atlantic Ratings.

A Fitch Atlantic Ratings atribui ratings a entidades de 80 países e possui aproximadamente 1.400 funcionários em mais de 40 escritórios do mundo. A agência fornece ratings a diversas instituições financeiras, bancos, empresas, operações estruturadas, seguradoras, países e mercado de finanças públicas.

18. Locais onde as Debêntures podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores nos endereços abaixo indicados:

Coordenador Líder:

Banco Brascan S.A.

Avenida Almirante Barroso, n.º 52 – 30º andar
CEP 20031-000
Rio de Janeiro - RJ

Coordenadores Contratados:**Banco Bradesco S.A.**

Avenida Ipiranga, n.º 282 – 15º andar

CEP: 01046-920

São Paulo – SP

BB Banco de Investimento S.A.

Rua Lélío Gomes, n.º 105 – 28º andar

CEP 20031-080

Rio de Janeiro - RJ

19. Atendimento aos Debenturistas

A Emissora realizará atendimento aos Debenturistas no seguinte endereço:

Rua Sales de Oliveira, 1.380 - Vila Industrial

Campinas - SP

CEP 13035-270

At.: Sr. Sálvio José Luiz

Telefone: (19) 3735-3140

Fac-símile: (19) 3735-3693

Correio Eletrônico: salvio.luiz@brasilferrovias.com.br

20. Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a distribuição em questão poderão ser obtidas junto aos Coordenadores nos endereços constantes do item 18 acima e à CVM, na Rua 7 de Setembro, n.º 111 - 5º andar (Centro de Consultas), no Rio de Janeiro/RJ, ou na Rua Formosa, n.º 367, 20º andar, em São Paulo/SP.

SUMÁRIO

Este sumário contém um resumo das informações descritas em outras seções deste Prospecto, e não possui todas as informações que deverão ser consideradas antes de se tomar uma decisão de investir nas Debêntures. Para tanto, recomenda-se a leitura de todo o Prospecto, especialmente da Seção “FATORES DE RISCO”, bem como a análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas e respectivas notas explicativas.

A Emissora

A Emissora é uma sociedade por ações, que foi constituída com a finalidade de participar da licitação, para a construção e a operação de uma ferrovia ligando a região Centro-Oeste do Brasil com o porto de Santos, sendo, portanto, capaz de assegurar o escoamento da produção agrícola da região Centro – Oeste destinada à exportação.

A Emissora venceu o processo de licitação para o qual se habilitou, celebrando Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário em 19 de maio de 1989, pelo qual ficou concedida à Ferronorte, pelo prazo de 90 anos, prorrogável por igual período, a concessão para desenvolvimento de um sistema ferroviário de transporte de carga de 5 mil km, que abrange a construção, operação, exploração e conservação de via férrea ligando as cidades de Cuiabá, Uberlândia, Uberaba, Aparecida do Taboado, Porto Velho e Santarém. Este sistema ferroviário passou a denominar-se Sistema Ferrovias.

Após a assinatura do Contrato de Concessão foram celebrados diversos aditamentos com intuito de prorrogar os prazos de elaboração de projeto básico e da conclusão das obras de implemetação do sistema Ferrovias. Através destes aditamentos a Ferronorte comprometeu-se a desenvolver o sistema Ferrovias por trechos, considerando a viabilidade econômico-financeira de cada trecho e a capacidade de endividamento da Companhia. A Fase I da implementação do Sítima Ferrovias passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Aparecida do Taboado/MS e Alto Taquari/MT. A Fase II passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Alto Taquari/MT e Rondonópolis/MT. O desenvolvimento dos demais trechos do sistema Ferrovias dependerá de novos estudos de viabilidade, a serem feitos após a conclusão das obras das Fases I e II.

A principal fonte de receita da Emissora advém da prestação de serviço de transporte de cargas a terceiros, especialmente de produtos agrícolas, tais como soja, farelo de soja e milho, realizada por meio da faixa de domínio e linhas férreas de sua propriedade e da Ferroban. O serviço prestado pela Ferronorte atende basicamente as companhias localizadas no Estado do Mato Grosso, para as quais realiza o transporte de produtos agrícolas até o porto de Santos (sentido exportação). Além disso, a Emissora presta serviços de transporte às companhias que objetivam levar à região Centro-Oeste produtos como derivados de petróleo, álcool e fertilizantes (sentido importação).

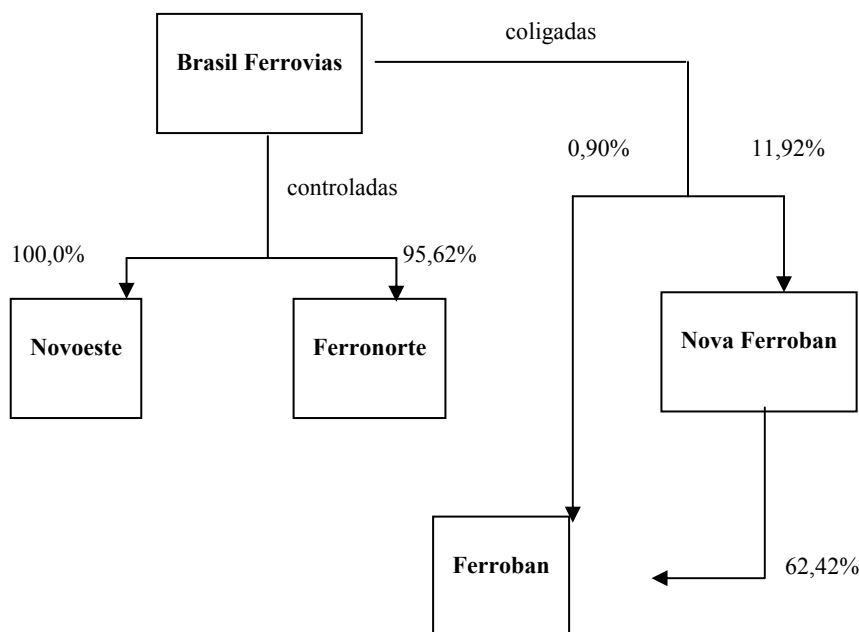
Em 30 de setembro de 2003, a receita líquida acumulada da Emissora no ano foi de R\$ 298.584 mil, enquanto a receita no mesmo período de 2002 foi de R\$ 191.308 mil.

Desde o início de 2001, a Ferronorte vem investindo significativamente nas obras da Fase II, que abrangem: (i) a construção de 296 km de via férrea entre os municípios de Alto Taquari e Rondonópolis, ambos localizados no Estado do Mato Grosso; e (ii) a implantação de dois terminais de carga e descarga nos municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis. Até o momento, a Emissora já desenvolveu e opera 520 km de via férrea. O terminal de Alto Araguaia e o trecho que liga o município de Alto Taquari ao município de Alto Araguaia estão em operação desde maio de 2002. As obras do trecho que liga o município de Alto Araguaia ao município de Rondonópolis estão paralisadas.

A Garantidora

A Garantidora é uma sociedade por ações cuja atuação restringe-se a participação societária em concessionárias de transporte ferroviário. A Garantidora foi constituída em 2 de janeiro de 1998 sob a denominação CPM Investimentos e Participações S.A. alterando, posteriormente, sua denominação para Ferropasa – Ferronorte Participações S.A. Em 1º de abril de 2002 a Ferropasa teve sua denominação social alterada para Brasil Ferrovias S.A., sua denominação atual.

A Garantidora, como holding, detém participação acionária direta e indireta na Ferrobán e é controladora da Emissora e da Novoeste, todas empresas atuantes no setor de transporte ferroviário.



A única fonte de receita da Garantidora é a consolidação dos resultados de suas controladas, destacando-se a Ferronorte e a Novoeste. Tendo em vista que suas controladas têm apresentado sucessivos prejuízos, a Garantidora não tem obtido dividendos ou qualquer outra forma de remuneração de seu capital.

SUMÁRIO DA OFERTA

Emissora	Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil
Data de Emissão	03 de dezembro de 2003
Agente Fiduciário	Planner Corretora de Valores S.A.
Coordenador Líder	Banco Brascan S.A.
Valor Total da Oferta	R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais)
Quantidade de Debêntures	18.000 (dezoito mil)
Valor Nominal Unitário das Debêntures	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Número de Séries:	Duas Séries
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária.
Forma e Conversibilidade:	As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora e nominativas.
Prazo e Vencimento:	As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009.
Remuneração das Debêntures da 1ª Série:	As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na Taxa DI, acrescida de <i>spread</i> de 5% (cinco por cento) ao ano.
Remuneração das Debêntures da 2ª Série:	As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI.
Negociação:	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Forma de Integralização:	A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias comerciais das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Companhia, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Companhia vencidos até a Data de Vencimento.
Local de Pagamento:	Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Companhia.
Quórum de Votação na AGD	100% dos debenturistas de cada série, em deliberação específica da respectiva série - renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures

	2/3 (dois terços) de cada série das Debêntures em circulação, em deliberação conjunta dos Debenturistas de ambas as séries	- alteração (i) do prazo de vigência das Debêntures, (ii) das condições de remuneração das Debêntures, (iii) das garantias das Debêntures, (iv) amortização, (v) juros e (vi) alteração das condições da cláusula que trata das AGDs na Escritura.
	2/3 (dois terços) das Debêntures de cada série, em deliberação específica da respectiva série	- toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão das Debêntures
Utilização dos Recursos:	Os recursos serão destinados para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da Emissora com vencimentos nos exercícios de 2003 e 2004. Para maiores detalhes sobre a utilização dos recursos provenientes da Emissão, ver Seção “Destinação dos Recursos”.	

Informações Cadastrais da Emissora

Identificação.....	A Ferronorte é uma sociedade por ações, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso – JUCEMAT, sob NIRE n.º 51.300.004.453, em 06 de outubro de 1988.
Sede.....	A sede da Emissora está localizada na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2000, sala 308, Bosque da Saúde, CEP 78045-090.
Departamento de Acionistas	O departamento de acionistas da Ferronorte está centralizado no departamento de acionistas do Banco Bradesco, na Vila Yara, cidade de Deus, Município de Osasco, Estado de São Paulo, tendo como responsável o Sr. Valdir Nadoti, cujo telefone e fac-símile é (11) 3084-2852.
Diretor de Relações com Investidores.....	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Sálvio José Luiz, com escritório na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Sales de Oliveira, 1.380, telefone (19) 3735-3143 e fax (19) 3735-3693.
Auditores Independentes	Trevisan Auditores Independentes.
Agente Escriturador das Ações	Banco Bradesco S.A.
Local de Negociação das Ações.....	As ações da Ferronorte estão listadas para negociação na SOMA.
Controle Acionário	A Brasil Ferrovias é titular de 99,07% das ações ordinárias de emissão da Ferronorte, e de 95,62% de seu capital social.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Emissora aprovou a 1ª emissão pública de 10.000 mil debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 100.000 mil, com data de emissão em 1º de julho de 1997 e vencimento previsto para 30 de junho de 2016. Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora deliberou a 2ª emissão privada de 60.000 mil debêntures simples, série A, com garantia flutuante e valor nominal de R\$ 1,00, perfazendo o valor total de R\$ 60.000 mil, para subscrição pelo Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM,

tendo data de emissão em 10 de abril de 2000 e data de vencimento previsto para 10 de abril 2007. Em 26 de dezembro de 2001 a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora deliberou a 3ª emissão privada de debêntures, conversíveis em ações, no montante de 40.000 mil debêntures equivalentes a um total de R\$ 40.000 mil, para subscrição pelo FINAM. As debêntures da 3ª emissão privada da companhia tiveram data de emissão em 14 de janeiro de 2002 e vencimento previsto para 14 de janeiro de 2009. Em 08 de fevereiro de 2002 a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora deliberou a 4ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, no montante de 4.500 debêntures, perfazendo o total de até R\$ 45.000 mil. As debêntures da 4ª emissão da companhia tiveram data de emissão em 20 de junho de 2002 e vencimento previsto para 20 de abril de 2005. Em 17 de setembro de 2003, a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora deliberou a 3ª emissão pública de até 160 notas promissórias da Emissora, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 80.000 mil. A data de emissão destas notas promissórias é a data da efetiva integralização das mesmas. Estas notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data de emissão. Até a data de fechamento deste Prospecto, 80 notas promissórias haviam sido colocadas, representando um valor nominal total de R\$ 40.000 mil. Em 19 de dezembro de 2003, a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora deliberou a 4ª emissão pública de até 80 notas promissórias da Emissora, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 40.000 mil. A data de emissão destas notas promissórias é a data da efetiva integralização das mesmas. Estas notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data de emissão. Até a data de fechamento deste Prospecto, 40 notas promissórias haviam sido colocadas, representando um valor nominal total de R\$ 20.000 mil.

Jornais nos quais Divulga Informações As informações da Companhia são divulgadas no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e no jornal “A Gazeta” de Cuiabá.

FATORES DE RISCO

O investimento em debêntures envolve uma série de riscos que devem ser observados pelos potenciais investidores. Esses riscos incluem fatores de crédito, econômicos, regulamentação específica, mercado, liquidez, entre outros, que se relacionam tanto com a Emissora como com as próprias Debêntures e a Garantidora. Dessa forma, o potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas nesse prospecto e, em particular, as demonstrações financeiras da Emissora, da Garantidora e as respectivas notas explicativas, bem como avaliar os fatores de risco descritos a seguir, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

Efeitos da Elevação das Taxas de Inflação

A elevada inflação verificada no Brasil desde a crise da dívida externa na década de 1980, juntamente com medidas do governo destinadas a combatê-la, geraram, no passado, efeitos negativos sobre a economia do País. A crise nos mercados internacionais, agravada em agosto de 1998, obrigou o governo brasileiro a promover, no início de 1999, uma mudança na política cambial vigente desde a introdução do Plano Real, acarretando uma forte desvalorização da moeda brasileira e trazendo incertezas com relação à manutenção das baixas taxas de inflação verificadas desde a adoção do referido plano. Da mesma forma, em 2002, quando ocorreram as eleições presidenciais, houve também uma forte desvalorização do Real, o que gerou um aumento nos índices de inflação. No caso da inflação brasileira voltar a aumentar, os negócios da Emissora e da Garantidora, sua condição financeira e o resultado de suas operações serão afetados negativamente, caso esse aumento não possa ser repassado pela Emissora a seus clientes.

Efeitos da Política Anti-Inflacionária do Governo Federal

A elevação das taxas de inflação, a política macroeconômica anti-inflacionária do Governo Federal, bem como a especulação acerca das medidas governamentais para combate da inflação, podem resultar na desaceleração do nível de atividade econômica, no aumento do desemprego e dos níveis de inadimplência. Caso esse cenário recessivo venha a se concretizar, os negócios da Emissora e da Garantidora, suas condições financeiras e os resultados de suas operações serão afetados negativamente, com um possível aumento do nível de inadimplência de seus clientes e redução de suas atividades.

Efeitos da Instabilidade da Taxa de Câmbio

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações freqüentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Parte dos passivos da Emissora e da Garantidora serão negativamente afetados pela desvalorização da moeda nacional, já que possuem valor denominado em ou vinculado à cotação do dólar norte-americano, ao passo que suas receitas são obtidas em Reais. Para maiores detalhes sobre a composição do endividamento da Emissora e da Garantidora, ver Seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora”, respectivamente.

Exposição à Variação de Taxas de Juros

Grande parte das dívidas da Emissora e da Garantidora estão sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado. Na hipótese de elevação das taxas de juros, serão aumentadas as despesas financeiras relacionadas com o custo das dívidas da Emissora e da Garantidora, o que poderá afetar negativamente a condição financeira e os resultados da Emissora e da Garantidora.

Aprovação da Reforma Tributária

Eventuais alterações nas normas tributárias atualmente aplicáveis à Emissora e à Garantidora, em decorrência da reforma tributária atualmente em discussão no Congresso Nacional, ou de outra forma, que venham a criar ou majorar os tributos incidentes sobre essas empresas e sobre as atividades por elas desenvolvidas, poderão afetar negativamente os resultados da Emissora e da Garantidora.

Riscos Relacionados ao Setor de Transporte Ferroviário

Dependência do Mercado de Grãos

A Emissora realiza o transporte, especialmente, de produtos agrícolas, tais como soja, farelo de soja e milho. A evolução do setor de produtos agrícolas, a sazonalidade da safra de tais produtos, assim como seus preços no mercado internacional, principalmente com relação à soja, são fatores relevantes para a determinação da demanda pelos serviços prestados pela Emissora. A estagnação ou redução da evolução do setor de produtos agrícolas, a quebra da safra e/ou as alterações significativas em seus preços podem gerar a diminuição da demanda por transporte ferroviário, afetando adversamente os negócios da Emissora e, consequentemente, da Garantidora.

O mercado de grãos é altamente dependente do mercado externo, sendo suas exportações escoadas basicamente através do porto de Santos. Apesar da prestação de serviços pela Ferronorte não incluir a efetiva exportação das cargas que transporta, o maior ou menor volume exportado de produtos agrícolas (principalmente soja) originados no Centro-Oeste impacta diretamente na demanda por serviços da Ferronorte, já que aproximadamente 90% da

receita da Ferronorte advém do transporte de produtos destinados à exportação. Dessa forma, qualquer fator que venha a criar obstáculos para a manutenção ou aumento do atual volume de exportação de produtos agrícolas, como encarecimento das tarifas portuárias, greve no porto de Santos, criação de barreiras alfandegárias por parte dos países importadores ou queda dos preços no mercado internacional, afetará negativamente os resultados da Emissora e da Garantidora.

Acidentes nas Ferrovias

A ocorrência de acidentes na operação das ferrovias da Emissora, como descarrilamento de composições, por causarem uma redução da velocidade de transporte e perdas de produtos transportados, podem desestimular a contratação do serviço de transporte ferroviário prestado pela Emissora, o que irá impactar adversamente os negócios da Emissora.

Uma das causas de acidentes no setor ferroviário é a falta de manutenção do material rodante e da malha ferroviária. A situação financeira da Emissora pode vir a afetar a qualidade do programa de manutenção regular de seus ativos operacionais, o que, caso confirmado, poderá provocar acidentes na malha ferroviária da Emissora e, conseqüentemente, impactar negativamente seus resultados.

Período de Chuvas

As chuvas fortes nos meses de janeiro e fevereiro podem ocasionar a redução de velocidade na via férrea da Ferroban em virtude das atuais condições de sua malha, prejudicando a circulação dos trens e conseqüentemente o escoamento de cargas regionais ao porto de Santos. Neste caso, tais fatores afetam a Emissora, tendo em vista que ela utiliza parte das vias férreas da Ferroban para realizar o escoamento da carga transportada da região Centro-Oeste ao porto de Santos.

Riscos Relacionados à Emissora e à Garantidora

Obtenção de Novos Financiamentos

No passado recente, a Emissora adotou uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras e instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, no mercado brasileiro, que tornaram-se essenciais para a continuidade de suas atividades. Dessa forma, o insucesso na realização de novas operações com tais perfis, com o objetivo de financiar as operações vincendas, resultará em dificuldades para a Emissora de obter os recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas.

A Ferronorte não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para atender às suas necessidades adicionais de liquidez e de recursos financeiros o que poderá causar impacto negativo nas atividades operacionais da Companhia. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá, ainda, postergar ou impedir a conclusão do programa de investimentos da Emissora e seus demais projetos, o que poderá causar um impacto negativo nas atividades e resultados operacionais da Ferronorte.

Ativos em Garantia

Para a contratação de financiamentos, a Emissora deu em garantia alguns de seus ativos necessários para a prestação de serviços de transporte ferroviário, como por exemplo, vagões de transporte de cargas. Caso haja a execução destas garantias, na hipótese de não pagamento de tais financiamentos, haverá uma redução na capacidade de transportes de cargas da Emissora, afetando negativamente seus negócios e comprometendo o pagamento de seus compromissos financeiros, inclusive os desta Emissão.

Elevado Grau de Endividamento

Em 30 de setembro de 2003, a Emissora apresentava um elevado índice de endividamento medido pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido. Este elevado grau de endividamento faz com que a Emissora pague taxas de juros elevadas em seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, o que poderá comprometer ainda mais o risco de crédito da Emissora na obtenção de novos financiamentos ou a capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos, inclusive aqueles referentes à presente Emissão.

Caução de Receita da Emissora

A Emissora caucionou a totalidade do produto da cobrança de prestação de serviços de transporte ferroviário como garantia de contratos de financiamento firmados com diversas instituições financeiras, dentre as quais o BNDES, razão pela qual suas receitas não poderão ser usadas livremente, devendo, prioritariamente, ser utilizadas para quitar as obrigações contraídas com os financiadores beneficiários de tal caução, o que afetará o desenvolvimento de seus negócios. A descrição deste contrato encontra-se na Seção “Contratos Relevantes da Emissora”.

Além disso, deve ser retido em uma conta reserva, 30% do saldo do caixa líquido da Emissora do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas garantidas no Contrato de Caução de Receita, para que o saldo na conta reserva corresponda a 6 vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas dívidas garantidas pelo referido contrato. Não há como garantir que a Emissora conseguirá manter tal saldo na conta reserva.

Ausência de Histórico Prolongado

A Emissora iniciou suas atividades operacionais de forma embrionária em maio de 1998, quando inaugurou seu primeiro trecho operacional, tendo iniciado sua operação completa em março de 2001. Não há assim, um histórico de vários anos de pleno desempenho da Emissora, limitando a capacidade de análise da Ferronorte pelos investidores.

Não Implementação dos Projetos de Expansão da Emissora

A Emissora prevê a expansão de seus negócios, por meio da compra de novas locomotivas e vagões e da construção de novos terminais e trechos de linha férrea, que dependem da obtenção de recursos de terceiros. Caso não obtenha os recursos necessários à implementação de seus projetos de expansão, a Emissora terá que arcar com custos operacionais e/ou financeiros mais elevados, impactando negativamente em seus negócios e no pagamento das Debêntures.

Atendimento das Metas Estratégicas e Objetivos de Médio e Longo Prazos

Para maximizar sua rentabilidade, a Emissora necessita aumentar a utilização de seus ativos operacionais, já que tais ativos vêm sendo utilizados abaixo de sua capacidade. Para isso, a Ferronorte pretende investir em melhorias na via permanente, investir em benfeitorias no porto de Santos, adquirir novas locomotivas e vagões e reduzir a duração do tempo de viagem, o tempo de carga e descarga e o número de acidentes ocorridos na malha ferroviária. Caso a Emissora não seja capaz de realizar tais investimentos, as metas e objetivos estratégicos não serão atingidos, impedindo que a Emissora consiga maximizar a utilização de sua estrutura operacional.

Extinção da Concessão

A concessão outorgada à Ferronorte pode ser extinta nas seguintes hipóteses: (i) convenção amigável das partes, (ii) término do prazo contratual, (iii) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização, (iv) anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato, (v) grave inadimplemento da concessionária, que comprometa as atividades objeto da concessão, ou (vi) encampação pela União Federal dos serviços concedidos ou pelo advento de lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível.

Caso a Ferronorte venha a perder a concessão, seus ativos poderão não ser suficientes ao cumprimento de todas as suas obrigações, inclusive aquelas relacionadas às debêntures desta Emissão.

Concorrência

As atividades da Emissora estão totalmente concentradas no segmento de transporte ferroviário. Os principais concorrentes da Emissora são os prestadores de serviços nos modais ferroviário, rodoviário, hidroviário e aeroviário, os quais, por meio de combinações, criam uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes e potenciais clientes da Emissora. As principais combinações criadas por estes prestadores de serviço são o transporte rodoviário direto (porta a porta) e as operações multimodais, quais sejam, aquelas realizadas por rodovia-hidrovia e rodovia-ferrovia.

Com isso, a Emissora poderá perder participação no mercado que possui atualmente, tendo em vista o desenvolvimento de combinações de logística por companhias concorrentes, seja por meio de novas concessões ou adoção de novas tecnologias, que apresentem custos e/ou tempo de transporte inferiores, para o mercado em que a Emissora atua. Ocorrendo esta perda de participação de mercado, a Emissora terá seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras afetados negativamente.

Contratos de Seguro

Não há garantias de que os contratos de seguro existentes e os limites de indenização previstos nos mesmos serão suficientes para cobrir todos os tipos de risco inerentes às atividades da Emissora, inclusive em face de casos fortuitos e/ou de força maior, como, por exemplo, enchentes, instabilidade de encostas, dentre outros.

Receita e Resultados da Garantidora

A receita verificada pela Garantidora advém unicamente dos negócios de suas controladas operacionais. No caso de incapacidade das controladas operacionais de expandir seus negócios e gerar receita, a capacidade de gerar receitas da Garantidora será comprometida, podendo acarretar na insuficiência de recursos para a mesma honrar seus compromissos.

Em decorrência da situação patrimonial e financeira das controladas Ferronorte e Novoeste e da coligada Ferrobán, as mesmas não têm distribuído dividendos ou qualquer outra forma de remuneração sobre o capital social, acarretando à Brasil Ferrovias prejuízos acumulados e passivo a descoberto. Estes fatores, aliados ao fato da Garantidora ser uma holding não operacional, já comprometem sua geração de receita, o que pode afetar o cumprimento da fiança prestada pela Garantidora nesta Emissão, caso seja necessária.

Fornecedores

A prestação do serviço pela Ferronorte depende do fornecimento de alguns produtos e equipamentos. Por esse motivo, qualquer dificuldade em obter tais produtos, como pouca oferta por parte dos fornecedores, demanda excessiva de outros consumidores de tais produtos e equipamentos, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores dos produtos necessários, problemas de fornecimento devido a situações adversas, podem comprometer os planos de expansão e de cumprimento de metas da Ferronorte e prejudicar a continuidade de seus serviços, afetando negativamente os resultados e condições financeiras da Ferronorte e da Garantidora.

Dependência de Poucos Clientes

Tendo em vista que a Emissora possui aproximadamente 53% de suas receitas concentradas em apenas dois clientes (ADM e Cargill), qualquer fator que implique na redução dos serviços contratados por estes clientes junto à Ferronorte causará um impacto negativo nos resultados da Emissora.

Aspectos Ambientais

A Emissora depende de licenças ambientais para realizar os investimentos necessários à expansão de sua malha ferroviária. Não há garantias de que a Emissora conseguirá obter ou renovar as licenças necessárias ou que não incorrerá em despesas originadas por problemas ambientais por ela causados, o que afetará seus planos de expansão e seus resultados.

Riscos Relacionados à Oferta

Regime de Colocação das Debêntures

O regime de colocação das Debêntures estabelecido no Contrato de Distribuição firmado entre a Emissora e o Coordenador Líder, bem como nos Contratos de Adesão ao Contrato de Distribuição, firmados entre o Coordenador Líder e os Coordenadores, prevê a colocação da totalidade das Debêntures em regime de melhores esforços. Diante disso, nenhuma garantia pode ser dada de que todas as Debêntures serão efetivamente colocadas. Assim, a captação de recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não atingir os resultados esperados, afetando negativamente a reestruturação do seu passivo.

Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso assim venham a decidir. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

Validade da Estipulação da Taxa DI, Divulgada pela CETIP

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros estipulados pela ANBID e disponibilizada pela CETIP. Tal entendimento jurisprudencial foi firmado com base em diversos julgados que dispunham sobre a impossibilidade de utilização da “Taxa ANBID” para remuneração de empréstimos concedidos por instituições financeiras, por sujeitar os encargos da dívida ao arbítrio de uma das partes, uma vez que a Taxa ANBID é um índice que reflete o custo de captação de dinheiro, para os cerca de 50 bancos que fornecem os dados que irão formar esta taxa, junto a seus clientes.

Tendo em vista que, a Taxa DI, que remunera as Debêntures, disponibilizada pela CETIP, reflete o custo de captação de recursos dos bancos no mercado interfinanceiro, caso haja qualquer questionamento judicial em relação ao uso da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, poderá ser entendido no judiciário que a Súmula STJ n.º 176 deve ser aplicada também à utilização desta taxa e, considerada, por consequência, nula a aplicação da Taxa DI à remuneração das Debêntures.

Maior Volatilidade da Taxa DI

As Debêntures desta Emissão farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário, estabelecidos com base na Taxa DI disponibilizada pela CETIP.

O volume de operações interbancárias que utilizam a Taxa DI disponibilizada pela CETIP como taxa de remuneração vem sofrendo quedas desde a implementação do Plano Real. A queda nos volumes das operações interbancárias vinculadas à Taxa DI disponibilizada pela CETIP é reflexo não só da redução das operações de *float* realizadas entre os bancos, assim como do próprio saneamento do sistema financeiro nacional que reduziu as operações diárias de redesconto entre os bancos e o BACEN.

Com a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro, em 22 de abril de 2002, o volume de operações interbancárias envolvendo a Taxa DI reduziu-se ainda mais, ocasionando uma maior volatilidade na Taxa DI, o que pode, consequentemente, afetar negativamente a remuneração efetiva das Debêntures desta Emissão.

Poder Liberatório das Debêntures

Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos juros remuneratórios e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os Debenturistas da 2ª Série individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à Emissora, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo Debenturista, na qualidade de contratante, e a Emissora, na qualidade de contratada, denominando-se tal faculdade poder liberatório das Debêntures.

Para o exercício do poder liberatório, os Debenturistas da 2ª Série deverão observar os termos e condições do item 4.19 da Escritura de Emissão, os quais restringem e, em algumas hipóteses, impossibilitam o exercício do mesmo. Assim, não há garantias de que o poder liberatório poderá ser exercido pelos Debenturistas da 2ª Série, visto que:

- a solicitação do exercício do poder liberatório pelos Debenturistas da 2ª Série só poderá ser submetida à Emissora, se a mesma estiver inadimplente com o pagamento dos juros remuneratórios e/ou das parcelas de amortização do principal;
- a solicitação do exercício só poderá ser feita pelos Debenturistas da 2ª Série que possuírem contrato firmado com a Emissora para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da notificação de exercício do poder liberatório, a ser enviada pelo Debenturista da 2ª Série à Emissora;

- não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela Emissora das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita, no qual foi pactuada a caução da totalidade do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da Emissora, em benefício de certos financiadores, no valor correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas garantidas em tal contrato. Os detalhes sobre o Contrato de Caução de Receita estão descritos na Seção “Contratos Relevantes da Emissora”; e
- os Debenturistas da 2ª Série só poderão exercer o poder liberatório caso a Emissora pague os valores devidos e inadimplidos relativos ao pagamento dos juros remuneratórios e/ou das parcelas de amortização aos Debenturistas da 2ª Série que não aderiram ao poder liberatório ou que não obtiveram o aceite da Emissora com relação ao exercício do poder liberatório. Porém, não existem garantias de que a Emissora terá condições de realizar tais pagamentos.

Além dos riscos mencionados acima, o exercício do poder liberatório poderá ser questionado pelos credores beneficiários do Contrato de Caução de Receita, podendo resultar até na anulação do mesmo, visto que o exercício do poder liberatório acarretará na diminuição do produto da cobrança da tarifa de prestação de serviço de transporte ferroviário pela Emissora no respectivo período, o qual, nos termos do referido Contrato de Caução de Receita, está caucionado em benefício de tais credores e, ainda que, nos termos deste contrato, a Emissora está impedida de ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus sobre a receita em favor de qualquer outro credor.

Caso a Emissora concorde com a solicitação de exercício do Poder Liberatório submetida pelos Debenturistas da 2ª Série, a mesma emitirá documento de aceite no qual estabelecerá o período do exercício, o qual não poderá ultrapassar o prazo de 6 meses da data de emissão do mesmo. A determinação do período do exercício, assim como a análise da possibilidade do exercício naquele período será realizado a exclusivo critério da Emissora, não sendo possível, assim, garantir ao Debenturista da 2ª Série que o poder liberatório será exercido.

Caso o poder liberatório não seja exercido dentro do período de exercício estabelecido, por culpa exclusiva da Emissora, a mesma deverá pagar ao Debenturista da 2ª Série os valores inadimplidos. Não há como garantir que a Emissora terá condições de efetuar tal pagamento.

Não há garantias sobre as condições de preço em que será exercido o poder liberatório, visto que estas condições dependem dos contratos de transporte específicos assinados por cada Debenturista da 2ª Série com a Emissora.

Não Pagamento em Dia de Parcela ou Parcelas de Amortização e Juros

Em 2002, a Emissora renegociou junto aos debenturistas da 4ª emissão alteração no cronograma de amortização e pagamento de juros e no quadro de conversibilidade das debêntures em ações, devido à falta de recursos para honrar tais obrigações.

Nenhuma garantia pode ser dada de que a Emissora terá recursos financeiros suficientes para honrar o pagamento das parcelas desta Emissão nas datas devidas.

Maiores informações referentes ao inadimplemento da 4ª emissão de debêntures da Ferronorte podem ser obtidas na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora- A Quarta Emissão de Debêntures em 2002”.

Insuficiência de Garantias

A garantia desta Emissão é constituída pela fiança no valor total da Emissão concedida pela Brasil Ferrovias, que é a holding não operacional controladora da Ferronorte, estando, assim, sujeita aos mesmos riscos associados à Emissora aqui mencionados. Desta forma, na hipótese de inadimplemento da Emissora, a capacidade de pagamento da Garantidora poderá estar também comprometida, não existindo, por essa razão, qualquer garantia de que a Brasil Ferrovias irá quitar as obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas. Adicionalmente, a Brasil Ferrovias prestou fianças em diversas operações envolvendo suas empresas controladas e coligadas, o que compromete ainda mais sua capacidade de quitar as obrigações assumidas pela Emissora referentes à Emissão. Para maiores detalhes a respeito das garantias prestadas pela Brasil Ferrovias, ver Seção “Contratos Relevantes da Garantidora”.

Hipótese de Vencimento Antecipado

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação à Emissão, quais sejam: protestos em valor superior a R\$ 10.000 mil, pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela Companhia, decretação de falência da Companhia, a falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação relacionada à esta Emissão e o pagamento de dividendos não obrigatórios, juros sobre capital ou qualquer participação estatutária, se a Companhia estiver em mora com as obrigações das Debêntures. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de eventual vencimento antecipado de suas obrigações, o que acarretará em um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Emissora. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, ver a Escritura de Emissão e seus aditivos anexos a este Prospecto.

Eventual Rebaixamento na Classificação de Risco da Emissão

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes neste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das debêntures no mercado secundário.

Informações Acerca do Futuro da Emissora

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora os administradores da Emissora acreditem que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em suas próprias convicções e expectativas, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM n.º 202/93.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a emissão das Debêntures serão utilizados pela Emissora para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da Emissora com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da Emissora, da conjuntura econômica existente na ocasião dos pagamentos, sendo que a Emissora pretende alocá-los para honrar os seguintes compromissos, da seguinte forma:

Plano de Aplicação dos Recursos *(assumindo a colocação integral das Debêntures)*

	Valores Estimados em 3 de dezembro de 2003 (em R\$ mil)	Percentual Aproximado do valor da Emissão
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora, Ferroban e Novoeste	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

O impacto do destino dos recursos na situação patrimonial da Companhia encontra-se na tabela da Seção “Capitalização da Emissora”, na coluna “Ajustado (pró-forma)”.

As Debêntures serão distribuídas em regime de melhores esforços. Por este motivo, não é possível afirmar que a totalidade das Debêntures será efetivamente colocada e que o montante total captado pela Emissora atinja o volume máximo da Emissão. Nessa hipótese, a Emissora deverá utilizar recursos próprios ou procurar fontes alternativas de recursos para complementar o montante necessário para o cumprimento das obrigações acima citadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

Capitalização da Emissora

Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora

Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora

Informações sobre o Setor de Transporte Ferroviário Brasileiro

Atividades da Emissora

Contratos Relevantes da Emissora

Pendências Judiciais da Emissora

Operações da Emissora com Partes Relacionadas

Administração da Emissora

Descrição do Capital Social e dos Dividendos da Emissora

Principais Acionistas da Emissora

Relacionamento da Emissora com os Coordenadores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA

A tabela a seguir exibe o endividamento da Emissora e sua capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000, 2001 e 2002 e (ii) nos exercícios sociais encerrados em 30 de setembro de 2002 e 2003. Esta tabela deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Emissora e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos Em 30 de setembro		Ajustado * (pró forma)
	2000	2001	2002	2002	2003	
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – curto prazo	41.333	63.421	57.557	79.736	141.327	66.980
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – curto prazo	3.456	14.706	6.841	19.844	2.929	2.929
Debêntures – curto prazo	-	-	11.421	3.336	58.649	58.649
3ª Emissão de Notas Promissórias **	-	-	-	-	-	40.000
4ª Emissão de Notas Promissórias **	-	-	-	-	-	20.000
Total de Empréstimos a Curto Prazo	44.789	78.127	75.819	102.916	202.905	188.558
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – longo prazo	696.544	822.952	904.450	888.452	905.531	905.531
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – longo prazo	8.891	7.783	6.986	9.626	4.335	4.335
Debêntures – longo prazo	220.124	229.161	320.875	307.540	341.691	521.691
Total de Empréstimos a Longo Prazo	925.559	1.059.896	1.232.311	1.205.618	1.251.557	1.431.557
Empréstimos e Financiamentos (Bruto)	970.348	1.138.023	1.308.130	1.308.534	1.454.462	1.620.115
Disponibilidades	49.915	10.228	21.471	12.905	17.144	182.797
Empréstimos e Financiamentos (Líquido)	920.433	1.127.795	1.286.659	1.295.629	1.437.318	1.437.318
Patrimônio Líquido:						
Capital Social	508.294	508.294	624.089	535.034	624.089	624.089
Capital a Realizar	(17.290)	(12.000)	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	(20.839)	(175.269)	(420.949)	(340.125)	(485.177)	(485.177)
Total Patrimônio Líquido	470.165	321.026	203.140	194.909	138.912	138.912
Capitalização Total	1.390.598	1.448.821	1.489.799	1.490.538	1.576.230	1.576.230

* Este ajuste é apenas demonstrativo e considera o valor líquido auferido com a colocação integral das Debêntures, excluídos os custos de emissão. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da Emissora, da conjuntura econômica existente na ocasião dos pagamentos.

** Valores referentes ao total de notas promissórias colocadas até a data de fechamento deste Prospecto. Conforme previsto na Escritura, as notas promissórias podem ser utilizadas na subscrição das Debêntures. Caso isto ocorra, o saldo contabilizado para estas notas promissórias na coluna pró forma será anulado, sendo esta respectiva diminuição também verificada na rubrica Disponibilidades, já que, neste caso, não haverá a entrada de recursos em moeda corrente.

A Emissora utilizará parte dos recursos obtidos com a Emissão das Debêntures no alongamento do perfil da dívida da Ferronorte, conforme mencionado na Seção “Destinação dos Recursos” (quitando as notas promissórias que estarão contabilizadas no passivo de curto prazo após a efetiva colocação das referidas notas).

Parte dos recursos obtidos com a Emissão será utilizada no pagamento de fornecedores e obrigações com Controladora, Ferrobán e Novoste, de acordo com a Seção “Destinação dos Recursos”.

Notas sobre a estrutura de capitalização da Emissora

A seguir encontram-se descritas as características principais dos contratos financeiros mais relevantes celebrados pela Ferronorte:

Empréstimos e Financiamentos

(i) Em 29 de abril de 2003, o Banco Bradesco e a Ferronorte, na qualidade de financiador e financiada respectivamente, firmaram o ‘Instrumento Particular de Contrato de Financiamento’ n.º 975.435, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte de R\$ 4.600 mil pelo prazo de 180 dias, à taxa de remuneração pré-fixada em 42% ao ano, pagável em uma única prestação, com vencimento fixado para 26 de outubro de 2003. Como garantia a Ferronorte apresentou uma nota promissória no valor de aproximadamente R\$ 5.481 mil. O “Instrumento Particular de Aditamento” ao contrato em referência, assinado em 27 de outubro de 2003, determinou o pagamento imediato dos encargos do empréstimo de capital de giro, a prorrogação do vencimento da operação por mais 182 dias, fixando o pagamento final para 26 de abril de 2004, a assinatura de uma nova nota promissória no valor de aproximadamente R\$ 5.240 mil e a alteração da taxa de remuneração pré-fixada para 29,40% ao ano. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 5.344 mil, no passivo circulante.

(ii) Em 03 de fevereiro de 2003, a Ferronorte assumiu as obrigações de pagamento oriundas de um empréstimo do Banco do Brasil para a Ferrobán, sendo a contrapartida contábil um crédito da Ferronorte contra sua coligada Ferrobán. O empréstimo do Banco do Brasil, no valor de R\$ 15.600 mil, deu-se através do ‘Contrato de Abertura de Crédito Fixo’ n.º 290.000.269, firmado em 22 de janeiro de 2003 e com vencimento em 20 de agosto de 2003. A Brasil Ferrovias e a Ferronorte figuravam como devedores solidários e a garantia era uma nota promissória da Ferrobán em favor do Banco do Brasil no valor de R\$ 22.308 mil. Em 20 de outubro de 2003, as partes assinaram o ‘Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito Fixo’ prorrogando o vencimento da operação para 20 de abril de 2004 e mantendo as demais condições. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 17.489 mil, no passivo circulante.

(iii) Em 13 de dezembro de 2002, o Banco Bradesco e a Ferronorte, na qualidade de financiador e financiada respectivamente, e a Ferrobán e Brasil Ferrovias na qualidade de avalistas, firmaram o ‘Instrumento Particular de Financiamento de Capital de Giro com Taxa Flutuante’, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte de R\$ 13.068 mil. O prazo do contrato é de 27 meses, sendo 3 meses de carência de juros e amortização. Os pagamentos de juros e amortização serão devidos mensalmente, a partir de 03 de abril de 2003. Ao valor do empréstimo incidirão juros equivalentes à CDI mais 8,73% ao ano. Esta operação é garantida pela alienação fiduciária de 120% do valor de 60 vagões tipo Hopper da Ferronorte, e por duplicatas, em caução rotativa, de emissão da Ferrobán endossadas a favor do Banco Bradesco. Para este contrato os avalistas são devedores solidários. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 11.209 mil, no passivo circulante.

(iv) Em 20 de dezembro de 2001, a Ferronorte e o Santander, como partes, e o BNDES, como interveniente, firmaram o Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte do equivalente a US\$ 8.457.212,17 em Reais, pelo prazo de 2 anos. Os pagamentos de juros e as amortizações do principal serão efetuados semestralmente, em 4 parcelas. Ao valor do empréstimo incidirão juros de variação do IGP-M mais 12% ao ano. Adicionalmente deverá ser paga uma taxa adicional de 1% ao ano sobre a remuneração. Esta operação é garantida por 4 notas promissórias da Ferronorte, pela General Electric Transportation Systems (para o valor equivalente a US\$ 1.344.699 mais juros de 9,45% ao ano) e pelo BNDES (para o valor equivalente a até 68,2% das obrigações pecuniárias). Ao BNDES a Ferronorte deverá pagar o equivalente a 2,5% ao ano a título de comissão, sobre a garantia prestada. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 6.842 mil no passivo circulante.

(v) Em 17 de junho de 2002, a Ferronorte e o Santander como partes, e o BNDES como interveniente, firmaram o Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte do equivalente a US\$ 8.156.525,18 em Reais, pelo prazo de 2 anos. Os pagamentos de juros e as amortizações do principal serão efetuados semestralmente, em 4 parcelas. Ao valor do empréstimo incidirão juros de variação do IGP-M mais 19% ao ano. Adicionalmente deverá ser paga uma taxa adicional de 1% ao ano sobre a remuneração. Esta operação é garantida por 4 notas promissórias da Ferronorte, pela General Electric Transportation Systems (para o valor equivalente a US\$ 1.296.888 mais juros de 9,45% ao ano) e pelo BNDES (para o valor equivalente a até 68,2% das obrigações pecuniárias). Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 20.324 mil, no passivo circulante.

(vi) Em 9 de julho de 2001, foi celebrado entre o BRE Bank S.A. e a Ferronorte Contrato de Financiamento n.º 11/125/01/D/GU, tendo por objeto financiamento à Ferronorte de até US\$ 4.003 mil para fins de financiar a importação pela Ferronorte de 13 mil toneladas de trilhos de linhas férreas. O empréstimo foi sacado pela Ferronorte em 3 parcelas, sendo a primeira em 10 de agosto de 2001, no valor de US\$ 1.541 mil, a segunda em 1º de outubro de 2001, no valor de US\$ 1.541 mil e a terceira em 1º de novembro de 2001, no valor de US\$ 920 mil. De acordo com o disposto no contrato, o valor do financiamento deve ser acrescido dos seguintes encargos: (1) juros sobre o saldo devedor do contrato, apurados de acordo com a taxa LIBOR, conforme cotação dos 2 dias úteis anteriores ao início de cada período de juros, mais margem de 1,75% ao ano aplicada à taxa variável de juros; (2) taxa de composição de 2,5% sobre o valor do empréstimo, devido dentro de 10 dias úteis, a partir da

data de assinatura do contrato; (3) taxa de compromisso de 0,5% ao ano sobre as parcelas do financiamento não sacadas do financiamento a partir do dia imediatamente posterior à data de disponibilidade até 31 de dezembro de 2001, a ser paga até 10 de janeiro de 2002, desde que a falta de saque de quaisquer parcelas não tenha ocorrido como resultado de qualquer ato ou omissão do financiador; e (4) custo do seguro no valor de US\$ 231 mil. O financiamento foi garantido por uma nota promissória emitida pela Ferronorte em branco e apólice de seguro emitida pela Kuke S.A. As partes acertaram que o financiamento deve ser pago pela Ferronorte em 8 parcelas semi-anuais, devendo a primeira ser efetuada antes de 30 de junho de 2002. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 2.930 mil no passivo circulante e R\$ 4.335 mil no passivo de longo prazo.

(vii) Em 18 de dezembro de 2000, o BNDES, a Ferronorte e, ainda, a Brasil Ferrovias, a PREVI, a FUNCEF, a Constran, a CCP Overseas e a BRP, na qualidade de intervenientes, celebraram Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1, pelo qual o BNDES concedeu à Ferronorte uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00, à época da assinatura do contrato, a ser disponibilizada parceladamente, destinada a implantação de 290 km de ligação ferroviária no trecho compreendido entre Alto Taquari e a rodovia BR 163 e a investimentos em terminais de carga e descarga. As características do financiamento são: juros de 1,5% ao ano mais TJLP, exigível trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização. A carência é de 84 meses (até agosto de 2008) e o principal será pago em 96 prestações mensais e sucessivas. Este contrato é garantido pela (a) caução da totalidade das ações emitidas pela Ferronorte, de titularidade da Brasil Ferrovias e (b) caução do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário, nos termos do Contrato de Caução de Receita. Além de tais garantias, a Brasil Ferrovias é fiadora da Ferronorte neste contrato. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 331 mil no passivo circulante e R\$ 109.729 mil no passivo de longo prazo.

(viii) Em 29 de março de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o Unibanco, o Banco Bradesco, e o Banco BMC, Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, tendo como objeto o financiamento à Ferronorte no valor de R\$ 73.500 mil em recursos do BNDES, destinados à aquisição de 600 vagões graneleiros de alumínio. Estes recursos do BNDES foram repassados ao Unibanco, Banco Bradesco, e Banco BMC, em conformidade com o Contrato de Formação de Consórcio firmado entre eles. De acordo com este contrato, o valor do financiamento será acrescido de taxa de juros de 4% ao ano, acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente no dia 15 dos meses de julho, outubro, janeiro e abril do período compreendido entre 15 de abril de 1999 a 15 de abril de 2002, sendo devidos mensalmente a partir de 15 de maio de 2002. Este Contrato é garantido pela alienação fiduciária do objeto do financiamento, caução de parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário nos termos do Contrato de Caução de Receita, nota promissória no valor de R\$ 147.000 mil avalizada pela Brasil Ferrovias, declarando-se ela, ainda, como devedora solidária da Ferronorte. A Ferronorte deverá realizar a amortização deste financiamento em 84 meses, a partir de 15 de maio de 2002, tendo em vista o prazo de carência de 36 meses (de 15 de abril de 1999 a 15 de abril de 2002). Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 13.176 mil no passivo circulante e R\$ 59.078 mil no passivo de longo prazo.

(ix) Em 22 de abril de 1998 foi assinado o Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES número 10929, sendo o agente repassador o Banco Bradesco, objetivando a aquisição de 90 vagões da Maxion. A linha de financiamento era de R\$ 13.196 mil à época da contratação e o valor efetivamente tomado foi de R\$ 11.538 mil, de maio a novembro de 1998. Os juros cobrados são de 2,30% ao ano acima da TJLP, devidos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização. O prazo de carência para amortização é de 30 meses e a amortização ocorrerá em 90 parcelas, ou seja, o vencimento da operação ocorrerá em maio de 2008. A garantia da operação é uma nota promissória no valor de R\$ 24.391 mil. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 2.229 mil no passivo circulante e R\$ 7.225 mil no passivo de longo prazo.

(x) Em 09 de julho de 1992, o BNDES, a Feronorte, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, firmaram o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1, por meio do qual se concedeu à Feronorte, no prazo de 15 anos, uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000 mil, equivalente a US\$ 227.400 mil, objetivando o financiamento das obras da Fase I, referentes à implantação de 311 km de ferrovia, visando interligar Chapadão do Sul à malha ferroviária da Fepasa, atual Ferroban, em Santa Fé do Sul e a implantação de terminais de carga e descarga. Até junho de 1999 foram tomados o equivalente a US\$ 263.500 mil (taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2001). As características iniciais do financiamento eram: juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente de dezembro de 1992 a março de 1996, durante o período de carência, e mensalmente de abril de 1996 a julho de 2007; e amortização a ser paga mensal e sucessivamente em 107 parcelas, de abril de 1996 a julho de 2007. As características deste financiamento foram alteradas através de aditivos ao contrato assinados em setembro de 1992, dezembro de 1992, outubro de 1995, maio de 1996, fevereiro de 1998, fevereiro de 2001 e setembro de 2003. Os juros foram totalmente capitalizados de setembro de 1995 a março de 1999, março de 2000 a dezembro de 2001 e de junho de 2003 a fevereiro de 2004.

As características do financiamento que vigoram atualmente são: juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente de março de 2002 a dezembro de 2004, durante o período de carência e mensalmente de janeiro de 2005 a dezembro de 2014. A amortização deverá ser paga mensalmente de janeiro de 2005 a dezembro de 2014, sendo que no ano de 2005 paga-se 20% do valor das parcelas, em 2006 paga-se 35%, em 2007 paga-se 50% e em 2008 paga-se 75%.

Este contrato tem como garantia a caução de ações da Feronorte de titularidade dos seguintes acionistas: (a) Constran, (b) Itamarati S.A. Agropecuária, (c) Destilarias Itamarati S.A., (d) Calcário Tangará S.A. Indústria de Comércio, (e) Cia. Agrícola de Parecis – CIAPAR e (f) Olacyr Francisco de Moraes. Além da caução de ações, o contrato tem como garantias adicionais a fiança solidária da Constran, a hipoteca em primeiro grau de imóveis de propriedade da Usinas Itamarati S.A. e a caução de parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário nos termos do Contrato de Caução de Receita. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 53.758 mil no passivo circulante e R\$ 721.323 mil no passivo de longo prazo.

Operações de Arrendamento Mercantil (Leasing)

(i) Em 26 de abril de 1999, o Banco Santander S.A., na qualidade de arrendador, e a Feronorte, na qualidade de arrendatária, celebraram Contrato de Arrendamento Internacional para a aquisição de 50 locomotivas do tipo Dash 9, com potência de 4400 HP fabricadas nos Estados Unidos pela General Electric Transportation Systems (GETS).

Esta operação de *leasing* é relacionada a uma operação, na qual o Eximbank financiou o Santander Cayman que adquiriu as 50 locomotivas da GETS e fez o *leasing* das locomotivas para a Feronorte. Este financiamento tem como garantia a fiança do Santander Brasil (15,9%), da GETS (15,9%) e do BNDES (68,2%). As primeiras 16 locomotivas chegaram ao Brasil em maio de 1999, 12 chegaram em setembro e 22 chegaram em novembro de 1999. A operação de *leasing* é dividida em 6 partes, sendo 4 tranches referentes a chegada das locomotivas e 2 referentes à chegada de peças acessórias. A dívida é paga em moeda americana, e todas as tranches são pagas em 16 parcelas fixas mais juros. O período de pagamento das tranches vai de junho de 1999 a dezembro de 2007 e a taxa de juros média é de 9,4% ao ano.

Nos termos do Contrato de Arrendamento Mercantil Internacional, a Feronorte obrigou-se a pagar as seguintes taxas: (1) provisão de balanço patrimonial igual a 1,0% ao ano do saldo devedor devido segundo o contrato em 1º de janeiro do ano civil respectivo; (2) taxa de estruturação igual a 1,0% (a) do valor que o Banco Santander S.A. programou para desembolsar na data de aceitação, menos (b) US\$ 33 mil, devido pela arrendatária no máximo 2 dias úteis antes da data de aceitação para cada bem especificado no contrato; (3) carta de crédito, se for o caso, e, se não for exigida, taxa de processamento devida quando da emissão da carta de crédito ou quanto de cada data de pagamento de aluguel, conforme segue (a) taxa de emissão/confirmação de 0,125% por trimestre, mínimo de US\$ 250, (b) taxa de negociação de 0,125% do valor da carta de crédito, mínimo de US\$ 250, (c) taxa de assessoria/alteração igual a US\$ 150 por alteração, e (d) taxa de processamento de documento igual a 0,125% do valor da obrigação pecuniária devida em cada data de pagamento de aluguel, mínimo de US\$ 250; (4) comissão de compromisso do Eximbank igual a 50% dos valores não sacados devidos anualmente por ano vencido, a qual não se inclui na taxa de juros; e (5) juros sobre as parcelas fixas à taxa cobrada pelo Eximbank com relação ao empréstimo efetuado pelo Eximbank ao arrendador com relação as obrigações previstas no contrato, acrescido de 2,5% ao ano cobrado pelo arrendador sobre 13,515% do preço de aquisição de cada bem móvel objeto do contrato. Ainda, a arrendatária compromete-se a pagar (a) ao arrendador, a taxa de benefício da GE de 2,855% ao ano sobre 13,515% das parcelas fixas pendentes e (b) ao BNDES, a taxa de garantia igual a 2,5% ao ano de 68,20% do valor estipulado da perda.

O valor unitário das locomotivas foi determinado em US\$ 1.570 mil, sendo que parte do valor por locomotiva foi pago em dinheiro e o restante, equivalente às obrigações do *leasing* destas 22 locomotivas, foi assumido pela CVRD nos termos do contrato descrito acima. Duas locomotivas foram entregues em junho de 2003, quatro em julho de 2003 e dezesseis em agosto de 2003. Os pagamentos da CVRD ocorreram em dinheiro uma semana após as datas das respectivas entregas físicas.

Em 03 de abril de 2003 a Ferronorte assinou com a CVRD um memorando de entendimentos cujo objeto era a venda de 22 destas 50 locomotivas tipo Dash 9. Em 8 de maio de 2003 a Ferronorte, CVRD, Banco Santander Brasil S.A. e General Electric Company assinaram o ‘Assignment Agreement’ que determinou as condições e prazos de entrega das locomotivas e de pagamentos. Os detalhes deste contrato estão descritos na Seção “Contratos Relevantes da Emissora”.

Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 5.330 mil no passivo circulante.

Debêntures e Notas Promissórias

As características principais destas emissões encontram-se descritas na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas consolidadas da Emissora. As informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2000, 2001 e 2002 e 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes para os anos 2000, 2001 e 2002 e pela Trevisan Auditores Independentes para o ano 2003. As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras da Emissora, que são parte integrante deste Prospecto.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 30 de setembro	
	(em R\$ mil)			(em R\$ mil)	
	2000	2001	2002	2002	2003
Demonstração de Resultados					
Faturamento bruto.....	40.710	133.097	245.416	199.836	317.378
(-) Impostos e deduções.....	(2.894)	(4.872)	(11.008)	(8.528)	(18.794)
Faturamento líquido.....	37.816	128.225	234.408	191.308	298.584
(-) Custos dos serviços prestados	(75.989)	(197.604)	(312.934)	(227.090)	(225.352)
Resultado Bruto	(38.173)	(69.379)	(78.526)	(35.782)	73.232
(-) Desp. gerais, adm. e com vendas	(1.280)	(11.097)	(19.538)	(15.297)	(13.456)
(-) Outras rec. ou desp. Operacionais.....	18.614	6.511	2.867	1.074	21.532
(-) Resultado da equivalência patrimonial	0	0	(425)	0	(1.249)
Resultado Operacional.....	(20.839)	(73.965)	(95.622)	(50.005)	80.059
(+) Depreciação e Amortização.....	25.133	78.755	89.409	66.946	57.361
(+) Resultado da equivalência patrimonial	0	0	425	0	1.249
EBITDA (**).	4.294	4.790	(5.788)	16.941	138.669
(-) Resultado financeiro.....	0	(93.959)	(150.584)	(114.862)	(143.999)
Result. operacional após result. financ.....	(20.839)	(167.924)	(246.206)	(164.867)	(63.940)
Result. não operacional	0	13.495	526	10	(289)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(20.839)	(154.429)	(245.680)	(164.857)	(64.229)
Balanço Patrimonial					
Ativo circulante	78.561	49.201	76.798	68.416	101.064
Disponibilidades	49.915	10.228	21.471	12.905	17.144
Realizável a longo prazo	36.823	28.310	17.362	21.998	19.136
Ativo permanente	1.474.493	1.557.444	1.607.271	1.623.131	1.613.602
Total do ativo	1.589.877	1.634.955	1.701.431	1.713.545	1.733.802
Passivo Circulante	59.600	141.289	239.347	195.278	337.806
Dívida de curto prazo	44.789	78.127	75.819	99.580	202.905
Exigível a longo prazo	1.060.112	1.172.641	1.258.944	1.323.358	1.257.084
Dívida de longo prazo	925.559	1.059.896	1.232.311	1.205.618	1.251.557
Patrimônio líquido.....	470.165	321.025	203.140	194.909	138.912

(**) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos. O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro e o resultado da equivalência patrimonial.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

Os demonstrativos financeiros da Ferronorte apresentados nesta seção refletem a transição de sua fase de construção para fase pré-operacional e operacional.

Até o mês de março de 2000, a Ferronorte esteve concentrada somente em realizar as obras de construção da via férrea referente à Fase I de seu projeto, ou seja, o trecho que liga os Municípios de Aparecida do Taboado a Alto Taquari, conforme mencionado anteriormente neste Prospecto. Como a Ferronorte não estava operando, não houve geração de demonstrativos de resultado até o ano de 2000. De março de 2000 a fevereiro de 2001 inclusive, a Ferronorte passou a operar em parte da via férrea ainda em regime pré-operacional, sendo que a partir de março de 2001 a Emissora passou à sua fase operacional.

A análise do conteúdo abaixo mencionado restringe-se somente aos períodos onde foi verificado resultado. Os comentários a seguir devem ser lidos juntamente com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, que seguem anexas ao presente Prospecto.

Demonstrações de Resultado auditadas, para os exercícios de 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2000, 31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2002 e para os exercícios de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2002 e 30 de setembro de 2003:

	Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$ mil)			Exercícios findos em 30 de setembro (Em R\$ mil)	
	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>
Demonstração de Resultados					
Faturamento bruto	40.710	133.097	245.416	199.836	317.378
(-) Impostos e deduções	(2.894)	(4.872)	(11.008)	(8.528)	(18.794)
Faturamento líquido	37.816	128.225	234.408	191.308	298.584
(-) Custos dos serviços prestados	(75.989)	(197.604)	(312.934)	(227.090)	(225.352)
Resultado Bruto.....	(38.173)	(69.379)	(78.526)	(35.782)	73.232
(-) Desp. gerais, adm. E com vendas	(1.280)	(11.097)	(19.538)	(15.297)	(13.456)
(-) Outras rec. ou desp. Operacionais	18.614	6.511	2.867	1.074	21.532
(-) Resultado da equiv patrimonial	0	0	(425)	0	(1.249)
Resultado Operacional	(20.839)	(73.965)	(95.622)	(50.005)	80.059
(+) Depreciação e Amortização	25.133	78.755	89.409	66.946	57.361
(+) Resultado da equiv patrimonial	0	0	425	0	1.249
EBITDA (*).....	4.294	4.790	(5.788)	16.941	138.669
(-) Resultado financeiro	0	(93.959)	(150.584)	(114.862)	(143.999)
Result. operacional após result. financ.	(20.839)	(167.924)	(246.206)	(164.867)	(63.940)
Result. não operacional	0	13.495	526	10	(289)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício.....	(20.839)	(154.429)	(245.680)	(164.857)	(64.229)

(*) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos. O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro e o resultado da equivalência patrimonial.

Comparação entre os anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000 e entre os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2003 e de 2002

Faturamento Bruto

O faturamento bruto da Ferronorte cresceu 84,4% em 2002, em relação a 2001, passando de R\$ 133.097 mil para R\$ 245.416 mil. Este aumento ocorreu basicamente em função de melhorias feitas nas vias permanentes (trilhos) e material rodante (locomotivas e vagões), associado a um aumento da demanda pelos serviços da Ferronorte.

Já entre dezembro de 2000 e dezembro de 2001, o faturamento bruto da Ferronorte cresceu 227%, passando de R\$ 40.710 mil para R\$ 133.097 mil. O principal fator que influenciou tal crescimento foi o aumento no volume transportado: no ano de 2001 transportou-se 3.634 mil TUs, enquanto que no ano de 2000 transportou-se 1.406 mil TUs. Tal expansão é justificada pelo início das operações completas da Ferronorte, ocorrido a partir de 1º de março de 2001.

Na comparação dos dados para 9 meses, o total do faturamento da Ferronorte até setembro de 2003 cresceu 58,8% sobre o total do faturamento dos primeiros 9 meses de 2002. Os principais fatores que levaram a este crescimento foram (i) o aumento do volume transportado e (ii) o aumento das tarifas de transporte. O aumento no volume transportado deu-se basicamente em função da melhor produtividade do material rodante da empresa e aquisição/aluguel de novas locomotivas e vagões. O aumento nas tarifas médias é fruto de uma melhor negociação de contratos, que passaram a ter prazos mais longos e cláusulas de reajuste de acordo com a variação da inflação e do custo do óleo diesel, e da priorização dos fluxos mais rentáveis para a Ferronorte.

A tabela abaixo apresenta a composição do faturamento bruto e dos volumes transportados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro					Exercícios findos em 30 de setembro		
	(em R\$ mil)					(em R\$ mil)		
	2000	2001	%	2002	%	2002	2003	%
Faturamento com transportes	40.093	128.239	220%	245.022	91,1%	199.592	315.744	58,2%
Outros	617	4.858	687%	394	-92%	244	1.634	569,7%
Total do faturamento (R\$'000)	40.710	133.097	227%	245.416	94,4%	199.836	317.378	58,8%
Volume transportado (TU'MM)	1.406	3.634	158%	4.760	31%	4.760	4.631	-2,7%
Preço líquido médio (R\$/TU'000)	28,95	36,62	30%	51,55	40,8%	41,98	68,53	63,2%

O quadro abaixo apresenta a composição dos volumes transportados durante os anos de 2000, 2001 e 2002, e durante os 9 primeiros meses dos anos de 2002 e 2003, de onde destaca-se a importância da soja em grãos, que representou 75% do total de TU transportado de janeiro a setembro de 2003:

Mercadoria	TU realizada 2000 (toneladas)	TU realizada 2001 (toneladas)	TU realizada 2002 (toneladas)	TU até setembro 2002 (toneladas)	TU até setembro 2003 (toneladas)
Soja	989.295	2.326.871	3.065.110	2.740.809	3.236.891
Farelo	366.278	477.441	1.028.208	642.972	730.740
Milho	21.124	200.400	4.495	4.078	3.567
Algodão	402	200	-	-	-
Açúcar	15.435	43.648	50.675	37.237	46.159
Adubo	27.237	107.500	305.152	232.720	353.911
Trilhos	1.931	-	-	-	-
Peças e Acessórios	40	-	-	-	-
Derivados de Petróleo	-	8.996	301.077	214.092	250.009
Tração para Ferrobarragem	-	458.647	-	-	-
Diversos	-	10.180	4.863	3.891	9.874
Total	1.406.307	3.633.883	4.759.580	3.875.799	4.631.151

Faturamento líquido

O faturamento líquido da Ferronorte foi de R\$ 234.408 mil nos doze meses de 2002, comparado a R\$ 128.225 mil e R\$ 37.816 mil no mesmo período de 2001 e 2000, respectivamente, sendo estas variações explicadas principalmente pelas operações da Ferronorte. O faturamento líquido da Ferronorte nos primeiros 9 meses de 2002 foi de R\$ 191.308 mil e no mesmo período de 2003 foi de R\$ 298.584 mil. A explicação para esta variação está no tópico *Faturamento Bruto*, acima.

Custos operacionais

Entre 2001 e 2002, os custos operacionais da Ferronorte aumentaram 58,4%, atingindo R\$ 312.934 mil em dezembro de 2002. A comparação dos custos operacionais contabilizados nos anos findos em 2000 e 2001 mostra que houve um crescimento de 160% nesta rubrica, passando de R\$ 75.989 mil no período de janeiro a dezembro de 2000 para R\$ 197.604 mil no mesmo período de 2001. Já a comparação dos custos operacionais contabilizados no período de 9 meses findo em setembro de 2002 e 2003 mostra que estes permaneceram praticamente estáveis (queda de 0,8%), passando de R\$ 227.090 mil no período de janeiro a setembro de 2002 para R\$ 225.352 mil no mesmo período de 2003.

A principal razão para o crescimento dos custos entre 2000 e 2002 foi o início da operação completa da Ferronorte, em meados do primeiro semestre de 2001, ou seja, despesas como direito de passagem, tráfego mútuo, *leasing* de locomotivas, parte do pessoal e gastos na subsidiária Portofer, que antes eram alocadas no Ativo Diferido, passaram a ser alocadas no demonstrativo de resultados como operacionais. Além do mais, com

o início da operação a empresa passou a amortizar parte das despesas com a Fase I das obras da via férrea. Já entre setembro de 2002 e setembro de 2003, apesar de não ter sido verificada variação relevante no total dos custos, pode-se constatar que devido ao aumento no volume de transportes de cargas, os custos variáveis aumentaram em 2003, porém, este aumento foi compensado por uma diminuição de despesas com leasing de locomotivas repassadas para a CVRD.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro					Exercícios findos em 30 de setembro		
	(em R\$ mil)					(em R\$ mil)		
	2000	2001	%	2002	%	2002	2003	%
Salários e encargos	319	11.472	3.496%	14.937	30%	11.071	14.438	30%
Óleo Diesel	7.511	10.522	40%	33.825	221%	25.684	48.509	89%
Leasing e Aluguéis	30.831	43.401	41%	87.925	103%	62.638	34.707	-45%
Material	285	1.320	363%	1.893	43%	1.453	574	-61%
Depreciação e Amortização	25.133	78.755	213%	89.409	14%	66.946	57.361	-14%
Dir. Passagem/Tráfego Mútuo	-	20.891		32.171	54%	25.212	32.352	28%
Outros	11.910	31.243	162%	52.774	69%	34.086	37.411	10%
Total	75.989	197.604	160%	312.934	58%	227.090	225.352	-0,8%

A rubrica “Salários e Encargos” no ano 2001 apresenta um saldo consideravelmente maior do que o saldo referente ao ano 2000. Tal diferença justifica-se pois a maior parte das despesas com Salários e Encargos no ano de 2000 foi levada ao ativo diferido, visto que a empresa ainda encontrava-se em fase pré-operacional. Em março de 2001, a Ferronorte passou formalmente à fase operacional e desta forma, passou a contabilizar normalmente as despesas referentes a esta rubrica. O aumento no saldo de Salários e Encargos apresentado nos demonstrativos do acumulado dos 9 primeiros meses de 2003 em relação a 2002 pode ser justificado pelo aumento do número de funcionários no período.

A variação apresentada na rubrica de “Óleo Diesel” é justificada basicamente por uma combinação do aumento no volume transportado em cada exercício, aumento da extensão da via férrea, diferimento desta despesa nos dois primeiros meses de 2001 e aumento no preço do óleo diesel. Houve aumento de 19,5% do volume transportado nos primeiros 9 meses de 2003 em relação aos 9 primeiros meses do exercício anterior. Com relação à rubrica “Leasing e Aluguéis”, a variação entre 2000 e 2002 deu-se basicamente em função da variação cambial, haja visto que a maior parte das locomotivas da Ferronorte são importadas e em função das operações de “sale-leaseback”, que também foram contabilizadas nesta rubrica. Já entre setembro de 2002 e setembro de 2003, a diminuição verificada deveu-se ao fato de que, até março de 2003, a Ferronorte pagava o arrendamento de 50 locomotivas. Atualmente a Emissora paga o arrendamento de 28 locomotivas apenas, tendo em vista a cessão de 22 locomotivas para a CVRD. Os detalhes da cessão estão descritos na Seção “Contratos Relevantes da Emissora”.

A variação na rubrica “Depreciação e Amortização” entre os 9 primeiros meses de 2003 e os 9 primeiros meses de 2002 ocorre, principalmente, porque, a partir de janeiro de 2003, a Ferronorte, baseada em laudo técnico especializado, optou por diminuir as taxas de depreciação das contas de Infra e Superestrutura. Do valor de R\$ 66.946 mil apresentado nesta rubrica ao fim de setembro de 2002, R\$ 23.711 mil refere-se à depreciação acumulada nos meses de janeiro a setembro e R\$ 43.235 mil refere-se à amortização do diferido. Em 30 de setembro de 2003, o montante apresentado na rubrica “Depreciação e Amortização” refere-se à depreciação acumulada no período R\$ 10.224 mil e à amortização acumulada no período R\$ 47.136 mil.

A rubrica "Direito de Passagem/Tráfego Mútuo" refere-se a despesas incorridas pela Ferronorte por passar com suas cargas em malhas ferroviárias de terceiros, utilizando tração própria ou não. No ano de 2000, assim como nos primeiros dois meses de 2001, esta despesa foi diferida. O aumento verificado nesta rubrica no comparativo dos 9 primeiros meses de 2002 com o mesmo período de 2003 justifica-se basicamente pelo aumento do volume de cargas transportado (19,50%) e pelo aumento de parte das tarifas de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo.

Na rubrica “Outros” do ano de 2001, encontram-se despesas como a Portofer (R\$ 5.900 mil), por exemplo. No ano 2000, assim como nos dois primeiros meses de 2001, parte das despesas alocadas na rubrica "Outros" foram diferidas. O aumento verificado na rubrica “Outros” no comparativo dos primeiros 9 meses dos anos de 2002 e 2003 justifica-se basicamente pela variação dos saldos de rubricas como Portofer (R\$ 2.389 mil nos 9 primeiros meses de 2003 contra R\$ 3.801 mil no mesmo período de 2002), Acidentes e Indenizações (R\$ 8.848 mil nos 9 primeiros meses de 2003 contra R\$ 6.628 mil no mesmo período de 2002) e Serviços de Terceiros (R\$ 13.451 mil nos 9 primeiros meses de 2003 contra R\$ 13.060 mil no mesmo período de 2002). Algumas destas rubricas também sofrem os efeitos da inflação, sendo reajustadas, na maioria das vezes, de acordo com os índices de inflação registrados.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

A comparação dos números contabilizados na rubrica “Despesas gerais, administrativas e com vendas” nos anos findos em 2000 e 2001 apresenta um aumento de 767%, passando de R\$ 1.280 mil no ano 2000 para R\$ 11.097 mil no ano de 2001. Este efeito ocorre pois durante o ano de 2000, a Ferronorte considerou parte das despesas como pré-operacionais, em decorrência de não ter atingido a meta de volume a ser transportado em 2000, prevista no Plano de Negócios e Orçamento. Estas despesas foram diferidas e não afetaram o resultado de 2000. Já entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, o aumento verificado foi de 76,1%, atingindo R\$ 19.538 mil em 2002, em virtude, principalmente, de aumento de salários, serviços de terceiros e impostos e taxas decorrentes de movimentações financeiras.

A comparação dos números contabilizados na rubrica “Despesas gerais, administrativas e com vendas” nos períodos de 9 meses findos em setembro de 2002 e 2003 apresenta uma diminuição de 12,0%, passando de R\$ 15.297 mil em 2002 para R\$ 13.456 mil em 2003. A variação justifica-se pois houve uma diminuição em impostos e taxas decorrentes de movimentações financeiras e nos serviços de terceiros, principalmente aqueles relacionados a assessoria jurídica.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2002, a Feronorte apresentou outras receitas operacionais de R\$ 4.393 mil e outras despesas operacionais de R\$ 1.951 mil, resultando em um saldo líquido de R\$ 2.442 mil. Este resultado representa uma queda de 62,5% em relação a 2001, sendo explicada basicamente por uma diminuição na receita oriunda de aluguel de armazéns e material rodante, que passaram a ser utilizados diretamente nas operações da Feronorte em 2002.

A Feronorte registrou outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, de R\$ 18.614 mil no ano 2000, comparado a R\$ 6.511 mil no ano de 2001. As outras receitas operacionais referem-se basicamente a cessões e locações de material rodante, aluguel de depósito e armazéns e serviço de tração. Em 2000, ocorreram receitas sob esta rubrica com o ressarcimento pago pela Ferrobán por perda de receita devido a acidentes no trecho desta empresa (R\$ 8.000 mil), a venda de trilhos para terceiros (R\$ 4.000 mil) e a venda de terras (R\$ 2.000 mil). Em 2000, as despesas operacionais somaram R\$ 7.000 mil. Em 2001, ocorreram receitas sob esta rubrica com cessões e locações (R\$ 3.000 mil), aluguel de depósitos e armazéns (R\$ 2.000 mil), entre outros. Em 2001, as outras despesas operacionais somaram R\$ 500 mil.

A Feronorte registrou outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, de R\$ 1.074 mil nos primeiros 9 meses de 2002, comparado a R\$ 20.283 mil no mesmo período de 2003. No período referente a 2002, o montante da rubrica refere-se basicamente a receitas e despesas extraordinárias associadas à venda de materiais/sucata. No período referente a 2003, foi apropriado nessa rubrica o montante de R\$ 20.371 mil referente a reversão parcial da provisão para pagamento de leasing de locomotivas em decorrência da repactuação do contrato inicial de arrendamento mercantil.

Resultado operacional antes do resultado financeiro, depreciações e amortizações (EBITDA)

A Feronorte apresentou um EBITDA negativo de R\$ 5.788 mil em 2002, revertendo um resultado positivo obtido em 2001. Esta queda deve-se principalmente ao aumento verificado em despesas gerais, administrativas e vendas e à diminuição observada em outras receitas operacionais líquidas.

O EBITDA da empresa em 2000 foi positivo em R\$ 4.294 mil, graças ao ganho adicional originado em outras receitas/despesas operacionais líquidas de R\$ 18.614 mil. O EBITDA da empresa em 2001 foi de R\$ 4.790 mil. A comparação entre os valores de EBITDA apresentados fica prejudicada pois a empresa ainda operou em fase pré-operacional em 2000.

O EBITDA da empresa nos primeiros 9 meses de 2003 foi positivo em R\$ 138.669 mil e no mesmo período referente a 2002 foi positivo em R\$ 16.941 mil. A explicação para esta variação de 718,5% encontra-se basicamente na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais", que nos 9 primeiros meses de 2003 registrou um saldo positivo de R\$ 21.532 mil (um aumento de 1.905% em relação ao saldo registrado no mesmo período de 2002), além do fato de o Faturamento Líquido ter crescido 56,1% enquanto a rubrica "Custos dos Serviços Prestados" apresentou uma queda de 0,8%.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido obtido pela Ferronorte em dezembro de 2002 foi de R\$ 150.584 mil negativos, representando um aumento de 60,3% em relação ao exercício anterior. Este aumento pode ser explicado por um aumento do endividamento da Ferronorte assim como pelo fato de parte das despesas financeiras relativas a 2001 terem sido diferidas nos dois primeiros meses de 2001 porque o trecho onde os recursos estavam sendo aplicados ainda não estava em operação.

A Ferronorte registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 93.959 mil em 2001. Durante o ano 2000, a Ferronorte considerou parte das despesas como pré-operacionais, em decorrência de não ter atingido a meta de volume a ser transportado em 2000, prevista no plano de negócios e orçamento. Assim, despesas financeiras num montante de R\$ 137.000 mil foram contabilizadas no diferido em 2000.

As despesas financeiras líquidas acumuladas pela Ferronorte nos primeiros 9 meses de 2002 foram de aproximadamente R\$ 114.862 mil e as despesas financeiras líquidas acumuladas no mesmo período de 2003 foram de aproximadamente R\$ 143.999 mil. A variação de 25,4% nesta rubrica decorreu de um aumento do endividamento da Companhia, assim como, do início da amortização dos gastos provenientes da implementação da Fase II em março de 2003 (ou seja, as despesas financeiras relativas a esta fase deixaram de ser diferidas).

A tabela abaixo apresenta a abertura dos resultados financeiros da Emissora no ano de 2002, nos 9 primeiros meses de 2002 e 9 primeiros meses de 2003:

	2002	setembro de 2002	setembro de 2003	%
	(em R\$ mil)			
Variações cambiais e monetárias passivas	68.911	54.900	65.241	18,8%
Juros e outras despesas financeiras	91.056	67.386	126.580	87,8%
Total de despesas financeiras	159.967	122.286	191.821	56,9%
Variações cambiais e monetárias ativas	43	41	-	-100%
Outras receitas financeiras	9.340	7.383	47.822	547,7%
Total de receitas financeiras	9.383	7.424	47.822	544,2%
Resultado financeiro	(150.584)	(114.862)	(143.999)	25,4%

Resultado Operacional após Resultado Financeiro

Em dezembro de 2002, a Ferronorte apresentou um resultado operacional após o resultado financeiro de R\$ 246.206 mil, representando um aumento de 46,6% em relação ao resultado obtido em 2001. Esta variação pode ser explicada pelas variações verificadas nas rubricas anteriores, notadamente pelo aumento do prejuízo operacional e do prejuízo financeiro.

A Emissora registrou R\$ 20.839 mil (negativos) como resultado operacional após o resultado financeiro em 2000 e R\$ 167.924 mil (negativos) em 2001. Tal variação deu-se basicamente em função do início formal das operações da Ferronorte em março de 2001, no trecho caracterizado como Fase I. Até aquele mês, uma parte significativa das despesas vinha sendo diferida, inclusive as despesas financeiras. Entretanto, em 2001 tais despesas passaram a ser refletidas no demonstrativo de resultado através da rubrica “Depreciação/amortização”.

A Emissora registrou R\$ 164.867 mil (negativos) como resultado operacional após o resultado financeiro nos 9 primeiros meses de 2002 e R\$ 63.940 mil (negativos) nos 9 primeiros meses de 2003. Tal variação deu-se basicamente em função de um expressivo aumento no Resultado Bruto e em Outras Receitas/Despesas Operacionais, apesar de ter sido verificado um maior prejuízo financeiro.

Resultado líquido

Em 2002, a Emissora apresentou um prejuízo de R\$ 245.680 mil (59,1% maior que o registrado em 2001). Tal variação pode ser explicada pelas variações comentadas nas rubricas anteriores.

A Ferronorte registrou um prejuízo líquido de R\$ 20.839 mil no ano 2000 e prejuízo de R\$ 154.429 mil no ano de 2001, basicamente como decorrência dos fatores mencionados anteriormente. Adicionalmente, em 2001 a Ferronorte apresentou no demonstrativo de resultados um resultado não operacional de R\$ 13.495 mil que não houve no ano 2000 (Receitas não operacionais de R\$ 15.764 mil e Despesas não operacionais de R\$ 2.269 mil). Tal resultado não operacional ocorreu em função de operações de “sale-lease back” de vagões e locomotivas, ou seja, a Ferronorte vendeu uma pequena parte da sua frota de material rodante baixando seu ativo imobilizado, para em seguida alugar este mesmo material rodante.

A Ferronorte registrou um prejuízo líquido de R\$ 164.857 mil nos 9 primeiros meses de 2002 e prejuízo de R\$ 64.229 mil nos 9 primeiros meses de 2003, basicamente como decorrência dos fatores mencionados anteriormente.

Liquidez e Recursos de Capital

Em 31 de dezembro de 2002, a Ferronorte apresentava disponibilidades de R\$ 21.471 mil e dívida total de R\$ 1.308.130 mil, dos quais 5,8% encontravam-se alocados no curto prazo e 98,9% eram expressos em moeda nacional. No ano fiscal de 2002, a Ferronorte obteve geração EBITDA negativa de R\$ 5.788 mil.

O quadro a seguir resume a evolução das dívidas da Ferronorte e seus passivos financeiros de 31 de dezembro de 2000 a 2002:

<i>Em R\$ mil</i>	31 de dezembro de 2000	31 de dezembro de 2001	31 de dezembro de 2002
Moeda Nacional	41.333	63.421	68.978
FINAME/FINAM	4.193	12.147	16.163
Notas Promissórias	0	25.773	-
Debêntures	-	-	11.421
Outros	37.141	25.501	41.394
Moeda Estrangeira	3.456	14.706	6.841
Financiamento de Importação	3.456	14.706	6.841
Total do Endividamento de Curto Prazo	44.789	78.127	75.819
 Moeda Nacional	 916.668	 1.052.113	 1.225.325
Recursos do BNDES	602.908	717.070	798.896
FINAME/FINAM	93.637	86.397	79.738
Debêntures	220.124	229.161	320.875
Outros	0	19.485	25.816
Moeda Estrangeira	8.891	7.783	6.986
Financiamento de Importação	8.891	7.784	6.986
Total do Endividamento de Longo Prazo	925.559	1.059.896	1.232.311
 Endividamento Total	 970.348	 1.138.023	 1.308.130
 Disponibilidades	 49.915	 10.228	 21.471
 Dívida líquida	 920.433	 1.127.795	 1.286.659
 Patrimônio Líquido	 470.165	 321.026	 203.140

<i>Em R\$ mil</i>	31 de dezembro de 2000	31 de dezembro de 2001	31 de dezembro de 2002
Capitalização	1.390.598	1.448.821	1.489.799
Dívida Líquida/capitalização	66,2%	77,8%	86,4%

Em 30 de setembro de 2003, a Ferronorte apresentava disponibilidades de R\$ 17.144 mil e dívida total de R\$ 1.454.462 mil, dos quais 13,9% encontravam-se alocados no curto prazo e 99,5% eram expressos em moeda nacional. Nos 9 primeiros meses de 2003, a Ferronorte obteve geração EBITDA de R\$ 138.669 mil.

O quadro a seguir resume a evolução das dívidas da Ferronorte e seus passivos financeiros de 30 de setembro de 2002 e 30 de setembro de 2003:

<i>Em R\$ mil</i>	30 de setembro de 2002	30 de setembro de 2003
Moeda Nacional	83.072	199.976
Recursos do BNDES	14.827	54.089
FINAME	15.734	16.997
Notas Promissórias	100	-
Debêntures	3.336	58.649
Outros	49.075	70.241
Moeda Estrangeira	19.844	2.929
Financiamento de Importação de Trilhos	19.844	2.929
Total do Endividamento de Curto Prazo	102.916	202.905
Moeda Nacional	1.195.992	1.247.222
Recursos do BNDES	791.369	831.052
FINAME	77.462	70.350
Debêntures	307.540	341.691
Outros	19.621	4.129
Moeda Estrangeira	9.626	4.335
Financiamento de Importação de Trilhos	9.626	4.335
Total do Endividamento de Longo Prazo	1.205.618	1.251.557
Endividamento Total	1.308.534	1.454.462
Disponibilidades	12.905	17.144
Dívida líquida	1.295.629	1.437.318

<i>Em R\$ mil</i>	30 de setembro de 2002	30 de setembro de 2003
	2002	2003
Patrimônio Líquido	194.909	138.912
Capitalização	1.490.538	1.576.230
Dív. Líquida/capitalização	86,9%	91,2%

A 1ª emissão de debêntures da Ferronorte, conversíveis em ações ordinárias, no valor total de R\$ 100.000 mil, é datada de 1º de julho de 1997. As debêntures têm prazo de vencimento de 19 anos e remuneração estabelecida em 15% ao ano acima da TJLP.

A 2ª emissão de debêntures da Ferronorte, de valor total de R\$ 60.000 mil, foi emitida em 10 de abril de 2000, tem prazo de 7 anos, a garantia é flutuante, a remuneração foi estabelecida de acordo com a variação da TJLP, acrescida de 4% ao ano, e foi totalmente subscrita pelo Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM.

A 3ª emissão de debêntures da Ferronorte, de valor total de R\$ 40.000 mil, foi emitida em 14 de janeiro de 2002, tem prazo de 7 anos, com garantia flutuante, a remuneração foi estabelecida de acordo com a variação da TJLP mais 4% ao ano. Esta emissão foi totalmente subscrita pelo Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM.

Na 4ª emissão de debêntures da Ferronorte, com montante total de R\$ 45.000 mil, foram emitidas 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10 mil na data de emissão, 20 de junho de 2002. As debêntures da 4ª emissão fazem jus a juros remuneratórios de 105% da variação da Taxa DI, tendo vencimento previsto para 20 de abril de 2005.

Os detalhes sobre as emissões de debêntures e notas promissórias da Emissora estão descritos na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”.

O financiamento direto do BNDES para a Fase I teve seu contrato assinado em 09 de julho de 1992, com prazo de 15 anos. A linha de crédito era equivalente a US\$ 227.400 mil na época, e o total de crédito obtido até junho de 1999 é equivalente a US\$ 263.500 mil. As características deste contrato de financiamento estão descritos na Seção “Capitalização da Emissora”.

Investimentos

Os investimentos da Ferronorte foram de R\$ 161.000 mil em 2000. Em todo o ano de 2001, a Ferronorte investiu R\$ 181.900 mil, sendo a maior parte em expansão da via permanente. Dos R\$ 181.900 mil, R\$ 155.000 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido. Os investimentos deram-se basicamente nas obras da Fase II, que quando terminada, ligará Alto Taquari (MS) a Rondonópolis (MT). A parte referente a serviços, despesas financeiras, estará sendo alocada no ativo diferido para ser amortizado após o início das operações deste novo trecho. Dentre estes investimentos encontram-se desembolsos em material rodante, dormentes, desembolsos com obras em geral, estudos, processamento de dados, entre outros.

Em 2002, a Ferronorte investiu R\$ 140.000 mil, sendo a maior parte em expansão da via permanente, ou seja, na Fase II de expansão da via permanente no trecho entre Alto Taquari (MT) e Alto Araguaia (MT). Deste valor, R\$ 100.000 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido.

De janeiro a setembro de 2003, a Ferronorte investiu R\$ 64.840 mil, sendo a maior parte no aumento do material rodante. Deste valor, R\$ 59.500 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA

Nos últimos anos, a Emissora acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos, por meio de emissões de debêntures e de notas promissórias. A Emissora realizou quatro emissões de debêntures e quatro emissões de notas promissórias.

A Primeira Emissão de Debêntures em 1996 – Emissão Pública

Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Emissora aprovou a 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da Ferronorte, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 100.000 mil, com data de emissão em 1º de julho de 1997 e vencimento previsto para 30 de junho de 2016. A emissão se deu através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPar.

As características e condições destas debêntures foram alteradas em 30 de setembro de 2001 através de um aditamento à escritura, em consonância com a Decisão no DIR.071/2001 do BNDESPar datada de 2 de agosto de 2001. As características determinadas no aditamento e que vigoram atualmente referem-se (i) ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 1,5% ao ano acima da TJLP, (ii) à capitalização dos juros incorridos entre julho de 1999 e dezembro de 2006, (iii) ao programa de amortizações que inicia-se em julho de 2011 e termina em 30 de junho de 2016, data que refere-se justamente ao vencimento das debêntures, (iv) à possibilidade de permuta das debêntures por ações ordinárias da Brasil Ferrovias a critério dos debenturistas e (v) à programação de pagamento do prêmio, que passa a referir-se às receitas líquidas da Ferronorte no período de 2001 a 2016.

As debêntures passam a ter uma garantia adicional referente à caução de parte do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte, conforme previsto no Contrato de Caução de Receita. Os juros devidos entre a data da emissão e junho de 1999 foram pagos normalmente, conforme determinava a escritura à época.

Para maiores detalhes sobre o Contrato de Caução de Receita, ver Seção “Contratos Relevantes da Emissora”.

Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor da 1ª emissão pública de debêntures era de aproximadamente R\$ 203.864 mil, no passivo de longo prazo.

A Segunda Emissão de Debêntures em 2000 – Emissão Privada

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora aprovou a emissão de 60.000 mil debêntures simples, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$60.000 mil. A data de emissão é 10 de abril de 2000 e a data de vencimento é 10 de abril de 2007. As debêntures conferem ao seu titular direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP acrescidos de 4% ao ano, a serem pagos semestralmente. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos, e prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Após o período de carência,

a capitalização dos juros passa a ser somente com base no percentual referente à TJLP. Como garantia adicional à esta emissão, foi outorgada fiança pela Brasil Ferrovias. Todas as debêntures foram subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e foram integralizadas em moeda corrente nacional. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor desta emissão era de aproximadamente R\$ 13.680 mil, no passivo de curto prazo e R\$ 82.078 mil no passivo de longo prazo.

A Terceira Emissão de Debêntures em 2001 – Emissão Privada

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora aprovou a emissão de 40.000 mil debêntures conversíveis em ações preferenciais classe “A” da Ferronorte, com garantia flutuante, com valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 40.000 mil, que foram integralmente subscritas em moeda corrente nacional pelo FINAM. A data de emissão é 14 de janeiro de 2002 e a data de vencimento é 14 de janeiro de 2009. As debêntures desta emissão conferem aos seus titulares direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP, acrescidos de 4% ao ano, a serem pagos semestralmente. O prazo para conversão das debêntures em ações é de 1 ano, a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado, a ser emitido quando as obras da Fase II até Rondonópolis (MT) forem concluídas. A conversão deverá ocorrer a exclusivo critério do Banco da Amazônia S.A. – BASA, pelo PUC – Preço Unitário de Conversão, estipulado na forma dos parágrafos 3º, 4º e 5º do Artigo 5º do Decreto no 101 de 17 de abril de 1991, observado ainda o que dispõe o Artigo 170, parágrafo 1º, da Lei no 6.404/76. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos e de carência de 4 anos, contados da data de integralização. Após o período de carência, a capitalização dos juros passa a ser somente com base no percentual referente à TJLP. Como garantia adicional à esta emissão, foi outorgada fiança, pela Brasil Ferrovias. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor da terceira emissão de debêntures era de aproximadamente R\$ 51.038 mil, no passivo de longo prazo.

A Quarta Emissão de Debêntures em 2002 – Emissão Pública

A 4ª emissão de debêntures da Ferronorte foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 08 de fevereiro de 2002 e teve suas condições e características alteradas conforme as deliberações nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 1º de abril de 2002, 03 de junho de 2002, 10 de julho de 2002, 03 de setembro de 2002, 26 de dezembro de 2002, 19 de maio de 2003 e 17 de novembro de 2003 e nas assembléias gerais de debenturistas de 19 de novembro de 2002, 19 de maio de 2003 e 17 de novembro de 2003.

A emissão foi de 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10 mil na data de emissão, 20 de junho de 2002, totalizando assim o montante de R\$ 45.000 mil. O prazo da emissão é de 2 anos e dez meses e a data de vencimento é 20 de abril de 2005. A emissão deu-se em série única e as debêntures são da espécie sem garantias nem preferências. A colocação primária e a negociação das debêntures dão-se no ambiente do sistema BOVESPA FIX, gerido pela CBLIC. As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 105% da variação da Taxa DI que serão devidos nas mesmas datas programadas para o pagamento de amortizações, conforme descritos acima.

A amortização dar-se-á em 4 parcelas, devidas nos dias 20 de julho de 2002, 20 de agosto de 2002, 20 de setembro de 2002 e 20 de abril de 2005. As amortizações devidas em 2002 equivalem cada uma a 1/24 (um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures e a amortização devida em 2005 equivale a 21/24 (vinte e um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas

em ações ordinárias da Ferronorte a critério dos debenturistas a qualquer tempo a partir da data de emissão. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com a tabela abaixo, conforme prevista na escritura da emissão.

<u>Período de Conversão</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias por Debênture</u>
Até 20.07.2002	3.300
De 21.07.2002 a 20.08.2002	3.162
De 21.08.2002 a 20.09.2002	3.025
De 21.09.2002 a 20.04.2005	2.887

A distribuição pública das debêntures foi iniciada em 18 de setembro de 2002, tendo ficado suspensa no período de 06 de dezembro de 2002 a 25 de fevereiro de 2003, e foi encerrada em 17 de maio de 2003. A suspensão da distribuição das debêntures ocorreu porque em novembro de 2002, após o início da colocação e da integralização de debêntures, suas características foram parcialmente alteradas, conforme proposta da Emissora ratificada na assembleia geral de debenturistas de 19 de novembro de 2002. Após a realização da AGE de 26 de dezembro de 2002, que determinou a incorporação das referidas alterações na escritura da emissão e a aprovação pela CVM, foi autorizado o reinício da distribuição das debêntures. No dia do encerramento da distribuição, todas as 4.500 debêntures haviam sido vendidas.

Atualmente a PREVI e a FUNCEF detêm 1.125 debêntures cada, a Brasil Ferrovias detêm 2.236 debêntures e as demais 14 debêntures são mantidas na tesouraria da Emissora. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor da 4ª emissão de debêntures era de aproximadamente R\$ 44.970 mil no passivo de curto prazo e R\$ 4.711 mil no passivo de longo prazo.

A Terceira Emissão de Notas Promissórias em 2003

Em 17 de setembro de 2003, a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora deliberou a 3ª emissão pública de até 160 notas promissórias da Emissora, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 80.000 mil. As notas promissórias serão colocadas mediante aplicação de deságio sobre o seu valor nominal unitário, a fim de adequar a remuneração do título às condições de mercado quando de sua colocação. O prazo de colocação destas notas é de 180 dias a contar do registro da emissão, que se deu em 06 de novembro de 2003. A data de emissão das notas promissórias é a data da efetiva integralização das mesmas. Estas notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da referida data de emissão. Até a data deste Prospecto, haviam sido integralizadas 80 notas promissórias, representando um valor nominal total de R\$ 40.000 mil.

A Quarta Emissão de Notas Promissórias em 2004

Em 19 de dezembro de 2003, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora deliberou a 4ª emissão pública de até 80 notas promissórias da Emissora, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 40.000 mil. As notas promissórias serão colocadas mediante aplicação de deságio sobre o seu valor nominal unitário, a fim de adequar a remuneração do título às condições de mercado quando de sua colocação. O prazo de colocação destas notas promissórias é de 180 dias a contar do registro da emissão, que se deu em 11 de fevereiro de 2004. Até a data deste Prospecto, haviam sido integralizadas 40 notas promissórias, representando um valor nominal total de R\$ 20.000 mil.

Ações

A Emissora possui ações ordinárias negociadas na SOMA, onde estão registradas para negociação desde junho de 1999. Até 30 de setembro de 2003, não houve negociações com as ações em volume suficiente para precificá-las. Em 30 de setembro de 2003, o valor patrimonial das ações da Emissora era de aproximadamente R\$ 0,35 por ação.

INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO BRASILEIRO

A Origem e o Desenvolvimento da Indústria Ferroviária

A ferrovia é o meio de transporte mais econômico para a realização de transportes terrestres de longa distância, sendo essencial para o deslocamento de grandes quantidades de mercadorias no território brasileiro ou em uma cadeia logística internacional.

A estrutura férrea do país é do século XIX e início do século XX, apresentando condições precárias, em virtude do traçado da malha ferroviária, da velocidade média dos trens, da quantidade de acidentes, dentre outros fatores.

O transporte ferroviário nunca teve uma grande participação no mercado do transporte de cargas brasileiro, tornando-se, nas últimas décadas, defasado e ineficiente, em virtude de diversos fatores institucionais, político-econômicos e técnico-operacionais. Nos anos de 1991 e 1994 especialmente, o modal ferroviário perdeu significativa fatia do mercado de transportes no Brasil. No entanto, entre os anos de 1997 e 1999, com a privatização das ferrovias, os investimentos em transportes aumentaram cerca de 8 vezes.

A malha ferroviária nacional contava antigamente com aproximadamente 29 mil km de linha férrea e era operada basicamente por 4 grandes empresas: (i) RFFSA; (ii) Estrada de Ferro Vitória-Minas; (iii) Estrada de Ferro Carajás; e (iv) Ferrovia Paulista S.A., sendo as 3 primeiras de propriedade do Governo Federal e a última de propriedade do Governo do Estado de São Paulo.

No início da década de 1990, o Governo Federal, impossibilitado de gerar recursos necessários para continuar financiando os investimentos no setor ferroviário, com vistas ao aumento da oferta e melhoria de serviços, colocou em prática ações voltadas para a privatização, concessão e delegação de serviços públicos de transportes a Estados, Municípios e à iniciativa privada. Sendo assim, a malha ferroviária nacional foi dividida em sete trechos, excluindo a Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas, que foram privatizadas juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce, proprietária destas duas empresas.

O modelo de privatização escolhido para a RFFSA tinha como objetivos desonerar a União, fomentar investimentos e aumentar a eficiência operacional. Com base nesses objetivos, estabeleceu-se a divisão do sistema operado pela RFFSA em seis malhas regionais, a saber: (i) malha Oeste, abrangendo a SR-10 (Bauru), com 1.621 km; (ii) malha Centro-Leste, reunindo a SR-2 (Belo Horizonte), SR-7 (Salvador) e SR-8 (Campos), com 7.080 km; (iii) malha Sudeste, reunindo a SR-3 (Juiz de Fora) e SR-4 (São Paulo), com 1.674 km; (iv) Estrada de Ferro Tereza Cristina, abrangendo a SR-9 (Tubarão), com 164 km; (v) malha Sul, reunindo a SR-5 (Curitiba) e SR-6 (Porto Alegre), com 6.586 km; e (vi) malha Nordeste, reunindo a SR-1 (Recife), SR-11 (Fortaleza) e SR-12 (São Luís), com 4.534 km.

As malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Estrada de Ferro Tereza Cristina, Sul e Nordeste foram outorgadas pela União para a Novoeste, Ferrovia Centro - Atlântica S.A., MRS Logística S.A., Ferrovia Tereza Cristina S.A., Ferrovia Sul Atlântico S.A. e Companhia Ferroviária do Nordeste, respectivamente. A privatização da RFFSA rendeu ao Governo Federal receitas de aproximadamente R\$ 1,52 bilhão.

A Indústria Ferroviária na Atualidade

As empresas vencedoras dos leilões referentes às malhas ferroviárias acima herdaram da RFFSA um quadro de baixa produtividade e obsolescência. Para organizar as empresas, recuperar as principais malhas e resgatar os clientes tradicionais, as empresas concessionárias de ferrovias estão realizando investimentos para modernizar o segmento de transportes de cargas, com a utilização de recursos estratégicos, tecnologia de ponta e oferta de serviços diferenciados. Nos últimos anos, foram investidos cerca de R\$ 1,5 bilhão no aumento da produção, reduzindo em aproximadamente 50% o índice de acidentes e gerando 15 mil novos empregos na indústria ferroviária.

Adicionalmente, as concessionárias estão procurando ampliar o rol de produtos transportados, que, nos dias de hoje, compõe-se basicamente de minérios e produtos agrícolas.

Atualmente, de todo o volume de cargas transportado no território brasileiro 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário.

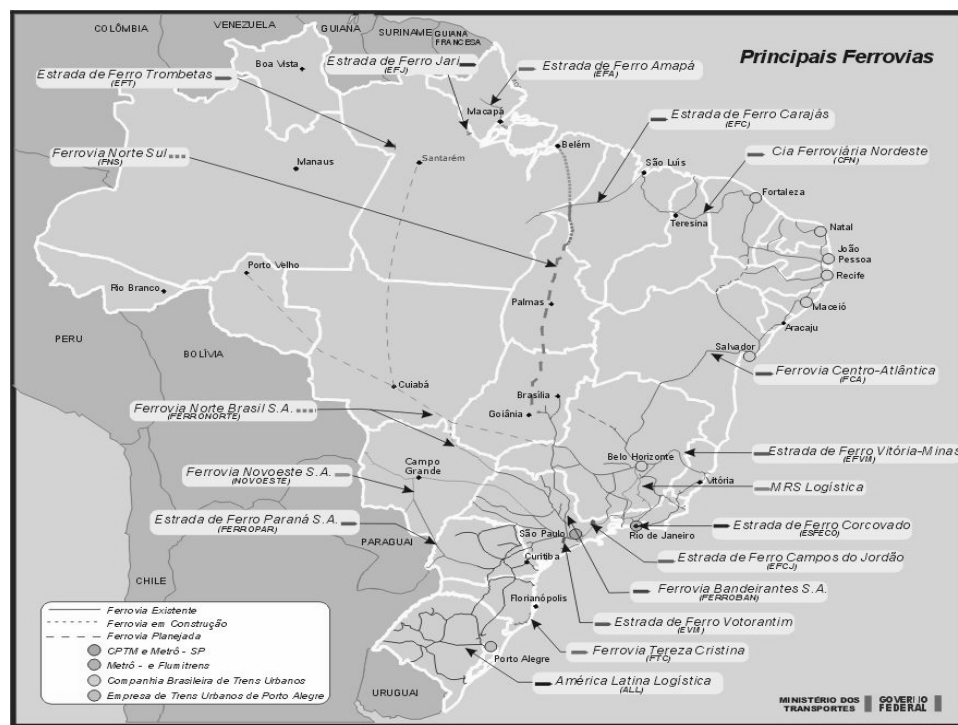
Em maio de 2003 o governo federal anunciou um plano de reformulação do setor ferroviário que, se implementado, trará modificações nas áreas de atuação das atuais concessionárias privadas, reorganização das participações societárias nessas empresas e investimento público e privado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 18 meses. Se os projetos para esse setor vierem a se concretizar, há estimativas de que, em 15 anos, o transporte ferroviário atenda até 65% do volume de *commodities* circulado no Brasil.

Dentre as ações previstas neste plano de reformulação, destacam-se: a incorporação e separação de trechos ferroviários, a cisão e fusão de concessionárias, o aumento de capital pelos acionistas das concessionárias, a definição de programas de investimentos para recuperação e ampliação da malha ferroviária brasileira, a alteração do Regulamento de Transporte Ferroviário e a edição de normas que estabeleçam regras claras de direitos de passagem e tráfego mútuo.

Recentemente tem-se verificado uma forte expansão no transporte ferroviário brasileiro, impulsionado pelas exportações de soja e de minério de ferro. A indústria ferroviária nacional aumentou os investimentos para suprir a grande demanda na fabricação de vagões, enquanto as concessionárias têm realizado a importação de dezenas de locomotivas.

O Governo Federal anunciou, recentemente, por meio de pronunciamento do Ministro dos Transportes, investimentos da ordem de R\$ 350 milhões para o setor ferroviário em 2004. Esses recursos serão captados de três maneiras, sendo (i) R\$ 45 milhões já previstos no orçamento da União, (ii) recursos provenientes da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide (destinada à infra-estrutura) e (iii) recursos provenientes do arrendamento pago pelas concessionárias. De acordo com o Ministro dos Transportes, estes recursos serão utilizados para solucionar os problemas mais prementes do setor de transporte ferroviário, relacionados a passagens de nível e a construção de contornos de cidades, o que possibilitará o crescimento da participação da ferrovia no transporte de superfície brasileiro.

Atualmente existem cerca de 15 empresas concessionárias encarregadas do transporte de cargas do modal ferroviário. O mapa a seguir descreve as principais ferrovias brasileiras e as respectivas empresas concessionárias:



Segue abaixo breve resumo acerca das principais empresas concessionárias do setor ferroviário brasileiro, com base em informações obtidas em janeiro de 2004 na *home-page* da ANTT, qual seja, <http://www.antt.gov.br> :

América Latina Logística S.A.

A ALL origina-se da antiga malha sul da RFFSA, percorrendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os direitos relativos a esta concessão, incluindo o arrendamento dos ativos operacionais, foram adquiridos em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1996, pelo valor de R\$ 216.600 mil, com os novos controladores tomando posse da concessão em março de 1997.

A ALL opera uma malha ferroviária de 6.586 km, sendo 6.575 km em bitola métrica, apresentando duas importantes configurações de tráfego: (a) ligações Oeste – Leste, que escoam a produção de grãos do Paraguai, da Ferrovia do Paraná e das regiões orientais dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, rumo aos portos de Paranaguá e Rio Grande; e (b) Ligação Norte – Sul, que, mediante complementação através das linhas da Ferrobán, une a Grande São Paulo aos 3 Estados da região Sul do país, à Argentina e ao Uruguai, dois importantes parceiros do Brasil no Mercosul.

Companhia Ferroviária do Nordeste

A CFN opera a malha Nordeste da RFFSA, que tem 4.534 km de extensão, sendo 4.517 km em bitola métrica, e abrange as antigas SR-1 (Recife), SR-11 (Fortaleza) e SR-12 (São Luís), ferrovia localizada nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A CFN apresenta conexões com a Estrada de Ferro Carajás - EFC (bitola larga), no Estado do Maranhão, e com a FCA (bitola métrica) na divisa de Alagoas e Sergipe. A logística de distribuição de cargas engloba tráfego mútuo e compartilhado entre as malhas ferroviárias, além da possibilidade de escoamento da sua produção para o litoral nordestino por meio de seis portos: Itaqui/MA, Mucuripe/CE, Recife/CE, Natal/RN, Suape/PE e Cabedelo/PB.

Estrada de Ferro Carajás S.A.

A descoberta de uma jazida de minério de ferro na Serra de Carajás, Estado do Pará, fez com que a CVRD e a *United States Steel*, solicitassem ao Governo Federal a concessão para exploração, construção e operação de uma ferrovia que interligasse a mina ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos, Estado do Maranhão. A concessão requerida foi outorgada, porém, com a saída da *United States Steel*, foi assinado em 27 de junho de 1997 um novo contrato de concessão exclusivo para a CVRD, referindo-se à exploração e ao desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros na Estrada de Ferro Carajás, ligando a Serra de Carajás ao terminal na Ponta da Madeira.

A malha da EFC tem extensão de 892 km, e bitola de 1,60m, caracterizando-se o traçado da ferrovia pela ausência de túneis, reduzido volume de terraplanagem e o número de obras.

Estrada de Ferro Vitória - Minas S.A.

Esta ferrovia foi construída no século passado pelos ingleses, sendo incorporada à CVRD na década de 40, ligando o porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo, às jazidas da CVRD no Estado de Minas Gerais. Após a privatização da EFVM, foi outorgada à CVRD em 27 de junho de 1997, por um período de 30 anos, a exploração, uso e gozo da EFVM, abrangendo (i) a linha de Vitória a Desembargador Drummond, (ii) o prolongamento de Desembargador Drummond a Presidente Vargas, assim como (iii) as novas linhas, prolongamentos e ramais que a concessionária construir, com prévia aprovação do Governo Federal.

A malha da EFVM tem extensão de 898 km, e bitola de 1,00m.

FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.

A Ferroeste é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná e vinculada à Secretaria de Transporte. A Ferroeste foi criada em 15 de março de 1988, com a finalidade de projetar, construir e operar uma ferrovia entre as cidades de Guarapuava e Guaíra, no Estado do Paraná, e Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, servindo o oeste e o extremo oeste paranaense, bem como os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, ainda, o norte da Argentina.

A União outorgou à Ferroeste a concessão para construção, uso e gozo de: (i) uma estrada de ferro na direção geral leste-noroeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná a partir da região de Guapuava até Cascavel; (ii) um ramal partindo da região de Cascavel até a região de Dourados; e (iii) ramais necessários à viabilidade desta ferrovia.

O trecho Guarapuava- Cascavel, com 248 km de extensão e bitola de 1,00 m, está concluído e em operação, tendo sido subconcedido à Ferrovia Paraná S.A. – FERROPAR.

Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A.

Em 1969, foi deliberada a unificação das ferrovias paulistas Estrada de Ferro Sorocabana S.A., Estrada Araraquara S.A., Estrada São Paulo-Minas S.A. e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Com a unificação, foi procedida a alteração da denominação social das mesmas para Fepasa.

Após ter sido criada, a Fepasa foi incorporada pela RFFSA para posterior privatização, que ocorreu em novembro de 1998, tendo como participante vencedor o consórcio Ferrovias, à que foi outorgada em 22 de dezembro de 1998 a concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha paulista, antiga Fepasa, por um prazo de 30 anos, prorrogável por até igual período.

A malha da Ferroban tem 4.236 km, sendo 1.513 km em bitola larga (1,60 m), 2.422 km em bitola métrica (1,00 m) e 301 km em bitola mista (1,00/1,60 m), correspondendo atualmente a 15% da malha ferroviária brasileira e a 86% da malha ferroviária estadual.

Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil

A Ferronorte concentra suas atividades na região Centro-Oeste, visando a integração de seus mercados à economia nacional e à racionalização do escoamento de sua produção. Além do transporte de grãos, a Ferronorte, desde agosto de 2001, passou a transportar combustíveis, trazendo óleo diesel e gasolina de Paulínia até Alto Taquari e levando álcool do Mato Grosso para Paulínia. Com isso o estado de Mato Grosso passou a receber combustíveis através de ferrovia, o que não acontecia anteriormente.

Atualmente, a malha ferroviária da Ferronorte tem 520 km próprios em bitola larga (1,60m), que se interligam à malha da Ferrobán, formando um corredor ferroviário de 1.410 km para o escoamento da safra de grãos do Mato Grosso.

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA

A FCA opera a malha Centro-Leste da RFFSA, abrangendo as antigas SR-2 (Belo Horizonte), SR-7 (Salvador) e SR-8 (Campos), ferrovia localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

A concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário nesta malha foi adquirida em leilão em junho de 1996, e outorgada em 26 de agosto de 1996, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período. A malha da FCA possui 7.080 km de extensão, sendo 6.898 em bitola métrica (1,00m) e 182 km em bitola mista (1,00/1,60m).

Ferrovia Tereza Cristina S.A. - FTC

A FTC é uma companhia de capital fechado, que opera a malha Tereza Cristina da RFFSA, abrangendo a antiga SR-9 (Tubarão), ferrovia localizada no Estado de Santa Catarina. A concessão desta malha, que tem extensão de 164 km e bitola de 1,00 m, foi outorgada em 24 de janeiro de 1997 por um período de 30 anos, sendo que a operação da ferrovia iniciou-se em fevereiro de 1997.

A área de atuação da FTC compreende a região carbonífera e o pólo cerâmico, localizados na região de Criciúma, Sul de Santa Catarina, interligando-se ao Porto de Imbituba e ao município de Capivari de Baixo, onde está situado o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda da Gerasul.

MRS Logística S.A.

A MRS opera a malha Sudeste da RFFSA, abrangendo as antigas SR-3 (Juiz de Fora) e SR-4 (São Paulo), ferrovias localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A outorga desta concessão foi efetuada em 26 de novembro de 1996 e a operação desta ferrovia iniciou-se em dezembro de 1996. A malha ferroviária tem extensão de 1.674 km, sendo 1.632 km em bitola larga (1,60m) e 42 km em bitola mista (1,00/1,60m).

Ferrovia Novoeste S.A.

A Novoeste opera a malha oeste da RFFSA, abrangendo a antiga SR-10 (Bauru), ferrovia localizada nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A malha ferroviária da Novoeste interliga Corumbá a Bauru, com um ramal até Ponta Porã, em um total de 1.621 km de via em bitola métrica (1,00m). Desde agosto de 2000, quando passou a exercer seu direito exclusivo de passagem através dos trilhos da Ferrobán, seus trens seguem de Bauru até o porto de Santos, escoando soja e farelo do Mato Grosso do Sul e da Bolívia e transportando derivados de petróleo entre Paulínia e Campo Grande. Além disso, a Novoeste opera outros fluxos, como soja e óleo vegetal para Mairinque e ferro gusa e minério de manganês para Cubatão.

Ferrovia Norte-Sul

A VALEC S.A., empresa pública, detém desde 1º de setembro de 1987 a concessão que lhe dá o direito de construção, uso e gozo da Ferrovia Norte-Sul.

O projeto desta malha divide-se entre o ramal Norte, com o traçado entre Colinas do Tocantins/TO até Açailândia/MA, com 461 km de extensão em bitola larga (1,60m), e o ramal Sul, com o traçado entre Porangatu/GO, com 502 km de extensão em bitola estreita (1,00m).

Atualmente a Ferrovia Norte-Sul conta com somente 226 km de via em bitola larga.

Regulamentação do Setor de Transporte Ferroviário Brasileiro

A indústria de transporte ferroviário no Brasil segue as políticas e diretrizes do Governo Federal, mais especificamente do Ministério dos Transportes – MT. Nas últimas décadas a fiscalização e regulação do setor de transporte ferroviário esteve a cargo da Secretaria Geral do Ministério dos Transportes, com poderes de outorgar concessões para a exploração e prestação de serviços de transporte ferroviário, bem como definir os parâmetros monetários e os procedimentos a serem observados para a prestação desses serviços.

Atualmente, o órgão responsável pela regulação e fiscalização do setor de transporte ferroviário no Brasil é a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia sob regime especial vinculada ao MT e criada em 05 de junho de 2001 pela Lei n.º 10.233. A ANTT é responsável, entre outras atividades, por: (i) implementar as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e pelo MT; e (ii) regular ou supervisionar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes, exercidas por terceiros.

No que tange ao transporte ferroviário, são funções da ANTT, conforme disposto na Lei n.º 10.233/01: (i) publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para prestação de serviços de transporte ferroviário, permitindo-se sua vinculação com contratos de arrendamento de ativos operacionais; (ii) administrar os contratos de concessão e arrendamento de ferrovias celebrados até a vigência desta Lei; (iii) publicar editais, julgar as licitações e celebrar contratos de concessão para construção e exploração de novas ferrovias, com cláusulas de reversão à União dos ativos operacionais edificados e instalados; (iv) fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais de prestação de serviços ferroviários e de manutenção e reposição dos ativos arrendados; (v) regular e coordenar a atuação dos concessionários, orientando e disciplinando o tráfego mútuo e o direito de passagem de trens de passageiros e cargas e arbitrando as questões não resolvidas pelas partes; (vi) articular-se com órgãos e instituições dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para conciliação do uso da via permanente sob sua jurisdição com as redes locais de metrô e trens urbanos destinados ao deslocamento de passageiros; e (vii) contribuir para a preservação do patrimônio histórico e da memória das ferrovias, orientando e estimulando a participação dos concessionários do setor.

Com base nas disposições constantes no Regulamento dos Transportes Ferroviários, aprovado pelo Decreto n.º 1.832, de 04 de março de 1996, a ANTT, por meio da Resolução ANTT n.º 44, de 04 de julho de 2002, unificou e consolidou todas as normas relacionadas à prestação de serviços de transporte ferroviário pelas empresas concessionárias, autorizadas e permissionárias.

ATIVIDADES DA EMISSORA

Histórico

Durante a década de 80, o Grupo Itamarati, um dos produtores agrícolas afetados pelo problema de escoamento das safras, verificou, por meio de estudos de viabilidade, a possibilidade de implantação de uma ferrovia capaz de assegurar o transporte da produção agrícola da região Centro-Oeste do Brasil. Após ter concluído os estudos nesse sentido, o Grupo Itamarati constituiu a Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil em 22 de setembro de 1988, com sede em Cuiabá (MT), com a especial finalidade de habilitá-la a participar da licitação destinada à execução deste projeto, tendo sido a Emissora a primeira concessionária privada estruturada no País.

Em 15 de dezembro de 1988, a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Legal, através de seu Conselho Deliberativo, declarou como de interesse para o desenvolvimento econômico dessa região o projeto de extensão da Ferronorte de Alto-Taquari (MT) até Cuiabá (MT) e, conseqüentemente, merecedor da colaboração financeira dos recursos administrados pela SUDAM, e da redução do Imposto de Renda na forma prevista no Art. 22 do Decreto-lei 756, de 1969 e alterações posteriores. Em 18 de agosto de 1994, o projeto foi enquadrado na SUDAM, atendendo à Lei n.º 8.167 de 1991.

A Emissora venceu o processo de licitação para o qual se habilitou, e celebrou, em 19 de maio de 1989, o Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário, pelo qual ficou outorgada à Ferronorte, pelo prazo de 90 anos, prorrogável por igual período, a concessão para desenvolvimento de um sistema ferroviário de 5 mil km, denominado Ferrovias, que abrangia a construção, operação, exploração e conservação de via férrea ligando as cidades de Cuiabá, Uberlândia, Uberaba, Aparecida do Taboado, Porto Velho e Santarém.

Nos termos do Contrato de Concessão, o sistema Ferrovias deveria ser implantado em duas fases: (i) Fase I, que compreendia o trecho de Cuiabá a Santa Fé do Sul e um ponto até Uberaba ou Uberlândia, tendo prazo de 6 anos para a conclusão das obras da 1ª etapa, a contar da aprovação do projeto básico pelo Ministério dos Transportes; e (ii) Fase II, que incluía as ligações que se articulam com as hidrovias da Bacia Amazônica, ou seja, os trechos entre as cidades de Cuiabá – Porto Velho e Cuiabá - Santarém. O prazo para conclusão da Fase II somente seria estabelecido no ano em que fossem realizados os respectivos estudos de viabilidade.

Posteriormente, foram celebrados aditamentos ao Contrato de Concessão, com intuito de prorrogar o prazo para elaboração do projeto básico e para a conclusão das obras. Em função desses aditamentos, a Ferronorte comprometeu-se a desenvolver o sistema Ferrovias por trechos, sob a condição de que os trechos sejam viáveis econômica e financeiramente. A Fase I das obras passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Aparecida do Taboado (MS) e Alto Taquari (MT). A Fase II passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Alto Taquari (MT) e Rondonópolis (MT). O desenvolvimento dos demais trechos do sistema Ferrovias dependerá de novos estudos de viabilidade, a serem feitos após a conclusão das obras das Fases I e II.

Em julho de 1992, a Ferronorte obteve do BNDES um financiamento para a construção dos primeiros 311 quilômetros de via e instalações da Fase I, localizados entre os municípios de Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul. Um dos problemas enfrentados na implementação deste trecho foi a construção da ponte rodoferroviária localizada sobre o lago de Ilha Solteira, indispensável para a conclusão desta fase do projeto. Em virtude de divergências sobre quem seria responsável pela realização desse investimento, as obras na ponte, e conseqüentemente as da via férrea, ficaram praticamente estagnadas durante dois anos. Somente em 1996, com a inclusão do projeto de construção da ponte no programa “Brasil em Ação” do Governo Federal, as obras da ponte foram retomadas e a Ferronorte reiniciou a construção da ferrovia. Nessa ocasião, a dificuldade passou a ser a atração de novos investidores para o empreendimento.

A Ferronorte iniciou então, um trabalho de divulgação da sociedade e seu empreendimento, objetivando a abertura de capital da Emissora. O objetivo era obter os recursos necessários para completar a implantação da Fase I, ou seja, o trecho inicial de 410 Kms, os terminais de carga e descarga ao longo de sua extensão e as instalações de apoio, e também para adquirir vagões, locomotivas e demais equipamentos necessários à operação.

Em 20 de agosto de 1997, ingressaram como acionistas da Ferronorte a PREVI, a FUNCEF, BRP Ferronorte LLC (do grupo financeiro Chase), o BNDESPar, a União de Comércio e Participações Ltda. e, posteriormente, o LAIF V Ltd., um fundo estrangeiro constituído por diversos quotistas, dentre eles a GE Capital e a seguradora AIG. O aporte de capital próprio foi concluído em agosto de 1997, no valor total de R\$ 306.000 mil. Com a entrada de novos sócios, as obras da Ferronorte voltaram ao ritmo normal.

A Ferronorte inaugurou seu primeiro trecho operacional de 110 Km e o primeiro terminal de grãos em Inocência no Mato Grosso do Sul em maio de 1998. A ferrovia atingiu Chapadão do Sul no Mato Grosso do Sul no Km 291 em dezembro de 1998, e atingiu Alto Taquari no Mato Grosso em julho de 1999, finalizando os 410 Kms iniciais do empreendimento e inaugurando mais dois terminais nestes municípios.

A Fase I do projeto da Ferronorte representou um investimento total de R\$ 1.300.000 mil, assim distribuídos entre os seguintes investidores: (i) R\$ 500.000 mil pelos acionistas; (ii) R\$ 100.000 mil em debêntures conversíveis em ações; e (iii) R\$ 700.000 mil em financiamentos a longo prazo.

Desde o início de 2001 a Ferronorte vem investindo significativamente nas obras da Fase II, que abrangem: (i) a construção de 296 km de via férrea entre os municípios de Alto Taquari e Rondonópolis, ambos localizados no Estado do Mato Grosso e (ii) a implantação de dois terminais de carga e descarga nos municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis. O terminal de Alto Araguaia, e o trecho que liga o município de Alto Taquari ao município de Alto Araguaia, estão em operação desde maio de 2002. As obras do trecho que liga o município de Alto Araguaia até o município de Rondonópolis estão paralisadas e a retomada das obras dependerá de novos financiamentos.

Até o momento a Ferronorte já desenvolveu e opera 520 km de via férrea em bitola larga, entre os municípios de Aparecida do Taboado, onde faz ligação com a via da concessionária Ferroban, e Alto Araguaia, além dos 3 terminais de carregamento/descarregamento próprios.

Estrutura Organizacional e Subsidiárias

Em junho de 1998 as ações da Emissora foram incorporadas pela holding Ferropasa, a atual Brasil Ferrovias, passando a ser uma subsidiária integral da mesma, juntamente com a Novoeeste, antiga malha oeste da RFFSA, privatizada em junho de 1996.

Ao final de setembro de 2003, a Brasil Ferrovias S.A. detinha 95,62% do capital social da Emissora. Os demais acionistas da Ferronorte, que são Nossa Caixa Nosso Banco S.A., CESP – Cia. Energética de São Paulo, IMESP – Imprensa Oficial do Estado S.A., EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica, EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., Gaborone Participações Ltda. (J.P. Morgan Partners BHCA, L.P.), FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia, União de Comércio e Participações Ltda. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., participam do capital da empresa para poderem contribuir com o projeto dentro do programa da ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia (sucessora da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Subsidiárias

A Ferronorte é atualmente titular de 50% do capital social total da Portofer Transportes Ferroviários Ltda. e da empresa Terminal XXXIX de Santos S.A. e titular de 100% do capital social total da Tenorte S.A. e da empresa Ferronorte Locadora de Vagões S.A.. A Ferronorte detém ainda, participações societárias de 10% do capital social total da TGG – Terminal de Granéis do Guarujá S.A. e de 20% do capital social total da Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - TERMAG. Há negociações em fase final entre os acionistas da TGG e da TERMAG que deverão acarretar na elevação da participação da Ferronorte para 33,33% do capital social total de cada uma destas empresas.

A Portofer foi constituída pela Ferronorte, em associação com a Ferroban, em 2000, para explorar e administrar os serviços de transportes ferroviários no porto de Santos. Dentre as principais empresas usuárias desta malha ferroviária, encontram-se: Ferroban, a própria Emissora, MRS, Novoeeste e FCA. Nos últimos anos, a Portofer vem concretizando ações de redução de tempo de permanência de vagões e com isso o volume de transporte ferroviário para o porto de Santos aumentou sensivelmente nos últimos anos, elevando a participação da Portofer em relação à movimentação do porto de 4% em 1998 para 16% em 2002.

A Terminal XXXIX foi constituída pela Ferronorte e pela Caramuru Administração e Participações S.C. Ltda., para servir de apoio ao transbordo de cargas que chegam ao porto de Santos para exportação.

A Tenorte foi constituída para receber o arrendamento de uma área de 100.000 m² para construção, implantação e operação de um terminal para grãos agrícolas e outras mercadorias no porto de Santos, que providenciará parte da movimentação de cargas transportadas pela Ferronorte, e para construção de um cais fronteiriço à área.

A Ferronorte Locadora de Vagões S.A. tem por objeto social a aquisição, manutenção de vagões e a prestação de serviços com a finalidade específica de negociar a locação de vagões ferroviários e serviços afins.

A empresa TGG – Terminal de Granéis do Guarujá S.A. foi constituída pela Bunge Alimentos S.A., Amaggi Exportação e Importação Ltda. e pela Ferronorte, com o objetivo de instalação e exploração comercial do terminal portuário, localizado na margem esquerda do porto organizado de Santos, que ocupa a área do TEFER 1 (terminal de fertilizantes), a área do TECON 3 (terminal de contêineres), a área da Localfrio e a área na retaguarda do TEFER 1, para a movimentação de grãos sólidos e líquidos e de outras mercadorias compatíveis.

A empresa Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - TERMAG foi constituída pela Fertimport S.A., Bunge Fertilizantes S.A. e pela Ferronorte, com o objetivo de implantação, operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de um terminal localizado na margem esquerda do porto organizado de Santos, que compreende a área do TEFER 2, para a movimentação de grãos sólidos e líquidos e de outras mercadorias afins e compatíveis.

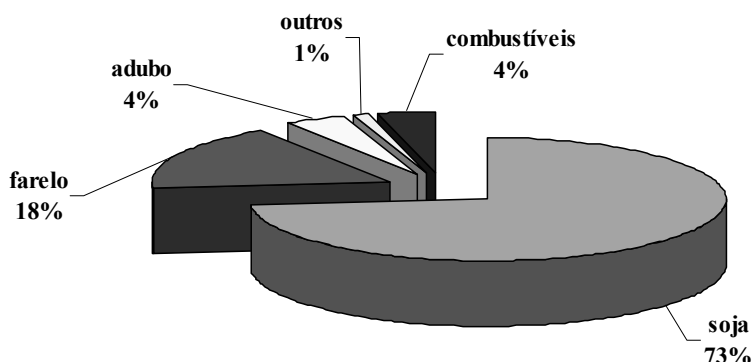
Descrição dos Negócios

A Emissora tem por objeto social: (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias; (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias; (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga; (iv) a operação de portos; (v) a construção de edifícios e estruturas; (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário; e (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais. Além do exposto, a Emissora pode participar de outras sociedades, como meio de realização de seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

A principal fonte de receitas da Emissora é a prestação de serviços de transporte especialmente de produtos agrícolas, tais como soja, farelo de soja, fertilizantes e milho, realizados por meio da faixa de domínio e linhas férreas de sua propriedade ou da Ferroban. Além do transporte de grãos, a Emissora, desde agosto de 2001, passou a transportar combustíveis, trazendo óleo diesel e gasolina de Paulínia até Alto Taquari e levando álcool do Mato Grosso para Paulínia.

O gráfico abaixo representa a porcentagem da receita de transporte por mercadoria transportada pela Emissora ao longo dos primeiros 9 meses de 2003:

Receita por Produto (exercício findo em 30.09.2003)



Adicionalmente, a Emissora oferece a seus clientes serviços acessórios, tais como armazenagem de cargas, manobra de composição de terceiros, aluguel de material rodante, bem como logística complementar em cargas específicas.

Atualmente, a Emissora opera com cerca de 2.055 vagões e 105 locomotivas. Com relação aos vagões, a Emissora opera com 1.615 vagões graneleiros, sendo 798 próprios, 817 vagões alugados de terceiros, 322 vagões tanque (sendo 31 próprios, 111 alugados e os demais de clientes), 80 vagões plataforma (próprios) e 38 gôndolas próprias; com relação às locomotivas, tratam-se de 28 locomotivas tipo Dash-9 (próprias), 73 locomotivas tipo C30 (próprias) e 4 locomotivas tipo U26 (próprias). Em 2002, a Emissora transportou 4.760 mil toneladas de carga, obtendo uma receita de transporte de aproximadamente R\$ 245.416 mil. Nos primeiros 9 meses de 2003 a Emissora transportou aproximadamente 4.631 mil toneladas de carga, obtendo uma receita de transporte de aproximadamente R\$ 317.378 mil.

As tabelas abaixo indicam a quantidade de carga transportada e a receita obtida pela Ferronorte nos anos de 2000, 2001, 2002 e nos primeiros 9 meses de 2003:

Mercadoria	TU realizada 2000	TU realizada 2001	TU realizada 2002	Diferença 2002/2001	TU até setembro 2002	TU até setembro 2003
(em toneladas)						
Soja	989.295	2.326.871	3.065.110	738.239	2.740.809	3.236.891
Farelo	366.278	477.441	1.028.208	550.767	642.972	730.740
Milho	21.124	200.400	4.495	(195.905)	4.078	3.567
Algodão	402	200	-	(200)	-	-

Mercadoria	TU realizada 2000	TU realizada 2001	TU realizada 2002	Diferença 2002/2001	TU até setembro 2002	TU até setembro 2003
(em toneladas)						
Açúcar	0	43.648	50.675	7.027	37.237	46.159
Adubo	27.237	107.500	305.152	197.652	232.720	353.911
Trilhos	1.931		-		-	-
Peças e acessórios	40		-		-	-
Derivados de Petróleo		8.996	301.077	(8.996)	214.092	250.009
Tração para Ferroban		458.647		(458.647)	-	-
Diversos		10.180	4.863	(5.317)	3.891	9.874
TOTAL	1.406.307	3.633.883	4.759.580	1.125.697	3.875.799	4.631.151

Mercadoria	Receita realizada 2000	Receita realizada 2001	Receita realizada 2002	Diferença 2002/2001	Receita realizada acum. 9 meses/2003
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Soja	28.657	97.925	160.107	62.183	231.679
Farelo	10.891	19.558	61.033	41.475	55.622
Milho	424	7.351	214	(7.138)	237
Algodão	13	13	0	(13)	0
Açúcar	284	2.124	2.924	800	3.664
Adubo	439	2.008	7.986	5.978	12.403
Trilhos	2	0	0	0	0
Peças e acessórios	1	0	0	0	0
Derivados de Petróleo	0	337	12.946	12.609	13.364
Tração para Ferroban	0	3.401	0	(3.401)	0
Diversos	0	380	206	(174)	410
TOTAL	40.710	133.097	245.416	112.319	317.378

Política Tarifária

A política tarifária que a Emissora adota como premissa em sua área comercial é a de mostrar-se como a alternativa de logística mais competitiva para o transporte de cargas de longa distância, em relação aos modais de transporte concorrentes. As principais variáveis que determinam a precificação do serviço de transporte são o produto a ser transportado, distância (origem/destino) e o preço dos modais concorrentes. Outras variáveis importantes são o volume contratado, o prazo do contrato a ser negociado, a parceria com clientes nos negócios, a performance dos terminais de carga e descarga, a evolução dos preços das *commodities* transportadas e o preço

do diesel. A Ferronorte procura celebrar a maior parte dos seus contratos com prazo superior a 1 ano, preço fechado e reajustes através de “gatilho” sobre a variação do preço do diesel e IGP-M. Somente cerca de 5% a 10% da capacidade de transporte é deixada para negociação a preço *spot* ou corrente. As precificações dos outros serviços, como armazenagem, tração para terceiros, etc. seguem as práticas de mercado.

Até 2001 as tarifas de transporte vinham tendo reajustes limitados a 30% da variação do preço de óleo diesel, a principal despesa variável da Ferronorte. Desta forma, uma parte da variação do preço do óleo diesel ao longo do ano seria repassada aos clientes. A partir de 2002, os contratos de transporte passaram a ter prazo acima de um ano e reajuste de tarifas de acordo com um índice composto por 30% pela variação do preço do óleo diesel e 70% pela variação do IGP-M. Adicionalmente, os contratos contêm cláusula que permite que as tarifas e volumes sejam totalmente revistos pelas partes anualmente.

Estratégias

O potencial de mercado da Ferronorte é bastante significativo, uma vez que o Estado do Mato Grosso demanda soluções de logística para produtos destinados à exportação e para produtos importados que chegam ao Brasil pelo porto de Santos. Atualmente, no entanto, a linha e o material rodante da Emissora vêm sendo utilizados abaixo de sua capacidade operacional. No sentido de ampliar seus negócios e aumentar sua receita, a Emissora vem promovendo ações para, dentre outras coisas, (i) aumentar o volume de cargas transportadas no sentido Santos - Mato Grosso, (ii) aumentar o número de trens em circulação, e (iii) diminuir os tempos de viagem, carga e descarga no corredor, bem como o número de acidentes nas vias férreas.

A implementação dessas ações, juntamente com os projetos abaixo mencionados, proporcionará à Emissora aumento da rentabilidade, melhora no fluxo de caixa, além de atrair mais os clientes para o modal ferroviário. Adicionalmente, a Ferronorte pode vir a considerar outras oportunidades de investimento em partes da cadeia logística da qual faz parte, juntamente com parceiros comerciais, de modo a expandir seu negócio principal.

Os principais projetos de investimento da Emissora encontram-se descritos abaixo:

Fase II

O investimento na Fase II de expansão da via permanente abrange: (i) a construção do trecho de 296 Km compreendido entre os Municípios de Alto Taquari e Rondonópolis, ambos localizados no Estado do Mato Grosso; e (ii) a implantação de dois terminais de carga e descarga, nos Municípios de Alto Araguaia (MT) e Rondonópolis (MT). Com a implementação e desenvolvimento desta fase, a Ferronorte pretende aumentar o potencial de captação de cargas para transporte no Estado do Mato Grosso. O terminal de Alto Araguaia e o trecho que liga o município de Alto Taquari ao município de Alto Araguaia estão em operação desde maio de 2002. As obras do trecho que liga o município de Alto Araguaia ao município de Rondonópolis estão atualmente paralisadas, mas deverão ser retomadas tão logo o apoio do BNDES e do governo federal à conclusão deste projeto, no âmbito do plano de revitalização do setor ferroviário e da PPP (Parceria Público Privada), seja concretizado.

Melhorias na Via Permanente

Os investimentos em via permanente referem-se à manutenção da via férrea da Ferronorte, o que deverá garantir maior velocidade aos trens e confiabilidade no transporte de cargas. O aumento de velocidade dos trens levará ao aumento da produtividade e melhor rentabilidade para os acionistas.

Material Rodante

Os investimentos em material rodante consistem na aquisição e importação de locomotivas além da reforma/modernização da frota existente e da via permanente. Parte da manutenção da frota também é considerada como investimento. Grande parte do investimento na aquisição de vagões e locomotivas é financiada pelos próprios clientes e fornecedores. Ver descrição na Seção “Contratos Relevantes – Contratos com Clientes”

Nos próximos anos a Emissora ainda deverá fazer outros investimentos, relacionados ao meio ambiente e à informática. Os investimentos em sistemas e informática são necessários para aumentar a confiabilidade da operação das ferrovias e reduzir os acidentes. O investimento em meio ambiente tem por objetivo evitar ou corrigir eventuais problemas advindos da operação da ferrovia, de modo a atender à legislação ambiental vigente.

Terminal XXXIX

Em maio de 2002 foram iniciadas as operações do Terminal XXXIX, que é resultado de um investimento conjunto da Ferronorte com a Caramuru Administração e Participação S.C. Ltda. Trata-se de um terminal graneleiro localizado no porto de Santos, que tem capacidade de recepção ferroviária e de embarque de 1.500 toneladas/por hora, além da capacidade de armazenamento de 125.000 toneladas, para soja, farelo de soja e milho. Em 2004 deverão ser realizados investimentos neste terminal de cerca de R\$ 12 milhões, o que inclui a expansão da capacidade de armazenagem em mais 45.000 toneladas, da capacidade de recepção e expedição e desenvolvimento dos *shiploaders* 1 e 2 no berço 38. Eventualmente será considerada a possibilidade de ampliação do terminal para armazenar açúcar. Este terminal permitirá a diversificação dos clientes atendidos no Estado do Mato Grosso, o aumento do volume transportado e a diminuição do tempo que os vagões ficam parados no porto de Santos.

TGG – Terminal de Granéis do Guarujá e TERMAG – Terminal Marítimo do Guarujá

TGG e TERMAG são dois projetos que a Ferronorte estará concretizando a partir do primeiro semestre de 2004 na margem esquerda do Porto de Santos, tão logo sejam aprovados pela CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo. Tais projetos terão papel de fundamental importância para que a Ferronorte possa continuar aumentando o volume de cargas transportadas do Centro-Oeste destinadas à exportação.

O TGG será desenvolvido pela Ferronorte em parceria com a Bunge Alimentos e Amaggi Exportação e Importação, e pretende-se que seja o maior terminal graneleiro da América Latina, principalmente para soja. A primeira fase das obras deverá receber cerca de R\$ 80 milhões de investimentos e durar cerca de 17 meses. Nesta primeira fase, destaca-se o desenvolvimento de 3 armazéns com capacidade de 125.000 toneladas cada, 1 berço para exportação e uma pêra ferroviária, o que, junto com outros investimentos, permitirá uma capacidade de recepção e embarque de 4.000 toneladas/hora. A segunda fase poderá envolver investimentos em mais 4 armazéns e mais 2 berços de atracação.

O TERMAG será desenvolvido pela Ferronorte em parceria com a Fertimport e Bunge Fertilizantes, e tem como função armazenar e movimentar fertilizantes e enxofre importados via Porto de Santos. Atualmente já existem 3 armazéns ativos na área do TERMAG. O investimento será feito basicamente na ampliação do terminal e reforma do pier.

Mercado de Atuação e Clientes

A Emissora opera seus negócios na malha Centro-Oeste, tendo como principais clientes a Cargill, a ADM, a Sementes Maggi Ltda., a Caramuru Óleos Vegetais Ltda., o grupo Bunge e a empresa Coimbra, para os quais realiza principalmente o transporte de soja em grãos e farelo de soja.

A tabela abaixo indica os principais clientes da Emissora e a porcentagem que cada cliente representa em relação à receita bruta de transportes da Emissora nos anos de 2000, 2001 e 2002 e nos primeiros 9 meses de 2002 e 2003:

Principais Clientes	% sobre Receita Bruta 2000	% sobre Receita Bruta 2001	% sobre Receita Bruta 2002	% sobre Receita Bruta Acum. 9 meses/2002	% sobre Receita Bruta Acum. 9 meses/ 2003
ADM	38	27	18	18	23
Cargill	44	34	27	30	30
Coimbra	2	5	10	11	11
Sementes Maggi Ltda.	4	8	9	8	12
Caramuru Óleos Vegetais Ltda.	3	6	6	7	5
Serrana/Bunge	0	14	19	20	12

O transporte feito pela Ferronorte é altamente concentrado em soja, farelo de soja e produtos relacionados ao seu plantio e transporte. Consequentemente, há uma concentração do faturamento em um número reduzido de clientes de grande porte, como os citados na tabela acima. Este fator facilita o processo de negociação com os clientes, estabelecendo contratos de transporte de prazo mais elevado, haja vista a possibilidade de a Companhia oferecer uma estrutura tarifária mais regular, sem grandes variações em função de aspectos de sazonalidade do mercado.

A negociação de contratos de transporte ferroviário com clientes da Emissora é realizada caso a caso, levando-se em consideração as quantidades envolvidas e disponibilidade da infra-estrutura e equipamentos de transporte necessários, entre outras variáveis.

A Emissora mantém contratos com seus clientes para a prestação de serviços de transportes de cargas por meio da malha ferroviária de sua concessão. Nesses contratos estão previstos os prazos de pagamento, período da prestação dos serviços, a vigência contratual (cuja maioria é superior a um ano, estando sujeitos a prorrogação por meio de aditivos celebrados de comum acordo entre as partes), os preços que são negociados por tonelada, e as quantidades mensais a serem transportadas, podendo ocorrer variações de 10% para mais ou menos. Os contratos de prestação de serviços estabelecem também, uma política de garantia de desempenho conhecida como política de “take or pay”, que estabelece uma compensação pelo não desempenho do transporte contratado, de forma a garantir mutuamente o cumprimento do contrato.

Para maiores informações específicas sobre cada um dos contratos com os principais clientes da Emissora, ver Seção “Contratos Relevantes da Emissora– Contratos com Clientes”.

Sazonalidade no Transporte de Cargas pela Emissora

A sazonalidade no transporte de cargas pela Ferronorte decorre da disponibilidade das cargas agrícolas que transporta em maior volume, principalmente a soja. Os principais fatores que determinam este efeito são o período de safra destes grãos na região Centro-Oeste do Brasil e o preço internacional destas *commodities* aliada à taxa cambial.

Pode-se considerar o período entre março e novembro de cada ano como aquele de máximo volume na demanda por transportes de produtos de origem agrícola. No entanto, a sazonalidade do transporte destes produtos pode mudar em função de diversos fatores, com as mudanças nos períodos de colheita e aumento da capacidade de armazenamento das cargas, ou seja, a demanda por transporte tende a ficar mais linear ao longo do ano.

A colheita da soja na região Centro-Oeste do Brasil normalmente acontece entre os meses de maio e outubro. Parte desta soja é esmagada na região e torna-se farelo e óleo de soja. A soja em grãos destinada à exportação através do porto de Santos é transportada em maior volume pela Ferronorte nos meses de março a outubro.

O transporte de farelo de soja destinado a exportação via porto de Santos mostra-se a partir de 2001 praticamente linear ao longo do ano. Tal fato ocorre em função da instalação de novas fábricas e armazéns na região Centro-Oeste, que acabam por regularizar o fluxo de farelo para o porto de Santos. No entanto, estas fábricas e armazéns em geral reduzem suas atividades para fazer manutenções e reformas nos meses de dezembro e janeiro, o que leva a uma queda no transporte de farelo nesta época.

Concorrência

O transporte integra a maioria das atividades econômicas, sendo responsável pela ocupação de áreas produtivas e pelo movimento de produtos ao longo dos canais de distribuição localizados em diversas partes do Brasil e do mundo, promovendo, desta forma, o intercâmbio entre unidades de produção ou de armazenamento e os pontos de venda e compra de mercadorias.

Os principais concorrentes da Emissora para atender este mercado são prestadores de serviços nos modais rodoviário e hidroviário, que através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes, tendo como principais alternativas o transporte rodoviário direto e as operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia, especialmente por meio da América Latina Logística.

Cada modal de transporte apresenta vantagens e desvantagens que acabam por determinar sua vocação na matriz de transportes de um país. Os fluxos físicos de mercadorias e cargas em geral podem ser realizados por 5 meios de transporte, que seguem descritos na tabela comparativa abaixo:

Meio de Transporte	Uso	Custo Fixo*	Custo Variável**	Facilidades
Aeroviário	Produtos de alta densidade, remessas de urgência e cargas complementares de baixa durabilidade	Alto	Alto	Rapidez e segurança
Dutoviário	Produtos como gases e líquidos	Excessivamente alto	Baixo	Segurança
Ferroviário	Cargas de grande tonelage e de baixo valor agregado	Alto	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Hidroviário	Cargas de grande tonelage	Médio	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Rodoviário	Encomendas pequenas, tais como cargas de caminhões	Baixo	Médio	Flexibilidade de Rotas e entregas ponto a ponto

* O custo fixo engloba as despesas com equipamentos e construção de terminais, linhas e portos.

** O custo variável engloba as despesas com combustível, manutenção e mão de obra.

O transporte fluvial, que compete com o ferroviário em custos, sofre uma série de restrições que vão desde limitações naturais ao curso necessário do rio para que o transporte seja competitivo, até uma série de restrições climáticas para não comprometer a segurança do transporte, além de, de maneira geral, ter velocidade inferior ao modal rodo-ferroviário.

A realização de baixos investimentos no setor de transportes criou dificuldades na integração das modalidades de transportes existentes, tornando o Brasil altamente dependente dos transportes rodoviários, como demonstra a tabela a seguir:

Volume Transportado no Território Brasileiro	
Transporte Rodoviário	62,0%
Transporte Ferroviário	23%
Transporte Hidroviário	12,8%
Transporte Aeroviário e Dutoviário	4,4%
Outros	0,9%
Total	100%
Fonte: ANTT	

Devido à prolongada falta de estímulo no setor, atualmente a proporção do modal ferroviário no mix de transporte de cargas no Brasil é pequena se comparada com a participação deste modal em outros países de grande extensão territorial. Dadas as características geográficas do Brasil, a matriz de transporte tende a

aproximar-se da matriz americana, onde utiliza-se as ferrovias para médias e longas distâncias, em função dos seus custos mais baixos, e as rodovias para curtas distâncias. O meio rodoviário seria responsável pela distribuição direta das mercadorias a curta distância e para o transporte chamado “espinha de peixe”, onde o caminhão leva a mercadoria somente até o embarque na ferrovia.

O principal mercado atendido pela Ferronorte é o de transporte dos produtos originados na região Centro-Oeste do Brasil, destinados à região Sudeste e exportação através do porto de Santos. No sentido oposto, a Ferronorte transporta basicamente insumos para ativar a produção na região Centro-Oeste, como fertilizantes e combustíveis. Os principais concorrentes da Emissora para atender este mercado são prestadores de serviços nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário que, através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes. As principais alternativas são: transporte rodoviário direto (porta a porta), e operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia.

O serviço de transporte de cargas pelos modais ferroviário e hidroviário exige concessão federal para operar em trechos e condições determinadas. A oferta dos serviços fica limitada ao trecho de via férrea ou ao trecho navegável do leito do rio, o que lhes dá flexibilidade praticamente nula. Desta forma, os operadores destes serviços acabam por deter monopólios ou oligopólios do serviço de transporte no seu modal e em sua área, o que compensa os altos investimentos envolvidos. Já o transporte de cargas pelo modal rodoviário não necessita de concessão, o que lhe dá grande flexibilidade. Desta forma, a Emissora espera que a médio prazo a entrada de novos concorrentes só aconteça diretamente pela entrada de novas transportadoras e indiretamente pelas combinações de modais que acabem por mostrar-se mais vantajosas em termos de custo, tempo de transporte, segurança, etc.

O transporte ferroviário apresenta vantagens se comparado em relação às outras alternativas de transporte. As principais são: capacidade de transportar grandes volumes de carga, reduzido custo total e possibilidade de redução no tempo total de transporte e transbordo.

Como desvantagens do transporte ferroviário, vale mencionar o risco de maiores perdas de produto no trajeto, devido à necessidade de transbordos, e maiores perdas de tempo com acidentes. O primeiro risco pode ser mitigado através do investimento em melhores equipamentos para transbordo e vagões para o transporte. O segundo risco, por sua vez, pode ser solucionado através de melhorias na via permanente.

O serviço de transporte das “commodities” agrícolas do Centro-Oeste destinadas ao Sudeste e exportação, assim como o dos insumos necessários para o cultivo destes produtos na região, é vocação natural da Ferronorte, que foi criada justamente para atender esta demanda gerada pelo crescimento acentuado do plantio de soja. Há pouco tempo, a maior parte do transporte destas cargas dependia dos caminhões, o que onerava bastante a soja brasileira no exterior. Os caminhões também fazem o transporte de outras cargas da região Centro-Oeste, como algodão, carne, madeira, etc., que poderão a médio prazo ser transportados por ferrovia. A Emissora acredita que este mercado chegará ao equilíbrio quando a Ferronorte melhorar o tempo e a confiabilidade de seu transporte, consequência dos investimentos que já vêm sendo feitos, e as tarifas se acomodarem para justificar o transporte de grandes volumes em grandes distâncias pela ferrovia e de volumes menores e distâncias menores pelos caminhões.

Inadimplência e Procedimento de Cobrança

O índice de inadimplência da Ferronorte é nulo, tendo em vista a grande dependência dos clientes da Emissora em relação aos serviços de transporte ferroviário por ela prestados e o relacionamento comercial mantido. A política de faturamento da Emissora varia de acordo com os termos de cada contrato celebrado com cada cliente.

Informações sobre Marcas e Patentes

A Emissora é titular apenas de seu nome e logotipo, conforme consta da tabela abaixo:

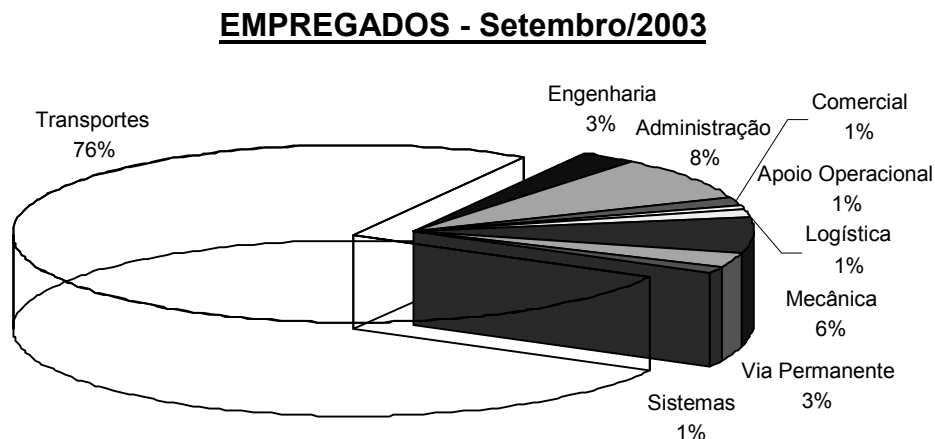
Data	Vencimento	Certificado n.º	Marca	Classe
31.01.95	31.01.2005	817.111.255	FIGURATIVA	37.40
19.12.95	19.12.2005	817.485.309	FIGURATIVA	19.20
19.12.95	19.12.2005	817.485.295	FERRONORTE	19.20

Número de Funcionários e Política de Recursos Humanos

Em setembro de 2003, a Emissora contava com cerca de 667 empregados. A Ferronorte contava ainda, em setembro de 2003, com 23 estagiários e 3 prestadores de serviços terceirizados. A tabela abaixo demonstra a segmentação de pessoal entre as diversas áreas de trabalho:

Área	Número de Empregados
Administração	53
Comercial	10
Apoio Operacional	6
Logística	10
Mecânica	42
Via Permanente	18
Sistemas	8
Transportes	501
Engenharia	19
Total	667

Do total de empregados da Ferronorte, 75% encontra-se alocado na área de transportes, estando os demais 25% alocados da seguinte forma:



Em dezembro de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002, a Emissora possuía 75, 230, 290, 380 e 567 funcionários, respectivamente.

Na Emissora, os funcionários recebem os seguintes benefícios: vale refeição/alimentação, vale transporte, seguro de vida em grupo e plano de saúde. Não há qualquer programa de bônus, participação nos lucros, incentivos, compensações ou de demissão de funcionários. Os funcionários da Emissora não estão filiados a nenhum sindicato.

A política de recursos humanos da Emissora, Ferrobán e Novoeste é conjugada, de modo a aproveitar-se a sinergia e melhorar a produtividade do departamento de recursos humanos. A política é orientada basicamente para o planejamento de recursos humanos, recrutamento de pessoal, interação entre equipes, análise de cargos e salários, avaliação de desempenho, plano de benefícios sociais, segurança no trabalho, treinamento de pessoal e desenvolvimento organizacional.

Aspectos Ambientais

A Ferronorte foi a primeira ferrovia nacional a ser construída dentro das regras de licenciamento ambiental. Desde o início do planejamento do projeto, a Ferronorte preocupou-se em respeitar o meio ambiente, aliando seu sistema de gestão ambiental aos objetivos de desenvolvimento regional e de integração do Centro-Oeste com outras regiões, estabelecendo a implementação de um meio de transporte menos poluente e mais econômico que outros meios de transporte existentes.

A Ferronorte possui todas as licenças exigidas pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Para dar suporte às questões ambientais, a Emissora criou um Departamento Ambiental, que atua em conjunto com diversos consultores na tentativa de dirimir quaisquer questões relacionadas a meio ambiente, tais como: (i) acompanhamento do licenciamento ambiental, visando minimizar, mitigar e compensar os impactos ambientais decorrentes da construção da ferrovia; (ii) implantação do programa de gerenciamento de resíduos, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos sólidos e líquidos, recuperando-os, por meio de sistemas de tratamento, para posterior revenda e para evitar a poluição das águas; (iii) implantação do programa de gerenciamento de risco e plano de ação de emergência, possibilitando a identificação de medidas e ações necessárias para minimizar a possibilidade de acidentes, que caso ocorram, serão prontamente atendidos no sentido de evitar ou diminuir os danos ambientais; e (iv) busca de melhorias constantes nos processos e tecnologia utilizados, a fim de reduzir os impactos ambientais.

A Emissora realizou investimentos no montante de R\$ 6.500 mil, a título de compensação ambiental, no Parque Nacional das Emas e no Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari. Além disso, a Ferronorte vislumbra a possibilidade de adquirir áreas localizadas nas cabeceiras de rios junto a parques, a fim de garantir a preservação de importantes cursos d'água que correm no interior dos parques acima mencionados e de construir guaritas de segurança.

Influência de Fatores Macroeconômicos

Dentre os fatores macroeconômicos que exercem influência sobre os negócios da Emissora, podem ser citados: variação na taxa básica de juros da economia, inflação, variação do Real frente a moedas estrangeiras e volume das exportações de produtos agrícolas brasileiros. Para maiores detalhes sobre os impactos destes fatores nos negócios e resultados da Emissora, ver Seção “Fatores de Risco”.

Produtos e/ou Serviços em Desenvolvimento

No presente momento a Emissora não possui novos produtos e/ou serviços em desenvolvimento.

Fornecedores

Dentre os principais fornecedores de produtos e serviços da Companhia, podem ser citados: Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga (óleo diesel e lubrificantes, sendo responsável por mais de 40% das compras da Companhia), Amsted-Maxion (vagões e peças), Linkup International (locomotivas), Huta Katowice (trilhos), Gevisa S.A. (peças de vagões e locomotivas), MGS Montagens, Manut. Geral e Serv. Especiais (peças de vagões e locomotivas) e Tecno Moageira Ltda. (correia transportadora).

Os contratos de fornecimento de óleo diesel e lubrificantes são geralmente de longo prazo, permitindo à Ferronorte a obtenção de melhores condições de preço, assim como garantia de abastecimento. Os contratos de fornecimento de locomotivas e trilhos são geralmente firmados com fornecedores estrangeiros.

Dependência dos Mercados Nacionais e/ou Estrangeiros

Por ser uma prestadora de serviços, a Emissora possui grande dependência do nível de atividade econômica do país, principalmente de fatores relacionados à produção de soja e outros produtos agrícolas e ao nível das exportações brasileiras. Apesar de não ser uma empresa exportadora, a Ferronorte possui, indiretamente, grande dependência do mercado externo, já que o principal produto transportado pela Companhia para o porto de Santos (soja) é altamente dependente do mercado externo.

Efeitos da Ação Governamental

As obrigações assumidas pela Emissora nos termos do Contrato de Concessão sujeitam a mesma à observância das disposições do referido contrato, tais como a vedação de subconcessão, pagamento de despesas decorrentes da concessão, à fiscalização e observância das normas e legislação aplicável, dentre outras. O seu descumprimento enseja a aplicação, pelo poder concedente, representado pela ANTT, de sanções financeiras ou em caso de infrações graves, o término antecipado da concessão.

Seguros

A Emissora é parte em diversos contratos de seguros. A tabela a seguir descreve os contratos de seguros celebrados pela Emissora até a data deste Prospecto:

Seguradora	Início	Fim	Tipo	Objeto
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	31/08/03	31/08/04	riscos operacionais	Locomotivas próprias, locomotivas de terceiros, vagões próprios, vagões de terceiros, obras de arte (obras realizadas para a construção da ferrovia), Instalações e conteúdos, Estoque de óleo diesel, Estoque de lubrificante, Estoque em almoxarifado (prédio e conteúdo), Equipamentos apoio via permanente, sistema de comunicação e sinalização, Bens (peças reposição) em locais de terceiros, lucros cessantes (despesas fixas)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	17/07/03	17/07/04	responsabilidade civil geral	Danos causados a terceiros
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	17/07/03	17/07/04	incêndio compreensivo	Incêndio, danos elétricos, roubo, furto (para todos os empr/industr (para todos imóveis e conteúdos exceto tag) os imóveis e conteúdos exceto para o Terminal de Alto Taquari)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	04/06/03	04/06/04	Incêndio empresarial/industrial (imóveis e Terminal de Alto Taquari)	Instalações do terminal de Alto Araguaia
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	04/06/03	04/06/04	incêndio comum	Mercadoria Alto Araguaia
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	17/07/03	17/07/04	incêndio comum	Mercadoria Chapadão do Sul, mercadoria Alto Taquari
Unibanco AIG Seguros	01/03/03	01/03/04	Importação	Importação de equipamentos, locomotivas, vagões e trilhos
Unibanco AIG Seguros	31/05/03	31/05/04	riscos diversos	Guindaste Holmes
Unibanco AIG Seguros	31/05/03	31/05/04	Responsabilidade civil	Guindaste Holmes
Unibanco AIG Seguros	03/02/03	03/02/04	Seguro de veículo de toda a frota da Ferronorte	Veículos rodoviários

CONTRATOS RELEVANTES DA EMISSORA

A seguir encontram-se descritas as características principais dos contratos mais relevantes celebrados pela Emissora, com exceção dos Contratos Financeiros, que se encontram descritos na Seção “Capitalização da Emissora”:

Contrato de Concessão

Em 19 de maio de 1989, foi celebrado entre o Governo Federal e a Ferronorte, o Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário, pelo qual ficou concedida à Ferronorte a concessão para desenvolvimento de um sistema ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada entre a cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, às cidades de Uberlândia, Santa Fé do Sul, Porto Velho e Santarém, denominado Ferrovias, pelo prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. As Ferrovias deveriam ser implantadas em duas etapas: (a) a primeira etapa, com uma extensão de 1,6 mil a 1,7 mil km, compreendendo Cuiabá a Santa Fé do Sul, e um ponto até Uberaba ou Uberlândia, tendo para conclusão das obras prazo de 6 anos, a partir da aprovação do projeto básico pelo Ministério dos Transportes; e (ii) a segunda etapa, que inclui as ligações com as hidrovias da Bacia Amazônica, ou seja, de Cuiabá a Porto Velho e Cuiabá a Santarém, cujo prazo seria estabelecido no ano em que fossem realizados os estudos de viabilidade.

Posteriormente, foram celebrados aditamentos ao Contrato de Concessão com intuito de prorrogar o prazo para elaboração do projeto básico e para conclusão das obras.

Nos termos do Contrato de Concessão, a União Federal assegura à Emissora que os direitos inerentes à concessão necessários ao desempenho do serviço concedido sejam exercidos, como por exemplo (i) a desapropriação dos bens necessários à construção e exploração das obras ferroviárias, (ii) recebimento de imóveis da União Federal em caráter gratuito, para utilização nos serviços concedidos, (iii) extração e uso gratuito, na construção e conservação das ferrovias, de produtos minerais e vegetais existentes nas áreas cedidas, (iv) dar em garantia de eventuais contratos de financiamento destinados a prover a construção, a recuperação, a conservação, a ampliação ou a modernização das ferrovias, os direitos emergentes da concessão até o limite que não comprometa a continuidade da prestação de serviço, dependendo de autorização prévia da União Federal, (v) obter o apoio da União Federal na obtenção de créditos e garantias de pagamentos de obrigações financeiras, dentre outros.

As obrigações assumidas pela Emissora nos termos do Contrato de Concessão sujeitam a mesma à observância das disposições do referido contrato, tais como a vedação de subconcessão, pagamento de despesas decorrentes da concessão, à fiscalização e observância das normas e legislação aplicável, dentre outras. O seu descumprimento enseja a aplicação, pelo poder concedente, representado pela ANTT, de sanções financeiras ou em caso de infrações graves que comprometa às atividades objeto da concessão, o término antecipado da concessão.

A concessão outorgada à Emissora pode ser extinta nas seguintes hipóteses: (i) convenção amigável das partes, (ii) término do prazo contratual, (iii) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização, (iv) anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato, (v) grave inadimplemento da concessionária, que comprometa as atividades objeto da concessão, ou (vi) encampação pela União Federal dos serviços concedidos ou pelo advento de lei que torne o Contrato de Concessão, formal ou materialmente, impossível. Na hipótese de encampação da concessão, a Ferronorte deve ser indenizada pela União Federal pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação, que será indexado para a data do efetivo pagamento e acrescido dos juros compensatórios previstos na legislação.

Contrato para *Trackage Right*

Em 10 de maio de 2001, foi celebrado entre a Emissora e a Ferroban, o Instrumento de Compromisso de Adiantamento Parcial e Outras Avenças – 02, tendo como objeto o adiantamento financeiro à Ferroban no valor de R\$ 35.000 mil, por conta de antecipação parcial do direito de passagem (*trackage right*), nos termos do Contrato de Uso de Via, Instalação e Outros Ajustes firmado entre a Ferronorte e a Ferroban em 29 de agosto de 2001.

O valor do adiantamento será acrescido de taxa de juros de 105% da Taxa DI. Nos termos deste contrato, a Ferroban deverá efetuar o pagamento deste adiantamento em 3 parcelas anuais, nas seguintes datas: 1º de maio de 2002, 1º de maio de 2003 e 1º de maio de 2004.

Ficou estabelecido entre as partes que a Ferroban assume o compromisso de manutenção do trecho de sua ferrovia da cidade de Santa-Fé do Sul até a cidade de Perequê, Estado de São Paulo, sendo, ainda, responsável pelo pagamento de todos os tributos.

Em 2 de julho de 2001 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento de Compromisso de Adiantamento Parcial e Outras Avenças – 02, alterando a cláusula que previa o acompanhamento mensal da evolução dos investimentos no trecho de Santa Fé do Sul até a cidade de Perequê, efetuados de acordo com o programa a longo prazo de recuperação e melhoria de via permanente, constante do plano de negócios da Ferroban datado de 15 de maio de 2001.

Contratos com Clientes

A Emissora mantém contratos para a prestação de serviços de transportes ferroviários com os seus clientes. As características comuns aos contratos descritos abaixo, celebrados com os principais clientes, encontram-se na Seção “Atividades da Emissora - Mercado de Atuação e Clientes”:

(i) Em 04 de novembro de 2001, a Emissora firmou contrato de prestação de serviços com a Coimbra, para o transporte de soja durante o período compreendido entre novembro de 2001 e dezembro de 2002, no valor de aproximadamente R\$ 10.463 mil. Em março de 2002, foi celebrado um aditamento entre as partes estabelecendo o pagamento antecipado de R\$ 995.440,25 pelo cliente, mediante a entrega de uma nota promissória pela Ferronorte, no valor de R\$ 1.493.160,37. Outros aditamentos estabelecendo a antecipação de pagamento foram celebrados em dezembro de 2002, janeiro de 2003, abril de 2003 e julho de 2003, nos valores aproximados de R\$ 2.331 mil, R\$ 5.901 mil e R\$ 4.205 mil respectivamente. Em julho de 2003 foram celebrados dois contratos estabelecendo o pagamento do valor acordado em parcelas, sendo algumas delas pagas diretamente a fornecedores e prestadores de serviços de manutenção de vagões da Emissora. Devido à falha técnica no transporte e problemas de atraso no descarregamento a Ferronorte celebrou uma confissão de dívida no valor de R\$ 600 mil com a Coimbra a serem pagos em 6 parcelas a partir de 16 de junho de 2003;

(ii) Em 23 de janeiro de 2003 a Emissora firmou contrato de prestação de serviços com a Caramuru Óleos Vegetais Ltda., para o transporte de soja, durante o período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2003, no valor de R\$ 33.776 mil. Em maio de 2003, foi celebrado um aditamento que determinou o pagamento antecipado de R\$ 1.000 mil pela Caramuru à Emissora e o pagamento de aproximadamente R\$ 1.119 mil por violação da cláusula de garantia de desempenho pela Emissora à cliente, por meio de compensação de faturas emitidas entre agosto e setembro de 2003;

(iii) Em 27 de maio de 2002 a Emissora e a Bunge Alimentos S.A. firmaram contrato de prestação de serviços para o transporte de soja durante o período de outubro a dezembro de 2002, no valor de aproximadamente R\$ 11.630 mil. Em 07 de fevereiro de 2003, foi celebrado um aditamento prorrogando o prazo para dezembro de 2003 no valor de R\$ 34.186 mil. Na mesma data foi celebrado outro aditivo para o adiantamento do pagamento pela cliente à Emissora de R\$ 7.000 mil referente aos meses de março a outubro de 2003. Como garantia do referido pagamento, foi entregue uma nota promissória no valor antecipadamente.

(iv) Em 1º de março de 2002, a Emissora e a Cargill firmaram contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário, no valor de R\$ 124.680 mil, para o período entre novembro de 2001 e dezembro de 2003. Em fevereiro de 2002 as partes firmaram dois aditamentos prevendo a antecipação de pagamento pela Cargill à Emissora, nos valores de R\$ 7.033 mil e R\$ 3.000 mil, respectivamente, mediante a emissão de notas promissórias pela Emissora nos respectivos valores. Em outubro de 2002, as partes firmaram outro aditamento prevendo a antecipação de pagamento pela Cargill no valor de R\$ 13.320 mil, garantido pelo penhor de 50 vagões da Emissora, no valor de R\$ 7.420 mil, assim como por hipoteca de imóvel no valor de R\$ 5.900 mil. Conforme este aditamento, a Cargill pagaria o valor acordado em parcelas, sendo algumas delas pagas diretamente a fornecedores e prestadores de serviços de manutenção de vagões da Emissora. A Ferronorte firmou confissão de dívida no valor total deste aditamento.

(v) Em 30 de dezembro de 2003 a Emissora firmou contrato de prestação de serviços de transportes ferroviários com a ADM do Brasil Ltda., para o transporte de farelo de soja, soja, milho ou sorgo, com origens em Alto Araguaia/MT, Alto Taquari/MT e Chapadão do Sul/MS e destino final no terminal da ADM no porto de Santos. Este contrato tem prazo de 10 anos a iniciar-se na data de assinatura do contrato. O volume total contratado de transporte é de aproximadamente 18 milhões de toneladas e o valor aproximado de referência do contrato é de R\$ 1,37 bilhões. Os fretes serão reajustados em função da variação das despesas da Ferronorte com diesel e da variação do IGP-M. Ainda nos termos deste contrato, em 2004, a ADM deverá alugar à Ferronorte 140 vagões, e deverá adiantar recursos para aluguel e reforma de outros 90 vagões.

Outros Contratos

(i) Em 08 de agosto de 1997, a Companhia Docas do Estado de São Paulo e a Ferronorte celebraram Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento para Exploração de Instalação Portuária n.º 1.97, por meio do qual a Companhia Docas arrenda à Ferronorte uma área equivalente a 100 mil m², situada no porto de Santos, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias possíveis de serem movimentadas nessas instalações portuárias, bem como a construção de cais fronteiro à esta área, com 250 m. O prazo deste contrato é de 25 anos, podendo ser prorrogável pelo mesmo período, uma única vez, mediante solicitação da Ferronorte. Nos termos do contrato, a Ferronorte é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do referido contrato;

(ii) Em 3 de maio de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o BNDES e o Unibanco, Contrato de Prestação Fidejussória n.º 062.662.228-0, pelo qual o Unibanco garante as obrigações assumidas pela Ferronorte perante o BNDES referente ao *leasing* de 50 locomotivas. O valor da dívida garantida é de US\$ 8.200 mil, acrescida da taxa de juros de 2,5% ao ano. Consta estabelecido no contrato que caso o Unibanco seja obrigado a efetuar pagamentos referentes a esta dívida, a Ferronorte será responsável pelo câmbio e, ainda, por manter fundos em sua conta corrente mantida no Unibanco que sejam necessários a cobrir os pagamentos efetuados. Ver descrição na Seção “Capitalização da Emissora– Operações de Arrendamento Mercantil”;

(iii) Em 6 de maio de 1999, foi celebrado entre a Ferronorte, o BNDES e o Santander o Contrato de Fiança pelo qual o BNDES, na qualidade de fiador, obriga-se, pelo prazo de 9 anos, em favor do Santander como devedor solidário pelo pagamento de 57,97% do custo de aquisição de arrendamento das 50 locomotivas;

(iv) Em 18 de novembro de 1999, a Ferronorte e a Constran celebraram Contrato de Empreitada, por meio do qual a Constran comprometeu-se a executar o novo trecho da ferrovia do Estado do Mato Grosso, a partir do km 410 desta ferrovia, situado na cidade de Alto Taquari, ao km 513,6 da referida ferrovia, situado na cidade de Alto Araguaia. O valor do contrato é de R\$ 125.084 mil, que deverá ser pago de acordo com as medições a serem realizadas pela Constran. Em caso de eventuais dúvidas a respeito deste contrato, as mesmas deverão ser resolvidas por juízo arbitral;

(v) Em 9 de julho de 2001, foi celebrado, entre o Huta Katowice S.A., na qualidade de vendedor, e a Ferronorte, na qualidade de compradora, Contrato de Venda e Compra de Trilhos UIC 60 (13.000 toneladas n.º PL/270545061/01/6212), pelo preço de US\$ 4.400 mil, a ser pago pela Ferronorte da seguinte forma: (i) US\$ 672 mil depositado em conta caução com o Banco BRE Bank S.A., conforme acordo celebrado pelo Huta Katowice, a Ferronorte e o Banco após a assinatura deste contrato e emissão da fatura das mercadorias; (ii) 2,85% do valor do contrato quando forem emitidos a Fatura VAT, o Certificado de Recibo pela Eurocargo, Certificado de Inspeção e Laudo de Teste e (iii) o saldo remanescente em demais parcelas. Ficou determinado no contrato que é vedada a reexportação dos bens. Em caso de haver reexportação dos bens, a compradora deverá pagar o valor adicional de 50% sobre as mercadorias despachadas ilegalmente;

(vi) Em 08 de maio de 2003, a Emissora firmou contrato com a CVRD prevendo a cessão dos direitos e obrigações previstos no Contrato de Arrendamento Mercantil Internacional (Ver Seção “Capitalização da Emissora – Operações com Arrendamento Mercantil (Leasing)”), com relação a 22 locomotivas Dash 9, 4400 HP de fabricação da General Eletric Transportation, das 50 locomotivas adquiridas inicialmente. A Ferronorte manteve-se responsável e obrigada aos termos e condições do Contrato de Arrendamento Mercantil Internacional apenas em relação às locomotivas não cedidas, ou seja, 28 locomotivas. A Ferronorte garantiu as obrigações assumidas pela CVRD com relação às 22 locomotivas cedidas, sendo que se as mesmas não forem pagas pela CVRD, a Companhia estará obrigada ao pagamento das mesmas;

(vii) Em 24 de junho de 2003, foi celebrado entre Ferro Metais Retiro Ltda e Ferronorte contrato n.º 148/03 referente a locação de 110 vagões de bitola larga, sendo 101 vagões com capacidade volumétrica menor do que 60.000 litros e 09 com capacidade maior do que 60.000 litros, para uso exclusivo no transporte de derivados de petróleo, álcool e óleos vegetais. O prazo de locação é de 12 meses, contados a partir de 01 de junho de 2003; e

(viii) Em 29 de julho de 2002, foi firmado contrato entre MRS Logística e Ferronorte regulando o transporte ferroviário de cargas que a MRS e a Ferronorte executarão em conjunto, em suas respectivas malhas ferroviárias, com a utilização de vagões FHS e FRS da frota da MRS e/ou da Ferronorte. A participação da MRS nos fluxos da Ferronorte se dará pela inserção de 817 vagões de sua frota e tráfego mútuo, enquanto a participação da Ferronorte se dará pela manutenção e captação de fluxos, pela inserção de seus vagões nestes fluxos e pelo tráfego mútuo. O prazo de vigência deste contrato é de 5 anos renovável por igual período.

Garantias Prestadas

Em 14 de agosto de 2001, a Ferronorte, o BNDES, o Unibanco, o Banco Bradesco e o Banco BMC. e, ainda, o BNDESPar, celebraram Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, por meio do qual foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da Ferronorte a tais instituições financeiras, no valor correspondente ao das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora:

- (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a Ferronorte, a Brasil Ferrovias, a PREVI, a FUNCEF, a Constran, a CCP Overseas e a BRP, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à Ferronorte uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00. Os detalhes deste contrato estão descritos na Seção “Capitalização da Emissora”;
- (ii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a Ferronorte, o Unibanco, o Banco Bradesco e o Banco BMC, tendo como objeto o financiamento à Ferronorte no valor de R\$ 73.500 mil em recursos do BNDES. Os detalhes deste contrato estão descritos na Seção “Capitalização da Emissora”;
- (iii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a Ferronorte, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à Ferronorte uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000 mil, equivalente a US\$ 227.400 mil. Os detalhes deste contrato estão descritos na Seção “Capitalização da Emissora”;
- (iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da Ferronorte, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 100.000 mil, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPar. Os detalhes da 1ª emissão de debêntures da Emissora estão descritos na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”; e
- (v) A 1ª emissão privada da Brasil Ferrovias, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10 mil e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, constituída por caução de 66.931.230 ações preferenciais da Ferrobán, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. As debêntures da 1ª série e da 2ª série foram compradas pelo BNDESPar, FUNCEF e PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais. Os detalhes da 1ª emissão de debêntures da Garantidora estão descritos na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora”.

Nos termos do Contrato de Caução de Receita, a Emissora obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente caucionada em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal em garantia de pagamento das dívidas acima mencionadas. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelo BNDES, pela BNDESPar e pelas demais instituições financeiras a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários, depositado nesta conta, necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas garantidas pelo Contrato de Caução de Receita.

A Emissora autorizou, ainda, o Unibanco a transferir, a partir de 1º de janeiro de 2004, da conta principal para uma conta reserva o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas garantidas pelo Contrato de Caução de Receita, para que o saldo na conta reserva corresponda a 6 vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas dívidas garantidas pelo Contrato de Caução de Receita. Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da Emissora, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das dívidas garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A Emissora pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos credores garantidos pelo Contrato de Caução de Receita, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. O valor depositado na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos credores garantidos. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos credores garantidos pelo Contrato de Caução de Receita.

Nos termos do Contrato de Caução de Receita, a Emissora não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o BNDES, BNDESPAR e demais instituições financeiras em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

As informações referentes aos Contratos Financeiros da Emissora, encontram-se descritas na Seção “Capitalização da Emissora”.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS DA EMISSORA

A Companhia é parte de processos administrativos e ações judiciais que fazem parte do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias, trabalhistas e processos administrativos. A administração da Emissora acredita que sua provisão para passivos referente a processos judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis, que pode estimar de maneira justificada no caso de sentenças desfavoráveis e que o resultado final dessas questões não afetará de maneira relevante a situação financeira ou os resultados das operações. A Companhia não pode estimar o valor de todos os custos potenciais a serem incorridos ou das penalidades a serem impostas exceto os valores provisionados.

Aspectos Trabalhistas

A Emissora é parte em 28 processos judiciais trabalhistas que representam cerca de R\$ 525,5 mil. Desse total, cerca de R\$ 320,1 mil refere-se a uma ação trabalhista, na qual o autor pleiteia a aplicação de multa, integração ao salário dos valores pagos a título de utilização de veículo para o trabalho, bem como despesas com habitação, reembolso de todas as despesas de repatriamento e o reembolso de descontos indevidos. A decisão judicial dessa ação já foi proferida em primeira instância a favor do autor. Tendo em vista a decisão de primeira instância, a Emissora considera provável a possibilidade de ser condenada ao pagamento desta quantia.

As demais ações trabalhistas são de menor vulto e referem-se basicamente a pleitos relacionados à cobrança de adicional de insalubridade, adicional noturno e outros valores.

Em 30 de setembro de 2003, havia uma provisão para as pendências judiciais trabalhistas no valor de R\$ 365 mil. A provisão contábil dos aspectos trabalhistas é revista a cada 3 meses, portanto a última ocorreu em dezembro de 2003.

Aspectos Cíveis

A Emissora é parte em 30 processos judiciais cíveis que representam cerca de R\$ 4.373,8 mil. Desse total, cerca de R\$ 1.158 mil refere-se a uma ação cível cujo objeto é a sustação de protesto cumulada com pedido de indenização. A decisão judicial desta ação já foi proferida em primeira instância a favor do autor, tendo a Emissora interposto recurso de apelação referente a esta decisão. A Emissora considera que o risco de ser condenada ao pagamento desta quantia é baixo, tendo em vista a existência de jurisprudência e provas favoráveis. Apesar disso, este valor encontrava-se provisionado no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2003.

Aspectos Administrativos/ Tributários

A Emissora é parte em 4 processos judiciais tributários que representam cerca de R\$ 516 mil. Em todos, a Emissora é a autora da ação. Deste total, cerca de R\$ 493 mil refere-se a uma ação declaratória cujo objeto é o questionamento do pagamento de parte do PIS/COFINS.

Adicionalmente, a Emissora, assim como as demais empresas do Grupo Brasil Ferrovias, é parte em ação judicial que visa reverter valores referentes à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”). A TCFA tem como fato gerador o exercício de atividades potencialmente poluidoras ou que sejam desenvolvidas mediante a utilização de recursos ambientais e visa, em última instância, a arrecadação de fundos para suportar os custos incorridos pelo IBAMA no controle e fiscalização de tais atividades. A ação judicial em tela tem por fundamento principal o questionamento da constitucionalidade da TCFA, tendo sido observados precedentes favoráveis em processos semelhantes julgados nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

OPERAÇÕES DA EMISSORA COM PARTES RELACIONADAS

A Emissora realiza diversas operações com seu acionista controlador, a Brasil Ferrovias, com a Ferroban e a Novoeste.

Contratos Financeiros

Para maiores informações dos contratos descritos abaixo, ver Seção “Capitalização da Emissora”.

Em 03 de fevereiro de 2003, a Ferronorte assumiu as obrigações de pagamento oriundas de um empréstimo do Banco do Brasil para a Ferroban, sendo a contrapartida contábil um crédito da Ferronorte contra sua coligada Ferroban. A Brasil Ferrovias e a Ferronorte figuravam como devedores solidários e a garantia era uma nota promissória da Ferroban em favor do Banco do Brasil no valor de R\$ 22.308 mil.

Em 13 de dezembro de 2002, o Banco Bradesco e a Ferronorte, na qualidade de financiador e financiada respectivamente, e a Ferroban e Brasil Ferrovias na qualidade de avalistas, firmaram o Instrumento Particular de Financiamento de Capital de Giro com Taxa Flutuante, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte de R\$ 13.068 mil. Esta operação é garantida pela alienação fiduciária de 120% do valor de 60 vagões tipo Hopper da Ferronorte, e por duplicatas, em caução rotativa, de emissão da Ferroban endossadas a favor do Banco Bradesco. Para este contrato os avalistas são devedores solidários.

Em 29 de março de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o Unibanco, o Banco Bradesco e o Banco BMC, o Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, tendo por objeto o financiamento à Ferronorte de recursos do BNDES, no valor de R\$ 73.512 mil. Este Contrato é garantido pela alienação fiduciária de bens móveis da Ferronorte, caução de parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário nos termos do Contrato de Caução de Receita, nota promissória no valor de R\$ 147.025 mil avalizada pela Brasil Ferrovias, declarando-se ela, ainda, como devedora solidária da Ferronorte.

Em 18 de dezembro de 2000, o BNDES, a Ferronorte e, ainda, a Brasil Ferrovias, a PREVI, a FUNCEF, a Constran, a CCP Overseas e a BRP, na qualidade de intervenientes, celebraram Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1, pelo qual o BNDES concedeu à Ferronorte crédito no valor de R\$ 231.898 mil. Este contrato é garantido pela (a) caução da totalidade das ações emitidas pela Ferronorte, de titularidade da Brasil Ferrovias e (b) caução de parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário, nos termos do Contrato de Caução de Receita. As partes acertaram que a amortização deste financiamento deve ser realizada em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no dia 15 do mês subsequente ao vencimento do prazo de carência de 84 meses.

Além do disposto acima, a Brasil Ferrovias figura como fiadora da Ferronorte nas segunda e terceira emissões de debêntures da Emissora e, também, na presente Emissão.

Contrato para *Trackage Right*

Em 10 de maio de 2001, foi celebrado entre a Emissora e a Ferrobán, o Instrumento de Compromisso de Adiantamento Parcial e Outras Avenças – 02, tendo como objeto o adiantamento financeiro à Ferrobán, por conta de antecipação parcial do direito de passagem (*trackage right*). Para maiores informações sobre este contrato, ver Seção “Contratos Relevantes da Emissora”.

ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

A Ferronorte é administrada por Conselho de Administração, formado por 10 membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis por Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por no mínimo 2 e no máximo 5 Diretores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á quando convocado por seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 2 de seus membros. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 ano, permitida a recondução. As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da política e a orientação geral dos negócios da Emissora, bem como a eleição e a fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até abril de 2004:

Nome	Cargo
Guilherme Narciso de Lacerda	Presidente do Conselho
Clóvis de Barros Carvalho	Vice-Presidente do Conselho
Luiz Guilherme Piva	Conselheiro
Maysa Oliveira da Volta	Conselheiro
José Roberto Ferreira Martins	Conselheiro
Wilson Quintella Filho	Conselheiro
Francisco Martin Silveyra	Conselheiro
James Firth Martin	Conselheiro
Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza	Conselheira
Elias David Nigri	Conselheiro

Nome	Cargo
Teseo Ramon Bergoglio	Suplente do Conselho de Administração
Carlos Alberto Zachert	Suplente do Conselho de Administração
Helio Walter Fernandes de Oliveira	Suplente do Conselho de Administração
Angelo João Bonfã	Suplente do Conselho de Administração

Diretoria

A Diretoria da Ferronorte é composta por 5 membros: Diretor Presidente, Diretor Finanças e Administração e Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 ano, sendo admitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente, sendo suas decisões tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Os Diretores são responsáveis por promover a organização administrativa da Companhia e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Ferronorte.

O Estatuto Social da Ferronorte, estabelece as atribuições e poderes do Diretor Presidente, Diretor Finanças e Administração e Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, cargos que, na data deste Prospecto, eram ocupados pelos seguintes Diretores executivos:

Nome	Cargo
Elias Davi Nigri	Diretor Presidente
Sérgio Ricardo Freitas de Souza	Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais
João Gouveia Ferrão Neto	Diretor de Operações
Sálvio José Luiz	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
José Maria Ribeiro de Almeida	Diretor Comercial

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Ferronorte:

Membros do Conselho de Administração

Guilherme Narciso de Lacerda – Presidente do Conselho de Administração

Nascido em 1954, brasileiro e casado. Graduiu-se em Economia pela UFES em 1979, concluiu mestrado em Economia no IPE/USP em 1982 e doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP em 1992. Adicionalmente, cursou especialização em Administração Universitária (1987). Atuou como professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1982 e 1994 e nos anos de 1990 e 1991 foi pesquisador visitante da Faculdade de Economia do Porto (Portugal) e do Instituto Universitário Europeu (Itália). Foi Coordenador de Curso e de Pesquisa na Universidade Federal (UFJF) e participou de Bancas de Exame de Mestrado e Doutorado na UFRJ, FGV – Rio e Unicamp, dentre outras. Já publicou dezenas de artigos na imprensa brasileira e em periódicos especializados.

Sua experiência profissional inclui atuações em uma empresa do ramo de comércio exportador de café, no Banco do Brasil, durante 8 anos, e como consultor de empresas e instituições. Atuou como assessor econômico na Câmara dos Deputados (Liderança do Partido dos Trabalhadores) em 1991, como secretário-adjunto da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio da Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 a 1994, como Diretor de Operações do BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. de 1995 a 1998 e como Secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo em 1998. Atualmente está licenciado da UFES, e desde janeiro de 2000 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Vila Velha.

Clóvis de Barros Carvalho – Vice-Presidente do Conselho de Administração

Nascido em 15 de agosto de 1938, é brasileiro e casado. Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de São Paulo, em 1968 e em Letras e Filosofia pela Faculdade Anchieta, no ano de 1962. Pós-graduado na FGV, em Mercado de Capitais no ano de 1970. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança tais como Gerente e Consultor da CARDISPLAN - Engenharia e Planejamento Ltda., Gerente de Fundos de Incentivos Fiscais do Banco de Investimentos Brasil S.A. -BIB (ligado ao Unibanco), Gerente de Operações Financeiras da Companhia Metropolitana de São Paulo - METRÔ, Gerente de Sistemas e Gerente de Operações Financeiras da Villares Indústrias de Base S.A., Diretor Financeiro da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, e Membro do Conselho de Administração das Indústrias Villares S.A., Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

Luiz Guilherme Piva – Membro do Conselho de Administração

Nascido em 02 de junho de 1962, é brasileiro e casado. Formou-se em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1984, tornou-se Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1990 e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo em 1998. Profissionalmente, atuou como Técnico da Divisão de Planejamento e Avaliação Técnica do SESIMINAS (em Belo Horizonte) no período compreendido entre março de 1987 a junho de 1988, Coordenador da Área de Economia Brasileira do DESEP – CUT no período compreendido entre abril de 1989 e abril de 1992, Coordenador de Programas e Projetos do DESEP – CUT no período compreendido entre abril de 1992 e abril de 1994, Pesquisador contratado pela FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo no período compreendido entre agosto de 1993 e janeiro de 1994, Coordenador técnico de pesquisa no CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea no período compreendido entre setembro de 1995 e março de 1996, Coordenador Geral da DESEP – Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Políticos da CUT no período compreendido entre maio de 1994 e março de 1996, Colaborador da LCA Consultores e da E3 – Escritório de Estudos Econômicos no período compreendido entre julho de 1996 e outubro de 2002 e a partir de março de 2003, ocupa o cargo de Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento no Conselho de Administração da CTBC – Companhia Telefônica da Borda do

Campo, no período compreendido entre abril de 1998 e agosto de 1998, no Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco no período compreendido entre novembro de 1997 e abril de 1999, no Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – CONDEL – FCO – no período compreendido entre agosto de 1997 e abril de 1999, no Conselho de Administração da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros no período compreendido entre julho de 1997 e setembro de 1999, Assessor Econômico da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento no período compreendido entre dezembro de 1996 e maio de 1998, Assistente do Ministro, entre junho de 1997 e maio de 1998, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento no período compreendido entre maio de 1998 e abril de 1999, Assessor Econômico da Equipe de Transição Governamental entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003 e atua como assessor econômico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados desde abril de 1999.

Maysa Oliveira da Volta – Membro do Conselho de Administração

Nascida em 02 de maio de 1960, é brasileira e casada. Graduiu-se em Estatística na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ em 1982 e concluiu Pós-Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas/ RJ em 1997. Adicionalmente obteve os diplomas dos cursos de “Bank Management for Superior Results - Moving Toward”, em 1997, conduzidos pela “The University of Texas at Austin” e “De Paul University” (EUA), MBA Executivo em Finanças do IBMEC/RJ em 1999 e MBA em Finanças e Direito - Módulo Direito – da Fundação Getúlio Vargas/RJ em 2000. Iniciou sua carreira profissional em junho de 1981, e passou por cargos de assessoria na BB-Financeira, na Diretoria de Mercado e Subsidiárias do Banco do Brasil, na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro e na área de Negócios Corporativos da UEN Mercado de Capitais e Investimentos – BB-DTVM – RJ. Desde abril de 1998 é Gerente no acompanhamento das participações da PREVI nos setores aviação, ferrovias, portos, ferrovias, rodovias, alimentos, bebidas, bancos, têxtil, entretenimento da PREVI - Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil.

José Roberto Ferreira Martins – Membro do Conselho de Administração

Nascido em 04 de abril de 1942, é brasileiro e casado. Formou-se em Administração de Negócios pela ESAN– SP em 1967 e concluiu os cursos de Organização e Administração de Empresas – IOT/SP, de Planejamento, Organização e Controles Contábeis – IBAM/SP e de Pesquisa de Mercado – ADVB/SP. Ocupou diversos cargos de confiança como: Diretor Gerente e posteriormente Diretor Comercial da C.C.A. Cia. de Construtores Associados, Diretor Comercial da Conspectra S.A. - Engenharia e Comércio, Diretor Gerente da B.H.E. - Sociedade Brasileira de Hidráulica e Eletricidade, Diretor Comercial da Construtora Guaratã S.A. e Diretor de Expansão da Constran S.A. - Construções e Comércio.

Wilson Quintella Filho – Membro do Conselho de Administração

Nascido em 1º de janeiro de 1960, é brasileiro, casado e empresário.

Francisco Martin Silveyra – Membro do Conselho de Administração

É formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica da Argentina e possui MBA pelo Instituto de Altos Estudos Empresariales (“IAE”), na Argentina. Juntou-se ao Banco JP Morgan em 1992 como Diretor atuando na área de investimento em São Paulo, destacando-se nas atividades de fusões e aquisições para América Latina. Recentemente, vem atuando como consultor do grupo JP Morgan Partners. Antes de juntar-se a esta instituição, Francisco trabalhou no Departamento de Planejamento estratégico da Telefônica na Argentina e, anteriormente, no Departamento de Planejamento Financeiro da Siderca, uma das maiores produtoras de aço na Argentina. É fluente em espanhol, inglês e português. Sua experiência engloba extensivo conhecimento no desenvolvimento de negócios da Argentina e Brasil destacando - se as áreas de telecomunicação, seguro, alimentício, *real estate*, varejo, entre outros.

James Firth Martin – Membro do Conselho de Administração

Nascido em 28 de dezembro de 1954, é canadense e solteiro. Formado em Economia Internacional - Administração de Empresas pela Universidade de Georgetown e Mestrado MBA pela Universidade de Columbia, em 1975. Ocupou cargos de confiança como: Diretor do International Finance Corporation, Gerente responsável pelos países Itália, México e Cingapura do Banco de Boston S. A. e Diretor do AIG - GE Capital Latin American Infrastructure Fund.

Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza – Membro do Conselho de Administração

Nascido em 16 de setembro de 1946, é brasileiro e casado. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1969, tornou-se Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971 e Ph.D em Administração Industrial pela Loughborough University of Technology – Inglaterra, em 1976. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança como : Professor Titular de Logística Empresarial, Estratégia de Operações e Competitividade Industrial do Instituto de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Consultor de diversas empresas privadas e estatais. Foi também o Superintendente Geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Elias David Nigri –Diretor Presidente

Nascido em 11 de novembro de 1950, é brasileiro e casado. Formado em engenharia civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 1972, possui ainda MBA em finanças pelo IBMEC, com diploma obtido em 1997. Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, é Diretor de Logística da Cia Vale do Rio Doce, onde implantou a Unidade de Negócios de Carga Geral, de abrangência nacional, operando terminais portuários e ferroviários nas regiões sudeste, norte e nordeste, utilizando a capacidade das duas maiores ferrovias brasileiras, comercializando serviços de transporte e logística. Ocupou ainda na empresa, o cargo de Gerente Geral de siderurgia e participou da implantação do Projeto Carajás, coordenando o projeto da ferrovia, desde sua concepção até a implementação operacional. Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, responsável pelas áreas de mineração e importação de insumos, para abastecimento à Usina (de 1993 a 1995). Professor do Departamento de Engenharia Civil, cadeira de Estradas, dando ênfase ao desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e avaliação de projetos, considerando a matriz de transportes brasileira. Integrou o Conselho de Administração de diversas empresas do setor de transportes (Ferrovia Centro – Atlântica, Cia Ferroviária do Nordeste, Ferrovia Bandeirantes, Sepetiba Tecon, Docenave, Rio Doce Pasha Terminal), siderurgia e mineração (Nova Era Silicon, Siderar e Minas Serra Geral). Participou da formação da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privativos (ABTP), da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF) e da Companhia de Desenvolvimento do Sudeste.

Carlos Alberto Zachert – Suplente do Conselho de Administração

Nascido em 20 de junho de 1966. Graduado em Ciências Contábeis e Pós- Graduado em 1989. Coursou o MBA-Executivo em Finanças do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais e se especializou em Ciências Contábeis com enfoque em Finanças na Universidade de Brasília. Atuou como Assistente Administrativo na Indústria de Confecção Coureiro Calçadista, Caixa Executivo em Estabelecimento Bancário na Banrisul, Supervisor de Agência na Caixa Econômica Federal, Analista de Investimento e Programas na Caixa Econômica Federal e Analista de Investimentos na FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais.

Helio Walter Fernandes de Oliveira – Suplente do Conselho de Administração

Nascido em 16 de março de 1949, é brasileiro e casado. Formou-se em Ciências Matemáticas pelo IME em 1969; na Faculdade de Economia e Administração pela USP – Universidade de São Paulo em 1972; e em Economia Brasileira – INSS – Auditor pela Universidade de Pequim em 1985. Em sua experiência profissional trabalhou na REPRES.- EXTER e na GERADJ- AGENC.

Angelo João Bonfá – Suplente do Conselho de Administração

Nascido em 18 de novembro de 1940. Formou-se em Ciências Sociais na PUC/SP no ano de 1968 e concluiu sua pós-graduação em Estrutura e métodos do Ensino Superior na AEUDFJCATTI em 1983. Atuou como professor nos cursos de Sociologia Geral, Sociologia Educacional e Sociologia de Desenvolvimento. Em sua experiência profissional, trabalhou como Assessor de Diretoria do Banco do Brasil do Comércio e Indústria de São Paulo, foi funcionário e Gerente Substituto da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Chefe de Setor na Secretaria da Administração Federal da Presidência da República e marketing e Publicidade de Itapira (SP) Proprietário da Agência.

Membros da Diretoria

Sérgio Ricardo Freitas de Souza - Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais

Nascido em 13 de junho de 1958, é brasileiro e solteiro. Formou-se em Ciências Contábeis pela CEUB/DF no ano de 1985 e em Administração Postal pela ESAP / DF no ano de 1980. Participou de diversos cursos de extensão no mercado de capitais e nas áreas de Previdência Privada e Governança Corporativa (ABMEC, IBMEC, ABRAPP, BVRJ, BOVESPA, FGV IBRI e IBGC). Em sua experiência profissional atuou como administrador especializado em logística de transportes e suprimentos na ECT – Correios de 1987 a 1983, nas áreas de auditoria e de transportes no Banco de Brasil de 1983 a 1986, e em diversas áreas na PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil de 1986 a 1997. Desde 1998 atua como diretor na Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer e a partir de junho de 2000 também como diretor presidente da Portofer.

João Gouveia Ferrão Neto – Diretor de Operações

Nascido em 22 de janeiro de 1958, é brasileiro e casado. Graduiu-se em Engenharia Mecânica e obteve os diplomas dos cursos de especialização em Logística na FGV - Fundação Getúlio Vargas, de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes na USP – São Carlos e de MBA em Gestão Empresarial na FGV - Fundação Getúlio Vargas. Atualmente está cursando Negociação Empresarial também na FGV. Iniciou sua carreira profissional na Fepasa em 1981, como estagiário nas áreas de manutenção e transporte. A partir de então assumiu sucessivamente os seguintes cargos: Engenheiro Auxiliar de Material Rodante, Engenheiro de Operações, Chefe da Divisão de Distribuição de Vagões, Gerente de Operações, Superintendente Regional, Superintendente de Produção e Superintendente de Operações. Assumiu a Diretoria de Operações da FERROBAN, empresa sucessora da Fepasa, de maio de 1999 a julho de 2000. Tornou-se Presidente da FERROBAN de julho de 2000 a dezembro de 2002. Desde março de 2003 é Diretor de Operações da Brasil Ferrovias S.A. e suas controladas. Foi homenageado pela revista Ferroviária como “Ferroviário do Ano 2000”.

José Maria Ribeiro de Almeida – Diretor Comercial

Nascido em 19 de março de 1954, é americano e casado. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1977, obteve pós-graduação em Finanças na PUC-RJ em 1983, e graduou-se no MBA da The Lubin Graduate School Of Business – Pace University (EUA) em 1994 e no MBA de Varejo da FGV/RJ em 2000. Em sua experiência profissional atuou nos escritórios do Rio de Janeiro e Nova Iorque da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de 1977 a 1995, em diversas posições nas áreas econômica e comercial. Entre 1995 a 1997 atuou como diretor comercial da Cia. Paulista de Ferro Ligas S.A., como consultor que atuou na Marubeni do Brasil, CVRD e Eramet Manganese, como empresário na empresa Lápis de Cor Franchising Ltda. no período compreendido entre 1999 e 2000 e a partir de 2000 como diretor comercial da Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer.

Sálvio José Luiz – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Brasileiro, casado, 53 anos de idade. Formou-se em Administração de Empresas em 1976 na ESAN – Escola de Administração de Negócios (SP), e em Ciências Contábeis em 1978 nas Faculdades Tibiriçá (SP). Adicionalmente, concluiu o curso de Especialização em Finanças da PUC – Pontifícia Universidade Católica (SP) em 1979. Em sua carreira profissional atuou como gerente de Open Market no banco HSBC (ex-Bamerindus) (1976-1981), gerente financeiro da São Paulo Alpargatas (1981-1986), Diretor Financeiro no grupo Villares (1986-1987), Diretor Financeiro na Metal Leve (1987-1997) e Diretor Financeiro da Bicicletas Caloi (1997-1999) através de contrato de gestão junto ao grupo EVM (ex-MGDK). Atuou ainda como responsável pela área de Finanças da OfficeMax Brasil S.A. e responsável pelas áreas de Finanças, controladoria, auditoria e legal da Linea Paraná Madeiras Ltda. Desde maio de 2003 é diretor de finanças e relações com investidores das empresas Brasil Ferrovias, Ferronorte, Ferrobán e Novoeste.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Ferronorte funciona em caráter não permanente, sendo composto por 3 membros e igual número de suplentes, eleitos em assembléia geral. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal serão realizados de acordo com o disposto nos artigos 161 a 165 e 277 da Lei das Sociedades por Ações.

Nome	Cargo
Carlos Eduardo Pignini	Membro
Egon Handel	Membro
Ernesto Valdomiro Possari	Membro

Nome	Cargo
Walter Rúbio	Suplente do Conselho Fiscal
Victor Roberto Hohl	Suplente do Conselho Fiscal
André Toledo de Carvalho	Suplente do Conselho Fiscal

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho Fiscal da Ferronorte:

Membros do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Pigini – Membro do Conselho Fiscal

Nascido em 17 de novembro de 1946, é brasileiro e advogado. Formou-se bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP em 1973. Profissionalmente, atuou no Banco do Brasil S.A., como Gerente de Núcleo de Auditoria em Ribeirão Preto/SP de 1995 a julho de 1996, como chefe adjunto de Auditoria em Brasília/DF de 1993 a 1994, como auditor no Núcleo de Auditoria de Brasília/DF de 1988 a 1992 e como Sub-Gerente na Agência Centro de São Paulo/SP no período compreendido entre 1983 e 1987. Trabalhou no Instituto Nacional de Colonização Agrária – INCRA, na assessoria para Reformulação da Estrutura Organizacional de Órgão e Estruturação do Núcleo de Auditoria Interna, no período compreendido entre agosto de 1996 e agosto de 1997. Integrou o Ministério da Justiça MJ – Prestação de Serviços de Consultoria, de setembro de 1997 a janeiro de 1998, trabalhou na Fundação de Seguridade Social GEAP como Chefe de Auditoria Interna de março de 1998 a abril de 2000 e atuou como assessor para Identificação e Reformulação dos Processos Operacionais de outubro de 2000 a março de 2001, na Caixa de Assistência dos Funcionários do Brasil CASSI. Adicionalmente, integrou os Conselhos Fiscais das seguintes empresas, – como representante da PREVI : Grupo BRASMOTOR – no período compreendido entre maio de 1997 e abril de 2000; Grupo BUNGE – entre maio de 2000 e abril de 2002; e Terminais Portuários Ponta do Félix – no período compreendido entre maio de 2002 e abril de 2003.

Egon Handel – Membro do Conselho Fiscal

Nascido em 20 de outubro de 1939, brasileiro e contador. Formou-se bacharel em Ciências Contábeis pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul em dezembro de 1965, concluiu especialização no Curso de Formação de Professores do Ensino Comercial de Contabilidade, com especialização e prática de ensino em Contabilidade Industrial e Agrícola, na UFRGS em dezembro de 1966 e obteve seu mestrado em Administração de Empresas (MBA), com ênfase em Contabilidade, na Michigan State University (USA) em agosto de 1969. Profissionalmente, atuou como professor da UFRGS de 1966 a 1992 e de outras instituições a partir de 1970, em diversos cursos de graduação e especialização. É sócio-gerente da empresa de auditoria HANDEL, BITTENCOURT & CIA. desde 1979, coordenou as filiais de Porto Alegre, das empresas coligadas de auditoria Touche Ross & Co, Treuhand Auditores Associados Ltda. e Roberto Dreyfuss & Cia (atualmente KPMG Auditores Independentes) de 1970 a março de 1972, foi Diretor Superintendente de Adubos Pampa S. A. (Canoas/RS) de março de 1972 a outubro de 1976 e Diretor da Banrisul – DTVM S. A. de janeiro de 1982 a abril de 1983. Foi presidente do ICARGS – Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul na gestão de 1971 a 1972 e presidente da APROFESC – Associação dos Professores do Ensino Superior de Contabilidade nas gestões de 1981 a 1984 e 1991 a 1993. É membro do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A. e da Fertilbrás S.A., e membro efetivo ou suplente do conselho fiscal de diversas empresas.

Ernesto Valdomiro Possari – Membro do Conselho Fiscal

Nascido em 19 de julho de 1941, é brasileiro, casado e advogado. Formou-se técnico em Contabilidade em 1961 pela Escola Técnica de Comércio de Dracena, Estado de São Paulo e Advogado, em 1976, pela Faculdade de Direito de Guarulhos, Estado de São Paulo. Trabalhou na Lopes Consultoria de Imóveis Ltda. como Auxiliar Contábil e Sub-Encarregado da Contabilidade, de janeiro de 1974 a julho de 1977, atuou na Itamarati Processamento de Dados S/C Ltda como Contador, de outubro de 1977 a junho de 1978, integrou o Banco Itamarati S.A. como Gerente de Contabilidade de junho de 1978 a maio de 1990, atuou na Itamarati S.A. – Comércio e Exportação como Contador de março de 1991 a dezembro de 1992 e trabalhou na Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil como Gerente Administrativo de fevereiro de 1993 a janeiro de 1995. Integrou a Itatrading – Itamarati Trading S.A. como Gerente Administrativo de fevereiro de 1995 a junho de 1998. Trabalhou na Constran S.A. – Construções e Comércio como Advogado de junho de 1998 a dezembro de 2002. De janeiro de 2003 até a presente data, atua como Advogado nas Usinas Itamarati S.A.

Walter Rúbio – Suplente do Conselho Fiscal

Nascido em 12 de abril de 1945, Brasileiro, casado. Formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema em 1978. Atuou como gerente de produto e de mercado na Brasil Prev – Previdência Privada S.A. e no conselho fiscal da Tele Leste Celular Participações.

Victor Roberto Hohl- Suplente do Conselho Fiscal

Nascido em 21 de junho de 1977 e é brasileiro. Formou-se em Administração de Empresas na UnB – Universidade de Brasília/DF em 2001 e em 2002 concluiu o curso de extensão “Métodos Quantitativos para Gestores Econômico-Financeiros”. Atualmente cursa Pós-Graduação no IBMEC – MBA Executivo em Finanças em Brasília/DF. De 2000 a 2001 atuou como Analista Financeiro Jr da Gerência de Orçamento do Grupo Associados Centro-Oeste; De setembro de 2001 a fevereiro de 2002, atuou na Brasil Telecom como Trainee da Gerência de Controladoria; e desde 2002 atua na FUNCEF como Analista Jr – Gerência de Análise de Investimentos – Assessoramento ao Comitê Técnico das empresas.

André Toledo de Carvalho – Suplente do Conselho Fiscal

Nascido em 02 de março de 1957, é brasileiro e casado. Formou-se engenheiro civil pela FAAP em 1979 e obteve sua pós-graduação em gestão de empresas (MBA Empresarial) na EPGE/Fundação Getúlio Vargas/RJ em 1999. Trabalha na Constran S.A. – Construções e Comércio – desde março de 1979. Nesta empresa passou pelos seguintes cargos: estagiário, de março a dezembro de 1979; engenheiro, de janeiro de 1980 a 1982; de fevereiro de 1982 a junho de 1986 foi Chefe de Divisão de Engenharia; de junho de 1986 até março de 1987 foi Chefe de Divisão de Controle de Qualidade; de março de 1987 a abril de 1991 foi Chefe de Divisão de Engenharia; de novembro de 1992 a outubro de 1996 atuou como Gerente; de outubro de 1996 a agosto de 2000 atuou como Superintendente-Assessor de Diretoria e de setembro de 2000 até a presente data é Superintendente da área de Gestão Financeira.

Remuneração dos Conselheiros e Diretores

Em 24 de abril de 2003, foi fixada na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da Ferronorte a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, no valor equivalente a R\$ 2.800 mil.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DOS DIVIDENDOS DA EMISSORA

Capital Social

Em 30 de setembro de 2003, o capital social da Ferronorte totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 624.088.886,63, representado por 378.035.921 ações ordinárias, 11.597.219 ações preferenciais classe A e 5.129.741 mil ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembléias gerais dos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Ferronorte, a capitalização de lucros ou de reservas será efetivada sem modificação do número de ações.

Forma de Transferência das Ações

Como as ações da Ferronorte são nominativas, a transferência das mesmas é realizada de acordo com o artigo 31 da Lei das Sociedades por Ações, isto é, por termo lavrado no livro de Transferência de Ações Nominativas.

O Estatuto Social da Companhia admite que as ações emitidas sejam da forma escritural, sendo mantidas, neste caso, em nome de seus titulares, na instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro, do artigo 35, da Lei das Sociedades por Ações.

Local de Negociação

As ações da Ferronorte são admitidas à negociação no SOMA.

Dividendos

Dividendo Obrigatório

Os acionistas de uma sociedade por ações têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, uma parcela dos lucros estabelecida no estatuto social de tais sociedades. O estatuto social de uma companhia pode estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou dos acionistas controladores.

O Estatuto Social da Ferronorte fixou a distribuição de dividendo obrigatório em 25% do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações. Quando o valor do dividendo mínimo ou fixo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser pagos, a título de juros sobre capital social da Emissora, dividendos intermediários.

Pagamento dos Dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, as sociedades por ações devem pagar dividendos aos indivíduos que, na data do ato de declaração de dividendo, estiverem inscritos como proprietários ou usufrutuários de ações de sua emissão.

Os dividendos podem ser pagos por cheque nominativo remetido por via postal para o endereço comunicado pelo acionista à sociedade por ações, ou mediante crédito em conta corrente bancária em nome do acionista.

Os dividendos das ações em custódia bancária ou em depósito são pagos pela Companhia à instituição financeira depositária, a qual será responsável pela sua entrega aos titulares das ações depositadas.

Os dividendos devem ser pagos no prazo de 60 dias contados da data em que forem declarados, dentro do exercício social.

Histórico dos Pagamentos dos Dividendos

Desde a sua constituição, em janeiro de 1998, a Emissora não vem efetuando distribuição de dividendos aos seus acionistas, uma vez que a mesma não auferiu lucro líquido neste período.

PRINCIPAIS ACIONISTAS DA EMISSORA

Em 30 de setembro de 2003, o quadro acionário da Emissora apresentava-se da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>							
	<u>ON</u>	<u>%</u>	<u>PNA</u>	<u>%</u>	<u>PNB</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Brasil Ferrovias S.A	374.509.096	99,07	-	-	2.949.584	57,50	377.458.680	95,62
Nossa Caixa Nosso Banco S.A	705.365	0,19	-	-	-	-	705.365	0,18
Companhia Energética São Paulo – CESP	705.365	0,19	-	-	-	-	705.365	0,18
Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP	705.365	0,19	-	-	-	-	705.365	0,18
Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica – EPTE	705.365	0,19	-	-	-	-	705.365	0,18
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE	705.365	0,19	-	-	-	-	705.365	0,18
Gaborone Participações Ltda.	-	-	-	-	705.365	13,75	705.365	0,18
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia	-	-	11.597.219	100,00	-	-	11.597.219	2,94
União de Comércio e Participações Ltda.	-	-	-	-	737.396	14,37	737.396	0,19
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	-	-	-	-	737.396	14,37	737.396	0,19
Total	378.035.921	100,00	11.597.219	100,00	5.129.741	100,00	394.762.881	100,00

Seguem abaixo breves características acerca dos principais acionistas da Feronorte:

Brasil Ferrovias

A Brasil Ferrovias é uma *holding* do setor de transporte ferroviário, que tem como objeto social a participação em quaisquer sociedades, empreendimentos e consórcios, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou consorciada, cujo objeto social esteja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços no ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades, inclusive, mas não se limitando, nas áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária marítima e fluvial. Os negócios da Brasil Ferrovias estão atrelados às atividades e aos projetos desenvolvidos especialmente pela Feronorte, e, ainda, pela participação acionária havida na Ferroban e na Novoeste.

Em setembro de 2003, a Brasil Ferrovias era titular de 95,62% do capital social da Feronorte.

Informações adicionais sobre a Brasil Ferrovias estão descritas na Seção “Informações sobre a Garantidora”.

Nossa Caixa Nosso Banco S.A

O Nossa Caixa Nosso Banco S.A tem como objeto social a atividade bancária, consubstanciada na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis em vigor, servindo, ainda, como instrumento de execução de políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo. Anteriormente denominado Nossa Caixa Nosso Banco S.A., em 13 de fevereiro de 2001, alterou a sua razão social para Banco Nossa Caixa S.A. com o objetivo de manter a identificação pela qual é, há muitos anos, amplamente conhecido no mercado e também para adequar-se ainda mais à condição de banco comercial.

Companhia Energética De São Paulo – CESP

Em 5 de dezembro de 1966, constituiu-se a CESP a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica, uma vez que se pretendia centralizar o planejamento e racionalização dos recursos do Estado de São Paulo no setor energético. A companhia tem seis usinas hidrelétricas, sendo três no rio Paraná, uma próxima à foz do rio Tietê, outra no rio Paraibuna e, ainda, uma no rio Jaguari.

Desde a sua criação, a CESP foi a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira. A tecnologia desenvolvida pela companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica é reconhecida mundialmente. Os trabalhos na área de meio ambiente e hidrovia foram pioneiros no setor elétrico brasileiro, contribuindo para destacar ainda mais a atuação da CESP.

Em abril de 1999, a CESP passou por uma cisão parcial. Foram criadas três empresas de geração e uma de transmissão de energia elétrica. A empresa de transmissão, chamada de Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, permanecerá sob controle do governo. Das empresas de geração, duas já foram privatizadas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, cujo leilão na Bovespa ocorreu em 28 de julho de 1999, e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, privatizada em 27 de outubro de 1999.

Imprensa Oficial do Estado S.A.

A Imprensa Oficial do Estado S.A. foi criada com o objetivo de editar o Diário Oficial do Estado de São Paulo. Hoje, após 107 anos da sua constituição, sob a razão social de Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, esta sociedade é uma indústria gráfica que atende não apenas à edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo, mas a uma gama infinita de impressos destinados a suprir toda a máquina administrativa do Estado.

Apontada pela imprensa especializada como uma das principais empresas da área gráfica e editorial do País, a Imprensa Oficial de São Paulo está classificada entre as primeiras em capitalização e liquidez e, também, em rentabilidade e outros indicativos econômicos, servindo assim de modelo às demais imprensas oficiais do País.

Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica - EPTE

A Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica foi a primeira empresa brasileira voltada exclusivamente para a prestação do serviço de transmissão de eletricidade, tendo como responsabilidade o transporte de energia do sistema interligado Sul, Sudeste, Centro-Oeste para as distribuidoras Eletropaulo Metropolitana e Bandeirante.

A CTEEP e EPTE executam as mesmas atividades para a transmissão de energia elétrica - e em áreas geograficamente complementares dentro do Estado, o que fez com que estas duas empresas se unissem para constituir a CTEEP, uma empresa maior e mais eficiente.

Com um ativo total superior a R\$ 4 bilhões, a CTEEP tem a tarefa de operar 99 subestações, com capacidade de transformação acima de 35.000 MVA, e mais de 18.000 quilômetros de linhas de transmissão, transportando cerca de 136.000 GWh de energia, além de contar com um sistema integrado de coordenação, supervisão e controle do sistema elétrico.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. é uma empresa que tem como finalidade a geração de energia em instalações já existentes e estrategicamente dispostas em centros de cargas (usinas Henry Morden e Piratiniga), bem como a realização do suprimento de água bruta para abastecimento público (reservatórios Guarapiranga e Billings) e, por último, de atividades de controle do sistema hidráulico, que são fundamentais para a segurança operacional e o saneamento dos canais e reservatórios, assim como para o controle das cheias na Região Metropolitana de São Paulo.

Gaborone Participações Ltda.

Trata-se de uma empresa brasileira cujo capital é detido pelo grupo americano JP Morgan-Chase. Seu objetivo é realizar investimentos em empresas e títulos no Brasil, em nome deste grupo estrangeiro.

Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM

O Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM é um instrumento de colaboração financeira oriundo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da região da Amazônia Legal, possibilitando a implantação de novos empreendimentos, bem como a ampliação, modernização e diversificação dos já existentes. Os Estados que compõem a Amazônia Legal são Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. A maior parte da concessão de transporte ferroviário da Ferronorte localiza-se dentro da Amazônia Legal e o projeto encontra-se em posição de obter recursos deste fundo.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo Metropolitana tem por objeto: (i) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (iv) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (v) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (vi) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (vii) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Acordo de Acionistas

A administração da Brasil Ferrovias, da Ferronorte e da Novoeste é regulada pelo acordo de acionistas celebrado em 16 de junho de 1998, e aditado em 21 de outubro de 1998, pelos acionistas da Brasil Ferrovias, à época titulares de mais de 82% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da mesma, a saber: PREVI, FUNCEF, Constran, BNDESPar, BRP, BRPF, Banco Bradesco e J.P. Morgan.

RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM OS COORDENADORES

Banco Brascan

Não há relacionamento entre o Banco Brascan e a Emissora, além da presente Oferta e das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias como coordenador líder.

BB-BI

O BB-BI através de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., possui relacionamento com a Ferrobán em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, folha de pagamento, empréstimos e financiamentos que contam com coobrigação da Brasil Ferrovias e Ferronorte. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destes empréstimos era de R\$ 17.459 mil. Adicionalmente, o BB-BI participou, além da presente Emissão, das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora como coordenador contratado.

Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco tem relacionamento com o grupo Brasil Ferrovias em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destas linhas era de R\$ 52.894 mil. Ademais, o Banco Bradesco participa do acordo de acionistas da Brasil Ferrovias. Adicionalmente, o Banco Bradesco participou, além da presente Emissão, das 3ª e 4ª emissões de notas promissórias da Emissora como coordenador contratado.

3.

INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIDORA

Capitalização da Garantidora

Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora

Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora

Atividades da Garantidora

Contratos Relevantes da Garantidora

Pendências Judiciais da Garantidora

Operações da Garantidora com Partes Relacionadas

Administração da Garantidora

Descrição do Capital Social e dos Dividendos da Garantidora

Principais Acionistas da Garantidora

Relacionamento da Garantidora com os Coordenadores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO DA GARANTIDORA

A tabela a seguir exhibe o endividamento da Garantidora e sua capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000, 2001 e 2002 e (ii) nos exercícios sociais encerrados em 30 de setembro de 2002 e 2003. Esta tabela deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Garantidora e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto.

	Exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$ mil) <i>Consolidado*</i>			Exercícios findos em 30 de setembro (em R\$ mil) <i>Controladora*</i>	
	2000	2001	2002	2002	2003
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – curto prazo	62.942	79.942	76.490	19.782	11.486
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – curto prazo	2.227	13.129	6.841	-	-
Debêntures – curto prazo	-	4.825	23.970	8.799	18.027
Total de Empréstimos a Curto Prazo	65.169	97.896	107.301	28.581	29.513
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – longo prazo	696.668	822.962	904.451	-	-
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – longo prazo	8.890	7.783	6.986	-	-
Debêntures – longo prazo	364.700	404.908	519.686	193.056	222.103
Total de Empréstimos a Longo Prazo	1.070.258	1.235.653	1.431.123	193.056	222.103
Empréstimos e Financiamentos (Bruto)	1.135.427	1.333.549	1.538.424	221.637	251.616
Disponibilidades	65.503	18.833	23.003	108	12
Empréstimos e Financiamentos (Líquido)	1.069.924	1.314.716	1.515.421	221.529	251.604
Patrimônio Líquido:					
Capital Social	659.418	668.274	668.274	668.274	668.274
Capital a Realizar	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	2.069	2.263	-	(1)	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	(158.197)	(399.053)	(750.588)	(610.675)	(899.693)
Total Patrimônio Líquido	503.290	271.484	(82.314)	57.598	(231.419)
Capitalização Total	<u>1.573.214</u>	<u>1.586.200</u>	<u>1.433.107</u>	<u>279.127</u>	<u>20.185</u>

* Sendo a Garantidora uma holding não operacional, as informações aqui apresentadas foram extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2000, 2001 e 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária. As informações referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003 foram extraídas das Demonstrações Financeiras auditadas da Garantidora, elaboradas de acordo com a legislação societária, visto que a Garantidora somente apresenta as referidas demonstrações de forma consolidada no término de seu exercício social, por não serem obrigatórias.

Os detalhes dos contratos de financiamento da Garantidora estão descritos na Seção “Contratos Relevantes da Garantidora”.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Garantidora, em parte originadas das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2000, 2001 e 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária. Para estes períodos estão sendo indicadas as demonstrações consolidadas visto que a Garantidora é uma holding não operacional.

As informações financeiras selecionadas para os períodos encerrados em 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003 originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas da Garantidora, elaboradas de acordo com a legislação societária, visto que a Garantidora somente apresenta as referidas demonstrações de forma consolidada no término de seu exercício social, por não serem obrigatórias. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes para os anos 2000, 2001 e 2002 e pela Trevisan Auditores Independentes para o ano 2003. As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras da Garantidora, que são parte integrante deste Prospecto.

	Exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$ mil) <i>Consolidado *</i>			Exercícios findos em 30 de setembro (em R\$ mil) <i>Controladora *</i>	
	2000	2001	2002	2002	2003
Demonstração de Resultados					
Faturamento bruto.....	83.886	178.014	298.128	0	0
(-) Impostos e deduções.....	(5.981)	(7.011)	(13.753)	0	0
Faturamento líquido.....	77.905	171.003	284.375	0	0
(-) Custos dos serviços prestados	(122.952)	(247.166)	(370.620)	0	0
Resultado Bruto	(45.047)	(76.163)	(86.245)	0	0
(-) Desp. gerais, adm. e com vendas	(10.243)	(19.287)	(32.378)	(778)	(1.601)
(-) Outras rec. ou desp. Operacionais.....	18.759	5.514	(68.706)	0	0
(-) Resultado da equiv patrimonial.....	(32.531)	(39.367)	(63.499)	(187.294)	(125.732)
Resultado Operacional.....	(69.062)	(129.303)	(250.828)	(188.072)	(127.333)
(+) Depreciação e Amortização.....	28.382	81.383	93.270	0	0
(+) Resultado da equiv patrimonial.....	32.531	39.367	63.499	187.294	125.732
EBITDA (**).	(8.149)	(8.553)	(94.059)	(778)	(1.601)
(-) Resultado financeiro.....	(39.444)	(129.163)	(211.259)	(23.549)	(21.772)
Result. operacional após result. financ.....	(108.506)	(258.466)	(462.087)	(211.621)	(149.105)
Result. não operacional	50	13.351	105.500	0	0
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(108.456)	(240.856)	(348.509)	(211.621)	(149.105)
Balanço Patrimonial					
Ativo circulante	107.366	68.151	78.117	11.521	69.152
Disponibilidades	65.503	18.833	23.003	108	12
Créditos com partes relacionadas.....	1.881	10.511	19.547	4.999	46.580
Realizável a longo prazo	3.489	39.075	41.600	161.235	26.594

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 30 de setembro	
	(em R\$ mil)			(em R\$ mil)	
	<u>Consolidado *</u>			<u>Controladora *</u>	
	2000	2001	2002	2002	2003
Ativo permanente	1.587.525	1.636.919	1.673.050	202.036	161.941
Total do ativo	1.698.380	1.744.145	1.792.767	374.792	257.687
Passivo Circulante	115.250	206.061	383.541	195.278	250.091
Dívida de curto prazo	65.169	97.896	107.301	102.916	29.513
Prov. p/ perda c/ invest. control/colig.	0	0	24.570	90.958	202.798
Exigível a longo prazo	1.079.840	1.262.748	1.482.643	193.056	239.015
Dívida de longo prazo	1.070.258	1.235.653	1.431.122	193.056	222.103
Patrimônio líquido.....	503.290	271.484	(82.314)	57.598	(231.419)

* Sendo a Garantidora uma holding não operacional, as informações aqui apresentadas foram extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2000, 2001 e 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária. As informações referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003 foram extraídas das Demonstrações Financeiras auditadas da Garantidora, elaboradas de acordo com a legislação societária, visto que a Garantidora somente apresenta as referidas demonstrações de forma consolidada no término de seu exercício social, por não serem obrigatórias.

** EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos. O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro e o resultado da equivalência patrimonial.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA GARANTIDORA

A análise do conteúdo abaixo mencionado baseou-se nas Demonstrações de Resultado auditadas da Brasil Ferrovias e restringe-se aos exercícios de 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2000, 31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2002 e para os exercícios de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2002 e 30 de setembro de 2003. Os comentários a seguir devem ser lidos juntamente com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, que seguem anexas ao presente Prospecto.

Como informado na Seção “Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora”, como a Garantidora é uma holding não operacional, as informações aqui apresentadas foram extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2000, 2001 e 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária. As informações referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003 foram extraídas das Demonstrações Financeiras auditadas da Garantidora (controladora), elaboradas de acordo com a legislação societária, visto que a Garantidora somente apresenta as referidas demonstrações de forma consolidada no término de seu exercício social, por não serem obrigatórias.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 30 de setembro	
	(em R\$ mil)			(em R\$ mil)	
	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>	
	2000	2001	2002	2002	2003
Demonstração de Resultados					
Faturamento bruto.....	83.886	178.014	298.128	0	0
(-) Impostos e deduções.....	(5.981)	(7.011)	(13.753)	0	0
Faturamento líquido.....	77.905	171.003	284.375	0	0
(-) Custos dos serviços prestados	(122.952)	(247.166)	(370.620)	0	0
Resultado Bruto	(45.047)	(76.163)	(86.245)	0	0
(-) Desp. gerais, adm. e com vendas	(10.243)	(19.287)	(32.378)	(778)	(1.601)
(-) Outras rec. ou desp. Operacionais.....	18.759	5.514	(68.706)	0	0
(-) Resultado da equiv patrimonial.....	(32.531)	(39.367)	(63.499)	(187.294)	(125.732)
Resultado Operacional.....	(69.062)	(129.303)	(250.828)	(188.072)	(127.333)
(+) Depreciação e Amortização.....	28.382	81.383	93.270	0	0
(+) Resultado da equiv patrimonial.....	32.531	39.367	63.499	187.294	125.732
EBITDA (*).	(8.149)	(8.553)	(94.059)	(778)	(1.601)
(-) Resultado financeiro	(39.444)	(129.163)	(211.259)	(23.549)	(21.772)
Result. operacional após result. financ.....	(108.506)	(258.466)	(462.087)	(211.621)	(149.105)
Result. não operacional	50	13.351	105.500	0	0
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(108.456)	(240.856)	(348.509)	(211.621)	(149.105)

(*) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos. O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro e o resultado da equivalência patrimonial.

Comparação entre os anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000

Para um melhor entendimento das explicações sobre as variações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora, vale esclarecer que as rubricas Receita de Serviços, Deduções de Vendas e Custo dos Serviços Prestados contemplam apenas os valores correspondentes às receitas e despesas consolidadas das empresas Ferronorte, Ferrobán e Novoeste, sendo a primeira (Ferronorte) responsável por praticamente todas as variações. Explicações detalhadas sobre as demonstrações financeiras dessa empresa encontram-se descritas na Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora”.

Faturamento Bruto

O faturamento bruto da Brasil Ferrovias cresceu 67% em 2002, em relação a 2001, passando de R\$ 178.014 mil para R\$ 298.128 mil. Esta variação ocorreu basicamente em função da controlada Ferronorte ter aumentado seu faturamento no montante de R\$ 112.319 mil e a controlada Novoeste em R\$ 7.795 mil. Este aumento ocorreu basicamente em função de melhorias feitas nas vias permanentes e material rodante, associado a um aumento da demanda pelos serviços da Ferronorte.

Já entre dezembro de 2000 e dezembro de 2001, o faturamento bruto da Brasil Ferrovias cresceu 112%, passando de R\$ 83.886 mil para R\$ 178.014 mil. O principal fator que influenciou tal crescimento foi o aumento no volume transportado: no ano de 2001 transportou-se 21.555 mil TUs, enquanto que no ano de 2000 transportou-se 15.766 mil TUs. Tal expansão é justificada pelo início das operações completas da Ferronorte, ocorrido a partir de 1º de março de 2001.

A tabela abaixo apresenta a composição do faturamento bruto e dos volumes transportados:

Exercícios findos em 31 de dezembro					
(em R\$ mil)					
<i>Consolidado</i>					
	2000	2001	%	2002	%
Faturamento com transportes	83.543	172.405	106%	283.548	64%
Outros	343	5.609	1.535%	14.580	160%
Total do faturamento (R\$'000)	83.886	178.014	112%	298.128	67%
Volume transportado (TU'MM)	15.766	21.555	36,7%	21.397	-1%
Preço líquido médio (R\$/TU'000)	5,32	8,26	55,3%	13,93	68,6%

O quadro abaixo apresenta a composição dos volumes transportados pelas controladas e coligadas da Garantidora¹ durante os anos de 2000, 2001 e 2002, de onde destaca-se a importância da soja em grãos, que representou 33,2% do total de TU transportado em 2002:

Produto	Ferronorte			Novoeste			Ferroban		
	TU 2000	TU 2001	TU 2002	TU 2000	TU 2001	TU 2002	TU 2000	TU 2001	TU 2002
	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)
Soja	989.295	2.326.871	3.065.110	634.942	640.885	630.259	2.040.197	3.368.723	3.404.922
Farelo	366.278	477.441	1.028.208	343.226	278.933	296.173	1.169.031	1.506.927	2.021.327
Milho	21.124	200.400	4.495	1.998	0	0	46.217	203.712	4.495
Algodão	402	200	0	0	0	0	0	0	0
Açúcar	0	43.648	50.675	0	0	0	382.728	820.919	684.283
Adubo	27.237	107.500	305.152	9.146	4.317	14.393	255.407	388.835	499.802
Trilhos	1.931	0	0	0	1.128	0	0	0	0
Peças e	40	0	0	0	0	0			
Acessórios									
Derivados de	0	8.996	301.077	338.281	399.176	500.328	1.478.909	1.940.335	1.880.664
Petróleo									
Tração p/	0	458.647	0	0	0	0	0	0	0
Ferroban									
Ferro				828.729	757.058	888.773	126.844	147.814	131.030
Cimento				96.632	96.609	43.873	472.598	648.174	513.793
Óleos Vegetais				55.053	43.153	37.211	59.822	62.168	50.852
Ex. Bolívia				57.500	43.272	58.904	0	0	0
Manganês				211.170	145.833	214.394	0	0	0
Alcool							537.580	489.611	76.576
Bauxita							1.594.081	1.476.054	1.470.869
Cal/Calcário							462.343	693.120	794.295
Carvão							73.926	176.884	99.371
Clinker							190.439	233.785	2.623
Enxofre							369.059	591.051	531.181
Fosfato							1.209.383	1.390.289	817.959
Trigo							395.043	298.587	117.303
Container							136.990	146.524	95.204
Escória							83.673	100.902	246.014
Liq. Diversos							85.897	158.637	4.879
Pellets							226.956	145.326	125.325

¹ Os valores referem-se aos volumes transportados por cada empresa, sem descontar as cargas sobrepostas. Por exemplo, no caso de uma carga originada do Mato Grosso com destino ao porto de Santos, o mesmo volume é contabilizado tanto para a Ferronorte quanto para a Ferroban.

Produto	Ferronorte			Novoeste			Ferrobán		
	TU 2000	TU 2001	TU 2002	TU 2000	TU 2001	TU 2002	TU 2000	TU 2001	TU 2002
	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)	(toneladas)
Sólidos Div.							209.017	239.914	156.658
Diversos		10.180	4.863	86.107	89.977	52.553	91.477	142.756	171.771
Total	1.406.307	3.633.883	4.759.580	2.662.784	2.500.341	2.736.861	11.697.617	15.421.047	13.901.206

Faturamento líquido

O faturamento líquido da Brasil Ferrovias foi de R\$ 284.375 mil nos doze meses de 2002, comparado a R\$ 171.003 mil e R\$ 77.905 mil no mesmo período de 2001 e 2000, respectivamente, sendo estas variações explicadas principalmente pelas operações da Ferronorte. A explicação para esta variação está no tópico *Faturamento Bruto*, acima.

Custos operacionais

Entre 2001 e 2002, os custos operacionais da Brasil Ferrovias aumentaram 50%, atingindo R\$ 370.620 mil em dezembro de 2002. A comparação dos custos operacionais contabilizados nos anos findos em 2000 e 2001 mostra que houve um crescimento de 101% nesta rubrica, passando de R\$ 122.952 mil no período de janeiro a dezembro de 2000 para R\$ 247.166 mil no mesmo período de 2001.

A principal razão para o crescimento dos custos foi o início da operação completa da Ferronorte, em meados do primeiro semestre de 2001, ou seja, despesas como direito de passagem, tráfego mútuo, *leasing* de locomotivas, parte do pessoal e gastos na subsidiária Portofer, que antes eram alocadas no Ativo Diferido, passaram a ser alocadas no demonstrativo de resultados como operacionais. Além do mais, com o início da operação a empresa passou a amortizar parte das despesas com a Fase I das obras da via férrea. As variações nos custos operacionais consolidados ocorreram basicamente em função das variações apresentadas nas demonstrações financeiras da Ferronorte, pois o montante de custos operacionais da Novoeste apresentou variação de apenas R\$ 8.124 mil, sendo R\$ 57.686 mil em 2002 e R\$ 49.562 mil em 2001.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo:

Exercícios findos em 31 de dezembro					
(em R\$ mil)					
Consolidado					
	2000	2001	%	2002	%
Salários e encargos	13.225	24.978	88,9%	29.121	16,6%
Óleo Diesel	17.441	29.441	68,8%	48.245	63,9%
Leasing e Aluguéis	30.880	48.637	57,5%	90.150	85,4%
Material	1.759	2.346	33,4%	3.522	50,1%
Depreciação e Amortização	28.382	81.383	186,7%	93.270	14,6%
Dir. Passagem/Tráfego Mútuo	-	20.890	-	32.171	54,0%
Outros	31.265	39.491	26,3%	74.141	87,7%
Total	122.952	247.166	101,0%	370.620	50,0%

A rubrica “Salários e Encargos” no ano de 2001 apresenta um saldo consideravelmente maior do que o saldo referente ao ano de 2000. Tal diferença justifica-se pois a maior parte das despesas com Salários e Encargos da controlada Ferronorte no exercício de 2000 foi contabilizada no ativo diferido, visto que a empresa ainda encontrava-se em fase pré-operacional. Em março de 2001, a Ferronorte passou formalmente à fase operacional e, desta forma, passou a contabilizar normalmente as despesas referentes a esta rubrica.

A variação apresentada na rubrica de “Óleo Diesel” é justificada basicamente por uma combinação do aumento no volume transportado em cada exercício, aumento da extensão da via férrea, diferimento desta despesa na controlada Ferronorte nos dois primeiros meses de 2001 e aumento no preço do óleo diesel. Com relação à rubrica “Leasing e Aluguéis”, a variação deu-se basicamente em função da variação cambial, haja visto que a maior parte das locomotivas das empresas controladas são importadas e em função das operações de “sale-leaseback”, que também foram contabilizadas nesta rubrica.

A variação na rubrica “Depreciação e Amortização” entre 2002 e 2001 ocorre, principalmente, porque neste período referente a 2002 a controlada Ferronorte apropriou no custo dos serviços prestados o valor de amortização do diferido referente aos doze meses do exercício, enquanto no exercício de 2001 foi apropriado na mesma rubrica apenas o equivalente a dez meses, já que a amortização do diferido da controlada Ferronorte teve sua amortização iniciada em março de 2001. Do valor de R\$ 93.270mil apresentado nesta rubrica ao fim de 2002, R\$ 35.443 mil refere-se à depreciação acumulada no período e R\$ 57.827 mil refere-se à amortização do diferido. Em 31 de dezembro de 2001, o montante apresentado na rubrica “Depreciação e Amortização” refere-se à depreciação acumulada no período (R\$ 33.345 mil) e à amortização acumulada no período (R\$ 48.038 mil).

A rubrica “Direito de Passagem/Tráfego Mútuo” refere-se a despesas incorridas pelas empresas controladas por passarem com suas cargas em malhas ferroviárias de terceiros, utilizando tração própria ou não. No ano 2000, assim como nos primeiros dois meses de 2001, esta despesa foi diferida. O aumento verificado nesta rubrica no comparativo dos 9 meses de 2002 com o mesmo período de 2003 justifica-se basicamente pelo aumento do volume de cargas transportado e pelo aumento de parte das tarifas de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo. Em 2000, as despesas de tráfego mútuo e direito de passagem da Ferronorte foram reduzidas diretamente da conta de Receita Bruta de vendas. A partir de 2001, essa despesa passou a ser classificada no Custo dos Serviços Prestados. Na empresa Novoeste, essa despesa está demonstrada como redutora de receita bruta de vendas nos exercícios de 2000, 2001 e 2002.

Na rubrica “Outros” do ano de 2001, encontram-se despesas como a Portofer (R\$ 5.943 mil), por exemplo. No ano de 2000, assim como nos dois primeiros meses de 2001, parte das despesas alocadas na rubrica “Outros” foram diferidas. O aumento verificado na rubrica “Outros” no comparativo de 2001 e 2002 justifica-se basicamente pela variação dos saldos de rubricas como Portofer (R\$ 5.580 mil em 2002 contra R\$ 5.943 mil em 2001), Acidentes e Indenizações (R\$ 11.623 mil em 2002 contra R\$ 754 mil em 2001) e Serviços de Terceiros (R\$ 18.530 mil em 2002 contra R\$ 2.103 mil em 2001).

Despesas gerais, administrativas e com vendas

A comparação dos números contabilizados na rubrica “Despesas gerais, administrativas e com vendas” nos anos findos em 2000 e 2001 apresenta um aumento de 88%, passando de R\$ 10.243 mil no ano 2000 para R\$ 19.287 mil no ano de 2001. Este efeito pode ser explicado, principalmente, pelo fato de a Ferronorte, em 2000, ter considerado parte das despesas como pré-operacionais, em decorrência de não ter atingido a meta de volume a ser transportado em 2000, prevista no Plano de Negócios e Orçamento. Estas despesas foram diferidas e não afetaram o resultado de 2000. Já entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, o aumento verificado foi de 68%, atingindo R\$ 32.378 mil em 2002, em virtude, principalmente, de aumento de salários, serviços de terceiros e impostos e taxas decorrentes de movimentações financeiras.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2002, a Brasil Ferrovias apresentou outras receitas operacionais de R\$ 4.393 mil e outras despesas operacionais de R\$ 73.099 mil, resultando em um saldo líquido negativo de R\$ 68.706 mil. Este resultado negativo, em oposição aos resultados obtidos nos dois anos anteriores, pode ser explicado por ajustes de exercícios anteriores propostos pelos auditores independentes nas demonstrações financeiras da Brasil Ferrovias, referentes às controladas Novoeste (no montante de R\$ 6.240 mil) e Ferroban (no montante de R\$ 61.969 mil), os quais encontram-se apropriados na rubrica de Outras Despesas Operacionais. Os ajustes nas controladas referem-se à apropriação de despesas de concessão e arrendamento nas demonstrações de resultados das controladas (Ferroban basicamente) que anteriormente foram apropriados indevidamente em contas do ativo diferido. O efeito desses ajustes foi reconhecido na controladora através do cálculo da equivalência patrimonial.

A Brasil Ferrovias registrou outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, de R\$ 18.759 mil no ano 2000, comparado a R\$ 5.514 mil no ano de 2001. As outras receitas operacionais referem-se basicamente a cessões e locações de material rodante, aluguel de depósito e armazéns e serviço de tração. Em 2000, a controlada Ferronorte obteve receitas sob esta rubrica com o ressarcimento pago pela Ferroban por perda de receita devido a acidentes no trecho desta empresa (R\$ 8.000 mil), a venda de trilhos para terceiros (R\$ 4.000 mil) e a venda de terras (R\$ 2.000 mil). Em 2000, as despesas operacionais somaram R\$ 7.910 mil. Em 2001, a controlada Ferronorte obteve receitas sob esta rubrica com cessões e locações (R\$ 3.000 mil), aluguel de depósitos e armazéns (R\$ 2.000 mil), entre outros. Em 2001, as outras despesas operacionais somaram R\$ 2.799 mil.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O saldo negativo contabilizado na rubrica “Resultado da Equivalência Patrimonial” apresentou um crescimento de 21% entre 2000 e 2001, passando de R\$ 32.531 mil negativos em 2000 para R\$ 39.367 mil negativos em 2001. Esta variação está associada ao aumento dos prejuízos gerados pelas suas controladas em cada exercício.

Já em 2002, este resultado apresentou uma piora, aumentando 61% em relação a 2001 e atingindo R\$ 63.499 mil negativos. Esta variação está associada ao aumento dos prejuízos gerados pelas suas controladas em cada exercício. A controlada Ferronorte apresentou prejuízos líquidos no montante de R\$ 245.680 mil no exercício de 2002, e R\$ 154.429 mil em 2001. A controlada Ferrobán apresentou prejuízos líquidos no montante de R\$ 252.525 mil no exercício de 2002, e R\$ 103.838 mil em 2001. A controlada Ferrovia Novoeste apresentou prejuízos líquidos de R\$ 42.406 mil no exercício de 2002, e R\$ 25.722 mil em 2001. Pode-se notar que o montante de prejuízos gerados pelas controladas da Brasil Ferrovias no exercício de 2002 foi significativamente superior ao exercício de 2001, causando, dessa forma, impacto relevante na apuração da equivalência patrimonial da controladora.

Resultado operacional antes do resultado financeiro, depreciações e amortizações (EBITDA)

A Brasil Ferrovias apresentou um EBITDA negativo de R\$ 94.059 mil em 2002, enquanto que em 2001 havia apresentado um EBITDA negativo de R\$ 8.553 mil. Este aumento deve-se principalmente ao aumento do custo dos serviços prestados e despesas operacionais apropriadas nas contas integrantes da demonstração de resultado em função da elevação do volume de transportes efetuados pela controlada Ferronorte no exercício de 2002.

O EBITDA da empresa em 2000 foi negativo em R\$ 8.149 mil, graças ao ganho adicional originado em outras receitas/despesas operacionais líquidas de R\$ 18.759 mil. A comparação entre os valores de EBITDA apresentados fica prejudicada pois a controlada Ferronorte ainda operou em fase pré-operacional em 2000.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido obtido pela Brasil Ferrovias em dezembro de 2002 foi um valor negativo de R\$ 211.259 mil, representando um aumento de 64% em relação ao exercício anterior. Este aumento pode ser explicado por um aumento do endividamento da controlada Ferronorte, assim como pelo fato de parte das despesas financeiras relativas a 2001 terem sido diferidas nos dois primeiros meses de 2001, já que o trecho onde os recursos estavam sendo aplicados ainda não estava em operação.

A Brasil Ferrovias registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 129.163 mil em 2001, tendo a controlada Ferronorte registrado R\$ 93.959 mil. Durante o ano 2000, a Ferronorte considerou parte das despesas como pré-operacionais, em decorrência de não ter atingido a meta de volume a ser transportado em 2000, prevista no plano de negócios e orçamento. Assim, despesas financeiras num montante de R\$ 137.000 mil foram contabilizadas no diferido em 2000.

A tabela abaixo apresenta a abertura dos resultados financeiros da Garantidora nos anos 2001 e 2002:

(em R\$ mil)	2001	2002	%
Consolidado			
Variações cambiais e monetárias passivas	33.604	83.064	147,2%
Juros e outras despesas financeiras	107.088	138.282	29,1%
Total de despesas financeiras	140.692	221.346	57,3%
Variações cambiais e monetárias ativas	4.056	43	-98,9%
Outras receitas financeiras	7.473	10.044	34,4%
Total de receitas financeiras	11.529	10.087	-12,5%
Resultado financeiro	(129.163)	(211.259)	63,6%

Resultado Operacional após Resultado Financeiro

Em dezembro de 2002, a Brasil Ferrovias apresentou um resultado operacional após o resultado financeiro de R\$ 462.087 mil negativos, representando um aumento de 79% em relação ao resultado obtido em 2001. Esta variação pode ser explicada pelas variações descritas nos tópicos anteriores.

A Garantidora registrou R\$ 108.506 mil (negativos) como resultado operacional após o resultado financeiro em 2000 e R\$ 258.466 mil (negativos) em 2001. Tal variação deu-se basicamente em função do início formal das operações da Ferronorte em março de 2001, no trecho caracterizado como Fase I. Até aquele mês, uma parte significativa das despesas vinha sendo diferida, inclusive as despesas financeiras, mas que em 2001 passaram a transitar pelo resultado através da rubrica “Depreciação/amortização” no demonstrativo de resultado.

Resultado líquido

Em 2002, a Garantidora apresentou um prejuízo de R\$ 348.509 mil (45% maior que o registrado em 2001). Tal variação pode ser explicada pelas variações descritas nos tópicos anteriores.

A Brasil Ferrovias registrou um prejuízo líquido de R\$ 108.456 mil no ano 2000 e prejuízo de R\$ 240.856 mil no ano de 2001, basicamente como decorrência dos fatores mencionados anteriormente. Adicionalmente, em 2001 a Ferronorte apresentou no demonstrativo de resultados um resultado não operacional de R\$ 13.495 mil que não houve no ano 2000 (Receitas não operacionais de R\$ 15.763 mil e Despesas não operacionais de R\$ 2.268 mil). Tal resultado não operacional ocorreu em função de operações de “sale-lease back” de vagões e locomotivas, ou seja, a Ferronorte vendeu uma pequena parte da sua frota de material rodante baixando seu ativo imobilizado, para em seguida alugar este mesmo material rodante.

Liquidez e Recursos de Capital

Em 31 de dezembro de 2002, a Brasil Ferrovias apresentava disponibilidades de R\$ 23.003 mil e dívida total de R\$ 1.538.424 mil, dos quais 7% encontravam-se alocados no curto prazo e 99% eram expressos em moeda nacional. No ano fiscal de 2002, a Brasil Ferrovias obteve geração EBITDA negativa de R\$ 94.059 mil.

O quadro a seguir resume a evolução das dívidas da Brasil Ferrovias e seus passivos financeiros de 31 de dezembro de 2000 a 2002:

<i>Em R\$ mil</i> <i>(Consolidado)</i>	31 de dezembro de 2000	31 de dezembro de 2001	31 de dezembro de 2002
Moeda Nacional	62.942	84.767	100.460
FINAME/FINAM	4.716	12.351	16.172
Notas Promissórias	-	25.773	-
Debêntures	-	4.825	23.970
Outros	58.226	41.818	60.318
Moeda Estrangeira	2.227	13.129	6.841
Financiamento de Importação	2.227	13.129	6.841
Total do Endividamento de Curto Prazo	65.169	97.896	107.301
 Moeda Nacional	 1.061.368	 1.227.870	 1.424.137
Recursos do BNDES	602.908	717.070	798.896
FINAME/FINAM	93.760	86.407	79.738
Debêntures	364.700	404.908	519.686
Outros	-	19.485	25.817
Moeda Estrangeira	8.890	7.783	6.986
Financiamento de Importação	8.890	7.783	6.986
Total do Endividamento de Longo Prazo	1.070.258	1.235.653	1.431.123
 Endividamento Total	 1.135.427	 1.333.549	 1.538.424
 Disponibilidades	 65.503	 18.833	 23.003
 Dívida líquida	 1.069.924	 1.314.716	 1.515.421
 Patrimônio Líquido	 503.290	 271.484	 (82.314)

<i>Em R\$ mil</i> <i>(Consolidado)</i>	31 de dezembro de 2000	31 de dezembro de 2001	31 de dezembro de 2002
Capitalização	1.573.214	1.586.200	1.433.107
Dívida Líquida/capitalização	68,0%	82,9%	105,7%

A 1ª emissão privada de debêntures da Brasil Ferrovias foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária em 25 de agosto de 1998, sendo 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da companhia, com valor unitário de R\$ 10 mil e data de emissão em 1º de julho de 1999.

A 2ª emissão privada de debêntures da Brasil Ferrovias foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária em 29 de junho de 2001, sendo composta por 1.680 debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Brasil Ferrovias, em uma única série, da espécie com garantia flutuante, com valor unitário de R\$10 mil, emitidas em 29 de junho de 2001.

As informações referentes às emissões da Ferronorte encontram-se descritas na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”. As demais empresas controladas pela Brasil Ferrovias não possuem debêntures colocadas no mercado.

Investimentos

Os investimentos da Ferronorte foram de R\$ 161.000 mil em 2000. Em todo o ano de 2001, a Ferronorte investiu R\$ 181.900 mil, sendo a maior parte em expansão da via permanente. Dos R\$ 181.900 mil, R\$ 155.000 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido. Os investimentos deram-se basicamente nas obras da Fase II, que ligará Alto Taquari (MS) a Rondonópolis (MT). A parte referente a serviços, despesas financeiras, estará sendo alocada no ativo diferido para ser amortizado após o início das operações deste novo trecho. Dentre estes investimentos encontram-se desembolsos em material rodante, dormentes, desembolsos com obras em geral, estudos, processamento de dados, etc.

No ano de 2002 a Ferronorte investiu R\$ 140.000 mil, sendo a maior parte deste capital em expansão da via permanente, ou seja, na Fase II de expansão da via permanente no trecho entre Alto Taquari/MT e Rondonópolis/MT. Deste valor, R\$ 100.000 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido. De janeiro a setembro de 2003 a Ferronorte investiu R\$ 64.840 mil, sendo a maior parte no aumento do material rodante. Deste valor, R\$ 59.500 mil foram alocados no ativo imobilizado e o restante no ativo diferido.

Comparação entre os períodos findos em 30 de setembro de 2003 e 2002

Conforme mencionado no início desta seção, as informações referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro dos anos de 2002 e 2003 foram extraídas das Demonstrações Financeiras auditadas da Garantidora (controladora), elaboradas de acordo com a legislação societária, visto que a Garantidora somente apresenta as referidas demonstrações de forma consolidada no término de seu exercício social, por não serem obrigatórias. Desta forma, algumas das contas selecionadas anteriormente não apresentam saldo, obrigando-nos a comentar apenas as seguintes contas:

Despesas gerais, administrativas e com vendas

A comparação dos números contabilizados na rubrica “Despesas gerais, administrativas e com vendas” nos períodos findos em 30 de setembro de 2002 e 2003 apresenta um aumento de 106%, passando de R\$ 778 mil em 30 de setembro de 2002 para R\$ 1.601 mil em 30 de setembro de 2003. Este efeito pode ser explicado pelo aumento de despesas com serviços de pessoas jurídicas no primeiro semestre de 2003.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O saldo negativo contabilizado na rubrica “Resultado da Equivalência Patrimonial” apresentou uma queda de 33% entre 30 de setembro de 2002 e 2003, passando de R\$ 187.294 mil negativos para R\$ 125.732 mil negativos, respectivamente. Esta variação está associada à diminuição dos prejuízos gerados pelas suas controladas nos primeiros nove meses de 2003 em comparação ao mesmo período de 2002. A controlada Ferronorte apresentou prejuízos líquidos no montante de R\$ 64.229 mil até 30 de setembro de 2003, e R\$ 164.857 em 2002, no mesmo período. A controlada Ferrobán apresentou prejuízos líquidos no montante de R\$ 70.001 mil até 30 de setembro de 2003, e R\$ 202.854 mil em 2002, no mesmo período. Pode-se notar que o montante de prejuízos gerados pelas controladas da Brasil Ferrovias nos primeiros nove meses do exercício de 2003 foi significativamente inferior ao registrado mesmo período do exercício de 2002.

Resultado operacional antes do resultado financeiro, depreciações e amortizações (EBITDA)

A Brasil Ferrovias apresentou um EBITDA negativo de R\$ 1.601 mil em setembro de 2003, resultado inferior ao verificado em setembro de 2002 (R\$ 778 mil negativos). Este resultado deve-se principalmente às explicações efetuadas nos tópicos anteriores.

Resultado Financeiro

A Brasil Ferrovias registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 21.772 mil em 30 de setembro de 2003, representando uma queda de 7,6% em relação ao resultado de 30 de setembro de 2002, que foi de R\$ 23.549 mil negativos. Apesar desta pequena variação observada, tanto as despesas financeiras quanto as receitas financeiras apresentaram aumento relevante entre setembro de 2002 e setembro de 2003, como pode ser observado na tabela a seguir.

A variação dos juros e despesas financeiras ocorreu em função do montante de juros incidentes sobre os passivos (debêntures, financiamentos e outras provisões a pagar) apropriados em resultado nos nove primeiros meses de 2003 ser superior em relação ao mesmo período do exercício anterior. Em 2003, houve também a apropriação da atualização dos mútuos com empresas do grupo (Ferronorte R\$ 551 mil, Novoeste R\$ 930 mil e Ferroban R\$ 914 mil) em resultado nos nove primeiros meses de 2003, o que não ocorreu no mesmo período do exercício anterior

A variação das receitas financeiras ocorreu em função da apropriação da atualização dos mútuos com empresas do grupo (basicamente com as controladas Ferronorte R\$ 2.494 mil e Novoeste R\$ 10.316 mil) apropriados em resultado nos nove primeiros meses de 2003, o que não ocorreu no mesmo período do exercício anterior.

A tabela abaixo apresenta a abertura dos resultados financeiros da Garantidora em 30 de setembro de 2002 e 2003:

<i>Em R\$ mil</i> <i>(Controladora)</i>	30 de setembro de 2002	30 de setembro de 2003	%
Variações cambiais e monetárias passivas	3.423	4.741	38,5%
Juros e outras despesas financeiras	20.777	31.863	53,4%
Total de despesas financeiras	(24.200)	(36.604)	51,3%
Variações cambiais e monetárias ativas	-	-	-
Outras receitas financeiras	651	14.832	2.178%
Total de receitas financeiras	651	14.832	2.178%
Resultado financeiro	(23.549)	(21.772)	-7,6%

Resultado Operacional após Resultado Financeiro

Em 30 de setembro de 2003, a Brasil Ferrovias apresentou um resultado operacional após o resultado financeiro de R\$ 149.105 mil negativos, representando uma queda de 30% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2002. Esta variação está associada ao prejuízo das controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e às despesas financeiras decorrentes do endividamento da Brasil Ferrovias.

Resultado líquido

Os resultados e explicações para esta rubrica são os mesmos da rubrica “Resultado Operacional após Resultado Financeiro”.

Liquidez e Recursos de Capital

Em 30 de setembro de 2003, a Brasil Ferrovias apresentava disponibilidades de R\$ 12 mil e dívida total de R\$ 251.616 mil, dos quais 11,7% encontravam-se alocados no curto prazo e 100% eram expressos em moeda nacional.

O quadro a seguir resume a evolução das dívidas da Brasil Ferrovias e seus passivos financeiros de 30 de setembro de 2002 e 2003:

<i>Em R\$ mil</i> <i>(Controladora)</i>	30 de setembro de 2002	30 de setembro de 2003
Moeda Nacional	28.581	29.513
FINAME/FINAM	-	-
Notas Promissórias	-	-
Debêntures	8.789	18.027
Outros	19.782	11.486
Moeda Estrangeira	-	-
Financiamento de Importação	-	-
Total do Endividamento de Curto Prazo	28.581	29.513
Moeda Nacional	193.056	222.103
Recursos do BNDES	-	-
FINAME/FINAM	-	-
Debêntures	193.056	222.103
Outros	-	-
Moeda Estrangeira	-	-
Financiamento de Importação	-	-
Total do Endividamento de Longo Prazo	193.056	222.103
Endividamento Total	221.637	251.616
Disponibilidades	108	12
Dívida líquida	221.529	251.604
Patrimônio Líquido	57.598	(231.419)
Capitalização	279.127	20.185
Dívida Líquida/capitalização	79,4%	1.146%

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA GARANTIDORA

Nos últimos anos, a Garantidora acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos, por meio de 2 emissões de debêntures. A Garantidora realizou duas emissões de debêntures para colocação privada.

A Primeira Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias – Emissão Privada

Em 25 de agosto de 1998, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 1ª emissão privada da Brasil Ferrovias, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da companhia, com valor unitário de R\$10 mil. As debêntures tiveram data de emissão em 1º de julho de 1999 e data de vencimento prevista para 1º de julho de 2006. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, constituída por caução de 66.931.230 ações preferenciais da Ferroban, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. As debêntures da 1ª série e da 2ª série foram compradas pelo BNDESPar, FUNCEF e PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais. As 3.401 debêntures não colocadas foram canceladas.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 3% ao ano acima da TJLP a serem pagos semestralmente. O prazo das debêntures seria de 7 anos e a amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2004, 30% em julho de 2005 e 40% em julho de 2006. A possibilidade de conversão das debêntures em ações preferenciais seguia um cronograma que variava a quantidade de ações por debênture nos períodos de julho de 1999 a julho de 2004, de julho de 2004 a julho de 2005 e de julho de 2005 a julho de 2006.

No entanto, a Decisão n.º DIR.071/2001 do BNDESPar, datada de 2 de agosto de 2001, alterou as características e condições das debêntures. As alterações determinadas na decisão e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento anual de juros remuneratórios de 6% ao ano acima da TJLP, à capitalização total dos juros até dezembro de 2006 e capitalização de 4,5% ao ano acima da TJLP de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, ao prazo total do título que passa a ser de 17 anos, e ao cronograma de conversão das debêntures em ações preferenciais, inicia-se em junho de 2011 e termina em junho de 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passaram a ter garantia adicional, referente à caução de parte da receita da Ferronorte com transportes.

Ao final de setembro de 2003, o saldo devedor desta 1ª emissão de debêntures era de R\$ 220.501 mil e estava integralmente registrado no passivo de longo prazo.

A Segunda Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias – Emissão Privada

Em 29 de junho de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 2ª emissão privada de 1.680 debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Brasil Ferrovias, em uma única série, da espécie com garantia flutuante, com valor unitário de R\$ 10 mil. A data de emissão é 29 de junho de 2001 e a data de vencimento é 20 de dezembro de 2004. As amortizações são devidas no dia 20 dos meses de maio a dezembro de 2002, 2003 e 2004. Os juros remuneratórios das debêntures são de 105% da Taxa DI, devidas nas mesmas datas de pagamentos das amortizações. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias a critério dos debenturistas. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com uma tabela presente na escritura da emissão. Do total de debêntures da emissão, 565 foram compradas pela Chase Participações e Empreendimentos Ltda., 717 foram compradas pelo fundo LAIF e as demais 398 foram canceladas.

Desde maio de 2002 a Brasil Ferrovias não pagou nenhuma das obrigações desta emissão em função da negociação que há entre as partes, desde a época da colocação até o momento. A negociação tem por objeto alterações nas características e condições destas debêntures e a eventual conversão da dívida em ações. Os únicos dois debenturistas desta emissão são também acionistas da Brasil Ferrovias. Ao final de setembro de 2003, o saldo devedor desta 2ª emissão de debêntures era de aproximadamente R\$ 18.027 mil classificado no passivo de curto prazo e R\$ 1.603 mil no passivo de longo prazo.

Ações

As ações da Brasil Ferrovias estão disponíveis para negociação na BOVESPA desde 18 de setembro de 1998. Até o presente momento, não ocorreram transações com as ações neste ambiente, tendo ocorrido somente duas negociações de direito de subscrição de ações preferenciais e ordinárias da Brasil Ferrovias, negociadas ao valor de R\$ 0,01 a unidade, em dezembro de 2000. Em 30 de setembro de 2003, o patrimônio líquido da Brasil Ferrovias era negativo em aproximadamente R\$ 229.136 mil. A divisão do patrimônio líquido pela quantidade de ações chega ao valor de menos R\$ 0,49 / ação, ou seja, o valor patrimonial da ação é zero.

ATIVIDADES DA GARANTIDORA

Histórico

A Brasil Ferrovias S.A. foi constituída em 2 de janeiro de 1998 na forma de uma sociedade por ações, sob a denominação social de CPM Investimentos e Participações S.A. Em 6 de abril de 1998 mudou-se a denominação social de CPM Investimentos e Participações S.A. para Ferronorte Participações S.A. e, em 16 de junho de 1998, para Ferropasa - Ferronorte Participações S.A.. Nesta última alteração, incorporou-se a seu patrimônio a totalidade das ações representativas do capital social da Ferronorte e da Novoeste, ambas atuantes no setor de transporte ferroviário de carga do mercado brasileiro, com o objetivo de viabilizar a participação dos acionistas destas empresas no leilão de privatização da Fepasa, que ocorreu em 10 de novembro de 1998. Os acionistas da Ferronorte passaram a deter 91% do capital da holding Ferropasa e os acionistas da Novoeste passaram a deter os 9% restantes.

A Ferropasa, CVRD - Companhia Vale do Rio Doce e outros participantes, criaram o consórcio "Ferrovias" e apresentaram a proposta vencedora do leilão de concessão e arrendamento da malha paulista da RFFSA - FEPASA. A denominação da FEPASA foi alterada para Ferroban - Ferrovias Bandeirantes S.A. em 8 de dezembro de 1998.

Em 1º de abril de 2002 mudou-se a denominação social de Ferropasa - Ferronorte Participações S.A. para Brasil Ferrovias S.A.. Em dezembro de 2002 a Brasil Ferrovias passou a deter além de participação direta, participação indireta no capital social da Ferroban, através da empresa Nova Ferroban S.A.

Estrutura Organizacional e Subsidiárias

A Brasil Ferrovias é uma holding do setor de transporte ferroviário. Ao final de setembro de 2003, a PREVI detinha 20,69% do capital votante e 26,65% do capital total da Garantidora e a FUNCEF detinha 20,69% do capital votante e 22,31% do capital total da Garantidora. Os demais acionistas da Garantidora são: FUNCEF, Constran, LAIF, BRP Ferronorte LLC, J.P. Morgan Partners BHCA, L.P. e Banco Bradesco.

A Garantidora tem participação acionária na Emissora, na Ferroban e na Novoeste. Em 30 de setembro de 2003, a participação acionária da Garantidora em suas controladas e coligadas apresentava-se da seguinte forma:

Empresa	Participação da Garantidora no Capital Social
Ferronorte	95,62%
Ferroban *	8,33%
Novoeste	100,00%
Nova Ferroban	11,92%

* Direta e indiretamente (via Nova Ferroban)

A Ferrobán detém a concessão por 30 anos para exploração do serviço de transporte ferroviário de cargas na malha paulista da Fepasa, no Estado de São Paulo, e o arrendamento para o desenvolvimento desta malha, a partir de 10 de novembro de 1998, com a privatização da Fepasa, por meio do programa federal de desestatização da malha ferroviária brasileira.

Com 4.236 Kms de extensão distribuídos no Estado de São Paulo, correspondente a 15% da malha ferroviária brasileira e 86% da estadual, a Ferrobán é responsável pelo corredor de interligação da região Metropolitana de São Paulo ao Mercosul e ao norte do país; pela ligação do interior de São Paulo à Região Centro-Oeste e o Triângulo Mineiro à Região Metropolitana de São Paulo e ao porto de Santos. O seu trajeto liga a capital do Estado de São Paulo às cidades de Presidente Epitácio, Araguari, Baixada Santista, Santa Fé do Sul, Rubinéia e Aparecida do Taboado, possibilitando o escoamento da produção de estados como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso, entre outros.

Em maio de 1999 a Ferrobán transferiu sua sede para a Cidade de Campinas, SP. Em dezembro de 2002 a Brasil Ferrovias passou a deter além de participação direta, participação indireta no capital social da Ferrobán, através da empresa Nova Ferrobán S.A.

A Nova Ferrobán é uma sociedade holding que detém participação acionária na Ferrobán. A sua composição acionária é formada pela Garantidora, a PREVI, a LAIF, J.P Morgan, FUNCEF e Shearer Empreendimentos e Participações.

A Novoeste opera a malha oeste da RFFSA, abrangendo a antiga SR-10 (Bauru), ferrovia localizada nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A malha ferroviária da Novoeste interliga Corumbá a Bauru, com um ramal até Ponta Porã, em um total de 1.621 km. Desde agosto de 2000, quando passou a exercer seu direito exclusivo de passagem através dos trilhos da Ferrobán, seus trens seguem de Bauru até o porto de Santos, escoando soja e farelo do Mato Grosso do Sul e da Bolívia e transportando derivados de petróleo entre Paulínia e Campo Grande. Além disso, a Novoeste opera outros fluxos, como soja e óleo vegetal para Mairinque e ferro gusa e minério de manganês para Cubatão.

As informações sobre a Ferronorte estão descritas na Seção “Atividades da Emissora” e em outras partes deste Prospecto.

Descrição dos Negócios

A Garantidora tem como objeto social a participação em quaisquer sociedades, empreendimentos e consórcios, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou consorciada, cujo objeto social esteja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços no ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades, inclusive, mas não se limitando, nas áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária marítima e fluvial.

A receita da Garantidora vem da consolidação dos resultados das suas controladas operacionais, destacando-se a Ferronorte.

Política Tarifária

A Garantidora é uma holding, sendo que não possui política tarifária.

Estratégia

A Garantidora pretende nos próximos anos chegar a soluções definitivas para suas controladas Ferronorte e Novoeste, e sua subsidiária Ferrobán, de modo a torná-las negócios lucrativos o quanto antes, maximizar os ganhos de sinergia e permitir a retomada dos investimentos.

No caso da Ferronorte trabalha-se principalmente para que a empresa possa "alongar" o pagamento das suas obrigações financeiras e continuar investindo para aumentar significativamente, ano a ano, o volume transportado, de modo a equilibrar o caixa até o negócio atingir seu "breakeven point". O aumento do volume transportado necessariamente envolve investimentos no aumento da capacidade dos terminais e na capacidade de recepção de carga no porto de Santos.

Além disso, conforme já anunciado por alguns meios de comunicação, a Garantidora encontra-se em negociações com o BNDES para que este converta em capital parte de seu crédito com a Ferronorte e se torne acionista da Emissora. O objetivo, conforme anunciado, seria reduzir o pagamento de juros sobre essa dívida com o BNDES de modo a melhorar o fluxo de caixa da Companhia.

A Brasil Ferrovias também vem tentando articular com alguns clientes de suas controladas, a recuperação da malha ferroviária. Dessa forma, os clientes fariam os investimentos necessários na malha e, em uma etapa seguinte, esses investimentos seriam incorporados como capital acionário das empresas ou tratados como antecipação de fretes futuros.

Mercado de Atuação e Clientes

O mercado de atuação da Garantidora é o mesmo que de suas controladas e coligadas, ou seja, o transporte ferroviário de cargas. As informações sobre o setor e a indústria ferroviária estão descritas na Seção “Informações sobre o Setor de Transporte Ferroviário”.

A Garantidora é uma holding, sendo que não possui clientes.

Concorrência

Os principais concorrentes das controladas da Garantidora são prestadores de serviços nos modais rodoviário e hidroviário, que através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes, tendo como principais alternativas o transporte rodoviário direto e as operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia.

As informações detalhadas sobre a concorrência na indústria ferroviária estão descritas na Seção “Informações sobre a Emissora – Atividades da Emissora – Concorrência”.

Inadimplência e Procedimento de Cobrança

Essa seção não se aplica à Garantidora, tendo em vista que a Garantidora é uma holding e não possui clientes. Não há portanto, qualquer procedimento de cobrança e tampouco níveis de inadimplência a serem verificados.

Informações sobre Marcas e Patentes

A Garantidora solicitou o seguinte registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI:

Data	Certificado n.º	Marca	Classe
23.04.2002	824.297.024	mista	NCL (8) 39

Número de Funcionários e Política de Recursos Humanos

A Garantidora, devido à sua condição de holding, não possui empregados.

A política de recursos humanos da Garantidora, Ferronorte, e Novoeste é conjugada, de modo a aproveitar-se a sinergia e melhorar a produtividade do departamento de recursos humanos. A política é orientada basicamente para o planejamento de recursos humanos, recrutamento de pessoal, interação entre equipes, análise de cargos e salários, avaliação de desempenho, plano de benefícios sociais, segurança no trabalho, treinamento de pessoal e desenvolvimento organizacional.

Aspectos Ambientais

Para maiores informações sobre a política ambiental a que a Garantidora e as companhias que fazem parte do grupo estão sujeitas, ver a Seção “Atividades da Emissora - Aspectos Ambientais”.

Tendo em vista que a Garantidora é uma *holding* não operacional, a mesma não possui informações relevantes sobre os aspectos ambientais.

Influência de Fatores Macroeconômicos

A Garantidora sofre influência de fatores macroeconômicos de forma indireta, através de suas empresas controladas e coligadas. Para maiores informações sobre a influência destes fatores sobre a Ferronorte, ver a Seção “Atividades da Emissora”.

Produtos e/ou Serviços em Desenvolvimento

Item não aplicável à Garantidora, por se tratar de holding não operacional.

Fornecedores

A Garantidora, por ser uma holding não operacional, não possui fornecedores.

Dependência dos Mercados Nacionais e/ou Estrangeiros

A Garantidora possui, indiretamente, dependência dos mercados nacional e estrangeiro, através de suas empresas controladas, devido ao fato de a soja ter uma grande representatividade no faturamento dessas companhias. Para maiores informações sobre a dependência da Ferronorte dos mercados nacional e estrangeiro, ver a Seção “Atividades da Emissora – Dependência dos Mercados Nacionais e/ou Estrangeiros” deste Prospecto.

Efeitos da Ação Governamental

Item não aplicável à Garantidora, por se tratar de holding não operacional.

Seguros

A Garantidora é uma holding e não contrata seguros.

CONTRATOS RELEVANTES DA GARANTIDORA

A seguir encontram-se relacionadas as principais garantias prestadas pela Brasil Ferrovias às suas controladas e coligadas. Para maiores informações sobre as garantias descritas abaixo, ver as Seções “Capitalização da Emissora” e “Operações da Emissora com Partes Relacionadas”.

Em 02 de setembro de 2003, o Banco Brascan e a Brasil Ferrovias firmaram o ‘Instrumento Particular de Confissão de Dívida’, onde foram consolidadas as obrigações da Brasil Ferrovias pendentes com o Banco Brascan àquela data, e foram definidas novas características e condições de pagamento. As obrigações consolidadas derivam do Contrato de Mútuo n.º SP-04.12.01/2002, firmado em 04 de dezembro de 2002, Contrato de Mútuo n.º SP-18.2.3/2002, firmado em 18 de fevereiro de 2002, e Contrato de Mútuo n.º SP-13.01.03/2003, firmado em 13 de janeiro de 2003. O valor consolidado das obrigações pendentes àquela data era de aproximadamente R\$ 11.229 mil. O prazo do contrato é de 181 dias. Ao valor da confissão de dívida incidirão juros com base na Taxa DI mais 10% ao ano. Este contrato é garantido por uma nota promissória da Brasil Ferrovias no valor de aproximadamente R\$ 14.598 mil, com vencimento a vista e prazo de apresentação de até 7 anos. Em 30 de setembro de 2003, o saldo devedor deste empréstimo era de aproximadamente R\$ 11.486 mil, no passivo circulante.

Garantias Prestadas à Emissora

Em 29 de março de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o Unibanco, o Banco Bradesco, e o Banco BMC, Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, tendo como objeto o financiamento à Ferronorte no valor de R\$ 73.512 mil em recursos do BNDES. Além de outras garantias previstas, o contrato é garantido por uma nota promissória no valor de R\$ 147.025 mil avalizada pela Brasil Ferrovias, que também figura como devedora solidária da Ferronorte.

Em 18 de dezembro de 2000, o BNDES, a Ferronorte e, ainda, a Brasil Ferrovias, a PREVI, a FUNCEF, a Constran, a CCP Overseas e a BRP, na qualidade de intervenientes, celebraram Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1, pelo qual o BNDES concedeu à Ferronorte uma linha de crédito no valor de R\$ 231.898 mil, à época da assinatura do contrato. A garantia prestada pela Brasil Ferrovias foi a caução da totalidade das ações emitidas pela Ferronorte, de sua titularidade, além de fiança.

Em 13 de dezembro de 2002, o Banco Bradesco e a Ferronorte, na qualidade de financiador e financiada respectivamente, e a Ferrobán e Brasil Ferrovias na qualidade de avalistas, firmaram o ‘Instrumento Particular de Financiamento de Capital de Giro com Taxa Flutuante’, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte de R\$ 13.068 mil. Esta operação também é garantida pela alienação fiduciária de 120% do valor de 60 vagões tipo Hopper da Ferronorte, e por duplicatas, em caução rotativa, de emissão da Ferrobán endossadas a favor do Banco Bradesco. Para este contrato os avalistas são devedores solidários.

Em 03 de fevereiro de 2003, a Ferronorte assumiu as obrigações de pagamento oriundas de um empréstimo do Banco do Brasil para a Ferrobán, sendo a contrapartida contábil um crédito da Ferronorte contra sua coligada Ferrobán. O empréstimo do Banco do Brasil, no valor de R\$ 15.600 mil deu-se através do ‘Contrato de Abertura de Crédito Fixo’, firmado em 22 de janeiro de 2003 e com vencimento em 20 de agosto de 2003. A Brasil Ferrovias e a Ferronorte figuravam como devedores solidários e a garantia era uma nota promissória da Ferrobán em favor do Banco do Brasil no valor de R\$ 22.308 mil. O vencimento da operação foi prorrogado para 20 de abril de 2004 por meio de aditivo.

Garantias Prestadas à Ferrobán

Em 12 de dezembro de 2000, a Ferrobán firmou dois contratos de financiamento com o BNDES, nos valores aproximados de R\$ 130.708 mil e R\$ 69.697 mil, nos quais a Brasil Ferrovias figura como garantidora. No contrato de financiamento no valor de R\$ 130.708 mil a Garantidora caucionou as ações da Ferrobán em favor do BNDES. No contrato de R\$ 69.697 mil, a Garantidora prestou fiança em garantia de todas as obrigações assumidas pela Ferrobán em tal contrato.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS DA GARANTIDORA

A Garantidora não é parte em qualquer processo administrativo ou judicial relevante. Abaixo estão listadas as informações consolidadas das pendências judiciais de suas controladas e empresas do grupo, tanto com relação ao valor das ações como sua provisão contábil.

Ferronorte		
Área	Provisão	Valor de Ações
Trabalhista	365.587,39	525.500,00
Cível	1.006.900,00	4.373.794,73
Tributário	-	516.000,00
Administrativo	-	-
Penal	-	-
Total	1.372.487,39	5.415.294,73

Novoeste		
Área	Provisão	Valor de Ações
Trabalhista	514.771,00	1.039.475,00
Cível	543.000,00	543.000,00
Tributário	4.528.490,35	4.528.490,35
Administrativo	4.605.297,00	61.492.123,00
Penal	-	-
Total	10.191.558,35	67.603.088,35

Ferroban		
Área	Provisão	Valor de Ações
Trabalhista	35.332.575,08	125.343.924,65
Cível	6.693.183,69	288.663.406,31
Tributário	3.622.082,26	4.772.082,26
Administrativo	849.400,00	890.709,49
Penal	-	-
Total	46.497.241,03	419.670.122,70

Portofer		
Área	Provisão	Valor de Ações
Trabalhista	94.250,00	210.250,00
Cível	71.915,96	71.915,96
Tributário	-	5.000.000,00
Administrativo	-	5.000.000,00
Penal	-	-
Total	166.165,96	10.282.165,96

RFFSA

Área	Provisão	Valor de Ações
Trabalhista	88.710.300,66	94.640.698,85
Cível	7.143.554,10	10.336.860,05
Tributário	-	-
Administrativo	-	-
Penal	-	-
Total	95.853.854,76	104.977.558,90

As informações constantes nessa tabela referem-se a ações ajuizadas contra a RFFSA e contra a Ferrobán, tendo em vista que a Ferrobán é a atual concessionária da malha paulista, antiga Fepasa, a qual foi incorporada pela RFFSA em 18 de fevereiro de 1998.

OPERAÇÕES DA GARANTIDORA COM PARTES RELACIONADAS

A Garantidora realiza diversas operações com suas controladas e coligadas. As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado.

Contratos Celebrados com a Ferronorte

A descrição de contratos entre a Emissora e a Garantidora encontram-se descritos nas Seções “Capitalização da Emissora”, “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”, “Operações da Emissora com Partes Relacionadas” e “Contratos Relevantes da Garantidora”.

Contratos Celebrados com a Ferroban

A descrição dos contratos relevantes entre a Garantidora e a Ferroban encontra-se na Seção “Contratos Relevantes da Garantidora”.

Contratos Celebrados com a Novoeste

Não há contratos relevantes celebrados com esta companhia.

Outras Operações

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora aprovou a segunda emissão de 60.000 mil debêntures simples, totalizando R\$ 60.000 mil. Como garantia adicional às debêntures da Emissora, foi outorgada fiança pela Brasil Ferrovias.

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária da Emissora aprovou a terceira emissão de 40.000 mil debêntures conversíveis em ações da Emissora, totalizando R\$ 40.000 mil. Como garantia adicional, foi outorgada fiança pela Brasil Ferrovias.

Além das emissões acima, a Brasil Ferrovias prestou fiança para garantir o fiel e pontual pagamento das Debêntures da presente Emissão.

Os detalhes da segunda e da terceira emissões de debêntures da Ferronorte estão descritos na Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”.

ADMINISTRAÇÃO DA GARANTIDORA

A Brasil Ferrovias é administrada por Conselho de Administração, formado por 11 membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis por Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por no mínimo 2 e no máximo 5 Diretores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á quando convocado por seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 2 de seus membros. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da política e a orientação geral dos negócios da Garantidora, bem como a eleição e a fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até abril de 2004:

Nome	Cargo
Guilherme Narciso de Lacerda	Presidente do Conselho
Clóvis de Barros Carvalho	Vice-Presidente do Conselho
Luiz Guilherme Piva	Conselheiro
Maysa Oliveira da Volta	Conselheira
José Roberto Ferreira Martins	Conselheiro
Wilson Quintella Filho	Conselheiro
Francisco Martin Silvyra	Conselheiro
James Firth Martin	Conselheiro
Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza	Conselheiro
Elias David Nigri	Conselheiro

Nome	Cargo
Teseo Ramon Bergoglio	Suplente do Conselho de Administração
Carlos Alberto Zachert	Suplente do Conselho de Administração
Helio Walter Fernandes de Oliveira	Suplente do Conselho de Administração
Ângelo João Bonfá	Suplente do Conselho de Administração

Diretoria

A Diretoria da Garantidora é composta por 5 membros: Diretor Presidente, Diretor Finanças e Administração e Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 ano, sendo admitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente, sendo suas decisões tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Os Diretores são responsáveis por promover a organização administrativa da Brasil Ferrovias e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Garantidora.

O Estatuto Social da Garantidora estabelece as atribuições e poderes do Diretor Presidente, Diretor Finanças e Administração e Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, cargos que, na data deste Prospecto, eram ocupados pelos seguintes Diretores executivos:

Nome	Cargo
Elias David Nigri	Diretor Presidente
Sérgio Ricardo Freitas de Souza	Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais
João Gouveia Ferrão Neto	Diretor de Operações
José Maria Ribeiro de Almeida	Diretor Comercial
Sálvio José Luiz	Diretor de Finanças e Relações com Investidores

O Estatuto Social dispõe, ainda, que todos os documentos que criem obrigações para a Garantidora, como a contratação de empréstimos e concessões de fianças ou cauções, deverão ser assinados por 2 diretores sob pena de não produzirem efeito.

Informações Biográficas

Membro da Diretoria

José Maria Ribeiro de Almeida – Diretor Comercial

Nascido em 19 de março de 1954, é americano e casado. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1977, obteve pós-graduação em Finanças na PUC-RJ em 1983, e graduou-se no MBA da The Lubin Graduate School Of Business – Pace University (EUA) em 1994 e no MBA de Varejo da FGV/RJ em 2000. Em sua experiência profissional atuou nos escritórios do Rio de Janeiro e Nova Iorque da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de 1977 a 1995, em diversas posições nas áreas econômica e comercial. Entre 1995 a 1997 atuou como diretor comercial da Cia. Paulista de Ferro Ligas S.A., como consultor que atuou na Marubeni do Brasil, CVRD e Eramet Manganese, como empresário na empresa Lápis de Cor Franchising Ltda.

no período compreendido entre 1999 e 2000 e a partir de 2000 como diretor comercial da Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer.

As informações biográficas dos demais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Garantidora estão descritas na Seção “Administração da Emissora”.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Garantidora funciona em caráter permanente, sendo composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e igual número de suplentes, eleitos em assembléia geral. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal serão realizados de acordo com o disposto nos artigos 161 a 165 e 277 da Lei das Sociedades por Ações.

Nome	Cargo
Carlos Eduardo Pigni	Membro do Conselho Fiscal
Eduardo Grande Bittencourt	Membro do Conselho Fiscal
Ernesto Valdomiro Possari	Membro do Conselho Fiscal
Nome	Cargo
Walter Rúbio	Suplente do Conselho Fiscal
Victor Roberto Hohl	Suplente do Conselho Fiscal
André Toledo de Carvalho	Suplente do Conselho Fiscal

Ver Seção “Administração da Emissora”, para as informações biográficas dos atuais membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal da Garantidora, que não constarem na seção abaixo.

Eduardo Grande Bittencourt – Membro do Conselho Fiscal

Nascido em 03 de março de 1938, brasileiro, casado e contador. Formou-se bacharel em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1966 e tornou-se especialista em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973. Atuou como professor de Auditoria do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1969 a 1976; professor de Perícia Contábil no curso de Especialização em Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará em setembro/1993; e professor de Perícia Contábil no curso de Especialização, da Universidade Federal do Piauí em setembro/1996. No setor público atuou como técnico concursado no Quadro Técnico-Científico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, de 1965 a 1976, quando solicitou desligamento. Foi Auditor da Treuhand Auditores Associados Ltda (hoje KPMG Peat Marwick) exercendo as funções de responsável pela filial do Rio Grande do Sul de 1972 a 1974, Perito/Assistente Técnico em litígios

tais como dissolução de sociedades, avaliação de patrimônio, atualização de débitos, liquidações de sentenças e outros, Diretor Financeiro de Adubos Pampa S.A., de junho/1975 a outubro/1976 e Responsável técnico junto a CVM, na qualidade de Sócio-Gerente de Handel, Bittencourt & Cia - Auditores Independentes. Adicionalmente, atua como membro efetivo ou suplente do Conselho Fiscal de diversas empresas.

Remuneração dos Conselheiros e Diretores

Em 24 de abril de 2003 foi fixada na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da Garantidora a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Os administradores da Brasil Ferrovias terão a sua remuneração paga pelas suas subsidiárias, sendo esta remuneração global anual limitada a R\$ 2.800 mil para o presente exercício.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DOS DIVIDENDOS DA GARANTIDORA

Capital Social

Em 30 de setembro de 2003, o capital social da Garantidora totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 586.379.643,03, representado por 426.880.265 ações, das quais 393.902.895 ações ordinárias, 32.977.370 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais dos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Brasil Ferrovias, a capitalização de lucros ou de reservas será efetivada sem modificação do número de ações.

É permitida a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Garantidora, mediante a solicitação do acionista detentor de ações preferenciais.

A participação direta ou indireta de qualquer acionista no capital votante da Garantidora é limitada ao máximo de 20%.

Forma de Transferência das Ações

Como as ações da Garantidora são nominativas, a transferência das mesmas é realizada de acordo com o artigo 31 da Lei das Sociedades por Ações, isto é, por termo lavrado no livro de Transferência de Ações Nominativas.

O Estatuto Social da Garantidora admite que as ações emitidas sejam da forma escritural, sendo mantidas, neste caso, em nome de seus titulares, na instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro, do artigo 35, da Lei das Sociedades por Ações.

A Brasil Ferrovias só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições de seu Acordo de Acionistas.

Dividendos

Dividendo Obrigatório

A Estatuto Social da Garantidora fixou a distribuição de dividendo obrigatório em 25% do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações. Quando o valor do dividendo mínimo ou fixo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência, for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser pagos, a título de juros sobre capital social da Garantidora, dividendos intermediários.

Histórico dos Pagamentos dos Dividendos

Até a data de fechamento deste Prospecto, a Garantidora nunca havia realizado pagamento de dividendos.

PRINCIPAIS ACIONISTAS DA GARANTIDORA

Em 30 de setembro de 2003, o quadro acionário da Garantidora apresentava-se da seguinte forma:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
PREVI	83.579	20,69	40.067	66,74	123.646	26,65
FUNCEF	83.579	20,69	19.966	33,26	103.545	22,31
Constran S.A.	74.579	18,46	-	0,00	74.579	16,07
LAIF	71.283	17,64	-	0,00	71.283	15,36
BRP Ferronorte LLC	25.986	6,43	-	0,00	25.986	5,60
J.P. Morgan Partners	22.096	5,47	-	0,00	22.096	4,76
Banco Bradesco Ações	16.516 em 2.179	4,09 0,54	-	0,00 0,00	16.516 2.179	3,56 0,47
Tesouraria						
Outros	24.206	5,99	-	0,00	24.206	5,22
Total	404.003	100,00	60.033	100,00	464.036	100,00

Seguem abaixo breves características acerca dos principais acionistas da Garantidora:

PREVI

A PREVI é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. Criada em 1904, antes da Previdência Oficial, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é o maior fundo de pensão da América Latina e 88º do mundo em patrimônio. A criação da PREVI teve por objetivo oferecer a seus participantes e dependentes uma complementação de benefícios previdenciários. Os recursos dos quais a PREVI é titular são oriundos de contribuições de seus patrocinadores, dentre eles o Banco do Brasil S.A., bem como de receitas financeiras obtidas a partir das aplicações de tais recursos.

FUNCEF

A FUNCEF é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, dotada de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. A FUNCEF possui 71.100 associados, sendo 53.200 da ativa (empregados da Caixa) e 17.900 aposentados e pensionistas. A FUNCEF administra um patrimônio de aproximadamente R\$ 9.500 mil. A FUNCEF é a responsável, atualmente, pela administração do segundo maior fundo de pensão do País.

CONSTRAN

A Constran desenvolve atividades de construção civil, dentre as quais rodovias, pontes, ferrovias, hidroelétricas, túneis, saneamento básico e aeroportos. Trata-se de uma das 4 maiores e tradicionais empresas da área de construção civil do Brasil, tendo em seu histórico a construção de parte das linhas do metrô de São Paulo, a hidrelétrica de Xingó, Juba I e II, Complexo Airton Senna e outras obras no exterior.

LAIF

O AIG-GE at Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF) foi constituído no final de 1996 como um fundo de “private equity” para aplicar o patrimônio de seus quotistas direta ou indiretamente em projetos de infra-estrutura na América do Sul, México, América Central e Caribe. Atualmente este fundo tem 25 investidores e já tem cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos, o que o torna o maior fundo de “private equity” em sua categoria. O limite para investimentos no Brasil é de 40% do patrimônio. A AIG e a GE Capital são os patrocinadores deste fundo, tendo juntas 30% do seu patrimônio. Outros investidores institucionais do mesmo são indústrias, fundos de pensão, bancos comerciais e de desenvolvimento e seguradoras.

J.P. MORGAN

O JP Morgan foi fundado em Nova York, em 1860 e cresceu financiando estradas de ferro, minas e usinas de aço, nos Estados Unidos, bem como fusões de outras instituições financeiras. O JP Morgan está presente no Brasil desde 1966. Em junho de 1988, com a instalação do banco comercial, o JP Morgan passou a oferecer todos os produtos financeiros locais, incluindo renda fixa, câmbio, administração de riscos e operações de crédito.

Em 13 de setembro de 2000 foi anunciada a fusão entre o Banco Chase Manhattan e JP Morgan, dando origem à JP Morgan Chase & Co., a terceira companhia mais rentável do mundo. Ao final de 2000, o JP Morgan Chase & Co. tinha ativo total de US\$ 715,3 bilhões, um patrimônio líquido de US\$ 42,3 bilhões e um lucro líquido consolidado de US\$ 5,7 bilhões.

BANCO BRADESCO

O Banco Bradesco constitui atualmente a maior instituição financeira privada do País. Trata-se de um banco eminentemente comercial com 3.033 agências e 14,4 milhões de contas correntes. O Banco Bradesco também está presente no mercado de administração de fundos de investimento, seguros, entre outros e presta serviços em diversas áreas no mercado corporativo.

Acordo de Acionistas

A administração da Garantidora é regulada pelo acordo de acionistas celebrado, em 16 de julho de 1998, pelos acionistas, à época titulares de mais de 82% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Brasil Ferrovias, a saber: PREVI, FUNCEF, Constran, BNDESPar, BRP, BRPF, Banco Bradesco e J.P. Morgan.

Este acordo de acionistas trata das condições do exercício do direito de voto, da transferência de ações e da distribuição de dividendos, dentre outros assuntos, tendo sido aditado por duas vezes, em 21 de outubro de 1998 e em 18 de novembro de 1999.

RELACIONAMENTO DA GARANTIDORA COM OS COORDENADORES

Banco Brascan

O Banco Brascan tem relacionamento com a Brasil Ferrovias em transações de empréstimos e financiamentos, que contam com coobrigação da Emissora. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destes empréstimos era de R\$ 11.486 mil. Para maiores detalhes sobre as condições destes empréstimos, ver seção “Contratos Relevantes da Garantidora”.

BB-BI

O BB-BI através de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., possui relacionamento com a Ferroban em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, folha de pagamento, empréstimos e financiamentos que contam com coobrigação da Brasil Ferrovias e Ferronorte. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destes empréstimos era de R\$ 17.459 mil.

Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco tem relacionamento com o grupo Brasil Ferrovias em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como, empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2003, o saldo aproximado destas linhas era de R\$ 52.894 mil. Ademais, o Banco Bradesco participa do acordo de acionistas da Brasil Ferrovias.

4.

ANEXOS

Estatuto Social Consolidado - Emissora

Estatuto Social Consolidado - Garantidora

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2003

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2003

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2003

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2004

Instrumento Particular de Escritura

Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura

Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura

Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos

Súmula da Análise da Agência de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

(Com as alterações da AGE de 10.07.2002, RCA de 25.09.2002 e RCA de 27.12.2002)

Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º – FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL é uma sociedade anônima, de capital autorizado, regida por este Estatuto e pelas Leis e usos do comércio.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, podendo, mediante autorização do seu Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga;
- (iv) a operação de portos;
- (v) a construção de edifícios e estruturas;
- (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário; e
- (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

Parágrafo Único – A Companhia poderá participar de outras sociedades, como meio de realização de seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Artigo 4º - A duração da companhia terá por prazo indeterminado.

Capítulo II – Do Capital Social, das Ações e das Debêntures

Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 378.035.921 (trezentos e setenta e oito milhões, trinta e cinco mil, novecentos e vinte e uma) ações ordinárias e 16.726.960 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta) ações preferenciais, estas subdivididas em 11.597.219 (onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e dezenove) classe A e 5.129.741 (cinco milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e uma) classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo - A capitalização de lucros ou de reservas será efetivada sem modificação do número de ações.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pelo conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 6º - Poderão ser criadas novas classes de ações preferenciais, com ou sem direito a voto, menos ou mais favorecidas do que as anteriormente existentes.

Parágrafo Primeiro - Não será obrigatória a observância das proporções existentes entre as ações preferenciais nas diversas classes e/ou entre as ações ordinárias e preferenciais, podendo ser aumentado o número das ações preferenciais ou com as ações ordinárias, ou ainda, aumentando o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.

Parágrafo Segundo – No caso de ações preferenciais sem direito a voto, com dividendos fixos ou mínimos, as mesmas adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento do primeiro dividendo, se tais dividendos não forem cumulativos, ou, se o forem, até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Terceiro - Poderão ser emitidos, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Quarto - As ações preferenciais classe “A”, a serem subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, e para conversão das debêntures subscritas e integralizadas pelo FINAM, terão as seguintes características e vantagens: (i) sem direito a voto; (ii) direito a dividendos 10% (dez por cento) superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias; (iii) prioridade na distribuição de dividendos; e (iv) prioridade no reembolso de seu valor patrimonial, à época, em caso de liquidação da Companhia, com direito a prêmio de R\$ 0,01 (hum centavo), participando do rateio do dividendo mínimo em igualdade de condições com as ações ordinárias

Parágrafo Quinto – As Debêntures Série “A”, a serem subscritas e integralizadas pelo FINAM, apresentam as seguintes características: (i) são nominativas em favor do FINAM; (ii) rendem juros de 4% ao ano, a serem pagos de 12 em 12 meses após o período de carência e calculados sobre o valor do principal, corrigido monetariamente com base em índice oficial, determinado na respectiva escritura de emissão das Debêntures Série “A”; (iii) têm prazo de carência de 4 anos contados da interlização das Debêntures Série “A” pelo FINAM, equivalente ao prazo de implantação do “Projeto Ferronorte”; (iv) o prazo de vencimento, de 7 anos contados da integralização das debêntures, inclui o período de carência; (v) amortização em parcelas semestrais, sendo a primeira devida após decorridos 30 dias do prazo de carência; (vi) garantia flutuante, incidente sobre o ativo da Companhia, além de fiança prestada pela Ferropasa Ferronorte Participações S.A; (vii) obrigam a Companhia a não alienar ou onerar qualquer bem imóvel que faz parte do projeto mencionado acima, sem prévia anuência da Ministério da Integração Nacional. A Companhia poderá emitir certificados múltiplos das Debêntures Série “A”, e provisoriamente cautelas que as representem, satisfeitos os requisitos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 7º - A companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação das ações emitidas, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações nominativas, sendo 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias e 1.000.000.000 (um bilhão) de ações preferenciais, nos termos estabelecidos pelo parágrafo abaixo. **Parágrafo Único** – As ações preferenciais, quando emitidas, não terão direito de voto e terão prioridade no reembolso de seu valor patrimonial, à época, em caso de liquidação da Companhia, com prêmio de R\$ 0,01 (hum centavo de real), participando do rateio do dividendo mínimo em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Artigo 8º - A Companhia pode emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Parágrafo Primeiro - Os Certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas.

Parágrafo Segundo - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

Artigo 9º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Artigo 10 - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverão corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser levantado de acordo com o procedimento estabelecido pela Lei nº 9.457/97.

Capítulo III – Acordos de Acionistas

Artigo 11 - Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições para a compra e venda de suas ações ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Companhia, quando tais acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da companhia e nos certificados de ações, se emitidos.

Parágrafo Segundo - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas de que trata este artigo.

Capítulo IV – Assembléia Geral

Artigo 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Conselho de Administração ou por outra forma prevista em lei através de avisos publicados na imprensa.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e no parágrafo quarto a seguir, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Terceiro - Qualquer ato relacionado às seguintes matérias deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral: a) A aquisição de uma nova concessão ferroviária ou de ações do capital social (ou qualquer outro título imobiliário equivalente) de alguma pessoa jurídica titular de direitos a tais concessões ou a aquisição de outros ativos (não relacionadas ao desembolso de capital objeto do item (c) deste parágrafo), com preço de compra, em qualquer caso, superior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo obrigações assumidas em função de tais aquisições, em qualquer transação ou série de transações correlatas; b) Empreendimentos relevantes que não relacionados com o objeto social da Companhia; c) A realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do Plano de Negócios da Companhia então em vigor que excedam em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou mais aqueles montantes contemplados pelo referido Plano de Negócios em qualquer período de 12 (doze) meses; d) Fusão, incorporação, liquidação, dissolução, ou venda, transferência ou disposição de todos ou substancialmente todos os ativos ou ações do capital social da Companhia, por qualquer forma, seja em uma única operação, seja por meio de uma série de operações correlatas; e) Declarar valores ou dividendos de ações, excluídos aqueles dividendos obrigatórios especificados neste estatuto e no artigo 202 da Lei nº 6.404/76; f) Emissão de ações além do limite já autorizado por este estatuto, ou de qualquer valor mobiliário conversível em ação ou com atribuições de ação, exceto por emissões relacionadas a planos de incentivo estabelecidos pela Companhia; g) Requerimento de concordata ou a busca de qualquer remédio semelhante; h) Alteração

na remuneração ou benefícios dos membros do conselho de Administração ou da diretoria; i) Decisão de incorrer, ou de manter a qualquer tempo, os índices de endividamento em valores que excedam em mais de 10% (dez por cento) do montante fixado para endividamento pelo Plano de Negócios, para aquele período de tempo; j) Qualquer oferta pública de algum valor mobiliário da Companhia ou de suas subsidiárias; k) A adoção de qualquer ação ou assunção de qualquer obrigação relacionada às matérias de que trata este parágrafo.

Parágrafo Quarto - Qualquer ato relativo às seguintes matérias dependerá de voto favorável, manifestado em Assembléia Geral, de Acionistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da totalidade do capital votante da Companhia: a) qualquer alteração deste estatuto social relacionada às disposições que tratem do número de membros e/ou poderes e deveres da Diretoria e do Conselho de Administração e/ou de seus participantes individualmente considerados; b) extinção do contrato de Operações assinados pela Companhia; ou c) qualquer alteração do artigo 12, parágrafos terceiro e quarto deste estatuto social.

Artigo 13 – A Assembléia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolher o Presidente e o Secretário da Mesa que dirigirá os trabalhos.

Artigo 14 – Poderão tomar parte na Assembléia Geral as pessoas que provarem sua condição de acionista. **Parágrafo Único** – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante legal de acionista, ou administrador da companhia ou advogado, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembléia Geral de Acionistas.

Capítulo V – ADMINISTRAÇÃO – Normas Gerais

Artigo 15 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Seção I – Conselho de Administração

Artigo 16 - O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros efetivos e por um número igual de suplentes que substituirão os membros efetivos quando estes estiverem temporariamente incapacitados ou impedidos, sendo todos acionistas, residentes no País e eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembléia Geral, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo, com o mandato de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - a Assembléia Geral poderá deixar de eleger suplentes para os membros do conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

Artigo 17 - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si o Presidente e o Vice-Presidente do órgão, com mandato igual ao dos demais membros. **Parágrafo Único** – compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões do órgão, cabendo ao Vice Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários. Verificado empate nas deliberações do Conselho de Administração, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 18 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

Artigo 19 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro e não havendo suplente eleito, caberá à Assembléia Geral escolher o substituto, que servirá até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 20 - Compete ao Conselho de Administração: a) estabelecer as diretrizes gerais para a administração da Companhia; b) definir a organização estrutural da companhia, com especial consideração às disposições deste estatuto relacionadas aos poderes e deveres do Conselho de Administração e da diretoria; c) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, em adição àquelas já especificadas neste estatuto; d) fiscalizar a atuação da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da companhia; e) convocar as Assembléias Gerais de Acionistas; f) emitir opinião sobre os relatórios de administração, sobre as contas da Diretoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício fiscal, bem como examinar os livros e a destinação do lucro líquido do exercício; (g) submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido; h) decidir a respeito da emissão de ações, no limite do capital autorizado, estabelecendo, ainda, as condições para aquela emissão; i) dar posse aos auditores independentes e destituí-los; j) deliberar sobre a distribuição de lucros aos empregados e administradores, dentro dos limites fixados pela assembléia geral; k) estabelecer as condições e termos para a outorga de opções de ações, de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral; l) coordenar a distribuição entre os diretores da companhia da remuneração aprovada globalmente pela Assembléia Geral; m) excetuadas as operações já previstas nos Orçamentos Anuais, deliberar sobre a proposta da Diretoria de onerar bens da Companhia quando a operação envolver valor superior à R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais); n) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses, em até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); o) aprovar a aquisição de ativos em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) não prevista no Orçamento anual aprovado; p) aprovar a contratação, pela Companhia de serviços em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não prevista no Orçamento Anual aprovado; q) autorizar a Companhia a contrair empréstimos, renunciar a direitos, transigir, conceder avais, finanças ou cauções, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar os bens da companhia; e r) autorizar a companhia a assinar contratos de concessão bem como suas eventuais alterações.

Artigo 21 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá convidar terceiros interessados em participar de tais reuniões, sem direito a voto.

Parágrafo Segundo - O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para a deliberação.

Parágrafo Quinto - Em suas ausências ou impedimentos temporários, e na ausência de suplentes, o membro do Conselho de Administração poderá indicar por escrito, especificamente para cada reunião do Conselho, aquele que dentre os demais o representará nas reuniões, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado, na forma que tenha sido expressamente definida por este último, por escrito e incluindo justificativa.

Artigo 22 - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 23 - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

Seção II – Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (hum) ano, o qual será automaticamente prorrogado até que novo Diretor seja eleito e empossado. Dos Diretores, um será designado Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, um Diretor de Operações, um Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais.

Parágrafo Primeiro - Até no máximo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias contados da sua eleição.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Artigo 25- Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria, a qual poderá atuar como órgão colegiado para decidir ou rever as questões que entender apropriadas.

Artigo 26 - A Diretoria terá como principais atribuições, além daquelas que possam ser estabelecidas pela Assembléia Geral, sem prejuízo de outras atribuições legais: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) elaborar relatório das atividades e negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício; (iv) dirigir as atividades da Companhia, implementando as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente adequadas à consecução dos seus objetivos; e (v) manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Artigo 27 - Além dos deveres e responsabilidades da Diretoria, cada um dos Diretores terão as seguintes atribuições específicas:

Diretor Presidente: (i) planejar, coordenar e dirigir as atividades da Companhia, exercendo individualmente as funções executivas e decisórias; (ii) exercer a supervisão geral dos negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) elaborar o planejamento econômico-financeiro da Companhia; (v) elaborar programas de investimento da Companhia; (vi) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (vii) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à política de operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (viii) planejar e definir, em conjunto com o Diretor Comercial, a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia; (ix) aprovar proposta do Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais relativa à novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (x) elaborar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

b) Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores: (i) implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia elaborado pelo Diretor Presidente; (ii) coordenar e acompanhar a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, legalmente exigidas em cada exercício social; (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar, sob a Orientação do Diretor Presidente, o patrimônio da Companhia; (iv) implementar os programas de investimento da Companhia elaborados pelo Diretor Presidente; e (v) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com

os investidores, bem como representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsas de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários;

c) Diretor de Operações: (i) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar a forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (ii) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar as diretrizes relativas à operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (iii) controlar e implementar as atividades operacionais da Companhia, referentes aos serviços de transporte ferroviário; e (iv) controlar e implementar as políticas relativas às áreas de mecânica e manutenção de material rodante e vias permanentes;

d) Diretor Comercial: (i) negociar e celebrar a venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia; e (ii) planejar e definir a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia em conjunto com o Diretor Presidente; e

e) Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais: (i) elaborar juntamente com o Diretor Presidente as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios; e (ii) propor ao Diretor Presidente e implementar novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Artigo 28 - A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e atribuída individualmente aos Diretores pelo Conselho de Administração, que também distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembléia Geral.

Artigo 29 - Ocorrendo vaga na Diretoria, ou em caso de impedimento do titular, será convocada reunião do Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, para eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato.

Parágrafo Primeiro - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor.

Parágrafo Segundo - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

Artigo 30 - A diretoria reunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, sendo tal reunião convocada pelo Diretor Presidente por escrito, para decidir e rever questões que não sejam de exclusiva competência do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, de acordo com a lei e com este estatuto, com indicação circunstanciada da ordem do dia, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

Parágrafo Primeiro - O quorum de instalação das reuniões da diretoria é o da maioria dos membros em exercício. As deliberações da diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, sendo que caberá ao Diretor Presidente o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão lavradas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para a deliberação.

Artigo 31 - Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

Artigo 32 – Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia na contratação de empréstimos, renúncia a direitos, transações comerciais, concessões de avais, fianças ou cauções, hipotecas ou qualquer outra forma de alienar ou onerar os bens da Companhia, deverão ser assinados, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia:

- a) por dois Diretores, devendo um deles ser o Diretor Presidente; ou
- b) pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador; ou
- c) por dois procuradores, observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no Parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, dos quais um será o Diretor Presidente, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o parágrafo anterior; vedar o substabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Terceiro - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere este artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa do Diretor Presidente.

Parágrafo Quarto - Na alienação ou oneração de bens imóveis, bem como na assinatura e/ou alteração de contratos de concessão será sempre necessária a assinatura do Diretor Presidente ou mandatário nomeado com sua assinatura, com poderes especiais para tanto, em conjunto com a de outro diretor.

Parágrafo Quinto - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

Capítulo VI – Do Conselho Fiscal

Artigo 33. - O Conselho Fiscal, com as funções fixadas em lei, de funcionamento permanente, será composto de três a cinco membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, sempre observados os requisitos legais, notadamente o artigo 161, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal obedecerá ao mínimo disposto em lei.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas em livro próprio.

Capítulo VII – Exercício Social e Distribuição de Lucros

Artigo 34 - O exercício social é de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35 - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras exigidas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Artigo 36 - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Quando o valor do dividendo mínimo ou fixo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Parágrafo Segundo - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos. A retenção de lucros na Reserva para Investimentos e os critérios utilizados na determinação do valor destinado deverão estar previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital.

Parágrafo Terceiro - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, observadas as normas legais e legalmente aplicáveis

Artigo 37 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da companhia.

Artigo 38 - A companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e/ou administradores, mediante deliberação da Assembléia Geral, que fixará, ainda, o valor total a ser pago, observados os limites legais.

Artigo 39 - A Companhia levantará balanços semestrais podendo, ainda, levantar balanços em períodos mensais e bimestrais e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Em caso de distribuição de dividendos por conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos mensais e bimestrais, poderá também ser paga a participação a que se refere o artigo 38 deste Estatuto, mediante deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral. Nessa hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.

Parágrafo Segundo - Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta de Reserva para Investimentos a que se refere o parágrafo segundo do artigo 36.

Parágrafo Terceiro - Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

Parágrafo Quarto - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório

Capítulo VIII – Liquidação

Artigo 40 - A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se pedido por acionistas, na forma da lei, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social Consolidado - Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BRASIL FERROVIAS S.A. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º - BRASIL FERROVIAS S.A., é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, mediante autorização do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social participar em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada cujo objeto social seja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços ligados ao ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades, inclusive mas não se limitando às áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária marítima e fluvial.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia será indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 586.379.643,03 (quinhentos e oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil e três centavos), dividido em 426.880.265 (quatrocentas e vinte e seis milhões, oitocentas e oitenta mil e duzentas e sessenta e cinco) ações, sendo 393.902.895 (trezentas e noventa e três milhões, novecentas e duas mil e oitocentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 32.977.370 (trinta e dois milhões, novecentas e setenta e sete mil e trezentas e setenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal

Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o Parágrafo Terceiro do Artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais, não sendo atribuído às ações preferenciais, independentemente de sua classe, o direito de voto.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais terão as seguintes vantagens: (i) prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual não cumulativo, no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) por ação preferencial; e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento de dividendos, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido no item (ii) acima.

Parágrafo Quarto - É permitida a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, mediante solicitação do acionista detentor de ações preferenciais interessado.

Parágrafo Quinto - As ações preferenciais com dividendos fixos ou mínimos adquirirão direito de voto se a Companhia deixar de pagar os referidos dividendos fixos ou mínimos por 3 (três) exercícios consecutivos, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 111 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações.

Parágrafo Sétimo - Nos aumentos de capital poderão ser emitidas ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais, sendo vedada, todavia, a emissão de ações preferenciais sem guardar proporção com as ações ordinárias, exceto se previamente aprovado em Assembléia Especial, por acionistas representando a maioria das ações preferenciais.

Parágrafo Oitavo - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os antigos acionistas ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Nono - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto das ações de cada espécie ou classe de ações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 136 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Dez - A participação, direta ou indireta de qualquer acionista no capital votante da Companhia será limitada ao máximo de 20% (vinte por cento).

Artigo 6º - Poderão ser criadas novas classes de ações preferenciais, com ou sem direito a voto, menos ou mais favorecidas do que as existentes.

Parágrafo Único - Não será obrigatória a observância das proporções existentes entre as ações preferenciais das diversas classes, podendo ser aumentado o número das ações preferenciais de qualquer classe, mesmo que sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais.

Artigo 7º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação das ações emitidas, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações nominativas, sendo 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias e 1.000.000.000 (um bilhão) de ações preferenciais.

Artigo 8º - A Companhia pode emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Parágrafo Primeiro - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais.

Parágrafo Segundo - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

Artigo 9º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Artigo 10. - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada nos casos autorizados por lei deverão corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser levantado de acordo com o procedimento estabelecido pelo Art. 45 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 9457/97.

CAPÍTULO III - Acordos de Acionistas

Artigo 11. - Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições para compra e venda de suas ações ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Companhia, quando tais Acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais Acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais Acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos.

Parágrafo Segundo - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV - Assembléia Geral

Artigo 12. - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Conselho de Administração ou por outra forma prevista em lei através de avisos publicados na imprensa.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e no Acordo de Acionistas de que tratam o art.11, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Terceiro - Qualquer ato relacionado às seguintes matérias deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral: (a) aquisição de concessão ferroviária ou de ações do capital social (ou qualquer outro título mobiliário equivalente) de alguma pessoa jurídica, titular de direitos a tais concessões ou aquisição de outros ativos (não relacionadas ao desembolso de capital objeto do item "c" deste Parágrafo), com preço de compra, em qualquer caso, superior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo obrigações assumidas em função de tais aquisições, em qualquer transação ou série de transações correlatas; (b) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou mais aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses; (c) fusão, incorporação, liquidação, dissolução ou venda, transferência ou disposição de todos ou substancialmente todos os ativos ou ações do capital social da companhia ou de suas controladas, por qualquer forma, seja em uma única operação, seja por meio de uma série de operações correlatas; (d) declarar valores ou dividendos de ações, excluídos aqueles dividendos obrigatórios especificados neste Estatuto Social e no Artigo 202, da Lei nº 6.404/76; (e) emissão de ações, além do limite já autorizado pelo presente Estatuto ou de qualquer valor mobiliário conversível em ação ou com atribuições de ação, exceto por emissões relacionadas a planos de incentivo estabelecidos pela Companhia; (f) pedido de concordata ou a busca de qualquer remédio semelhante; (g) alteração na remuneração ou benefícios dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou de sociedades controladas; (h) decisão de incorrer, ou de manter a qualquer tempo os índices de endividamento da Companhia ou de qualquer de suas controladas, em valores que excedam em mais de 10% (dez por cento) do montante fixado para endividamento pelo plano de negócios, para aquele período de tempo; (i) além do limite já autorizado pelo Artigo 7º do presente Estatuto Social, aprovação de qualquer oferta pública de algum valor mobiliário da Companhia ou de suas controladas; e (j) adoção de qualquer ação ou assunção de qualquer obrigação relacionada as matérias de que trata este Parágrafo.

Artigo 13. - A Assembléia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolher o Presidente e o Secretário da Mesa que dirigirá os trabalhos.

Artigo 14. - Poderão tomar parte na Assembléia Geral as pessoas que provarem sua condição de acionistas.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão fazer-se representar, nas Assembléias Gerais, por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por instituição financeira, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados na

sede social com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembléia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO V - Administração - Normas Gerais

Artigo 15. - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Seção I - Conselho de Administração

Artigo 16. - O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros efetivos e por um número igual de suplentes, que substituirão os membros efetivos quando estes estiverem temporariamente incapacitados ou impedidos, sendo todos acionistas, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembléia Geral, observado o disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo, com mandato de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia geral poderá deixar de eleger suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

Artigo 17. - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si o Presidente e o Vice-Presidente do Órgão, com mandato igual ao dos demais membros.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões do órgão, cabendo ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários. Verificado empate nas deliberações do Conselho de Administração, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 18. - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

Artigo 19. - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro e não havendo suplente eleito, caberá à Assembléia Geral escolher o substituto, que servirá até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 20. - Compete ao Conselho de Administração: (a) estabelecer as diretrizes gerais para a administração da companhia; (b) definir a organização estrutural da Companhia, com especial consideração às disposições deste Estatuto relacionadas aos poderes e deveres do Conselho de Administração e da Diretoria; (c) eleger e destituir os Diretores e fixar suas atribuições, em adição àquelas já especificadas neste Estatuto Social; (d) fiscalizar a atuação da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia; (e) convocar as Assembléias Gerais de Acionistas; (f) emitir opinião sobre os relatórios de administração, sobre as contas da Diretoria, sobre as demonstrações financeiras do exercício fiscal, bem como examinar os livros e a contabilidade da Companhia; (g) submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (h) decidir a respeito da emissão de ações, no limite do capital autorizado, estabelecendo, ainda, as condições para aquela emissão; (i) dar posse aos auditores independentes e destituí-los; (j) deliberar sobre a distribuição de lucros aos empregados e administradores, dentro dos limites fixados pela Assembléia Geral; (k) estabelecer as condições e termos para a outorga de opção de compra de ações, de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral; (l) coordenar a distribuição entre os Diretores da Companhia da remuneração aprovada globalmente pela Assembléia Geral; (m) excetuadas as operações já previstas nos Orçamentos Anuais, deliberar sobre a proposta da Diretoria de onerar bens da Companhia; (n) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses, em até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (o) aprovar a aquisição de ativos não prevista no Orçamento anual

aprovado; e (p) aprovar a contratação, pela Companhia de serviços em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não prevista no Orçamento anual aprovado.

Artigo 21. - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá convidar terceiros interessados em participar de tais reuniões, sem direito a voto.

Parágrafo Segundo - O *quorum* de instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para deliberação.

Parágrafo Quinto - Em suas ausências ou impedimentos temporários e na ausência de suplentes, o membro do Conselho de Administração poderá indicar, por escrito, especificamente para cada reunião do Conselho, aquele que dentre os demais o representará nas reuniões, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

Artigo 22. - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

Artigo 23. - A Ata de Reunião do Conselho de Administração que eleger ou destituir os Diretores ou ainda aquelas em que forem designadas ou fixadas as suas atribuições, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

Seção II - Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (hum) ano, o qual será automaticamente prorrogado até que novo Diretor seja eleito e empossado. Dos Diretores, um será designado Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, um Diretor de Operações, um Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais.

Parágrafo Primeiro - Até no máximo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias contados da sua eleição.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Artigo 25 - Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria, a qual poderá atuar como órgão colegiado para decidir ou rever as questões que entender apropriada.

Artigo 26 - A Diretoria terá como principais atribuições, além daquelas que possam ser estabelecidas pela Assembléia Geral, sem prejuízo de outras atribuições legais: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) elaborar relatório das atividades e negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício; (iv) dirigir as atividades da Companhia, implementando as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente adequadas à consecução

dos seus objetivos; e (iv) manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Artigo 27 - Além dos deveres e responsabilidades da Diretoria, cada um dos Diretores terão as seguintes atribuições específicas:

Diretor Presidente: (i) planejar, coordenar e dirigir as atividades da Companhia, exercendo individualmente as funções executivas e decisórias; (ii) exercer a supervisão geral dos negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) elaborar o planejamento econômico-financeiro da Companhia; (v) elaborar programas de investimento da Companhia; (vi) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (vii) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à política de operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (viii) planejar e definir, em conjunto com o Diretor Comercial, a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia; (ix) aprovar proposta do Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais relativa à novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (x) elaborar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

b) Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores: (i) implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia elaborado pelo Diretor Presidente; (ii) coordenar e acompanhar a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, legalmente exigidas em cada exercício social; (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar, sob a Orientação do Diretor Presidente, o patrimônio da Companhia; (iv) implementar os programas de investimento da Companhia elaborados pelo Diretor Presidente; e (v) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com os investidores, bem como representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsas de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários;

c) Diretor de Operações: (i) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar a forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (ii) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar as diretrizes relativas à operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (iii) controlar e implementar as atividades operacionais da Companhia, referentes aos serviços de transporte ferroviário; e (iv) controlar e implementar as políticas relativas às áreas de mecânica e manutenção de material rodante e vias permanentes;

d) Diretor Comercial: (i) negociar e celebrar a venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia; e (ii) planejar e definir a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia em conjunto com o Diretor Presidente; e

e) Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais: (i) elaborar juntamente com o Diretor Presidente as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios; e (ii) propor ao Diretor Presidente e implementar novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Artigo 28 - A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e atribuída individualmente aos Diretores pelo Conselho de Administração, que também distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembléia Geral.

Artigo 29 - Ocorrendo vaga na Diretoria, ou em caso de impedimento do titular, será convocada reunião do Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, para eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato.

Parágrafo Primeiro - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor.

Parágrafo Segundo - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

Artigo 30 - A diretoria reunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, sendo tal reunião convocada pelo Diretor Presidente por escrito, para decidir e rever questões que não sejam de exclusiva competência do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, de acordo com a lei e com este estatuto, com indicação circunstanciada da ordem do dia, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

Parágrafo Primeiro - O *quorum* de instalação das reuniões da diretoria é o da maioria dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião. Mediante requisição de qualquer Diretor, as deliberações que não sejam unânimes poderão ser submetidas ao conselho de Administração para revisão.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão lavradas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para a deliberação.

Artigo 31 - Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

Artigo 32 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia na contratação de empréstimos, renúncia a direitos, transações comerciais, concessões de avais, fianças ou cauções, hipotecas ou qualquer outra forma de alienar ou onerar os bens da Companhia, deverão ser assinados, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia:

- (i) por dois Diretores; ou
- (ii) pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador; ou
- (iii) por dois procuradores, observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no Parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, dos quais um será o Diretor Presidente, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o parágrafo anterior; vedar o substabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Terceiro - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere este artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um procurador, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria.

Parágrafo Quarto - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem com praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

CAPÍTULO VI - Conselho Fiscal

Artigo 33. - O Conselho Fiscal, com as funções fixadas em lei, de funcionamento permanente, será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, observados os requisitos legais.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal obedecerá o mínimo disposto em lei.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas em livro próprio.

CAPÍTULO VII - Exercício Social e Distribuição de Lucros

Artigo 34. - O exercício social é de 12 meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35. - Ao término de cada exercício social a Diretoria fará elaborar com base na escrituração mercantil as demonstrações financeiras exigidas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Artigo 36. - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício que será calculado e pago de acordo com as regras a seguir: (a) a base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores; (b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; (c) os lucros registrados na reserva, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Parágrafo Primeiro - Quando o valor do dividendo fixo ou mínimo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Parágrafo Segundo - Após as destinações obrigatórias do lucro líquido, previstas na Lei 6.404/76, e as acima previstas, o saldo do lucro líquido, será integralmente destinado pela Assembléia Geral, observadas as normas legais aplicáveis.

Artigo 37. - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembléia Geral e, se não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 38. - A Companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e/ou administradores mediante deliberação da Assembléia Geral que fixará ainda o valor total a ser pago, observados os limites legais.

Artigo 39. - A Companhia levantará balanços semestrais, podendo ainda levantar balanços em períodos menores e declarar por deliberação do Conselho de Administração, dividendos a conta do lucro apurado nesses balanços por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 38 deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembléia Geral. Nesta hipótese o Conselho de Administração fixará observados os limites legais, o valor total a ser pago.

Parágrafo Segundo - Ainda por deliberação do Conselho de Administração poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Terceiro - Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

CAPÍTULO VIII – Liquidação

Artigo 40. - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2003

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUL 11 11:11 AM '03

16 10 03

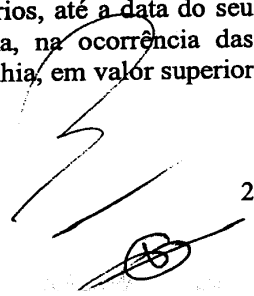
FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL
Companhia Aberta
C.N.P.J./M.F. N.º 24.962.466/0001-36
NIRE 51.300.004.453

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2003

I - Data, Hora e Local: Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2003, às 10:30 horas, na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, sala 308. **II - Convocação:** Edital de Convocação publicado no Jornal "A Gazeta", nos dias 5, 6, 7 e 8 de setembro de 2003 e no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso", nos dias 5, 8 e 9 de setembro de 2003. **III - Quorum:** Acionistas representando 95,62% do capital social e 99,07% do capital social votante. **IV - Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Sálvio José Luiz; Secretário: Sr. Hélcio Campos Botelho. **V - Ordem do Dia:** Exame, discussão e votação de proposta de realização de emissão de debêntures para distribuição pública, no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). **VI - Deliberações Tomadas por Unanimidade dos presentes:** Os acionistas, representando 95,62% do capital social e 99,07% do capital votante, aprovaram a quinta emissão de debêntures pela Companhia, para distribuição pública (a "Emissão"), com as seguintes características e condições básicas: **(i) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais); **(ii) Número de Séries:** a Emissão será realizada em uma única série composta por debêntures não conversíveis em ações (as "Debêntures"), todas nominativas e não endossáveis, da espécie quirografária; **(iii) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de novembro de 2003 (a "Data de Emissão"); **(iv) Quantidade de Títulos:** serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures; **(v) Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); **(vi) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária. A Brasil Ferrovias S.A. prestará fiança, como fiadora e principal pagadora das Debêntures; **(vii) Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de novembro de 2009 ("Data de Vencimento"); **(viii) Carência:** haverá 24 (vinte e quatro) meses de carência no pagamento de juros remuneratórios e de amortizações das Debêntures; **(ix) Remuneração:** as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, observado o disposto neste item, e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (a "CETIP") no Informativo Diário,

JUCENTAT

disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, doravante denominada “Taxa DI” (os “Juros Remuneratórios”). A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de novembro de 2006, maio e novembro dos anos de 2007, 2008 e 2009 (as “Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios”); (x) **Amortização:** as Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de novembro dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009; (xi) **Preço, Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** o preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias comerciais de emissão da Companhia, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Companhia vencidos até a Data de Vencimento. As Debêntures serão inscritas durante o prazo de distribuição pública de 180 (cento e oitenta) dias (o “Prazo de Distribuição”), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do segundo anúncio de início de distribuição pública das Debêntures. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela Companhia; (xii) **Procedimento de Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o “BOVESPA FIX”), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras participantes da distribuição pública que desejarem efetuar a subscrição das Debêntures desta Emissão, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos; (xiii) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, ficando custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”); (xiv) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser recolocadas no mercado; (xv) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo BOVESPA FIX ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Companhia; (xvi) **Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculadas pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o disposto no item (ix) acima, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protestos legítimos de títulos contra a Companhia, em valor superior

 2

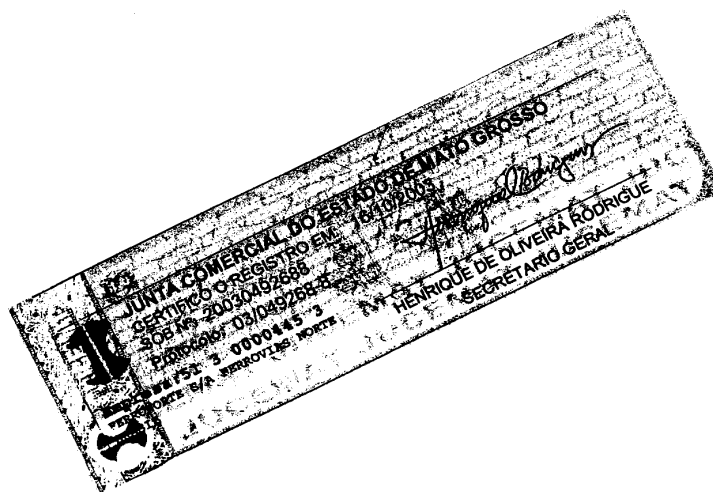
JUCEMAT

a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (b) ~~pedido de concordata preventiva~~ formulado pela Companhia; (c) decretação de falência da Companhia; (d) ~~falta de cumprimento~~ pela Companhia de qualquer obrigação relacionada à ~~5ª~~ **Emissão das Debêntures**, não sanada em 30 (trinta) dias contados de aviso por escrito enviado pelo respectivo titular. e (xvii) **Delegação de Poderes:** (1) Ficam delegados ao Conselho de Administração da Companhia poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das Debêntures, e (2) a Diretoria fica autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, contratar os serviços de agente fiduciário das Debêntures e banco mandatário da Emissão, entre outros, bem como a celebrar a escritura de emissão das Debêntures, praticando todos os atos necessários para este fim. **VII. Encerramento:** O Sr. Presidente determinou a suspensão da reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida aos presentes, que a aprovaram e assinaram. **VIII. Assinaturas:** Presidente: Sálvio José Luiz, Secretário: Hécio Campos Botelho. **IX. Acionista:** Brasil Ferrovias S.A..

Certifico que esta é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio.

Sálvio José Luiz
Presidente

Hécio Campos Botelho
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2003

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Companhia Aberta
C.N.P.J./M.F. N.º 24.962.466/0001-35
NIRE 51.300.004.453

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2003 E ENCERRADA EM 18 DE
NOVEMBRO DE 2003

I - Data, Hora e Local: Aos dezessete dias do mês de novembro de 2003, às 10:30 horas, na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, sala 308. Suspensa a deliberação, foi a mesma retomada aos dezoito dias do mês de novembro de 2003, mesmo horário e local. **II - Convocação:** Edital de Convocação publicado no Jornal "A Gazeta", nos dias 01, 02, 03 e 04 de novembro de 2003 e no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso", nos dias 31 de outubro, e nos dias 03 e 04 de novembro de 2003. **III - Quorum:** Acionistas representando 95,62% do capital social e 99,07% do capital social votante. **IV - Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Sálvio José Luiz; Secretário: Sr. Hécio Campos Botelho. **V - Ordem do Dia:** Exame, discussão e votação de: (i) Alterações nas características e condições das debêntures da 4.ª Emissão da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil; (ii) Alterações nas características e condições das debêntures da 5ª Emissão da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil (a "5ª Emissão"); (iii) Substituição do membro do Conselho de Administração Sr. Elias David Nigri; (iv) Substituição do membro suplente do Conselheiro Sr. James Firth Martin. **VI - Deliberações Tomadas por Unanimidade dos presentes:** Foi suspensa a deliberação sobre os itens da Ordem do Dia e retomada no dia 18 de novembro de 2003, no mesmo horário e local. Os acionistas presentes deliberaram: (i) aprovar a proposta de alteração nas condições das debêntures da 4.ª Emissão, apresentada pelos titulares das debêntures, modificando as seguintes características: as parcelas de amortização e juros remuneratórios devidos em 20 de novembro de 2003, 20 de dezembro de 2003, 20 de maio de 2004, 20 de junho de 2004, 20 de julho de 2004, 20 de agosto de 2004, 20 de setembro de 2004, 20 de outubro de 2004, 20 de novembro de 2004, 20 de dezembro de 2004, 20 de janeiro de 2005 e 20 de fevereiro de 2005, passam a ser devidas em 20 de abril de 2005, de tal forma que em 20 de abril de 2005 a parcela de amortização devida corresponda a 87,4999% do valor nominal unitário na data de emissão. As condições estão descritas a seguir:

Data	Parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário	Valor da Parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão
	(por cada Debênture)	(R\$ por cada Debênture)
20.07.2002	4,1667%	416,67

20.08.2002	4,1667%	416,67
20.09.2002	4,1667%	416,67
20.04.2005	87,4999%	8.749,99

Em virtude da alteração nas datas de pagamento, ajustou-se o prazo das debêntures da 4ª Emissão para 2 anos e 10 meses e a data de vencimento para o dia 20 de abril de 2005. Em virtude da alteração nas datas e valores de pagamento, a quantidade de ações em que podem ser convertidas as debêntures, foi ajustada para refletir a alteração realizada no cronograma de pagamentos. As condições estão descritas a seguir:

Período de Conversão	Quantidade de ações ordinárias por Debênture
Até 20.07.2002	3.300
De 21.07.2002 a 20.08.2002	3.162
De 21.08.2002 a 20.09.2002	3.025
De 21.09.2002 a 20.04.2005	2.887

Os debenturistas autorizaram o agente fiduciário a firmar o Instrumento Aditivo à Escritura de Emissão onde serão acordadas as deliberações acima; (ii) alterar, definir e consolidar as seguintes características da 5ª Emissão de debêntures da Companhia: (a) **Valor Total da Emissão:** O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais); (b) **Número de Séries:** A 5ª Emissão será realizada em duas séries; (c) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 03 de dezembro de 2003 (a "Data de Emissão"); (d) **Quantidade de Títulos:** Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures"; (e) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); (f) **Convertibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações; (g) **Forma:** As Debêntures serão nominativas; (h) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária. A Brasil Ferrovias S.A. prestará fiança garantindo o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures; (i) **Prazo e Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009 ("Data de Vencimento"); (j) **Remuneração:** As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grando", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (a "CETIP") no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os "Juros Remuneratórios da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a

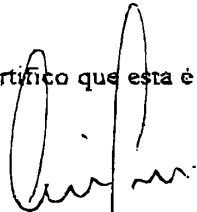
CONFIDENTIAL

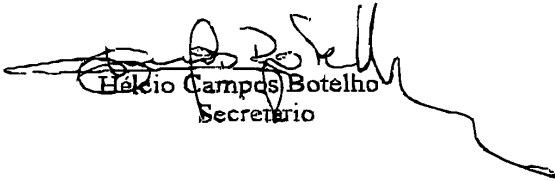
partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (as "Juros Remuneratórios da 2ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, as "Juros Remuneratórios"). A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 (as "Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios"); (l) **Amortização:** as Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 (m) **Juros Moratórios e Multa:** Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da 5ª Emissão, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios fixados; (ii) multa convencional de até 10% (dez por cento); e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia; (n) **Vencimento Antecipado:** O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures da 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados "pro rata temporis", desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o item (j) acima, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência; (ii) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela Companhia; (iii) decretação de falência da Companhia e (iv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária ou não, relacionada à 5ª Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário; (o) **Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª Série, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias comerciais de emissão da Companhia, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Companhia vencidos até a Data de Vencimento; (p) **Procedimento de Colocação:** As Debêntures da 5ª Emissão serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (o "BOVESPA FIX"), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições

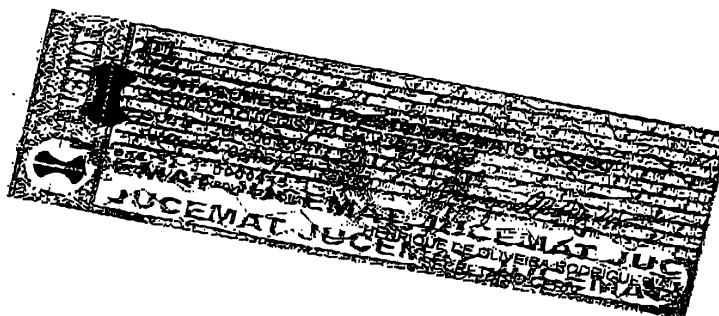
financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares da 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia, e (iii) os clientes das instituições contratadas para a distribuição. As Debêntures da 5ª Emissão serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o "Prazo de Distribuição"), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série ou após o cancelamento do saldo não colocado. As Debêntures da 5ª Emissão não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela Companhia; (q) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, ficando custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") para este fim; (q) **Local de Pagamento:** Os pagamentos dos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo BOVESPA FIX ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Companhia e (r) **Poder Liberatório das Debêntures da 5ª Emissão:** Os Debenturistas poderão utilizar as Debêntures, durante o prazo da 5ª Emissão, como forma de pagamento de valores devidos à Companhia, referentes a serviços de transporte ferroviário prestados pela mesma ao respectivo titular das Debêntures da 5ª Emissão, ou que venham a ser contratados por este titular de Debêntures (o "Poder Liberatório"). O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições: (i) inadimplemento da Companhia em suas obrigações de pagamento relativas à 5ª Emissão, e (ii) não serão atendidos pedidos para exercício de Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela Companhia das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BMC S.A. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, em 14 de agosto de 2001. A forma de comunicação de exercício do Poder Liberatório, os valores de correção, os prazos e demais termos e condições a serem observados pela Companhia e pelos Debenturistas, com relação ao Poder Liberatório, deverão ser estabelecidos no respectivo instrumento de escritura da 5ª Emissão; (s) **Delegação de Poderes:** (1) Ficam delegados ao Conselho de Administração da Companhia poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, sobre a oportunidade de emissão das Debêntures e para cancelar as Debêntures, e (2) a Diretoria fica autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, contratar os serviços de agente fiduciário das Debêntures, banco mandatário, agência de classificação de risco, entre outros, bem como a celebrar a escritura de emissão das Debêntures, assinar todos os documentos, e, ainda, praticar todos os atos necessários para este fim; (iii) Item retirado de pauta. (iv) Foi eleito como membro suplente do Conselheiro de Administração Sr. James Firth Martin, em substituição da Sr.ª Ângela Lynn White, o Sr. **Teseo Ramon, Passaporte Argentino n.º 23.276.687, casado, consultor, residente em 7423 Chummley Court Falls Church, VA 22043 EUA**, os quais indicaram como seus legítimos procuradores no País, nos termos da legislação aplicável, os Senhores Plínio Simões Barbosa e Christiane Scabell Hohn, ambos

brasileiros, casados, advogados, ambos domiciliados na Av. Almirante Barroso nº. 52, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, e inscritos no CPF/MF sob o nº. 716.745.607-11 e 012.514.617-51 e na OAB sob nº 37.383 e 61.351, respectivamente. O membro Suplente, ora eleito, passa a integrar o Conselho de Administração da Companhia eleito pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2003, devendo assim cumprir a gestão que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que apreciará as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício de 2003. Outrossim, declara não estar incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer a atividade mercantil. **IX - Encerramento:** O Sr. Presidente determinou a suspensão da reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida aos presentes, que a aprovaram e assinaram. **VIII. Assinaturas:** Presidente: Sálvio José Luiz, Secretário: Hécio Campos Botelho. **X - Acionista:** Brasil Ferrovias S.A.

Certifico que esta é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio.


Sálvio José Luiz
Presidente


Hécio Campos Botelho
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2003

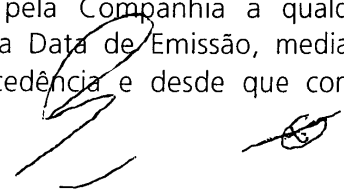
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL
Companhia Aberta


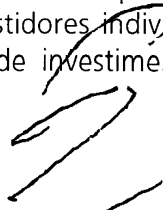
C.N.P.J./M.F. n.º 24.962.466/0001-36
N.I.R.E.: 51.300.004.453

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2003 E ENCERRADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE
2004


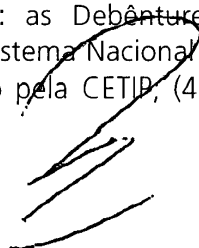
I – **Data, Hora e Local:** Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro de 2003, às 14:00 horas, na sede social, situada na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, sala 308. Suspensa a deliberação, foi a mesma retomada aos 7 (sete) dias do mês de janeiro de 2004, mesmo horário e local. II - **Convocação:** Edital de Convocação publicado no Jornal “A Gazeta”, nos dias 04, 05 e 06 de dezembro de 2003, e no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso”, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2003. III – **Quórum de Instalação:** Acionistas representando 95,62% do capital social da Companhia. IV – **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Sálvio José Luiz; Secretário: Sr. Hécio Campos Botelho. V - **Ordem do Dia:** (i) Exame, discussão e votação da proposta relativa à emissão de 80 (oitenta) Notas Promissórias (*commercial papers*) da Companhia, no valor total de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (4ª emissão); e (ii) Alterações nas características e condições das debêntures da 5ª Emissão da Companhia. VI - **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Foi suspensa a deliberação sobre os itens da Ordem do Dia e retomada no dia 07 de janeiro de 2004, no mesmo horário e local. Os acionistas presentes deliberaram: (i) autorizar a 4ª emissão de até 80 (oitenta) notas promissórias, para distribuição pública no mercado brasileiro (a “4ª Emissão” e as “Notas Promissórias”), com as seguintes características básicas: (1) **Valor Total da 4ª Emissão:** o valor total da 4ª Emissão será de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (2) **Número de Séries:** a 4ª Emissão terá uma única série; (3) **Quantidade e Valor Nominal Unitário:** serão emitidas até 80 (oitenta) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”); (4) **Preço de Subscrição e Condições de Remuneração:** as Notas Promissórias serão colocadas mediante aplicação de deságio de até 10,9% (dez vírgula nove por cento) sobre seu Valor Nominal Unitário; (5) **Data da Emissão e Forma de Integralização:** para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva integralização (a “Data de Emissão”). A integralização será feita em moeda corrente nacional, à vista, quando da subscrição; (6) **Resgate Antecipado:** as Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a partir do 60º (sexagésimo) dia, a contar da Data de Emissão, mediante notificação aos investidores com 7 (sete) dias de antecedência e desde que com a



anuência expressa dos titulares. Caso ocorra o resgate das Notas Promissórias, a Companhia extinguirá os títulos; (7) **Prazo de Vencimento**: o prazo de vencimento das Notas Promissórias será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da Data de Emissão. Por ocasião do vencimento, a Companhia obriga-se a, mediante apresentação do respectivo título, proceder o resgate das Notas Promissórias que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário; (8) **Negociação**: as Notas Promissórias serão registradas e admitidas à negociação no mercado secundário, junto ao Sistema de Notas Promissórias (o "NOTA"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"); (9) **Local de Pagamento**: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Notas Promissórias registradas no NOTA ou, para os titulares das Notas Promissórias que não estiverem vinculados ao referido sistema, na sede da Companhia; (10) **Encargos Moratórios**: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória de natureza não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial; (11) **Vencimento Antecipado**: Os titulares das Notas Promissórias poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes dos títulos de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do envio da respectiva notificação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protestos legítimos de títulos contra a Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; (c) decretação de falência da Companhia; (d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação relacionada à 4ª Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados de aviso por escrito enviado pelo respectivo titular da Nota Promissória; (12) **Procedimento da Distribuição**: A distribuição será pública, com colocação junto ao mercado de balcão não organizado adotando-se o regime de procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, e serão atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições contratadas para realizar a distribuição; (13) **Público Alvo**: A distribuição será feita com a observância das condições e procedimentos previstos na Instrução CVM n.º 155, de 07 de agosto de 1991, sendo que a colocação das Notas Promissórias da 4ª Emissão se destina a (i) investidores qualificados, dentre os quais as instituições financeiras, as companhias seguradoras e as sociedades de capitalização, as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, as pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os investidores individuais que possuam carteiras de valores mobiliários e/ou cotas de fundos de investimentos de valor superior a R\$

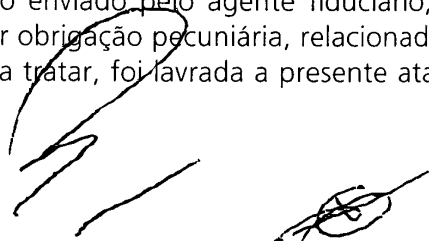
 2

250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e os fundos de investimentos em cotas destinados exclusivamente a investidores qualificados, conforme disposto no artigo 99 da Instrução CVM nº 302/99 e a (ii) fundos de investimento e investidores que detenham carteiras de valores mobiliários em montante superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando administradas, discricionariamente, por administrador autorizado pela CVM, os quais, conseqüentemente, são capazes de suportar os riscos relativos à aquisição das Notas Promissórias; e (14) **Garantia:** Não há garantia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para realizar a distribuição pública das Notas Promissórias e para a função de banco mandatário, bem como a tomar quaisquer outras providências que se façam necessárias a fim de viabilizar a colocação das mesmas. (ii) alterar as seguintes características das debêntures da 5ª Emissão da Companhia (as "Debêntures"): (1) **Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das debêntures da 1ª série é o correspondente ao valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios da 1ª série, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição. O preço de subscrição das debêntures da 2ª série é o correspondente ao valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios da 2ª série, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões da Companhia, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Companhia vincendos até a Data de Vencimento; (2) **Procedimento de Colocação:** As Debêntures da 5ª Emissão serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da Companhia, e (iii) os clientes das instituições contratadas para a distribuição. As Debêntures da 5ª Emissão serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o "Prazo de Distribuição"), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública. As debêntures da 2ª série somente serão colocadas após a colocação das debêntures da 1ª série ou após o cancelamento do saldo não colocado. As Debêntures da 5ª Emissão não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela Companhia; (3) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; (4) **Local de Pagamento:** Os

3

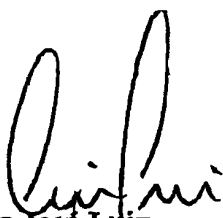
pagamentos dos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Companhia; (5) **Poder Liberatório**: Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos juros remuneratórios da 2ª série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª série da 5ª Emissão, os titulares das Debêntures da 2ª série individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à Companhia, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a Companhia, na qualidade de contratada (o "Poder Liberatório"). O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições: (i) inadimplemento da Companhia em relação ao pagamento de juros remuneratórios ou amortização das Debêntures da 2ª série, de acordo com procedimentos a serem ajustados na escritura de emissão das debêntures; (ii) existência de contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário firmado entre o respectivo Debenturista da 2ª série e a Companhia; c (iii) não serão atendidos pedidos para exercício de Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela Companhia das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BMC S.A. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, em 14 de agosto de 2001; e; (iv) a Companhia deverá obter a quitação das parcelas vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e ou que não tenham sido atendidos.

Os demais termos e condições a serem observados pela Companhia e pelos titulares das Debêntures da 2ª Série, com relação ao Poder Liberatório, deverão ser estabelecidos no respectivo instrumento de escritura da 5ª Emissão; e (6) **Vencimento Antecipado**: O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures da 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados "*pro rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a Companhia, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência, (ii) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela Companhia, (iii) decretação de falência da Companhia; (iv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário; e (v) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão. VII – **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que,

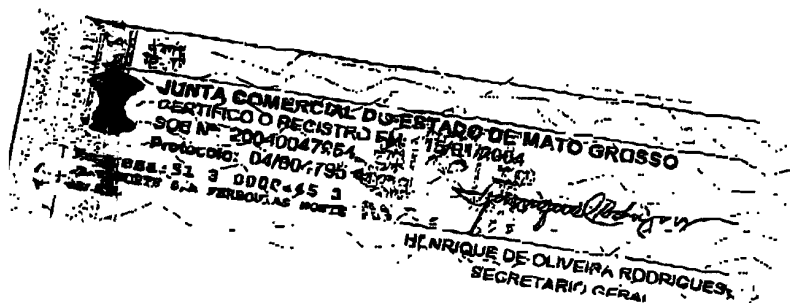


lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. VIII – **Assinaturas:** Presidente: Sálvio José Luiz, Secretário: Hécio Campos Botelho. IX - **Acionista:** BRASIL FERROVIAS S.A.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio e arquivada na sede social.


Sálvio José Luiz
Presidente


Hécio Campos Botelho
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2004

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL
Companhia Aberta
C.N.P.J./M.F. N.º 24.962.466/0001-36
NIRE 51.300.004.453

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2004**

I - **Data, Hora e Local**: Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2004, às 14 horas, na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, sala 308. II - **Convocação**: Edital de Convocação publicado no Jornal "A Gazeta", nos dias 05, 06 e 07 de fevereiro de 2004 e no "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso", nos dias 05, 06 e 09 de fevereiro de 2004. III - **Quorum**: Acionistas representando 95,62% do capital social e 99,07% do capital social votante. IV - **Composição da Mesa**: Presidente: Sr. Sálvio José Luiz; Secretário: Sr. Hélcio Campos Botelho. V - **Ordem do Dia**: Exame, discussão e votação de Alterações nas características e condições das debêntures da 5ª Emissão da Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil (a "5ª Emissão"). VI - **Deliberações Tomadas por Unanimidade dos presentes**: Alterar as seguintes características da 5ª Emissão de debêntures da Companhia (as "Debêntures"): **Vencimento Antecipado**: O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures da 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados "*pro rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a Companhia, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência; (b) pedido de concordata preventiva ou auto-falência formulado pela Companhia; (c) decretação de falência da Companhia; (d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; (e) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e (f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures. VII - **Encerramento**: O Sr. Presidente determinou a suspensão da reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida

aos presentes, que a aprovaram e assinaram. VIII - Assinaturas: Presidente: Sálvio José Luiz, Secretário: Hécio Campos Botelho. IX - Acionista: Brasil Ferrovias S.A.

Certifico que esta é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio.


Sálvio José Luiz
Presidente

1º Ofício de Notas - José de Brito Jr. Filho
Av. Rio Branco 120 SL. Centro-RJ. 20040-3006
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução
fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:
Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

Rodrigo Nogueira das Neves

1º Ofício de Notas - José de Brito Jr. Filho

Av. Rio Branco 120 SL. Centro-RJ. 20040-3006

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

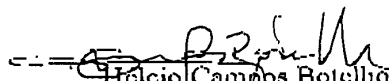
AUTENTICAÇÃO

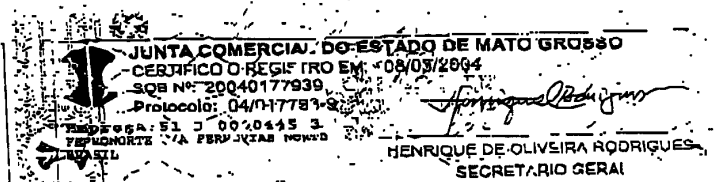
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução

fiel do original que me foi apresentado. Cópia por:

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2004. Valor: 0,51

AUTENTICAÇÃO


Hécio Campos Botelho
Secretário


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 08/03/2004
SOB Nº: 20040177939
Protocolo: 04/017781-9
EMPRESA: S.L. J. 0020445-3
FERRONORTE S/A FERROVIAS NOROCCIDENTAIS
BRASIL
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL

Instrumento Particular de Escritura

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DOCUMENTO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

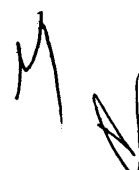
Pelo presente instrumento particular, FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a "EMISSORA") e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os "Debenturistas" ou, individualmente, o "Debenturista"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "AGENTE FIDUCIÁRIO"), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL (a "Escritura de Emissão" e a "5ª Emissão"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003 e 19 de dezembro de 2003 (as "AGEs").

1.2. Os acionistas da EMISSORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 5ª Emissão e o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS



JUCEMAT
16.04.04

2.1. A emissão das debêntures da 5ª Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1.1. A 5ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma das Leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs

2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a "JUCEMAT") em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 será publicada nos jornais "A Gazeta" e "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e será arquivada na JUCEMAT até a data do Registro da Emissão.

2.1.3. Registro da Escritura de Emissão

2.1.3.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCEMAT, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. O Contrato de Fiança a que se refere o item 4.10.2 da Cláusula Quarta será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 130 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

2.1.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

2.1.5.1. A 5ª Emissão será registrada pelo coordenador líder da 5ª Emissão na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as



[Handwritten signature]



2

[Handwritten signature]

DOCUMENTO

Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da EMISSORA

3.1.1. A EMISSORA tem por objetivo (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias, (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias, (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga, (iv) a operação de portos, (v) a construção de edifícios e estruturas, (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário e (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO
E DAS DEBÊNTURES

4.1. Número de Séries

4.1.1. A 5ª Emissão será realizada em duas séries.

4.2. Limite da Emissão

4.2.1. A 5ª Emissão observa o limite estabelecido no caput do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, não ultrapassando o valor do capital social da Emissora que, em 30 de setembro de 2003, totalizava R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos).

4.3. Destinação de Recursos



Handwritten signature.



3

Handwritten signature.

ANEXO

4.3.1. Os recursos obtidos com a 5ª Emissão serão utilizados pela EMISSORA para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da EMISSORA com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da EMISSORA, da conjuntura econômica à época dos pagamentos, sendo que a EMISSORA pretende, em princípio, alocá-los para honrar os seguintes compromissos da seguinte forma:

Plano de Aplicação dos Recursos (assumindo a colocação integral das Debêntures)

	Valores Estimados em R\$ mil (em 03.12.2003)	Percentual Aproximado do valor da Emissão
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora/Coligadas	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

4.4. Valor Total da Emissão

4.4.1. O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, definida a seguir.

4.5. Quantidade de Títulos

4.5.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures").

4.6. Valor Nominal Unitário

4.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.7. Data de Emissão

4.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 5ª Emissão será 03 de dezembro de 2003 (a "Data de Emissão").



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



4

[Handwritten signature]

SECRET

16.02.04

4.8. Prazo e Data de Vencimento

4.8.1. As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009 ("Data de Vencimento").

4.8.2. Na Data de Vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.9. Forma e Conversibilidade

4.9.1. As Debêntures serão nominativas, simples não conversíveis em ações da EMISSORA.

4.10. Espécie e Garantia

4.10.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.10.2. A Brasil Ferrovias S.A. adicionalmente prestará fiança para o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures (a "Garantidora") nos termos do Contrato de Fiança que na forma do Anexo I à presente Escritura de Emissão, assinado pelas partes, constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão.

4.10.2.1. A fiança acima foi formalizada de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 32 do estatuto social da Garantidora.

4.10.3. Caso a Garantidora torne-se insolvente, poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de notificação solicitando a substituição da Garantidora.

4.11. Remuneração

4.11.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série



Handwritten signatures and initials.



Handwritten signature.

JURISDICT

(a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (a "CETIP") no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os "Juros Remuneratórios da 1ª Série").

(b) Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

- J – valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe – Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorD – produtório das taxas DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:



JUCERMAT
18.02.04

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

- n – número total da Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;
- TDI – Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:
- k

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde:

- DI_k – Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O produtório dos fatores diários (1 + TDI_k) é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[(\text{spread} + 1)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:



[Handwritten signature]



7

[Handwritten signature]

ANEXO 1

1.1.1.1

spread = 5% (cinco por cento);

N = 252 dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante da multiplicação do Fator DI pelo Fator Spread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).

4.11.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série:



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

8

[Handwritten signature]

JUROS

(a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (os "Juros Remuneratórios da 2ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os "Juros Remuneratórios").

(b) Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

- J – Valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos na data final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe – Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros – Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação (Taxa DI), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

- p – 122 (cento e vinte e dois).
- TDI_k – Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DECIMAL
16 + 2 04

decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde:

DI_k – Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator diário $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é calculado considerando-se 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento e seu produtório é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação do fator acumulado em data anterior com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subseqüentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (definição abaixo).

4.11.3. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.12 abaixo.

4.11.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da data de apuração de qualquer parcela dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível na respectiva data. As compensações financeiras decorrentes do ajuste dos valores devidos quando da divulgação da Taxa DI pertinente serão



[Handwritten signature]



10

[Handwritten signature]

JURAMENT

devidas na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente. Havendo valores a pagar pela EMISSORA, esses serão acrescidos ao valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios respectiva, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios. Os valores pagos a maior aos Debenturistas, se houver, serão compensados com os valores que serão pagos pela EMISSORA a título de Juros Remuneratórios na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios subsequente, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios.

4.11.5. Na hipótese de a Taxa DI não estar disponível quando da data de apuração da última parcela dos Juros Remuneratórios devida nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pela EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

4.11.6. Na hipótese de ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar ou determinação judicial, os titulares das Debêntures deverão reunir-se em Assembléia de Debenturistas e deliberar, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como "Taxa Substituta da Taxa DI", devendo tal critério ser aquele que melhor reflita as remunerações originalmente atribuídas às Debêntures, observada a regulamentação então em vigor aplicável à matéria.

4.11.7. Caso os Debenturistas em conjunto com a EMISSORA não acordem sobre a Taxa Substituta da Taxa DI, a EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Assembléia, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculados "*pro rata temporis*", a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, onde será utilizado, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.12. Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios



11

JUCERMA

4.12.1. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 ("Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios").

4.13. Amortização

4.13.1. As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

4.14. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.14.1. O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *"pro rata temporis"* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição ("Preço de Subscrição").

4.14.2. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da EMISSORA vincendos até a Data de Vencimento.

4.15. Colocação e Procedimento

4.15.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares das 3ª e 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, e (iii) os clientes das instituições contratadas para a distribuição.



[Handwritten signature]



12

[Handwritten signature]

ADENDUM

4.15.2. As Debêntures serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o "Prazo de Distribuição"), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.15.3. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série ou após o cancelamento do saldo não colocado.

4.15.4. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela EMISSORA.

4.16. Negociação

4.16.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.17. Certificados das Debêntures

4.17.1. A EMISSORA somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação por escrito enviada pelos titulares das Debêntures, sendo os certificados entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pela EMISSORA de solicitação escrita apresentada pelos titulares das Debêntures.

4.17.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas, mantido na sede da EMISSORA. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, será emitido, pela CETIP, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.18. Aquisição Facultativa

4.18.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76.



13



JUCENAT

4.18.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.

4.19. Poder Liberatório

4.19.1. Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série (os "Debenturistas da 2ª Série") individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à EMISSORA, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a EMISSORA, na qualidade de contratada (o "Poder Liberatório").

4.19.2. O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições:

(a) os Debenturistas da 2ª Série deverão ter recebido do AGENTE FIDUCIÁRIO uma notificação de inadimplemento da EMISSORA, nos termos do item 6.5, "I", dessa Escritura de Emissão com relação (A) ao pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série nas respectivas Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios conforme disposto no item 4.12, ou (B) ao pagamento das amortizações nas respectivas datas de vencimento, quais sejam nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesta notificação, deverá constar o valor da parcela vencida e não paga pela EMISSORA (a "Parcela Vencida");

(b) os Debenturistas da 2ª Série deverão, no prazo máximo de 8 (oito) dias do recebimento da notificação de inadimplemento acima (o "Prazo para Manifestação"), notificar a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO da intenção de exercer o Poder Liberatório com relação à Parcela Vencida (a "Notificação de Exercício");

(c) a EMISSORA aceitará para análise apenas as Notificações de Exercício enviadas por Debenturistas da 2ª Série que tenham firmado contrato com a EMISSORA para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da Notificação de Exercício pela EMISSORA, que servirão de base para determinar o valor dos fretes que estarão sujeitos ao Poder Liberatório;



14

DECISÃO

(d) a EMISSORA deverá emitir manifestação de aceite ou de recusa da Notificação de Exercício para os Debenturistas da 2ª Série, solicitantes e para o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de documento escrito, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do final do Prazo para Manifestação. Ressalta-se que as hipóteses para a EMISSORA recusar o exercício do Poder Liberatório estão previstas nos itens “c” acima, “e” e “h” abaixo;

(e) não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos (o “Contrato de Caução”), firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”), Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco BMC S.A. (“BMC”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR” e, em conjunto com o BNDES, Unibanco, Bradesco e BMC, os “Financiadores”), em 14 de agosto de 2001. No Contrato de Caução foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da EMISSORA em benefício dos Financiadores, no valor correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora (as “Dívidas Garantidas”):

- (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a EMISSORA, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à EMISSORA uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000.000,00 (“Contrato 1”),
- (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a EMISSORA, a Garantidora, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), a Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), a Constran S.A. Construções e Comércio, a CCP Overseas e a Brazil Rail Partners LLC, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à EMISSORA uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00 (“Contrato 2”);
- (iii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a EMISSORA, o Unibanco, o Bradesco e o BMC, tendo



15

JUL 2007

- como objeto o financiamento à EMISSORA no valor de R\$ 73.500.000,00 ("Contrato 3");
- (iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000.000,00, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPAR ("1ª Emissão da EMISSORA"); e
- (v) A 1ª emissão privada da Garantidora, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. Parte das debêntures da 1ª emissão foram compradas pelo BNDESPAR, pela FUNCEF e pela PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais ("1ª Emissão da Garantidora").

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA, obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente em cobrança em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelos Financiadores a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas.

A EMISSORA autorizou, ainda, o Unibanco a transferir da conta principal para uma conta reserva, a partir de 1º de janeiro de 2004, o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas, para que o saldo da conta reserva corresponda a 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas Dívidas Garantidas.

Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da EMISSORA, acrescidos dos pagamentos



[Handwritten signature]



16

[Handwritten signature]



efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das dívidas garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A EMISSORA pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos Financiadores, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. Os valores depositados na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos Financiadores. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos Financiadores.

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o BNDES, BNDESPAR e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

(f) a verificação da possibilidade de exercício do Poder Liberatório diante das obrigações assumidas pela EMISSORA perante os Financiadores será feita pela EMISSORA e demonstrada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, levando-se em conta a receita da EMISSORA disponível no respectivo período e as datas de vencimento e os valores a serem pagos nos termos das Dívidas Garantidas, conforme tabela abaixo:

Dívidas Garantidas pelo Contrato de Caução

<u>Dívidas Garantidas</u>	<u>Saldo Devedor em 03/Dez/2003</u>	<u>Vencimentos do Principal</u>	<u>Taxa e Indexador</u>
Contrato 1	R\$796.864.988,92	jan/2005 a dez/2014	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 2	R\$110.634.016,04	out/2008 a set/2016	TJLP+1,5% ao ano




INTERVENIENTE

Contrato 3 – UNIBANCO	R\$ 40.684.438,71	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BRADESCO	R\$ 19.152.054,63	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BMC	R\$ 10.559.367,47	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
1ª Emissão da EMISSORA	R\$186.528.237,25	Jul/2011 a jun/2016	TJLP+1,5% ao ano
1ª Emissão da Garantidora	R\$226.844.790,05	jul/2011 a jun/2016	TJLP+6,0% ao ano

(g) a EMISSORA deverá fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas, assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e

(h) somente poderá ser emitido o Documento de Aceite (definição abaixo) pela EMISSORA, caso a mesma obtenha a quitação das Parcelas Vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e/ou que não tenham sido atendidos conforme o disposto no item 4.19.4 abaixo.

4.19.3. No caso da EMISSORA manifestar o aceite às Notificações de Exercício, tal manifestação deverá ser formalizada no prazo estabelecido no item 4.19.2 “d”, por meio de um documento de aceite (o “Documento de Aceite”), o qual uma vez firmado pela EMISSORA e pelo respectivo Debenturista da 2ª Série (“Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório”), representará a quitação da Parcela Vencida das Debêntures da 2ª Série de titularidade de tal detentor. O Documento de Aceite deverá conter no mínimo os seguintes termos e condições:

(a) indicação do período durante o qual o Poder Liberatório poderá ser exercido, sendo que tal período não poderá exceder o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de emissão do Documento de Aceite (o “Período de Exercício”);



[Handwritten signature]



18

[Handwritten signature]

SECRETARIA

(b) indicação dos valores dos fretes quando do exercício do Poder Liberatório, os quais serão aqueles acordados conforme contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de acordo com a alínea "c" do item 4.19.2 acima, que deverão corresponder ao valor da Parcela Vencida;

(c) no caso do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório não exercer o Poder Liberatório durante o Período de Exercício, o valor estabelecido no Documento de Aceite correspondente à Parcela Vencida ainda será devido pela EMISSORA sendo corrigido desde a data do aceite até o término do Período do Exercício por taxa equivalente a desta Escritura de Emissão, conforme indicado no item 4.11.2, a ser refletida no Documento de Aceite. Nenhum pagamento será devido pela Emissora, na hipótese do Poder Liberatório não ser exercido por culpa do Detentor do Direito de Exercício do Poder Liberatório.

(d) no caso do Poder Liberatório não puder ser exercido até o encerramento do Período de Exercício, em decorrência de culpa exclusiva da EMISSORA, não se processará a quitação dos valores correspondentes à Parcela Vencida, devendo a EMISSORA pagar ao respectivo Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório o valor da Parcela Vencida, acrescido de (i) multa convencional de 10% (dez por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA; e

(e) o Documento de Aceite deverá conter o "de acordo" do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório, assim como a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

4.19.4. No caso da EMISSORA não ter condições, de acordo com o mecanismo de utilização do Poder Liberatório descrito nesta cláusula, de atender todas as Notificações de Exercício a ela submetidas, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder o sorteio entre os Detentores do Direito do Exercício do Poder Liberatório que tenham submetido as Notificações de Exercício.

4.19.5. A EMISSORA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO caso haja aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.



Handwritten signature.

Handwritten signature.



19

Handwritten signature.

JUCERMA

4.20. Juros Moratórios e Multa

16.03.04

4.20.1. Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.21 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios; (ii) multa convencional de 10% (dez por cento) e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *"pro rata temporis"*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.21. Vencimento Antecipado

4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *"pro rata temporis"*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;

(c) decretação de falência da EMISSORA;

(d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e

(e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures.



Handwritten signature.



20

Handwritten signature.

CONFIDENTIAL

4.21.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos no item 4.21.1 acima, a EMISSORA poderá convocar, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas de cada série para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures de cada série. Na ausência de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas por parte da EMISSORA no prazo estabelecido, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar a Assembléia no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do evento para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado.

4.21.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas de cada série.

4.21.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.21.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.21.3. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos itens (i) ou (ii) desta cláusula.

4.21.5. Quando da ocorrência do evento previsto no item (c) do item 4.21.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

4.21.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada "*pro rata temporis*", desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.20, acima, que, na hipótese



[Handwritten signature]



21

[Handwritten mark]

JUL 2011

prevista da alínea (d) do item 4.21.1. acima, serão calculados desde a data em que o respectivo pagamento deveria ter sido efetuado.

4.22. Atraso na Apresentação das Debêntures para Pagamento

4.22.1. O não comparecimento do Debenturista, que não participe do CETIP, nos termos do item 4.26 abaixo, para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.23. Prorrogação dos Prazos

4.23.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade e Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.24. Publicidade

4.24.1. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição das Debêntures, assim como todos os demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos, nos jornais utilizados pela EMISSORA para suas publicações societárias, quais sejam, (i) "A Gazeta", editado no Estado do Mato Grosso, ou na sua impossibilidade, em jornal de circulação nacional, e (ii) Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.

4.25. Local de Pagamento

4.25.1. Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo CETIP



[Handwritten signature]



22

[Handwritten signature]

JUL 2011
16 12 04

ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da EMISSORA.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.
- e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;
- f) cópias das atas das assembléias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;
- g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;
- h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 "e"), assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.



[Handwritten signature]



23

[Handwritten mark]

SECRETARIA

i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.1.2 "e"), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

5.1.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

5.1.7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.

5.1.8. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.9. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



24

[Handwritten signature]

JUCERMAT

termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.

16.03.04

5.1.10. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.

5.1.11. Efetuar às suas expensas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 5ª Emissão, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM n.º 28/83;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



25

[Handwritten mark]

JUCERAT
16.04.04

e) estar ciente do conteúdo da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, emitida pelo Banco Central do Brasil;

f) ter verificado a regularidade da constituição da garantia adicional das Debêntures, bem como o valor da garantia; e

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª devida no 5º (quinto) dia seguinte à data do registro na CVM, e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento ou resgate ou cancelamento total das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;

b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração, com base no Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;

c) a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA;

d) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas Judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas desde que previamente aprovados pelos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



M
26

[Handwritten signature]

JUCEMAT

e) a remuneração prevista na alínea "a" do presente item será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembleia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCEMAT juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta



27

SECRETARIA

seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada "pro rata temporis", até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



28

[Handwritten signature]

SECRETARIA

i) verificar a regularidade da constituição da fiança das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

j) examinar a proposta de substituição da garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

k) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

l) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

m) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

n) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

o) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;



29

DECISÃO

- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão; e
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- p) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da EMISSORA;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
 - (v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- q) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "p" acima;
- r) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;



[Handwritten signatures and marks]



30

[Handwritten mark]

SECRETARIA

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso;

u) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "o" do item anterior está à disposição, será publicado nos termos da alínea "q" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão.

6.7. A notificação de que trata a alínea "t" do item 6.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:



Handwritten signature

Handwritten signature



31

Handwritten signature

JUL 2007

16.02.04

a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;

b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;

c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,

d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.21. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão, observada as condições previstas no item subsequente.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 6.8 acima, observado as condições dispostas no item 4.21 desta Escritura de Emissão, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.7. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.7. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:



32

JUL 2011

a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei n.º 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

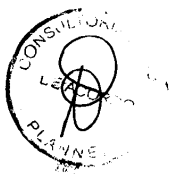
7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Ressalvado o disposto no item 7.8 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



33

[Handwritten signature]

SECRETARIA

de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures de cada série, nos termos do item 4.21.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas da série respectiva.

7.8. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, das condições de remuneração, garantias, amortização e juros das Debêntures, assim como alterações referentes ao quorum de deliberação da Assembléia de Debenturistas previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) de cada série das Debêntures em circulação, em reunião em conjunto dos Debenturistas.

7.9. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, exceto o disposto nos itens 7.7 e 7.8 acima.

7.10. Não serão consideradas para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula as Debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladores, nos termos da Lei n.º 6.404/76.

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

7.12. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A EMISSORA declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à



[Handwritten signature]



34

[Handwritten mark]

JUL 2007

CVM, de acordo com as leis brasileiras;

18.03.04

b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e) a EMISSORA está em situação regular perante as autoridades federais, estaduais e municipais, referente às autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades, nos termos da legislação aplicável;

f) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de setembro de 2003, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os "Prospectos") contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as



Handwritten signature.

Handwritten signature.



35

Handwritten signature.

INFORMAÇÕES

informações relevantes em relação à EMISSORA no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à EMISSORA ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiros;

i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a EMISSORA tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS DESPESAS

9.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas das AGEs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos



36

INTERMEDIAT

por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Avenida Historiador Rubens Mendonça, n.º 2.000 – sala 308

Bosque da Saúde - CEP 78045-090

Cuiabá – MT

Tel.: (011) 3848-5868

Fax: 011 3841-9252

At.: Sálvio José Luiz

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Planner Corretora de Valores S.A.

Av. Paulista, n.º 2.439, 11º andar

Cerqueira César, 01311-300

São Paulo - SP

Tel.: (11) 3061-9444, ramal 467

Fax.: (11) 3060-9575

e-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br

At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



37

JUCENAT
BRASIL

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima Primeira - DA RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 5ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima Segunda - DA DIVISÃO

12.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Terceira - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

13.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]



38

[Handwritten signature]

São Paulo, 08 de janeiro de 2004.

EMISSORA: FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

1. [assinatura]
Por: ELIAS DAVID NIGLI
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

2. Carla
Por: Salmis Jose Luis
Cargo: Director financiero e administrativo

AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Corretora de Valores S.A.

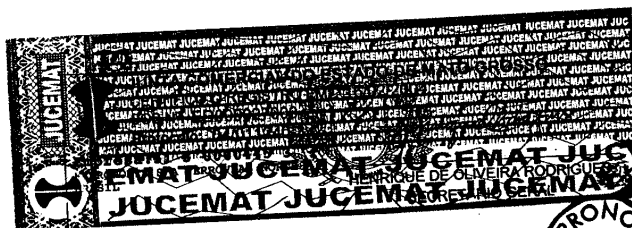
1. Dwarkadas
Por: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

2. Lucineia da Cunha
Por: Lucineia da Cunha
Cargo: Procuradora

TESTEMUNHAS

1. 10/01/2019
 Nome: MARC GROSSMANN
 RG: 22.555.467-8
 CPF/ME: 130.841.578-59

2. Paula Regina
 Nome: Paula Regina murthy
 RG: 25.140.348-2
 CPE/ME: 254.833.256-83



CONTRATO DE FIANÇA



Pelo presente Contrato de Fiança (o "Contrato"), de um lado **BRASIL FERROVIAS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 351 – 3º andar – cj. 31, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 02.457.269/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designada simplesmente "FIADORA"), e de outro **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante designado simplesmente "BENEFICIÁRIO"), na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas titulares das debêntures da 5ª Emissão de Debêntures da **FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL** (a "AFIANÇADA"), têm entre si justo e contratado o quanto segue:

1. A FIADORA declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora da dívida da AFIANÇADA perante o BENEFICIÁRIO, oriunda das Debêntures da 5ª Emissão de Debêntures da **FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL**, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da **FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL**", datado de 08 de janeiro de 2004, conforme venha a ser posteriormente aditado (respectivamente, as "Debêntures" e a "Escritura de Emissão").
2. O valor da presente fiança é limitado ao valor total da emissão das Debêntures de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões), acrescido da remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos da Escritura de Emissão (o "Valor Garantido").
3. O Valor Garantido será pago pela FIADORA ao BENEFICIÁRIO, no prazo de 5 (cinco) dias a contar de notificação por escrito do BENEFICIÁRIO à FIADORA. Tal notificação só poderá ser emitida pelo BENEFICIÁRIO (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela AFIANÇADA nas datas de pagamento definidas na Escritura de Emissão ou (ii) quando do vencimento antecipado das Debêntures.
4. A FIADORA expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.
5. Caso a FIADORA torne-se insolvente, poderá o BENEFICIÁRIO requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela AFIANÇADA, de notificação solicitando a substituição da FIADORA.





6. A FIADORA sub-rogar-se-á nos direitos do BENEFICIÁRIO caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste Contrato, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

7. A presente fiança entrará em vigor na data de sua assinatura, expirando, independentemente de notificação ao BENEFICIÁRIO, com o pagamento integral do Valor Garantido, ficando a FIADORA, a partir de tal data, automaticamente desobrigada de efetuar qualquer pagamento com base neste Contrato.

7.1. A FIADORA reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

8. A FIADORA declara que foram atendidos todos os requisitos estatutários e legais para a prestação da garantia ora contratada, bem como que seus representantes neste Contrato de Fiança possuem plena capacidade para firmá-lo.

9. As notificações endereçadas à FIADORA, incluindo a notificação a que se refere o item 3 acima, deverão ser enviadas ao endereço e à pessoa abaixo indicados:

BRASIL FERROVIAS S.A.
A/C Sr. Sálvio José Luiz
Rua do Rócio, 351 – 3º andar – cj. 31
CEP 04552-905
Tel.: (11) 3848-5868
Fax: (11) 3841-9252



10. Fica eleito o foro central da comarca da capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer disputas oriundas do presente instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

São Paulo, 08 de janeiro de 2004.



FIADORA: BRASIL FERROVIAS S.A.

1. [Signature]
Por: ELING DAVID NIGLI
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

2. [Signature]
Por: [Signature]
Cargo: Diretor Financeiro e Relações com o Mercado

BENEFICIÁRIO: PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

1. [Signature]
Por: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

2. [Signature]
Por: Lucinéia da Cunha
Cargo: Procuradora

TESTEMUNHAS

1. [Signature]
Nome: MARC GROSSMANN
RG: 22.555.767-8
CPF/MF: 170.841.578-59

2. [Signature]
Nome: Paula Regina Mendes
RG: 25.140.748-2
CPF/MF: 254.837.258-83



Dr. Radislav Lamotta 04725838
Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3107-0031 - São Paulo

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme
sob nº 1131673

São Paulo, 29 JAN 2004 Escrevente Autorizado

Selos e taxas recolhidos por verba

Emol R\$	Estado R\$	Ipsop R\$	R.C. R\$	T.J. R\$	TOTAL R\$
5048,24	1434,76	1062,79	265,70	265,70	8077,19



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCEMAT

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Pelo presente instrumento particular de aditamento, como emissora, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil, celebrado em 08 de janeiro de 2004 (respectivamente, o “Aditamento”, a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

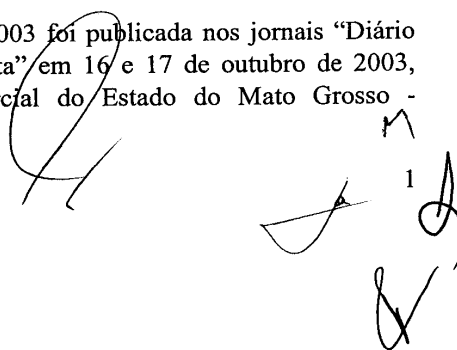
Cláusula I - DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

1.1. O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso – JUCEMAT, juntamente com a Escritura de Emissão.

CLÁUSULA II – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. A EMISORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO resolvem alterar os itens 2.1.2.1, 4.2.1, 4.16.1, 4.23.1 e 6.2(f), bem como incluir os itens 4.12.2 e 6.2(g), os quais passarão a vigorar com as seguintes novas redações:

“2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso -



JUCEMAT

JUCEMAT (a "JUCEMAT") em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004."

"4.2.1. A 5ª Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da EMISSORA que ainda se encontram em circulação totalizava, em 30 de setembro de 2003, R\$ 400.340.440,04 (quatrocentos milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), valor este que somado ao valor total da 5ª Emissão, totaliza o valor de R\$ 580.340.440,04 (quinhentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da EMISSORA que, em 30 de setembro de 2003, era de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Emissão de Debêntures	Valor (em R\$)
1ª Emissão	203.863.870,81
2ª Emissão	95.758.119,15
3ª Emissão	51.038.305,01
4ª Emissão	49.680.145,07
Sub-total (data base 30.09.2003)	400.340.440,04
5ª Emissão	180.000.000,00
Total	580.340.440,04"

"4.12.2 De acordo com o artigo 88 do Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), farão jus aos respectivos Juros Remuneratórios aqueles que estiverem registrados como titulares das Debêntures no fechamento do dia útil anterior às Datas de Pagamentos de Juros Remuneratórios, portanto, caso haja negociação das Debêntures nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, os adquirentes das Debêntures não farão jus ao pagamento das quantias devidas naquela data."

"4.16.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP."

"4.23.1. Nos casos em que os pagamentos referentes às Debêntures devam ser feitos na sede da EMISSORA, de acordo com o item 4.23.1 abaixo, considerar-se-ão



JUL 2011

automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Cuiabá e Estado de Mato Grosso, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Nos casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, somente haverá prorrogação dos prazos quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.”

“6.2(f): ter verificado a regularidade da constituição da garantia adicional das Debêntures, bem como o valor da garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e”

“6.2(g): ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.”

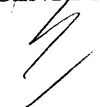


Cláusula III – DA RATIFICAÇÃO E DA CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas pelo presente Aditamento, sendo que a mesma passa a vigorar com a seguinte redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Pelo presente instrumento particular, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSIONORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por





3


JUCEMAT

esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da FERRONORTE S.A., FERROVIAS NORTE BRASIL (a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003 e 19 de dezembro de 2003 (as “AGEs”).

1.2. Os acionistas da EMISSORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 5ª Emissão e o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A emissão das debêntures da 5ª Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1.1. A 5ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma das Leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs

2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a “JUCEMAT”) em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” nos dias



Handwritten signatures and initials, including a large 'M' and a signature with the number '4' next to it.

15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004.

2.1.3. Registro da Escritura de Emissão

2.1.3.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCEMAT, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. O Contrato de Fiança a que se refere o item 4.10.2 da Cláusula Quarta será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 130 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

2.1.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

2.1.5.1. A 5ª Emissão será registrada pelo coordenador líder da 5ª Emissão na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da EMISSORA

3.1.1. A EMISSORA tem por objetivo (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias, (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias, (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga, (iv) a operação de portos, (v) a construção de edifícios e estruturas, (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário e (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.



Handwritten signature and the number 5.

RECEBIMOS

**Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO
E DAS DEBÊNTURES.**

4.1. Número de Séries

4.1.1. A 5ª Emissão será realizada em duas séries.

4.2 Limite da Emissão

4.2.1. A 5ª Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da EMISSORA que ainda se encontram em circulação totalizava, em 30 de setembro de 2003, R\$ 400.340.440,04 (quatrocentos milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), valor este que somado ao valor total da 5ª Emissão totaliza R\$ 580.340.440,04 (quinhentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da EMISSORA que, em 30 de setembro de 2003, era de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Emissão de Debêntures	Valor (em R\$)
1ª Emissão	203.863.870,81
2ª Emissão	95.758.119,15
3ª Emissão	51.038.305,01
4ª Emissão	49.680.145,07
Sub-total (data base 30.09.2003)	400.340.440,04
5ª Emissão	180.000.000,00
Total	580.340.440,04

4.3. Destinação de Recursos

4.3.1. Os recursos obtidos com a 5ª Emissão serão utilizados pela EMISSORA para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da EMISSORA com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da EMISSORA, da conjuntura econômica à época dos pagamentos, sendo que a EMISSORA pretende, em princípio, alocá-los para honrar os seguintes compromissos da seguinte forma:



[Handwritten signature]

6
[Handwritten signature]

Plano de Aplicação dos Recursos

(assumindo a colocação integral das Debêntures)

	Valores Estimados em R\$ mil (em 03.12.2003)	Percentual Aproximado do valor da Emissão
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora/Coligadas	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

4.4. Valor Total da Emissão

4.4.1. O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, definida a seguir.

4.5. Quantidade de Títulos

4.5.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures").

4.6. Valor Nominal Unitário

4.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.7. Data de Emissão

4.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 5ª Emissão será 03 de dezembro de 2003 (a "Data de Emissão").

4.8. Prazo e Data de Vencimento

4.8.1. As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009 ("Data de Vencimento").



JUL 11 2011

4.8.2. Na Data de Vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.9. Forma e Conversibilidade

4.9.1. As Debêntures serão nominativas, simples não conversíveis em ações da EMISSORA.

4.10. Espécie e Garantia

4.10.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.10.2. A Brasil Ferrovias S.A. adicionalmente prestará fiança para o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures (a “Garantidora”) nos termos do Contrato de Fiança que na forma do Anexo I à presente Escritura de Emissão, assinado pelas partes, constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão.

4.10.2.1. A fiança acima foi formalizada de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 32 do estatuto social da Garantidora.

4.10.3. Caso a Garantidora torne-se insolvente, poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de notificação solicitando a substituição da Garantidora.

4.11. Remuneração

4.11.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série:

(a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (a “CETIP”) no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os “Juros Remuneratórios da 1ª Série”).



8

.....

(b) Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

- J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorD produtivo das taxas DI Over, da data de início do
- I Período de Capitalização, inclusive, até a data do final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

- n número total da Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;
- TDI Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas
- k decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



9

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O produtório dos fatores diários (1 + TDI_k) é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorSpread = SOBRETAXA DE JUROS FIXOS CALCULADA COM 9 (NOVE) CASAS DECIMAIS, COM ARREDONDAMENTO;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[(\text{spread} + 1)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 5% (cinco por cento);

N = 252 dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre a Data de

Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante da multiplicação do Fator DI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).



10

RECEBEMOS

4.11.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

10/02/04

(a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (os “Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os “Juros Remuneratórios”).

(b) Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J Valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos na data final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação (Taxa DI), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

p 122 (cento e vinte e dois).

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:



[Handwritten signature]

11
[Handwritten signature]

RECEBIMOS

Remuneratórios na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios subsequente, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios.

10.10.04

4.11.5. Na hipótese de a Taxa DI não estar disponível quando da data de apuração da última parcela dos Juros Remuneratórios devida nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pela EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

4.11.6. Na hipótese de ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar ou determinação judicial, os titulares das Debêntures deverão reunir-se em Assembléia de Debenturistas e deliberar, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como "Taxa Substituta da Taxa DI", devendo tal critério ser aquele que melhor reflita as remunerações originalmente atribuídas às Debêntures, observada a regulamentação então em vigor aplicável à matéria.

4.11.7. Caso os Debenturistas em conjunto com a EMISSORA não acordem sobre a Taxa Substituta da Taxa DI, a EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Assembléia, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculados "pro rata temporis", a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, onde será utilizado, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.12. Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.12.1. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 ("Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios").

4.12.2 De acordo com o artigo 88 do Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), farão jus aos respectivos Juros Remuneratórios aqueles que estiverem registrados como titulares das Debêntures no fechamento do dia útil anterior às Datas de Pagamentos de Juros Remuneratórios, portanto, caso haja negociação das Debêntures nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, os adquirentes das Debêntures não farão jus ao pagamento das quantias devidas naquela data.



M

12

13

13

JUL 2007

16:00:00

4.13. Amortização

4.13.1. As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

4.14. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.14.1. O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados "*pro rata temporis*" desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição ("Preço de Subscrição").

4.14.2. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da EMISSORA vencidos até a Data de Vencimento.

4.15. Colocação e Procedimento

4.15.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares das 3ª e 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, e (iii) os clientes das instituições contratadas para a distribuição.

4.15.2. As Debêntures serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o "Prazo de Distribuição"), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.15.3. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série ou após o cancelamento do saldo não colocado.



✓

✓

✓

14

✓

JUCERTAT
15.02.04

4.15.4. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela EMISSORA.

4.16. Negociação

4.16.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.17. Certificados das Debêntures

4.17.1. A EMISSORA somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação por escrito enviada pelos titulares das Debêntures, sendo os certificados entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pela EMISSORA de solicitação escrita apresentada pelos titulares das Debêntures.

4.17.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas, mantido na sede da EMISSORA. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, será emitido, pela CETIP, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.18. Aquisição Facultativa

4.18.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76.

4.18.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.

4.19. Poder Liberatório

4.19.1. Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série (os "Debenturistas da 2ª Série") individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à EMISSORA, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a EMISSORA, na qualidade de contratada (o "Poder Liberatório").



m

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

15

MANIFESTAÇÃO

4.19.2. O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições:

(a) os Debenturistas da 2ª Série deverão ter recebido do AGENTE FIDUCIÁRIO uma notificação de inadimplemento da EMISSORA, nos termos do item 6.5, “t”, dessa Escritura de Emissão com relação (A) ao pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série nas respectivas Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios conforme disposto no item 4.12, ou (B) ao pagamento das amortizações nas respectivas datas de vencimento, quais sejam nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesta notificação, deverá constar o valor da parcela vencida e não paga pela EMISSORA (a “Parcela Vencida”);

(b) os Debenturistas da 2ª Série deverão, no prazo máximo de 8 (oito) dias do recebimento da notificação de inadimplemento acima (o “Prazo para Manifestação”), notificar a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO da intenção de exercer o Poder Liberatório com relação à Parcela Vencida (a “Notificação de Exercício”);

(c) a EMISSORA aceitará para análise apenas as Notificações de Exercício enviadas por Debenturistas da 2ª Série que tenham firmado contrato com a EMISSORA para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da Notificação de Exercício pela EMISSORA, que servirão de base para determinar o valor dos fretes que estarão sujeitos ao Poder Liberatório;

(d) a EMISSORA deverá emitir manifestação de aceite ou de recusa da Notificação de Exercício para os Debenturistas da 2ª Série solicitantes e para o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de documento escrito, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do final do Prazo para Manifestação. Ressalta-se que as hipóteses para a EMISSORA recusar o exercício do Poder Liberatório estão previstas nos itens “c” acima, “e” e “h” abaixo;

(e) não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos (o “Contrato de Caução”), firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”), Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco BMC S.A. (“BMC”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR” e, em conjunto com o BNDES, Unibanco, Bradesco e BMC, os “Financiadores”), em 14 de agosto de 2001. No Contrato de Caução foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da EMISSORA em benefício dos Financiadores, no valor



1

2

3

16

4

DOCUMENTO

correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora (as "Dívidas Garantidas"):

- (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a EMISSORA, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à EMISSORA uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000.000,00 ("Contrato 1");
- (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a EMISSORA, a Garantidora, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("PREVI"), a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF"), a Constran S.A. Construções e Comércio, a CCP Overseas e a Brazil Rail Partners LLC, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à EMISSORA uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00 ("Contrato 2");
- (iii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a EMISSORA, o Unibanco, o Bradesco e o BMC, tendo como objeto o financiamento à EMISSORA no valor de R\$ 73.500.000,00 ("Contrato 3");
- (iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000.000,00, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPAR ("1ª Emissão da EMISSORA"); e
- (v) A 1ª emissão privada da Garantidora, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. Parte das debêntures da 1ª emissão foram compradas pelo BNDESPAR, pela FUNCEF e pela PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais ("1ª Emissão da Garantidora").

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA, obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente em cobrança em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelos Financiadores a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação



✓

✓

17
✓

JUCENAT

de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas.

18.02.04

A EMISSORA autorizou, ainda, o Unibanco a transferir da conta principal para uma conta reserva, a partir de 1º de janeiro de 2004, o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas, para que o saldo da conta reserva corresponda a 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas Dívidas Garantidas.

Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da EMISSORA, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das dívidas garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A EMISSORA pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos Financiadores, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. Os valores depositados na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos Financiadores. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos Financiadores.

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o BNDES, BNDESPAR e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

(f) a verificação da possibilidade de exercício do Poder Liberatório diante das obrigações assumidas pela EMISSORA perante os Financiadores será feita pela EMISSORA e demonstrada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, levando-se em conta a receita da EMISSORA disponível no respectivo período e as datas de vencimento e os valores a serem pagos nos termos das Dívidas Garantidas, conforme tabela abaixo:



M

Handwritten signature.

Handwritten signature.

18

Handwritten signature.

SECRETARIA

Dívidas Garantidas pelo Contrato de Caução

16.02.04

<u>Dívidas Garantidas</u>	<u>Saldo Devedor em 03/Dez/2003</u>	<u>Vencimentos do Principal</u>	<u>Taxa e Indexador</u>
Contrato 1	R\$796.864.988,92	jan/2005 a dez/2014	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 2	R\$110.634.016,04	out/2008 a set/2016	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 3 – UNIBANCO	R\$ 40.684.438,71	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BRADESCO	R\$ 19.152.054,63	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BMC	R\$ 10.559.367,47	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
1ª Emissão da EMISSORA	R\$186.528.237,25	Jul/2011 a jun/2016	TJLP+1,5% ao ano
1ª Emissão da Garantidora	R\$226.844.790,05	jul/2011 a jun/2016	TJLP+6,0% ao ano

(g) a EMISSORA deverá fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas, assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e

(h) somente poderá ser emitido o Documento de Aceite (definição abaixo) pela EMISSORA, caso a mesma obtenha a quitação das Parcelas Vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e/ou que não tenham sido atendidos conforme o disposto no item 4.19.4 abaixo.



19

DOCUMENTO

4.19.3. No caso da EMISSORA manifestar o aceite às Notificações de Exercício, tal manifestação deverá ser formalizada no prazo estabelecido no item 4.19.2 "d", por meio de um documento de aceite (o "Documento de Aceite"), o qual uma vez firmado pela EMISSORA e pelo respectivo Debenturista da 2ª Série ("Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório"), representará a quitação da Parcela Vencida das Debêntures da 2ª Série de titularidade de tal detentor. O Documento de Aceite deverá conter no mínimo os seguintes termos e condições:

(a) indicação do período durante o qual o Poder Liberatório poderá ser exercido, sendo que tal período não poderá exceder o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de emissão do Documento de Aceite (o "Período de Exercício");

(b) indicação dos valores dos fretes quando do exercício do Poder Liberatório, os quais serão aqueles acordados conforme contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de acordo com a alínea "c" do item 4.19.2 acima, que deverão corresponder ao valor da Parcela Vencida;

(c) no caso do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório não exercer o Poder Liberatório durante o Período de Exercício, o valor estabelecido no Documento de Aceite correspondente à Parcela Vencida ainda será devido pela EMISSORA sendo corrigido desde a data do aceite até o término do Período do Exercício por taxa equivalente a desta Escritura de Emissão, conforme indicado no item 4.11.2, a ser refletida no Documento de Aceite. Nenhum pagamento será devido pela Emissora, na hipótese do Poder Liberatório não ser exercido por culpa do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório.

(d) no caso do Poder Liberatório não puder ser exercido até o encerramento do Período de Exercício, em decorrência de culpa exclusiva da EMISSORA, não se processará a quitação dos valores correspondentes à Parcela Vencida, devendo a EMISSORA pagar ao respectivo Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório o valor da Parcela Vencida, acrescido de (i) multa convencional de 10% (dez por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA; e

(e) o Documento de Aceite deverá conter o "de acordo" do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório, assim como a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

4.19.4. No caso da EMISSORA não ter condições, de acordo com o mecanismo de utilização do Poder Liberatório descrito nesta cláusula, de atender todas as Notificações



20

SECRETARIA

de Exercício a ela submetidas, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder o sorteio entre os Detentores do Direito do Exercício do Poder Liberatório, que tenham submetido as Notificações de Exercício.

4.19.5. A EMISSORA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO caso haja aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

4.20. Juros Moratórios e Multa

4.20.1. Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.21 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios; (ii) multa convencional de 10% (dez por cento) e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*”, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.21. Vencimento Antecipado

4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;
- (b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;
- (c) decretação de falência da EMISSORA;
- (d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e



21

DEBENTUR

(e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures.

15 02 04

4.21.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos no item 4.21.1 acima, a EMISSORA poderá convocar, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas de cada série para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures de cada série. Na ausência de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas por parte da EMISSORA no prazo estabelecido, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar a Assembléia no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do evento para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado.

4.21.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas de cada série.

4.21.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.21.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.21.3. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos itens (i) ou (ii) desta cláusula.

4.21.5. Quando da ocorrência do evento previsto no item (c) do item 4.21.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

4.21.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada "*pro rata temporis*", desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.20. acima, que, na hipótese



M

[Handwritten signature]

22
[Handwritten signature]

DEBENTURAS

prevista da alínea (d) do item 4.21.1. acima, serão calculados desde a data em que o respectivo pagamento deveria ter sido efetuado.

15.02.04

4.22. Atraso na Apresentação das Debêntures para Pagamento

4.22.1. O não comparecimento do Debenturista, que não participe do CETIP, nos termos do item 4.26 abaixo, para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.23. Prorrogação dos Prazos

4.23.1. Nos casos em que os pagamentos referentes às Debêntures devam ser feitos na sede da EMISSORA, de acordo com o item 4.25.1 abaixo, considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Cuiabá e Estado de Mato Grosso, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Nos casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, somente haverá prorrogação dos prazos quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.24. Publicidade

4.24.1. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição das Debêntures, assim como todos os demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos, nos jornais utilizados pela EMISSORA para suas publicações societárias, quais sejam, (i) "A Gazeta", editado no Estado do Mato Grosso, ou na sua impossibilidade, em jornal de circulação nacional, e (ii) Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.

4.25. Local de Pagamento

4.25.1. Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em



M

2

23

SECRETARIA

conformidade com os procedimentos adotados pelo CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da EMISSORA.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.
- e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;
- f) cópias das atas das assembléias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;
- g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;
- h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.
- i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), no prazo máximo de 2



24

The figure shows four distinct dot patterns arranged horizontally. The first pattern represents the number 1, the second represents 6, the third represents 2, and the fourth represents 4. Each pattern is composed of small black dots.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

5.1.7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.

5.1.8. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.9. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.

5.1.10. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.



25

DOCUMENTO

5.1.11. Efetuar às suas expensas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 5ª Emissão, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM n.º 28/83;
- e) estar ciente do conteúdo da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, emitida pelo Banco Central do Brasil;
- f) ter verificado a regularidade da constituição da garantia adicional das Debêntures, bem como o valor da garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- g) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 26.

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª devida no 5º (quinto) dia seguinte à data do registro na CVM, e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento ou resgate ou cancelamento total das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;

b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração, com base no Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;

c) a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA;

d) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas Judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas desde que previamente aprovados pelos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias;

e) a remuneração prevista na alínea “a” do presente item será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:



M

27

JUCEMAT

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembleia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCEMAT juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada "*pro rata temporis*", até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



✓

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 28
[Handwritten signature]

ACORDO

- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;
- i) verificar a regularidade da constituição da fiança das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) examinar a proposta de substituição da garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- k) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- l) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

29

SECRETARIA

m) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

n) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

o) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

p) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:



M

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

30

[Handwritten signature]

SECRETARIA

DEBENTURAS

- (i) na sede da EMISSORA;
- (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
- (iii) na CVM;
- (iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
- (v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- q) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “p” acima;
- r) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM; e
 - (ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso;
- u) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea “o” do item anterior está à disposição, será publicado nos termos da alínea “q” do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão.

6.7. A notificação de que trata a alínea “t” do item 6.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada



31

Handwritten signatures and initials are present on the page, including a large signature on the right and several initials or smaller signatures on the left and center.

JORNAL

Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista, far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.21. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão, observada as condições previstas no item subsequente.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 6.8 acima, observado as condições dispostas no item 4.21 desta Escritura de Emissão, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.



m

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

32

[Handwritten signature]

SECRET

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.7. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.7. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei n.º 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.



33

SECRET

7.6. Ressalvado o disposto no item 7.8 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures de cada série, nos termos do item 4.21.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas da série respectiva.

7.8. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, das condições de remuneração, garantias, amortização e juros das Debêntures, assim como alterações referentes ao quorum de deliberação da Assembléia de Debenturistas previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) de cada série das Debêntures em circulação, em reunião em conjunto dos Debenturistas.

7.9. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, exceto o disposto nos itens 7.7 e 7.8 acima.

7.10. Não serão consideradas para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula as Debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladores, nos termos da Lei n.º 6.404/76.

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

7.12. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A EMISSORA declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, de



M

E

34

34

SECRETARIA

DE FINANÇAS

acordo com as leis brasileiras;

b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e) a EMISSORA está em situação regular perante as autoridades federais, estaduais e municipais, referente às autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades, nos termos da legislação aplicável;

f) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de setembro de 2003, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os "Prospectos") contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise



M

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

35

SECRETARIA

correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à EMISSORA ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiros;

i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a EMISSORA tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS DESPESAS

9.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas das AGEs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL
Avenida Historiador Rubens Mendonça, n.º 2.000 – sala 308



M

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

36

[Handwritten signature]

JUL 27 16:20

Bosque da Saúde - CEP 78045-090
Cuiabá - MT
Tel.: (011) 3848-5868
Fax: 011 3841-9252
At.: Sálvio José Luiz

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:
Planner Corretora de Valores S.A.
Av. Paulista, n.º 2.439, 11º andar
Cerqueira César, 01311-300
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-9444, ramal 467
Fax.: (11) 3060-9575
e-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

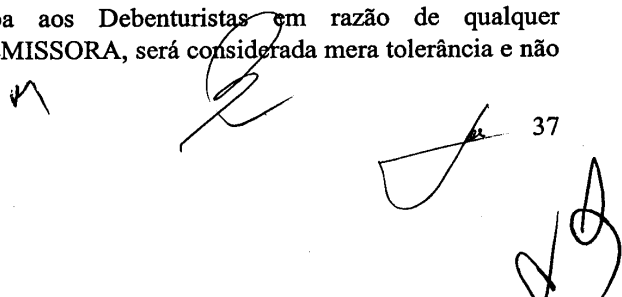
10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima Primeira - DA RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 5ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não



37



SECRETARIA

prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima Segunda - DA DIVISÃO

12.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Terceira - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

13.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Cláusula Décima Quarta - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

Estando assim certos e ajustados, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO firmam o presente Aditamento, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim,



M

38

38

JUCEMAT

18.04.04

juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 30 de janeiro de 2004.

EMISSORA: FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

1. [Assinatura]
Por: Salvo José Luiz
Cargo: Gerente Financeiro e
Relações e Investimentos

2. [Assinatura]
Por: José Osvaldo Cruz
Cargo: Diretoria de Manutenção

AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Corretora de Valores S.A.

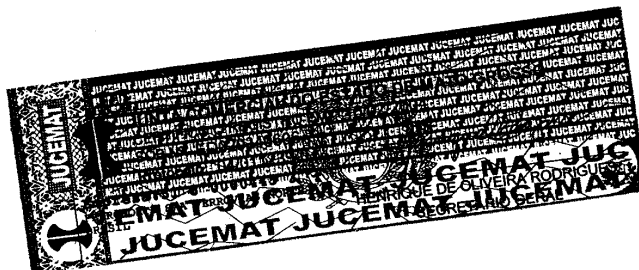
1. [Assinatura]
Por: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

2. [Assinatura]
Por: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

TESTEMUNHAS

1. [Assinatura]
Nome: 170.841.578-59
RG: 22.855.767-8
CPF/MF: 170.841.578-59

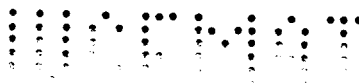
2. [Assinatura]
Nome: Paula Regina M.
RG: 25.140.748-2
CPF/MF: 254.837.258-93



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Pelo presente instrumento particular de aditamento, como emissora, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil, celebrado em 08 de janeiro de 2004 e posteriormente aditado em 30 de janeiro de 2004 (respectivamente, o “Segundo Aditamento”, a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

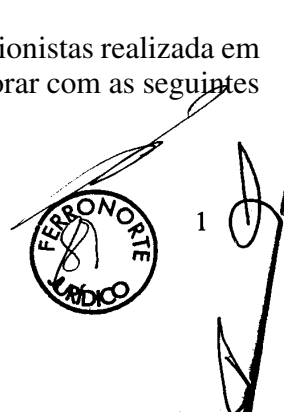
CLÁUSULA I - DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

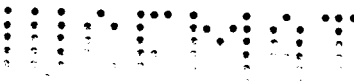
1.1. O presente Segundo Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso – JUCEMAT.

CLÁUSULA II – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. A EMISORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO resolvem alterar os itens 1.1., 2.1.2.1., 4.21.1., 5.1, 6.9.1. e 6.9.2. caput da Escritura de Emissão,

2.1.1. Incluir referência à Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2004, nos itens 1.1. e 2.1.2.1., que passará a vigorar com as seguintes redações:





“1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003, 19 de dezembro de 2003 e 20 de fevereiro de 2004 (as “AGES”).”; e

“2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a “JUCEMAT”) em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004. A ata da AGE de 20 de fevereiro de 2004 será publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” e será arquivada na JUCEMAT.”

2.1.2. Incluir a alínea “F”, no item 4.21.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;

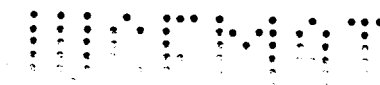
(c) decretação de falência da EMISSORA;

(d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
2



(e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e

(f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.”

2.1.3. Excluir o item 5.1.6. e renumerar os itens posteriores, ficando o item 5.1 com a seguinte redação:

“5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;

f) cópias das atas das assembléias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;

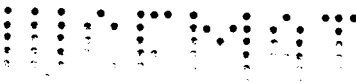
g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;

h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), assim como aqueles que



M

3



eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.

i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

5.1.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.

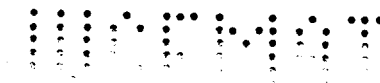
5.1.7. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.8. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.



M

4



5.1.9. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas despesas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.

5.1.10. Efetuar às suas despesas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.”

2.1.4. Alterar a redação do item 6.9.1. e 6.9.2. caput, para ajustar as referências ao item 5.1.6, ficando os mesmos com a seguinte redação:

“6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.”; e

“6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:”

Cláusula III – DA RATIFICAÇÃO E DA CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

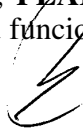
3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas pelo presente Segundo Aditamento, sendo que a mesma passa a vigorar com a seguinte redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Pelo presente instrumento particular, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central

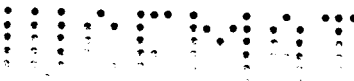


M



5





do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL (a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003, 19 de dezembro de 2003 e 20 de fevereiro de 2004 (as “AGEs”).

1.2. Os acionistas da EMISSORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 5ª Emissão e o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A emissão das debêntures da 5ª Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

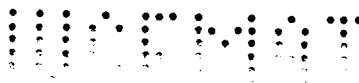
2.1.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1.1. A 5ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma das Leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs

2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a “JUCEMAT”) em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso”





e "A Gazeta" em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004. A ata da AGE de 20 de fevereiro de 2004 será publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" e será arquivada na JUCEMAT.

2.1.3. Registro da Escritura de Emissão

2.1.3.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCEMAT, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. O Contrato de Fiança a que se refere o item 4.10.2 da Cláusula Quarta será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 130 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

2.1.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

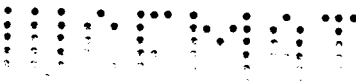
2.1.5.1. A 5ª Emissão será registrada pelo coordenador líder da 5ª Emissão na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da EMISSORA

3.1.1. A EMISSORA tem por objetivo (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias, (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias, (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga, (iv) a operação de portos, (v) a construção de edifícios e estruturas, (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário e (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de





receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

4.1. Número de Séries

4.1.1. A 5ª Emissão será realizada em duas séries.

4.2 Limite da Emissão

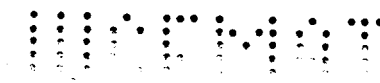
4.2.1. A 5ª Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da EMISSORA que ainda se encontram em circulação totalizava, em 30 de setembro de 2003, R\$ 400.340.440,04 (quatrocentos milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), valor este que somado ao valor total da 5ª Emissão totaliza R\$ 580.340.440,04 (quinhentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da EMISSORA que, em 30 de setembro de 2003, era de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Emissão de Debêntures	Valor (em R\$)
1ª Emissão	203.863.870,81
2ª Emissão	95.758.119,15
3ª Emissão	51.038.305,01
4ª Emissão	49.680.145,07
Sub-total (data base 30.09.2003)	400.340.440,04
5ª Emissão	180.000.000,00
Total	580.340.440,04

4.3. Destinação de Recursos

4.3.1. Os recursos obtidos com a 5ª Emissão serão utilizados pela EMISSORA para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da EMISSORA com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será





definida de acordo com a avaliação, por parte da EMISSORA, da conjuntura econômica à época dos pagamentos, sendo que a EMISSORA pretende, em princípio, alocá-los para honrar os seguintes compromissos da seguinte forma:

Plano de Aplicação dos Recursos

(assumindo a colocação integral das Debêntures)

	Valores Estimados em R\$ mil (em Percentual Aproximado do valor da Emissão)	
03.12.2003)		
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora/Coligadas	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

4.4. Valor Total da Emissão

4.4.1. O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, definida a seguir.

4.5. Quantidade de Títulos

4.5.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as “Debêntures da 1ª Série”) e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as “Debêntures da 2ª Série”) e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as “Debêntures”).

4.6. Valor Nominal Unitário

4.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.7. Data de Emissão

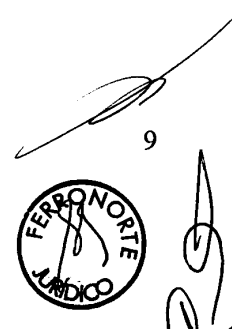
4.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 5ª Emissão será 03 de dezembro de 2003 (a “Data de Emissão”).

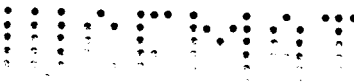
4.8. Prazo e Data de Vencimento



M

[Handwritten signature]





4.8.1. As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009 (“Data de Vencimento”).

4.8.2. Na Data de Vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.9. Forma e Conversibilidade

4.9.1. As Debêntures serão nominativas, simples não conversíveis em ações da EMISSORA.

4.10. Espécie e Garantia

4.10.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.10.2. A Brasil Ferrovias S.A. adicionalmente prestará fiança para o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures (a “Garantidora”) nos termos do Contrato de Fiança que na forma do Anexo I à presente Escritura de Emissão, assinado pelas partes, constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão.

4.10.2.1. A fiança acima foi formalizada de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 32 do estatuto social da Garantidora.

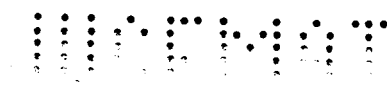
4.10.3. Caso a Garantidora torne-se insolvente, poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de notificação solicitando a substituição da Garantidora.

4.11. Remuneração

4.11.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série:

(a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (a “CETIP”) no Informativo Diário, disponível em sua página na





Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os “Juros Remuneratórios da 1ª Série”).

(b) Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

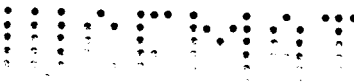
onde:

- J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI produtório das taxas DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

- n número total da Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O produtório dos fatores diários ($1 + TDI_k$) é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorSpread = SOBRETAXA DE JUROS FIXOS CALCULADA COM 9 (NOVE) CASAS DECIMAIS, COM ARREDONDAMENTO;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$spread = 5\%$ (cinco por cento);

$N = 252$ dias úteis;

n = número de dias úteis compreendido entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DT = número de dias úteis compreendido entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo.

Observação: Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante da multiplicação do Fator DI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de



[Handwritten signature]



12

[Handwritten signature]



Capitalização subsequente, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).

4.11.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série:

(a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (os “Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os “Juros Remuneratórios”).

(b) Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

Onde:

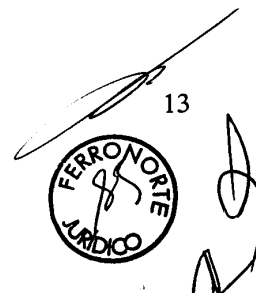
J Valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos na data final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

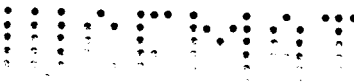
VNe Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação (Taxa DI), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

M

[Handwritten signature]





$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

p 122 (cento e vinte e dois).
TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator diário $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é calculado considerando-se 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento e seu produtório é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação do fator acumulado em data anterior com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Define-se:

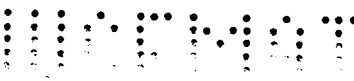
Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (definição abaixo).

4.11.3. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.12 abaixo.

4.11.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da data de apuração de qualquer parcela dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, será



14



aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível na respectiva data. As compensações financeiras decorrentes do ajuste dos valores devidos quando da divulgação da Taxa DI pertinente serão devidas na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente. Havendo valores a pagar pela EMISSORA, esses serão acrescidos ao valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios respectiva, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios. Os valores pagos a maior aos Debenturistas, se houver, serão compensados com os valores que serão pagos pela EMISSORA a título de Juros Remuneratórios na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios subsequente, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios.

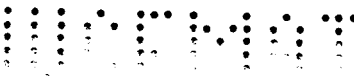
4.11.5. Na hipótese de a Taxa DI não estar disponível quando da data de apuração da última parcela dos Juros Remuneratórios devida nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pela EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

4.11.6. Na hipótese de ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar ou determinação judicial, os titulares das Debêntures deverão reunir-se em Assembléia de Debenturistas e deliberar, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, devendo tal critério ser aquele que melhor reflita as remunerações originalmente atribuídas às Debêntures, observada a regulamentação então em vigor aplicável à matéria.

4.11.7. Caso os Debenturistas em conjunto com a EMISSORA não acordem sobre a Taxa Substituta da Taxa DI, a EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Assembléia, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculados “*pro rata temporis*”, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, onde será utilizado, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.12. Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios





4.12.1. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 (“Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios”).

4.12.2 De acordo com o artigo 88 do Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), farão jus aos respectivos Juros Remuneratórios aqueles que estiverem registrados como titulares das Debêntures no fechamento do dia útil anterior às Datas de Pagamentos de Juros Remuneratórios, portanto, caso haja negociação das Debêntures nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, os adquirentes das Debêntures não farão jus ao pagamento das quantias devidas naquela data.

4.13. Amortização

4.13.1. As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

4.14. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.14.1. O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados “*pro rata temporis*” desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição (“Preço de Subscrição”).

4.14.2. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da EMISSORA vincendos até a Data de Vencimento.

4.15. Colocação e Procedimento

4.15.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares das 3ª e 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, e (iii) os clientes das





instituições contratadas para a distribuição.

4.15.2. As Debêntures serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o “Prazo de Distribuição”), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.15.3. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série ou após o cancelamento do saldo não colocado.

4.15.4. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela EMISSORA.

4.16. Negociação

4.16.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.17. Certificados das Debêntures

4.17.1. A EMISSORA somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação por escrito enviada pelos titulares das Debêntures, sendo os certificados entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pela EMISSORA de solicitação escrita apresentada pelos titulares das Debêntures.

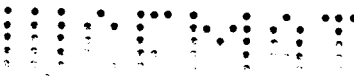
4.17.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas, mantido na sede da EMISSORA. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, será emitido, pela CETIP, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.18. Aquisição Facultativa

4.18.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76.

4.18.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.





4.19. Poder Liberatório

4.19.1. Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série (os “Debenturistas da 2ª Série”) individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à EMISSORA, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a EMISSORA, na qualidade de contratada (o “Poder Liberatório”).

4.19.2. O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições:

(a) os Debenturistas da 2ª Série deverão ter recebido do AGENTE FIDUCIÁRIO uma notificação de inadimplemento da EMISSORA, nos termos do item 6.5, “t”, dessa Escritura de Emissão com relação (A) ao pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série nas respectivas Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios conforme disposto no item 4.12, ou (B) ao pagamento das amortizações nas respectivas datas de vencimento, quais sejam nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesta notificação, deverá constar o valor da parcela vencida e não paga pela EMISSORA (a “Parcela Vencida”);

(b) os Debenturistas da 2ª Série deverão, no prazo máximo de 8 (oito) dias do recebimento da notificação de inadimplemento acima (o “Prazo para Manifestação”), notificar a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO da intenção de exercer o Poder Liberatório com relação à Parcela Vencida (a “Notificação de Exercício”);

(c) a EMISSORA aceitará para análise apenas as Notificações de Exercício enviadas por Debenturistas da 2ª Série que tenham firmado contrato com a EMISSORA para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da Notificação de Exercício pela EMISSORA, que servirão de base para determinar o valor dos fretes que estarão sujeitos ao Poder Liberatório;

(d) a EMISSORA deverá emitir manifestação de aceite ou de recusa da Notificação de Exercício para os Debenturistas da 2ª Série solicitantes e para o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de documento escrito, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do final do Prazo para Manifestação. Ressalta-se que as hipóteses para a EMISSORA recusar o exercício do Poder Liberatório estão previstas nos itens “c” acima, “e” e “h” abaixo;



18



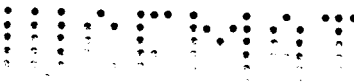
(e) não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos (o “Contrato de Caução”), firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”), Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco BMC S.A. (“BMC”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR” e, em conjunto com o BNDES, Unibanco, Bradesco e BMC, os “Financiadores”), em 14 de agosto de 2001. No Contrato de Caução foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da EMISSORA em benefício dos Financiadores, no valor correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora (as “Dívidas Garantidas”):

- (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a EMISSORA, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à EMISSORA uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000.000,00 (“Contrato 1”),
- (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a EMISSORA, a Garantidora, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), a Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), a Constran S.A. Construções e Comércio, a CCP Overseas e a Brazil Rail Partners LLC, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à EMISSORA uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00 (“Contrato 2”);
- (iii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a EMISSORA, o Unibanco, o Bradesco e o BMC, tendo como objeto o financiamento à EMISSORA no valor de R\$ 73.500.000,00 (“Contrato 3”);
- (iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000.000,00, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPAR (“1ª Emissão da EMISSORA”); e
- (v) A 1ª emissão privada da Garantidora, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com



19





garantia flutuante. Parte das debêntures da 1ª emissão foram compradas pelo BNDESPAR, pela FUNCEF e pela PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais (“1ª Emissão da Garantidora”).

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA, obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente em cobrança em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelos Financiadores a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas.

A EMISSORA autorizou, ainda, o Unibanco a transferir da conta principal para uma conta reserva, a partir de 1º de janeiro de 2004, o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas, para que o saldo da conta reserva corresponda a 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas Dívidas Garantidas.

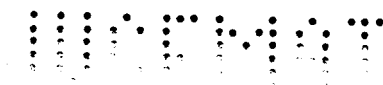
Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da EMISSORA, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das dívidas garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A EMISSORA pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos Financiadores, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. Os valores depositados na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos Financiadores. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos Financiadores.

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o





BNDES, BNDESPAR e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

(f) a verificação da possibilidade de exercício do Poder Liberatório diante das obrigações assumidas pela EMISSORA perante os Financiadores será feita pela EMISSORA e demonstrada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, levando-se em conta a receita da EMISSORA disponível no respectivo período e as datas de vencimento e os valores a serem pagos nos termos das Dívidas Garantidas, conforme tabela abaixo:

Dívidas Garantidas pelo Contrato de Caução

<u>Dívidas Garantidas</u>	<u>Saldo Devedor em 03/Dez/2003</u>	<u>Vencimentos do Principal</u>	<u>Taxa e Indexador</u>
Contrato 1	R\$796.864.988,92	jan/2005 a dez/2014	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 2	R\$110.634.016,04	out/2008 a set/2016	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 3 – UNIBANCO	R\$ 40.684.438,71	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BRADESCO	R\$ 19.152.054,63	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BMC	R\$ 10.559.367,47	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
1ª Emissão da EMISSORA	R\$186.528.237,25	Jul/2011 a jun/2016	TJLP+1,5% ao ano
1ª Emissão da Garantidora	R\$226.844.790,05	jul/2011 a jun/2016	TJLP+6,0% ao ano

(g) a EMISSORA deverá fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas,

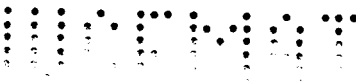


M

E

21





assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e

(h) somente poderá ser emitido o Documento de Aceite (definição abaixo) pela EMISSORA, caso a mesma obtenha a quitação das Parcelas Vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e/ou que não tenham sido atendidos conforme o disposto no item 4.19.4 abaixo.

4.19.3. No caso da EMISSORA manifestar o aceite às Notificações de Exercício, tal manifestação deverá ser formalizada no prazo estabelecido no item 4.19.2 “d”, por meio de um documento de aceite (o “Documento de Aceite”), o qual uma vez firmado pela EMISSORA e pelo respectivo Debenturista da 2ª Série (“Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório”), representará a quitação da Parcela Vencida das Debêntures da 2ª Série de titularidade de tal detentor. O Documento de Aceite deverá conter no mínimo os seguintes termos e condições:

(a) indicação do período durante o qual o Poder Liberatório poderá ser exercido, sendo que tal período não poderá exceder o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de emissão do Documento de Aceite (o “Período de Exercício”);

(b) indicação dos valores dos fretes quando do exercício do Poder Liberatório, os quais serão aqueles acordados conforme contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de acordo com a alínea “c” do item 4.19.2 acima, que deverão corresponder ao valor da Parcela Vencida;

(c) no caso do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório não exercer o Poder Liberatório durante o Período de Exercício, o valor estabelecido no Documento de Aceite correspondente à Parcela Vencida ainda será devido pela EMISSORA sendo corrigido desde a data do aceite até o término do Período do Exercício por taxa equivalente a desta Escritura de Emissão, conforme indicado no item 4.11.2, a ser refletida no Documento de Aceite. Nenhum pagamento será devido pela Emissora, na hipótese do Poder Liberatório não ser exercido por culpa do Detentor do Direito de Exercício do Poder Liberatório.

(d) no caso do Poder Liberatório não puder ser exercido até o encerramento do Período de Exercício, em decorrência de culpa exclusiva da EMISSORA, não se processará a quitação dos valores correspondentes à Parcela Vencida, devendo a EMISSORA pagar ao respectivo Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório o valor da Parcela





Vencida, acrescido de (i) multa convencional de 10% (dez por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA; e

(e) o Documento de Aceite deverá conter o “de acordo” do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório, assim como a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

4.19.4. No caso da EMISSORA não ter condições, de acordo com o mecanismo de utilização do Poder Liberatório descrito nesta cláusula, de atender todas as Notificações de Exercício a ela submetidas, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder o sorteio entre os Detentores do Direito do Exercício do Poder Liberatório que tenham submetido as Notificações de Exercício.

4.19.5. A EMISSORA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO caso haja aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

4.20. Juros Moratórios e Multa

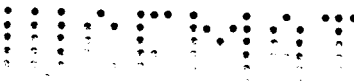
4.20.1. Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.21 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios; (ii) multa convencional de 10% (dez por cento) e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*”, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.21. Vencimento Antecipado

4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:



23



- (a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;
- (b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;
- (c) decretação de falência da EMISSORA;
- (d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e
- (f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

4.21.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos no item 4.21.1 acima, a EMISSORA poderá convocar, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas de cada série para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures de cada série. Na ausência de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas por parte da EMISSORA no prazo estabelecido, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar a Assembléia no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do evento para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado.

4.21.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas de cada série.

4.21.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.21.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.21.3. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos itens (i) ou (ii) desta cláusula.





4.21.5. Quando da ocorrência do evento previsto no item (c) do item 4.21.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

4.21.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.20. acima, que, na hipótese prevista da alínea (d) do item 4.21.1. acima, serão calculados desde a data em que o respectivo pagamento deveria ter sido efetuado.

4.22. Atraso na Apresentação das Debêntures para Pagamento

4.22.1. O não comparecimento do Debenturista, que não participe do CETIP, nos termos do item 4.26 abaixo, para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.23. Prorrogação dos Prazos

4.23.1. Nos casos em que os pagamentos referentes às Debêntures devam ser feitos na sede da EMISSORA, de acordo com o item 4.25.1 abaixo, considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Cuiabá e Estado de Mato Grosso, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Nos casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, somente haverá prorrogação dos prazos quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.24. Publicidade



M

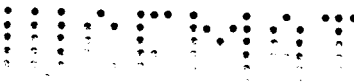
E

/

25



A



4.24.1. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição das Debêntures, assim como todos os demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos, nos jornais utilizados pela EMISSORA para suas publicações societárias, quais sejam, (i) “A Gazeta”, editado no Estado do Mato Grosso, ou na sua impossibilidade, em jornal de circulação nacional, e (ii) Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.

4.25. Local de Pagamento

4.25.1. Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da EMISSORA.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

b) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;

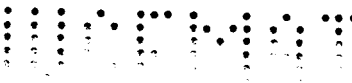
f) cópias das atas das assembleias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;



n



26



g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;

h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.

i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

5.1.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

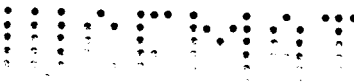
5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.



27



5.1.7. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.8. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.

5.1.9. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.

5.1.10. Efetuar às suas expensas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 5ª Emissão, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

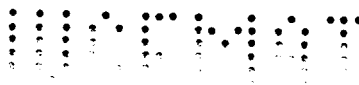
c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;



M

28





d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM n.º 28/83;

e) estar ciente do conteúdo da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, emitida pelo Banco Central do Brasil;

f) ter verificado a regularidade da constituição da garantia adicional das Debêntures, bem como o valor da garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

g) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

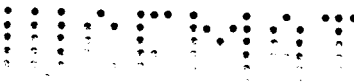
a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª devida no 5º (quinto) dia seguinte à data do registro na CVM, e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento ou resgate ou cancelamento total das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;

b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração, com base no Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;

c) a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA;

d) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas Judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas desde que previamente aprovados pelos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações





judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias;

e) a remuneração prevista na alínea “a” do presente item será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembléia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

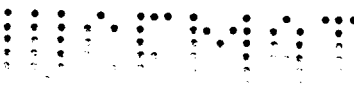
6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCEMAT juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assumida efetivamente as funções do





AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada “*pro rata temporis*”, até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;
- i) verificar a regularidade da constituição da fiança das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



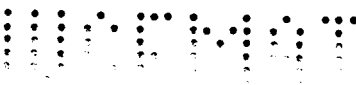
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



31



j) examinar a proposta de substituição da garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

k) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

l) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

m) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

n) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

o) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

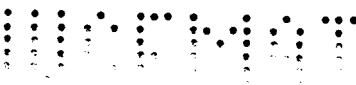
(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



M

32





(viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

p) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da EMISSORA;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

q) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “p” acima;

r) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

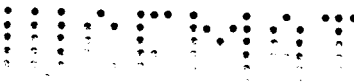
t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso;



33



u) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea “o” do item anterior está à disposição, será publicado nos termos da alínea “q” do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão.

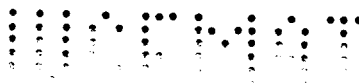
6.7. A notificação de que trata a alínea “t” do item 6.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.21. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão, observada as condições previstas no item subsequente.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.8 acima, observado as condições dispostas no item 4.21 desta Escritura de Emissão, se a





Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

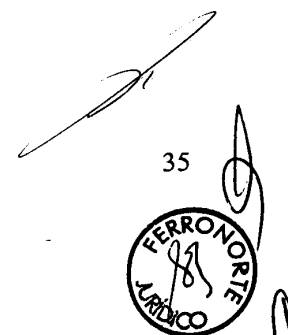
6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

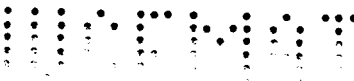
6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei n.º 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.





7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Ressalvado o disposto no item 7.8 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures de cada série, nos termos do item 4.21.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas da série respectiva.

7.8. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, das condições de remuneração, garantias, amortização e juros das Debêntures, assim como alterações referentes ao quorum de deliberação da Assembléia de Debenturistas previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) de cada série das Debêntures em circulação, em reunião em conjunto dos Debenturistas.

7.9. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, exceto o disposto nos itens 7.7 e 7.8 acima.

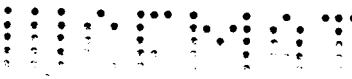
7.10. Não serão consideradas para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula as Debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladores, nos termos da Lei n.º 6.404/76.



M

E

36
FERRONORTE
JURIDICO



7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

7.12. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A EMISSORA declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, de acordo com as leis brasileiras;

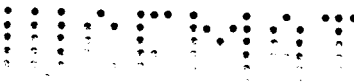
b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e) a EMISSORA está em situação regular perante as autoridades federais, estaduais e municipais, referente às autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades, nos termos da legislação aplicável;





f) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de setembro de 2003, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os “Prospectos”) contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à EMISSORA ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiros;

i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a EMISSORA tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS DESPESAS

9.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura





de Emissão e das atas das AGEs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

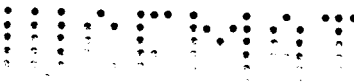
FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL
Avenida Historiador Rubens Mendonça, n.º 2.000 – sala 308
Bosque da Saúde - CEP 78045-090
Cuiabá – MT
Tel.: (011) 3848-5868
Fax: 011 3841-9252
At.: Sálvio José Luiz

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Planner Corretora de Valores S.A.
Av. Paulista, n.º 2.439, 11º andar
Cerqueira César, 01311-300
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-9444, ramal 467
Fax.: (11) 3060-9575
e-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha





transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima Primeira - DA RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 5ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima Segunda - DA DIVISÃO

12.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Terceira - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

13.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Cláusula Décima Quarta - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Segundo Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



M

[Handwritten signature]


40



CLÁUSULA V - DO FORO


Estando assim certos e ajustados, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO firmam o presente Segundo Aditamento, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

EMISSORA: FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

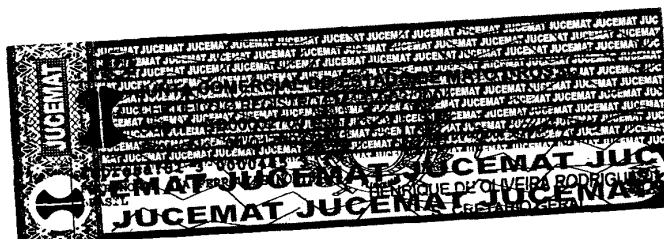
2. 
 Por: SÁLVIO JOSÉ LUIZ
 Cargo: DIRETOR DE FINANÇAS E REL.
 COM INVESTIDORES

1. Artur M. de Figueiredo
Por: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Director

2. Lucinéia da Cunha
Por: Lucinéia da Cunha
Cargo: Procuradora

1. 
Nome: MARC GROSSMANN
RG: 22.555.767-8
CPF/MF: 170.841.578-59

2. Paula Regina Munhoz
Nome: **Paula Regina Munhoz**
RG: 25.140.748-2
CPF/MF: 254.834.258-83



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BND
FINAME
BNDSPAR
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

20 AGO 1988 659162

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ.

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 1988 3624852
PROTOCOLADO - NOTARIAL E
MEDEIROS



659162

CONTRATO DE CAUÇÃO DE RECEITA E OUTROS PACTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A FERRONORTE S/A - FERROVIAS NORTE BRASIL E O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., O BANCO BRADESCO S.A., O BANCO BMC S.A. E A BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR, COM A INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA FORMA ABAIXO:

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Av. Getúlio Vargas nº 1.300, 2º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 24.962.466/0001-36, doravante designada simplesmente **BENEFICIÁRIA**, por seus representantes ao final assinados;

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante designado simplesmente **BNDES**, por seus representantes ao final assinados;

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matos nº 1.100, inscrita no CNPJ sob o nº 33.700.394/0001-40, doravante designado simplesmente **UNIBANCO**, na qualidade de Financiador, e/ou **BANCO**, na qualidade de interveniente - exercendo as funções de Banco Arrecadador, por seus representantes ao final assinados;

BANCO BRADESCO S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, doravante designado simplesmente **BRADESCO**, por seus representantes ao final assinados;

BANCO BMC S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 24º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 07.207.996/0001-50, doravante designado simplesmente **BMC**, por seus representantes ao final assinados; e

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR, sociedade por ações, subsidiária integral do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 100/19º e parte do 20º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 00.383.281/0001-09, doravante designada simplesmente **BNDESPAR**, por seus representantes ao final assinados;

BNDES

Carla Gaspar Primavera
Advogada



TÍTULOS E DOCUMENTOS

17 AGO 3624852

PROTOCOLADO E ARQUIVADO
MEDEIROS



2

O UNIBANCO, o BRADESCO e o BMC, quando referidos conjuntamente neste Instrumento, serão doravante denominados simplesmente **AGENTES FINANCEIROS**.

Os **AGENTES FINANCEIROS**, o **BNDP** e a **BNDSPAR** quando referidos conjuntamente neste Instrumento, serão doravante denominados simplesmente **FINANCIADORES**.

CONSIDERANDO QUE:

(a) Em 19 de maio de 1989 a **BENEFICIÁRIA** firmou com a **UNIÃO FEDERAL** através do Ministério dos Transportes o Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte Ferroviário de Carga nº 27 101 004.0.89 para a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá(MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG); b) Santa Fé do Sul (SP), na margem direita do Rio Paraná; c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA), doravante denominado **CONTRATO DE CONCESSÃO**;

(b) Em 09 de julho de 1992 a **BENEFICIÁRIA** firmou com o **BNDP** o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 92.2.054.3.1, doravante denominado **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO**, tendo sido aberto um crédito em favor da **BENEFICIÁRIA**, destinado à implantação de ferrovia, numa extensão de 311 km, visando interligar Chapadão do Sul (MS) à malha existente da Ferrovia Haulista S.A. - FEPASA, em Santa Fé do Sul (SP);

(c) Em 29 de março de 1999 a **BENEFICIÁRIA** firmou com os **AGENTES FINANCEIROS** o Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDP** nº 10/658.238-1, doravante denominado **CONTRATO DE REPASSE**, destinado exclusivamente à aquisição de 600 vagões graneleiros de alumínio, a serem fornecidos, metade pela CCC - COMPANHIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES em associação com a TRINITY RAIL DO BRASIL LTDA., e metade pela MAXION FUNDAÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS LTDA. em associação com a JOHNSTOWN AMERICA CORPORATION, conforme Contratos de Fornecimento firmados em 19.11.98 e 04.09.98, respectivamente.

(d) Em 18 de dezembro de 2000 a **BENEFICIÁRIA** firmou com o **BNDP** o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 00.2.578.3.1, doravante denominado **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO 2**, tendo sido aberto um crédito em favor da **BENEFICIÁRIA**, destinado à implantação da ligação ferroviária no trecho compreendido entre Alto Taquari (MT) e BR 163 (MT) em uma extensão de 290 Km, incluídos os investimentos em terminais.

(e) A **BNDSPAR** é titular da totalidade de debêntures conversíveis em ações ordinárias da série única da 1ª emissão da **BENEFICIÁRIA** e titular de debêntures

BNDP

Carla Gaspar Primavera
Advogada



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 3624852
PROTOCOLO 11.000.111
MEDEIRAS



conversíveis em ações preferenciais da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão da **FERROPASA-FERRONORTE PARTICIPAÇÕES S.A.**, de acordo com as características constantes das Escrituras de Emissão de Debêntures de 14.8.1997, da **BENEFICIÁRIA**, e de 16.9.1999 e respectivos aditivos de 12.11.1999 e 10.01.2000, da **FERROPASA-FERRONORTE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio nº 351, 4º andar, -conjunto 41, inscrita no CNPJ sob o nº 02.457.269/0001-27;

Os financiamentos e as debêntures referidos nas letras "b", "c", "d" e "e", quando referidos conjuntamente neste Instrumento, serão doravante denominados **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

Para garantir as obrigações assumidas nos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, a **BENEFICIÁRIA** prometeu ceder aos **FINANCIADORES** parcela do produto da cobrança da tarifa pela prestação do serviço de transporte ferroviário objeto do **CONTRATO DE CONCESSÃO** acima referidos.

Pelo presente Instrumento, e na melhor forma de direito, as Partes acima nomeadas e qualificadas, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente Contrato de Cessão e Caução de Receita e outros Pactos, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA

2o. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto

OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a caução aos **FINANCIADORES**, pela

BENEFICIÁRIA, do produto da cobrança da tarifa pela prestação do serviço de transporte ferroviário, conforme previsto no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, no valor correspondente ao das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO** a partir desta data e até final liquidação de todas as obrigações decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

SEGUNDA

CAUÇÃO DE RECEITA

Com a finalidade de atender ao pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, tais como o principal da dívida, juros, comissão, pena convencional e multas, a **BENEFICIÁRIA** constitui como garantia em benefício dos **FINANCIADORES** **CAUÇÃO**, em caráter irrevogável e irretratável, sobre o produto da cobrança da tarifa pela prestação do serviço de transporte ferroviário, conforme previsto no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, a ser movimentada exclusivamente através da conta corrente nº 820.554-9, da Agência nº

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 1983 3624852
PROTOCOLADO
MEDEIROS



4

0352 do **BANCO**, cujo titular é a **BENEFICIÁRIA**, doravante denominada **PRINCIPAL**, no valor correspondente ao das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

Parágrafo Primeiro

A Caução instituída no "capítulo" desta cláusula é regida pelas disposições dos

Artigos 761 e seguintes do Código Civil brasileiro bem como pelos Artigos 271 e seguintes do Código Comercial brasileiro e será, contínua e ininterruptamente, imposta sobre todas as Receitas que se relacionam à **BENEFICIÁRIA** e às **CONTAS PRINCIPAL E RESERVA** até a amortização final e completa da dívida garantida aos **FINANCIADORES** juntamente com quaisquer possíveis acréscimos.

Parágrafo Segundo

A **BENEFICIÁRIA** transfere a posse do saldo existente nas **CONTAS PRINCIPAL E RESERVA** aos **FINANCIADORES**, pelo constituto possessório.

TERCEIRA

2o. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto

CONTA PRINCIPAL

Obrigamos a **BENEFICIÁRIA** a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário a que se refere a Cláusula Segunda, exclusivamente em cobrança na conta corrente n.º 820.554-9 (doravante denominada **CONTA PRINCIPAL**), da Agência 0352, do **BANCO**.

Parágrafo Primeiro

Poderão os **FINANCIADORES**, a seu exclusivo critério, exigir a remessa de relatórios que comprovem que a totalidade da receita proveniente da prestação de serviço de transporte ferroviário, inclusive eventuais permutas de serviço e adiantamentos de frete por parte de clientes, estão sendo mantidos em cobrança na **CONTA PRINCIPAL**, bem como exigir da **BENEFICIÁRIA** a contratação de Auditoria Independente para realizar a aferição daqueles valores, devendo a empresa ser submetida à prévia aprovação dos **FINANCIADORES**.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de alguma fatura de serviço de transporte ferroviário ser paga diretamente à **BENEFICIÁRIA**, o produto da cobrança deverá ser depositado integralmente na **CONTA PRINCIPAL**.

QUARTA

PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA DECORRENTE DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

A cobrança do principal e encargos referentes aos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO** será feita mediante

Carla Gaspar Primavera
Advogada



4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 1988 3624852
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS



Avisos de Cobrança expedidos pelo **BNDES**, pela **BNDESPAR** e pelos **AGENTES FINANCEIROS**, com antecedência, para o **BANCO**, que por sua vez informará à **BENEFICIÁRIA**, transferindo o **BANCO** automaticamente os valores especificados nos Avisos de Cobrança para as contas correntes indicadas pelo **BNDES** e pelos **AGENTES FINANCEIROS**, visando liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

Parágrafo Primeiro

O não recebimento dos Avisos de Cobrança pelo **BANCO** não eximirá a **BENEFICIÁRIA** da obrigação de pagar as prestações de principal e os encargos nas datas estabelecidas nos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, bem como não eximirá o **BANCO** de efetuar a transferência prevista no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo

Se o **BANCO** não receber quaisquer dos Avisos de Cobrança em até 3 dias úteis antes do vencimento, ele deverá informar prontamente o ocorrido ao **BNDES**, à **BNDESPAR**, aos **AGENTES FINANCEIROS** e à **BENEFICIÁRIA**, solicitando seja-lhe informado os valores a serem transferidos e as contas para transferência. Em não recebendo o **BANCO** referidas informações até o dia útil imediatamente anterior ao do pagamento, efetuará a transferência no valor e nas condições da última prestação, conforme as disposições da Cláusula Segunda procedendo a transferência de eventual diferença quando do recebimento da informação especificando os valores da respectiva prestação, sem prejuízo da cobrança oficial de juros, comissões e multa convencional e multas.

4º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 4170.378

QUINTA

AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E TRANSFERÊNCIA

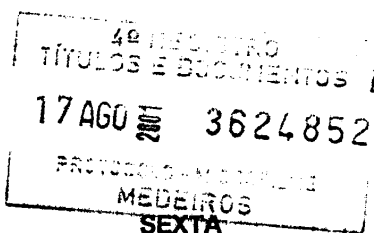
A **BENEFICIÁRIA** autoriza, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, o **BANCO**, na forma prevista na Cláusula Segunda, a reter e transferir da CONTA PRINCIPAL, por ordem do **BNDES**, da **BNDESPAR** e dos **AGENTES FINANCEIROS**, para as contas correntes por eles indicadas, a parcela do produto da cobrança da tarifa pela prestação do serviço de transporte ferroviário, conforme previsto no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, referida na aludida Cláusula Segunda, necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, nos montantes e prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Único

Caberá ao **BNDES**, à **BNDESPAR** e aos **AGENTES FINANCEIROS** informarem ao **BANCO**, mediante aviso de débito, o montante dos recursos a serem retidos e transferidos para as contas correntes indicadas.

BNDES

Carla Gaspar Primavera
Advogada



TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA RESERVA

A **BENEFICIÁRIA** autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o **BANCO** a transferir, da **CONTA**

PRINCIPAL, referida na Cláusula Segunda para a conta corrente nº 820.555-6, da Agência 0352, do **BANCO**, cujo titular também é a **BENEFICIÁRIA**, doravante denominada **CONTA RESERVA**, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, o valor equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**, facultada a sua aplicação financeira.

Parágrafo Primeiro

A transferência prevista nesta Cláusula será efetuada a partir de 01 de janeiro de 2004, como garantia da dívida, para que o saldo na **CONTA RESERVA** corresponda a 06 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

Francisco Firmino da Silva
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 1178.378

Parágrafo Segundo

previstas nesta Cláusula.

O **BNDES** informará ao **BANCO** os valores e as datas das transferências

Parágrafo Terceiro

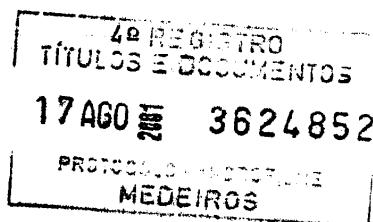
O saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior a que se refere o caput desta Cláusula será o somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos, e aplicações em títulos mobiliários, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, inclusive sob a forma de pagamentos de dividendos, juros sobre capital, juros e/ou principal de mútuos ou debêntures. Serão reduzidos dos referidos saldos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção da ferrovia.

SÉTIMA

UTILIZAÇÃO DA CONTA RESERVA

A **BENEFICIÁRIA** autoriza, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, o **BANCO**, em caso de insuficiência de saldo na **CONTA PRINCIPAL**, a transferir da **CONTA RESERVA** para a **CONTA PRINCIPAL** as importâncias necessárias ao pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

Carla Geopar Primavera
Advogada



7

Parágrafo Único

As importâncias transferidas deverão ser repostas no mês ou nos meses subseqüentes, conforme o caso, utilizando-se a regra disposta na Cláusula Sexta.

OITAVA**MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS PRINCIPAL E RESERVA**

As **CONTAS PRINCIPAL** e **RESERVA** serão movimentadas exclusivamente através de correspondências ou fac-símile, e a **RESERVA** utilizada unicamente para pagamento aos **FINANCIADORES**.

**Parágrafo Primeiro**

A **BENEFICIÁRIA** poderá transferir os valores depositados na **CONTA PRINCIPAL** para uma conta de livre movimento, com observância do disposto na Cláusula Sexta deste instrumento, sem necessidade de prévia autorização do **BNDES**, da **BNDESPAR** ou dos **AGENTES FINANCEIROS**, desde que esteja adimplente com suas obrigações.

Parágrafo Segundo

A **CONTA PRINCIPAL** será bloqueada quando do recebimento, pelo **BANCO**, de aviso enviado pelo **BNDES**, pela **BNDESPAR** ou pelos **AGENTES FINANCEIROS** informado da inadimplência da **BENEFICIÁRIA**, observando-se o disposto nas Cláusulas Quinta e Sétima.

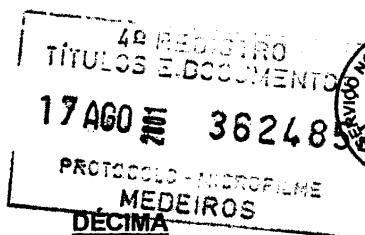
NONA

2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 1178.378

VEDAÇÃO DE VINCULAÇÃO

A **BENEFICIÁRIA** não poderá ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor, sobre a receita cedida na forma da Cláusula Segunda, exceto para o **BNDES**, para a **BNDESPAR** e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia objeto do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

BNDES
Carla Geopar Primavera
Advogada



8



OBRIGAÇÕES DO BANCO

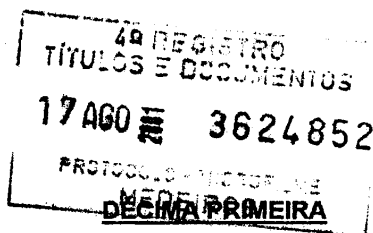
O **BANCO**, qualificado no preâmbulo deste Contrato, obriga-se a:

- I) informar imediatamente aos **FINANCIADORES** o descumprimento, por parte da **BENEFICIÁRIA**, de qualquer obrigação referente à caução de receita prevista na cláusula primeira;
- II) não acatar ordem, seja dos **FINANCIADORES** ou da **BENEFICIÁRIA**, no que se refere à cessão ou à caução de receita, em desacordo com este Contrato, sem a anuência por escrito das demais partes;
- III) promover a retenção e transferência dos valores depositados nas Contas **PRINCIPAL** e **RESERVA**, após informação dos **FINANCIADORES** conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos neste contrato para assegurar a vinculação e a caução da receita;
- IV) apresentar aos **FINANCIADORES**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação, extratos das contas **PRINCIPAL** e **RESERVA**.
- V) sem prejuízo do disposto no Parágrafo Único da Cláusula Setima, na hipótese de insuficiência de recursos na **CONTA RESERVA**, transferir para os **FINANCIADORES** os recursos de forma proporcional aos saldos devedores da **BENEFICIÁRIA** perante cada um dos **FINANCIADORES**, conforme informado pelos mesmos.
- VI) investir os recursos depositados nas contas **PRINCIPAL** e **RESERVA**, de acordo com as instruções recebidas da **BENEFICIÁRIA**, somente em instituições financeiras de primeira linha, por prazos compatíveis com os vencimentos das obrigações decorrentes dos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO** e em investimentos que assegurem no mínimo a manutenção do capital inicialmente investido.

Parágrafo Único

Ressalvadas as obrigações ora assumidas, o **BANCO** fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA** nos **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**.

BNDES
Carla Gaspar Primavera
Autogada



PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELO BANCO

Na hipótese de descumprimento pelo BANCO de quaisquer das suas obrigações previstas neste Contrato, sujeitar-se-á ao pagamento de indenização ao BNDES, à BNDESPAR e/ou aos demais AGENTES FINANCEIROS, conforme o caso, pelos danos advindos desse fato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DÉCIMA SEGUNDA

SUBSTITUIÇÃO DO BANCO

O BANCO poderá ser substituído, por determinação do BNDES ou da BNDESPAR ou dos demais AGENTES FINANCEIROS, ou após suas anuências, permanecendo entretanto no exercício de suas funções até que o novo banco tenha celebrado um termo de adesão ao presente Contrato, através do qual se sub-rogará nos direitos e obrigações do UNIBANCO.

DÉCIMA TERCEIRA

REGISTRO

A BENEFICIÁRIA deverá registrar este Contrato e qualquer posterior aditamento, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectiva data de assinatura. A BENEFICIÁRIA arcará com todos as despesas de registro.

2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 3178.378

DÉCIMA QUARTA

PRAZO

Este Contrato permanecerá em vigor a partir da presente data, e até a liquidação integral de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, dos quais passa a fazer parte integrante.

DÉCIMA QUINTA

RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, que não tenham sido alteradas ou tornadas sem efeito por força deste Contrato.

Jaeger Primavera
Advogada

Cartório do 2º Ofício de Notas, Travessa do Buvidor, 21 B
Centro, Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por
semelhança as firmas de: JOSE MAURO METRAU CARNEIRO DA CUNHA
24463729720, OCTAVIO LOPES CASTELLO BRANCO NETO 05524034820,
ELFAZAR DE CARVALHO FILHO 3824781078 e WALLIN CRUZ DE
VASCONCELOS JUNIOR 54471826700
Mo: 21174
Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2001. Conf. por: 8.68
Em testemunho da verdade. Serventia: 1.72
Total: 10.40
Paulo Usias - Substituto

Av. Nova Independência, 51 Fone: 5506.5744
VALIDO SOMENTE EM RELACAO A AUTENTICIDADE
RECONHECIDA POR SEMELHANÇA 0002 FIRMAS DE:
001-CLAUDIO DOS SANTOS E 001-JOSE CARLOS
ZIVIERI
SAO PAULO, 17 DE AGOSTO DE 2001.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
PAULO PELLAN-ESC. AUTORIZ.
Custas: *****3,66
Lab: 1697744
Selo: 1480.AA082258

4º REG. N.º 1AW99630
TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 2001 3624852
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS
DÉCIMA SEXTA



FORO

Fica eleito o foro da Comarca da
Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer
dúvida ou controvérsia relativa ao presente instrumento, independentemente de
qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Carla Gaspar
Primavera, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o
assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 06 (seis) vias,
de igual teor para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2001.

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Jose Mauro Metrau Carneiro da Cunha
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES

Eliazar de Carvalho Filho
Diretor Presidente em Exercício do
BNDESPAR

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Adhemar T. Kajita
Diretor

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Learte Garcia Bueno
BANCO BRADESCO S.A.

CLAUDIO DOS SANTOS
BANCO BMC S.A.

ANTONIA ROMILDA DA SILVA
RG: 5296.781-SP

ANTONIO CESAR FORREIRA
RG: 5296.781-SP

PRIVATIVO DE REGISTRO DE TÍTULOS DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Rua Comendador Costa, 863 - Fone: (0XX65) 322-9609 - Fax: (0XX65) 321-9054
Tabelião/Registador: Glória Alice Ferreira Baston
www.primeirooficio.com.br - e-mail: registro@primeirooficio.com.br

Averbado ao Prot. 163773 e Reg. 140178
Protocolo.: 288054 Registro.: 280148
Cuiabá - MT, 16/08/2001
Em testemunho da verdade.

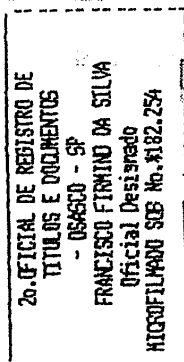
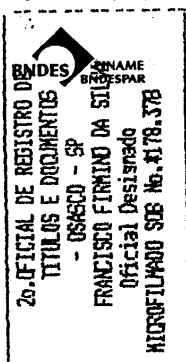
Carla Gaspar Primavera
Advogada

EMOLUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES
OBRIGATORIAS RS 204.53

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

20 AGO 2001 659162

1º
2º
3º
4º
5º
6º
7º
8º
9º
10º
11º
12º
13º
14º
15º
16º
17º
18º
19º
20º
21º
22º
23º
24º
25º
26º
27º
28º
29º
30º
31º
32º
33º
34º
35º
36º
37º
38º
39º
40º
41º
42º
43º
44º
45º
46º
47º
48º
49º
50º
51º
52º
53º
54º
55º
56º
57º
58º
59º
60º
61º
62º
63º
64º
65º
66º
67º
68º
69º
70º
71º
72º
73º
74º
75º
76º
77º
78º
79º
80º
81º
82º
83º
84º
85º
86º
87º
88º
89º
90º
91º
92º
93º
94º
95º
96º
97º
98º
99º
100º



4o REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
31 JAN 83 4228255



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3o OFÍCIO

-5FEV 83 72027

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

ADITIVO N.º 1 AO CONTRATO DE CAUÇÃO DE RECEITA E OUTROS PACTOS, CELEBRADO ENTRE A FERRONORTE S/A - FERROVIAS NORTE BRASIL, O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., O BANCO BRADESCO S.A., O BANCO BMC S.A., A BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR E A PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, COM A INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA FORMA ABAIXO:

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Av. Getúlio Vargas nº 1.300, 2º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 24.962.466/0001-36, doravante designada simplesmente **BENEFICIÁRIA**, por seus representantes ao final assinados;

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante designado simplesmente **BNDES**, por seus representantes ao final assinados;

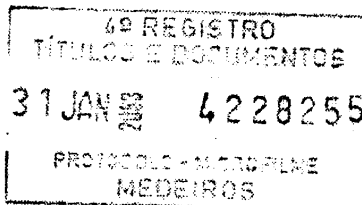
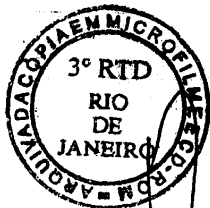
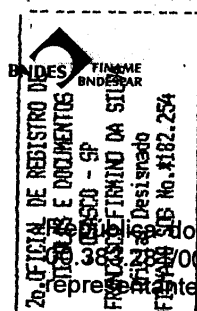
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso, nº 891, inscrito no CNPJ sob nº 33.700.394/0001-40, doravante designado simplesmente **UNIBANCO**, na qualidade de Financiador, e/ou **BANCO**, na qualidade de interveniente - exercendo as funções de Banco Arrecador, por seus representantes ao final assinados;

BANCO BRADESCO S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, doravante designado simplesmente **BRADESCO**, por seus representantes ao final assinados;

BANCO BMC S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 24º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 07.207.996/0001-50, doravante designado simplesmente **BMC**, por seus representantes ao final assinados;

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR, sociedade por ações, subsidiária integral do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida

adferro.doc



do Chile, nº 100/19º e parte do 20º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 08.383.228/0001-09, doravante designada simplesmente **BNDESPAR**, por seus representantes ao final assinados, e

PENTÁGONO S/A DTVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.333 - Salas 307/308/309 - Barra da Tijuca, inscrito no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures conversíveis da **BENEFICIÁRIA**, doravante designada simplesmente **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por seus representantes ao final assinados

FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Designado
MICROFILMADO SOB No. 178.378

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A **PENTÁGONO S/A DTVM** foi nomeada Agente Fiduciário da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da série única da **BENEFICIÁRIA**, através da Escritura Particular de Emissão de Debêntures firmada em 14.08.1997;
- (b) As atribuições e deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO** para com a comunhão dos debenturistas da emissão a que se refere a letra (a); e
- (c) As deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da série única da **BENEFICIÁRIA**, realizada em 05 de setembro de 2001, especialmente o item VI. II; e
- (d) Se faz necessária a inclusão da **PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.**, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representante da comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da série única da **BENEFICIÁRIA**, no **CONTRATO** ora aditado, com poderes reconhecidos pelos **FINANCIADORES** e pela **BENEFICIÁRIA**, na forma retratada na Escritura de Emissão de Debêntures, firmada em 14.08.1997, para executar a caução, objeto do referido **CONTRATO**, em caso de inadimplemento da **BENEFICIÁRIA**, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das debêntures da referida emissão, em decorrência da garantia adicional oferecida às debêntures no **CONTRATO** acima referido.

Resolvem as partes contratantes aditar o Contrato de Caução de Receita e outros Pactos, celebrado, por instrumento particular, em 14 de agosto de 2001, com interveniência de terceiro, registrado em 20 de agosto de 2001, sob o nº 659162, no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 2001, sob o nº 3624852, no 4º Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, e em 16 de agosto de 2001, sob os nºs 79.323 da página 0215 e AV1 à margem da Matrícula nº 7.291 às fls. 240 do Livro 3P, no 2º Serviço Notarial e Registral da 1ª Circunscrição de Cuiabá - Mato Grosso, e em 17 de agosto de 2001, sob o nº 178.378, no 2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco - São Paulo, designado simplesmente **CONTRATO**, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]

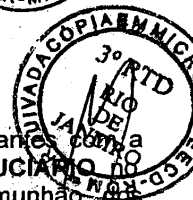
[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]
Rita Maria T. Pedro da Cunha
Advogada

[Assinatura manuscrita]

BND
FINAME
N.º 12.345
OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Designado
MICROFILMADO SOB No. 1182.254

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
31 JAN 2002 4228255
PROCESSO - INTERFILME
CLÁUSULA PRIMEIRA



INCLUSÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Acordam as partes contratantes, com a
inclusão do **AGENTE FIDUCIÁRIO** no

Contrato ora aditado para, na qualidade de representante da comunhão dos
debenturistas da 1ª emissão de debêntures da **BENEFICIÁRIA**, desempenhar os
deveres e funções que lhes foram atribuídos através da Escritura de Emissão, de
14.08.97, em especial, a de promover a execução da garantia constituída na forma da
CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato ora aditado, na hipótese de inadimplemento da
BENEFICIÁRIA de quaisquer obrigações decorrentes da Escritura da 1ª emissão de
debêntures.

SEGUNDA

RATIFICAÇÃO

São ratificadas, neste ato, pelas partes
contratantes e pelo Interventente todas as

Cláusulas e Condições do CONTRATO ora aditado, não alteradas pelo presente
aditivo, não importando o presente em novação.

TERCEIRA

20. OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Designado
MICROFILMADO SOB No. 1178.378

REGISTRO

Obriga-se a **BENEFICIÁRIA** a proceder à
averbação deste Aditivo à margem dos
registros mencionados no preâmbulo deste instrumento, reservado aos
FINANCIADORES o direito de considerar vencido antecipadamente o **CONTRATO**,
caso tais averbações não lhe sejam comprovadas no prazo de 60 (sessenta) dias,
contado desta data.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Rita Maria Teresa
Pedro da Cunha, advogada do BND, por autorização dos representantes legais que
o assinam.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 07 (sete) vias,
de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2002.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Rita Maria Teresa Pedro da Cunha
advogada

CERTIFICADO MAIS que o presente documento
Ata-9 averbado à margem do registro sob
o nº 328255 do Livro C-37
Data 18/12/2002

2.º Cartório de Notas de Osasco
Bel. Antonio C. Cunha
Delegado Notarial
Rua Cleonice Laves, 95 - F. 381-0532/3681-7246
Reconheço () Firma () Semelhança
Francisco Firmino da Silva
18 OUT 2002

Adriana Pacheco Simplicio
Escritor Autorizada
Fone: 3661-0532



2o. OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Designado
MICROFILMADO SOB No. 1178.378

2o. OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Designado
MICROFILMADO SOB No. 1178.254

SP 328255
SP 328255



PRIVATIVO DE REGISTRO DE TÍTULOS DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Rua Comandante Costa, 663 - Fone: (0XX65) 322-8606 - Fax: (0XX65) 321-9084
Tabela/Registradora: Glória Alice Ferreira Bartoli
www.primeirooficio.com.br - e-mail: registro@primeirooficio.com.br

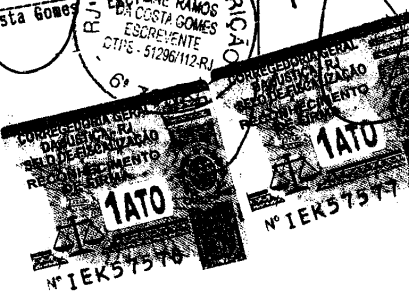
Prot. 312008 - Reg. 285906 - Abá-MT, 16/12/2002
Averbado ao Prot. 285906 - Reg. 280146
Reg. por Renir Aparecida dos Santos - Fimol R\$ 44,95
Em testemunho de *Renir Aparecida dos Santos* de verdade.
Renir Aparecida dos Santos - ESCRIV. AUTORIZADA

19 TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO PAULO
TABELIAO FALLEIROS
Av. Rebouças, 3.749 Fone: 3815.9835 - SP
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA/0002 FIRMA DE:
1001 ADENAR TOSHIMASSA KAJITA E 001
FLAVIO DELFINO JUNIOR
SÃO PAULO, 18 de OUTUBRO de 2002.
EM TEST. *ARINSP*
VALTER LUIS PEREIRA
ESCREVEMTE AU
Emolumentos SP 4228255
VALIDO SOMENTE PARA AUTENTICIDADE
Carimbo: 778181

3.º OFÍCIO-REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Glândia, 92/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro-RJ
Registrado em microfilme e cd-rom sob o nº de ordem e
data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO.

Adriana Pacheco Simplicio
Escritor Substituta
Cristina M. L. Marques de Silva
Ricardo V. Moura de Amorim

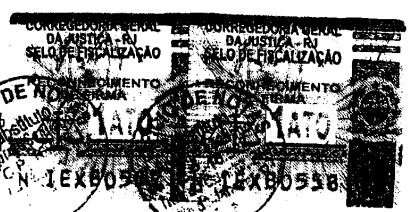
124 C.R.C.P.N. - Tabelionato. Av. das Américas, 3939 - Bloco 1
Loja M. Barra. Tabelião: JORGE FRANCISCO CORREIA. Reconheço por
semelhança as firmas de: MAURICIO DA COSTA RIBEIRO e MARCO AURELIO
MACHADO FERREIRA
No: 29289
Rio de Janeiro 29 de Outubro de 2002. Conf. por:
Em testemunho de *Viviane Ramos da Costa Gomes* de verdade.
Viviane Ramos da Costa Gomes
Escritor Substituta
C.R.C.P.N. 51296/112-RJ



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
Tel: 3241-0033 CEP 01008-010 - Centro
Apresentado hoje, protocolado e registrado
em microfilme sob nº: 4228255
Averbado no registro primitivo nº 324852/01
São Paulo, 31 JAN 2003

Emol.: 32,64
Estado/RCTJ: 12,71
Ipsesp.: 6,82
TOTAL: 52,17

Cartório do 219 Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por
semelhança as firmas de: BEATRIZ AZEREDO DA SILVA, MARIZA
SIANNINI, ISAC BOFFE ZAGURY e DARLAN JOSE DOREA SANTOS
No: 23349
Rio de Janeiro, 05 de Dezembro de 2002. Conf. por:
Em testemunho de *Rodrigo Santiago* da verdade. Serventia
20% P. Judiciário:
Total



TÍTULOS E DOCUMENTOS !

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
31 JAN 2003 4228255

5 FEV 2003 7202731

ARQUIVADO EM MICROFILME
FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Mariza Glennini
Diretora

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Beatriz Azeredo
Diretora

Isaac Zagury
Diretor-Superintendente
Adhemar
Diretor

18 OUT. 2002

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

BANCO BRADESCO S.A.
Luerte Garcia Bueno
Cezar Figueiredo
Superintendente

BANCO BMC S.A.

MAURICIO DA COSTA RIBEIRO
DIRETOR

PENTÁGONO S/A DTV
MARCOS AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador

TESTEMUNHAS

Paula Mirri Figueiredo
RG 24.444.534-5
CPF 013.817.037-41

Antonio Edson Ferreira
CPF = 518.665.448-53

SP 168.612.038/16

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula da Análise da Agência de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fitch Atlantic Atribui Rating Nacional ‘CCC(bra)’ à 5ª Emissão de Debêntures da Feronorte

Chicago/Rio de Janeiro/São Paulo, 26 de fevereiro de 2004 – A Fitch Atlantic Ratings atribuiu hoje o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo ‘CCC(bra)’, com Perspectiva Estável, à quinta emissão de debêntures da Feronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil.

O rating baseia-se, entre outros fatores, no elevado volume de dívidas apresentado pelo Grupo Brasil Ferrovias, frente à atual geração operacional de caixa. O grupo engloba, principalmente, a holding controladora Brasil Ferrovias S.A. e três empresas do setor de transporte ferroviário (Feronorte, Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Ferrovia Novoeste S.A.). Também foram considerados como pontos de risco a necessidade de obtenção de novos recursos para a realização dos investimentos, objetivando o crescimento das quantidades transportadas, e a elevada concentração de receita no transporte de soja e derivados. Como pontos favoráveis, destacam-se o acentuado crescimento que a Feronorte vem obtendo nas quantidades transportadas, com perspectivas de incremento; a alta competitividade do setor ferroviário no transporte em longas distâncias; a capacidade de parte dos acionistas em prestar auxílio financeiro para o grupo, em momentos de baixa liquidez; e o apoio financeiro que vem sendo dado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) no desenvolvimento da Feronorte.

A dívida da Brasil Ferrovias, em setembro de 2003, estava elevada, enquanto a geração operacional de caixa consolidada do grupo era insuficiente para fazer frente às obrigações com terceiros. Até o terceiro trimestre de 2003, apenas o EBITDA da Feronorte foi positivo. Esta situação não possibilita ao grupo honrar a totalidade dos compromissos, acarretando a necessidade de constantes renegociações e a existência de obrigações vencidas com o governo e demais credores.

A emissão de debêntures faz parte da estratégia do grupo de liquidar obrigações de curto prazo, utilizando funding mais compatível com a sua perspectiva de geração de caixa. Os acionistas do grupo estão buscando soluções para equacionar o problema de liquidez, sendo que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e a Fundação dos Economistas Federal (Funcef) já manifestaram a intenção de adquirir parte destas novas debêntures. Os recursos destes acionistas, no total de BRL54 milhões, já foram antecipados através da compra de notas promissórias (terceira e quarta emissões), em fevereiro de 2004. A intenção da emissora é que estas duas operações sejam liquidadas com a emissão das debêntures. A reestruturação financeira pode incluir, também, a conversão em capital de parte da dívida pelo BNDES, que passaria a ser acionista. A solicitação de refinanciamento de obrigações fiscais vencidas já está em curso e, caso se confirme a entrada dos recursos das notas promissórias e das debêntures a serem lançadas no mercado, os mesmos deverão ser utilizados, principalmente, para honrar compromissos vencidos e, assim, possibilitar o pedido de novos recursos ao BNDES. Os pontos contemplados no plano de reestruturação serão monitorados pela Fitch Atlantic. A concretização de cada item poderá impactar o rating, visto que os mesmos, apesar de a princípio serem considerados positivos, ainda carecem de maior evolução que justifique uma melhora na classificação de risco. Entretanto, o atraso ou retrocesso nas negociações em curso reduzirá as expectativas atuais, trazendo reflexos negativos para o rating.

A competitividade do setor ferroviário no transporte a longas distâncias faz com que haja perspectivas favoráveis de crescimento dos serviços prestados pelo Grupo Brasil Ferrovias. Este crescimento, associado a uma rentabilidade satisfatória, poderá gerar um incremento dos recursos operacionais obtidos. No caso específico da Feronorte, a demanda continua maior do que a sua capacidade operacional. Nesta ferrovia, que faz parte do eixo de ligação entre a Região Centro-Oeste e o Porto de Santos, o transporte saiu de 1,4 milhão de toneladas úteis transportadas em 2000 para mais de 5 milhões em 2003.

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 514 01418-100 – São Paulo- SP – Brasil- Tel./Fax: (5511) 2823177

RIO DE JANEIRO

Rua Sete de Setembro, 99, 25 26º andares- 20050-005 – Rio de Janeiro- RJ – Brasil- Tel.: (5521) 22245558 – Fax: (5521) 25091551

1

FitchAtlanticRatings

A soja apresenta grande representatividade no faturamento da Ferronorte, da Ferroban e da Novoeste, sendo acima de 90%, no caso da Ferronorte. Apesar de haver expectativas favoráveis de crescimento da safra da soja nos próximos anos, isto torna-se um risco, caso haja algum problema com a produção ou com os preços deste produto.

O incremento dos serviços de transporte prestados pelas ferrovias depende de investimentos na melhoria das condições da malha ferroviária e na ampliação da capacidade de transporte. Para tal, é necessário que haja fontes de recursos suficientes para estes investimentos, estimados em BRL350 milhões, a serem dispendidos no prazo de três anos. O BNDES e a ADA têm fornecido apoio financeiro ao grupo e espera-se que parte desta necessidade seja proveniente do próprio BNDES. A entrada de novos financiamentos tende a agravar a situação da dívida do Grupo Brasil Ferrovias, atualmente muito elevada.

A emissão de debêntures não conversíveis em ações, no valor de BRL180 milhões, será realizada em duas séries, sendo a primeira série no montante de BRL60 milhões e a segunda de BRL120 milhões. O prazo das debêntures é de seis anos, a contar da data da emissão, em 3 de dezembro de 2003, com vencimento final em 3 de dezembro de 2009. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado anualmente, em quatro parcelas iguais, devidas no dia 3 de dezembro dos anos de 2006 a 2009. As remunerações serão pagas semestralmente, a partir de 3 de dezembro de 2006. No caso da primeira série, estas serão baseadas na taxa média dos Depósitos Interbancários de um dia (CDI), acrescida do spread de 5% ao ano. Na segunda série, a remuneração será de 122% do CDI. As debêntures serão da espécie quirografária, contando com garantia de fiança da Brasil Ferrovias.

A Ferronorte atua no transporte ferroviário, possuindo 506 Km de malha ferroviária ligando as cidades de Alto Araguaia (MT) e Santa Fé do Sul (SP), e acessa o maior centro produtor agrícola do país, no Estado do Mato Grosso. A empresa foi constituída em 1988, mas iniciou a sua operação em 2001. A Ferronorte é controlada pela Brasil Ferrovias, detentora de 99,1% das ações ordinárias. Esta, por sua vez, tem o seu capital votante distribuído, principalmente, entre a Previ (20,7%), Funcef (20,7%), Constran S.A. Construções e Comércio (18,5%), Laif V, LLC (17,6%) e JP Morgan (11,9%). A Constran é uma empresa do Grupo Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes, enquanto o Laif V é um fundo de investimento, do qual participam a GE Capital e a Seguradora AIG.

O Relatório Analítico da quinta emissão de debêntures da Ferronorte S.A – Ferrovias Norte Brasil estará disponível no site www.fitchratings.com.br ou www.fitchatlanticratings.com.br

Contatos: Mauro Storino, 55-21-4503-2625 ou Ricardo Carvalho, 55-21-4503-2627, Rio de Janeiro.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro.

Nota aos Editores:

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.

A Fitch Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 514 01418-100 – São Paulo- SP- Brasil- Tel./Fax: (5511) 2828177

RIO DE JANEIRO

Rua Sete de Setembro, 99, 26º andar- 20050-005 – Rio de Janeiro- RJ- Brasil- Tel.: (5521) 2224558 – Fax: (5521) 25091551

2

5.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31/12/2002) - Emissora

Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Emissora

Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Emissora

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31/12/2002) - Garantidora

Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Garantidora

Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31.12.2002) - Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 01530-0	2 - Denominação Social FERRONORTE S.A. FER. NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36	4 - NIRE
---------------------------	---	--------------------------------	----------

01.02 - SEDE

1 - Endereço Completo R. Historiador R. Mendonça, 2.000 sala 308	2 - Bairro ou Distrito Bosque da Saúde	3 - CEP 78045-690	4 - Município Cuiabá	5 - UF MT
6 - DDD 65	7 - Telefone 644-7448	8 - Telefone -	9 - Telefone -	10 - Telex -
11 - DDD 65	12 - Fax 644-7448	13 - Fax -	14 - Fax -	15 - E-mail ferronorte@ferronorte.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome Alberto Mendes Tepedino		2 - Endereço Completo Rua Sales de Oliveira, 1.028			3 - Bairro ou Distrito Vila Industrial	
4 - CEP 13035-270	5 - Município Campinas	6 - UF SP	7 - DDD 19	8 - Telefone 3735-3146	9 - Telefone -	10 - Telefone -
11 - Telex -	12 - DDD 19	13 - Fax 3735-3693	14 - Fax -	15 - Fax -	16 - E-mail tepedino@brasilferrovias.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA/AUDITOR

Exercício	1 - Data de Início do Exercício Social	2 - Data de Término do Exercício Social	
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002	
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001	
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000	
4 - Nome/Razão Social do Auditor KPMG Auditores Independentes	5 - Código CVM 00418-9	6 - Nome do Responsável Técnico Alberto Bressan Filho	7 - CPF do Resp. Técnico 924.258.108-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - 31/12/2002	2 - 31/12/2001	3 - 31/12/2000
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	378.036	351.977	350.566
2 - Preferenciais	16.727	705	0
3 - Total	394.763	352.682	350.566
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - Tipo de Empresa Empresa Comercial, Industrial e Outras	2 - Tipo de Situação Operacional	3 - Natureza do Controle Acionário Privada Nacional
4 - Código Atividade 1230000 - Transportes	5 - Atividade Principal Construção e expl. de vias férreas, transp. ferroviário	6 - Tipo de Consolidado Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Item	2 - CNPJ	3 - Denominação Social
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - Item	2 - Evento	3 - Aprovação	4 - Provento	5 - Início Pagto.	6 - Tipo Ação	7 - Valor do Provento p/Ação
----------	------------	---------------	--------------	-------------------	---------------	------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - Data 22/04/2003	2 - Assinatura
------------------------	----------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
1	Ativo Total	1.701.431	1.634.955	1.589.877
1.01	Ativo Circulante	76.798	49.201	78.561
1.01.01	Disponibilidades	21.471	10.228	49.915
1.01.01.01	Caixa/Bancos	12.855	598	136
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	8.616	9.630	49.779
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	1.897	1.466	842
1.01.04	Outros	53.430	37.507	27.804
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	22.475	21.198	22.673
1.01.04.02	Créditos com Pessoas Ligadas	24.309	12.912	1.881
1.01.04.03	Outros Créditos	6.646	3.397	3.250
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.362	28.310	36.823
1.02.01	Créditos Diversos	2.077	303	54
1.02.01.01	Impostos a Recuperar	1.995	236	0
1.02.01.02	Outros Créditos	82	67	54
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.285	28.007	36.769
1.02.02.01	Com Coligadas	15.285	28.007	36.769
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	1.607.271	1.557.444	1.474.493
1.03.01	Investimentos	4.641	1.641	1.447
1.03.01.01	Participações em Coligadas	4.641	1.641	1.447
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.069.914	1.003.996	880.036
1.03.03	Diferido	532.716	551.807	593.010

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
2	Passivo Total	1.701.431	1.634.955	1.589.877
2.01	Passivo Circulante	239.347	141.289	59.600
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	64.398	78.127	44.789
2.01.02	Debêntures	11.421	0	0
2.01.03	Fornecedores	34.521	33.735	2.887
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	7.017	1.553	1.736
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	56.108	3.429	0
2.01.08	Outros	65.882	24.445	10.188
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	21.665	21.332	800
2.01.08.02	Outros Valores a Pagar	44.217	3.113	9.388
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.258.944	1.172.641	1.060.112
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	911.436	830.735	705.435
2.02.02	Debêntures	320.875	229.161	220.124
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	26.633	112.745	134.553
2.02.05.01	Adiantamento para Aumento de Capital	23.249	109.328	134.553
2.02.05.02	Fornecedores	3.384	3.417	0
2.02.05.03	Outros Valores a Pagar	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	203.140	321.025	470.165
2.05.01	Capital Social Realizado	624.089	496.294	491.004
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/Dividendos não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(420.949)	(175.269)	(20.839)

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a	01/01/2001 a	01/01/2000 a
		31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	245.416	133.097	40.710
3.02	Deduções da Receita Bruta	(11.008)	(4.872)	(2.894)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	234.408	128.225	37.816
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(312.934)	(197.604)	(75.989)
3.05	Resultado Bruto	(78.526)	(69.379)	(38.173)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(167.680)	(98.545)	17.334
3.06.01	Com Vendas	(2.100)	(1.121)	(1.280)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(17.438)	(9.976)	0
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(16.875)	(9.427)	0
3.06.02.02	Honorários da Administração	(563)	(549)	0
3.06.03	Financeiras	(150.584)	(93.959)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	9.383	4.520	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(159.967)	(98.479)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.393	7.008	19.075
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.526)	(497)	(461)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(425)	0	0
3.06.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(20)	0	0
3.06.06.02	Provisão p/Perda Investim. Controlada	(405)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(246.206)	(167.924)	(20.839)
3.08	Resultado não Operacional	526	13.495	0
3.08.01	Receitas	4.944	15.763	0
3.08.02	Despesas	(4.418)	(2.268)	0
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(245.680)	(154.429)	(20.839)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(245.680)	(154.429)	(20.839)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	394.763	352.682	350.566
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(622,34809)	(437,87038)	(59,44387)

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a	01/01/2001 a	01/01/2000 a
		31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
4.01	Origens	227.310	126.101	232.882
4.01.01	Das Operações	(62.618)	13.902	4.294
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(245.680)	(154.429)	(20.839)
4.01.01.02	Vls. que não Repr. Mov. Cap. Circulante	183.062	168.331	25.133
4.01.01.02.01	Depreciação	31.787	30.629	25.133
4.01.01.02.02	Amortização	57.646	48.126	0
4.01.01.02.03	Variações Monetárias de Longo Prazo	89.918	87.320	0
4.01.01.02.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	20	0	0
4.01.01.02.05	Custo Residual do Ativo Perm. Baixado	3.691	2.256	0
4.01.02	Dos Acionistas	150.504	16.148	49.161
4.01.02.01	Aumento de Capital	127.795	5.290	5.290
4.01.02.02	Adto. para Futuro Aumento de Capital	22.709	10.858	43.871
4.01.03	De Terceiros	139.424	96.051	179.427
4.01.03.01	Diminuição do Realizável a Longo Prazo	19.638	0	0
4.01.03.02	Aumento do Exigível a Longo Prazo	119.786	96.051	179.427
4.02	Aplicações	297.771	237.150	174.389
4.02.01	Investimentos	3.021	194	1.000
4.02.02	Imobilizado	100.082	155.050	20.714
4.02.03	Diferido	39.869	29.107	139.284
4.02.04	Realizável a Longo Prazo	8.689	27.571	13.391
4.02.05	Transferência do ELP para o Circulante	37.322	25.228	0
4.02.06	Diminuição do ELP para o Patrim. Líquido	108.788	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(70.461)	(111.049)	58.493
4.04	Variação do Ativo Circulante	27.597	(29.360)	24.066
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	49.201	78.561	54.495
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	76.798	49.201	78.561
4.05	Variação do Passivo Circulante	98.058	81.689	(34.427)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Exercício	141.289	59.600	93.253
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	239.347	141.289	58.826

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

Código	Descrição	Capital	Reservas	Reservas de	Reservas	Lucros/	Total
		Social	de Capital	Reavaliação	de Lucro	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	496.294	0	0	0	(175.269)	321.025
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	127.795	0	0	0	0	127.795
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(245.680)	(245.680)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	624.089	0	0	0	(420.949)	203.140

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001 (Reais Mil)

Código	Descrição	Capital	Reservas	Reservas de	Reservas	Lucros/	Total
		Social	de Capital	Reavaliação	de Lucro	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	491.004	0	0	0	(20.839)	470.165
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	5.290	0	0	0	0	5.290
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(154.430)	(154.430)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	496.294	0	0	0	(175.269)	321.025

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000 (Reais Mil)

Código	Descrição	Capital	Reservas	Reservas de	Reservas	Lucros/	Total
		Social	de Capital	Reavaliação	de Lucro	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	327.242	158.472	0	0	0	485.714
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	163.762	(158.472)	0	0	0	5.290
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(20.839)	(20.839)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	491.004	0	0	0	(20.839)	470.165

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos Auditores Independentes

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
FERRONORTE S.A. - Ferrovias Norte Brasil
Cuiabá - MT

1. Examinamos os balanços patrimoniais da FERRONORTE S.A. - Ferrovias Norte Brasil, levantados em 31 de dezembro de 2002 e 2001, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FERRONORTE S.A. - Ferrovias Norte Brasil, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

14 de fevereiro de 2003

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Bressan Filho
Contador CRC 1SP144380/O-7 S-MT

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da FERRONORTE S.A. - Ferrovias Norte Brasil submete à apreciação dos senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002.

Introdução

O ano de 2002 mostrou-se bastante desafiador para a FERRONORTE em diversos aspectos, neste que foi praticamente o segundo ano de operação da empresa. Entre os desafios ressalta-se a captura, rápida e eficazmente, de parte significativa dos ganhos de sinergia, advindos da integração das operações, da administração e da cultura organizacional da FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S.A. com as da FERRONORTE e outras empresas do grupo Brasil Ferrovias. Tal integração já era prevista no 'Memorando de Entendimentos' assinado em dezembro de 2001 pela Ferrobán e seus acionistas com a Ferrovia Centro Atlântica S/A, empresa do grupo Vale do Rio Doce e tornaram possível, em função da nova diretoria nomeada para a Ferrobán. Os ganhos de sinergia dos negócios da FERRONORTE e Ferrobán referem-se basicamente à redução de custos e ao desenvolvimento do corredor de exportação em bitola larga, que liga o Estado do Mato Grosso ao porto de Santos. Os investimentos em via permanente e terminais e a otimização do uso do pool de locomotivas e vagões, que fizemos em 2002 e faremos nos próximos anos, levarão ao aumento do valor das duas empresas para os acionistas.

Outros desafios importantes superados em 2002 foram o início das operações, no mês de maio, do terminal XXXIX no porto de Santos, desenvolvido pela FERRONORTE em conjunto com a Caramuru Alimentos, do trecho ferroviário que liga o terminal de Alto Taquari/MT ao município de Alto Araguaia/MT e do terminal de carga e descarga neste município. O terminal XXXIX localiza-se na margem direita do porto e apresenta atualmente capacidade estática de armazenagem de 135.000 toneladas de soja ou farelo de soja. O terminal de Alto Araguaia/MT conta com um armazém da FERRONORTE para carga de farelo de soja, com capacidade para 35.000 toneladas, um armazém da Cargill para grãos, com capacidade para 25.000 toneladas, um armazém da Galvani para fertilizantes com capacidade para 40.000 toneladas e um armazém da Solorríco para fertilizantes com capacidade para 22.000 toneladas. O desenvolvimento e operação destes terminais, além da maior eficiência na operação da Portofer, empresa que administra os serviços de transporte ferroviário dentro do ambiente do porto, permitiram a FERRONORTE reduzir os tempos de viagem e aumentar consideravelmente o volume transportado no ano.

O orçamento de 2002 previa um transporte de 5,5 milhões de toneladas úteis no ano e de fato conseguimos transportar um total de 4,8 milhões de toneladas úteis no período. Justifica-se a diferença basicamente na quantidade limitada de locomotivas e vagões e no tempo de viagem no trecho da Ferrobán. Um revés importante nas operações da FERRONORTE foi o acidente com um de seus trens em 23 de maio, na descida da serra do mar, perto de Santos/SP. As operações da ferrovia ficaram bastante prejudicadas por 10 dias e duas locomotivas e diversos vagões foram danificados. Por outro lado, as parcerias com grandes clientes para utilizarmos seus vagões e seus terminais de carga e descarga contribuiu em muito para chegarmos ao volume total expressivo de transporte no ano.

Outros fatos relevantes para a empresa ocorridos em 2002 foram a realização das 3ª emissão de debêntures (privada) em janeiro, o início da distribuição da 4ª emissão de debêntures (pública) em setembro, a renegociação das obrigações de curto-prazo, a criação da subsidiária Ferronorte Locadora de Vagões S.A. em fevereiro, a criação do cargo de controller, objetivando a gestão de custos e meios de controles da empresa, e a separação do capital preferencial da FERRONORTE em classe A, referente à participação direta do FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia, e classe B, referente às demais participações.

A administração da empresa entende ter dado passos importantes e decisivos em 2002, rumo ao crescimento do volume transportado e aumento de rentabilidade para este e para os próximos anos.

Resultado do Exercício

Durante o ano de 2002 a FERRONORTE transportou o volume total de 4.760 mil TU - toneladas úteis, equivalente a 6.174 milhões de TKU - toneladas quilômetro úteis, o que representa aumentos de 50% e 47% sobre o volume de TU e TKU transportado no ano de 2001, respectivamente.

TU - TONELADAS ÚTEIS

Soja -	64%
Faarelo -	22%
Adubo -	6%
Óleo diesel -	6%
Outros -	2%

O produto médio (receita líquida/TKU mil) foi de R\$ 37,93 em 2002, com uma variação positiva de 19% sobre o mesmo índice referente a 2001. O custo médio (despesa operacional/TKU mil) foi de R\$ 28,91, com uma variação positiva de 39% em relação ao mesmo índice referente a 2001. O índice de produtividade por empregado (TKU mil/# empregado) em 2002 foi de 10.404 TKU mil/empregado, o que representa um aumento de 6% em relação ao mesmo índice para o ano de 2001.

A receita bruta auferida com a prestação de serviços de transporte e serviços acessórios no ano de 2002 foi de 84% maior que em 2001. O custo dos serviços prestados em 2002 aumentou 58% em relação ao ano anterior e as despesas financeiras líquidas aumentaram 60%. Em 2002 o prejuízo acumulado no exercício equivaleu a 105% da receita líquida auferida no período, enquanto em 2001 o prejuízo acumulado no exercício equivaleu a 120% da receita líquida. A análise destes e outros dados confirmam que: a FERRONORTE conseguiu aumentar o volume transportado no ano muito mais do que cresceu o PIB - Produto Interno Bruto do Brasil, do Estado do Mato Grosso ou do que cresceu a safra de grãos na região Centro-Oeste, por exemplo; Na média os contratos de transporte foram melhor negociados e os fluxos melhor priorizados do que em 2001, pois a receita com serviço de transportes cresceu mais do que o volume transportado adicionado à inflação do ano ou à variação da taxa do dólar médio, por exemplo; e a operação da ferrovia foi mais rentável em 2002 do que em 2001, pois deu um prejuízo relativo menor, ou seja, a empresa deu mais um passo importante em direção ao ponto onde passará a gerar lucro ("break even point").

Investimentos

Durante o ano de 2002, foram investidos R\$ 97,3 milhões, dos quais R\$ 64,5 milhões em ativos relacionados direta ou indiretamente ao desenvolvimento e manutenção da via permanente e de terminais, R\$ 30,4 milhões na frota de vagões e locomotivas e R\$ 2,4 milhões em outros itens.

Plano de Negócios - Perspectivas

O orçamento da FERRONORTE para o ano de 2003 prevê o transporte de 6,4 milhões de toneladas úteis o que representará um aumento de 34%, sendo que a maior parte dos contratos já estão acertados. Para performar tal crescimento, a administração da empresa conta com a chegada de 18 locomotivas adquiridas nos Estados Unidos em 2002 e com a viabilidade de uma operação logística que utiliza um armazém no meio do corredor de exportação, para parte da carga originada no Estado do Mato Grosso, entre outras estratégias. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2003 a FERRONORTE espera iniciar as obras de construção do TGG - Terminal de Granéis do Guarujá, na margem esquerda do porto de Santos, para iniciar sua operação em 2004. Tal terminal, a ser desenvolvido em parceria com a Amaggi e Bunge, pretende ser o maior terminal graneleiro do Brasil e deverá movimentar 3,5 milhões de toneladas/ano, em sua primeira fase.

Balanço Social

A operação da FERRONORTE tem impactado positivamente e decisivamente nas regiões de sua influência. No Estado do Mato Grosso, a FERRONORTE é atualmente um dos maiores agentes indutores de geração de empregos e de impostos, dada a viabilização da logística de escoamento da produção de soja na região. O grupo Brasil Ferrovias, e dentro deste principalmente a FERRONORTE, está contribuindo decisivamente para incrementar as exportações de soja e derivados pelo porto de Santos (vide quadro desenvolvido pela empresa de mídia Retrato Imaginário). Espera-se que no porto de Santos as obras do TGG gerem cerca de 500 empregos. Quando em operação, o TGG irá a gerar cerca de 1.200 empregos diretos e indiretos.

Exportação de Soja pelo Porto de Santos - Participação da Brasil Ferrovias

<u>Ano</u>	<u>Aprox. Ton. Mil - Total</u>	<u>Aprox. Ton. Mil- Brasil Ferrovias</u>
1997	3.200	-
1998	3.800	-
1999	4.800	-
2000	5.000	2.700
2001	7.100	4.000
2002	8.700	5.100
2003 (prev.)	10.000	7.400

Informações sobre Serviços Prestados pelo Auditor Independente, que não sejam de Auditoria Externa

De acordo com a Instrução CVM 381 de 14 de janeiro de 2003, os serviços prestados pelo auditor independente, que não sejam de auditoria externa, estão relacionados a seguir:

Data da contratação:	07/06/2002
Prazo de duração:	15 dias
Indicação da natureza do serviço:	Revisão do modelo de avaliação econômica.
Valor dos honorários - R\$ mil:	93,3
Percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa:	115%

Comentários Finais

A Administração da FERRONORTE agradece a seus conselheiros, acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança demonstrados e, em especial, aos seus colaboradores, pela dedicação e esforço empreendidos.

Cuiabá-MT, 14 de fevereiro de 2003

A Administração

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Empresa tem por objetivo a construção e exploração de vias férreas, rodovias e hidrovias; a prestação de serviços de transportes ferroviários e rodoviários, a construção e exploração de terminais ferroviários, rodoviários, portuários de carga e descarga, de guarda e caução de produtos e mercadorias e outros tipos de terminais relacionados com os serviços de transporte; a operação portuária; a realização de edificações, estruturas e módulos pré-fabricados ou pré-modulados, e a exploração de atividades que sejam afins, conexas ou complementares às anteriores.

As perspectivas de crescimento do volume transportado e da lucratividade da Ferronorte nos próximos anos são bastante promissoras. Temos identificado uma grande demanda reprimida pelos serviços da Ferronorte na região Centro-Oeste e esperamos que ao final dos próximos 5 anos tenhamos dobrado o volume em toneladas transportado no ano 2002. Para aumentar a rentabilidade da Ferronorte, a administração da empresa atuará nos próximos anos bastante focada no aumento da produtividade dos ativos, o que deverá diminuir os tempos de viagem e de carregamento/ descarregamento de cargas, e na redução dos custos operacionais e das despesas financeiras. Com estas e diversas outras iniciativas, já em andamento, esperamos que a Ferronorte passe a gerar lucro para seus acionistas em 5 anos.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

c. Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

• Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

• Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. O custo dos estoques está baseado nos princípios do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques.

• Demais ativos Circulantes e Realizável a Longo Prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Permanente

• Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 5 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

• **Diferido**

Corresponde a gastos de implementação do projeto da ferrovia iniciado em 1992, registrados como despesas pré-operacionais. A amortização dos gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari - MT, ocorrerá em 10 anos a partir de março de 2001. O ativo diferido é contabilizado somente quando há um aumento dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

e. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3 Empresas Relacionadas

	<u>2002</u>	<u>2001</u>	
Ativo			
Circulante			
Ferrovia Novoeste S.A.	8.930	-	(A)
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	13.727	10.511	(B)
Feronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-	
Brasil Ferrovias S/A	195	2.345	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	433	-	
Outros	<u>24</u>	<u>56</u>	
Total	<u>24.309</u>	<u>12.912</u>	
Realizável a longo prazo			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	10.503	21.005	(B)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	<u>4.782</u>	<u>7.002</u>	(C)
Total	<u>15.285</u>	<u>28.007</u>	
Passivo			
Circulante			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	53.725	592	(D)
Ferrovia Novoeste S.A.	304	2.837	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	840	-	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	<u>1.239</u>	<u>-</u>	
Total	<u>56.108</u>	<u>3.429</u>	

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- (A) Transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas da Empresa interligada;
- (B) De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de Maio de 2001, a Empresa adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S/A. O saldo em 31/12/02 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;
- (C) Adiantamento para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;
- (D) Correspondente a transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receitas		
Ferromonte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-
Despesas e Custos		
Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A.	21.650	13.213 (E)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	5.580	5.943
Terminal XXXIX de Santos S.A.	2.302	-
Outras despesas operacionais		
Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A.	8.938	-

(E) Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

4 Investimentos

	Ferromonte Locadora de Vagões S.A.	Total	
		<u>2002</u>	<u>2001</u>
<i>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</i>			
Capital social	20		
Ações possuídas (mil)	20		
Quantidade de participação (%)	100		
Patrimônio líquido	(425)		
Valor contábil do investimento	<u>20</u>		
Resultado da equivalência	<u>(425)</u>		
Valor contábil do investimento ajustado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Investimentos avaliados pelo custo</i>			
Terminal XXXIX de Santos S.A.		3.194	194
Tenorte S.A.		400	400
Brazil Rail Partners III, L.L.C.		1.939	1.939
Brazil Rail Partners IV, L.L.C.		1.939	1.939
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.		1.000	1.000
Outros investimentos		47	47
Provisão para desvalorização (BRP III e IV)		<u>(3.878)</u>	<u>(3.878)</u>
		<u>4.641</u>	<u>1.641</u>
		<u>4.641</u>	<u>1.641</u>

A Ferromonte S.A. - Ferrovias Norte Brasil investiu nas empresas Brazil Rail Partners com o objetivo de participar nos estudos e projetos de viabilidade econômica da Ex-FEPASA (atualmente Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S/A). Entretanto, os resultados desses estudos não foram alcançados de maneira satisfatória que pudesse trazer realização futura.

5 Imobilizado

	Taxa média de depreciação (a.a.)	2002	2001
Infra e superestrutura	3,33 e 4	742.249	742.034
Vagões e veículos	3,33 a 20	148.519	118.156
Terminais, edifícios e dependências	4	30.113	29.706
Sinalização e telecomunicação	3,33	4.482	3.884
Instalações e equipamentos	10	5.085	4.512
Móveis e utensílios	10	419	370
Computadores e periféricos	10 a 20	2.625	959
Outros	-	404	311
		<u>933.896</u>	<u>899.932</u>
Depreciação acumulada		<u>(87.746)</u>	<u>(56.317)</u>
		<u>846.150</u>	<u>843.615</u>
Imobilizações em andamento		203.920	141.972
Terras		13.746	11.198
Adiantamento a fornecedores		3.335	4.448
Canteiro de Dormentes		<u>2.763</u>	<u>2.763</u>
		<u>1.069.914</u>	<u>1.003.996</u>

6 Diferido

	2002	2001
Fase I		
Despesas e receitas financeiras	1.093.076	1.094.050
Gastos de implantações pré-operacionais	165.831	165.831
Resultado da correção monetária de balanço	(683.140)	(683.140)
Amortização acumulada	<u>(105.773)</u>	<u>(48.162)</u>
	<u>469.994</u>	<u>528.579</u>
Fase II		
Despesas e receitas financeiras	41.186	9.557
Gastos de implantações pré-operacionais	<u>21.536</u>	<u>13.671</u>
	<u>62.722</u>	<u>23.228</u>
	<u>532.716</u>	<u>551.807</u>

Os gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari - MT, tiveram a amortização iniciada em março de 2001. Os gastos provenientes da fase II, que compreendem o trecho I, de 96 km entre Alto Taquari - MT e Alto Araguaia - MT, estão em fase final de conclusão.

7 Empréstimos e Financiamentos

	2002	2001
Moeda nacional		
Capital de giro - juros de 16 % a.a. mais variação do IGPM	53.245	40.137
De programas oficiais (BNDES) com juros de 1,5% aa. mais variação da TJLP	812.831	719.356
FINAME - juros de 4% a.a. mais variação da TJLP	95.932	98.544
Notas promissórias -juros de 105% da taxa do CDI a.a.	-	29.912
Moeda estrangeira		
Financiamento de importação de trilhos - com juros médios de 4,25% a.a.	<u>13.826</u>	<u>20.913</u>
	<u>975.834</u>	<u>908.862</u>
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>(64.398)</u>	<u>(78.127)</u>
Exigível a longo prazo	<u>911.436</u>	<u>830.735</u>

Os financiamentos em moeda nacional vencem entre 2002 e 2016 e os em moeda estrangeira a partir de 2002. Garantias - caução da totalidade das ações emitidas da Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil de propriedade da Controladora Brasil Ferrovias S.A. e caução da receita do projeto da obra.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
2003	-	37.650
2004	45.180	16.588
2005	33.232	29.956
2006	40.140	37.687
2007 até 2016	792.884	708.854
	<u>911.436</u>	<u>830.735</u>

8 Debêntures

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Primeira emissão	180.394	154.485
Segunda emissão	85.491	74.676
Terceira emissão	45.566	-
Quarta emissão	20.845	-
	<u>332.296</u>	<u>229.161</u>

Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	(11.421)	-
Exigível a longo prazo	<u>320.875</u>	<u>229.161</u>

A Primeira Emissão de Debêntures da Ferronorte - Emissão Pública

Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Ferronorte aprovou a 1ª emissão pública de 10 mil debêntures, conversíveis em ações ordinárias da empresa, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$10 mil e data de emissão em 1º de julho de 1997, totalizando R\$100 milhões. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESpar.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 2,5% ao ano acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil) a serem pagos semestralmente. A amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2002, 30% em julho de 2004 e 40% em junho de 2007. O prêmio seria de 4,5% sobre o saldo devedor, a ser pago junto com as parcelas de amortização.

No entanto, o aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da Ferronorte datado de 31 de setembro de 2001, em consonância com a Decisão nº DIR.071/2001 do BNDESpar, datada de 2 de agosto de 2001, alterou as características e condições das debêntures. As características determinadas no aditamento e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento de juros remuneratórios de 1,5% ao ano acima da TJLP, à capitalização dos juros incorridos entre julho de 1999 e dezembro de 2006, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, à data de vencimento das debêntures que passa a ser 30 de junho de 2016, à possibilidade de permuta das debêntures por ações ordinárias da Ferropasa - Ferronorte Participações S/A (hoje, Brasil Ferrovias S/A) a critério dos debenturistas e à programação de pagamento do prêmio, que passa a referir-se às receitas líquidas da Ferronorte no período de 2001 a 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passam a ter uma garantia adicional referente à caução de parte do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte, conforme previsto no contrato de concessão da Ferronorte.

A Segunda Emissão de Debêntures da Ferronorte - Emissão Privada

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 60 milhões de debêntures simples, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$60 milhões, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 parágrafo 4º, Art. 1º da Lei 9.808 de 20/07/1999, com redação dada pela MP 199-15 de 14/12/1999 e demais disposições legais aplicáveis. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia- FINAM, conforme autorização da SUDAM (hoje, ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia) contida no Ofício SAO/DAÍ nº 093/00, de 22/02/2000. As debêntures conferem ao seu titular direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias.

A Terceira Emissão de Debêntures da Ferronorte - Emissão Privada

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 40 milhões de debêntures conversíveis em ações, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$40 milhões, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 e demais disposições legais aplicáveis. As debêntures conferem aos seus titulares direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. O prazo para conversão das debêntures em ações é de 1 ano, a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo FINAM, conforme autorização da SUDAM contida no Ofício nº 666, de 28/12/2001, do Ministério de Integração Nacional.

A Quarta Emissão de Debêntures da Ferronorte - Emissão Pública

A 4ª emissão de debêntures da Ferronorte foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 08 de fevereiro de 2002 e teve suas condições e características alteradas conforme as deliberações nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 01 de abril de 2002, de 03 de junho de 2002, de 10 de julho de 2002, de 03 de setembro de 2002 e de 26 de dezembro de 2002. Esta emissão foi previamente submetida à CVM - Comissão de Valores Mobiliários e registrada sob o n.º CVM/SRE/DCA/2002/002, em 17 de setembro de 2002 e o iniciou-se a distribuição pública em 18 de setembro de 2002. Em 06 de dezembro de 2002 a distribuição destas debêntures foi suspensa *sine die*, em virtude das alterações realizadas no cronograma de pagamentos de amortização e juros remuneratórios, aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral Extraordinária de 26 de dezembro de 2002. A nova documentação refletindo estas alterações foi submetida à aprovação pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão foi de 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10.000,00 na data de emissão, 20 de junho de 2002, totalizando assim o montante de R\$ 45 milhões. O prazo da emissão é de 2 anos e oito meses e a data de vencimento é 20 de fevereiro de 2005. A emissão deu-se em série única e as debêntures são da espécie sem garantias nem preferências. A colocação primária e a negociação das debêntures dão-se no ambiente do sistema BOVESPAFIX, gerido pela CBLC. As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 105% da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (hum) dia, denominada “Taxa DI over extra grupo” (CDI) que serão devidos nas mesmas datas programadas para o pagamento de amortizações. A amortização dar-se-á em 21 parcelas, devida no dia 20 dos meses de julho a setembro de 2002, maio a dezembro de 2003 e 2004 e janeiro e fevereiro de 2005. A amortização devida em 20 de maio de 2003 equivalerá a 4/24 (quatro sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures e as demais parcelas de amortização equivalerão a 1/24 (um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias da Ferronorte a critério dos debenturistas. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com uma tabela presente na escritura da emissão.

Até a suspensão da distribuição em 06 de dezembro de 2002, 1.139 debêntures desta emissão haviam sido vendidas e até o fechamento deste DFP 2.264 debêntures haviam sido vendidas em colocação primária, sendo os compradores a PREVI e a FUNCEF. A Ferronorte recomprou da FUNCEF 14 debêntures desta emissão, em 7 de outubro de 2002. A integralização dessas debêntures pela PREVI e FUNCEF deu-se pelo preço unitário líquido de três parcelas de amortizações devidas nos meses de julho a setembro de 2002. A totalidade das debêntures deverá ser vendida, recolhida à tesouraria ou cancelada em até 180 dias contados a partir do início de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor a curto prazo era integralmente da 4ª emissão.

9 Adiantamento de Cliente

Corresponde substancialmente a numerário recebido dos clientes Amaggi Importadora e Exportadora Ltda e Cargill Agrícola S.A., a título de adiantamento para futuro transporte de soja, a ser realizado durante o exercício de 2003.

10 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Corresponde a numerário recebido da controladora Brasil Ferrovias S.A. para futuro aumento de capital.

11 Capital Social

O capital subscrito e integralizado está representado por 394.762.881 ações, sendo 378.035.921 ordinárias nominativas, das quais 374.509.096 foram utilizadas para subscrição e integralização do capital social da Brasil Ferrovias S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2002, 11.597.219 ações preferenciais nominativas “A”, integralizadas pela captação de incentivos fiscais junto ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM em 10 de julho de 2002, no valor de R\$ 34.212 mil, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração iniciada em 26 de junho e encerrada em 08 de julho de 2002, e 5.129.741 ações preferenciais nominativas “B”, das quais 737.396 foram integralizadas em 02 de setembro de 2002, no valor de R\$ 2.236 mil, 737.396 em 23 de setembro de 2002, no mesmo valor e 2.949.584 integralizadas pela Brasil Ferrovias S.A. em 25 de setembro de 2002, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2002.

12 Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Risco de Crédito

A Feronorte encontra-se em um momento onde realiza grandes investimentos na construção de terminais, aquisição de vagões e locomotivas, etc., o que necessariamente envolve operações de captação de recursos e alta alavancagem financeira. É imperativo para a administração do caixa da Feronorte que a empresa tenha limites de crédito em diversos bancos e em montantes compatíveis com suas necessidades de giro. Para o caso de emissões públicas de debêntures a Feronorte também deve estar em condições de conseguir uma avaliação de risco de crédito (rating), num grau aceitável pelo mercado para investimento.

Para gerenciar seu risco de crédito a Feronorte procura abrir limites de crédito não com um, mas uma série de bancos brasileiros ou de capital estrangeiro, que tem tradição em conceder empréstimos de curto e médio prazo para empresas da área e do porte da Feronorte.

Quando há sobra de caixa a aplicação de recursos da Feronorte é feita em grandes bancos, com solidez e nome reconhecidos no mercado financeiro. Valendo-se deste critério e das parcerias que acerta com bancos pelo lado da captação de recursos, a Feronorte entende que está adequadamente protegida contra o risco inerente aos bancos onde aplica seus recursos.

Risco Financeiro

A Feronorte, como a maioria das empresas com operações no Brasil, está exposta às oscilações inerentes ao mercado financeiro brasileiro, no que se refere às taxas de juros praticadas pelo mercado para captação de recursos de curto e longo prazo ou para aplicação de recursos no curto prazo.

A administração do caixa da Feronorte é afetada pela variação das taxas de juros praticadas no mercado, e pelos prazos de empréstimos que o mercado está disposto a conceder, para o caso de renovação das dívidas, entre outros fatores. Adicionalmente, ainda leva-se em consideração uma administração dentro de limites para captação de empréstimos no mercado, conforme determina parte dos contratos assinados pela Feronorte.

A política da Feronorte para gerenciar este risco dá-se basicamente em três frentes: pela parceria com bancos sérios e sólidos financeiramente, o que traz agilidade e melhora nas condições de captação; pela preferência em captar recursos, quando couber, através de financiamentos de longo prazo e atrelados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa esta que apresenta uma volatilidade bem menor que a maioria das taxas de mercado; e pela preferência em captar recursos em Reais, visto que a maior parte da receita da empresa é paga nesta moeda, e a taxas pós-fixadas, pois geralmente o custo da operação é menor.

Risco Cambial

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações frequentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Os resultados financeiros da Ferronorte podem ser afetados pela desvalorização da moeda nacional, contudo, trata-se de um montante relativamente pequeno se comparado com o total da dívida da Ferronorte e por este motivo a administração da empresa entende que a atual exposição a este risco é aceitável. Se necessário, a tesouraria da empresa poderá valer-se de operações de hedge cambial ou swap entre outras operações financeiras disponíveis no mercado, para melhor administrar este risco. Em 31 de dezembro de 2002, a dívida total da Ferronorte em moeda estrangeira era de US\$ 3.913 mil (R\$ 13.826 mil).

A Administração da Empresa não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, originadas por operações envolvendo instrumentos na referida data-base, que requeressem divulgação específica, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

13 Cobertura de Seguros

A Empresa mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	2002	2001
Estoques almoxarifados, prédios e conteúdos (Próprios)	Incêndio, furto	5.000	13.384
Terminais e sistemas de comunicação	Incêndio, furto	51.766	20.547
Superestrutura	Incêndio, furto	28.500	14.283
Prédios e conteúdos (Terceiros)	Incêndio	1.200	350
Veículos, locomotivas e vagões	Colisão	650.848	336.905
Lucros cessantes		78.100	35.779
Responsabilidade Civil		54.250	63.250

14 Arrendamento Mercantil

A Empresa é arrendatária de veículos, máquinas e equipamentos de computação, com opção de compra mediante contratos de arrendamento mercantil. A posição desses contratos em 31 de dezembro de 2002 é a seguinte:

Bens	Saldo dos valores contratados	Encargos (% a.a.)	Prazo remanescente (em meses)
Locomotivas Dash 9	172.743	9%	60
Locomotivas - Lease-back	6.826	8%	22
Vagões	2.075	9%	11

A Empresa mantém controle dos bens arrendados, cujo montante, caso pertencesse ao seu patrimônio, apresentaria os seguintes saldos:

Custo corrigido	168.564
Depreciação acumulada corrigida	(13.275)
Valor residual	<u>155.289</u>

15 Prejuízos Fiscais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2002, a Empresa possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	R\$ mil
a. Prejuízos fiscais	406.246
b. Base negativa de contribuição social	406.321

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Conselho de Administração

Clóvis de Barros Carvalho
Presidente

Edo Antonio Ferreira de Freitas
Antonio dos Santos Maciel Neto
José Roberto Ferreira Martins
Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza

James Firth Martin
José Cláudio Rego Aranha
Carlos Alberto de Araújo
Luis Carlos Cazetta

Conselho Fiscal

Thales José Salomão Belém de Souza
Luiz Carlos Felipe
André Toledo de Carvalho

Diretoria

Nelson de Sampaio Bastos
Diretor-Presidente

Sérgio Ricardo Freitas de Souza
*Diretor de Desenvolvimento
e Relações Institucionais*

Alberto Mendes Tepedino
*Diretor de Finanças, Administração
e Relações com os Investidores*

João Gouveia Ferrão Neto
Diretor de Operações

José Maria Ribeiro de Almeida
Diretor Comercial

Contador

Josué Medeiros
CRC 1SP122969/O-6

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

DATA-BASE - 30/09/2003

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 01530-0	2 - Denominação Social FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36	4 - NIRE 51300004453
---------------------------	--	--------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - Endereço Completo R. Historiador R. Mendonça, 2.000, Sala 308	2 - Bairro ou Distrito Bosque da Saúde	3 - CEP 78045-690	4 - Município Cuiabá	5 - UF MT
6 - DDD 65	7 - Telefone 644-7448	8 - Telefone -	9 - Telefone -	10 - Telex -
11 - DDD 65	12 - Fax 644-7448	13 - Fax -	14 - Fax -	15 - E-mail ferronorte@ferronorte.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome Sálvio José Luiz		2 - Endereço Completo R. Sales de Oliveira, nº 1.028			3 - Bairro ou Distrito Vila Industrial	
4 - CEP 13035-270	5 - Município Campinas	6 - UF SP	7 - DDD 19	8 - Telefone 3735-3140	9 - Telefone -	10 - Telefone -
11 - Telex -	12 - DDD 19	13 - Fax 3735-3693	14 - Fax -	15 - Fax -	16 - E-mail salvio.luiz@brasilferrovias.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA/AUDITOR

Exercício Social em Curso		Trimestre Atual			Trimestre Anterior		
1 - Início 01/01/2003	2 - Término 31/12/2003	3 - Número 3	4 - Início 01/07/2003	5 - Término 30/09/2003	6 - Número 2	7 - Início 01/04/2003	8 - Término 31/06/2003
9 - Nome/Razão Social do Auditor Trevisan Auditores Independentes		10 - Código CVM 00210-0		11 - Nome do Responsável Técnico Orlando Octávio de Freitas Jr.		12 - CPF do Responsável Técnico 084.911.368-78	

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - Trimestre Atual 30/09/2003	2 - Trimestre Anterior 30/06/2003	3 - Igual Trimestre Ex. Anterior 30/09/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	378.036	378.036	351.977
2 - Preferenciais	16.727	16.727	13.777
3 - Total	394.763	394.763	365.754
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - Tipo de Empresa Empresa Comercial, Industrial e Outras	2 - Tipo de Situação Operacional	3 - Natureza do Controle Acionário Privada Nacional	4 - Código Atividade 1230000 - Transportes
5 - Atividade Principal Construção e expl. de vias férreas, transp. ferroviário	6 - Tipo de Consolidação Não Apresentado	7 - Tipo do Relatório dos Auditores Sem Ressalva	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Item	2 - CNPJ	3 - Denominação Social
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - Item	2 - Evento	3 - Aprovação	4 - Provento	5 - Início Pagto.	6 - Tipo Ação	7 - Valor do Provento p/ Ação
----------	------------	---------------	--------------	-------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - Item	2 - Data da Alteração	3 - Valor do Capital Social (Reais Mil)	4 - Valor da Alteração (Reais Mil)	5 - Origem da Alteração	7 - Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	8 - Preço da Ação na Emissão (Reais)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - Data 09/12/2003	2 - Assinatura
------------------------	----------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIALATIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	30/09/2003	30/06/2003
1	Ativo Total	1.733.802	1.724.923
1.01	Ativo Circulante	101.064	100.138
1.01.01	Disponibilidades	17.144	9.847
1.01.01.01	Caixa e Bancos	10.048	1.705
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	7.096	8.142
1.01.02	Créditos	50.462	61.561
1.01.02.01	Contas a Receber	18.784	26.305
1.01.02.02	Empresas Relacionadas	31.678	35.256
1.01.03	Estoques	1.405	1.514
1.01.04	Outros	32.053	27.216
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	28.183	25.877
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	892	558
1.01.04.03	Adiantamento a Empregados	114	59
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	2.864	722
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.136	17.310
1.02.01	Créditos Diversos	1.860	101
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	1.860	101
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.103	15.103
1.02.02.01	Com Coligadas	15.103	15.103
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	2.173	2.106
1.02.03.01	Impostos a Recuperar	2.173	2.106
1.03	Ativo Permanente	1.613.602	1.607.475
1.03.01	Investimentos	4.608	4.608
1.03.01.01	Participações em Coligadas	4.608	4.608
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.118.077	1.095.860
1.03.03	Diferido	490.917	507.007

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	30/09/2003	30/06/2003
2	Passivo Total	1.733.802	1.724.923
2.01	Passivo Circulante	337.806	335.591
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	144.256	134.486
2.01.02	Debêntures	58.649	48.343
2.01.03	Fornecedores	38.570	40.131
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	24.675	16.375
2.01.04.01	Obrigações Fiscais	24.272	16.020
2.01.04.02	Impostos Parcelados	403	355
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	2.364	1.931
2.01.06.01	Provisões Diversas	710	700
2.01.06.02	Prov. p/Perda c/Invest. Contl./Colig.	1.654	1.231
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	35.123	52.702
2.01.08	Outros	34.169	41.623
2.01.08.01	Contas a Pagar Concessionárias	495	662
2.01.08.02	Sálarios, Encargos, Férias e 13º Salário	9.493	8.525
2.01.08.03	Adiantamento de Clientes	16.010	26.340
2.01.08.04	Contratos e Compromissos	2.841	2.800
2.01.08.05	Leasing	5.330	3.296
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.257.084	1.251.076
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	909.866	910.302
2.02.02	Debêntures	341.691	335.309
2.02.03	Provisões	1.372	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	4.155	5.465
2.02.05.01	Impostos Parcelados	1.409	1.458
2.02.05.02	Fornecedores	2.746	4.007
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	138.912	138.256
2.05.01	Capital Social Realizado	624.089	624.089
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/Dividendos não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(485.177)	(485.833)

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/2003 a	01/01/2003 a	01/07/2002 a	01/01/2002 a
		30/09/2003	30/09/2003	30/09/2002	30/09/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	115.519	317.378	83.572	199.836
3.02	Deduções da Receita Bruta	(6.841)	(18.794)	(3.559)	(8.528)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	108.678	298.584	80.013	191.308
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(78.391)	(225.352)	(96.060)	(227.090)
3.04.01	Pessoal e Encargos Sociais	(5.034)	(14.438)	(3.955)	(11.071)
3.04.02	Materiais	(239)	(574)	(458)	(1.453)
3.04.03	Combustíveis e Lubrificantes	(17.614)	(48.509)	(11.260)	(25.684)
3.04.04	Depreciação	(19.852)	(57.361)	(22.424)	(66.946)
3.04.05	Leasing - Locomotivas	(4.903)	(15.612)	(15.384)	(41.281)
3.04.06	Seguros	(929)	(2.891)	(805)	(1.455)
3.04.07	Direito de Passagem/Tráfego Mútuo	(12.047)	(32.352)	(11.128)	(25.212)
3.04.08	Utilidades e Serviços	(532)	(1.272)	(254)	(744)
3.04.09	Alugueis e Arrendamento Comerciais	(5.274)	(19.095)	(10.059)	(21.357)
3.04.10	Acidentes, Danos Relativos ao Transporte	(4.073)	(8.848)	(5.941)	(6.628)
3.04.11	Viagens Estadias e Hospedagem	(348)	(952)	(629)	(1.467)
3.04.12	Portofer	(1.005)	(2.389)	(1.942)	(3.801)
3.04.13	Serviços de Terceiros	(3.966)	(13.451)	(6.788)	(13.060)
3.04.14	Outros	(2.575)	(7.608)	(5.033)	(6.931)
3.05	Resultado Bruto	30.287	73.232	(16.047)	(35.782)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.844)	(137.172)	(55.630)	(129.085)
3.06.01	Com Vendas	(1.564)	(2.715)	(592)	(1.569)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.317)	(10.741)	(4.679)	(13.728)
3.06.03	Financeiras	(24.748)	(143.999)	(50.598)	(114.862)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	41.147	47.822	1.735	7.424
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(65.895)	(191.821)	(52.333)	(122.286)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.486	24.884	1.002	1.929
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.278)	(3.352)	(763)	(855)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(423)	(1.249)	0	0
3.06.06.02	FN-Locadora de Vagões S.A.	(423)	(1.249)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(557)	(63.940)	(71.677)	(164.867)
3.08	Resultado não Operacional	1.213	(289)	(39)	10
3.08.01	Receitas	1.171	4.654	21	111
3.08.02	Despesas	42	(4.943)	(60)	(101)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	656	(64.229)	(71.716)	(164.857)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	656	(64.229)	(71.716)	(164.857)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	394.763	394.763	365.754	365.754
	LUCRO POR AÇÃO	0,00166			
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,16270)	(0,19608)	(0,45073)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração de resultado operacional – EBITDA

Período findo em 30 de setembro de 2003 - (Em milhares de reais)

Receita Operacional Bruta

Serviços Prestados	315.744
Outras Receitas Operacionais	6.095
	<u>321.839</u>

Deduções

Impostos e taxas faturados	<u>(18.794)</u>
----------------------------	-----------------

Receita Operacional Líquida

303.045

Custos e Despesas Operacionais

Pessoal	(14.438)
Combustíveis e lubrificante	(48.509)
Direitos de Passagem	(18.618)
Aluguel de Material Rodante	(18.427)
Outras Despesas Operacionais	(55.464)
Despesas de Manutenção	(274)
Vendas	(2.715)
Administrativas e Gerais	(9.059)
Honorários da administração	(512)
	<u>(168.016)</u>

Resultado Direto da Atividade

135.029

Depreciação	(10.224)
Amortização	(47.136)
Leasing Operacional	91
	<u>(57.269)</u>

Despesas Financeiras Líquidas	(139.281)
Provisões Diversas	(1.172)
Resultado de equivalência Patrimonial	<u>(1.249)</u>

Prejuízo Operacional

(63.942)

Resultado não Operacional	<u>(287)</u>
---------------------------	--------------

Prejuízo do Exercício

(64.229)

Prejuízo por Ação

(0,1627)

Quantidade de ações ao final do Exercício (em lotes de mil)

394.763

Informações trimestrais (ITR) - trimestre findo em 30 de setembro de 2003

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Empresa tem por objetivo a construção e exploração de vias férreas, rodovias e hidrovias; a prestação de serviços de transportes ferroviários e rodoviários, a construção e exploração de terminais ferroviários, rodoviários, portuários de carga e descarga, de guarda e caução de produtos e mercadorias e outros tipos de terminais relacionados com os serviços de transporte; a operação portuária; a realização de edificações, estruturas e módulos pré-fabricados ou pré-modulados, e a exploração de atividades que sejam afins, conexas ou complementares às anteriores.

As perspectivas de crescimento do volume transportado e da lucratividade da Feronorte nos próximos anos são bastante promissoras. Temos identificado uma grande demanda reprimida pelos serviços da Feronorte na região Centro-Oeste e esperamos que ao final dos próximos 5 anos tenhamos dobrado o volume em toneladas transportado no ano 2002. Para aumentar a rentabilidade da Feronorte, a administração da empresa atuará nos próximos anos bastante focada no aumento da produtividade dos ativos, o que deverá diminuir os tempos de viagem e de carregamento/descarregamento de cargas, e na redução dos custos operacionais e das despesas financeiras. Com estas e diversas outras iniciativas, já em andamento, esperamos que a Feronorte passe a gerar lucro para seus acionistas em 5 anos.

2. Apresentação das informações trimestrais (ITR)

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo

• Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

• Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. O custo dos estoques está baseado nos princípios do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques.

• Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Permanente

• Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 5 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

• Diferido

Corresponde a gastos de implementação do projeto da ferrovia iniciado em 1992, registrados como despesas pré-operacionais. A amortização dos gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari – MT, ocorrerá em 10 anos a partir de março de 2001. O ativo diferido é contabilizado somente quando há um aumento dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Empresas relacionadas

	30/09/03
Ativo	
Circulante	
Ferrovia Novoeste S.A.	5.344 (A)
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	18.340 (B)
Feronorte Locadora de Vagões S.A.	3.866
Brasil Ferrovias S.A.	2.887
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	1.025
TGG – Terminal de Granéis Guarujá	208
Outros	8
	<u>31.678</u>
Realizável a Longo Prazo	
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	10.503 (B)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	4.426 (C)
TGG – Terminal de Granéis Guarujá	174
	<u>15.103</u>
Passivo	
Circulante	
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	32.596 (D)
Brasil Ferrovias S.A.	2.404 (A)
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	3
Outros	120
	<u>35.123</u>

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

(A) Transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas da Empresa interligada;

(B) De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de maio de 2001, a Empresa adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A. O saldo em 30/09/03 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;

(C) Adiantamento para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;

(D) Correspondente a transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

	30/09/03
Receitas	
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	3.000
Despesas e Custos	
Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A.	18.601 (E)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	2.389

(E) Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

4. Investimentos

	Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	Total 30/09/03
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Capital social	20	
Ações possuídas (mil)	1.000	
Quantidade de participação (%)	100	
Patrimônio líquido	(1.654)	
Valor contábil do investimento	-	
Resultado da equivalência	(1.249)	
Investimentos avaliados pelo custo		
Terminal XXXIX de Santos S.A.		3.100
Tenorte S.A.		400
Brazil Rail Partners III, L.L.C.		1.939
Brazil Rail Partners IV, L.L.C.		1.939
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.		1.000
TGG Terminal de Granéis Guarujá		50
Termag S.A.		10
Outros investimentos		48
Provisão para desvalorização (BRP III e IV)		(3.878)
		<u>4.608</u>

A Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil investiu nas empresas Brazil Rail Partners com o objetivo de participar nos estudos e projetos de viabilidade econômica da Ex-FEPASA (atualmente Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A.). Entretanto, os resultados desses estudos não foram alcançados de maneira satisfatória que pudesse trazer realização futura, sendo constituída a provisão para desvalorização desses investimentos no valor de R\$ 3.878.

5. Imobilizado

	Tempo de vida útil (em anos)	30/09/03
Infra e superestrutura	45 e 85	933.729
Vagões e veículos	5 a 30	181.244
Terminais, edifícios e dependências	25	35.385
Sinalização e telecomunicação	30	4.775
Instalações e equipamentos	10	5.097
Móveis e utensílios	10	424
Computadores e periféricos	5 a 10	2.705
Outros	-	3.213
		<u>1.166.572</u>
Depreciação acumulada		<u>(97.930)</u>
		<u>1.068.642</u>
Imobilizações em andamento		15.006
Terras		13.867
Adiantamento a fornecedores		17.799
Canteiro de dormentes		<u>2.763</u>
		<u>49.435</u>
		<u>1.118.077</u>

Em março de 2003 foram transferidos para as contas definitivas os custos com o Trecho I da Fase II, tendo início também a sua depreciação, devido a finalização definitiva e inauguração do referido trecho.

A partir de janeiro de 2003 a Empresa, baseada em laudo técnico especializado, optou por alterar as taxas de depreciação das contas de Infra e Superestrutura de 30 e 25 anos para 85 e 45 anos, respectivamente. A apropriação da depreciação passou a ser efetuada com base na utilização dos equipamentos em tonelada útil transportada, em acordo com o plano de negócios. As taxas utilizadas em 2003, para as contas acima, citadas, foram alteradas para 0,42% e 0,87% a.a., respectivamente.

6. Diferido

	30/09/03
Fase I	
Despesas e receitas financeiras	1.093.076
Gastos de implantações pré-operacionais	165.831
Resultado da correção monetária de balanço	(683.140)
Amortização acumulada	<u>(148.951)</u>
	<u>426.816</u>
Fase II	
Despesas e receitas financeiras	46.060
Gastos de implantações pré-operacionais	22.000
Amortização acumulada	<u>(3.959)</u>
	<u>64.101</u>
	<u>490.917</u>

Os gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari – MT, tiveram a amortização iniciada em março de 2001. Os gastos provenientes da fase II, que compreendem o trecho I, de 96 km entre Alto Taquari - MT e Alto Araguaia – MT, tiveram a amortização iniciada em março de 2003, com a finalização definitiva do Trecho I da Fase II no primeiro trimestre de 2003.

7. Empréstimos e financiamentos

	30/09/03
Moeda nacional	
Capital de giro – juros de 16% a.a. mais variação do IGPM	74.369
De programas oficiais (BNDES) com juros de 1,5% aa. mais variação da TJLP	885.141
FINAME – juros de 4% aa. mais variação da TJLP	87.352
Moeda estrangeira	
Financiamento de importação de trilhos – com juros médios de 4,25% a.a.	7.260
	1.054.122
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	(144.256)
Exigível a longo prazo	909.866

Os financiamentos em moeda nacional vencem entre 2003 e 2016 e os em moeda estrangeira a partir de 2003. Garantias – caução da totalidade das ações emitidas da Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil de propriedade da Controladora Brasil Ferrovias S.A. e caução da receita sobre o produto da cobrança da tarifa pela prestação dos serviços de transporte ferroviário decorrentes do projeto da obra da Ferronorte.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento:	30/09/03
2004	7.679
2005	34.582
2006	40.742
2007 até 2016	826.863
	909.866

8. Debêntures

	30/09/03
Primeira emissão	203.864
Segunda emissão	95.758
Terceira emissão	51.038
Quarta emissão	49.680
	400.340
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	(58.649)
Exigível a longo prazo	341.691

A Primeira Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Pública

Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Ferronorte aprovou a 1ª emissão pública de 10 mil debêntures, conversíveis em ações ordinárias da empresa, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1997, totalizando R\$100 mil. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESpar.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 2,5% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil) a serem pagos semestralmente. A amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2002, 30% em julho de 2004 e 40% em junho de 2007. O prêmio seria de 4,5% sobre o saldo devedor, a ser pago junto com as parcelas de amortização.

No entanto, o aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da Ferronorte datado de 31 de setembro de 2001, em consonância com a Decisão no DIR.071/2001 do BNDESpar, datada de 2 de agosto de 2001, alterou as características e condições das debêntures. As características determinadas no aditamento e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento de juros remuneratórios de 1,5% ao ano acima da TJLP, à capitalização dos juros incorridos entre julho de 1999 e dezembro de 2006, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, à data de vencimento das debêntures que passa a ser 30 de junho de 2016, à possibilidade de permuta das debêntures por ações ordinárias da Ferropasa – Ferronorte Participações S/A (hoje, Brasil Ferrovias S/A) a critério dos debenturistas e à programação de pagamento do prêmio, que passa a referir-se às receitas líquidas da Ferronorte no período de 2001 a 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passam a ter uma garantia adicional referente à caução de parte do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte, conforme previsto no contrato de concessão da Ferronorte.

A Segunda Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Privada

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 60 milhões de debêntures simples, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$60 mil, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 parágrafo 4º, Art. 1º da Lei 9.808 de 20/07/1999, com redação dada pela MP 199-15 de 14/12/1999 e demais disposições legais aplicáveis. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia- FINAM, conforme autorização da SUDAM (hoje, ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia) contida no Ofício SAO/DAÍ nº 093/00, de 22/02/2000. As debêntures conferem ao seu titular direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias.

A Terceira Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Privada

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 40 milhões de debêntures conversíveis em ações, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$40 mil, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 e demais disposições legais aplicáveis. As debêntures conferem aos seus titulares direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. O prazo para conversão das debêntures em ações é de 1 ano, a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo FINAM, conforme autorização da SUDAM contida no Ofício nº 666, de 28/12/2001, do Ministério de Integração Nacional.

A Quarta Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Pública

A 4ª emissão de debêntures da Ferronorte foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 08 de fevereiro de 2002 e teve suas condições e características alteradas conforme as deliberações nas AGE - Assembléias Gerais Extraordinárias de 01 de abril de 2002, de 03 de junho de 2002, de 10 de julho de 2002, de 03 de setembro de 2002, de 26 de dezembro de 2002 e de 19 de maio de 2003 e nas AGD - Assembléias Gerais dos Debenturistas de 19 de novembro de 2002 e 19 de maio de 2003. Esta emissão foi previamente submetida à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e registrada sob o n.º CVM/SRE/DCA/2002/002, em 17 de setembro de 2002. A distribuição pública iniciou-se em 18 de setembro de 2002, ficou suspensa no período de 06 de dezembro de 2002 a 25 de fevereiro de 2003 e foi encerrada em 17 de maio de 2003. O motivo da suspensão da distribuição é que em novembro de 2002 as debêntures que já haviam sido vendidas tiveram parte de suas características alteradas, conforme proposta de emissora e a ratificação na AGD de 19 de novembro de 2002, enquanto que as debêntures ainda não vendidas estavam sendo oferecidas com as características e condições sem alterações. Após a realização da AGE de 26 de dezembro de 2002, que determinou a incorporação das referidas alterações na escritura da emissão e a aprovação pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários da documentação revista, a CVM autorizou o reinício da distribuição das debêntures. No dia do término do encerramento da distribuição, todas as 4.500 debêntures já haviam sido vendidas.

A emissão foi de 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10.000,00 na data de emissão, 20 de junho de 2002, totalizando assim o montante de R\$ 45 mil. A emissão deu-se em série única e as debêntures são da espécie sem garantias nem preferências. A colocação primária e a negociação das debêntures dão-se no ambiente do sistema BOVESPAFIX, gerido pela CBLIC. O prazo da emissão é de 2 anos e oito meses e a data de vencimento é 20 de fevereiro de 2005. As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 105% da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (hum) dia, denominada “Taxa DI over extra grupo” (CDI) que serão devidos nas mesmas datas programas para o pagamento de amortizações. A amortização dar-se-á em 24 parcelas, devida no dia 20 dos meses de julho a setembro de 2002, novembro e dezembro de 2003, maio a dezembro de 2004 e janeiro e fevereiro de 2005. A amortização devida em 20 de novembro de 2003 equivalerá a 10/24 (dez sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures e as demais parcelas de amortização equivalerão a 1/24 (um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias da Ferronorte a critério dos debenturistas. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com uma tabela presente na escritura da emissão.

9. Adiantamento de cliente

Corresponde substancialmente a numerário recebido dos clientes Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra S.A., Bunge Alimentos S.A., Amaggi Importadora e Exportadora Ltda. e Cargill Agrícola S.A., a título de adiantamento para futuro transporte de soja, a ser realizado no exercício de 2003. Garantias – notas promissórias e penhor mercantil de bens.

10. Capital social

O capital subscrito e integralizado está representado por 394.762.881 ações, sendo 378.035.921 ordinárias nominativas, das quais 374.509.096 foram utilizadas para subscrição e integralização do capital social da Brasil Ferrovias S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2002, 11.597.219 ações preferenciais nominativas “A”, integralizadas pela captação de incentivos fiscais junto ao Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM em 10 de julho de 2002, no valor de R\$ 34.212, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração iniciada em 26 de junho e encerrada em 08 de julho de 2002, e 5.129.741 ações preferenciais nominativas “B”, das quais 737.396 foram integralizadas em 02 de setembro de 2002, no valor de R\$ 2.236, 737.396 em 23 de setembro de 2002, no mesmo valor e 2.949.584 integralizadas pela Brasil Ferrovias S.A. em 25 de setembro de 2002, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2002.

11. Outras receitas operacionais

Compreende substancialmente a reversão parcial da provisão para pagamento de leasing de locomotivas no montante de R\$ 15.653, em 14 de fevereiro de 2003, em decorrência da repactuação do contrato inicial de arrendamento mercantil entre as partes.

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Risco de crédito

A Ferronorte encontra-se em um momento onde realiza grandes investimentos na aquisição, reforma e manutenção de vagões e locomotivas, e consolida investimentos na via permanente e construção de terminais, o que necessariamente envolve operações de captação de recursos e alta alavancagem financeira. É imperativo para a administração do caixa da Ferronorte que a empresa tenha limites de crédito em diversos bancos e em montantes compatíveis com suas necessidades de giro. Para o caso de emissões públicas de debêntures a Ferronorte também deve estar em condições de conseguir uma avaliação de risco de crédito (rating), num grau aceitável pelo mercado para investimento.

Para gerenciar seu risco de crédito a Ferronorte procura abrir limites de crédito não com um, mas uma série de bancos brasileiros ou de capital estrangeiro, que tem tradição em conceder empréstimos de curto e médio prazo para empresas da área e do porte da Ferronorte.

Quando há sobra de caixa a aplicação de recursos da Ferronorte é feita em grandes bancos, com solidez e nome reconhecidos no mercado financeiro. Valendo-se deste critério e das parcerias que acerta com bancos pelo lado da captação de recursos, a Ferronorte entende que está adequadamente protegida contra o risco inerente aos bancos onde aplica seus recursos.

Risco financeiro

A Ferronorte, como a maioria das empresas com operações no Brasil, está exposta às oscilações inerentes ao mercado financeiro brasileiro, no que se refere às taxas de juros praticadas pelo mercado para captação de recursos de curto e longo prazo ou para aplicação de recursos no curto prazo.

A administração do caixa da Ferronorte é afetada pela variação das taxas de juros praticadas no mercado, e pelos prazos de empréstimos que o mercado está disposto a conceder, para o caso de renovação das dívidas, entre outros fatores. Adicionalmente, ainda leva-se em consideração uma administração dentro de limites para captação de empréstimos no mercado, conforme determina parte dos contratos assinados pela Ferronorte.

A política da Ferronorte para gerenciar este risco dá-se basicamente em três frentes: pela parceria com bancos sérios e sólidos financeiramente, o que traz agilidade e melhora nas condições de captação; pela preferência em captar recursos, quando couber, através de financiamentos de longo prazo e atrelados a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa esta que apresenta uma volatilidade bem menor que a maioria das taxas de mercado; e pela preferência em captar recursos em Reais, visto que a maior parte da receita da empresa é paga nesta moeda, e a taxas pós-fixadas, pois geralmente o custo da operação é menor.

Risco cambial

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações freqüentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Os resultados financeiros da Ferronorte podem ser afetados pela desvalorização da moeda nacional, contudo, trata-se de um montante relativamente pequeno se comparado com o total da dívida da Ferronorte e por este motivo a administração da empresa entende que a atual exposição a este risco é aceitável. Se necessário, a tesouraria da empresa poderá valer-se de operações de hedge cambial ou swap entre outras operações financeiras disponíveis no mercado, para melhor administrar este risco. Em 30 de setembro de 2003, a dívida total da Ferronorte em moeda estrangeira era de US\$ 2.483 (R\$ 7.260).

A Administração da Empresa não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2003, originadas por operações envolvendo instrumentos na referida data-base, que requerem divulgação específica, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

13. Compensações de Contribuições e Retenções junto a Receita Federal

A empresa compensou as contribuições PIS, Cofins, IRRF-Empregados e IRRF-Pessoas Jurídicas e IRRF-Contribuintes Individuais, com créditos originados das retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, com os saldos corrigidos pela Selic. Os pedidos foram formalizados junto a Receita Federal, aguardando a homologação. O montante compensado foi de R\$ 18.367 mil.

14. Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	30/09/03
Estoques almoxarifados, prédios e conteúdos (Próprios)	Incêndio, furto	16.294
Terminais e sistemas de comunicação	Incêndio, furto	62.780
Superestrutura	Incêndio, furto	25.757
Veículos, locomotivas e vagões	Colisão	485.638
Lucros cessantes		61.372
Responsabilidade Civil		30.500

15. Arrendamento mercantil

A Empresa é arrendatária de veículos, máquinas e equipamentos de computação, com opção de compra mediante contratos de arrendamento mercantil. A posição desses contratos em 30 de setembro de 2003 é a seguinte:

Bens	Saldo dos valores contratados	Encargos (% a.a.)	Prazo remanescente (em meses)
Locomotivas Dash 9	123.115	9,0%	63
Locomotivas – Lease-back	4.155	8,3%	13
Vagões	153	9,0%	2

A Empresa mantém controle dos bens arrendados, cujo montante, caso pertencesse ao seu patrimônio, apresentaria os seguintes saldos:

Custo corrigido	100.152
Depreciação acumulada corrigida	(13.872)
Valor residual	<u>114.024</u>

16. Prejuízos fiscais a compensar

Em 30 de setembro de 2003, a Empresa possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

a. Prejuízos fiscais	467.951
b. Base negativa de contribuição social	468.118

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Estava previsto para o 3º trimestre, o transporte de 2.113.000 toneladas, entretanto, devido a falta de material de tração, decorrente da venda e entrega de locomotivas modelo Dash-9 para a CVRD e o atraso no desembaraço alfandegário para liberação das locomotivas modelo C30-7, importadas dos USA, para repor as Dash-9 vendidas, a tonelagem transportada foi somente de 1.716.232 toneladas, representando uma queda de 18,8% na produção, refletindo sobremaneira no faturamento, que ficou 13,4% abaixo do estimado.

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada/Coligada	CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trim. Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trim. Anterior (Mil)
01	Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	03.835.338/0001-51	Fechada Coligada	50,00	0,71	Empresa Comercial, Industrial e Outras	1.000	1.000

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NACVM	SEP/GER/DCA-97/018
4 - DATA DO REGISTRO CVM	08/10/1997
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1997
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP+juros de 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Base Receita Líquida Auferida
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	30/09/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/01/2007

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	02
3 - Nº REGISTRO NA CVM	N/A
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	10/04/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	10/04/2007
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP+ juros de 4% de a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	60.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	10/04/2004

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	03
3 - Nº REGISTRO NA CVM	N/A
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	A
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	14/01/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	14/01/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP+ juros de 4% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	40.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	40.000.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	40.000.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	09/01/2005

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	04
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DCA/2002/002
4 - DATA DO REGISTRO CVM	17/09/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/06/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/02/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% da variação do CDI a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	45.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	4.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	4.486
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	14
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	19/05/2003
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/11/2003

12.01 - COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Estava previsto para o 3º trimestre de 2003 o transporte de 2.113.000 toneladas que gerariam uma tonelagem km útil de 2.416 milhões e uma receita de transporte de R\$ 132,1 milhões, além de outras receitas operacionais na ordem de R\$ 2,4 milhões, totalizando a receita bruta em R\$ 134,5 milhões.

Realizamos nesse trimestre 81,2% do transporte previsto em toneladas (1.716.232), e -6,4% da TKU (2.261 MM), gerando de receita de transporte R\$ 114,9 milhões (-13,0%), e de outras receita operacionais R\$ 1,6 milhões (66,7%), totalizando a receita bruta em R\$ 116,5 milhões, representando um decréscimo de 13,4% sobre a receita estimada.

13.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Os comentários pertinentes a este quadro foram detalhados no quadro 12.01.

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A Ferronorte tem um projeto para extensão de 290 km das suas linhas, partindo do trecho de Alto Taquari – MT ao município de Rondonópolis – MT e o custo da obra é de aproximadamente R\$ 472 milhões, até o ano 2005. Até 30 de junho de 2003 existem 96 km entre Alto Taquari - MT e Alto Araguaia – MT que teve sua conclusão final e inauguração em março de 2003.

A realização desse projeto conta com recursos do BNDES, incentivos fiscais da ADA – Agência do Desenvolvimento da Amazônia (EX – SUDAM) e de acionistas.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

As informações e os fatos relevantes estão comentados nos quadros 12.01 e 15.01.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil
Cuiabá - MT

- 1** Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais (ITR) da Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2003, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas informações trimestrais (ITR).
- 2** Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e operações da companhia.
- 3** Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.
- 4** As informações trimestrais possuem dados contábeis relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2003, os quais foram revisados por nós, conforme relatório de revisão especial, sem ressalvas, emitido em 22 de agosto de 2003 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2002, os quais foram revisados por outros auditores independentes, conforme relatório de revisão especial, sem ressalvas, emitido em 28 de outubro de 2002.

São Paulo, 08 de dezembro de 2003.

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP 178871/O-4
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/2003 a	01/01/2003 a	01/07/2002 a	01/01/2002 a
		30/09/2003	30/09/2003	30/09/2002	30/09/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	0	0	0	0
3.08	Resultado não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	1	1	1	1
3.08.02	Despesas	(1)	(1)	(1)	(1)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	0	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.000	1.000	1.000	1.000
	LUCRO POR AÇÃO	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada: PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA.

A Portofer movimentou no Porto Organizado de Santos, no 3.º trimestre do ano de 2003, um acumulado de 2.437.880 toneladas úteis, sendo 394.500 toneladas a mais do que o ano de 2002, no mesmo período, ou seja, 19,3% de acréscimo.

A Portofer movimentou no Porto Organizado de Santos até Setembro do ano de 2003, um acumulado de 6.244.877 toneladas úteis, sendo 986.495 toneladas a mais do que o ano de 2002, no mesmo período, ou seja, um acréscimo de 18,8%.

Tal movimentação representou uma participação na movimentação global do Porto Organizado de Santos de 16% até Setembro de 2003.

O tempo de permanência de vagões em 2003 até o mesmo período, foi em média de 25 horas, sendo 5 horas a menos, que em 2002, ou seja, um decréscimo de 16,6%.

Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 51300004453		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO R. Historiador R. Mendonça, 2000 sala 308		2 - BAIRRO OU DISTRITO Bosque da Saúde	
3 - CEP 78045-690	4 - MUNICÍPIO Cuiabá	5 - UF MT	
6 - DDD 065	7 - TELEFONE 644-7448	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 065	12 - FAX 644-7448	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL ferronorte@ferronorte.com.br			

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME BANCO BRADESCO S/A				
2 - CARGO DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS				
3 - ENDEREÇO COMPLETO CIDADE DE DEUS, S/N			4 - BAIRRO OU DISTRITO VILA YARA	
5 - CEP 06029-900	6 - MUNICÍPIO OSASCO			7 - UF SP
8 - DDD 011	9 - TELEFONE 3684-9441	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD 011	14 - FAX 3684-2811	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL 4010 acoes@bradesco.com.br				

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
01	SÃO PAULO	SP	011	3848-5868	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Sálvio José Luiz					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Sales de Oliveira, 1028				Vila Industrial	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF	
13035-270	Campinas			SP	
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
019	3735-3140	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
019	3735-3693	-	-		
16 - E-MAIL					
salvio.luiz@brasilferrovias.com.br					

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2002	31/12/2002
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2003	31/12/2003
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Trevisan Auditores Independentes	00210-0
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Orlando Octávio de Freitas Jr.	084.911.368-78

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO					
Balcão Organizado					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO					
Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE					
1230000 - Transportes					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL					
Construção e expl.de vias férreas, transp.ferroviário					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO		
Privada Nacional		
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.		
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
20/03/2003	04/06/2003
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
04/04/2003	17/04/2003

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIARIO OFICIAL DO ESTADO	MT
02	A GAZETA	MT

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
12/02/2004	

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - FUNÇÃO
01	Guilherme Narciso de Lacerda	142.475.006-78	24/04/2003	1 ano	2	Presidente do Conselho de Administração
02	Clevis de Barros Carvalho	040.331.918-87	24/04/2003	1 ano	2	Vice-Presidente Conselho Administração
03	Luiz Guilherme Piva	454.442.936-68	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
04	Mayssa Oliveira da Volta	738.091.367-00	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
05	José Roberto Ferreira Martins	003.683.938-87	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
06	Wilson Quintella Filho	006.561.978-11	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
07	Francisco Martin Silveira	217.365.258-32	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
08	James Firth Martin	143.030.078-70	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
09	Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza	181.109.917-34	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
10	Elias David Nigri	231.116.907-68	11/06/2003	1 ano	3	Membro do Conselho de Administração
11	Teseo Ramon Bergoglio	998.999.999-99	17/11/2003	5 meses	2	Suplente do Conselho de Administração
12	Carlos Alberto Zachert	445.561.520-20	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
13	Heio Walter Fernandes de Oliveira	048.055.008-59	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
14	Angelo João Bonfá	073.980.698-04	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
21	Elias David Nigri	231.116.907-68	20/08/2003	8 meses	3	Diretor Presidente
22	Sérgio Ricardo Freitas de Souza	516.767.617-72	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Desenv. e Rel. Institucionais
23	João Gouveia Ferrão Neto	059.085.628-66	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Operações
24	José Maria Ribeiro de Almeida	352.804.847-68	20/08/2003	8 meses	1	Diretor Comercial
25	Sálvio José Luiz	202.628.738-04	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Finanças e Rel. Investidores

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

GUILHERME NARCISO DE LACERDA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 1954, brasileiro, casado e economista. Graduiu-se em Economia pela UFES em 1979, concluiu mestrado em Economia no IPE/USP em 1982 e doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP em 1992. Adicionalmente, tem curso de especialização em Administração Universitária (1987). Atuou como professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1982 e 1994 e nos anos de 1990 e 1991 foi pesquisador visitante da Faculdade de Economia do Porto (Portugal) e do Instituto Universitário Europeu (Itália). Foi Coordenador de Curso e de Pesquisa na Universidade Federal (UFJF) e participou de Bancas de Exame de Mestrado e Doutorado na UFRJ, FGV – Rio e Unicamp, dentre outras. Já publicou dezenas de artigos na imprensa brasileira e em periódicos especializados.

Sua experiência profissional inclui atuações em uma empresa do ramo de comércio exportador de café, no Banco do Brasil, durante 8 anos, e como consultor de empresas e instituições. Atuou como assessor econômico na Câmara dos Deputados (Liderança do Partido dos Trabalhadores) em 1991, como secretário-adjunto da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio da Prefeitura de Belo Horizonte em 1993/1994, como Diretor de Operações do BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. em 1995/1998 e como Secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo em 1998. Atualmente está licenciado da UFES, e desde Janeiro/2000 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Vila Velha.

CLÓVIS DE BARROS CARVALHO – VICE – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 15.08.1938, Brasileiro, casado e engenheiro eletrônico. Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de São Paulo, em 1968 e em Letras e Filosofia pela Faculdade Anchieta, em 1962. Pós-graduado na FGV – Mercado de Capitais em 1970. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança como: Gerente e Consultor da CARDISPLAN - Engenharia e Planejamento Ltda., Gerente de Fundos de Incentivos Fiscais do Banco de Investimentos Brasil S.A. -BIB (UNIBANCO), Gerente de Operações Financeiras da Companhia Metropolitana de São Paulo - METRÔ, Gerente de Sistemas e Gerente de Operações Financeiras da Villares Indústrias de Base S.A., Diretor Financeiro da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, e Membro do Conselho de Administração das Indústrias Villares S.A., Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

LUIZ GUILHERME PIVA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 02.06.1962, brasileiro, casado e economista. Formou-se em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1984, tornou-se Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1990 e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo em 1998. Profissionalmente, atuou como Técnico da Divisão de Planejamento e Avaliação Técnica do SESIMINAS (Belo Horizonte) de março/1987 a junho/1988, Coordenador da Área de Economia Brasileira do DESEP – CUT de abril/1989 a abril/1992, Coordenador de Programas e Projetos do DESEP – CUT de abril/1992 a abril/1994, Pesquisador contratado pela FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo entre agosto/1993 e janeiro/1994, Coordenador técnico de pesquisa no CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de setembro/1995 a março/1996, Coordenador Geral da DESEP – Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Políticos da CUT de maio/1994 a março/1996, Colaborador da LCA Consultores e da E3 – Escritório de Estudos Econômicos de julho/1996 a outubro/2002 e de março/2003 em diante, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento no Conselho de Administração da CTBC – Companhia Telefônica da Borda do Campo, de abril/1998 a agosto/1998, no Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco de novembro/1997 a abril/1999, no Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – CONDEL – FCO – de agosto/1997 a abril/1999, no Conselho de Administração da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros de julho/1997 a setembro/1999, Assessor Econômico da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento de dezembro/1996 a maio/1998, Assistente do Ministro, de junho/1997 a maio/1998, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento de maio/1998 a abril/1999, Assessor Econômico da Equipe de Transição Governamental entre novembro/2002 e fevereiro/2003 e como assessor econômico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados desde abril/1999.

MAYSA OLIVEIRA DA VOLTA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascida em 02.05.60, brasileira, casada e graduada. Graduiu-se em Estatística na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ em 1982 e concluiu Pós-Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas/ RJ em 1997. Adicionalmente obteve os diplomas dos cursos de “Bank Management for Superior Results - Moving Toward”, em 1997, conduzidos pela “The University of Texas at Austin” e “De Paul University” (EUA), MBA Executivo em Finanças do IBMEC/RJ em 1999 e MBA em Finanças e Direito - Módulo Direito – da Fundação Getúlio Vargas/RJ em 2000. Iniciou sua carreira profissional em junho/1981, e passou por cargos de assessoria na BB-Financeira, na Diretoria de Mercado e Subsidiárias do Banco do Brasil, na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro e na área de Negócios Corporativos da UEN Mercado de Capitais e Investimentos – BB-DTVM – RJ. Desde abril/1998 é Gerente no acompanhamento das participações da PREVI nos setores aviação, ferrovias, portos, ferrovias, rodovias, alimentos, bebidas, bancos, têxtil, entretenimento da PREVI - Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

JOSÉ ROBERTO FERREIRA MARTINS – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSTRAN)

Nascido em 04.04.1942, Brasileiro, casado e administrador. Formou-se em Administração de Negócios pela ESAN-SP em 1967 e concluiu os cursos de Organização e Administração de Empresas – IOT/SP, de Planejamento, Organização e Controles Contábeis – IBAM/SP e de Pesquisa de Mercado – ADVB/SP. Ocupou diversos cargos de confiança como: Diretor Gerente e posteriormente Diretor Comercial da C.C.A. Cia. de Construtores Associados, Diretor Comercial da Conspectra S.A. - Engenharia e Comércio, Diretor Gerente da B.H.E. - Sociedade Brasileira de Hidráulica e Eletricidade, Diretor Comercial da Construtora Guaratã S.A. e Diretor de Expansão da Constran S.A. - Construções e Comércio.

WILSON QUINTELLA FILHO – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSTRAN)

Nascido em 01.01.1960, brasileiro, casado e empresário. Portador do RG no 6.894.149 SSP / SP e do CPF / MF no 006.561.978 - 11. Indicado pela CONSTRAN.

FRANCISCO MARTIN SILVEYRA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (JP MORGAN)

Francisco Silveyra é formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica da Argentina e possui MBA pelo Instituto de Altos Estudos Empresariales ("IAE"), na Argentina. Juntou-se ao Banco JP Morgan em 1992 como Diretor atuando na área de investimento em São Paulo, destacando - se nas atividades de fusões e aquisições para América Latina. Recentemente, vem atuando como consultor do grupo JP Morgan Partners. Antes de juntar - se a esta instituição, Francisco trabalhou no Departamento de Planejamento estratégico da Telefônica na Argentina e, anteriormente, no Departamento de Planejamento Financeiro da Siderca, uma das maiores produtoras de aço na Argentina. É fluente em espanhol, inglês e português. Sua experiência engloba extensivo conhecimento no desenvolvimento de negócios da Argentina e Brasil destacando - se as áreas de telecomunicação, seguro, alimentício, real state, varejo, entre outros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

JAMES FIRTH MARTIN – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (LAIF)

Nascido em 28.12.1954, canadense, solteiro e administrador de empresas. Formado em Economia Internacional - Administração de Empresas pela Universidade de Georgetown e Mestrado MBA pela Universidade de Columbia, em 1975. Ocupou cargos de confiança como: Diretor do International Finance Corporation, Gerente responsável pelos países Itália, México e Cingapura do Banco de Boston S. A. e Diretor do AIG - GE Capital Latin American Infrastructure Fund.

PAULO FERNANDO FLEURY DA SILVA E SOUZA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (BRP/JP MORGAN)

Nascido em 16.09.1946, brasileiro, casado e engenheiro. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1969, tornou-se Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971 e Ph.D em Administração Industrial pela Loughborough University of Technology – Inglaterra, em 1976. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança como : Professor Titular de Logística Empresarial, Estratégia de Operações e Competitividade Industrial do Instituto de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Consultor de diversas empresas privadas e estatais. Foi também o Superintendente Geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

ELIAS DAVID NIGRI – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (BNDES)

Nascido em 11.11.1950, brasileiro, casado e engenheiro civil. É Engenheiro Civil formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 1972 e MBA em finanças pelo IBMEC, com diploma obtido em 1997. Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, maior malha ferroviária brasileira concessionada, com 7.000 km. Diretor de Logística da Cia Vale do Rio Doce aonde implantou a Unidade de Negócios de Carga Geral, de abrangência nacional, operando terminais portuários e ferroviários nas regiões sudeste, norte e nordeste, utilizando a capacidade das duas maiores ferrovias brasileiras, comercializando serviços de transporte e logística. Ocupou ainda na empresa, o cargo de Gerente Geral de siderurgia e participou da implantação do Projeto Carajás, coordenando o projeto da ferrovia, desde sua concepção até a implementação operacional. Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, responsável pelas áreas de mineração e importação de insumos, para abastecimento à Usina (1993 a 1995). Professor do Departamento de Engenharia Civil, cadeira de Estradas, dando ênfase ao desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e avaliação de projetos, considerando a matriz de transportes brasileira. Integrou o Conselho de Administração de diversas empresas do setor de transportes (Ferrovia Centro – Atlântica, Cia Ferroviária do Nordeste, Ferrovia Bandeirantes, Sepetiba Tecon, Docenave, Rio Doce Pasha Terminal), siderurgia e mineração (Nova Era Silicon, Siderar e Minas Serra Geral). Participou da formação da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privativos (ABTP), da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF) e da Companhia de Desenvolvimento do Sudeste.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

TESEO RAMON BERGOGLIO – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (LAIF)

Mestre em Administração de Empresas (Washington DC, USA - Maio 2001); Prêmio Beta Gamma Sigma – 10 melhores alunos. Mestre em Economia (Buenos Aires, Argentina – Dezembro 1997). Bacharel em Administração de Empresas (Análise de Contabilidade Principal), Instrutor de Princípios de Economia; Programa Semestral de Intercâmbio na Universidade de Administração de Negócios de Georgetown (15 créditos). Experiência Profissional: Sócio da AIG-GE Capital Latin American (Washington DC, USA – Janeiro de 2002 até o presente), gerenciou investimentos em todos os estágios do ciclo de vida do projeto, do investimento ao resultado. Mobilizou esforços na busca de alternativas de investimento na região. Estruturou, avaliou e negociou transações nos setores de telecomunicações, energia e transporte. Desempenhou estruturação financeira e avaliação para novos projetos e projetos já existentes, influenciando compra e decisões de saída diretamente. Levantou financiamento de \$100 milhões para duas companhias com agências multilaterais e bancos internacionais, participando na estruturação, negociação e documentação final dos empréstimos; ENRON CORP (Houston TX, USA – August 2001 – December 2001), Trabalhou no escritório de São Paulo por dois meses e reavaliou o poder da fábrica recentemente adquirida, avaliou transações a médio prazo com opções embutidas, avaliou transações de comércio e modelou o sistema de fluxo monetário automático; Corporação Interamericana de Investimento (Grupo IDB) (Washington DC, USA June 2000 – August 2000), Avaliou portfólio de investimentos de aproximadamente \$ 100 milhões em 23 Fundos Privados de Patrimônio Líquido na América Latina. Reportando resultados ao Comitê de Investimento e Conselho de Administração. Analisou um investimento de patrimônio líquido de \$ 10 milhões no Banco de Desarrollo (Chile). Resultados direcionaram para termos mais otimizados de negociação para o IIC. Avaliou investimentos potenciais em vários fundos de patrimônio líquido privado e participou no processo do Comitê de Investimento, O Grupo IDB é o maior na indústria de Patrimônio líquido privado na região; BBV, Banco Francês S A (Buenos Aires, Argentina), Oficial de Contabilidade Sênior (Setembro 1995 – Agosto 1999), gerenciou portfólio de mais de 50 empresas líderes com renda de \$100 milhões a renda superior a \$ 1 bilhão para o segundo maior banco da Argentina, aumentou o tamanho do portfólio nas empresas relacionadas em 60%, originou, negociou e vendeu serviços integrais de não-crédito para empresas de aço e cimento resultando em mais de \$1 milhão de renda anual, analisou o desempenho financeiro e econômico de empresas. Propôs facilidades de crédito apropriadas ao Comitê de Crédito baseado em resultados ganhando alta visibilidade dentro do banco, triplicou o portfólio em dois anos de \$ 70 milhões para \$ 200 milhões, negociou com CFOs para trazer IPOs e projetos financeiros de longo termo para o mercado, analisou a estrutura de capital dos clientes e recomendou estratégias internas e alternativas de financiamento internacional, ganhou competição “New Account” (5 prêmios dados entre 5000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

empregados), mobilizou esforços para desenvolver produtos customizados; Telex AS, Gerente de Compras para mercados europeus, relação otimizada com fornecedores, viajando para exposições de empresas e fábricas de fornecedores. Reduziu custos de estoque em mais de 20%, em dois anos e duplicou a renda da empresa. Habilidades e Interesses: Lapacho Fundação para o Pobre. Fundou a Campanha das Missões e providenciou 13 bolsas de estudo.

CARLOS ALBERTO ZACHERT – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 20.06.1966. Graduado em Ciências Contábeis e Pós- Graduado em 1989. Kursou o MBA- Executivo em Finanças do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais e se especializou em Ciências Contábeis com enfoque em Finanças na Universidade de Brasília. Atuou como Assistente Administrativo na Indústria de Confecção Coureiro Calçadista, Caixa Executivo em Estabelecimento Bancário na Banrisul, Supervisor de Agência na Caixa Econômica Federal, Analista de Investimento e Programas na Caixa Econômica Federal e Analista de Investimentos na FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais.

HELIO WALTER FERNANDES DE OLIVEIRA – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 16.03.49, brasileiro, casado e economista. Formou-se em Ciências Matemáticas pelo IME em 1969; na Faculdade de Economia e Administração pela USP – Universidade de São Paulo em 1972; e em Economia Brasileira – INSS – Auditor pela Universidade de Pequim em 1985. Em sua experiência profissional trabalhou na REPRES.- EXTER e na GERADJ- AGENC.

ANGELO JOÃO BONFÁ – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 18.11.1940. Formou-se em Ciências Sociais na PCU (SP) no ano de 1968 e concluiu sua pós-graduação em Estrutura e métodos do Ensino Superior AEUDFJCATTI em 1983. Atuou como professor nos cursos de Sociologia Geral, Sociologia Educacional e Sociologia de Desenvolvimento. Em sua experiência profissional, trabalhou como Assessor de Diretoria do Banco do Brasil do Comercio e Indústria de São Paulo, foi funcionário e Gerente Substituto da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Chefe de Setor na Secretaria da Administração Federal da Presidência da República e marketing e Publicidade de Itapira (SP) Proprietário da Agência.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

ELIAS DAVID NIGRI – DIRETOR PRESIDENTE

Nascido em 11.11.1950, brasileiro, casado e engenheiro civil. É Engenheiro Civil formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 1972 e MBA em finanças pelo IBMEC, com diploma obtido em 1997. Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, maior malha ferroviária brasileira concessionada, com 7.000 km. Diretor de Logística da Cia Vale do Rio Doce aonde implantou a Unidade de Negócios de Carga Geral, de abrangência nacional, operando terminais portuários e ferroviários nas regiões sudeste, norte e nordeste, utilizando a capacidade das duas maiores ferrovias brasileiras, comercializando serviços de transporte e logística. Ocupou ainda na empresa, o cargo de Gerente Geral de siderurgia e participou da implantação do Projeto Carajás, coordenando o projeto da ferrovia, desde sua concepção até a implementação operacional. Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, responsável pelas áreas de mineração e importação de insumos, para abastecimento à Usina (1993 a 1995). Professor do Departamento de Engenharia Civil, cadeira de Estradas, dando ênfase ao desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e avaliação de projetos, considerando a matriz de transportes brasileira. Integrou o Conselho de Administração de diversas empresas do setor de transportes (Ferrovia Centro – Atlântica, Cia Ferroviária do Nordeste, Ferrovia Bandeirantes, Sepetiba Tecon, Docenave, Rio Doce Pasha Terminal), siderurgia e mineração (Nova Era Silicon, Siderar e Minas Serra Geral). Participou da formação da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privativos (ABTP), da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF) e da Companhia de Desenvolvimento do Sudeste.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

SÉRGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA – DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Nascido em 13.06.1958, brasileiro, solteiro e contador. Formou-se em Ciências Contábeis pela CEUB/DF no ano de 1985 e em Administração Postal pela ESAP / DF no ano de 1980. Participou de diversos cursos de extensão no mercado de capitais e nas áreas de Previdência Privada e Governança Corporativa (ABMEC, IBMEC, ABRAPP, BVRJ, BOVESPA, FGV IBRI e IBGC). Em sua experiência profissional atuou como administrador especializado em logística de transportes e suprimentos na ECT – Correios de 1987 a 1983, nas áreas de auditoria e de transportes no Banco de Brasil de 1983 a 1986, e em diversas áreas na PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil de 1986 a 1997. Desde 1998 atua como diretor na Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer e a partir de junho de 2000 também como diretor presidente da Portofer.

JOÃO GOUVEIA FERRÃO NETO – DIRETOR DE OPERAÇÕES

Nascido em 22.01.58, brasileiro, casado e engenheiro. Graduiu-se em Engenharia Mecânica e obteve os diplomas dos cursos de especialização em Logística na FGV - Fundação Getúlio Vargas, de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes na USP – São Carlos e de MBA em Gestão Empresarial na FGV - Fundação Getúlio Vargas. Atualmente está cursando Negociação Empresarial também na FGV. Iniciou sua carreira profissional na FEPASA em 1981, como estagiário nas áreas de manutenção e transporte. A partir de então assumiu sucessivamente os seguintes cargos: Engenheiro Auxiliar de Material Rodante, Engenheiro de Operações, Chefe da Divisão de Distribuição de Vagões, Gerente de Operações, Superintendente Regional, Superintendente de Produção e Superintendente de Operações. Assumiu a Diretoria de Operações da FERROBAN, empresa sucessora da FEPASA, de maio de 1999 a julho de 2000. Tornou-se Presidente da FERROBAN de julho de 2000 a dezembro de 2002. Desde março de 2003 é Diretor de Operações da Brasil Ferrovias S.A. e suas controladas. Foi homenageado pela revista Ferroviária como “Ferroviário do Ano 2000”.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR**JOSÉ MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA – DIRETOR COMERCIAL**

Nascido em 19.03.1954, Americano, casado e economista. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1977, obteve pós-graduação em Finanças na PUC-RJ em 1983, e graduou-se no MBA de Management da The Lubin Graduate Scholl Of Business – Pace University (EUA) em 1994 e no MBA de Varejo da FGV/RJ em 2000. Em sua experiência profissional atuou nos escritórios do Rio de Janeiro e Nova Iorque da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de 1977 a 1995, em diversas posições nas áreas econômica e comercial. De 1995 a 1997 atuou como diretor comercial da Cia. Paulista de Ferro Ligas S/A, como consultor que atuou na Marubeni do Brasil, CVRD e Eramet Manganese, como empresário na empresa Lápis de Cor Franchising Ltda. em 1999-2000 e a partir de 2000 como diretor comercial da Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer.

SALVIO JOSE LUIZ – DIRETOR DE FINANÇAS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Brasileiro, casado, 53 anos de idade. Formou-se em Administração de Empresas em 1976 na ESAN – Escola de Administração de Negócios (SP), e em Ciências Contábeis em 1978 nas Faculdades Tibiriçá (SP). Adicionalmente, concluiu o curso de Especialização em Finanças da PUC – Pontifícia Universidade Católica (SP) em 1979. Em sua carreira profissional atuou como gerente de Open Market no banco HSBC (ex-Bamerindus) (1976-1981), gerente financeiro da São Paulo Alpargatas (1981-1986), Diretor Financeiro no grupo Villares (1986-1987), Diretor Financeiro na Metal Leve (1987-1997) e Diretor Financeiro da Bicicletas Caloi (1997-1999) através de contrato de gestão junto ao grupo EVM (ex-MGDK). Atuou ainda como responsável pela área de Finanças da OfficeMax Brasil S/A e responsável pelas áreas de Finanças, controladoria, auditoria e legal da Linea Paraná Madeiras Ltda. Desde maio/2003 é diretor de finanças e relações com investidores das empresas Brasil Ferrovias, Ferronorte, Ferroban e Novoeste.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
ARCA	27/12/2002	7	0	SIM	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					
18/11/1999					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
01	BRASIL FERROVIAS S/A		02.457.269-0001/27		BRASILEIRA		SP	
	374.509	99,07	2.950	17,63	377.459	95,62	27/12/2002	SIM
97	AÇÕES EM TESOURARIA							
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
98	OUTROS							
	3.527	0,93	13.777	82,37	17.304	4,38		
99	TOTAL							
	378.036	100,00	16.727	100,00	394.763	100,00		

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
PREVI-Caixa de Prev. Func. Banco Brasil		21/02/01	

2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
7 - % 8 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0102	FUNCEF - Fund. dos Economistas Federais	21/02/01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0103		Constran S/A Construções e Comércio				21/02/01	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
010301		Olacyr Francisco de Moraes		045.535.198-87		Brasileiro		SP					
560.211.700		99,99		0		0,00		560.211.700		99,99			
010302		Transmix - Engenharia, IND e Com. S/A		60.955.465-0001/28		Brasileira		SP					
2.800		0,01		0		0,00		2.800		0,01		19/05/2000	
010399		TOTAL											
560.214.500		100,00		0		0,00		560.214.500		100,00			

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
010302	Transmix - Engenharia, IND e Com. S/A		19/05/00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
2.800	0,01	0	0,00	2.800	0,01	19/05/2000
010399	TOTAL				560.214.500	100,00
560.214.500	100,00	0	0,00	560.214.500	100,00	

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0104	Laif V, LLC		21/02/01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - NOME/RAÇÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
0105		Banco Bradesco S/A		21/02/01									

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0106	BRP Ferronorte LLC	21/02/01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
J.P. Morgan Partners (BHCA), LP		21/02/01	

2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF							
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0108	Outros		21/02/01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
8 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 27/12/2002

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA	1,5198000000	378.036	574.531	574.531
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A	NOMINATIVA	2,9500000000	11.597	34.212	34.212
04	PREFERENCIAIS CLASSE B	NOMINATIVA	2,9916000000	5.130	15.346	15.346
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			394.763	624.089	624.089

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	23/09/2002	535.034	2.264	Subscrição Particular em Dinheiro	737	3,0700000000
02	25/09/2002	544.089	9.055	Subscrição Particular em Dinheiro	2.950	3,0700000000
03	27/12/2002	624.089	80.000	Subscrição Particular em Dinheiro	26.059	3,0700000000

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
1.500.000	0	28/04/2000

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		500.000
02	PREFERENCIAIS		1.000.000

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - % TIPO DIVIDENDO FIXO	6 - % TIPO DIVIDENDO MÍNIMO	7 - % TIPO DIVIDENDO CUMULATIVO	8 - BASE DE CÁLCULO	9 - PREV. REEMBOLSO DE CAPITAL	10 - PRÊMIO	11 - DIREITO A VOTO
01	ORDINÁRIA		95,76	25,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	NÃO	NÃO	SIM
02	PREFERENCIAL	A	2,94	35,00	35,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	SIM	NÃO
03	PREFERENCIAL	B	1,30	25,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	SIM	NÃO

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
10/07/2002	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Divulgação Externa

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	47	MENSAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2002

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2001

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2000

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	-245.680	-154.429	-20.839

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA					
01	PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.835.338/0001-51	FECHADA COLIGADA	50,00	0,49
02	TENORTE S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.605.622/0001-79	ABERTA CONTROLADA	100,00	0,20
03	TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	04.244.527/0001-12	FECHADA COLIGADA	50,00	1,57

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SEP/GER/DCA-97/018
4 - DATA DO REGISTRO CVM	08/10/1997
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1997
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP + juros de 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Base Receita Líquida Auferida
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	30/09/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/01/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	02
3 - Nº REGISTRO NA CVM	N/A
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	10/04/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	10/04/2007
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP + 4% de juros a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	60.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	10/04/2004

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - N° ORDEM	03
3 - N° REGISTRO NA CVM	N/A
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	A
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	14/01/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	14/01/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP + 4% de juros a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	40.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	40.000.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	40.000.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	09/01/2005

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	04
2 - Nº ORDEM	04
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DCA/2002/002
4 - DATA DO REGISTRO CVM	17/09/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/06/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/02/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% da variação do CDI a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	45.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	4.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	4.486
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	14
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	19/05/2003
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/11/2003

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Durante a década de 80, o Grupo Itamarati, um dos produtores agrícolas afetados pelo problema de escoamento das safras, verificou, por meio de estudos de viabilidade, a possibilidade de implantação de uma ferrovia capaz de assegurar o transporte da produção agrícola da região Centro-Oeste do Brasil. Após ter concluído os estudos nesse sentido, o Grupo Itamarati constituiu a Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil em 22 de setembro de 1988, com sede em Cuiabá/MT, com a especial finalidade de habilitá-la a participar da licitação destinada à execução deste projeto, tendo sido a Emissora a primeira concessionária privada estruturada no País.

Em 15 de dezembro de 1988, a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Legal, através de seu Conselho Deliberativo, declarou como de interesse para o desenvolvimento econômico dessa região o projeto de extensão da Ferronorte de Alto Taquari/MT até Cuiabá/MT e, conseqüentemente, merecedor da colaboração financeira dos recursos administrados pela SUDAM, e da redução do Imposto de Renda na forma prevista no Art. 22 do Decreto-lei 756, de 1969 e alterações posteriores. Em 18 de agosto de 1994, o projeto foi enquadrado na SUDAM, atendendo à Lei n.º 8.167 de 1991.

A Ferronorte venceu o processo de licitação para o qual se habilitou, e celebrou, em 19 de maio de 1989, o Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário, pelo qual ficou outorgada à Ferronorte, pelo prazo de 90 anos, prorrogável por igual período, a concessão para desenvolvimento de um sistema ferroviário de 5 mil kms, denominado Ferrovias, que abrangia a construção, operação, exploração e conservação de via férrea ligando as cidades de Cuiabá/MT, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Aparecida do Taboado/MS, Porto Velho/RO e Santarém/PA.

Nos termos do Contrato de Concessão, o sistema Ferrovias deveria ser implantado em duas fases: (i) Fase I, que compreendia o trecho de Cuiabá/MT a Santa Fé do Sul e um ponto até Uberaba/MG ou Uberlândia/MG, tendo prazo de 6 anos para a conclusão das obras da 1ª etapa, a contar da aprovação do projeto básico pelo Ministério dos Transportes; e (ii) Fase II, que incluía as ligações que se articulam com as hidrovias da Bacia Amazônica, ou seja, os trechos entre as cidades de Cuiabá/MT – Porto Velho/RO e Cuiabá/MT – Santarém/PA. O prazo para conclusão da Fase II somente seria estabelecido no ano em que fossem realizados os respectivos estudos de viabilidade.

Após a assinatura do Contrato de Concessão foram celebrados diversos aditamentos com intuito de prorrogar os prazos de elaboração de projeto básico e da conclusão das obras, que mostravam-se impraticáveis devido a limitações de caráter financeiro, político e técnico. Através destes aditamentos a Ferronorte comprometeu-se a desenvolver o sistema Ferrovias por trechos, dada a viabilidade econômico-financeira de cada trecho e a capacidade de endividamento da empresa. A Fase I do desenvolvimento da concessão passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Aparecida do Taboado/MS e Alto Taquari/MT. A Fase II passou a compreender o trecho de via entre os municípios de Alto Taquari/MT e Rondonópolis/MT. O desenvolvimento dos demais trechos do sistema Ferrovias dependerá de novos estudos de viabilidade, a serem feitos após a conclusão das obras da Fase I e II.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em julho de 1992, a FERRONORTE obteve do BNDES um financiamento para a construção dos primeiros 311 quilômetros de via e instalações da Fase I, localizados entre os municípios de Aparecida do Taboado/MS e Chapadão do Sul/MS. Um dos problemas enfrentados na implementação deste trecho foi a construção da ponte rodoferroviária localizada sobre o lago de Ilha Solteira, no rio Paraná, indispensável para a conclusão desta fase do projeto. Em virtude de divergências sobre quem seria responsável pela realização desse investimento, as obras na ponte, e conseqüentemente as da via férrea, ficaram praticamente estagnadas durante dois anos. Somente em 1996, com a inclusão do projeto de construção da ponte no programa “Brasil em Ação” do Governo Federal, as obras da ponte foram retomadas e a Ferronorte reiniciou a construção da ferrovia. A partir de então a dificuldade passou a ser a atração de novos investidores para o empreendimento, para viabilizar o término das obras, a aquisição de locomotivas, vagões e equipamentos e o início da operação.

Em 20 de agosto de 1997, ingressaram como acionistas da Ferronorte a PREVI, a FUNCEF, BRP Ferronorte LLC (do grupo financeiro Chase, hoje JP Morgan), o BNDESPar, o Bradesco, e, posteriormente, o LAIF V Ltd., um fundo estrangeiro para investimento em infra-estrutura, constituído por quotistas como a GE Capital e a seguradora AIG. Com a entrada de novos sócios, as obras da Ferronorte voltaram ao ritmo normal.

Em Janeiro de 1998 o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso inaugurou a ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná. A Ferronorte inaugurou seu primeiro trecho operacional de 110 Kms e o primeiro terminal de grãos em Inocência/MS em maio de 1998. A ferrovia chegou em Chapadão do Sul/MS no quilômetro 291 em dezembro de 1998, e chegou a Alto Taquari/MT em julho de 1999, concluindo assim as obras referentes à Fase I da concessão, que incluíram 410 Kms de via permanente e dois terminais de carga/descarga. A Fase I do projeto da Ferronorte representou um investimento total de R\$ 1.300.000 mil.

O desenvolvimento da Fase II da concessão iniciou em 2001 e conta com financiamentos do BNDES e da SUDAM/FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia. Um primeiro trecho de 100 quilômetros de via que liga Alto Taquari/MT a Alto Araguaia/MT, assim como um terminal de carga/descarga em Alto Araguaia/MT, já está pronto e operando desde maio/2002. Em junho de 2003 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva simbolicamente inaugurou o terminal de Alto Araguaia/MT. O desenvolvimento dos 200 Kms restantes da Fase II, que incluem a via férrea entre Alto Araguaia/MT a Rondonópolis/MT e um terminal de carga/descarga em Rondonópolis/MT, depende de nova liberação de recursos deste financiamento.

A infra-estrutura dos terminais de Alto Taquari/MT, Alto Araguaia/MT e do Terminal XXXIX no Porto de Santos foi e continua sendo desenvolvida pela Ferronorte em parceria com alguns de seus clientes. Entre estes constam a Cargill, Cargill Fertilizantes, Fertibrás, Galvani, Ipiranga, Petrobrás e Caramuru. Em julho/2003 começa a construção de mais um terminal da Ferronorte no Porto de Santos, desta vez na margem esquerda, chamado TGG – Terminal de Granéis do Guarujá. O desenvolvimento deste que pretende ser o maior terminal graneleiro da América Latina, será feito em 4 fases e através de parceria da Ferronorte com o grupo Maggi e Bunge Alimentos. A primeira fase está orçada em R\$ 80 milhões e deverá ser concluída em 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Estrutura Organizacional

Em junho de 1998 as ações da Companhia foram incorporadas pela holding Ferropasa – Ferronorte Participações S.A., passando a ser uma subsidiária integral da mesma, juntamente com a Ferrovia Novoeste, antiga malha oeste da RFFSA, privatizada em junho de 1996. Em 01 de abril de 2002 a denominação social da Ferropasa mudou para Brasil Ferrovias S.A. Atualmente a Brasil Ferrovias detêm 95,62% do capital social da Companhia.

A Ferronorte é titular de 50% do capital social da Portofer Transportes Ferroviários Ltda. e da empresa Terminal XXXIX de Santos S.A. e titular de 100% do capital social da Tenorte S.A. e da empresa Ferronorte Locadora de Vagões S.A.. A Portofer foi constituída pela Ferronorte, em associação com a Ferroban, em 2000, para explorar e administrar os serviços de transportes ferroviários no porto de Santos. A Terminal XXXIX foi constituída pela Ferronorte e pela Caramuru Administração e Participações S.C. Ltda., para servir de apoio ao transbordo de cargas que chegam ao porto de Santos para exportação. A Tenorte foi constituída para receber o arrendamento de uma área de 100.000 m2 para o desenvolvimento de um terminal para graneis agrícolas e outras mercadorias no Porto de Santos. Esta área tinha um passivo irremovível e foi devolvida à CODESP em 2000. As áreas que foram concedidas em substituição a esta referem-se justamente às áreas onde localizam-se o Terminal XXXIX e o TGG. A Ferronorte Locadora de Vagões S.A. tem por objeto social a aquisição, manutenção de vagões e a prestação de serviços com a finalidade específica de negociar a locação de vagões ferroviários e serviços afins.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O setor de transporte de carga do Brasil caracteriza-se pela concentração no uso do modal rodoviário, significativamente maior do que outros modais de transporte como o ferroviário, aéreo e fluvial. As dimensões continentais do Brasil, ao mesmo tempo que exigem um sistema de logística otimizado e com modais integrados, permitem que tais modais sejam desenvolvidos física e economicamente. No entanto, o setor de transportes caracteriza-se pela falta de integração dos modais existentes. De todo o volume de cargas transportado no território brasileiro hoje em dia, 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário. Em 1996, logo antes do início das privatizações das ferrovias o modal ferroviário respondia por 19% do transporte de cargas no Brasil (dados do Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes).

A ferrovia é o meio de transporte mais econômico para a realização de transportes terrestres de longa distância, sendo essencial para o deslocamento de grandes quantidades de mercadorias no território brasileiro ou em uma cadeia logística internacional. O modal ferroviário caracteriza-se pelos altos investimentos, baixas tarifas relativas para grandes distâncias e transporte de grandes volumes de carga.

No Brasil, a maior parte da malha ferroviária usada hoje em dia foi construída no século XIX e início do século XX. A histórica falta de visão, atenção e investimento neste importante modal, entre outros fatores institucionais, político-econômicos e técnico-operacionais, levou a significativos problemas estruturais e distorções na logística de transporte de cargas no Brasil hoje, como a operação de vias com bitolas diferentes, trechos sem viabilidade econômica, trens passando dentro de cidades, baixa velocidade média, baixa produtividade do material rodante e significativo número de acidentes, entre outras conseqüências. No início dos anos 90, a malha ferroviária nacional contava com cerca de 29 mil kms de linha férrea e era operada basicamente por 4 grandes empresas: (i) RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.; (ii) Estrada de Ferro Vitória-Minas; (iii) Estrada de Ferro Carajás; e (iv) FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., sendo as 3 primeiras de propriedade do Governo Federal e a última de propriedade do Governo do Estado de São Paulo.

Nesta época o Governo Federal não dispunha dos recursos necessários para melhorar as condições da malha ferroviária e ainda tinha de cobrir sucessivos déficits das suas empresas no setor. Objetivando desonerar a União, fomentar investimentos e aumentar a eficiência operacional das ferrovias, o governo decidiu por dividir a malha ferroviária nacional e adotar o modelo de arrendamento e privatização. A Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas foram privatizadas juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce. A FEPASA foi negociada pelo governo do Estado de São Paulo como parte do pagamento da dívida do Banco Banespa com a União. Sendo assim, a FEPASA seria privatizada de forma isolada. A RFFSA foi dividida em seis trechos, objetivando sua privatização: (i) malha Oeste, abrangendo a SR-10 (Bauru), com 1.623 km, (ii) malha Centro-Leste, reunindo a SR-2 (Belo Horizonte), SR-7 (Salvador) e SR-8 (Campos), com 7.080 km; (iii) malha Sudeste, reunindo a SR-3 (Juiz de Fora) e SR-4 (São Paulo), com 1.674 km; (iv) Estrada de Ferro Tereza Cristina, abrangendo a SR-9 (Tubarão), com 164 km; (v) malha Sul, reunindo a SR-5 (Curitiba) e SR-6 (Porto Alegre), com 6.586 km; e (vi) malha Nordeste, reunindo a SR-1 (Recife), SR-11 (Fortaleza) e SR-12 (São Luís), com 4.534 km.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Atualmente existem cerca de 15 empresas concessionárias encarregadas do transporte de cargas do modal ferroviário. As empresas vencedoras dos leilões de privatização das malhas ferroviárias herdaram do governo uma malha em estado de abandono, baixa produtividade e obsolescência. Para organizar as empresas, recuperar as principais malhas e resgatar os clientes tradicionais, as concessionárias de ferrovias estão realizando investimentos para inaugurar uma era de modernização no segmento de transportes de cargas, com a utilização de recursos estratégicos, tecnologia de ponta e oferta de serviços diferenciados. De 1996 a 2002 as concessionárias investiram cerca de R\$ 3 bilhões, reduziram os acidentes em cerca de 35% e dobraram a produtividade. Adicionalmente, as concessionárias estão procurando ampliar o rol de produtos transportados que, nos dias de hoje, compõe-se basicamente de minérios e produtos agrícolas.

Como consequência desta série de investimentos, melhorias e expansões no setor, entre diversos outros fatores, espera-se que a malha ferroviária no País aumente sua participação no mix de transportes. Em maio/2003 o governo federal anunciou um plano de reformulação do setor ferroviário que, se implementado, trará modificações significativas nas áreas de atuação das atuais concessionárias privadas, reorganização das participações societárias nessas empresas e investimento público e privado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 18 meses. Adicionalmente o BNDES deverá abrir novas linhas de crédito, e será criado um fundo de aval a empréstimos/investimentos, entre outras iniciativas. O potencial de crescimento no setor ferroviário no mercado de transporte brasileiro é bastante promissor.

Inserida neste contexto, especificamente a Ferronorte tem procurado diferenciar-se no mercado de fretes de carga ao oferecer alternativas integradas a seus clientes, além de tarifas competitivas e atuação dentro dos padrões de qualidade requeridos pelo mercado. O transporte feito pela Ferronorte é altamente concentrado em soja, farelo de soja e produtos relacionados ao seu plantio e transporte. Consequentemente há uma concentração do faturamento em um número reduzido de clientes de grande porte, como Cargill, ADM, Bunge, Caramuru, Maggi, etc.. Este fator facilita o processo de negociação com os clientes, de forma a estabelecer-se contratos de transporte de prazo mais elevado, haja vista a possibilidade da ferrovia de oferecer uma estrutura tarifária mais regular, sem grandes variações em função de aspectos de sazonalidade do mercado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

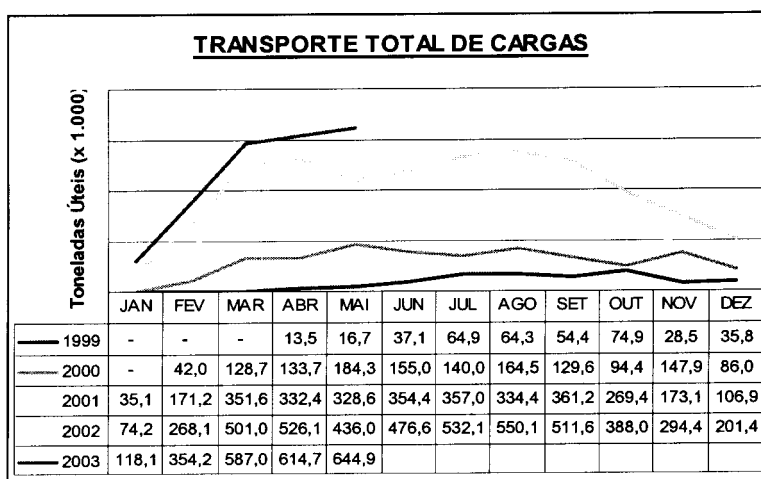
Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A sazonalidade no transporte de cargas pela Ferronorte decorre da disponibilidade das cargas agrícolas que transporta em maior volume, principalmente a soja. Os principais fatores que determinam este efeito são o período de safra destes grãos na região Centro-Oeste do Brasil e o preço internacional "destas commodities" aliada à taxa cambial.



Dados disponíveis até maio/2003

Pode-se considerar o período entre março e novembro de cada ano como aquele de máximo volume na demanda por transportes de produtos de origem agrícola. No entanto, a sazonalidade do transporte destes produtos pode mudar em função de diversos fatores, com as mudanças nos períodos de colheita e aumento da capacidade de armazenamento das cargas, ou seja, a demanda por transporte tende a ficar mais linear ao longo do ano.

SOJA: A colheita da soja na região Centro-Oeste do Brasil normalmente acontece entre os meses de fevereiro e maio. Parte desta soja é esmagada na região e torna-se farelo e óleo de soja. A soja em grãos destinada à exportação através do Porto de Santos é transportada em maior volume pela Ferronorte nos meses de março a setembro.

FARELO DE SOJA: O transporte de farelo de soja destinado a exportação via Porto de Santos mostra-se a partir de 2001 praticamente linear ao longo do ano. Tal fato ocorre em função da instalação de novas fabricas e armazéns na região Centro-Oeste, que acabam por regularizar o fluxo de farelo para o porto de Santos. No entanto, estas fábricas e armazéns em geral reduzem suas atividades para fazer manutenções e reformas nos meses de dezembro e janeiro, o que leva a uma queda no transporte de farelo nesta época.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

MILHO: O milho produzido na região Centro-Oeste apresenta dois períodos de safra ao longo do ano, sendo a primeira colheita em fevereiro e março e a segunda em junho e julho. Este milho é destinado ou a ficar na região Centro-Oeste e Sudeste para servir de ração para animais ou para ir para o mercado externo através do Porto de Santos, o que varia significativamente em função do preço externo desta “commodity” e da demanda interna. A Ferronorte transporta parte do milho do Centro-Oeste destinado a consumo na região Sudeste e a exportação via porto de Santos, porém, dada a volatilidade deste mercado, este transporte é efetuado através de contratos “spot”, ou seja, por volumes determinados e condições específicas por transporte.

FERTILIZANTES: O transporte de fertilizantes feito pela Ferronorte dá-se no sentido importação, ou seja, da região Sudeste para região Centro-Oeste. O fertilizante transportado em geral vai servir para o plantio da soja no Centro-Oeste, o que acontece logo após a safra. Desta forma, o transporte de fertilizantes pela Ferronorte fica concentrado nos meses de junho a novembro.

DERIVADOS DE PETRÓLEO: A partir do segundo semestre de 2001 a Ferronorte passou a transportar de modo mais acentuado derivados de petróleo, notadamente óleo diesel e gasolina, no sentido importação. A maior parte do volume transportado de diesel servirá para abastecer os caminhões no Centro-Oeste que fazem o escoamento das safras agrícolas. Desta forma, o transporte dos derivados de petróleo mostra-se correlacionado com as safras da produção agrícola do Mato Grosso.

OUTROS PRODUTOS: A Ferronorte também transporta atualmente outros produtos, em menor volume. O transporte do açúcar, álcool e fardos de algodão produzidos no Centro-Oeste acontece de modo mais concentrado no final do período de colheita da cana de açúcar e algodão. A safra da cana de açúcar na região Centro-Oeste acontece de maio a novembro.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	TRANSPORTE DE CARGAS	100,00

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	Óleo diesel e lubrif. Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	46,71
02	Vagões e peças locos/vag. Ansted-Maxion Fundação e Equip. Ferrov.	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	11,65
03	Locomotivas C-30 Linkup International, Corp.	SIM	5.947	NÃO	SIM		NÃO LIGADO	6,03
04	Pçs vagões e locomotivas Gevisa S/A	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	4,05
05	Pçs vagões e locomotivas MGS Montagens, Manut Geral e Serv. Esp.	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	2,63
06	Trilhos Huta Katowice S/A	SIM	3.097	SIM	SIM		NÃO LIGADO	3,14
07	Correia Transportadora Tecno Moageira Ltda.	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	1,98
08	Diversos Diversos	NÃO	0	SIM	SIM		NÃO LIGADO	23,80

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Soja em Grãos	
001	001	Cargill Agrícola S/A	27,54
001	002	Coinbra S/A	10,32
001	003	ADM Exportadora e Importadora S/A	8,77
001	004	Bunge Alimentos S/A	7,81
001	005	Caramuru Óleos Vegetais S/A	5,94
001	006	Sementes Maggi S/A	4,22
002		Farelo de Soja	
002	001	Bunge Alimentos S/A	10,89
002	002	ADM Exportadora e Importadora S/A	8,99
002	003	Sementes Maggi S/A	4,99
003		Derivados de Petróleo	
003	001	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	3,28
003	002	Petrobrás Distribuidora S/A	2,00
004		Fertilizantes	
004	001	Bunge Alimentos S/A	1,29
004	002	Cargill Agrícola S/A	0,88
005		Outros	
005	001	Usinas Itamarati S/A	1,19

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

10.04 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERC. (Reais Mil)
01	Soja em grãos	159.851	97.120	29.966
02	Farelo de soja	60.936	16.065	11.497
03	Milho	213	5.451	0
04	Fertilizantes	7.973	4.879	0
05	Combustível	12.925	4.424	0
06	Açúcar	2.920	3.192	0
07	Alcool	0	1.344	0
08	Mercadorias diversas	205	200	0
99	TOTAL	245.023	132.675	41.463

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A Ferronorte é uma concessionária que vende o serviço de transporte ferroviário de cargas em sua linha. Adicionalmente, a empresa presta serviços correlatos como carregamento/d Descarregamento e armazenagem de cargas, tração de trens de outras concessionárias (tráfego mútuo), direito de passagem de trens em sua linha, e manutenções/inspeções pontuais, entre outros.

Um transporte ferroviário normal da Ferronorte envolve recepção/armazenagem da carga no terminal e carregamento dos vagões; o transporte da origem ao destino; descarregamento dos vagões/armazenagem.

O carregamento, descarregamento e armazenagem de cargas ocorrem nos terminais localizados em pontos estratégicos da via férrea, principalmente nas pontas – no caso da Ferronorte os principais localizam-se em Alto Taquari/MT, Alto Araguaia/MT, Chapadão do Sul/MS, Santos/SP e Replan/SP. Estes terminais podem ser de propriedade parcial ou total da Ferronorte ou de propriedade de seus clientes, mas a administração e operação dos terminais da Ferronorte é terceirizada. O transporte das cargas até os terminais ou a partir deles não é responsabilidade da empresa.

O maior volume de transporte dá-se no sentido exportação, ou seja, Alto Araguaia/MT e Alto Taquari/MT para Santos/SP, sendo a maior parte composta por produtos agrícolas. Praticamente toda a carga originada pela Ferronorte passa pela malha da Ferrobán e por um pequeno trecho de via férrea da MRS na entrada no porto de Santos.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**Comercialização**

A negociação de contratos de transporte ferroviário é realizada caso a caso, levando-se em consideração as quantidades envolvidas e disponibilidade da infra-estrutura e equipamentos de transporte necessários, entre outras variáveis. A Ferronorte, através de sua área Comercial, mantém negociações com os clientes atuais e potenciais com o objetivo de oferecer transporte a custos competitivos junto ao mercado e alternativas de logística para satisfação dos interessados.

Distribuição

A distribuição das cargas transportadas pela Ferronorte ocorre após o seu descarregamento nos terminais, e normalmente acontece através de caminhões, quando trata-se do sentido Santos-Mato Grosso. No caso da exportação, após o descarregamento no Porto de Santos as cargas são encaminhadas para os trâmites de exportação.

No Porto de Santos a Ferronorte tem um investimento em parceria com a empresa Caramuru Administração e Participações S/C Ltda. no Armazém XXXIX, empresa que cuida da recepção de parte da carga transportada até lá. Operando a partir de maio de 2002, o armazém XXXIX tem condições atualmente de armazenar e movimentar soja e farelo de soja, e tem estrutura para levar esta carga até os navios.

Mercados

O serviço de transporte da Ferronorte atende principalmente grandes produtores agrícolas localizados na região Centro-Oeste. A Ferronorte serve a estes clientes como meio para levar seus produtos aos grandes mercados consumidores internos e externos. Tratando-se de longas distâncias, a Ferronorte pode oferecer condições extremamente favoráveis à operação de grandes volumes a custos mais competitivos se comparados aos outros modais. Além disso, a ferrovia também pode aproveitar-se da possibilidade de geração de cargas de retorno entre os pontos de destino das cargas agrícolas e as suas respectivas áreas de origem.

Exportação

Apesar da prestação de serviços pela Ferronorte não incluir a efetiva exportação das cargas que transporta, o maior ou menor volume exportado de produtos agrícolas originados no Centro-Oeste via Porto de Santos impacta diretamente na demanda por serviços da Ferronorte.

A política tarifária que a Ferronorte adota como premissa em sua área comercial é a de mostrar-se como a alternativa de logística mais competitiva para o transporte de cargas de longa distância, em relação aos modais de transporte concorrentes. As principais variáveis que influenciam a precificação do serviço de transporte são o produto a ser transportado e a distância (origem/destino). Outras variáveis importantes são o volume contratado, o prazo do contrato a ser negociado, a parceria com clientes nos negócios, a performance dos terminais de carga e descarga, a evolução dos preços das "commodities" transportadas e o preço do diesel. A Ferronorte tem procurado assinar a maior parte dos seus contratos para prazos acima de 1 ano - somente cerca de 5% a 10% da capacidade de transporte é deixada para negociação a preço "spot" ou corrente. As precificações dos outros serviços, como armazenagem, tração para terceiros, etc. seguem as respectivas práticas de mercado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

O transporte integra a maioria das atividades econômicas, sendo responsável pela ocupação de áreas produtivas e pelo movimento de produtos ao longo dos canais de distribuição localizados em diversas partes do Brasil e do mundo, promovendo, desta forma, o intercâmbio entre unidades de produção ou de armazenamento e os pontos de venda e compra de mercadorias.

Cada modal de transporte apresenta vantagens e desvantagens que acabam por determinar sua vocação na matriz de transportes de um país:

Meio de Transporte	Uso	Custo Fixo*	Custo Variável**	Facilidades
Aeroviário	Produtos de alta densidade, remessas de urgência e cargas complementares de baixa durabilidade	Alto	Alto	Rapidez e segurança
Dutoviário	Produtos como gases e líquidos	Excessivamente alto	Baixo	Segurança
Ferroviário	Cargas de grande tonelage e de baixo valor agregado	Alto	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Hidroviário	Cargas de grande tonelage	Médio	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Rodoviário	Encomendas pequenas, tais como cargas de caminhões	Baixo	Médio	Flexibilidade de Rotas e entregas ponto a ponto

* O custo fixo engloba as despesas com equipamentos e construção de terminais, linhas e portos.

** O custo variável engloba as despesas com combustível, manutenção e mão de obra.

O transporte fluvial, que compete com o ferroviário em custos, sofre uma série de restrições que vão desde limitações naturais ao curso necessário do rio para que o transporte seja competitivo, até uma série de restrições climáticas para não comprometer a segurança do transporte, além de necessitar de um tempo maior que o modal rodo-ferroviário para sair da mesma origem e atingir o mesmo destino.

A realização de baixos investimentos no setor de transportes criou uma grande dificuldade em integrar as modalidades de transportes existentes, tornando o Brasil altamente dependente dos transportes rodoviários. De todo o volume de cargas transportado no território brasileiro hoje em dia, 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário. O meio de transporte rodoviário é indubitavelmente o meio de transporte favorito no território nacional, sendo, destarte, considerado o principal concorrente do modal ferroviário.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

O principal mercado atendido pela Ferronorte é o de transporte dos produtos originados na região Centro-Oeste do Brasil, destinados à região Sudeste do Brasil e exportação através do Porto de Santos-SP. No sentido oposto, a Ferronorte transporta basicamente insumos para ativar a produção na região Centro-Oeste, como fertilizantes e combustíveis. Os principais concorrentes da companhia para atender este mercado são prestadores de serviços nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário que, através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes. As principais alternativas são: transporte rodoviário direto (porta a porta), e operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia.

O serviço de transporte de cargas pelos modais ferroviário e hidroviário exige concessão federal para operar em trechos e condições determinadas. A oferta dos serviços fica limitada ao trecho de via férrea ou ao trecho navegável do leito do rio, o que lhes dá flexibilidade praticamente nula. Desta forma, os operadores destes serviços acabam por deter monopólios ou oligopólios do serviço de transporte no seu modal e em sua área, o que compensa os altos investimentos envolvidos. Já o transporte de cargas pelo modal rodoviário não necessita de concessão, o que lhe dá grande flexibilidade em vista da quantidade de rodovias no País. No entanto, o número de prestadores de serviço neste modal, e conseqüentemente a concorrência para a Ferronorte, é bem maior. Desta forma, espera-se que a médio-prazo a entrada de novos concorrentes só aconteça diretamente pela entrada de novas transportadoras e indiretamente pelas combinações de modais que acabem por mostrar-se mais vantajosas em termos de custo, tempo de transporte, segurança, etc.

A Ferronorte apresenta diversos pontos favoráveis em relação às outras alternativas. Os principais são a capacidade de transportar grandes volumes de carga, o reduzido custo total e a possibilidade de redução no tempo total de transporte e transbordo. Como pontos desfavoráveis menciona-se o risco de maiores perdas de produto no trajeto, devido à necessidade de transbordos, e maiores perdas de tempo com acidentes. O primeiro ponto é mitigado através do investimento em melhores equipamentos para transbordo e vagões para o transporte. O segundo ponto é solucionado em boa parte através de melhorias na via permanente, o que também demanda investimento.

O serviço de transporte das "commodities" agrícolas do Centro-Oeste destinadas ao Sudeste e exportação, assim como o dos insumos necessários para o cultivo destes produtos na região, é vocação natural da Ferronorte, que foi criada justamente para atender esta demanda gerada pelo crescimento acentuado do plantio de Soja. Até há pouco tempo, a maior parte do transporte destas cargas dependia dos caminhões, o que onerava bastante a soja brasileira no exterior. Os caminhões também fazem o transporte de outras cargas da região Centro-Oeste, como algodão, carne, madeira, etc., que poderão a médio-prazo ser transportados por ferrovia. Este mercado chegará ao equilíbrio quando a Ferronorte melhorar o tempo e a confiabilidade de seu transporte, conseqüência dos investimentos que já vêm sendo feitos, e as tarifas se acomodarem para justificar o transporte de grandes volumes em grandes distâncias pela ferrovia e de volumes menores e distâncias menores pelos caminhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Informações sobre Marcas e Patentes

A Companhia é titular apenas de seu nome e logotipo, conforme consta da tabela abaixo:

Data	Venciment o	Certificado n.º	Marca	Classe
31.01.95	31.01.2005	817.111.255	FIGURATIVA	37.40
19.12.95	19.12.2005	817.485.309	FIGURATIVA	19.20
19.12.95	19.12.2005	817.485.295	FERRONORTE	19.20

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
01	TERRAS PARA O LEITO FERROVIÁRIO	Aparecida do Taboado-MS/Alto Araguaia-MT										
Diversos	MT	43.600,000	851,000	4	SIM	NÃO	NÃO					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A administração da Ferronorte entende ter dado passos importantes e decisivos, desde o início da operação da ferrovia em 1999, rumo ao crescimento do volume transportado e aumento de rentabilidade para este e para os próximos anos.

O volume total transportado tem crescido por volta de 1,4 milhões de toneladas úteis ao ano, o que representa crescimentos anuais de 260,5%, 125,8% e 49,9% em 2000, 2001 e 2002 respectivamente. O total transportado em 2002 foi de 4,8 milhões de toneladas úteis. Nos 5 primeiros meses de 2003 o volume total transportado foi maior em 28,4% em relação ao mesmo período de 2002. O orçamento para o ano de 2003 prevê o transporte de 6,4 milhões de toneladas úteis o que representará um aumento de 34%. O plano de negócios conservadoramente projeta o transporte total de 8,1 milhões de toneladas úteis em 2004, 8,7 milhões de toneladas úteis em 2005 e 9,2 milhões de toneladas úteis em 2006. Todos os contratos de transporte para 2003 já estão acertados.

O plano de negócios da Ferronorte considera, conservadoramente, o transporte somente das principais cargas que a empresa movimenta atualmente, ou seja, soja, farelo de soja, derivados de petróleo, fertilizantes e álcool. A empresa já identificou demanda pelos serviços de transporte da Ferronorte para diversas outras cargas, como carnes, madeira, cítricos, óleos vegetais, algodão e outros produtos de maior valor agregado. No entanto, há de se considerar que ainda existe hoje uma grande demanda reprimida para o transporte de soja e derivados, na região Centro-Oeste. O plano também não considera a expansão da via férrea até o município de Rondonópolis/MT, local onde poderia captar ainda mais cargas. Tais potenciais de crescimento só poderiam ser explorados mediante uma série de investimentos em infra-estrutura e material rodante apropriado, entre outros itens.

Ao mesmo tempo em que a Ferronorte busca aumentar rapidamente o volume transportado e sua receita, a empresa também tem tomado medidas importantes no sentido de redução de despesas operacionais e de reestruturação do cronograma de pagamentos das obrigações financeiras. A expectativa da empresa é que atinja o seu "breakeven point", ou seja, quando passará a dar lucro líquido, no ano de 2006.

Os investimentos que a Ferronorte pretende fazer nos próximos anos referem-se em geral ao aumento da capacidade dos terminais e ao aumento de produtividade dos ativos, ou seja, aquisição, reforma ou revisão de locomotivas e vagões e melhorias e reforma da via permanente.

Um dos investimentos importantes que a Ferronorte estará concretizando a partir do segundo semestre de 2003 é o desenvolvimento do TGG – Terminal de Granéis do Guarujá, a localizar-se na margem esquerda do Porto de Santos, em parceria com os grupos Bunge e Maggi. Tal terminal pretende ser o maior terminal graneleiro da América Latina e será de crucial importância para que a Ferronorte possa continuar aumentando o volume de cargas transportadas do Centro-Oeste destinadas a exportação. Os investimentos previstos na 1ª fase de obras, que deverá ficar pronta em 2004, são de R\$ 80 milhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

O plano de revitalização das ferrovias brasileiras, lançado pelo governo federal em maio de 2003, abre novas e grandes perspectivas para o crescimento deste setor, que permaneceu praticamente abandonado durante muito tempo e carece de altos montantes de investimento. A Ferronorte será indiretamente, porém significativamente, beneficiada pelas soluções propostas especificamente para as questões do direito de passagem/tráfego mútuo no trecho de 26 Kms da MRS na chegada no Porto de Santos, da redução de impostos na importação de material rodante e peças para o setor e da troca de trechos de via que acessam a margem direita do Porto, envolvendo a Ferrobán, MRS e CPTM. O impacto positivo virá na redução dos custos operacionais e no aumento da produtividade, em função do menor tempo para a realização de um ciclo (ida e volta).

Referente à expansão da via férrea de Alto Araguaia/MT a Rondonópolis/MT, a empresa vê novas perspectivas para a obtenção de financiamentos e o início do desenvolvimento deste trecho, em função do apoio dado pelo próprio Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto Ferronorte, na ocasião da inauguração do terminal de Alto Araguaia/MT em maio de 2003.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Seguem abaixo o descritivo dos principais contratos celebrados pela Ferronorte:

Contrato de Concessão

Em 19 de maio de 1989, foi celebrado entre o Governo Federal e a Ferronorte, o Contrato de Concessão para Estabelecimento de um Sistema de Transporte de Carga Ferroviário, pelo qual ficou concedida à Ferronorte a concessão para desenvolvimento de um sistema ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada entre a cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, às cidades de Uberlândia, Santa Fé do Sul, Porto Velho e Santarém, denominado Ferrovias, pelo prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. As Ferrovias deveriam ser implantadas em duas etapas: (a) a primeira etapa, com uma extensão de 1.600 a 1.700 km, compreendendo Cuiabá/MT a Santa Fé do Sul/SP, e um ponto até Uberaba/Uberlândia/MG, tendo para conclusão das obras prazo de 6 anos, a partir da aprovação do projeto básico pelo Ministério dos Transportes; e (ii) a segunda etapa, que inclui as ligações com as hidrovias da Bacia Amazônica, ou seja, de Cuiabá/MT a Porto Velho/RO e Cuiabá/MT a Santarém/PA, cujo prazo seria estabelecido no ano em que fossem realizados os estudos de viabilidade.

Posteriormente aditivos foram celebrados com intuito de prorrogar o prazo para elaboração do projeto básico e para conclusão das obras, e restabelecer o inciso V da cláusula 2º do contrato, que estabelece que a Ferronorte não poderá, sem anuência prévia do Governo Federal, dar o acervo das Ferrovias, no todo ou em parte, em garantia de operações de crédito. O primeiro aditivo foi assinado em maio de 1991, o segundo aditivo em julho de 1992, o terceiro e quarto aditivos em novembro de 1992, o quinto aditivo em agosto de 1997, o sexto aditivo em dezembro de 1997 e o sétimo aditivo em 1998.

Contrato para Trackage Right

Em 10 de maio de 2001, foi celebrado entre a Ferronorte e a Ferrobán, o Instrumento de Compromisso de Adiantamento Parcial e Outras Avenças – 02, tendo como objeto o adiantamento financeiro à Ferrobán no valor de R\$ 35.000 milhões, por conta de antecipação parcial do direito de passagem (trackage right), nos termos do Contrato de Uso de Via, Instalação e Outros Ajustes firmado entre a Ferronorte e a Ferrobán em 29 de agosto de 2001. O valor do adiantamento será acrescido de taxa de juros de 105% do CDI. Nos termos deste contrato, a Ferrobán deverá efetuar o pagamento deste adiantamento em 3 parcelas anuais, nas seguintes datas: 1º de maio de 2002, 1º de maio de 2003 e 1º de maio de 2004. Ficou estabelecido entre as partes que a Ferrobán assume o compromisso de manutenção do trecho de sua ferrovia da cidade de Santa-Fé do Sul até a cidade de Perequê, Estado de São Paulo, sendo, ainda, responsável pelo pagamento de todos os tributos. Em 2 de julho de 2001 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento de Compromisso de Adiantamento Parcial e Outras Avenças – 02.

Instalação Portuária no Porto de Santos

Em 08 de agosto de 1997, a CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo e a Ferronorte celebraram Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento para Exploração de Instalação Portuária n.º 1.97, por meio do qual a Companhia Docas arrenda à Ferronorte uma área equivalente a 100 mil m², situada no Porto de Santos, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias possíveis de serem movimentadas nessas instalações portuárias, bem como a construção de cais fronteiriço à esta área, com 250 m. Esta área tinha um passivo ambiental irremovível e foi devolvida à CODESP em 2000. Em sua substituição a CODESP arrendou para a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Ferronorte duas áreas no porto, através de dois aditivos ao contrato 01/97. O 1º aditivo, firmado em 16 de outubro de 2000, trata do arrendamento de uma área de 45.000m2 na margem direita do porto, para o desenvolvimento e exploração portuária do armazém XXXIX. O segundo aditivo, firmado em 23 de agosto de 2002, trata do arrendamento para exploração portuária de uma área de 504.800 m2 na margem esquerda do porto, para o desenvolvimento do TGG – Terminal de Granéis do Guarujá. O prazo deste contrato é de 25 anos, podendo ser prorrogável pelo mesmo período, uma única vez, mediante solicitação da Ferronorte.

Garantia das obrigações

Em 3 de maio de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o BNDES e o Unibanco, Contrato de Prestação Fidejussória n.º 062.662.228-0, pelo qual o Unibanco garante as obrigações assumidas pela Ferronorte perante o BNDES referente ao leasing de 50 locomotivas. O valor da dívida garantida é de US\$ 8.200,2 milhões, acrescida da taxa de juros de 2,5% ao ano. Consta estabelecido no contrato que caso o Unibanco seja obrigada a efetuar pagamentos referentes a esta dívida, a Ferronorte será responsável pelo câmbio e, ainda, por manter fundos em sua conta corrente mantida no Unibanco que sejam necessários a cobrir os pagamentos efetuados.

Contrato de Fiança

Em 6 de maio de 1999, foi celebrado entre a Ferronorte, o BNDES e o Santander o Contrato de Fiança pelo qual o BNDES, na qualidade de fiador, obriga-se, pelo prazo de 9 anos, em favor do Santander como devedor solidário pelo pagamento de 57,97% do custo de aquisição de arrendamento das 50 locomotivas.

Compra de Trilhos

Em 9 de julho de 2001, foi celebrado, entre o Huta Katowice S.A., na qualidade de vendedor, e a Ferronorte, na qualidade de compradora, Contrato de Venda e Compra de Trilhos UIC 60 (13.000 toneladas n.º PL/270545061/01/6212, pelo preço de US\$ 4.400,4 milhões, a ser pago pela Ferronorte da seguinte forma: (i) US\$ 672 mil depositados em conta caução com o Banco BRE Bank S.A., de acordo com o Acordo celebrado pelo Huta Katowice, a Ferronorte e o Banco após a assinatura deste Contrato e emissão da fatura das mercadorias; (ii) 2,85% do valor do Contrato quando forem emitidos a Fatura VAT, o Certificado de Recibo pela Eurocargo, Certificado de Inspeção e Laudo de Teste e (iii) o saldo remanescente em demais parcelas. Ficou determinado no contrato que é vedada a reexportação dos bens. Em caso de haver reexportação dos bens, a compradora deverá pagar o valor adicional de 50% sobre as mercadorias despachadas ilegalmente.

Caução de Receita e Outros Pactos

Em 14 de agosto de 2001, a Ferronorte, o BNDES, o Unibanco, o Bradesco e o Banco BMC S.A. e, ainda, o BNDESPar, celebraram Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, por meio do qual será realizada a vinculação do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da Ferronorte a tais instituições financeiras, tendo em vista as dívidas decorrente de diversos contratos de financiamento, dentre os quais, o Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse e o contrato n.º 92.2.084.3.1 celebrado com o BNDES, ambos mencionados nesta seção. Nos termos deste contrato de caução, a Ferronorte, por ordem do BNDES, da BNDESPar e das demais instituições financeiras, autoriza o Unibanco a transferir às contas correntes indicadas a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contratos de financiamento aludidos. Em 12 de novembro de 2002 foi assinado o 1º aditivo a este contrato de modo a incluir a Pentágono S/A DTVM, na qualidade de agente fiduciário da 1ª emissão de debêntures da Ferronorte.

Principais Empréstimos e Financiamentos

(i) Em 20 de dezembro de 2001, a Ferronorte e o Santander como partes, e o BNDES como interveniente, firmaram o Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte do equivalente a US\$ 8.457.212,17 em Reais, pelo prazo de 2 anos. Os pagamentos de juros e as amortizações do principal serão efetuados semestralmente, em 4 parcelas. Ao valor do empréstimo incidirão juros de variação do IGP-M mais 12% ao ano. Adicionalmente deverá ser paga uma taxa adicional de 1% ao ano sobre a remuneração. Esta operação é garantida por 4 notas promissórias da Ferronorte, pela General Electric Transportation Systems (para o valor equivalente a US\$ 1.344.699 mais juros de 9,45% ao ano) e pelo BNDES (para o valor equivalente a até 68,2% das obrigações pecuniárias). Ao BNDES a Ferronorte deverá pagar o equivalente a 2,5% ao ano a título de comissão, sobre a garantia prestada. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor neste empréstimo era de aproximadamente R\$ 9.921 mil, no passivo circulante e de longo prazo.

(ii) Em 17 de junho de 2002, a Ferronorte e o Santander como partes, e o BNDES como interveniente, firmaram o Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo, cujo objeto é o empréstimo à Ferronorte do equivalente a US\$ 8.156.525,18 em Reais, pelo prazo de 2 anos. Os pagamentos de juros e as amortizações do principal serão efetuados semestralmente, em 4 parcelas. Ao valor do empréstimo incidirão juros de variação do IGP-M mais 19% ao ano. Adicionalmente deverá ser paga uma taxa adicional de 1% ao ano sobre a remuneração. Esta operação é garantida por 4 notas promissórias da Ferronorte, pela General Electric Transportation Systems (para o valor equivalente a US\$ 1.296.888 mais juros de 9,45% ao ano) e pelo BNDES (para o valor equivalente a até 68,2% das obrigações pecuniárias). Uma parte da amortização deste empréstimo devida em dezembro de 2002, no valor de aproximadamente R\$ 5.628 mil, foi capitalizada ao invés de paga. Desta forma, em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor neste empréstimo era de aproximadamente R\$ 22.678 mil, no passivo circulante e de longo prazo.

(iii) Em 9 de julho de 2001, foi celebrado entre o BRE Bank S.A. e a Ferronorte Contrato de Financiamento n.º 11/125/01/D/GU, tendo por objeto financiamento à Ferronorte de até US\$ 4.003 mil para fins de financiar a importação pela Ferronorte de 13 mil toneladas de trilhos de linhas férreas. O empréstimo foi sacado pela Ferronorte em 3 parcelas, sendo a primeira em 10 de agosto de 2001, no valor de US\$ 1.541 mil, a segunda em 1º de outubro de 2001, no valor de US\$ 1.541 mil e a terceira em 1º de novembro de 2001, no valor de US\$ 920 mil. De acordo com o disposto no contrato, o valor do financiamento deve ser acrescido dos seguintes principais encargos: (1) juros sobre o saldo devedor do contrato, apurados de acordo com a taxa LIBOR, conforme cotação dos 2 dias úteis anteriores ao início de cada período de juros, mais margem de 1,75% ao ano aplicada à taxa variável de juros; (2) taxa de composição de 2,5% sobre o valor do empréstimo, devido dentro de 10 dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato; (3) taxa de compromisso de 0,5% ao ano sobre as parcelas do financiamento não sacadas do financiamento a partir do dia imediatamente posterior à data de disponibilidade até 31 de dezembro de 2001, a ser paga até 10 de janeiro de 2002, desde que a falta de saque de quaisquer parcelas não tenha ocorrido como resultado de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

qualquer ato ou omissão do financiador; e (4) custo do seguro no valor de US\$ 231 mil. O financiamento foi garantido por uma nota promissória emitida pela Ferronorte em branco e apólice de seguro emitida pela Kuke S.A. As partes acertaram que o financiamento deve ser pago pela Ferronorte em 8 parcelas semi-anuais, devendo a primeira ser efetuada antes de 30 de junho de 2002. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 5.428 mil no passivo circulante e R\$ 6.986 mil no passivo de longo prazo.

(iv) Em 18 de dezembro de 2000, o BNDES, a Ferronorte e, ainda, a Brasil Ferrovias, a Previ, a Funcef, a Constran, a CCP Overseas e a BRP, na qualidade de intervenientes, celebraram Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1, pelo qual o BNDES concedeu à Ferronorte uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00, à época da assinatura do contrato, a ser disponibilizada parceladamente, destinada a implantação de 290 km de ligação ferroviária no trecho compreendido entre Alto Taquari e a rodovia BR 163 e a investimentos em terminais de carga e descarga. As características do financiamento são: Juros de 1,5% ao ano mais TJLP, exigível trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização. A carência é de 84 meses (até agosto/2008) e o principal será pago em 96 prestações mensais e sucessivas. Este contrato é garantido pela (a) caução da totalidade das ações emitidas pela Ferronorte, de titularidade da Brasil Ferrovias e (b) caução de receita do projeto, nos termos do contrato de caução de receita. Além de tais garantias, a Brasil Ferrovias é fiadora da Ferronorte neste contrato. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 318 mil no passivo circulante e R\$ 105.483 mil no passivo de longo prazo.

(v) Em 29 de março de 1999, foi celebrado, entre a Ferronorte, o Unibanco, o Bradesco, e o Banco BMC S.A., Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, tendo como objeto o financiamento à Ferronorte no valor de R\$ 73.500 mil em recursos do BNDES, destinados à aquisição de 600 vagões graneleiros de alumínio. Estes recursos do BNDES foram repassados ao Unibanco, Bradesco, e Banco BMC S.A., em conformidade com o Contrato de Formação de Consórcio firmado entre eles. De acordo com este contrato, o valor do financiamento será acrescido de taxa de juros de 4% ao ano, acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente no dia 15 dos meses de julho, outubro, janeiro e abril do período compreendido entre 15 de abril de 1999 a 15 de abril de 2002, sendo devidos mensalmente a partir de 15 de maio de 2002. Este Contrato é garantido pela alienação fiduciária de bens móveis da Ferronorte, caução de parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário, nota promissória no valor de R\$ 147.000 mil avalizada pela Brasil Ferrovias, declarando-se ela, ainda, como devedora solidária da Ferronorte. A Ferronorte deverá realizar a amortização deste financiamento em 84 meses, a partir de 15 de maio de 2002, tendo em vista o prazo de carência de 36 meses (de 15 de abril de 1999 a 15 de abril de 2002). Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 12.703 mil no passivo circulante e R\$ 66.086 mil no passivo de longo prazo.

(vi) Em 06 de outubro de 1998 foi assinado o contrato de financiamento número 453/98 com o banco BMC, objetivando a aquisição de equipamentos e máquinas de rádio e comunicação. A linha de financiamento e o valor efetivamente tomado foi de R\$ 1.632 mil, em novembro/1998. Os juros cobrados são de 5,30% ao ano acima da variação de uma cesta de moedas, devidos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização. O prazo de carência para amortização é de 12 meses e a amortização ocorrerá em 48 parcelas mensais. A primeira parcela de amortização foi paga em 15 de dezembro de 1999 e a última parcela será paga em 15 de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

novembro de 2003. A garantia da operação é uma nota promissória no valor de R\$ 2.448 mil e a alienação fiduciária dos equipamentos e máquinas financiados. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 290 mil no passivo circulante.

(vii) Em 22 de abril de 1998 foi assinado o Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES número 10929, sendo o agente repassador o Banco Bradesco, objetivando a aquisição de 90 vagões da Maxion. A linha de financiamento era de R\$ 13,196 mil à época da contratação e o valor efetivamente tomado foi de R\$ 11.538 mil, de maio a novembro/1998. Os juros cobrados são de 2,30% ao ano acima da TJLP, devidos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização. O prazo de carência para amortização é de 30 meses e a amortização ocorrerá em 90 parcelas, ou seja, o vencimento da operação ocorrerá em maio/2008. A garantia da operação é uma nota promissória no valor de R\$ 24.391 mil. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 2.111 mil no passivo circulante e R\$ 8.366 mil no passivo de longo prazo.

(viii) Os trilhos foram adquiridos, financiados e recebidos em 10 partes. Os financiamentos referentes a nove dos dez embarques já foram quitados, restando somente a tranche referente ao 2º embarque, financiada pelo Banco Bradesco.

2º Embarque: Em 3 de dezembro de 1997, foi celebrado entre o Bradesco e a Ferronorte o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento à Importação, tendo como objeto o empréstimo à Ferronorte de até US\$ 2.375 mil para pagamento do segundo embarque da importação referente à aquisição de trilhos pela Ferronorte. De acordo com o disposto no contrato, sobre os desembolsos efetivamente realizados pelo Bradesco, a Ferronorte pagará, além do principal, os seguintes encargos: (1) juros à taxa de 2,875% acima da taxa LIBOR para 6 meses, calculados sobre o saldo devedor do valor principal e devidos semestralmente; (2) comissão de 1,30% sobre o valor do contrato em moeda estrangeira, convertida à taxa de venda do PTXA 800, a ser paga anualmente ao Bradesco; e (3) todos os tributos devidos no Brasil ou no exterior por conta da concessão do crédito. O financiamento foi garantido por uma nota promissória no valor de R\$ 5.274 mil emitida pela Ferronorte. As partes acertaram que o financiamento deve ser pago dentro de 5 anos, vencendo-se a 1ª parcela após 30 meses da data do desembolso e as demais semestralmente. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 1.412 mil no passivo circulante.

(ix) Em 09 de julho de 1992, o BNDES, a Ferronorte, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, firmaram o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1, por meio do qual se concedeu à Ferronorte, no prazo de 15 anos, uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000 mil, equivalente a US\$ 227.400 mil, objetivando o financiamento das obras da Fase I, referentes à implantação de 311 km de ferrovia, visando interligar Chapadão do Sul à malha ferroviária da Fepasa, atual Ferrobán, em Santa Fé do Sul e a implantação de terminais de carga e descarga. Até junho de 1999 foram tomados o equivalente a US\$ 263.500 mil (taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2001). As características iniciais do financiamento eram: juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente de dezembro de 1992 a março de 1996, durante o período de carência, e mensalmente de abril de 1996 a julho de 2007; e amortização a ser paga mensal e sucessivamente em 107 parcelas, de abril de 1996 a julho de 2007. As características deste financiamento foram alteradas através de aditivos ao contrato em setembro de 1992, dezembro de 1992, outubro de 1995, maio de 1996, fevereiro de

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

1998 e fevereiro de 2001. Os juros foram capitalizados de setembro de 1995 a março de 1999 e de março de 2000 a dezembro de 2001.

As características do financiamento que vigoram atualmente são: juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, a serem pagos trimestralmente de março de 2002 a dezembro de 2004, durante o período de carência e mensalmente de janeiro de 2005 a dezembro de 2014. A amortização deverá ser paga mensalmente de janeiro de 2005 a dezembro de 2014, sendo que no ano de 2005 paga-se 20% do valor das parcelas, em 2006 paga-se 35%, em 2007 paga-se 50% e em 2008 paga-se 75%.

Este contrato tem como garantia a caução de ações da Ferronorte de titularidade dos seguintes acionistas: (a) Constran, (b) Itamarati S.A. Agropecuária, (c) Destilarias Itamarati S.A., (d) Calcário Tangará S.A. Indústria de Comércio, (e) Cia. Agrícola de Parecis – CIAPAR e (f) Olacyr Francisco de Moraes. Além da caução, o contrato tem como garantias adicionais a fiança solidária da Constran e a hipoteca em primeiro grau de imóveis de propriedade da Usinas Itamarati S.A. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 13.616 mil no passivo circulante e R\$ 693.413 mil no passivo de longo prazo.

Operações de Arrendamento Mercantil (Leasing)

(i) Em meados de 1997, a Ferronorte iniciou tratativas junto ao Eximbank no sentido de obter financiamento para a aquisição de 50 locomotivas do tipo Dash 9, 4400 HP de fabricação de General Electric Transportation Systems (GETS), fabricadas no USA.

Após longo período de negociação, estruturou-se uma operação de leasing, na qual o Eximbank financiou o Santander Cayman e o mesmo adquiriu a locomotivas da GETS e fez um leasing das locomotivas para a Ferronorte, tendo como garantia a fiança do Santander Brasil (15,9%), da GETS (15,9%) e do BNDES (68,2%). Em 26 de abril de 1999, o Banco Santander S.A., na qualidade de arrendador, e a Ferronorte, na qualidade de arrendatária, celebraram Contrato de Arrendamento Mercantil Internacional, pelo qual ficou avençado que o arrendador, em cada data estipulada no contrato, realizaria a aquisição de locomotivas, pagando o preço dos mesmos à GETS. O preço máximo de aquisição de tais locomotivas seria de US\$ 102.029 mil, sendo este o valor máximo a ser financiado pelo arrendador. As primeiras 16 locomotivas chegaram ao Brasil em maio de 1999, 12 chegaram em setembro e 22 chegaram em novembro de 1999. O leasing é dividido em 6 partes, sendo 4 tranches referentes a chegada das locomotivas e 2 referentes à chegada de peças acessórias. A dívida é paga em moeda americana, e todas as tranches são pagas em 16 parcelas fixas mais juros. O período de pagamento das tranches vai de junho de 1999 a dezembro de 2007 e a taxa de juros média é de 9,4% ao ano.

Nos termos do contrato, a Ferronorte obrigou-se a pagar as seguintes taxas: (1) provisão de balanço patrimonial igual a 1,0% ao ano do saldo devedor devido segundo o contrato em 1º de janeiro do ano civil respectivo; (2) taxa de estruturação igual a 1,0% (a) do valor que o Banco Santander S.A. programou para desembolsar nada data de aceitação, menos (b) US\$ 33 mil, devido pela arrendatária no máximo 2 dias úteis antes da data de aceitação para cada bem especificado no contrato; (3) carta de crédito, se for o caso, e, se não for exigida, taxa de processamento devida quando da emissão da carta de crédito ou quanto de cada data de pagamento de aluguel, conforme segue (a) taxa de emissão/confirmação de 0.125% por trimestre, mínimo de US\$ 250, (b) taxa de negociação de 0.125% do valor da carta de crédito, mínimo de US\$ 250, (c) taxa de

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

assessoria/alteração igual a US\$ 150 por alteração, e (d) taxa de processamento de documento igual a 0.125% do valor da obrigação pecuniária devida em cada data de pagamento de aluguel, mínimo de US\$ 250; (4) comissão de compromisso do Eximbank igual a 50% dos valores não sacados devidos anualmente por ano vencido, a qual não se inclui na taxa de juros; e (5) juros sobre as parcelas fixas à taxa cobrada pelo Eximbank com relação ao empréstimo efetuado pelo Eximbank ao arrendador com relação as obrigações previstas no contrato, acrescido de 2.5% ao ano cobrado pelo arrendador sobre 13.515% do preço de aquisição de cada bem móvel objeto do contrato. Ainda, a arrendatária compromete-se a pagar (a) ao arrendador, a taxa de benefício da GE de 2.855% ao ano sobre 13.515% das parcelas fixas pendentes e (b) ao BNDES, a taxa de garantia igual a 2.5% ao ano de 68.20% do valor estipulado da perda. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor deste financiamento era de aproximadamente R\$ 30.326 mil no passivo circulante.

Informações sobre os Valores Mobiliários Emitidos pela Ferronorte

Nos últimos anos, a Ferronorte acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos, por meio de emissões de debêntures e de notas promissórias. A Ferronorte realizou quatro emissões de debêntures e duas emissões de notas promissórias.

A Primeira Emissão Pública de Debêntures em 1996

Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Ferronorte aprovou a 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 100.000 mil, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A totalidade da emissão foi integralizada pelo BNDESPar, em moeda corrente nacional.

De acordo com o instrumento particular de aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da Ferronorte datado de 31 de setembro de 2001, as debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 1,5% acima da TJLP, tendo como prazo de vencimento 30 de junho de 2016. As debêntures da 1ª emissão, a critério dos debenturistas, poderão ser permutadas por ações ordinárias de emissão da Brasil Ferrovias.

Além da garantia flutuante, as debêntures possuem uma garantia adicional, constituída pela caução sobre a parcela do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte, conforme previsto no Contrato de Concessão. As debêntures fazem jus também a um prêmio a ser calculado sobre a receita líquida auferida pela Ferronorte, a partir de 2001, de acordo com programação determinada na escritura da referida emissão.

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor da 1ª emissão pública de debêntures era de aproximadamente R\$ 180.394 mil, no passivo de longo prazo e todas as obrigações assumidas pela Ferronorte estavam sendo cumpridas.

A Segunda Emissão Privada de Debêntures em 2000

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 60.000 mil de debêntures simples, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$60.000 mil. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia- FINAM. As debêntures conferem ao seu titular direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. As debêntures tem prazo de vencimento de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi outorgada fiança, pela Brasil Ferrovias. Todas as debêntures foram subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e foram integralizadas em moeda corrente nacional. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor da segunda emissão privada de debêntures era de aproximadamente R\$ 85.491 mil, no passivo de longo prazo e as obrigações assumidas pela Companhia estavam sendo cumpridas.

A Terceira Emissão Privada de Debêntures em 2001

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 40 milhões de debêntures conversíveis em ações, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 40.000 mil, que foram integralmente subscritas em moeda corrente nacional pelo FINAM. As debêntures conferem aos seus titulares direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. O prazo para conversão das debêntures em ações é de 1 ano, a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contados da data de integralização. Como garantia adicional, foi outorgada fiança, pela Brasil Ferrovias. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor da terceira emissão privada de debêntures era de aproximadamente R\$ 45.566 mil, no passivo de longo prazo e as obrigações assumidas pela Companhia estavam sendo cumpridas.

A Quarta Emissão Pública de Debêntures em 2002

A 4a emissão de debêntures da Ferronorte foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 08 de fevereiro de 2002 e teve suas condições e características alteradas conforme as deliberações nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 01 de abril de 2002, de 03 de junho de 2002, de 10 de julho de 2002, de 03 de setembro de 2002, de 26 de dezembro de 2002 e de 19 de maio de 2003. Esta emissão foi previamente submetida à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e registrada sob o n.º CVM/SRE/DCA/2002/002, em 17 de setembro de 2002 e o iniciou-se a distribuição pública em 18 de setembro de 2002. Referente às debêntures já compradas a Ferronorte propôs em novembro de 2002 alterações no cronograma de pagamentos de amortização e juros remuneratórios, o que foi aceito pela AGD – Assembléia Geral dos Debenturistas de 19 de novembro de 2002. Face a estas alterações, suspendeu-se a distribuição das debêntures desta emissão em 06 de dezembro de 2002. Após a realização da AGE – Assembléia Geral Extraordinária de 26 de dezembro de 2002, que determinou a incorporação das referidas alterações na escritura da emissão e a aprovação pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários da documentação revista, a CVM autorizou o reinício da distribuição das debêntures em 26 de fevereiro de 2003 e concedeu prazo para distribuição até o dia 8 de junho de 2003. A distribuição foi de fato encerrada em 17 de maio de 2003. Em 19 de maio de 2003 aconteceram uma AGD e uma AGE da Ferronorte que alteraram o cronograma de pagamentos de amortização e juros remuneratórios destas debêntures. Esta alteração foi ratificada através da assinatura do 3º aditivo à escritura da emissão, em 23 de maio de 2003.

A emissão foi de 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10.000,00 na data de emissão, 20 de junho de 2002, totalizando assim o montante de R\$ 45

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

milhões. O prazo da emissão é de 2 anos e oito meses e a data de vencimento é 20 de fevereiro de 2005. A emissão deu-se em série única e as debêntures são da espécie sem garantias nem preferências. A colocação primária e a negociação das debêntures dão-se no ambiente do sistema BOVESPAFIX, gerido pela CBLIC. As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 105% da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (hum) dia, denominada "Taxa DI over extra grupo" (CDI) que serão devidos nas mesmas datas programadas para o pagamento de amortizações. A amortização dar-se-á em 24 parcelas, devida no dia 20 dos meses de julho a setembro de 2002, novembro e dezembro de 2003, maio a dezembro de 2004 e janeiro e fevereiro de 2005. A amortização devida em 20 de novembro de 2003 equivalerá a 10/24 (dez sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures e as demais parcelas de amortização equivalerão a 1/24 (um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias da Ferronorte a critério dos debenturistas. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com uma tabela presente na escritura da emissão.

A totalidade desta emissão, ou seja, 4.500 debêntures, foi vendida em colocação primária, sendo os atuais debenturistas a PREVI, FUNCEF e Brasil Ferrovias. Adicionalmente, a Ferronorte possui 14 destas debêntures em sua tesouraria. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor da quarta emissão privada de debêntures era de aproximadamente R\$ 11.421 mil no passivo circulante e R\$ 9.424 mil, no passivo de longo prazo e as obrigações assumidas pela Companhia estavam sendo cumpridas.

A Primeira Emissão de Notas Promissórias em 2001

Em 29 de junho de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Ferronorte deliberou a 1ª emissão pública de até 110 notas promissórias da Ferronorte, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 55 mil. O prazo de vencimento destas notas é de 180 dias, a contar da data de emissão. As notas promissórias foram colocadas mediante aplicação de deságio sobre o seu valor nominal, a fim de adequar a remuneração do título às condições de mercado quando de sua colocação. A Ferronorte realizou a emissão de 88 notas promissórias, totalizando R\$ 44.000 mil, sendo que 54 notas, equivalentes a R\$27.000 foram integralizadas. Em 21 de janeiro de 2002, a Ferronorte cancelou o saldo não colocado de 34 notas promissórias desta 1ª emissão.

A Segunda Emissão de Notas Promissórias em 2002

Em 21 de janeiro de 2002, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Ferronorte deliberou a 2ª emissão pública de até 88 notas promissórias da Ferronorte, em uma única série, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o total de até R\$ 44.000 mil. As notas promissórias foram colocadas mediante aplicação de deságio sobre o seu valor nominal unitário, a fim de adequar a remuneração do título às condições de mercado quando de sua colocação. O prazo de vencimento destas notas é de 180 dias, a contar da data de emissão. A Brasil Ferrovias integralizou 13 notas promissórias desta emissão, com suas notas promissórias da primeira emissão da Ferronorte tendo sido canceladas as notas promissórias não colocadas. Em 30 de junho de 2002, o saldo devedor da segunda emissão de notas promissórias era de aproximadamente R\$ 5.921 mil,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

no passivo circulante e todas as obrigações estavam sendo cumpridas, tendo as notas promissórias sido quitadas no vencimento, qual seja 30 de agosto de 2002.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Outras informações consideradas importantes para melhor entendimento da Ferronorte que não foram mencionados em outras seções deste relatório IAN – Informações Anuais referem-se aos fatores de risco aos quais a Ferronorte está exposta em grau limitado, conforme o informado no prospecto da sua 4ª emissão de debêntures; ao comparativo de informações financeiras selecionadas da Ferronorte; à política de recursos humanos da empresa; ao mapa dos seguros contratados pela empresa; ao histórico de pagamento de dividendos; e à tecnologia do material rodante utilizado.

A. FATORES DE RISCO

Segue abaixo a descrição dos principais riscos aos quais a operação e rentabilidade da Ferronorte estão expostas:

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

i) Efeitos da Elevação das Taxas de Inflação

A elevada inflação verificada no Brasil desde a crise da dívida externa na década de 1980, juntamente com medidas do governo destinadas a combatê-la, geraram, no passado, efeitos negativos sobre a economia do País. A crise nos mercados internacionais, agravada em agosto de 1998, obrigou o governo brasileiro a promover, no início de 1999, uma mudança na política cambial vigente desde a introdução do Plano Real, acarretando uma forte desvalorização da moeda brasileira e trazendo incertezas com relação à manutenção das baixas taxas de inflação verificadas desde a adoção do referido plano. No caso da inflação brasileira voltar a aumentar, os negócios da Ferronorte, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente, caso esse aumento não possa ser repassado pela Ferronorte a seus consumidores.

ii) Efeitos da Política Anti-Inflacionária do Governo Federal

No caso de uma possível elevação das taxas de inflação, a política macroeconômica anti-inflacionária do Governo Federal, bem como a especulação acerca das medidas governamentais para combate da inflação, pode resultar na desaceleração do nível de atividade econômica, com possível aumento do desemprego e dos níveis de inadimplência. Caso esse cenário recessivo venha a se concretizar, os negócios da Ferronorte, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente, com um possível aumento do nível de inadimplência de seus consumidores.

iii) Efeitos da instabilidade da taxa de câmbio

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações frequentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Os resultados financeiros da Ferronorte podem ser afetados pela desvalorização da moeda nacional, principalmente porque uma parte de seu endividamento tem seu valor denominado em, ou está vinculada à cotação do dólar norte-americano, ao passo que sua receita é obtida em reais. Em 31 de dezembro de 2002, a dívida total da Ferronorte em moeda estrangeira era de aproximadamente R\$ 44.152 milhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

iv) Exposição à variação de taxas de juros

As dívidas da Ferronorte estão sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado. Na hipótese de elevação das taxas de juros, serão aumentadas as despesas financeiras relacionadas com custo das dívidas da Ferronorte, o que poderá afetar negativamente os negócios da Ferronorte, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

Riscos Relacionados ao Setor de Transporte Ferroviário

i) Sazonalidade do mercado de grãos

A companhia realiza o transporte, especialmente, de produtos agrícolas, tais como soja, farelo de soja, trigo, milho e algodão. A evolução do setor de produtos agrícolas, a sazonalidade da safra de tais produtos, assim como seus preços no mercado internacional, são fatores relevantes para a determinação da demanda pelos serviços prestados pela companhia. A estagnação ou redução da evolução do setor de produtos agrícolas, a quebra da safra e/ou as alterações significativas em seus preços internacionais podem vir a gerar a diminuição da demanda por transporte ferroviário, afetando adversamente os negócios da companhia.

ii) Estagnação ou Redução da Produção de soja na Região Centro-Oeste

No último triênio, a companhia apresentou um grande crescimento em consequência, especialmente, do aumento significativo da produção de soja no Estado do Mato Grosso, que ocorreu basicamente pelas seguintes razões: (i) aumento dos preços da soja no mercado internacional; (ii) melhoria das condições para a produção deste produto agrícola no Estado do Mato Grosso; (iii) crescimento da demanda por ração natural, em decorrência da doença da “vaca louca”; (iv) aumento das exportações para os Estados Unidos da América, em virtude da polêmica sobre os alimentos transgênicos por eles produzidos; e (v) desvalorização do Real, que vem ocorrendo desde 1999, quando se deu a alteração da política cambial para flutuação livre do câmbio.

A queda dos preços da soja no mercado internacional, a mudança da política cambial e da política em relação à produção de soja no Estado do Mato Grosso, a redução da demanda por ração natural ou das exportações para os Estados Unidos da América são razões que poderão desacelerar o crescimento da companhia, podendo vir a impactar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

iii) Concorrência

As atividades da companhia estão totalmente concentradas no segmento de transporte ferroviário. Os principais concorrentes da companhia são os prestadores de serviços nos modais ferroviário, rodoviário, hidroviário e aeroviário, os quais, por meio de combinações, criam uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes e potenciais clientes da companhia. As principais combinações criadas por estes prestadores de serviço são o transporte rodoviário direto (porta a porta) e as operações multimodais, quais sejam, aquelas realizadas por rodovia-hidrovia e rodovia-ferrovia. A despeito dos esforços da companhia em reduzir custos e ampliar os benefícios oferecidos aos seus clientes, a companhia eventualmente poderá perder a participação no mercado que possui atualmente, tendo em vista o desenvolvimento de combinações de logística, seja por meio de novas concessões ou adoção de novas tecnologias, que apresentem custos e/ou tempo de transporte inferiores, para o mercado em que a companhia atua. A perda de participação de mercado pela companhia poderá afetar negativamente seus negócios, resultados operacionais, condições financeiras e/ou fluxo de caixa.

iv) Acidentes nas Ferrovias

A companhia é capaz de transportar grandes volumes de mercadorias ao mesmo tempo, o que reduz o custo e o tempo total de entrega das mesmas. No entanto, acidentes na operação da ferrovia, como descarrilamento de composições, podem impactar adversamente os negócios da companhia, uma vez que implicam a redução da velocidade de transporte e perdas de produtos transportados, desestimulando assim que os clientes venham novamente contratar a Companhia.

v) Período de Chuvas

As chuvas fortes nos meses de janeiro e fevereiro ocasionam interrupções na via férrea da Ferroban, prejudicando a circulação dos trens e conseqüentemente o escoamento de cargas regionais ao porto de Santos. Tais fatores podem afetar a companhia, tendo em vista que ela utiliza parte das vias férreas da Ferroban para realizar o escoamento da carga transportada da região Centro-Oeste ao porto de Santos.

Riscos Relacionados à Ferronorte

i) Obtenção de Novos Financiamentos

No passado recente, a Ferronorte tem adotado uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras e instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, nos mercados brasileiro e internacional. Dessa forma, o insucesso na realização de novas operações com tal perfil, tais como a oferta das Debêntures, com o objetivo de financiar as operações vincendas, poderá resultar em dificuldades por parte da Ferronorte em obter os recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Ferronorte não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para cumprir com seu programa de investimentos ou atender às suas necessidades adicionais de liquidez e de recursos financeiros. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá postergar ou impedir a conclusão do programa de investimentos da Ferronorte e seus demais projetos, o que poderá causar um impacto negativo nas atividades e resultados operacionais da Ferronorte.

ii) Baixa liquidez das ações da Ferronorte

As ações ordinárias de emissão da companhia são registradas para negociação no SOMA. Nos últimos anos, as ações da não apresentaram volume significativo de negociação. Os investidores podem ter dificuldades para realizar a venda no mercado secundário.

iii) Não Implementação dos Projetos de Expansão da Companhia

A companhia prevê a expansão de seus negócios, por meio da compra de novas locomotivas e vagões e da construção de novos terminais e trechos de linha férrea, o que proporcionará a ela o aumento do volume das mercadorias transportadas e conseqüentemente de suas receitas.

A não implementação dos projetos de expansão, por falta de financiamento por parte das agências multilaterais locais, notadamente o BNDES e a SUDAM, e por falta de suporte dos acionistas da companhia e do Governo, poderá vir a implicar custos adicionais à companhia, impactando adversamente seus negócios.

iv) Atendimento das Metas e Objetivos de Médio e Longo Prazo

A companhia pretende maximizar a utilização de sua estrutura operacional, que vem, atualmente, sendo utilizada abaixo de sua capacidade. Para isso, a Ferronorte pretende aumentar a carga transportada no sentido Santos-Mato Grosso, bem como o número de locomotivas em circulação, objetivando reduzir a duração do tempo de viagem, a carga e descarga no corredor e os acidentes ocorridos na malha ferroviária.

Para alcançar tais objetivos, a companhia depende, além do aumento do número de locomotivas em circulação, da realização de benfeitorias no trecho da Ferroban, utilizado pela companhia para carga/descarga de mercadorias no porto de Santos. Caso a companhia e/ou a Ferroban não concretizem, parcial ou totalmente, os objetivos acima mencionados, a companhia poderá sofrer um impacto adverso em seus negócios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

v) Validade da Estipulação da Taxa DI, Divulgada pela CETIP

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela CETIP. Tal entendimento jurisprudencial foi firmado com base em diversos julgados que dispunham sobre a impossibilidade de utilização da “Taxa ANBID” para remuneração de empréstimos concedidos por instituições financeiras, por sujeitar os encargos da dívida ao arbítrio de uma das partes, uma vez que a CETIP e a ANDIB são entidades que estão relacionadas com as instituições financeiras.

Parte considerável dos empréstimos contratados pela Ferronorte é remunerada com base na Taxa DI, divulgada pela CETIP. Caso haja qualquer questionamento judicial em relação ao uso da Taxa DI como fator de remuneração, não há qualquer garantia de que a Súmula STJ n.º 176 não será aplicada ao caso em questão, apesar das súmulas dos tribunais não vincularem as decisões do Poder Judiciário.

vi) Maior Volatilidade da Taxa DI

O volume de operações interbancárias que utilizam a Taxa DI como taxa de remuneração vem sofrendo quedas desde a implementação do Plano Real. A queda nos volumes das operações interbancárias vinculadas à Taxa DI é reflexo não só da redução das operações de float realizadas entre os bancos, assim como do próprio saneamento do sistema financeiro nacional que reduziu as operações diárias de redesconto entre os bancos e o BACEN.

Com a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro, em 22 de abril de 2002, o volume de operações interbancárias envolvendo a Taxa DI tende a ser reduzido ainda mais, o que poderá ocasionar uma maior volatilidade na Taxa DI podendo, conseqüentemente, afetar negativamente a remuneração de parte considerável dos empréstimos contratados pela Ferronorte.

vii) Informações Acerca do Futuro da Ferronorte

Este relatório IAN – Informações Anuais contém informações acerca das perspectivas do futuro da Ferronorte que refletem as opiniões da Ferronorte em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora os administradores da Ferronorte acreditem que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção e em outras seções deste relatório. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Ferronorte e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Ferronorte não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM n.º 202/93.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

B. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Os quadros a seguir exibem informações financeiras selecionadas e consolidadas da Ferronorte. As informações originaram-se das Demonstrações Financeiras da Ferronorte para os períodos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 1999, 2000 e 2001 e 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária. Tais demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

em R\$'mil	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	1999	2000	2001	2002
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – curto prazo	112.457	41.333	63.421	57.557
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – curto prazo	6.888	3.456	14.706	6.841
Debêntures – curto prazo	-	-	-	11.421
Total de Empréstimos a Curto Prazo	119.345	44.789	78.127	75.819
Empréstimos e Financiamentos (moeda nacional) – longo prazo	531.597	696.544	822.952	904.450
Empréstimos e Financiamentos (moeda estrangeira) – longo prazo	36.386	8.891	7.783	6.986
Debêntures – longo prazo	126.790	220.124	229.161	320.875
Total de Empréstimos a Longo Prazo	694.773	925.559	1.059.896	1.232.311
Empréstimos e Financiamentos (Bruto)	814.118	970.348	1.138.023	1.308.130
Disponibilidades	25.619	49.915	10.228	21.471
Empréstimos e Financiamentos (Líquido)	788.499	920.433	1.127.795	1.286.659
Patrimônio Líquido:				
Capital Social	327.242	508.294	508.294	624.089
Capital a Realizar		(17.290)	(12.000)	-
Reserva de Capital	249.155	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(20.839)	(175.269)	(420.949)
Total Patrimônio Líquido	576.397	470.165	321.026	203.140
Capitalização Total	1.364.896	1.390.598	1.448.821	1.489.799

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

em R\$ mil	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	1999	2000	2001	2002
Demonstração de Resultados				
Faturamento bruto	Na.	40.710	133.097	245.416
(-) Impostos e deduções	Na.	(2.894)	(4.872)	(11.008)
Faturamento líquido.....	Na.	37.816	128.225	234.408
(-) Custos dos serviços prestados.....	Na.	(75.989)	(197.604)	(312.934)
Resultado Bruto	Na.	(38.173)	(69.379)	(78.526)
(-) Desp. gerais, adm. e com vendas	Na.	(1.280)	(11.097)	(19.538)
(-) Outras rec. ou desp. Operacionais.....	Na.	18.614	6.511	2.442
Resultado Operacional.....	Na.	(20.839)	(73.965)	(95.622)
Depreciação e Amortização.....	Na.	25.133	78.755	89.409
EBITDA (*).....	Na.	4.294	4.790	(6.213)
(-) Resultado financeiro	Na.	0	(93.959)	(150.584)
Result. operacional após result. financ.....	Na.	(20.839)	(167.924)	(246.206)
Result. não operacional.....	Na.	0	13.495	526
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício.....	Na.	(20.839)	(154.429)	(245.680)
Balanço Patrimonial				
Ativo circulante	76.410	78.561	49.201	76.798
Disponibilidades	25.619	49.915	10.228	21.471
Realizável a longo prazo.....	719	36.823	28.310	17.362
Ativo permanente	1.422.625	1.474.493	1.557.444	1.607.271
Total do ativo	1.499.754	1.589.877	1.634.955	1.701.431
Passivo Circulante	227.635	59.600	141.289	239.347
Dívida de curto prazo	119.345	44.789	78.127	75.819
Exigível a longo prazo.....	695.722	1.060.112	1.172.641	1.258.944
Dívida de longo prazo.....	694.773	925.559	1.059.896	1.232.311
Patrimônio líquido.....	576.397	470.165	321.025	203.140

(*) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos. O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

C. RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2002, a Ferronorte contava com 564 empregados e 28 estagiários. A tabela abaixo demonstra a segmentação dos empregados entre as diversas áreas de trabalho:

Área	Número de Empregados
Administração	46
Comercial	12
Apoio Operacional	6
Logística	10
Mecânica	47
Via Permanente	17
Sistemas	8
Transportes	395
Engenharia	23
Total	564

Em dezembro de 1998, 1999, 2000 e 2001, a Companhia possuía 75, 230, 290 e 380 funcionários, respectivamente.

Na Companhia os funcionários recebem os seguintes benefícios: vale refeição/alimentação, vale transporte, seguro de vida em grupo e plano de saúde. Não há qualquer programa de bônus, participação nos lucros, incentivos, compensações ou de demissão de funcionários. Os funcionários da Companhia não estão filiados a nenhum sindicato. As políticas de recursos humanos da Companhia e das concessionárias Ferrobán e Novoeste, todas operadas sob a administração da holding Brasil Ferrovias S.A., são implementadas de modo conjugado, de modo a aproveitar-se a sinergia e melhorar a produtividade do departamento de recursos humanos. No caso da Ferronorte, a política é orientada basicamente para o planejamento de recursos humanos, recrutamento de pessoal, interação entre equipes, análise de cargos e salários, avaliação de desempenho, plano de benefícios sociais, segurança no trabalho, treinamento de pessoal e desenvolvimento organizacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

D. SEGUROS

A Ferronorte é parte em diversos contratos de seguros. A tabela a seguir descreve os contratos de seguros vigentes celebrados pela Ferronorte:

SEGURADORA	APOLICE	INICIO	FIM	TIPO	BENEFICIARIOS	OBJETO	VALOR SEGURADO EM MAIO/2003 R\$
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA	5245.6	31/08/02	31/08/03	RISCOS OPERACIONAIS	BANCO SANTANDER (SANTANDER CAYMAN ISLANDS); MRS LOGISTICA S/A; BANCO UNIBANCO; IPIRANGA; SHELL; BR DISTRIBUIDORA; FMR	LOCOMOTIVAS PRÓPRIAS	351.751.000
						LOCOMOTIVAS DE TERCEIROS	1.748.000
						VAGÕES PRÓPRIOS	211.828.000
						VAGÕES DE TERCEIROS	101.606.000
					FERRONORTE	OBRAS DE ARTE	28.500.000
						EDIFICAÇÕES	
						INSTALAÇÕES EM GERAL	
						FERRAMENTAL	
						CONTEÚDOS (MÓVEIS E UTENSÍLIOS)	5.000.000
						ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL	
						ESTOQUE DE LUBRIFICANTE	
						ESTOQUE EM ALMOXARIFADO	
						EQUIPAMENTOS APOIO VIA PERMANENTE	0
						SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO	1.400.000
						BENS (PEÇAS REPOSIÇÃO) EM LOCAIS DE TERCEIROS	1.200.000
						LUCROS CESSANTES (DESPESAS FIXAS)	78.100.000
						DANOS CAUSADOS A TERCEIROS	53.250.000
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL	2623	17/07/02	17/07/03	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	FERRONORTE	DANOS ELETR, ROUBO, FURTO, INCENDIO (PARA	10.221.810
	657844	30/07/02	17/07/03	INCENDIO COMPREENSIVO EMPR/INDUSTR (PARA TODOS OS IMOVEIS E CONTEUDOS EXCETO TAG)	FERRONORTE	TODOS OS IMOVEIS E CONTEUDOS EXCETO TAG)	
	613372	04/06/02	04/06/03	INCENDIO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL (IMOVEIS E TERMINAL TAG)	FERRONORTE	INSTALAÇÕES TERMINAL ALTO ARAGUAIA	5.645.150
	613373	04/06/02	04/06/03	INCENDIO COMUM (SOMENTE MERCADORIAS)	FERRONORTE	MERCADORIA ALTO ARAGUAIA	13.000.000
	637326	17/07/02	17/07/03		FERRONORTE	MERCADORIA CHAPADÃO DO SUL	4.600.000
					FERRONORTE	MERCADORIA ALTO TAQUARI	15.700.000
UNIBANCO AIG SEGUROS	1530001131	01/03/03	01/03/04	TRANSPORTES INTERNACIONAIS	FERRONORTE	EQUIPAMENTOS, LOCOMOTIVAS, VAGÕES E TRILHOS	45.789.900
	AAVISAR	31/05/03	31/05/04	RISCOS DIVERSOS	FERRONORTE	GUINDASTE HOLMES	500.000
	AAVISAR	31/05/03	31/05/04	RESPONSABILIDADE CIVIL	FERRONORTE	GUINDASTE HOLMES	500.000
	1532649513	03/02/03	03/02/04	AUTO CONVENCIONAL FROTA	FERRONORTE	VEICULOS RODOVIARIOS	744.300
					FERRONORTE		
TOTAL							931.094.160

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

E. HISTÓRICO DOS PAGAMENTOS DE DIVIDENDOS

Desde a sua constituição, em janeiro de 1998, a Ferronorte não vem efetuando distribuição de dividendos aos seus acionistas, uma vez que a mesma não auferiu lucro líquido neste período.

F. TECNOLOGIA

A Ferronorte destaca-se no cenário do setor ferroviário brasileiro por ser uma ferrovia inteiramente nova, o que reduz significativamente seu custo operacional em relação às outras ferrovias nacionais, que apresentam grandes dificuldades de aumentar a produtividade e a rentabilidade de suas operações em função do estado de precariedade de seus equipamentos e instalações, devido principalmente à falta de investimentos nos últimos 40 anos. Além disso, a malha da Ferronorte está sendo construída em uma região plana, com uma topografia bastante favorável, que permite uma maior velocidade em seu trecho, chegando a atingir 90 Km/h com composições de até 100 vagões tracionadas por apenas duas locomotivas. Os terminais de grãos são projetados para uma operação extremamente eficiente, com carga e descarga contínua, levando somente cerca de 3 minutos por cada vagão. Os vagões de alumínio, os primeiros a serem utilizados no Brasil, apresentam uma maior capacidade de carregamento, sendo também os mais apropriados para o transporte de fertilizantes e calcário (material corrosivo) no frete de retorno. Até o começo de 2003, praticamente todas as locomotivas da Ferronorte eram modelo GE 4400 HP que está entre as mais modernas do mundo, e destaca-se em relação à atual frota brasileira por sua tecnologia e maior poder de tração. Assim sendo, a Ferronorte apresenta-se como uma ferrovia de padrão internacional, devido às características tecnológicas de seus equipamentos e instalações, e também pelo estado de sua via-permanente.

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Para os anos de 2003 a 2006, a Ferronorte procurará seguir a diretriz de crescimento da rentabilidade baseado no aumento do volume transportado e ganho de produtividade. O potencial de mercado da Ferronorte é enorme, dado que existe uma demanda reprimida no Estado do Mato Grosso por soluções de logística para produtos destinados a exportação e para produtos importados que chegam ao Brasil via porto de Santos. A estratégia que a Ferronorte adota atualmente em função deste objetivo envolve diversas frentes, sendo as principais: a otimização da atual estrutura valendo-se da sinergia com outras malhas ferroviárias, o aumento de competitividade via redução de custos em relação aos meios de transporte concorrentes, o investimento intensivo em material rodante e terminais e a conquista de novos clientes, nos sentidos exportação e importação.

VIA PERMANENTE: Os investimentos em Via Permanente referem-se à manutenção da via férrea da Ferronorte, o que deverá garantir maior velocidade aos trens e confiabilidade no transporte de cargas. O aumento de velocidade dos trens levará ao aumento da produtividade, menor número de acidentes e melhor rentabilidade para o acionista. Parte do investimento em manutenção de via permanente, notadamente a que envolve a aquisição de equipamentos e peças, pode ser financiada por fornecedores.

MATERIAL RODANTE: Os investimentos em material rodante tratam da aquisição de vagões e locomotivas e/ou reforma/modernização da frota existente. Parte da manutenção da frota também é considerada como investimento. Grande parte do investimento na aquisição de vagões e locomotivas pode ser financiada por fornecedores.

OUTROS INVESTIMENTOS: Trata-se de investimentos em sistemas, meio ambiente e informática. Os investimentos em sistemas e informática são necessários para aumentar a confiabilidade da operação da ferrovia e reduzir os acidentes. O investimento em meio ambiente servirá para evitar ou corrigir pequenos problemas advindos da operação da ferrovia, de modo a atender a legislação ambiental vigente.

Um dos investimentos importantes que a Ferronorte estará concretizando a partir do segundo semestre de 2003 é o desenvolvimento do TGG – Terminal de Granéis do Guarujá, a localizar-se na margem esquerda do Porto de Santos, em parceria com os grupos Bunge e Maggi. Tal terminal pretende ser o maior terminal graneleiro da América Latina e será de crucial importância para que a Ferronorte possa continuar aumentando o volume de cargas transportadas do Centro-Oeste destinadas a exportação. Os investimentos previstos na 1ª fase de obras, que deverá ficar pronta em 2004, são de R\$ 80 milhões.

No médio prazo a empresa deverá ter maximizado a utilização da estrutura. Atualmente a linha e o material rodante vêm sendo usados abaixo de sua capacidade operacional. Portanto a Ferronorte está focada em aumentar a carga de retorno, ou seja, a carga transportada no sentido Santos-Mato Grosso, aumentar o número de trens em circulação, diminuir os tempos de viagem, carga e descarga no corredor (“transit time”) e em diminuir o número de acidentes na via. Estes ganhos operacionais, além de atrair ainda mais os clientes para o modal ferroviário, levarão a um aumento na rentabilidade da empresa e melhora no fluxo de caixa. No longo prazo, os financiamentos estarão sendo amortizados e as despesas sob esta rubrica diminuirão, melhorando o mix de despesas para uma concentração maior em despesas operacionais e menor em despesas financeiras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

No longo prazo, a Ferronorte poderá considerar a ampliação de sua malha ferroviária até o limite permitido pelo contrato de concessão da linha, alcançando Cuiabá/MT e os Estados de Rondônia (Porto Velho) e Pará (Santarém), além de a prestar serviços integrados de logística incluindo outros modais de transporte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

A Ferronorte foi a primeira ferrovia nacional a ser construída dentro das regras de licenciamento ambiental. A companhia não possui atualmente registros de problemas relacionados com o meio ambiente dentro de sua área de atuação, já que o empreendimento resguarda as mais modernas tecnologias desenvolvidas num sistema ferroviário, para o controle ambiental. Desde o início do planejamento do projeto, a Ferronorte preocupou-se em respeitar o meio ambiente, aliando seu sistema de gestão ambiental aos objetivos de desenvolvimento regional e de integração do Centro-Oeste com outras regiões do País e do mundo, estabelecendo a implementação de um meio de transporte menos poluente e mais econômico que outros meios de transporte existentes.

Para dar suporte às questões ambientais, a companhia criou um Departamento Ambiental, que atua em conjunto com diversos consultores na tentativa de dirimir quaisquer questões relacionadas a meio ambiente, tais como: (i) acompanhamento do licenciamento ambiental, visando minimizar, mitigar e compensar os impactos ambientais decorrentes da construção da ferrovia; (ii) implantação do programa de gerenciamento de resíduos, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos sólidos e líquidos, recuperando-os, por meio de sistemas de tratamento, para posterior revenda e para evitar a poluição das águas; (iii) implantação do programa de gerenciamento de risco e plano de ação de emergência, possibilitando a identificação de medidas e ações necessárias para minimizar a possibilidade de acidentes, que caso ocorram, serão prontamente atendidos no sentido de evitar ou diminuir os danos ambientais; e (iv) busca de melhorias constantes nos processos e tecnologia utilizados, a fim de reduzir os impactos ambientais.

A Ferronorte realizou investimentos no montante de R\$ 6.500 mil, a título de compensação ambiental, no Parque Nacional das Emas e no Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari. Além disso, a Ferronorte vislumbra a possibilidade de adquirir áreas localizadas nas cabeceiras de rios junto a parques, a fim de garantir a preservação de importantes cursos d'água que correm no interior dos parques acima mencionados e de construir guaritas de segurança.

A empresa possui todas as licenças exigidas pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Para obtenção da Licença de Operação, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Ferronorte estabeleceu um sistema de gestão que permite um desempenho ambiental responsável, de modo a gerenciar de forma adequada os possíveis impactos de suas atividades no meio ambiente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,00	0,00		0
03	OUTRAS	0,00	0,00		0

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

1 Empresas relacionadas

	2002	2001	
Ativo			
Circulante			
Ferrovia Novoeste S.A.	8.930	-	(A)
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	13.727	10.511	(B)
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-	
Brasil Ferrovias S/A	195	2.345	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	433	-	
Outros	24	56	
Total	24.309	12.912	
Realizável a longo prazo			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	10.503	21.005	(B)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	4.782	7.002	(C)
Total	15.285	28.007	
Passivo			
Circulante			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	53.725	592	(D)
Ferrovia Novoeste S.A.	304	2.837	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	840		
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	1.239	-	
Total	56.108	3.429	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- (A) Transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas da Empresa interligada;
- (B) De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de Maio de 2001, a Empresa adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S/A. O saldo em 31/12/02 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;
- (C) Adiantamento para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;
- (D) Correspondente a transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

	2002	2001	
Receitas			
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-	
Despesas e Custos			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	21.650	13.213	(E)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	5.580	5.943	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	2.302	-	
Outras despesas operacionais			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	8.938	-	

- (E) Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde a numerário recebido da controladora Brasil Ferrovias S.A. para futuro aumento de capital.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL

(Com as alterações da AGE de 10.07.2002, RCA de 25.09.2002 e RCA de 27.12.2002)

Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º – FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL é uma sociedade anônima, de capital autorizado, regida por este Estatuto e pelas Leis e usos do comércio.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, podendo, mediante autorização do seu Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga;
- (iv) a operação de portos;
- (v) a construção de edifícios e estruturas;
- (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário; e
- (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

Parágrafo Único – A Companhia poderá participar de outras sociedades, como meio de realização de seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Artigo 4º - A duração da companhia terá por prazo indeterminado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
18.01 - ESTATUTO SOCIAL	

Capítulo II – Do Capital Social, das Ações e das Debêntures

Artigo 5º – Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 378.035.921 (trezentos e setenta e oito milhões, trinta e cinco mil, novecentos e vinte e uma) ações ordinárias e 16.726.960 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta) ações preferenciais, estas subdivididas em 11.597.219 (onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e dezenove) classe A e 5.129.741 (cinco milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e uma) classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo - A capitalização de lucros ou de reservas será efetivada sem modificação do número de ações.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pelo conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 6º - Poderão ser criadas novas classes de ações preferenciais, com ou sem direito a voto, menos ou mais favorecidas do que as anteriormente existentes.

Parágrafo Primeiro - Não será obrigatória a observância das proporções existentes entre as ações preferenciais nas diversas classes e/ou entre as ações ordinárias e preferenciais, podendo ser aumentado o número das ações preferenciais ou com as ações ordinárias, ou ainda, aumentando o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.

Parágrafo Segundo – No caso de ações preferenciais sem direito a voto, com dividendos fixos ou mínimos, as mesmas adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento do primeiro dividendo, se tais dividendos não forem cumulativos, ou, se o forem, até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei nº 6.404/76.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Terceiro - Poderão ser emitidos, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Quarto - As ações preferenciais classe "A", a serem subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, e para conversão das debêntures subscritas e integralizadas pelo FINAM, terão as seguintes características e vantagens: (i) sem direito a voto; (ii) direito a dividendos 10% (dez por cento) superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias; (iii) prioridade na distribuição de dividendos; e (iv) prioridade no reembolso de seu valor patrimonial, à época, em caso de liquidação da Companhia, com direito a prêmio de R\$ 0,01 (hum centavo), participando do rateio do dividendo mínimo em igualdade de condições com as ações ordinárias

Parágrafo Quinto – As Debêntures Série "A", a serem subscritas e integralizadas pelo FINAM, apresentam as seguintes características: (i) são nominativas em favor do FINAM; (ii) rendem juros de 4% ao ano, a serem pagos de 12 em 12 meses após o período de carência e calculados sobre o valor do principal, corrigido monetariamente com base em índice oficial, determinado na respectiva escritura de emissão das Debêntures Série "A"; (iii) têm prazo de carência de 4 anos contados da interlização das Debêntures Série "A" pelo FINAM, equivalente ao prazo de implantação do "Projeto Ferronorte"; (iv) o prazo de vencimento, de 7 anos contados da integralização das debêntures, inclui o período de carência; (v) amortização em parcelas semestrais, sendo a primeira devida após decorridos 30 dias do prazo de carência; (vi) garantia flutuante, incidente sobre o ativo da Companhia, além de fiança prestada pela Ferropasa Ferronorte Participações S.A; (vii) obrigam a Companhia a não alienar ou onerar qualquer bem imóvel que faz parte do projeto mencionado acima, sem prévia anuência da Ministério da Integração Nacional. A Companhia poderá emitir certificados múltiplos das Debêntures Série "A", e provisoriamente cauteladas que as representem, satisfeitos os requisitos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 7º - A companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação das ações emitidas, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações nominativas, sendo 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias e 1.000.000.000 (um bilhão) de ações preferenciais, nos termos estabelecidos pelo parágrafo abaixo. Parágrafo Único – As ações preferenciais, quando emitidas, não terão direito de voto e terão prioridade no reembolso de seu valor patrimonial, à época, em caso de liquidação da Companhia, com prêmio de R\$ 0,01 (hum centavo de real), participando do rateio do dividendo mínimo em igualdade de condições com as ações ordinárias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 8º - A Companhia pode emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Parágrafo Primeiro - Os Certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas.

Parágrafo Segundo - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

Artigo 9º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Artigo 10 - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverão corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser levantado de acordo com o procedimento estabelecido pela Lei nº 9.457/97.

Capítulo III – Acordos de Acionistas

Artigo 11 - Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições para a compra e venda de suas ações ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Companhia, quando tais acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da companhia e nos certificados de ações, se emitidos.

Parágrafo Segundo - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas de que trata este artigo.

Capítulo IV – Assembléia Geral

Artigo 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Conselho de Administração ou por outra forma prevista em lei através de avisos publicados na imprensa.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e no parágrafo quarto a seguir, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Terceiro - Qualquer ato relacionado às seguintes matérias deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral: a) A aquisição de uma nova concessão ferroviária ou de ações do capital social (ou qualquer outro título imobiliário equivalente) de alguma pessoa jurídica titular de direitos a tais concessões ou a aquisição de outros ativos (não relacionadas ao desembolso de capital objeto do item (c) deste parágrafo), com preço de compra, em qualquer caso, superior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo obrigações assumidas em função de tais aquisições, em qualquer transação ou série de transações correlatas; b) Empreendimentos relevantes que não relacionados com o objeto social da Companhia; c) A realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do Plano de Negócios da Companhia então em vigor que excedam em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou mais aqueles montantes contemplados pelo referido Plano de Negócios em qualquer período de 12 (doze) meses; d) Fusão, incorporação, liquidação, dissolução, ou venda, transferência ou disposição de todos ou substancialmente todos os ativos ou ações do capital social da Companhia, por qualquer forma, seja em uma única operação, seja por meio de uma série de operações correlatas; e) Declarar valores ou dividendos de ações, excluídos aqueles dividendos obrigatórios especificados neste estatuto e no artigo 202 da Lei nº 6.404/76; f) Emissão de ações além do limite já autorizado por este estatuto, ou de qualquer valor mobiliário conversível em ação ou com atribuições de ação, exceto por emissões relacionadas a planos de incentivo estabelecidos pela Companhia; g) Requerimento de concordata ou a busca de qualquer remédio semelhante; h) Alteração na remuneração ou benefícios dos membros do conselho de Administração ou da diretoria; i) Decisão de incorrer, ou de manter a qualquer tempo, os índices de endividamento em valores que excedam em mais de 10% (dez por cento) do montante fixado para endividamento pelo Plano de Negócios, para aquele período de tempo; j) Qualquer oferta pública de algum valor mobiliário da Companhia ou de suas subsidiárias; k) A adoção de qualquer ação ou assunção de qualquer obrigação relacionada às matérias de que trata este parágrafo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Quarto - Qualquer ato relativo às seguintes matérias dependerá de voto favorável, manifestado em Assembléia Geral, de Acionistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da totalidade do capital votante da Companhia: a) qualquer alteração deste estatuto social relacionada às disposições que tratem do número de membros e/ou poderes e deveres da Diretoria e do Conselho de Administração e/ou de seus participantes individualmente considerados; b) extinção do contrato de Operações assinados pela Companhia; ou c) qualquer alteração do artigo 12, parágrafos terceiro e quarto deste estatuto social.

Artigo 13 – A Assembléia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolher o Presidente e o Secretário da Mesa que dirigirá os trabalhos.

Artigo 14 – Poderão tomar parte na Assembléia Geral as pessoas que provarem sua condição de acionista. **Parágrafo Único** – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante legal de acionista, ou administrador da companhia ou advogado, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembléia Geral de Acionistas.

Capítulo V – ADMINISTRAÇÃO – Normas Gerais

Artigo 15 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Seção I – Conselho de Administração

Artigo 16 - O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros efetivos e por um número igual de suplentes que substituirão os membros efetivos quando estes estiverem temporariamente incapacitados ou impedidos, sendo todos acionistas, residentes no País e eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembléia Geral, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo, com o mandato de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - a Assembléia Geral poderá deixar de eleger suplentes para os membros do conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 17 - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si o Presidente e o Vice-Presidente do órgão, com mandato igual ao dos demais membros. Parágrafo Único – compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões do órgão, cabendo ao Vice Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários. Verificado empate nas deliberações do Conselho de Administração, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 18 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

Artigo 19 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro e não havendo suplente eleito, caberá à Assembléia Geral escolher o substituto, que servirá até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 20 - Compete ao Conselho de Administração: a) estabelecer as diretrizes gerais para a administração da Companhia; b) definir a organização estrutural da companhia, com especial consideração às disposições deste estatuto relacionadas aos poderes e deveres do Conselho de Administração e da diretoria; c) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, em adição àquelas já especificadas neste estatuto; d) fiscalizar a atuação da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da companhia; e) convocar as Assembléias Gerais de Acionistas; f) emitir opinião sobre os relatórios de administração, sobre as contas da Diretoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício fiscal, bem como examinar os livros e a destinação do lucro líquido do exercício; (g) submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido; h) decidir a respeito da emissão de ações, no limite do capital autorizado, estabelecendo, ainda, as condições para aquela emissão; i) dar posse aos auditores independentes e destituí-los; j) deliberar sobre a distribuição de lucros aos empregados e administradores, dentro dos limites fixados pela assembléia geral; k) estabelecer as condições e termos para a outorga de opções de ações, de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral; l) coordenar a distribuição entre os diretores da companhia da remuneração aprovada globalmente pela Assembléia Geral; m) excetuadas as operações já previstas nos Orçamentos Anuais, deliberar sobre a proposta da Diretoria de onerar bens da Companhia quando a operação envolver valor superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais); n) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses, em até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); o) aprovar a aquisição de ativos em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) não prevista no Orçamento anual aprovado; p) aprovar a contratação, pela Companhia de serviços em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não prevista no Orçamento Anual aprovado; q) autorizar a Companhia a contrair empréstimos, renunciar a direitos, transigir, conceder avais, finanças ou cauções, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar os bens da companhia; e r) autorizar a companhia a assinar contratos de concessão bem como suas eventuais alterações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 21 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá convidar terceiros interessados em participar de tais reuniões, sem direito a voto.

Parágrafo Segundo - O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para a deliberação.

Parágrafo Quinto - Em suas ausências ou impedimentos temporários, e na ausência de suplentes, o membro do Conselho de Administração poderá indicar por escrito, especificamente para cada reunião do Conselho, aquele que dentre os demais o representará nas reuniões, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado, na forma que tenha sido expressamente definida por este último, por escrito e incluindo justificativa.

Artigo 22 - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 23 - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

Seção II – Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (hum) ano, o qual será automaticamente prorrogado até que novo Diretor seja eleito e empossado. Dos Diretores, um será designado Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, um Diretor de Operações, um Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - Até no máximo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias contados da sua eleição.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Artigo 25- Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria, a qual poderá atuar como órgão colegiado para decidir ou rever as questões que entender apropriadas.

Artigo 26 - A Diretoria terá como principais atribuições, além daquelas que possam ser estabelecidas pela Assembléia Geral, sem prejuízo de outras atribuições legais: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) elaborar relatório das atividades e negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício; (iv) dirigir as atividades da Companhia, implementando as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente adequadas à consecução dos seus objetivos; e (v) manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Artigo 27 - Além dos deveres e responsabilidades da Diretoria, cada um dos Diretores terão as seguintes atribuições específicas:

Diretor Presidente: (i) planejar, coordenar e dirigir as atividades da Companhia, exercendo individualmente as funções executivas e decisórias; (ii) exercer a supervisão geral dos negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) elaborar o planejamento econômico-financeiro da Companhia; (v) elaborar programas de investimento da Companhia; (vi) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (vii) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à política de operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (viii) planejar e definir, em conjunto com o Diretor Comercial, a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia; (ix) aprovar proposta do Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais relativa à novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (x) elaborar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

b) Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores: (i) implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia elaborado pelo Diretor Presidente; (ii) coordenar e acompanhar a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, legalmente exigidas em cada exercício social; (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar, sob a Orientação do Diretor Presidente, o patrimônio da Companhia; (iv) implementar os programas de investimento da Companhia elaborados pelo Diretor Presidente; e (v) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com os investidores, bem como representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsas de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários;

c) Diretor de Operações: (i) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar a forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (ii) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar as diretrizes relativas à operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (iii) controlar e implementar as atividades operacionais da Companhia, referentes aos serviços de transporte ferroviário; e (iv) controlar e implementar as políticas relativas às áreas de mecânica e manutenção de material rodante e vias permanentes;

d) Diretor Comercial: (i) negociar e celebrar a venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia; e (ii) planejar e definir a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia em conjunto com o Diretor Presidente; e

e) Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais: (i) elaborar juntamente com o Diretor Presidente as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios; e (ii) propor ao Diretor Presidente e implementar novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Artigo 28 - A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e atribuída individualmente aos Diretores pelo Conselho de Administração, que também distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembleia Geral.

Artigo 29 - Ocorrendo vaga na Diretoria, ou em caso de impedimento do titular, será convocada reunião do Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, para eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato.

Parágrafo Primeiro - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor.

Parágrafo Segundo - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 30 - A diretoria reunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, sendo tal reunião convocada pelo Diretor Presidente por escrito, para decidir e rever questões que não sejam de exclusiva competência do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, de acordo com a lei e com este estatuto, com indicação circunstanciada da ordem do dia, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

Parágrafo Primeiro - O quorum de instalação das reuniões da diretoria é o da maioria dos membros em exercício. As deliberações da diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, sendo que caberá ao Diretor Presidente o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão lavradas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, tomando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para a deliberação.

Artigo 31 - Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

Artigo 32 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia na contratação de empréstimos, renúncia a direitos, transações comerciais, concessões de avais, fianças ou cauções, hipotecas ou qualquer outra forma de alienar ou onerar os bens da Companhia, deverão ser assinados, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia:

a) por dois Diretores, devendo um deles ser o Diretor Presidente; ou

b) pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador; ou

c) por dois procuradores, observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no Parágrafo seguinte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, dos quais um será o Diretor Presidente, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o parágrafo anterior; vedar o subestabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto a subestabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Terceiro - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere este artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa do Diretor Presidente.

Parágrafo Quarto - Na alienação ou oneração de bens imóveis, bem como na assinatura e/ou alteração de contratos de concessão será sempre necessária a assinatura do Diretor Presidente ou mandatário nomeado com sua assinatura, com poderes especiais para tanto, em conjunto com a de outro diretor.

Parágrafo Quinto - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

Capítulo VI – Do Conselho Fiscal

CAPÍTULO VI - Conselho Fiscal

Artigo 33. - O Conselho Fiscal, com as funções fixadas em lei, de funcionamento permanente, será composto de três a cinco membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, sempre observados os requisitos legais, notadamente o artigo 161, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal obedecerá ao mínimo disposto em lei.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas em livro próprio.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Capítulo VII – Exercício Social e Distribuição de Lucros

Artigo 34 - O exercício social é de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35 - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras exigidas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Artigo 36 - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Quando o valor do dividendo mínimo ou fixo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Parágrafo Segundo - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos. A retenção de lucros na Reserva para Investimentos e os critérios utilizados na determinação do valor destinado deverão estar previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital.

Parágrafo Terceiro - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, observadas as normas legais e legalmente aplicáveis

Artigo 37 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 38 - A companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e/ou administradores, mediante deliberação da Assembléia Geral, que fixará, ainda, o valor total a ser pago, observados os limites legais.

Artigo 39 - A Companhia levantará balanços semestrais podendo, ainda, levantar balanços em períodos mensais e bimestrais e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Em caso de distribuição de dividendos por conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos mensais e bimestrais, poderá também ser paga a participação a que se refere o artigo 38 deste Estatuto, mediante deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral. Nessa hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.

Parágrafo Segundo - Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta de Reserva para Investimentos a que se refere o parágrafo segundo do artigo 36.

Parágrafo Terceiro - Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

Parágrafo Quarto - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório

Capítulo VIII – Liquidação

Artigo 40 - A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se pedido por acionistas, na forma da lei, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

Empresa constituída com o objetivo de explorar, administrar e incrementar o transporte ferroviário no trecho situado dentro dos limites do Porto Organizado de Santos.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA
--

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL

24.962.466/0001-36

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

Os principais fornecedores são:

Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga
Prema Tecnologia e Comércio S/A
Fertrilhos Comércio de Ferro e Aço
Lagos Incorporadora e Const.
INO Inocência Ltda
Consisa Engenharia Ltda

Os principais materiais adquiridos para sua manutenção e operação são:

- Materiais ferroviários, e
- Combustível.

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

A Portofer foi constituída com o objetivo de operar, investir na referida malha, tendo como compromisso a incrementação do transporte ferroviário com destino ao Porto de Santos:

Algumas empresas usuárias do sistema são:

- FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes SA, e
- FERRONORTE SA – Ferrovias Norte Brasil
- MRS
- FERROVIA NOVOESTE S/A
- FCA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
1	Ativo Total	9.211	4.527	0
1.01	Ativo Circulante	5.109	123	0
1.01.01	Disponibilidades	90	118	0
1.01.02	Créditos	4.999	0	0
1.01.02.01	Contas a receber	4.999	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	20	5	0
1.01.04.01	Créditos com pessoas ligadas	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	4.102	4.404	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.862	1.915	0
1.03.03	Diferido	2.240	2.489	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
2	Passivo Total	9.211	4.527	0
2.01	Passivo Circulante	3.162	1.436	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.190	618	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.643	675	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	329	143	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.386	428	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.386	428	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.663	2.663	0
2.05.01	Capital Social Realizado	2.000	2.000	0
2.05.02	Reservas de Capital	663	663	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRO NORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/02 A 31/12/02 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.000	663	0	0	0	2.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.000	663	0	0	0	2.663

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/01 A 31/12/01 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.000	0	0	0	0	2.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	663	0	0	0	663
5.09	Saldo Final	2.000	663	0	0	0	2.663

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA

A Portofer nos últimos anos, vem concretizando ações de redução de tempos de permanência de vagões, com isso o volume de transporte ferroviário para o Porto aumentou sensivelmente nos últimos anos elevando sua participação em relação a movimentação do Porto de 4% em 1998 para 16% em 2002.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM N° N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01530-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	3 - CNPJ 24.962.466/0001-36
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL TENORTE S/A

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TENORTE S/A

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
1	Ativo Total	550	567	0
1.01	Ativo Circulante	550	567	0
1.01.01	Disponibilidades	10	128	0
1.01.02	Créditos	420	320	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	120	119	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	0	0	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2002**

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TENORTE S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
2	Passivo Total	550	567	0
2.01	Passivo Circulante	6	22	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2	18	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	4	4	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	544	545	0
2.05.01	Capital Social Realizado	400	400	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	144	145	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TENORTE S/A

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/02 A 31/12/02 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	400	0	0	0	145	545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1)	(1)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	400	0	0	0	144	544

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TENORTE S/A

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/01 A 31/12/01 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	400	0	0	0	96	496
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	49	49
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	400	0	0	0	145	545

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTERPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

Principais fornecedores são:

Kepler Weber Industrial S/A;
Egelte Engenharia;
Fockink Indústrias Elétricas;
Toledo do Brasil Ind. de Balanças.

O terminal XXXIX tem como objetivo a exploração do serviço de recepção, armazenagem e expedição de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
1	Ativo Total	32.855	16.093	0
1.01	Ativo Circulante	1.415	117	0
1.01.01	Disponibilidades	269	117	0
1.01.02	Créditos	957	0	0
1.01.02.01	Contas a receber de clientes	957	0	0
1.01.03	Estoques	77	0	0
1.01.04	Outros	112	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	31.440	15.976	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	30.596	15.657	0
1.03.03	Diferido	844	319	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2002**

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM Nº 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 -
2	Passivo Total	32.855	16.093	0
2.01	Passivo Circulante	3.005	793	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	126	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	151	781	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.020	12	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.694	0	0
2.01.08	Outros	14	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	26.314	15.100	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.414	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	8.900	15.100	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.536	200	0
2.05.01	Capital Social Realizado	6.200	200	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.664)	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002

Divulgação Externa

Reapresentação por Exigência CVM N° 037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/02 a 31/12/02	4 - 01/01/01 a 31/12/01	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.382	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(298)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	4.084	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.359)	0	0
3.05	Resultado Bruto	725	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(3.389)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.971)	0	0
3.06.03	Financeiras	(1.418)	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.418)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(2.664)	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(2.664)	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.664)	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	100.000	100.000	0
	LUCRO POR AÇÃO		0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,02664)		

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADACOLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/02 A 31/12/02 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	200	0	0	0	0	200
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	6.000	0	0	0	0	6.000
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(2.664)	(2.664)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	6.200	0	0	0	(2.664)	3.536

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

Representação por Exigência CVM Nº N°037/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01530-0	FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/01 A 31/12/01 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	200	0	0	0	0	200
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	200	0	0	0	0	200

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002

Reapresentação por Exigência CVM N° N°037/2004

01530-0 FERRONORTE SA FER NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36
--	--------------------

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Atualização por exigência sob número SEP/GEA-1/N°037/2004,

Exigências 1.1, 1.2 e 1.3: As alterações foram realizadas nos respectivos quadros inclusos no formulário de Informações Anuais – IAN referente ao exercício social findo em 31/12/2002.

Exigência 1.4 (Apresentar quadro 16.01, referente às Ações Judiciais): O total de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias perfazem o montante de R\$ 1.456 mil em 31 de dezembro de 2003, sendo inferior a 5% do patrimônio líquido da Cia.

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (31/12/2002) - Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 01735-3	2 - Denominação Social BRASIL FERROVIAS S.A.	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27	4 - NIRE
---------------------------	---	--------------------------------	----------

01.02 - SEDE

1 - Endereço Completo Rua do Rócio, 351, 3º andar, CJ. 31	2 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi	3 - CEP 04552-905	4 - Município São Paulo	5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - Telefone 3848-5868	8 - Telefone -	9 - Telefone -	10 - Telex -
11 - DDD 11	12 - Fax 3848-5868	13 - Fax -	14 - Fax -	15 - E-mail ferronorte@ferronorte.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome Alberto Mendes Tepedino		2 - Endereço Completo Rua do Rócio, 351, 3º andar, CJ. 31			3 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi	
4 - CEP 04552-905	5 - Município São Paulo	6 - UF SP	7 - DDD 11	8 - Telefone 3848-5868	9 - Telefone -	10 - Telefone -
11 - Telex	12 - DDD 11	13 - Fax 3848-5868	14 - Fax -	15 - Fax -	16 - E-mail tepedino@brasilferrovias.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA/AUDITOR

Exercício	1 - Data de Início do Exercício Social	2 - Data de Término do Exercício Social	
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002	
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001	
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000	
4 - Nome/Razão Social do Auditor KPMG Auditores Independentes	5 - Código CVM 00418-9	6 - Nome do Responsável Técnico Alberto Bressan Filho	7 - CPF do Resp. Técnico 924.258.108-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - 31/12/2002	2 - 31/12/2001	3 - 31/12/2000
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	404.003	404.003	400.119
2 - Preferenciais	60.032	60.032	60.032
3 - Total	464.035	464.035	460.151
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	2.179	1.442	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	2.179	1.442	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - Tipo de Empresa Empresa Comercial, Industrial e Outras	2 - Tipo de Situação Operacional	3 - Natureza do Controle Acionário Privada Nacional	4 - Código Atividade 1230000 - Transportes
5 - Atividade Principal Holding	6 - Tipo de Consolidado Total		

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Item	2 - CNPJ	3 - Denominação Social
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - Item	2 - Evento	3 - Aprovação	4 - Provento	5 - Início Pagto.	6 - Tipo Ação	7 - Valor do Provento p/Ação
----------	------------	---------------	--------------	-------------------	---------------	------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - Data 25/04/2003	2 - Assinatura
------------------------	----------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>	<u>31/12/2000</u>
1	Ativo Total	310.018	525.437	708.550
1.01	Ativo Circulante	3.243	15.511	25.303
1.01.01	Disponibilidades	8	5.772	15.571
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	3.235	9.739	9.732
1.01.04.01	Créditos com Pessoas Ligadas	3.173	0	0
1.01.04.02	Outros Créditos	62	9.739	9.732
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	83.420	155.992	139.843
1.02.01	Créditos Diversos	24.087	10.580	5.289
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	59.333	145.412	134.554
1.02.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	59.333	145.412	134.554
1.03	Ativo Permanente	223.355	353.934	543.404
1.03.01	Investimentos	223.355	353.934	543.404
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	223.285	353.864	543.404
1.03.01.03	Outros Investimentos	70	70	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>	<u>31/12/2000</u>
2	Passivo Total	310.018	525.437	708.550
2.01	Passivo Circulante	177.456	78.206	60.684
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.297	2.736	17.545
2.01.02	Debêntures	12.548	4.825	0
2.01.03	Fornecedores	116	1	73
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	138.479	65.263	39.541
2.01.06.01	Prov. p/Perda c/Invest. Control/Colig.	138.479	65.263	39.541
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.462	2.414	0
2.01.08	Outros	5.554	2.967	3.525
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	214.876	175.747	144.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	198.812	175.747	144.576
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	16.064	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	(82.314)	271.484	503.290
2.05.01	Capital Social Realizado	668.274	668.274	659.418
2.05.02	Reservas de Capital	0	2.263	2.069
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/Dividendos não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(750.588)	(399.053)	(158.197)

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a	01/01/2001 a	01/01/2000 a
		31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(457.673)	(240.856)	(105.991)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.497)	(629)	(1.889)
3.06.03	Financeiras	(37.108)	(24.967)	(28.532)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	551	6.899	57
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(37.659)	(31.866)	(28.589)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(74.561)	0	0
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	(6.352)	0	0
3.06.05.02	Ajustes Exerc. Anteriores Control/Colig.	(68.209)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(343.507)	(215.260)	(75.570)
3.06.06.01	Resultado da Equivalência Patrimonial	(270.291)	(189.539)	(50.905)
3.06.06.02	Provisão p/Perda c/Investimento	(73.216)	(25.721)	(24.665)
3.07	Resultado Operacional	(457.673)	(240.856)	(105.991)
3.08	Resultado não Operacional	109.164	0	0
3.08.01	Receitas	109.164	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(348.509)	(240.856)	(105.991)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(348.509)	(240.856)	(105.991)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	461.856	462.593	460.151
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,75458)	(0,52067)	(0,23034)

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a	01/01/2001 a	01/01/2000 a
		31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
4.01	Origens	32.992	2.520	44.555
4.01.01	Das Operações	(89.583)	(17.575)	(26.555)
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(348.509)	(240.856)	(105.991)
4.01.01.02	Vls. Que não Repr. Mov. Cap. Circulante	258.926	223.281	79.436
4.01.01.02.01	Variação Monetária do Exig. Longo Prazo	29.591	33.742	28.531
4.01.01.02.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	270.291	189.539	50.905
4.01.01.02.03	Ganho por Diminuição de Participação	(40.956)	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	0	9.050	71.110
4.01.02.01	Aumento de Capital	0	9.050	71.110
4.01.02.02	Aumento do Exigível a Longo Prazo	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	122.575	11.045	0
4.01.03.01	Aumento do Exigível a Longo Prazo	13.786	11.045	0
4.01.03.02	Diminuição do Realizável a Longo Prazo	108.789	0	0
4.02	Aplicações	144.510	29.835	49.161
4.02.01	Realizável a Longo Prazo	36.217	16.145	49.161
4.02.02	Compra de Ações em Tesouraria	2.263	0	0
4.02.03	Ajustes de Exercícios Anteriores	3.026	0	0
4.02.04	Investimentos	98.756	69	0
4.02.05	Transf. do Exig. L. Prazo p/Circulante	4.248	13.621	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(111.518)	(27.315)	(4.606)
4.04	Variação do Ativo Circulante	(12.268)	(9.792)	1.416
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	15.511	25.303	23.887
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	3.243	15.511	25.303
4.05	Variação do Passivo Circulante	99.250	17.523	6.022
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	78.206	60.683	54.661
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	177.456	78.206	60.683

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

Código	Descrição	Capital	Reservas	Reservas de	Reservas	Lucros/	Total
		Social	de Capital	Reavaliação	de Lucro	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	668.274	2.263	0	0	(399.053)	271.484
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(3.026)	(3.026)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	(2.263)	0	0	0	(2.263)
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(348.509)	(348.509)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	668.274	0	0	0	(750.588)	(82.314)

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001 (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	659.418	2.069	0	0	(158.197)	503.290
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	8.856	194	0	0	0	9.050
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(240.856)	(240.856)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	668.274	2.263	0	0	(399.053)	271.484

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000 (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	566.034	24.343	0	0	(52.206)	538.171
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	93.384	(19.798)	0	0	0	73.586
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	(2.476)	0	0	0	(2.476)
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(105.991)	(105.991)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	659.418	2.069	0	0	(158.197)	503.290

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>	<u>31/12/2000</u>
1	Ativo Total	1.792.767	1.744.145	1.698.380
1.01	Ativo Circulante	78.117	68.151	107.366
1.01.01	Disponibilidades	23.003	18.833	65.503
1.01.02	Créditos	4.637	2.915	2.086
1.01.03	Estoque	2.882	2.117	926
1.01.04	Outros	47.595	44.286	38.851
1.01.04.01	Créditos com Pessoas Ligadas	19.547	10.511	1.881
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	22.562	21.222	22.689
1.01.04.03	Outras Contas a Receber	5.486	12.553	14.281
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.600	39.075	3.489
1.02.01	Créditos Diversos	24.117	10.580	3.489
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.285	28.007	0
1.02.02.01	Com Coligadas	15.285	28.007	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	2.198	488	0
1.03	Ativo Permanente	1.673.050	1.636.919	1.587.525
1.03.01	Investimentos	33.760	38.402	77.506
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	33.760	38.402	77.506
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.106.289	1.046.601	916.634
1.03.03	Diferido	533.001	551.916	593.385

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Código	Descrição	31/12/2002	31/12/2001	31/12/2000
2	Passivo Total	1.792.767	1.744.145	1.698.380
2.01	Passivo Circulante	383.541	206.061	115.250
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.331	93.071	65.169
2.01.02	Debêntures	23.970	4.825	0
2.01.03	Fornecedores	39.345	37.548	6.356
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	11.474	2.930	2.105
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	24.570	0	0
2.01.06.01	Prov. p/Perda c/Invest. Control/Colig.	24.570	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	57.294	888	0
2.01.08	Outros	143.557	66.799	41.620
2.01.08.01	Salários, Férias e Encargos a Pagar	14.567	7.324	4.047
2.01.08.02	Contrato de Concessão e Arrendamento	61.711	29.899	23.070
2.01.08.03	Adiantamento de Clientes	21.909	21.332	800
2.01.08.04	Provisão p/Pagamento de Leasing	30.525	1.577	0
2.01.08.05	Outras Contas a Pagar	14.845	6.667	13.703
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.482.643	1.262.748	1.079.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	911.436	830.745	705.558
2.02.02	Debêntures	519.686	404.908	364.700
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	51.521	27.095	9.582
2.02.05.01	Contrato de Concessão e Arrendamento	22.349	18.474	0
2.02.05.02	Outras Contas a Pagar	29.172	8.621	9.582
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	8.897	3.852	0
2.05	Patrimônio Líquido	(82.314)	271.484	503.290
2.05.01	Capital Social Realizado	668.274	668.274	659.418
2.05.02	Reservas de Capital	0	2.263	2.069
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/Dividendos não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(750.588)	(399.053)	(158.197)

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a 31/12/2002	01/01/2001 a 31/12/2001	01/01/2000 a 31/12/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	298.128	178.014	83.886
3.02	Deduções da Receita Bruta	(13.753)	(7.011)	(5.981)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	284.375	171.003	77.905
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(370.620)	(247.166)	(122.952)
3.05	Resultado Bruto	(86.245)	(76.163)	(45.047)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(375.842)	(182.303)	(63.459)
3.06.01	Com Vendas	(2.100)	(1.121)	(2.142)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.278)	(18.166)	(8.101)
3.06.03	Financeiras	(211.259)	(129.163)	(39.444)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	10.087	11.529	384
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(221.346)	(140.692)	(39.828)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.393	8.313	26.669
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(73.099)	(2.799)	(7.910)
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	(4.890)	(2.799)	(7.910)
3.06.05.02	Ajustes de Exerc. Anteriores Control/col	(68.209)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(63.499)	(39.367)	(32.531)
3.06.06.01	Resultado da Equivalência Patrimonial	(38.929)	(39.367)	(32.531)
3.06.06.02	Provisão p/ Perda c/Investimento	(24.570)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(462.087)	(258.466)	(108.506)
3.08	Resultado Não Operacional	105.500	13.351	50
3.08.01	Receitas	109.164	15.803	50
3.08.02	Despesas	(3.664)	(2.452)	0
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(356.587)	(245.115)	(108.456)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	8.078	4.259	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(348.509)	(240.856)	(108.456)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	461.856	462.593	460.151
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,75458)	(0,52067)	(0,23570)

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/2002 a 31/12/2002	01/01/2001 a 31/12/2001	01/01/2000 a 31/12/2000
4.01	Origens	53.229	121.096	280.472
4.01.01	Das Operações	(100.187)	3.666	148.136
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(348.509)	(240.856)	(108.456)
4.01.01.02	Vls. Que não Repr. Mov. Cap. Circulante	248.322	244.522	256.592
4.01.01.02.01	Depreciação	35.639	34.452	29.037
4.01.01.02.02	Amortização	57.660	48.126	0
4.01.01.02.03	Variação Monetária do Exig. L. Prazo	126.026	124.580	186.707
4.01.01.02.04	Custo Residual Ativo Permanente Baixado	3.931	2.256	439
4.01.01.02.05	Ganho por Diminuição de Participação	(21.565)	0	0
4.01.01.02.06	Reversão ou Constituição de Provisões	2.657	0	0
4.01.01.02.07	Participações Minoritárias	5.045	(4.259)	0
4.01.01.02.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	38.929	39.367	32.531
4.01.01.02.09	Aprop. de Custos c/Concessão e Arrendam.	0	0	10.990
4.01.01.02.10	Receita de Exercícios Futuros	0	0	(6.317)
4.01.01.02.11	Realização de Imposto de Renda Diferido	0	0	3.205
4.01.02	Dos Acionistas	0	45.134	71.110
4.01.02.01	Aumento de Capital	0	9.050	71.110
4.01.02.02	Transf. do Circulante p/Exig. L. Prazo	0	36.084	0
4.01.03	De Terceiros	153.416	72.296	61.226
4.01.03.01	Diminuição do Realizável a Longo Prazo	19.811	0	0
4.01.03.02	Aumento do Exigível a Longo Prazo	133.605	72.296	61.226
4.02	Aplicações	220.743	251.122	168.138
4.02.01	Realizável a Longo Prazo	22.337	28.253	0
4.02.02	Investimentos	12.722	264	1.000
4.02.03	Imobilizado	108.385	162.441	27.854
4.02.04	Diferido	40.058	29.106	139.284
4.02.05	Transf. do Exig. L. Prazo p/Circulante	38.193	31.058	0
4.02.06	Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.215)	0	0
4.02.07	Compra de Ações em Tesouraria	2.263	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(167.514)	(130.026)	112.334
4.04	Variação do Ativo Circulante	9.966	(39.215)	25.627
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	68.151	107.366	81.739
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	78.117	68.151	107.366
4.05	Variação do Passivo Circulante	177.480	90.811	(86.707)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	206.061	115.250	201.957
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	383.541	206.061	115.250

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos Auditores Independentes

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Brasil Ferrovias S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Brasil Ferrovias S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Empresa e sua controlada levantado em 31 de dezembro de 2002 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Empresa e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Ferrovias S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e sua controlada em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as demonstrações do seu passivo a descoberto e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2002, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios. Em decorrência da situação patrimonial e financeira das investidas Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A., Nova Ferrobán S.A. e Ferrovia Novoeste S.A., as demonstrações financeiras apresentam prejuízos acumulados decorrentes das operações de R\$ 750.588 e passivo a descoberto no montante de R\$ 82.314, condições patrimoniais e financeiras que levantam dúvidas quanto a sua continuidade operacional. A Administração vem desenvolvendo diversas alternativas para serem implementados no próximo exercício visando a solução do problema. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo a recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza.
5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001 apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, e sobre elas emitimos um parecer datado de 19 de março de 2002, com ressalva e com parágrafo de ênfase quanto a utilização das demonstrações financeiras da controlada Ferrovia Novoeste S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001, que foram examinadas por outros auditores independentes e nossa opinião, no que diz respeito aos valores daquela Empresa incluídos na consolidação, baseou-se tão somente no parecer daqueles auditores independentes.

19 de março de 2003

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Alberto Bressan Filho

Contador CRC 1SP144380/O-7

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, a Administração da BRASIL FERROVIAS S.A. submete à apreciação de V.Sas.o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002.

A empresa, foi fundada em junho de 1998, através da incorporação de ações das empresas FERRONORTE S.A. Ferrovias Norte Brasil e Ferrovia NOVOESTE S.A , passando a deter o controle acionário das empresas acima citadas. A criação da holding BRASIL FERROVIAS S.A., reuniu interesse dos sócios de ambas empresas, para a participação do leilão da FEPASA – Malha Paulista S.A , ocorrido em 10 de novembro de 1998. A empresa, integrou o “Consórcio Ferrovias”, vencedor do leilão, com uma participação de 37,91% do capital da nova concessionária FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A., representada por ações preferenciais.

A BRASIL FERROVIAS S.A., é a nova razão social da FERROPASA – Ferronorte Participações S.A., desde janeiro de 2002. Desde então, vem desenvolvendo a gestão unificada das ferrovias associadas (Ferronorte, Ferrobán e Novoeste), com o foco dos negócios dirigidos à priorização do escoamento de cargas ferroviárias pelo Porto de Santos e com investimentos previstos de R\$ 200 milhões, a serem realizados nas ferrovias associadas no triênio 2002/2004.

Em maio de 2002 a FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A., aumentou seu capital social de R\$ 252.200.157,00 para R\$ 353.170.244,10 com a emissão de 1.009.700.871 ações, em face desse aumento de capital a participação da BRASIL FERROVIAS S.A., naquela companhia passou a ser de 8,34%

Em dezembro de 2002, a BRASIL FERROVIAS S.A., subscreveu 93.857.846 ações preferenciais de emissão da FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A., na companhia NOVA FERROBAN S.A., empresa criada com o propósito específico de promover o caucionamento de ações junto ao BNDES para obtenção de financiamento em favor da FERROBAN. Assim, a BRASIL FERROVIAS S.A., passou a ter uma participação no capital da NOVA FERROBAN S.A., de 11,92%, e na FERROBAN de 0,9%.

Em dezembro de 2002, o Conselho de Administração autorizou a BRASIL FERROVIAS S.A., aumentar o capital social na controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, mediante a realização de parte do AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em R\$ 80.000.000,24, correspondente a 26.058.632 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da controlada Ferronorte, totalmente subscritas e integralizadas.

As demonstrações financeiras das sociedades investidas FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Nova Ferrobán S.A. não foram consolidadas.

A administração agradece a seus colaboradores, acionistas, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança demonstrados durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002.

São Paulo-SP, 19 de março de 2003

A Administração

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada cujo objeto social seja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços ligados ao ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades inclusive nas áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária e fluvial, entre outras.

A Empresa controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil tem por objetivo a construção e exploração de vias férreas, rodovias e hidrovias; a prestação de serviços de transportes ferroviários e rodoviários, a construção e exploração de terminais ferroviários, rodoviários, portuários de carga e descarga, de guarda e caução de produtos e mercadorias e outros tipos de terminais relacionados com os serviços de transporte; a operação portuária; a realização de edificações, estruturas e módulos pré-fabricados ou pré-modulados, e a exploração de atividades que sejam afins, conexas ou complementares às anteriores.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo

• Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

• Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. O custo dos estoques está baseado nos princípios do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques.

• Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Permanente

• Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

• Diferido

Corresponde basicamente a gastos de implementação do projeto da ferrovia iniciado em 1992, registrados como despesas pré-operacionais. A amortização dos gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari – MT, ocorrerá em 10 anos a partir de março de 2001. O ativo diferido é contabilizado somente quando há um aumento dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

Crítério de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Brasil Ferrovias S.A. e suas controladas, a seguir relacionada:

	Percentual de participação	
	2002	2001
Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil	95,62	98,80
Ferrovia Novoeste S.A.	100,0000	100,0000

As sociedades não consolidadas são as seguintes:

	Percentual de participação	
	2002	2001
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	0,8953	37,9128
Nova Ferrobán S.A.	11,9155	-

Em 2002 não estão sendo consolidadas as sociedades investidas Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Nova Ferrobán S.A. por não possuir maioria do capital votante.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

4 Empresas relacionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>	
Ativo					
Circulante					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	3.173	–	18.114	10.511	(A)
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	–	–	1.000	–	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	–	–	433	–	
Total	<u>3.173</u>	<u>–</u>	<u>19.547</u>	<u>10.511</u>	
Realizável a longo prazo					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	–	–	10.503	21.005	(A)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	–	–	<u>4.782</u>	<u>7.002</u>	(B)
Total	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>15.285</u>	<u>28.007</u>	
Passivo					
Circulante					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	–	70	55.159	88	(C)
Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil	195	2.344	–	–	
Ferrovia Novoeste S.A.	2.267	–	–	–	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	–	–	840	–	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	–	–	<u>1.286</u>	–	
	<u>2.462</u>	<u>2.414</u>	<u>57.294</u>	<u>888</u>	

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de Maio de 2001, a controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.. O saldo em 31/12/02 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;
- Adiantamento efetuado pela controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;
- Correspondente a transferência de numerário pela Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A. a Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil e Ferrovia Novoeste S.A. título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

	<u>Consolidado</u>		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	
Receitas			
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	–	
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	12.464	9.687	(D)
Despesas e Custos			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	35.850	23.399	(D)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	5.580	5.943	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	2.302	–	

- Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde a recursos de acionistas para futura integralização de capital nas controladas Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil e Ferrovia Novoeste S.A.

6 Investimentos

Controladora

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	Feronorte S.A.						
	Ferrovias Norte	Ferrovia	Ferroban – Ferrovias	Nova Ferroban			
	Brasil	Novoeste S.A.	Bandeirantes S.A.	S.A.	Outros	Total	
						2002	2001
Capital social em 31/12/2002	624.089	21.058	353.170	19.875			
Quantidade de ações possuídas:							
Ordinárias	374.509.096	7.240.148	9.540.039	–			
Preferenciais	2.949.584	14.480.293	1.758.198	93.857.844			
Participação integralizado (%)	95,6166	100,00	0,8953	11,9155			
Patrimônio líquido ajustado	203.140	(113.910)	(294.849)	(184.044)			
Prejuízo do exercício	(24.568)	(42.406)	(252.525)	(203.919)	–	(283.990)	(283.990)
Resultado da equivalência patrimonial	(237.602)	(42.406)	(41.569)	(21.930)	–	(343.507)	(215.260)
Ajustes de exercícios anteriores em controladas e coligadas	–	(6.241)	(61.968)	–	–	(68.209)	–
Ganho por variação da participação	25.609	–	83.554	–	–	109.164	–
Valor do investimento	194.236	29.049	–	–	70	223.355	353.934
Valor da provisão para perdas em investimentos	–	(113.909)	(2.640)	(21.930)	–	(138.479)	(65.263)

O saldo dos investimentos na controladora Ferrovia Novoeste S.A. refere-se a ágio, fundamentado por laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

Consolidado

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A.	Nova Ferroban S.A.	Outros	Ágio	Ferrovia Novoeste S.A. Ajustes exercícios anteriores	Total	
						2002	2001
Capital social em 31/12/2002	353.170	19.875					
Quantidade de ações / quotas possuídas:							
Ordinárias	9.540.039	–					
Preferenciais	1.758.198	93.857.844					
Participação integralizado (%)	0,8953	11,9155					
Patrimônio líquido ajustado	(294.849)	(184.044)					
Prejuízo do exercício	(252.525)	(203.919)					
Resultado da equivalência patrimonial	(41.569)	(21.930)	–	–	–	(63.499)	(39.367)
Ajustes de exercícios anteriores em controladas e coligadas	(61.968)	–	–	–	(6.241)	(68.209)	–
Ganho por variação da participação	83.554	–	–	–	–	83.554	–
Valor do investimento	–	–	4.711	29.049	–	33.760	38.402
Valor da provisão para perdas em investimentos	(2.640)	(21.930)	–	–	–	(24.570)	–

O saldo dos investimentos na controladora Ferrovia Novoeste S.A. refere-se a ágio, fundamentado por laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

7 Imobilizado

	Taxa média de depreciação (a.a. %)	Consolidado	
		2002	2001
Edifícios/instalações/equipamentos e outros	2,5 a 20	9.554	8.856
Móveis e utensílios	10 e 20	419	370
Vagões/locomotivas/ veículos	3,33 a 20	148.519	118.156
Computadores e periféricos	10 a 20	2.625	959
Reforma de superestrutura da linha	6,7	21.668	15.664
Reforma de locomotivas	10	14.163	12.328
Ferramentas e equipamentos de manutenção	10 a 40	9.691	8.333
Infra e superestrutura	3,33 e 4	742.249	742.034
Terminais	4	30.113	29.706
Sinalização e telecomunicação	3,33	4.482	3.884
Direito de exploração e arrendamento de bens	3,33	—	5.383
Plano de demissões incentivadas e outros	3,33	—	7.641
		<u>983.483</u>	<u>953.314</u>
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		<u>(102.392)</u>	<u>(69.515)</u>
		881.091	883.799
Imobilizações em andamento		204.454	143.270
Terras		13.746	11.198
Canteiros dormentes		2.763	2.763
Adiantamento a fornecedores		3.335	4.448
Outros		900	1.123
		<u>1.106.289</u>	<u>1.046.601</u>

8 Diferido

	Consolidado	
	2002	2001
Fase I		
Despesas e receitas financeiras	1.093.076	1.094.050
Gastos de implantações pré-operacionais	165.831	165.831
Resultado da correção monetária de balanço	(683.140)	(683.140)
Amortização acumulada	<u>(105.773)</u>	<u>(48.162)</u>
	<u>469.994</u>	<u>528.579</u>
Fase II		
Despesas e receitas financeiras	41.186	9.557
Gastos de implantações pré-operacionais	<u>21.536</u>	<u>13.671</u>
	<u>62.722</u>	<u>23.228</u>
Outros		
Demais gastos relacionados ao início das operações	<u>285</u>	<u>109</u>
	<u>533.001</u>	<u>551.916</u>

Os gastos provenientes da fase I do referido projeto, compreendendo o trecho de 403 km entre a ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e Alto Taquari – MT, tiveram a amortização iniciada em março de 2001. Os gastos provenientes da fase II, que compreendem o trecho 1, de 96 km entre Alto Taquari - MT e Alto Araguaia – MT, estão em fase final de conclusão.

9 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Ativo Imobilizado				
Moeda nacional:				
Recursos do BNDES com juros de 1,5% a.a. mais variação da TJLP	–	–	812.831	719.571
FINAME - juros de 4% a.a. mais variação da TJLP	–	–	95.932	98.544
Notas promissórias – juros de 105% da taxa do CDI a.a	–	–	–	29.912
Capital de giro – juros médios de 2,76% a.m.	18.297	2.736	72.178	54.876
Moeda estrangeira:				
Financiamento de importação de trilhos com juros médios de 4,25% a.a.	–	–	13.826	20.913
	18.297	2.736	994.767	923.816
Parcela a amortizar no curto prazo, classificada no passivo circulante	(18.297)	(2.736)	(83.331)	(93.071)
Exigível a longo prazo	–	–	911.436	830.745

Os financiamentos em moeda nacional vencem entre 2002 e 2016 e os em moeda estrangeira vencem a partir de 2002. Garantias – caução da totalidade das ações emitidas pela controlada Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil de propriedade da controladora e caução da receita do projeto da obra.

A parcela de longo prazo tem o seguinte cronograma de pagamentos:

	Consolidado	
	2002	2001
Ano de vencimento:		
2003	–	37.660
2004	45.180	16.588
2005	33.232	29.956
2006	40.140	37.687
2007 até 2016	792.884	708.854
	911.436	830.745

10 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Debêntures:				
Curto prazo	12.548	4.825	23.970	4.825
Longo prazo	198.812	175.747	519.687	404.908
	211.360	180.572	543.657	409.733
Controladora			2002	2001
Primeira emissão			194.512	167.200
Segunda emissão			16.848	13.372
			211.360	180.572
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante			(12.548)	(4.825)
Exigível a longo prazo			198.812	175.747

A Primeira Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias – Emissão Privada

Em 25 de agosto de 1998, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 1ª emissão privada da Brasil Ferrovias, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da companhia, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, constituída por caução de 66.931.230 ações preferências da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A de propriedade da Brasil Ferrovias, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. As debêntures da 1ª série e da 2ª série foram compradas pelo BNDESpar, FUNCEF e PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais. Para esta emissão 3.401 debêntures foram canceladas.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 3% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil) a serem pagos semestralmente. O prazo das debêntures seria de 7 anos e a amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2004, 30% em julho de 2005 e 40% em julho de 2006. A possibilidade de conversão das debêntures em ações preferenciais seguia um cronograma que variava a quantidade de ações por debênture nos períodos de julho de 1999 a julho de 2004, de julho de 2004 a julho de 2005 e de julho de 2005 a julho de 2006.

No entanto, a Decisão no DIR.071/2001 do BNDESpar, datada de 2 de agosto de 2001 alterou as características e condições das debêntures. As alterações determinadas na decisão e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento de juros remuneratórios de 6% ao ano acima da TJLP, a serem devidos anualmente, à capitalização total dos juros até dezembro de 2006 e capitalização de 4,5% ao ano acima da TJLP de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, ao prazo que passa a ser de 17 anos, e ao cronograma de conversão das debêntures em ações preferenciais, que passa a iniciar em junho de 2011 e termina em junho de 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passaram a ter garantia adicional, referente à caução de parte da receita da Ferronorte com transportes.

Ao final de dezembro de 2002, o saldo devedor desta 1ª emissão de debêntures estava integralmente registrado no passivo de longo prazo.

A Segunda Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias – Emissão Privada

Em 29 de junho de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 2ª emissão privada de 1.680 debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Brasil Ferrovias, em uma única série, da espécie com garantia flutuante, com valor unitário de R\$10.000,00, emitidas em 29 de junho de 2001. Nos termos da escritura desta emissão, a taxa de juros das debêntures é de 105% da Taxa DI, tendo como data de vencimento 20 de dezembro de 2004, ocasião em que a Brasil Ferrovias obriga-se a proceder a liquidação daquelas que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração estipulada. Do total, 565 debêntures foram compradas pela Chase Participações e Empreendimentos Ltda., 717 debêntures foram compradas pelo fundo LAIF e o restante foi cancelado.

Ao final de dezembro de 2002, o saldo devedor desta 2ª emissão de debêntures era de aproximadamente R\$ 16.848 mil, sendo R\$ 4.299 mil classificado no passivo de longo prazo e R\$ 12.549 mil no passivo circulante.

Controlada - Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil

	2002	2001
Primeira emissão	180.394	154.485
Segunda emissão	85.491	74.676
Terceira emissão	45.566	–
Quarta emissão	20.845	–
	332.296	229.161
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	(11.421)	–
Exigível a longo prazo	<u>320.875</u>	<u>229.161</u>

A Primeira Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Pública

Em 12 de julho de 1996, a Assembléia Geral de Acionistas da Ferronorte aprovou a 1ª emissão pública de 10 mil debêntures, conversíveis em ações ordinárias da empresa, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$10 mil e data de emissão em 1º de julho de 1997, totalizando R\$100 milhões. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESpar.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 2,5% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil) a serem pagos semestralmente. A amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2002, 30% em julho de 2004 e 40% em junho de 2007. O prêmio seria de 4,5% sobre o saldo devedor, a ser pago junto com as parcelas de amortização.

No entanto, o aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da Ferronorte datado de 31 de setembro de 2001, em consonância com a Decisão nº DIR.071/2001 do BNDESpar, datada de 2 de agosto de 2001, alterou as características e condições das debêntures. As características determinadas no aditamento e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento de juros remuneratórios de 1,5% ao ano acima da TJLP, à capitalização dos juros incorridos entre julho de 1999 e dezembro de 2006, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, à data de vencimento das debêntures que passa a ser 30 de junho de 2016, à possibilidade de permuta das debêntures por ações ordinárias da Ferropasa – Ferronorte Participações S/A (hoje, Brasil Ferrovias S/A) a critério dos debenturistas e à programação de pagamento do prêmio, que passa a referir-se às receitas líquidas da Ferronorte no período de 2001 a 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passam a ter uma garantia adicional referente à caução de parte do produto da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de transporte, conforme previsto no contrato de concessão da Ferronorte.

A Segunda Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Privada

Em 16 de fevereiro de 2000, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 60 milhões de debêntures simples, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$60 milhões, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 parágrafo 4º, Art. 1º da Lei 9.808 de 20/07/1999, com redação dada pela MP 199-15 de 14/12/1999 e demais disposições legais aplicáveis. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia- FINAM, conforme autorização da SUDAM (hoje, ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia) contida no Ofício SAO/DAÍ nº 093/00, de 22/02/2000. As debêntures conferem ao seu titular direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias.

A Terceira Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Privada

Em 26 de dezembro de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Ferronorte aprovou a emissão de 40 milhões de debêntures conversíveis em ações, com garantia flutuante, série A, com valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 40 milhões, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/1991 e demais disposições legais aplicáveis. As debêntures conferem aos seus titulares direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados com base na TJLP. O prazo para conversão das debêntures em ações é de 1 ano, a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos, incluindo o prazo de carência de 4 anos, contado da data de integralização. Como garantia adicional, foi estabelecida fiança, sendo fiadora da Ferronorte a Brasil Ferrovias. Estas debêntures foram totalmente subscritas pelo FINAM, conforme autorização da SUDAM contida no Ofício nº 666, de 28/12/2001, do Ministério de Integração Nacional.

A Quarta Emissão de Debêntures da Ferronorte – Emissão Pública

A 4ª emissão de debêntures da Ferronorte foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 08 de fevereiro de 2002 e teve suas condições e características alteradas conforme as deliberações nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 01 de abril de 2002, de 03 de junho de 2002, de 10 de julho de 2002, de 03 de setembro de 2002 e de 26 de dezembro de 2002. Esta emissão foi previamente submetida à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e registrada sob o n.º CVM/SRE/DCA/2002/002, em 17 de setembro de 2002 e o iniciou-se a distribuição pública em 18 de setembro de 2002. Em 06 de dezembro de 2002 a distribuição destas debêntures foi suspensa *sine die*, em virtude das alterações realizadas no cronograma de pagamentos de amortização e juros remuneratórios, aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral Extraordinária de 26 de dezembro de 2002. A nova documentação refletindo estas alterações foi submetida à aprovação pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão foi de 4.500 debêntures conversíveis em ações ordinárias da empresa, ao preço unitário de R\$ 10.000,00 na data de emissão, 20 de junho de 2002, totalizando assim o montante de R\$ 45 milhões. O prazo da emissão é de 2 anos e oito meses e a data de vencimento é 20 de fevereiro de 2005. A emissão deu-se em série única e as debêntures são da espécie sem garantias nem preferências. A colocação primária e a negociação das debêntures dão-se no ambiente do sistema BOVESPAFIX, gerido pela CBLC. As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 105% da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (hum) dia, denominada “Taxa DI over extra grupo” (CDI) que serão devidos nas mesmas datas programas para o pagamento de amortizações. A amortização dar-se-á em 21 parcelas, devida no dia 20 dos meses de julho a setembro de 2002, maio a dezembro de 2003 e 2004 e janeiro e fevereiro de 2005. A amortização devida em 20 de maio de 2003 equivalerá a 4/24 (quatro sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures e as demais parcelas de amortização equivalerão a 1/24 (um sobre vinte e quatro avos) do valor de face das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias da Ferronorte a critério dos debenturistas. O número de ações equivalentes a uma debênture varia de acordo com uma tabela presente na escritura da emissão.

Até a suspensão da distribuição em 06 de dezembro de 2002, 1.139 debêntures desta emissão haviam sido vendidas e até o fechamento deste DFP 2.264 debêntures haviam sido vendidas em colocação primária, sendo os compradores a PREVI e a FUNCEF. A Ferronorte recomprou da FUNCEF 14 debêntures desta emissão, em 7 de outubro de 2002. A integralização dessas debêntures pela PREVI e FUNCEF deu-se pelo preço unitário líquido de três parcelas de amortizações devidas nos meses de julho a setembro de 2002. A totalidade das debêntures deverá ser vendida, recolhida à tesouraria ou cancelada em até 180 dias contados a partir do início de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo devedor a curto prazo era integralmente da 4ª emissão.

11 Contratos de Concessão e Arrendamento (consolidado)

Os saldos de curto prazo de R\$ 61.711 e de longo prazo de R\$ 22.349 em 31 de dezembro de 2002 referem-se, aos montantes já incorridos dos contratos de concessão e arrendamento da controladora Ferrovias Novoste S.A. até o encerramento do exercício social, atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e incluem juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Em 2002, os saldos relativos à conta “Contrato de Concessão e Arrendamento,” apresentados no passivo circulante e exigível a longo prazo, foram reclassificados de acordo com o contrato. Para atendimento aos princípios de comparabilidade de exercícios, os saldos de R\$ 12.980 apresentados em 2001 no passivo circulante foram reclassificados para o exigível a longo prazo.

O valor total ainda não incorrido dos referidos contratos, atualizado até 31 de dezembro de 2002 e que deverá a ser pago até abril de 2026, é de aproximadamente R\$ 378 milhões.

12 Capital social

O capital subscrito está representado por 464.035.232 ações, sendo que 404.002.857 ações ordinárias nominativas e 60.032.375 ações preferenciais nominativas.

13 Passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2002 a Empresa apresenta prejuízos acumulados de R\$ 750.588, que supera o Capital Social em R\$ 82.314, e que foi classificado no ativo sob o título de Passivo a Descoberto.

14 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Risco de crédito

A controlada Ferronorte encontra-se em um momento onde realiza grandes investimentos na construção de terminais, aquisição de vagões e locomotivas, etc., o que necessariamente envolve operações de captação de recursos e alta alavancagem financeira. É imperativo para a administração do caixa da Ferronorte que a Empresa tenha limites de crédito em diversos bancos e em montantes compatíveis com suas necessidades de giro. Para o caso de emissões públicas de debêntures a Ferronorte também deve estar em condições de conseguir uma avaliação de risco de crédito (rating), num grau aceitável pelo mercado para investimento.

Para gerenciar seu risco de crédito a Ferronorte procura abrir limites de crédito não com um, mas uma série de bancos brasileiros ou de capital estrangeiro, que tem tradição em conceder empréstimos de curto e médio prazo para empresas da área e do porte da Ferronorte.

Quando há sobra de caixa a aplicação de recursos da Ferronorte é feita em grandes bancos, com solidez e nome reconhecidos no mercado financeiro. Valendo-se deste critério e das parcerias que acaba com bancos pelo lado da captação de recursos, a Ferronorte entende que está adequadamente protegida contra o risco inerente aos bancos onde aplica seus recursos.

Risco financeiro

A Empresa e sua controlada Ferronorte, como a maioria das empresas com operações no Brasil, está exposta às oscilações inerentes ao mercado financeiro brasileiro, no que se refere às taxas de juros praticadas pelo mercado para captação de recursos de curto e longo prazo ou para aplicação de recursos no curto prazo.

A administração do caixa da Empresa e sua controlada Ferronorte é afetada pela variação das taxas de juros praticadas no mercado, e pelos prazos de empréstimos que o mercado está disposto a conceder, para o caso de renovação das dívidas, entre outros fatores. Adicionalmente, ainda leva-se em consideração uma administração dentro de limites para captação de empréstimos no mercado, conforme determina parte dos contratos assinados pela Empresa e sua controlada Ferronorte.

A política da Empresa e sua controlada Ferronorte para gerenciar este risco dá-se basicamente em três frentes: pela parceria com bancos sérios e sólidos financeiramente, o que traz agilidade e melhora nas condições de captação; pela preferência em captar recursos, quando couber, através de financiamentos de longo prazo e atrelados a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa esta que apresenta uma volatilidade bem menor que a maioria das taxas de mercado; e pela preferência em captar recursos em Reais, visto que a maior parte da receita da empresa é paga nesta moeda, e a taxas pós-fixadas, pois geralmente o custo da operação é menor.

Risco cambial

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações frequentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Os resultados financeiros da Empresa e sua controlada Ferronorte podem ser afetados pela desvalorização da moeda nacional, contudo, trata-se de um montante relativamente pequeno se comparado com o total da dívida da Empresa e sua controlada Ferronorte e por este motivo a administração da empresa entende que a atual exposição a este risco é aceitável. Se necessário, a tesouraria da empresa poderá valer-se de operações de hedge cambial ou swap entre outras operações financeiras disponíveis no mercado, para melhor administrar este risco. Em 31 de dezembro de 2002, a dívida total da sua controlada Ferronorte em moeda estrangeira era de US\$ 3.913 mil (R\$ 13.826 mil).

A Administração da Empresa não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, originadas por operações envolvendo instrumentos na referida data-base, que requerem divulgação específica, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

15 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país que foram definidas pela sua administração por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	Consolidado	
		2002	2001
Estoques almoxarifados, prédios e conteúdos (Próprios)	Incêndio, furto	25.603	35.690
Terminais e sistemas de comunicação	Incêndio, furto	51.766	20.547
Superestrutura	Incêndio, furto	228.300	214.083
Prédios e conteúdos (Terceiros)	Incêndio	1.200	350
Veículos, locomotivas e vagões	Colisão	756.448	442.910
Lucros cessantes		120.950	58.291
Responsabilidade Civil		65.250	73.250

16 Outras despesas/receitas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receitas				
Recuperação de despesas com acidentes de equipamentos rodantes		–	273	1.802
Reversão de provisões			2.445	–
Arrendamento de equipamentos rodantes		–	2.652	3.411
Arrendamento de depósitos e armazéns		–	278	1.660
Venda de trilhos para coligada	–	–	806	–
			6.454	6.873
Despesas				
Provisão para perdas com créditos de difícil realização	(6.352)		(6.352)	–
Outras despesas	–	–	(599)	(1.359)
	<u>(6.352)</u>	<u>–</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(1.359)</u>
	<u>(6.352)</u>	<u>–</u>	<u>(497)</u>	<u>5.514</u>

17 Resultado não operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Ganho por diminuição de participação em investidas	109.164	–	109.164	–
Venda de locomotivas – lease-back	–	–	–	9.890
Venda de terminal de combustíveis Alto Taquari	–	–	–	1.920
Baixa do valor residual do pagamento da parcela inicial da Concessão e do Arrendamento	–	–	(4.213)	–
Outros resultados não operacionais	–	–	549	1.341
	<u>109.164</u>	<u>–</u>	<u>105.500</u>	<u>13.151</u>

18 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2002, a Empresa possui prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
a. Prejuízos fiscais	108.728	637.446
b. Base negativa de contribuição social	109.484	640.951

* * *

Conselho de Administração

Clóvis de Barros Carvalho
Presidente

Edo Antonio Ferreira de Freitas
Antonio dos Santos Maciel Neto
José Roberto Ferreira Martins
Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza

James Firth Martin
José Cláudio Rego Aranha
Carlos Alberto de Araújo
Luis Carlos Cazetta

Conselho Fiscal

Thales José Salomão Belém de Souza
Luiz Carlos Felipe
André Toledo de Carvalho

Diretoria

Nelson de Sampaio Bastos
Diretor-Presidente

Sérgio Ricardo Freitas de Souza
*Diretor de Desenvolvimento
e Relações Institucionais*

Alberto Mendes Tepedino
*Diretor de Finanças, Administração
e Relações com os Investidores*

João Gouveia Ferrão Neto
Diretor de Operações

José Maria Ribeiro de Almeida
Diretor Comercial

Contador

Josué Medeiros
CRC 1SP122969/O-6

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais - ITR (30/09/2003) - Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

DATA-BASE - 30/09/2003

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM 01735-3	2 - Denominação Social BRASIL FERROVIAS S.A.	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27	4 - NIRE 35.300.154.002
---------------------------	---	--------------------------------	----------------------------

01.02 - SEDE

1 - Endereço Completo Rua do Rocio, 351 - 3º andar - Cj. 31	2 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi	3 - CEP 04552-905	4 - Município São Paulo	5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - Telefone 3848-5868	8 - Telefone -	9 - Telefone -	10 - Telex -
11 - DDD 11	12 - Fax 3841-9252	13 - Fax -	14 - Fax -	15 - E-mail ferronorte@ferronorte.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome Sálvio José Luiz	2 - Endereço Completo Rua do Rocio, 351 - 3º andar - Cj. 31	3 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi	4 - CEP 04552-905	5 - Município São Paulo	6 - UF SP	7 - DDD 11	8 - Telefone 3848-5868	9 - Telefone -	10 - Telefone -
11 - Telex -	12 - DDD 11	13 - Fax 3841-9252	14 - Fax -	15 - Fax -	16 - E-mail salvio.luiz@brasilferrovias.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA/AUDITOR

Exercício Social em Curso		Trimestre Atual			Trimestre Anterior		
1 - Início 01/01/2003	2 - Término 31/12/2003	3 - Número 3	4 - Início 01/07/2003	5 - Término 30/09/2003	6 - Número 2	7 - Início 01/04/2003	8 - Término 30/06/2003
9 - Nome/Razão Social do Auditor Trevisan Auditores Independentes		10 - Código CVM 00210-0	11 - Nome do Responsável Técnico Orlando Octávio de Freitas Jr.		12 - CPF do Responsável Técnico 084.911.368-78		

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - Trimestre Atual 30/09/2003	2 - Trimestre Anterior 30/06/2003	3 - Igual Trimestre Ex. Anterior 30/09/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	404.003	404.003	404.003
2 - Preferenciais	60.032	60.032	60.032
3 - Total	464.035	464.035	464.035
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	2.179	2.179	2.179
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	2.179	2.179	2.179

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - Tipo de Empresa Empresa Comercial, Industrial e Outras	2 - Tipo de Situação Operacional	3 - Natureza do Controle Acionário Privada Nacional	4 - Código Atividade 1230000 - Transportes
5 - Atividade Principal Holding	6 - Tipo de Consolidado Não Apresentado	7 - Tipo do Relatório dos Auditores Sem Ressalva	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Item	2 - CNPJ	3 - Denominação Social
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - Item	2 - Evento	3 - Aprovação	4 - Provento	5 - Início Pagto.	6 - Tipo Ação	7 - Valor do Provento p/ Ação
----------	------------	---------------	--------------	-------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - Item	2 - Data da Alteração	3 - Valor do Capital Social (Reais Mil)	4 - Valor da Alteração (Reais Mil)	5 - Origem da Alteração	7 - Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	8 - Preço da Ação na Emissão (Reais)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - Data 09/12/2003	2 - Assinatura
------------------------	----------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

Código	Descrição	30/09/2003	30/06/2003
1	Ativo Total	257.687	256.253
1.01	Ativo Circulante	69.152	64.583
1.01.01	Disponibilidades	12	5
1.01.01.01	Caixa e Bancos	12	5
1.01.02	Créditos	46.580	47.570
1.01.02.01	Partes Relacionadas	46.580	47.570
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	22.560	17.008
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	932	182
1.01.04.02	Debêntures	21.628	16.826
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.594	30.356
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	26.594	30.356
1.02.03.01	Debêntures	2.508	6.270
1.02.03.02	Notas Promissórias	11.242	11.242
1.02.03.03	Outros Créditos	12.844	12.844
1.03	Ativo Permanente	161.941	161.314
1.03.01	Investimentos	161.941	161.314
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	161.871	161.244
1.03.01.03	Outros Investimentos	70	70
1.03.02	Imobilizado	0	0
1.03.03	Diferido	0	0

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/09/2003</u>	<u>30/06/2003</u>
2	Passivo Total	257.687	256.253
2.01	Passivo Circulante	250.091	227.462
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.486	12.650
2.01.02	Debêntures	18.027	15.392
2.01.03	Fornecedores	145	245
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	68	3
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	205.370	183.298
2.01.06.01	Prov. p/Perda c/Invest. Control/Colig.	202.798	181.499
2.01.06.02	Provisões Diversas	2.572	1.799
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	9.878	10.833
2.01.08	Outros	5.117	5.041
2.01.08.01	Salários, Encargos e Férias	37	37
2.01.08.02	Contratos e Compromissos	5.080	5.004
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	239.015	231.266
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	222.103	214.418
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	16.912	16.848
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	(231.419)	(202.475)
2.05.01	Capital Social Realizado	668.274	668.274
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(899.693)	(870.749)

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/2003 a	01/01/2003 a	01/07/2002 a	01/01/2002 a
		30/09/2003	30/09/2003	30/09/2002	30/09/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(28.944)	(149.105)	(62.242)	(211.621)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(741)	(1.601)	(286)	(778)
3.06.03	Financeiras	(7.531)	(21.772)	(8.427)	(23.549)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.174	14.832	535	651
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(12.705)	(36.604)	(8.962)	(24.200)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(20.672)	(125.732)	(53.529)	(187.294)
3.07	Resultado Operacional	(28.944)	(149.105)	(62.242)	(211.621)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(28.944)	(149.105)	(62.242)	(211.621)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(28.944)	(149.105)	(62.242)	(211.621)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	461.856	461.856	461.856	461.856
	LUCRO POR AÇÃO				
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,06267)	(0,32284)	(0,13476)	(0,45820)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Informações trimestrais (ITR) - trimestre findo em 30 de setembro de 2003

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada cujo objeto social seja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços ligados ao ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades inclusive nas áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária e fluvial, entre outras.

A Empresa controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil tem por objetivo a construção e exploração de vias férreas, rodovias e hidrovias; a prestação de serviços de transportes ferroviários e rodoviários, a construção e exploração de terminais ferroviários, rodoviários, portuários de carga e descarga, de guarda e caução de produtos e mercadorias e outros tipos de terminais relacionados com os serviços de transporte; a operação portuária; a realização de edificações, estruturas e módulos pré-fabricados ou pré-modulados, e a exploração de atividades que sejam afins, conexas ou complementares às anteriores.

2 Apresentação das informações trimestrais (ITR)

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Permanente

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. *Passivo circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.

f. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil	Ferrovia Novoeste S.A.	Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A.	Nova Ferrobán S.A.	Outros	Total 30/09/2003
Capital social em 30/09/2003	624.089	21.058	353.170	19.875		
Quantidade de ações possuídas:						
Ordinárias	374.509.096	7.240.148	9.540.039	167		
Preferenciais	2.949.584	14.480.293	1.758.198	93.858.179		
Participação integralizado (%)	95,617	100,000	0,895	11,916		
Patrimônio líquido ajustado	138.911	(172.394)	(364.850)	(227.744)		
Prejuízo do exercício	(64.229)	(58.484)	(70.001)	(43.700)	–	(236.414)
Resultado da equivalência patrimonial	(61.414)	(58.484)	(627)	(5.207)	–	(125.732)
Valor do investimento	132.822	29.049	–	–	70	161.941
Valor da provisão para perdas em investimentos	–	(172.394)	(3.267)	(27.137)	–	(202.798)

O saldo dos investimentos na controladora Ferrovia Novoeste S.A. refere-se a ágio, fundamentado por laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

4 Empresas relacionadas

	30/09/2003
Ativo	
Circulante	
Chase Latin	14
Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil	2.404 (A)
Ferrovia Novoeste S.A.	44.162 (A)
	<u>46.580</u>
Passivo	
Circulante	
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	6.988 (A)
Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil	2.887
Ferrovia Novoeste S.A.	3
	<u>9.878</u>

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- (A) Transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas da Empresa interligada.

5 Financiamentos

	30/09/2003
Moeda nacional:	
Capital de giro – juros de 15% a.a. mais variação do CDI	11.486
Parcela a amortizar no curto prazo, classificada no passivo circulante	(11.486)
Exigível a longo prazo	–
Garantias – notas promissórias e avais da diretoria.	<u>–</u>

6 Debêntures

	30/09/2003
Primeira emissão	220.501
Segunda emissão	19.629
	<u>240.130</u>
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>(18.027)</u>
Exigível a longo prazo	<u>222.103</u>

A Primeira Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias - Emissão Privada

Em 25 de agosto de 1998, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 1ª emissão privada da Brasil Ferrovias, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da companhia, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, constituída por caução de 66.931.230 ações preferências da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A de propriedade da Brasil Ferrovias, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com garantia flutuante. As debêntures da 1ª série e da 2ª série foram compradas pelo BNDESpar, FUNCEF e PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais. Para esta emissão 3.401 debêntures foram canceladas.

À época da emissão, definiu-se que o detentor das debêntures desta emissão receberia juros remuneratórios de 3% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil) a serem pagos semestralmente. O prazo das debêntures seria de 7 anos e a amortização ocorreria segundo a programação de pagamento de 30% em julho de 2004, 30% em julho de 2005 e 40% em julho de 2006. A possibilidade de conversão das debêntures em ações preferenciais seguia um cronograma que variava a quantidade de ações por debênture nos períodos de julho de 1999 a julho de 2004, de julho de 2004 a julho de 2005 e de julho de 2005 a julho de 2006.

No entanto, a Decisão no DIR.071/2001 do BNDESpar, datada de 2 de agosto de 2001 alterou as características e condições das debêntures. As alterações determinadas na decisão e que vigoram atualmente referem-se ao pagamento de juros remuneratórios de 6% ao ano acima da TJLP, a serem devidos anualmente, à capitalização total dos juros até dezembro de 2006 e capitalização de 4,5% ao ano acima da TJLP de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, ao programa de amortizações que deverá iniciar em julho de 2011 e terminar em junho de 2016, ao prazo que passa a ser de 17 anos, e ao cronograma de conversão das debêntures em ações preferenciais, que passa a iniciar em junho de 2011 e termina em junho de 2016. Ainda de acordo com o aditivo, as debêntures passaram a ter garantia adicional, referente à caução de parte da receita da Ferronorte com transportes.

Ao final de setembro de 2003, o saldo devedor desta 1ª emissão de debêntures estava integralmente registrado no passivo de longo prazo.

A Segunda Emissão de Debêntures da Brasil Ferrovias - Emissão Privada

Em 29 de junho de 2001, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Brasil Ferrovias autorizou a 2ª emissão privada de 1.680 debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Brasil Ferrovias, em uma única série, da espécie com garantia flutuante, com valor unitário de R\$10.000,00, emitidas em 29 de junho de 2001. Nos termos da escritura desta emissão, a taxa de juros das debêntures é de 105% da Taxa DI, tendo como data de vencimento 20 de dezembro de 2004, ocasião em que a Brasil Ferrovias obriga-se a proceder a liquidação daquelas que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração estipulada. Do total, 565 debêntures foram compradas pela Chase Participações e Empreendimentos Ltda., 717 debêntures foram compradas pelo fundo LAIF e o restante foi cancelado.

Ao final de setembro de 2003, o saldo devedor desta 2ª emissão de debêntures era de aproximadamente R\$ 19.629, sendo R\$ 1.602 classificado no passivo de longo prazo e R\$ 18.027 no passivo circulante.

7 Capital social

O capital subscrito está representado por 464.035.232 ações, sendo que 404.002.857 ações ordinárias nominativas e 60.032.375 ações preferenciais nominativas.

8 Passivo a descoberto

Em 30 de setembro de 2003 a Empresa apresenta prejuízos acumulados de R\$ 899.693, que supera o Capital Social em R\$ 231.419.

9 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Risco de crédito

A controlada Ferronorte encontra-se em um momento onde realiza grandes investimentos na construção de terminais, aquisição de vagões e locomotivas, etc., o que necessariamente envolve operações de captação de recursos e alta alavancagem financeira. É imperativo para a administração do caixa da Ferronorte que a Empresa tenha limites de crédito em diversos bancos e em montantes compatíveis com suas necessidades de giro. Para o caso de emissões públicas de debêntures a Ferronorte também deve estar em condições de conseguir uma avaliação de risco de crédito (rating), num grau aceitável pelo mercado para investimento.

Para gerenciar seu risco de crédito a Ferronorte procura abrir limites de crédito não com um, mas uma série de bancos brasileiros ou de capital estrangeiro, que tem tradição em conceder empréstimos de curto e médio prazo para empresas da área e do porte da Ferronorte.

Quando há sobra de caixa a aplicação de recursos da Ferronorte é feita em grandes bancos, com solidez e nome reconhecidos no mercado financeiro. Valendo-se deste critério e das parcerias que acerta com bancos pelo lado da captação de recursos, a Ferronorte entende que está adequadamente protegida contra o risco inerente aos bancos onde aplica seus recursos.

Risco financeiro

A Empresa e sua controlada Ferronorte, como a maioria das empresas com operações no Brasil, está exposta às oscilações inerentes ao mercado financeiro brasileiro, no que se refere às taxas de juros praticadas pelo mercado para captação de recursos de curto e longo prazo ou para aplicação de recursos no curto prazo.

A administração do caixa da Empresa e sua controlada Ferronorte é afetada pela variação das taxas de juros praticadas no mercado, e pelos prazos de empréstimos que o mercado está disposto a conceder, para o caso de renovação das dívidas, entre outros fatores. Adicionalmente, ainda leva-se em consideração uma administração dentro de limites para captação de empréstimos no mercado, conforme determina parte dos contratos assinados pela Empresa e sua controlada Ferronorte.

A política da Empresa e sua controlada Ferronorte para gerenciar este risco dá-se basicamente em três frentes: pela parceria com bancos sérios e sólidos financeiramente, o que traz agilidade e melhora nas condições de captação; pela preferência em captar recursos, quando couber, através de financiamentos de longo prazo e atrelados a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa esta que apresenta uma volatilidade bem menor que a maioria das taxas de mercado; e pela preferência em captar recursos em Reais, visto que a maior parte da receita da empresa é paga nesta moeda, e a taxas pós-fixadas, pois geralmente o custo da operação é menor.

Risco cambial

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações frequentes em relação ao dólar norte-americano nos últimos anos. Os resultados financeiros da Empresa e sua controlada Ferronorte podem ser afetados pela desvalorização da moeda nacional, contudo, trata-se de um montante relativamente pequeno se comparado com o total da dívida da Empresa e sua controlada Ferronorte e por este motivo a administração da empresa entende que a atual exposição a este risco é aceitável. Se necessário, a tesouraria da empresa poderá valer-se de operações de hedge cambial ou swap entre outras operações financeiras disponíveis no mercado, para melhor administrar este risco.

A Administração da Empresa não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2003, originadas por operações envolvendo instrumentos na referida data-base, que requeressem divulgação específica, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

10 Prejuízos fiscais a compensar

Em 30 de setembro de 2003, a Empresa possui prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

a. Prejuízos fiscais	129.652
b. Base negativa de contribuição social	130.408

11 Viabilização do Transporte - Controlada Ferrovia Novoeste S.A.

Visando a viabilização do transporte de cargas, a NOVOESTE tem buscado parcerias com seus clientes, na forma de adiantamento da receita de fretes. Tais recursos serão alocados como investimentos em Via Permanente, sendo posteriormente devolvidos na forma de desconto nas faturas de frete.

O êxito desta negociação possui grande chance de sucesso, tendo em vista o interesse demonstrado pelos clientes.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O desempenho da Companhia no trimestre está associado ao prejuízo das controladas avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial e das despesas financeiras decorrentes de empréstimos bancários de curto prazo.

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada/Coligada	CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trim. Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trim. Anterior (Mil)
01	Ferronorte S.A.		Aberta			Empresa Comercial,		
	Ferrovias Norte Brasil	24.962.466/0001-36	Controlada	95,62	157,81	Industrial e Outras	377.458	377.458
02	Ferrovia		Aberta			Empresa Comercial,		
	Novoeste S.A.	39.115.514/0001-28	Controlada	100,00	112,55	Industrial e Outras	21.720	21.720

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - N° ORDEM	01
3 - N° REGISTRO NACVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1999
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP+juros de 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	02/08/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/01/2007

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - N° ORDEM	02
3 - N° REGISTRO NACVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1999
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP+juros de 1,5% de a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	75.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	7.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1.219
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	3.401
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	2.880
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	02/08/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/07/2007

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - N° ORDEM	03
3 - N° REGISTRO NACVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	29/06/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/12/2004
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% da variação do CDI a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	16.800
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1.680
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1.282
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	398
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Os comentários pertinentes foram feitos no quadro 5.01.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Brasil Ferrovias S.A.
São Paulo – SP

- 1 Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais (ITR) da Brasil Ferrovias S.A. correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2003, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas informações trimestrais (ITR).
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e operações da companhia.
- 3 Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

- 4 As informações trimestrais (ITR) foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia. Em decorrência da situação patrimonial e financeira das investidas Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A., Nova Ferrobán S.A. e Ferrovia Novoeste S.A., a companhia apresenta prejuízos acumulados decorrentes das operações e passivo a descoberto, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a companhia continuar operando.
- 5 As informações trimestrais possuem dados contábeis relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2003, os quais foram revisados por nós, conforme relatório de revisão especial, sem ressalvas e com ênfase semelhante ao reportado no parágrafo 4, emitido em 17 de outubro de 2003 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2002, os quais foram revisados por outros auditores independentes, conforme relatório de revisão especial, sem ressalvas e com ênfase semelhante ao reportado no parágrafo 4, emitido em 30 de abril de 2003.

São Paulo, 08 de dezembro de 2003.

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP 178871/O-4

Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

CONTROLADA/COLIGADA
Denominação Social: FERROVIAS S.A. FERROVIAS NORTE BRASIL
18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/2003 a 30/09/2003	01/01/2003 a 30/09/2003	01/07/2002 a 30/09/2002	01/01/2002 a 30/09/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	115.519	317.378	83.572	199.836
3.02	Deduções da Receita Bruta	(6.841)	(18.794)	(3.559)	(8.528)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	108.678	298.584	80.013	191.308
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(78.391)	(225.352)	(96.060)	(227.090)
3.04.01	Pessoal e Encargos Sociais	(5.034)	(14.438)	(3.955)	(11.071)
3.04.02	Materiais	(239)	(574)	(458)	(1.453)
3.04.03	Combustíveis e Lubrificantes	(17.614)	(48.509)	(11.260)	(25.684)
3.04.04	Depreciação e Amortização	(19.852)	(57.361)	(22.424)	(66.946)
3.04.05	Leasing - Locomotivas	(4.903)	(15.612)	(15.384)	(41.281)
3.04.06	Seguros	(929)	(2.891)	(805)	(1.455)
3.04.07	Direito de Passagem/Tráfego Mútuo	(12.047)	(32.352)	(11.128)	(25.212)
3.04.08	Utilidades e Serviços	(532)	(1.272)	(254)	(744)
3.04.09	Aluguéis e Arrendamento Comerciais	(5.274)	(19.095)	(10.059)	(21.357)
3.04.10	Acidentes, Danos Relativos ao Transporte	(4.073)	(8.848)	(5.941)	(6.628)
3.04.11	Viagens Estadias e Hospedagem	(348)	(952)	(629)	(1.467)
3.04.12	Portofer	(1.005)	(2.389)	(1.942)	(3.801)
3.04.13	Serviços de Terceiros	(3.966)	(13.451)	(6.788)	(13.060)
3.04.14	Outros	(2.575)	(7.608)	(5.033)	(6.931)
3.05	Resultado Bruto	30.287	73.232	(16.047)	(35.782)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.844)	(137.172)	(55.630)	(129.085)
3.06.01	Com Vendas	(1.564)	(2.715)	(592)	(1.569)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.317)	(10.741)	(4.679)	(13.728)
3.06.03	Financeiras	(24.748)	(143.999)	(50.598)	(114.862)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	41.147	47.822	1.735	7.424
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(65.895)	(191.821)	(52.333)	(122.286)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.486	24.884	1.002	1.929
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.278)	(3.352)	(763)	(855)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(423)	(1.249)	0	0
3.06.06.01	FN-locadora de Vagões	(423)	(1.249)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(557)	(63.940)	(71.677)	(164.867)
3.08	Resultado não Operacional	1.213	(289)	(39)	10
3.08.01	Receitas	1.171	4.654	21	111
3.08.02	Despesas	42	(4.943)	(60)	(101)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	656	(64.229)	(71.716)	(164.857)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	656	(64.229)	(71.716)	(164.857)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	377.458	377.458	348.450	348.450
	LUCRO POR AÇÃO	0,00174			
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,17016)	(0,20581)	(0,47312)

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada: FERRONORTE S.A. FERROVIAS NORTE BRASIL

Estava previsto para o 3º trimestre, o transporte de 2.113.000 toneladas, entretanto, devido a falta de material de tração, decorrente da venda e entrega de locomotivas modelo Dash-9 para a CVRD e o atraso no desembaraço alfandegário para liberação das locomotivas modelo C30-7, importadas dos USA, para repor as Dash-9 vendidas, a tonelage transportada foi somente de 1.716.232 toneladas, representando uma queda de 18,8% na produção, refletindo sobremaneira no faturamento, que ficou 13,4% abaixo do estimado.

CONTROLADA/COLIGADA

Denominação Social: FERROVIA NOVOESTE S.A.

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/07/2003 a 30/09/2003</u>	<u>01/01/2003 a 30/09/2003</u>	<u>01/07/2002 a 30/09/2002</u>	<u>01/01/2002 a 30/09/2002</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	13.393	38.051	15.542	39.208
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.070)	(2.617)	(878)	(1.928)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	12.323	35.434	14.664	37.280
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(16.517)	(46.693)	(16.146)	(43.911)
3.04.01	Pessoal e Encargos Sociais	(4.516)	(11.805)	(4.053)	(11.428)
3.04.02	Materiais	(108)	(428)	(570)	(1.391)
3.04.03	Combustíveis e Lubrificantes	(4.116)	(12.980)	(4.294)	(11.281)
3.04.04	Depreciação e Amortização	(711)	(2.203)	(859)	(2.580)
3.04.05	Concessão e Arrendamento	(4.453)	(11.234)	(3.586)	(10.369)
3.04.06	Seguros	(366)	(627)	(263)	(746)
3.04.07	Direito de Passagem/Tráfego Mútuo	(1)	(10)	41	0
3.04.08	Utilidades e Serviços	(241)	(722)	(290)	(760)
3.04.09	Aluguéis e Arrendamento Comerciais	(35)	(769)	(742)	(1.655)
3.04.10	Acidentes, Danos Relativos ao Transporte	(811)	(1.953)	(217)	(695)
3.04.11	Viagens Estadias e Hospedagem	(161)	(304)	(108)	(345)
3.04.12	Portofer	(88)	(148)	0	0
3.04.13	Serviços de Terceiros	(359)	(1.106)	(640)	(1.603)
3.04.14	Bonificação de Vagões	(226)	(716)	(329)	(526)
3.04.15	Outros	(325)	(1.688)	(236)	(532)
3.05	Resultado Bruto	(4.194)	(11.259)	(1.482)	(6.631)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(14.970)	(47.245)	(9.527)	(16.285)
3.06.01	Com Vendas	(154)	(1.177)	(187)	(563)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.445)	(10.851)	(2.145)	(4.503)
3.06.03	Financeiras	(12.953)	(35.242)	(7.232)	(13.901)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	414	1.476	26	137
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(13.367)	(36.718)	(7.258)	(14.038)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1	1.294	390	936
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(419)	(1.269)	(353)	1.746
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(19.164)	(58.504)	(11.009)	(22.916)
3.08	Resultado Não Operacional	0	20	0	23
3.08.01	Receitas	0	20	0	23
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	(19.164)	(58.484)	(11.009)	(22.893)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(19.164)	(58.484)	(11.009)	(22.893)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	21.720	21.720	21.720	21.720
	LUCRO POR AÇÃO				
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,88232)	(2,69263)	(0,50686)	(1,05401)

18.02 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA/COLIGADA

Controlada/Coligada: FERROVIA NOVOESTE S.A.

A Ferrovia Novoeste como Companhia que adquiriu a Malha Oeste, sofreu uma queda acentuada na participação da receita com derivados de petróleo/álcool, de 58,6% para aproximadamente 20%, contra as projeções do Relatório de Avaliação do Governo quando do Edital de privatização da malha Oeste.

Tal queda abrupta da receita da Novoeste decorreu do fato de que a RFFSA, antes da desestatização, detinha praticamente o monopólio do transporte de derivados de petróleo, por forçada Resolução 09, de 11/11/86, do Conselho Nacional de Petróleo – CNP, que estabelecia prioridade ao modal ferroviário, para a transferência de derivados de petróleo e álcool em todo o território nacional e garantia do ressarcimento, pela União Federal, do frete realizado.

Em outras palavras, o transporte dessa carga encontrava-se, na realidade, subsidiado pelo Governo, para assegurar uma política de preços uniformes para os derivados de petróleo, adotada por conveniência de ordem econômica. Assim, logo após a desestatização, o diretor do Departamento Nacional de Combustíveis – DNC, através do Despacho n.º 99, de 09/08/96, efetivamente extinguiu o sistema de preferência do modal ferroviário, incluindo o modal rodoviário no mesmo patamar de ressarcimento.

A referida medida procedeu aquilo que passou a ser chamado de desregulamentação do setor de petróleo, que redundou na edição da Portaria n.º 134, de 04/09/98, da Agência Nacional de Petróleo, carreado o fim do ressarcimento do frete, o que atingiu frontalmente o estratégico e já sensível negócio da Novoeste.

Desse modo, o fim da prioridade ao modal ferroviário e do ressarcimento do seu frete, contribuíram decisivamente, para a inversão substancial da “mistura de produção”, acarretando queda inesperada e imprevisível pela Novoeste, do volume de transporte de derivados de petróleo/álcool e afetando, com efeito, parcela considerável da receita da Novoeste revelando-se, portanto, o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados em decorrência da desestatização da Malha Oeste, rompendo-se a base econômica em vista da qual se compôs o equilíbrio dos Contratos de Concessão e Arrendamento.

Para a viabilização do transporte de cargas pela NOVOESTE, em especial o transporte de combustíveis que sofreu restrições impostas pela ANTT em 17/07/03, estão sendo previstos investimentos na Ferrovia a serem realizados em parcerias com seus clientes.

Estas parcerias consistem em financiamentos a serem feitos pelos clientes, na forma de adiantamento da receita de fretes. Tais adiantamentos, a serem alocados em investimentos na Via Permanente, seriam posteriormente devolvidos pela NOVOESTE, na forma de desconto nas faturas de frete. Para a NOVOESTE, este desconto seria possível graças às margens geradas pelo próprio incremento de volume a ser obtido.

A execução destes investimentos, e a conseqüente viabilização do próprio negócio da NOVOESTE, mostra-se com grande chance de sucesso, tendo em vista o interesse já demonstrado pelos clientes em participar desta empreitada.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Anuais - IAN (31/12/2002) - Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		
BRASIL FERROVIAS		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
FERROPASA FERRONORTE PARTICIPAÇÕES S.A.		
6 - NIRE		
35.300.154.002		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua do Rócio , 351 3.o. andar CJ 31				Itaim Bibi	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
04552-905		São Paulo			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
011	3848-5868	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
011	3841-9252	-	-		
15 - E-MAIL					
ferronorte@ferronorte.com.br					

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME				
Banco Bradesco S.A.				
2 - CARGO				
Departamento de Acionistas				
3 - ENDEREÇO COMPLETO			4 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Yara S/N - Cidade de Deus			Vila Yara	
5 - CEP	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
06029-900	Osasco			SP
8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
011	3684-9441	-	-	
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
011	3684-2811	-	-	
17 - E-MAIL				
4010.acoes@bradesco.co.br				

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
01	São Paulo	SP	011	3848-5868	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Sálvio José Luiz					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua do Rócio, 351 3º andar CJ 31				3 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
4 - CEP 04552-905		5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3848-5868	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 011	13 - FAX 3841-9252	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL salvio.luiz@brasilferrovias.com.br					

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2002	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2002
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2003	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2003
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Trevisan Auditores Independentes	6 - CÓDIGO CVM 00210-0
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Orlando Octávio de Freitas Jr.	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 084.911.368-78

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Balcão Organizado					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1170000 - Participação e Administração					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holding					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

01.07 - CONTROLE AÇIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO		
Privada Nacional		
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.		
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> Debêntures Simples
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS AÇIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
21/03/2003	24/05/2003
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
05/04/2003	18/04/2003

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIARIO OFICIAL DO ESTADO	SP
02	JORNAL DA TARDE	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
28/11/2003	

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

02.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - FUNÇÃO
01	Guilherme Narciso de Lacerda	142.475.006-78	24/04/2003	1 ano	2	Presidente do Conselho de Administração
02	Giovani de Barros Carvalho	040.331.918-87	24/04/2003	1 ano	2	Vice Presidente Conselho Administração
03	Luiz Guilherme Piva	454.442.936-68	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
04	Mayra Oliveira da Volta	738.091.367-00	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
05	José Roberto Ferreira Martins	003.683.938-87	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
06	Wilson Quintella Filho	006.561.978-11	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
07	Francisco Martin Silveira	217.365.258-32	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
08	James Firth Martin	143.030.078-70	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
09	Paulo Fernando Fleury da Silva e Souza	181.109.917-34	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho de Administração
10	Athilio Guaspari	810.204.868-72	17/11/2003	5 meses	2	Membro do Conselho de Administração
11	Teseo Ramon Bergoglio	716.745.607-10	17/11/2003	5 meses	2	Suplente do Conselho de Administração
12	Carlos Alberto Zachert	445.561.520-20	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
13	Helio Walter Fernandes de Oliveira	048.055.008-59	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
14	Angelo João Bonfá	073.980.698-04	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho de Administração
15	Carlos Eduardo Pignini	135.903.246-72	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho Fiscal
16	Eduardo Grande Bitencourt	003.702.400-06	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho Fiscal
17	Ernesto Valdomiro Possari	316.123.008-63	24/04/2003	1 ano	2	Membro do Conselho Fiscal
18	Walter Rúbio	046.129.658-68	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho Fiscal
19	Victor Roberto Hohl	646.391.691-91	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho Fiscal
20	André Toledo de Carvalho	014.286.768-30	24/04/2003	1 ano	2	Suplente do Conselho Fiscal
21	Elias David Nigrí	231.116.907-68	20/08/2003	8 meses	1	Diretor Presidente
22	Sergio Ricardo Freitas de Souza	516.767.617-72	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Desenv. e Rel. Institucionais

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01735-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL FERROVIAS S/A	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - FUNÇÃO
23	João Getúlio Ferrão Neto	059.085.625-66	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Operações
24	José Maria Ribeiro de Almeida	352.804.847-68	20/08/2003	8 meses	1	Diretor Comercial
25	Salvo José Luiz	202.629.738-04	20/08/2003	8 meses	1	Diretor de Finanças e Rel. Investidores

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

GUILHERME NARCISO DE LACERDA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 1954, brasileiro, casado e economista. Graduiu-se em Economia pela UFES em 1979, concluiu mestrado em Economia no IPE/USP em 1982 e doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP em 1992. Adicionalmente, tem curso de especialização em Administração Universitária (1987). Atuou como professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1982 e 1994 e nos anos de 1990 e 1991 foi pesquisador visitante da Faculdade de Economia do Porto (Portugal) e do Instituto Universitário Europeu (Itália). Foi Coordenador de Curso e de Pesquisa na Universidade Federal (UFJF) e participou de Bancas de Exame de Mestrado e Doutorado na UFRJ, FGV – Rio e Unicamp, dentre outras. Já publicou dezenas de artigos na imprensa brasileira e em periódicos especializados.

Sua experiência profissional inclui atuações em uma empresa do ramo de comércio exportador de café, no Banco do Brasil, durante 8 anos, e como consultor de empresas e instituições. Atuou como assessor econômico na Câmara dos Deputados (Liderança do Partido dos Trabalhadores) em 1991, como secretário-adjunto da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio da Prefeitura de Belo Horizonte em 1993/1994, como Diretor de Operações do BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. em 1995/1998 e como Secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo em 1998. Atualmente está licenciado da UFES, e desde Janeiro/2000 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Vila Velha.

CLÓVIS DE BARROS CARVALHO – VICE – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 15.08.1938, Brasileiro, casado e engenheiro eletrônico. Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de São Paulo, em 1968 e em Letras e Filosofia pela Faculdade Anchieta, em 1962. Pós-graduado na FGV – Mercado de Capitais em 1970. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança como: Gerente e Consultor da CARDISPLAN - Engenharia e Planejamento Ltda., Gerente de Fundos de Incentivos Fiscais do Banco de Investimentos Brasil S.A. -BIB (UNIBANCO), Gerente de Operações Financeiras da Companhia Metropolitana de São Paulo - METRÔ, Gerente de Sistemas e Gerente de Operações Financeiras da Villares Indústrias de Base S.A., Diretor Financeiro da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, e Membro do Conselho de Administração das Indústrias Villares S.A., Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

LUIZ GUILHERME PIVA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 02.06.1962, brasileiro, casado e economista. Formou-se em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1984, tornou-se Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1990 e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo em 1998. Profissionalmente, atuou como Técnico da Divisão de Planejamento e Avaliação Técnica do SESIMINAS (Belo Horizonte) de março/1987 a junho/1988, Coordenador da Área de Economia Brasileira do DESEP – CUT de abril/1989 a abril/1992, Coordenador de Programas e Projetos do DESEP – CUT de abril/1992 a abril/1994, Pesquisador contratado pela FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo entre agosto/1993 e janeiro/1994, Coordenador técnico de pesquisa no CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de setembro/1995 a março/1996, Coordenador Geral da DESEP – Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Políticos da CUT de maio/1994 a março/1996, Colaborador da LCA Consultores e da E3 – Escritório de Estudos Econômicos de julho/1996 a outubro/2002 e de março/2003 em diante, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento no Conselho de Administração da CTBC – Companhia Telefônica da Borda do Campo, de abril/1998 a agosto/1998, no Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco de novembro/1997 a abril/1999, no Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – CONDEL – FCO – de agosto/1997 a abril/1999, no Conselho de Administração da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros de julho/1997 a setembro/1999, Assessor Econômico da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento de dezembro/1996 a maio/1998, Assistente do Ministro, de junho/1997 a maio/1998, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento de maio/1998 a abril/1999, Assessor Econômico da Equipe de Transição Governamental entre novembro/2002 e fevereiro/2003 e como assessor econômico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados desde abril/1999.

MAYSA OLIVEIRA DA VOLTA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascida em 02.05.60, brasileira, casada e graduada. Graduiu-se em Estatística na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ em 1982 e concluiu Pós-Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas/ RJ em 1997. Adicionalmente obteve os diplomas dos cursos de "Bank Management for Superior Results - Moving Toward", em 1997, conduzidos pela "The University of Texas at Austin" e "De Paul University" (EUA), MBA Executivo em Finanças do IBMEC/RJ em 1999 e MBA em Finanças e Direito - Módulo Direito – da Fundação Getúlio Vargas/RJ em 2000. Iniciou sua carreira profissional em junho/1981, e passou por cargos de assessoria na BB-Financeira, na Diretoria de Mercado e Subsidiárias do Banco do Brasil, na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro e na área de Negócios Corporativos da UEN Mercado de Capitais e Investimentos – BB-DTVM – RJ. Desde abril/1998 é Gerente no acompanhamento das participações da PREVI nos setores aviação, ferrovias, portos, ferrovias, rodovias, alimentos, bebidas, bancos, têxtil, entretenimento da PREVI - Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

JOSÉ ROBERTO FERREIRA MARTINS – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSTRAN)

Nascido em 04.04.1942, Brasileiro, casado e administrador. Formou-se em Administração de Negócios pela ESAN-SP em 1967 e concluiu os cursos de Organização e Administração de Empresas – IOT/SP, de Planejamento, Organização e Controles Contábeis – IBAM/SP e de Pesquisa de Mercado – ADVB/SP. Ocupou diversos cargos de confiança como: Diretor Gerente e posteriormente Diretor Comercial da C.C.A. Cia. de Construtores Associados, Diretor Comercial da Conspectra S.A. - Engenharia e Comércio, Diretor Gerente da B.H.E. - Sociedade Brasileira de Hidráulica e Eletricidade, Diretor Comercial da Construtora Guaratã S.A. e Diretor de Expansão da Constran S.A. - Construções e Comércio.

WILSON QUINTELLA FILHO – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSTRAN)

Nascido em 01.01.1960, brasileiro, casado e empresário. Portador do RG no 6.894.149 SSP / SP e do CPF / MF no 006.561.978 - 11. Indicado pela CONSTRAN.

FRANCISCO MARTIN SILVEYRA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (JP MORGAN)

Francisco Silveyra é formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica da Argentina e possui MBA pelo Instituto de Altos Estudos Empresariales ("IAE"), na Argentina. Juntou-se ao Banco JP Morgan em 1992 como Diretor atuando na área de investimento em São Paulo, destacando - se nas atividades de fusões e aquisições para América Latina. Recentemente, vem atuando como consultor do grupo JP Morgan Partners. Antes de juntar - se a esta instituição, Francisco trabalhou no Departamento de Planejamento estratégico da Telefônica na Argentina e, anteriormente, no Departamento de Planejamento Financeiro da Siderca, uma das maiores produtoras de aço na Argentina. É fluente em espanhol, inglês e português. Sua experiência engloba extensivo conhecimento no desenvolvimento de negócios da Argentina e Brasil destacando - se as áreas de telecomunicação, seguro, alimentício, real state, varejo, entre outros.

JAMES FIRTH MARTIN – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (LAIF)

Nascido em 28.12.1954, canadense, solteiro e administrador de empresas. Formado em Economia Internacional - Administração de Empresas pela Universidade de Georgetown e Mestrado MBA pela Universidade de Columbia, em 1975. Ocupou cargos de confiança como: Diretor do International Finance Corporation, Gerente responsável pelos países Itália, México e Cingapura do Banco de Boston S. A. e Diretor do AIG - GE Capital Latin American Infrastructure Fund.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

PAULO FERNANDO FLEURY DA SILVA E SOUZA – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (BRP/JP MORGAN)

Nascido em 16.09.1946, brasileiro, casado e engenheiro. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1969, tornou-se Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971 e Ph.D em Administração Industrial pela Loughborough University of Technology – Inglaterra, em 1976. Em sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança como : Professor Titular de Logística Empresarial, Estratégia de Operações e Competitividade Industrial do Instituto de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Consultor de diversas empresas privadas e estatais. Foi também o Superintendente Geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

ATTILIO GUASPARI – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (BNDES)

Mestre em Ciências Administração pela COPPE-AD/UFRJ, de 1974 a 1975, defesa de tese em 1978; Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, 1973; cursos diversos de especialização nas áreas de economia, finanças, sistemas de informações gerenciais e auditoria; Curso de "Techniques of Economic Analysis" no Fundo Monetário Internacional, 1984. Experiências Profissionais: Diretor Financeiro e Administrativo da Empresa Brasileira de Filmes S.A., EMBRAFILME, cedido pelo BNDES, 1987-1988; Chefe da Auditoria Interna do Sistema BNDES, subordinado ao Conselho de Administração, de junho/98 a janeiro/2001. Ingresso no BNDES em 1975, tendo exercido cargos executivos, a partir de 1976, em diversas áreas, inclusive Chefe de Departamento nas áreas de Orçamento e de Finanças; Analista Financeiro da Boston Leasing, 1975. Conselho de Administração das Indústrias Verolme-Ishibrás S.A., IVI, 1994/1995; Conselho de Administração da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, FAPES, eleito pelos participantes, 1987/1990; Conselho de Administração da Cia. Florestal Monte Dourado (Projeto Jari), dois mandatos, 1986/1988. Palestras sobre Objetivos e Estratégia de Atuação de Auditores Internos (FINEP, Seminário no BACEN representando as instituições financeiras federais, seminário de controle interno do MEC). Palestras e cursos na área de finanças. Professor de Estatística em cursos preparatórios para pós-graduação em Economia, de 1975 até 2000. Professor de Física em cursos preparatórios para o vestibular, inclusive do Curso Objetivo, em São Paulo, 1969/1973.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

TESEO RAMON BERGOGLIO – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (LAIF)

Mestre em Administração de Empresas (Washington DC, USA - Maio 2001); Prêmio Beta Gamma Sigma – 10 melhores alunos. Mestre em Economia (Buenos Aires, Argentina – Dezembro 1997). Bacharel em Administração de Empresas (Análise de Contabilidade Principal), Instrutor de Princípios de Economia; Programa Semestral de Intercâmbio na Universidade de Administração de Negócios de Georgetown (15 créditos). Experiência Profissional: Sócio da AIG-GE Capital Latin American (Washington DC, USA – Janeiro de 2002 até o presente), gerenciou investimentos em todos os estágios do ciclo de vida do projeto, do investimento ao resultado. Mobilizou esforços na busca de alternativas de investimento na região. Estruturou, avaliou e negociou transações nos setores de telecomunicações, energia e transporte. Desempenhou estruturação financeira e avaliação para novos projetos e projetos já existentes, influenciando compra e decisões de saída diretamente. Levantou financiamento de \$100 milhões para duas companhias com agências multilaterais e bancos internacionais, participando na estruturação, negociação e documentação final dos empréstimos; ENRON CORP (Houston TX, USA – August 2001 – December 2001), Trabalhou no escritório de São Paulo por dois meses e reavaliou o poder da fábrica recentemente adquirida, avaliou transações a médio prazo com opções embutidas, avaliou transações de comércio e modelou o sistema de fluxo monetário automático; Corporação Interamericana de Investimento (Grupo IDB) (Washington DC, USA June 2000 – August 2000), Avaliou portfólio de investimentos de aproximadamente \$ 100 milhões em 23 Fundos Privados de Patrimônio Líquido na América Latina. Reportando resultados ao Comitê de Investimento e Conselho de Administração. Analisou um investimento de patrimônio líquido de \$ 10 milhões no Banco de Desarrollo (Chile). Resultados direcionaram para termos mais otimizados de negociação para o IIC. Avaliou investimentos potenciais em vários fundos de patrimônio líquido privado e participou no processo do Comitê de Investimento, O Grupo IDB é o maior na indústria de Patrimônio líquido privado na região; BBV, Banco Francês S A (Buenos Aires, Argentina), Oficial de Contabilidade Sênior (Setembro 1995 – Agosto 1999), gerenciou portfólio de mais de 50 empresas líderes com renda de \$100 milhões a renda superior a \$ 1 bilhão para o segundo maior banco da Argentina, aumentou o tamanho do portfólio nas empresas relacionadas em 60%, originou, negociou e vendeu serviços integrais de não-crédito para empresas de aço e cimento resultando em mais de \$1 milhão de renda anual, analisou o desempenho financeiro e econômico de empresas. Propôs facilidades de crédito apropriadas ao Comitê de Crédito baseado em resultados ganhando alta visibilidade dentro do banco, triplicou o portfólio em dois anos de \$ 70 milhões para \$ 200 milhões, negociou com CFOs para trazer IPOs e projetos financeiros de longo termo para o mercado, analisou a estrutura de capital dos clientes e recomendou estratégias internas e alternativas de financiamento internacional, ganhou competição “New Account” (5 prêmios dados entre 5000 empregados), mobilizou esforços para desenvolver produtos customizados; Telex AS, Gerente de Compras para mercados europeus, relação otimizada com fornecedores, viajando para exposições de empresas e fábricas de fornecedores. Reduziu custos de estoque em mais de 20%, em dois anos e duplicou a renda da empresa. Habilidades e Interesses: Lapacho Fundação para o Pobre. Fundou a Campanha das Missões e providenciou 13 bolsas de estudo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

CARLOS ALBERTO ZACHERT – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (FUNCEF)

Nascido em 20.06.1966. Graduado em Ciências Contábeis e Pós- Graduado em 1989. Coursou o MBA- Executivo em Finanças do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais e se especializou em Ciências Contábeis com enfoque em Finanças na Universidade de Brasília. Atuou como Assistente Administrativo na Indústria de Confecção Coureiro Calçadista, Caixa Executiva em Estabelecimento Bancário na Banrisul, Supervisor de Agência na Caixa Econômica Federal, Analista de Investimento e Programas na Caixa Econômica Federal e Analista de Investimentos na FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais.

HELIO WALTER FERNANDES DE OLIVEIRA – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 16.03.49, brasileiro, casado e economista. Formou-se em Ciências Matemáticas pelo IME em 1969; na Faculdade de Economia e Administração pela USP – Universidade de São Paulo em 1972; e em Economia Brasileira – INSS – Auditor pela Universidade de Pequim em 1985. Em sua experiência profissional trabalhou na REPRES.- EXTER e na GERADJ- AGENC.

ANGELO JOÃO BONFÁ – SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PREVI)

Nascido em 18.11.1940. Formou-se em Ciências Sociais na PCU (SP) no ano de 1968 e concluiu sua pós-graduação em Estrutura e métodos do Ensino Superior AEUDFJCATTI em 1983. Atuou como professor nos cursos de Sociologia Geral, Sociologia Educacional e Sociologia de Desenvolvimento. Em sua experiência profissional, trabalhou como Assessor de Diretoria do Banco do Brasil do Comércio e Indústria de São Paulo, foi funcionário e Gerente Substituto da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Chefe de Setor na Secretaria da Administração Federal da Presidência da República e marketing e Publicidade de Itapira (SP) Proprietário da Agência.

CARLOS EDUARDO PIGINI – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL (PREVI)

Nascido em 17.11.1946, brasileiro e advogado. Formou-se bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP em 1973. Profissionalmente, no Banco do Brasil S.A., atuou como Gerente de Núcleo de Auditoria em Ribeirão Preto/SP de 1995 a julho/1996, como chefe adjunto de Auditoria em Brasília/DF de 1993 a 1994, como auditor no Núcleo de Auditoria de Brasília/DF de 1988 a 1992 e como Sub-Gerente na Agência Centro de São Paulo/SP de 1983 a 1987. Trabalhou no Instituto Nacional de Colonização Agrária – INCRA, na assessoria para Reformulação da Estrutura Organizacional de Órgão e Estruturação do Núcleo de Auditoria Interna, de agosto/1996 a agosto/1997. Integrou o Ministério da Justiça MJ – Prestação de Serviços de Consultoria, de setembro/1997 a janeiro/1998, trabalhou na Fundação de Seguridade Social GEAP como Chefe de Auditoria Interna de março/1998 a abril/2000 e atuou como assessor para Identificação e Reformulação dos Processos Operacionais de outubro/2000 a março/2001, na Caixa de Assistência dos Funcionários do Brasil CASSI. Adicionalmente, integrou os Conselhos Fiscais das seguintes empresas, – como representante da PREVI: Grupo BRASMOTOR – de maio/1997 a abril/2000; Grupo BUNGE – de maio/2000 a abril/2002; e Terminais Portuários Ponta do Félix – de maio/2002 a abril/2003.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

EDUARDO GRANDE BITTENCOURT – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL (FUNCEF)

Nascido em 03.03.1938, brasileiro, casado e contador. Formou-se bacharel em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1966 e tornou-se especialista em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973. Atuou como professor de Auditoria do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1969 a 1976; professor de Perícia Contábil no curso de Especialização em Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará em setembro/1993; e professor de Perícia Contábil no curso de Especialização, da Universidade Federal do Piauí em setembro/1996. No setor público atuou como técnico concursado no Quadro Técnico-Científico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, de 1965 a 1976, quando solicitou desligamento. Foi Auditor da Treuhand Auditores Associados Ltda (hoje KPMG Peat Marwick) exercendo as funções de responsável pela filial do Rio Grande do Sul de 1972 a 1974, Perito/Assistente Técnico em litígios tais como dissolução de sociedades, avaliação de patrimônio, atualização de débitos, liquidações de sentenças e outros, Diretor Financeiro de Adubos Pampa S.A., de junho/1975 a outubro/1976 e Responsável técnico junto a CVM, na qualidade de Sócio-Gerente de Handel, Bittencourt & Cia – Auditores Independentes. Adicionalmente, Atou como membro efetivo ou suplente do Conselho Fiscal de diversas empresas.

ERNESTO VALDOMIRO POSSARI – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL (CONSTRAN)

Nascido em 19.07.1941, brasileiro, casado e advogado. Formou-se técnico em Contabilidade em 1961 pela Escola Técnica de Comércio de Dracena, Estado de São Paulo e Advogado, em 1976, pela Faculdade de Direito de Guarulhos, Estado de São Paulo. Trabalhou na Lopes Consultoria de Imóveis Ltda como Auxiliar Contábil e Sub-Encarregado da Contabilidade, de janeiro/1974 a julho/1977, atuou na Itamarati Processamento de Dados S/C Ltda como Contador, de outubro/1977 a junho/1978, integrou o Banco Itamarati S.A. como Gerente de Contabilidade de junho/1978 a maio/1990, atuou na Itamarati S.A. – Comércio e Exportação como Contador de março/1991 a dezembro/1992 e trabalhou na Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil como Gerente Administrativo de fevereiro/1993 a janeiro/1995. Integrou a Itatradring – Itamarati Trading S.A. como Gerente Administrativo de fevereiro/1995 a junho/1998. Trabalhou na Constran S.A. – Construções e Comércio como Advogado de junho/1998 a dezembro/2002. De janeiro/2003 até a presente data, atua como Advogado nas Usinas Itamarati S.A..

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

WALTER RÚBIO – SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL (PREVI)

Nascido em 12.04.1945, Brasileiro, casado. Formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema em 1978. Atuou como gerente de produto e de mercado na Brasil Previ – Previdência Privada S/A e no conselho fiscal da Tele Leste Celular Participações.

VICTOR ROBERTO HOHL- SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL (FUNCEF)

Nascido em 21.06.1977, brasileiro, administrador de empresas. Formou-se em Administração de Empresas na UnB – Universidade de Brasília/DF em 2001 e em 2002 concluiu o curso de extensão “Métodos Quantitativos para Gestores Econômico-Financeiros”. Atualmente cursa Pós-Graduação no IBMEC – MBA Executivo em Finanças em Brasília/DF. De 2000 a 2001 atuou como Analista Financeiro Jr da Gerência de Orçamento do Grupo Associados Centro-Oeste; De setembro/2001 a fevereiro/2002, atuou na Brasil Telecom como Trainee da Gerência de Controladoria; e desde 2002 atua na Funcef – Fundação dos Economistas Federais – Brasília/DF como Analista Jr – Gerência de Análise de Investimentos – Assessoramento ao Comitê Técnico das empresas.

ANDRÉ TOLEDO DE CARVALHO – SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL (CONSTRAN)

Nascido em 02.03.57, brasileiro, casado e engenheiro civil. Formou-se engenheiro civil pela FAAP em 1979 e obteve sua pós-graduação em gestão de empresas (MBA Empresarial) na EPGE/Fundação Getúlio Vargas/RJ em 1999. Trabalha na Constran S.A. – Construções e Comércio – desde março/1979. Nesta empresa passou pelos seguintes cargos: estagiário, de março a dezembro/1979; engenheiro, de janeiro/1980 a 1982; de fevereiro/1982 a junho/1986 foi Chefe de Divisão de Engenharia; de junho/1986 até março/1987 foi Chefe de Divisão de Controle de Qualidade; de março/1987 a abril/1991 foi Chefe de Divisão de Engenharia; de novembro/1992 a outubro/1996 atuou como Gerente; de outubro/1996 a agosto/2000 atuou como Superintendente-Assessor de Diretoria e de setembro/2000 até a presente data é Superintendente da área de Gestão Financeira.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

ELIAS DAVID NIGRI – DIRETOR-PRESIDENTE DA BRASIL FERROVIAS S.A.

Nascido em 11.11.1950, brasileiro, casado e engenheiro civil. É Engenheiro Civil formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 1972 e MBA em finanças pelo IBMEC, com diploma obtido em 1997. Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, maior malha ferroviária brasileira concessionada, com 7.000 km. Diretor de Logística da Cia Vale do Rio Doce aonde implantou a Unidade de Negócios de Carga Geral, de abrangência nacional, operando terminais portuários e ferroviários nas regiões sudeste, norte e nordeste, utilizando a capacidade das duas maiores ferrovias brasileiras, comercializando serviços de transporte e logística. Ocupou ainda na empresa, o cargo de Gerente Geral de siderurgia e participou da implantação do Projeto Carajás, coordenando o projeto da ferrovia, desde sua concepção até a implementação operacional. Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, responsável pelas áreas de mineração e importação de insumos, para abastecimento à Usina (1993 a 1995). Professor do Departamento de Engenharia Civil, cadeira de Estradas, dando ênfase ao desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e avaliação de projetos, considerando a matriz de transportes brasileira. Integrou o Conselho de Administração de diversas empresas do setor de transportes (Ferrovia Centro – Atlântica, Cia Ferroviária do Nordeste, Ferrovia Bandeirantes, Sepetiba Tecon, Docenave, Rio Doce Pasha Terminal), siderurgia e mineração (Nova Era Silicon, Siderar e Minas Serra Geral). Participou da formação da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privativos (ABTP), da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF) e da Companhia de Desenvolvimento do Sudeste.

SÉRGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA – DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Nascido em 13.06.1958, brasileiro, solteiro e contador. Formou-se em Ciências Contábeis pela CEUB/DF no ano de 1985 e em Administração Postal pela ESAP / DF no ano de 1980. Participou de diversos cursos de extensão no mercado de capitais e nas áreas de Previdência Privada e Governança Corporativa (ABMEC, IBMEC, ABRAPP, BVRJ, BOVESPA, FGV IBRI e IBGC). Em sua experiência profissional atuou como administrador especializado em logística de transportes e suprimentos na ECT – Correios de 1987 a 1983, nas áreas de auditoria e de transportes no Banco de Brasil de 1983 a 1986, e em diversas áreas na PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil de 1986 a 1997. Desde 1998 atua como diretor na Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer e a partir de junho de 2000 também como diretor presidente da Portofer.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

JOÃO GOUVEIA FERRÃO NETO – DIRETOR DE OPERAÇÕES

Nascido em 22.01.58, brasileiro, casado e engenheiro. Graduiu-se em Engenharia Mecânica e obteve os diplomas dos cursos de especialização em Logística na FGV - Fundação Getúlio Vargas, de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes na USP – São Carlos e de MBA em Gestão Empresarial na FGV - Fundação Getúlio Vargas. Atualmente está cursando Negociação Empresarial também na FGV. Iniciou sua carreira profissional na FEPASA em 1981, como estagiário nas áreas de manutenção e transporte. A partir de então assumiu sucessivamente os seguintes cargos: Engenheiro Auxiliar de Material Rodante, Engenheiro de Operações, Chefe da Divisão de Distribuição de Vagões, Gerente de Operações, Superintendente Regional, Superintendente de Produção e Superintendente de Operações. Assumiu a Diretoria de Operações da FERROBAN, empresa sucessora da FEPASA, de maio de 1999 a julho de 2000. Tornou-se Presidente da FERROBAN de julho de 2000 a dezembro de 2002. Desde março de 2003 é Diretor de Operações da Brasil Ferrovias S.A. e suas controladas. Foi homenageado pela revista Ferroviária como “Ferroviário do Ano 2000”.

JOSÉ MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA – DIRETOR COMERCIAL

Nascido em 19.03.1954, Americano, casado e economista. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1977, obteve pós-graduação em Finanças na PUC-RJ em 1983, e graduou-se no MBA de Management da The Lubin Graduate Scholl Of Business – Pace University (EUA) em 1994 e no MBA de Varejo da FGV/RJ em 2000. Em sua experiência profissional atuou nos escritórios do Rio de Janeiro e Nova Iorque da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de 1977 a 1995, em diversas posições nas áreas econômica e comercial. De 1995 a 1997 atuou como diretor comercial da Cia. Paulista de Ferro Ligas S/A, como consultor que atuou na Marubeni do Brasil, CVRD e Eramet Manganese, como empresário na empresa Lápis de Cor Franchising Ltda. em 1999-2000 e a partir de 2000 como diretor comercial da Ferropasa S.A. - Ferronorte, hoje Brasil Ferrovias S. A., holding controladora das empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferrovia Novoeste S.A., Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Portofer.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

SALVIO JOSE LUIZ – DIRETOR DE FINANÇAS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Brasileiro, casado, 53 anos de idade. Formou-se em Administração de Empresas em 1976 na ESAN – Escola de Administração de Negócios (SP), e em Ciências Contábeis em 1978 nas Faculdades Tibiriçá (SP). Adicionalmente, concluiu o curso de Especialização em Finanças da PUC – Pontifícia Universidade Católica (SP) em 1979. Em sua carreira profissional atuou como gerente de Open Market no banco HSBC (ex-Bamerindus) (1976-1981), gerente financeiro da São Paulo Alpargatas (1981-1986), Diretor Financeiro no grupo Villares (1986-1987), Diretor Financeiro na Metal Leve (1987-1997) e Diretor Financeiro da Bicycletas Caloi (1997-1999) através de contrato de gestão junto ao grupo EVM (ex-MGDK). Atuou ainda como responsável pela área de Finanças da OfficeMax Brasil S/A e responsável pelas áreas de Finanças, controladoria, auditoria e legal da Linea Paraná Madeiras Ltda. Desde maio/2003 é diretor de finanças e relações com investidores das empresas Brasil Ferrovias, Ferronorte, Ferroban e Novoeste.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Aumento de Capital	21/02/2001	300		0	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					
18/11/1999					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZO SOCIAL				3 - C/PF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES	11 - %	12 - COMP CAP SOC	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
	(Mil)		(Mil)	(Mil)				
01	CXA PREVID DOS FUNCS.B.BRASIL-PREVI							
	83.579	20,69	40.067	66,74	123.646	26,65	21/02/2001	SIM
02	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIO FEDERAL- FUNCEF							
	83.579	20,69	19.966	33,26	103.545	22,31	21/02/2001	SIM
03	CONSTRAN S/A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO							
	74.579	18,46	0	0,00	74.579	16,07	21/02/2001	SIM
04	LAIF V LTD							
	71.283	17,64	0	0,00	71.283	15,36	21/02/2001	SIM
05	BRP FERRONORTE LLC							
	25.986	6,43	0	0,00	25.986	5,60	21/02/2001	SIM
06	J.P. MORGAN PARTNERS (BHCA) L.P.							
	22.096	5,47	0	0,00	22.096	4,76	21/02/2001	SIM
								NÃO

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Aumento de Capital	21/02/2001	300	0	SIM	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					
18/11/1999					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF								
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR	15 - UF			
07	BANCO BRADESCO S/A	16.516	4,09	0	0,00	16.516	3,56	21/02/2001	SIM	BRASILEIRA	NÃO	SP
97	AÇÕES EM TESOURARIA	2.179	0,54	0	0,00	2.179	0,47					
98	OUTROS	24.206	5,99	0	0,00	24.206	5,22					
99	TOTAL	404.003	100,00	60.033	100,00	464.036	100,00					

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
01	CXA PREVID. DOS FUNCS B BRASIL-PREVI	21/02/01

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unic ades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unic ades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
02	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIO FEDERAL- FUNCEF	21/02/01
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	4 - NACIONALIDADE
8 - AÇÕES PREFERENCIAIS	9 - %	5 - UF
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	
12 - COMP CAP SOC		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
03		CONSTRAN S/A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO				21/02/01					
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unid. ações)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC					
0301	560.211.700	99,99		0	0,00	560.211.700	99,99				
		Olacyr Francisco de Moraes							045.535.198-87	Brasileiro	SP
0302											
		Outros									
	2.800	0,01		0	0,00		2.800	0,01			
0399											
		TOTAL									
	560.214.500	100,00		0	0,00		560.214.500	100,00			

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01735-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL FERROVIAS S/A	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL		
04		LAIF V LTD		21/02/01		
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unic. rates)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
05	BRP FERRONORTE LLC	21/02/01
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (9 - % (Unidades))
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC
4 - NACIONALIDADE	5 - UF	

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea
Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM*	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
06	J.P. MORGAN PARTNERS (BHCA) L.P.	21/02/01

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
				11 - %
				12 - COMP. CAP. SOC (Unidades)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01735-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL FERROVIAS S/A	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
07	BANCO BRADESCO S/A		21/02/01			
1 - ITEM	2 - NOMENCLATURA SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 21/02/2001

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA	1,4400000000	404.003	581.819	581.819
02	PREFERENCIAIS	NOMINATIVA	1,4400000000	60.032	86.455	86.455
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			464.035	668.274	668.274

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
464.035	668.274	21/02/2001

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		404.003
02	PREFERENCIAIS		60.032

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 01735-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL FERROVIAS S/A	3 - CNPJ 02.457.269/0001-27
---------------------------	--	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPECIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - % TIPO DIVIDENDO FIXO	6 - % TIPO DIVIDENDO MÍNIMO	7 - % TIPO DIVIDENDO CUMULATIVO	8 - BASE DE CÁLCULO	9 - PREV. REEMBOLSO DE CAPITAL	10 - PREMIO	11 - DIREITO A VOTO
01	ORDINÁRIA		87,06	25,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	NÃO	NÃO	SIM
02	PREFERENCIAL		12,94	25,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	NÃO	NÃO	NÃO

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO 25/04/2002	2 - DIVIDENDO OBRIGATORIO (% DO LUCRO) 25,00
--	---

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	0	

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2002
2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2001
3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2000

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	-348.509	-240.856	-105.991

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDORA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA					
01	FERRO NORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	24.962.466/0001-36	ABERTA CONTROLADA	96,62	235,97
02	FERRCVIA NOVOESTE S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	39.115.514/0001-28	ABERTA CONTROLADA	100,00	138,38

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1999
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP + juros de 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	02/08/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/07/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1999
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/06/2016
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP + juros de 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESAGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	75.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	7.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1.219
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	3.401
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	2.880
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	02/08/2001
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/07/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	03
3 - Nº REGISTRO NA CVM	Dispensado
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	29/06/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/12/2004
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% da variação do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	16.800
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1.680
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1.282
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	398
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/06/2003

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Brasil Ferrovias S.A. foi constituída em 2 de janeiro de 1998 na forma de uma sociedade por ações, sob a denominação social de CPM Investimentos e Participações S.A. Em 6 de abril de 1998 mudou-se a denominação social de CPM Investimentos e Participações S.A. para Ferronorte Participações S.A. e em 16 de junho de 1998, através de Assembléia Geral Extraordinária mudou-se a denominação social para Ferropasa – Ferronorte Participações S.A.. Nesta última alteração, incorporou-se a seu patrimônio a totalidade das ações representativas do capital social da Ferronorte e da Novoeste, duas importantes companhias atuantes no setor de transporte ferroviário de carga do mercado brasileiro, com o objetivo de viabilizar a participação dos acionistas destas empresas no leilão de privatização da Fepasa, que ocorreu em 10 de novembro de 1998. Os acionistas da Ferronorte passaram a deter 91% do capital da holding Ferropasa e os acionistas da Novoeste passaram a deter os 9% restantes.

A Ferropasa, CVRD – Companhia Vale do Rio Doce e outros participantes, criaram o consórcio “Ferrovias” e apresentaram a proposta vencedora do leilão de concessão e arrendamento da malha paulista da RFFSA – FEPASA. A denominação da FEPASA foi alterada para Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A. em 8 de dezembro de 1998.

Em 01 de abril de 2002 mudou-se a denominação social de Ferropasa – Ferronorte Participações S.A. para Brasil Ferrovias S.A.. Em dezembro de 2002 a Brasil Ferrovias passou a deter além de participação direta, participação indireta no capital social da Ferroban, através da empresa Nova Ferroban S.A..

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A Brasil Ferrovias é uma empresa de participações e investimentos. Sua atuação restringi-se a aquisições de ações, ou quotas de empresas ligadas ao setor ferroviário.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
------------------------------	--------------------

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Não se aplica por se tratar de empresa holding de participações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Não se aplica. Tratar-se de uma empresa holding.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A Brasil Ferrovias S/A pretende nos próximos anos chegar a soluções definitivas para suas controladas Ferronorte e Novoeste, e para sua subsidiária Ferrobán, de modo a torná-las negócios lucrativos o quanto antes, maximizar os ganhos de sinergia e permitir a retomada dos investimentos. No caso da Ferronorte trabalha-se principalmente para que a empresa possa "alongar" o pagamento das suas obrigações financeiras e continuar investindo para aumentar significativamente, ano a ano, o volume transportado, de modo a equilibrar o caixa até o negócio atingir seu "breakeven point". O aumento do volume transportado necessariamente envolve investimentos no aumento da capacidade dos terminais e na capacidade de recepção de carga no Porto de Santos.

No caso da Ferrobán trabalha-se principalmente para elevar o lucro bruto, ou seja, aumentar a receita operacional via mudanças no mix de carga própria (contratada diretamente com a Ferrobán) e cargas de outras ferrovias, e redução de despesas operacionais. Um ponto importante a ser resolvido é o grande passivo trabalhista da empresa.

No caso da Novoeste trabalha-se para resolver junto ao poder concedente o desequilíbrio econômico-financeiro da empresa vis a vis o pagamento das parcelas de concessão e arrendamento ao governo.

A Brasil Ferrovias pretende conseguir melhorar a produtividade dos ativos das concessionárias, focando principalmente nos fluxos que usem grandes extensões dos corredores de exportação em bitola larga e bitola estreita e investir na expansão dos seus negócios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,00	0,00		0
03	OUTRAS	0,00	0,00		0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

1 Empresas relacionadas

	Controladora		Consolidado		
	2002	2001	2002	2001	
Ativo					
Circulante					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	3.173	-	18.114	10.511	(A)
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	-	-	1.000	-	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	-	-	433	-	
Total	<u>3.173</u>	<u>-</u>	<u>19.547</u>	<u>10.511</u>	
Realizável a longo prazo					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	-	-	10.503	21.005	(A)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	-	-	4.782	7.002	(B)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.285</u>	<u>28.007</u>	
Passivo					
Circulante					
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	-	70	55.159	88	(C)
Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil	195	2.344	-	-	
Ferrovia Novoeste S.A.	2.267	-	-	-	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	-	-	840	-	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	-	-	1.286	-	
	<u>2.462</u>	<u>2.414</u>	<u>57.294</u>	<u>888</u>	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- (A) De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de Maio de 2001, a controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.. O saldo em 31/12/02 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;
- (B) Adiantamento efetuado pela controlada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;
- (C) Correspondente a transferência de numerário pela Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A. a Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil e Ferrovia Novoeste S.A. título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	

	Consolidado	
	2002	2001
Receitas		
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	12.464	9.687 (D)
Despesas e Custos		
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	35.850	23.399 (D)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	5.580	5.943
Terminal XXXIX de Santos S.A.	2.302	-

(D) Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde a recursos de acionistas para futura integralização de capital nas controladas Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil e Ferrovia Novoeste S.A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

BRASIL FERROVIAS S.A. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º - BRASIL FERROVIAS S.A., é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, mediante autorização do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social participar em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada cujo objeto social seja relacionado, direta ou indiretamente, à prestação de serviços ligados ao ramo de transportes em quaisquer de suas modalidades, inclusive mas não se limitando às áreas rodoviária, ferroviária, aquaviária marítima e fluvial.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia será indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 586.379.643,03 (quinhentos e oitenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil e três centavos), dividido em 426.880.265 (quatrocentas e vinte e seis milhões, oitocentas e oitenta mil e duzentas e sessenta e cinco) ações, sendo 393.902.895 (trezentas e noventa e três milhões, novecentas e duas mil e oitocentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 32.977.370 (trinta e dois milhões, novecentas e setenta e sete mil e trezentas e setenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal

Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o Parágrafo Terceiro do Artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais, não sendo atribuído às ações preferenciais, independentemente de sua classe, o direito de voto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais terão as seguintes vantagens: (i) prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual não cumulativo, no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) por ação preferencial; e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento de dividendos, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido no item (ii) acima.

Parágrafo Quarto - É permitida a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, mediante solicitação do acionista detentor de ações preferenciais interessado.

Parágrafo Quinto - As ações preferenciais com dividendos fixos ou mínimos adquirirão direito de voto se a Companhia deixar de pagar os referidos dividendos fixos ou mínimos por 3 (três) exercícios consecutivos, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 111 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações.

Parágrafo Sétimo - Nos aumentos de capital poderão ser emitidas ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais, sendo vedada, todavia, a emissão de ações preferenciais sem guardar proporção com as ações ordinárias, exceto se previamente aprovado em Assembléia Especial, por acionistas representando a maioria das ações preferenciais.

Parágrafo Oitavo - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os antigos acionistas ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Nono - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto das ações de cada espécie ou classe de ações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 136 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Dez - A participação, direta ou indireta de qualquer acionista no capital votante da Companhia será limitada ao máximo de 20% (vinte por cento).

Artigo 6º - Poderão ser criadas novas classes de ações preferenciais, com ou sem direito a voto, menos ou mais favorecidas do que as existentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único - Não será obrigatória a observância das proporções existentes entre as ações preferenciais das diversas classes, podendo ser aumentado o número das ações preferenciais de qualquer classe, mesmo que sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais.

Artigo 7º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação das ações emitidas, até o limite de 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões) de ações nominativas, sendo 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias e 1.000.000.000 (hum bilhão) de ações preferenciais.

Artigo 8º - A Companhia pode emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Parágrafo Primeiro - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais.

Parágrafo Segundo - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

Artigo 9º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Artigo 10. - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada nos casos autorizados por lei deverão corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser levantado de acordo com o procedimento estabelecido pelo Art. 45 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 9457/97.

CAPÍTULO III - Acordos de Acionistas

Artigo 11. - Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições para compra e venda de suas ações ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Companhia, quando tais Acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais Acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais Acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV - Assembléia Geral

Artigo 12. - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Conselho de Administração ou por outra forma prevista em lei através de avisos publicados na imprensa.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e no Acordo de Acionistas de que tratam o art.11, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Terceiro - Qualquer ato relacionado às seguintes matérias deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral: (a) aquisição de concessão ferroviária ou de ações do capital social (ou qualquer outro título mobiliário equivalente) de alguma pessoa jurídica, titular de direitos a tais concessões ou aquisição de outros ativos (não relacionadas ao desembolso de capital objeto do item "c" deste Parágrafo), com preço de compra, em qualquer caso, superior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo obrigações assumidas em função de tais aquisições, em qualquer transação ou série de transações correlatas; (b) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou mais aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses; (c) fusão, incorporação, liquidação, dissolução ou venda, transferência ou disposição de todos ou substancialmente todos os ativos ou ações do capital social da companhia ou de suas controladas, por qualquer forma, seja em uma única operação, seja por meio de uma série de operações correlatas; (d) declarar valores ou dividendos de ações, excluídos aqueles dividendos obrigatórios especificados neste Estatuto Social e no Artigo 202, da Lei nº 6.404/76; (e) emissão de ações, além do limite já autorizado pelo presente Estatuto ou de qualquer valor mobiliário conversível em ação ou com atribuições de ação, exceto por emissões relacionadas a planos de incentivo estabelecidos pela Companhia; (f) pedido de concordata ou a busca de qualquer remédio semelhante; (g) alteração na remuneração ou benefícios dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou de sociedades controladas; (h) decisão de incorrer, ou de manter a qualquer tempo os índices de endividamento da Companhia ou de qualquer de suas controladas, em valores que excedam em mais de 10% (dez por cento) do montante fixado para endividamento pelo plano de negócios, para aquele período de tempo; (i) além do limite já autorizado pelo Artigo 7º do presente Estatuto Social, aprovação de qualquer oferta pública de algum valor mobiliário da Companhia ou de suas controladas; e (j)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

adoção de qualquer ação ou assunção de qualquer obrigação relacionada as matérias de que trata este Parágrafo.

Artigo 13. - A Assembléia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolher o Presidente e o Secretário da Mesa que dirigirá os trabalhos.

Artigo 14. - Poderão tomar parte na Assembléia Geral as pessoas que provarem sua condição de acionistas.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão fazer-se representar, nas Assembléias Gerais, por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por instituição financeira, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados na sede social com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembléia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO V - Administração - Normas Gerais

Artigo 15. - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Seção I - Conselho de Administração

Artigo 16. - O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros efetivos e por um número igual de suplentes, que substituirão os membros efetivos quando estes estiverem temporariamente incapacitados ou impedidos, sendo todos acionistas, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembléia Geral, observado o disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo, com mandato de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia geral poderá deixar de eleger suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 17. - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si o Presidente e o Vice-Presidente do Órgão, com mandato igual ao dos demais membros.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões do órgão, cabendo ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários. Verificado empate nas deliberações do Conselho de Administração, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 18. - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

Artigo 19. - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro e não havendo suplente eleito, caberá à Assembléia Geral escolher o substituto, que servirá até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 20. - Compete ao Conselho de Administração: (a) estabelecer as diretrizes gerais para a administração da companhia; (b) definir a organização estrutural da Companhia, com especial consideração às disposições deste Estatuto relacionadas aos poderes e deveres do Conselho de Administração e da Diretoria; (c) eleger e destituir os Diretores e fixar suas atribuições, em adição àquelas já especificadas neste Estatuto Social; (d) fiscalizar a atuação da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia; (e) convocar as Assembléias Gerais de Acionistas; (f) emitir opinião sobre os relatórios de administração, sobre as contas da Diretoria, sobre as demonstrações financeiras do exercício fiscal, bem como examinar os livros e a contabilidade da Companhia; (g) submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (h) decidir a respeito da emissão de ações, no limite do capital autorizado, estabelecendo, ainda, as condições para aquela emissão; (i) dar posse aos auditores independentes e destituí-los; (j) deliberar sobre a distribuição de lucros aos empregados e administradores, dentro dos limites fixados pela Assembléia Geral; (k) estabelecer as condições e termos para a outorga de opção de compra de ações, de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral; (l) coordenar a distribuição entre os Diretores da Companhia da remuneração aprovada globalmente pela Assembléia Geral; (m) excetuadas as operações já previstas nos Orçamentos Anuais, deliberar sobre a proposta da Diretoria de onerar bens da Companhia; (n) a realização ou promessa de realização de desembolsos de capital dentro do plano de negócios da Companhia então em vigor que excedam aqueles montantes contemplados pelo referido plano de negócios em qualquer período de 12 (doze) meses, em até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (o) aprovar a aquisição de ativos não prevista no Orçamento anual aprovado; e (p) aprovar a contratação, pela Companhia de serviços em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não prevista no Orçamento anual aprovado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL.

Artigo 21. - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá convidar terceiros interessados em participar de tais reuniões, sem direito a voto.

Parágrafo Segundo - O *quorum* de instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para deliberação.

Parágrafo Quinto - Em suas ausências ou impedimentos temporários e na ausência de suplentes, o membro do Conselho de Administração poderá indicar, por escrito, especificamente para cada reunião do Conselho, aquele que dentre os demais o representará nas reuniões, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

Artigo 22. - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

Artigo 23. - A Ata de Reunião do Conselho de Administração que eleger ou destituir os Diretores ou ainda aquelas em que forem designadas ou fixadas as suas atribuições, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

Seção II - Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (hum) ano, o qual será automaticamente prorrogado até que novo Diretor seja eleito e empossado. Dos Diretores, um será designado Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, um Diretor de Operações, um Diretor Comercial e um Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - Até no máximo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias contados da sua eleição.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Artigo 25 - Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria, a qual poderá atuar como órgão colegiado para decidir ou rever as questões que entender apropriada.

Artigo 26 - A Diretoria terá como principais atribuições, além daquelas que possam ser estabelecidas pela Assembleia Geral, sem prejuízo de outras atribuições legais: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) elaborar relatório das atividades e negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício; (iv) dirigir as atividades da Companhia, implementando as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente adequadas à consecução dos seus objetivos; e (v) manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Artigo 27 - Além dos deveres e responsabilidades da Diretoria, cada um dos Diretores terão as seguintes atribuições específicas:

Diretor Presidente: (i) planejar, coordenar e dirigir as atividades da Companhia, exercendo individualmente as funções executivas e decisórias; (ii) exercer a supervisão geral dos negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) elaborar o planejamento econômico-financeiro da Companhia; (v) elaborar programas de investimento da Companhia; (vi) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (vii) aprovar proposta do Diretor de Operações relativa à política de operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (viii) planejar e definir, em conjunto com o Diretor Comercial, a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia; (ix) aprovar proposta do Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais relativa à novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (x) elaborar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais, as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

b) Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores: (i) implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia elaborado pelo Diretor Presidente; (ii) coordenar e acompanhar a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, legalmente exigidas em cada exercício social; (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar, sob a Orientação do Diretor Presidente, o patrimônio da Companhia; (iv) implementar os programas de investimento da Companhia elaborados pelo Diretor Presidente; e (v) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com os investidores, bem como representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsas de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de valores mobiliários;

c) Diretor de Operações: (i) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar a forma de atuação operacional da Companhia e as metas a serem por ela alcançadas; (ii) submeter à aprovação do Diretor Presidente e implementar as diretrizes relativas à operacionalização das linhas ferroviárias da Companhia; (iii) controlar e implementar as atividades operacionais da Companhia, referentes aos serviços de transporte ferroviário; e (iv) controlar e implementar as políticas relativas às áreas de mecânica e manutenção de material rodante e vias permanentes;

d) Diretor Comercial: (i) negociar e celebrar a venda dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia; e (ii) planejar e definir a estratégia de vendas, a política comercial e demais atividades relativas à comercialização dos produtos e serviços da Companhia em conjunto com o Diretor Presidente; e

e) Diretor de Desenvolvimento e Relações Institucionais: (i) elaborar juntamente com o Diretor Presidente as diretrizes da Companhia relativas ao seu relacionamento com a imprensa, órgãos e autoridades governamentais da União, dos Estados e dos Municípios; e (ii) propor ao Diretor Presidente e implementar novos programas e projetos de desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Artigo 28 - A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e atribuída individualmente aos Diretores pelo Conselho de Administração, que também distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembléia Geral.

Artigo 29 - Ocorrendo vaga na Diretoria, ou em caso de impedimento do titular, será convocada reunião do Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, para eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor.

Parágrafo Segundo - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

Artigo 30 - A diretoria reunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, sendo tal reunião convocada pelo Diretor Presidente por escrito, para decidir e rever questões que não sejam de exclusiva competência do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, de acordo com a lei e com este estatuto, com indicação circunstanciada da ordem do dia, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

Parágrafo Primeiro - O *quorum* de instalação das reuniões da diretoria é o da maioria dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião Mediante requisição de qualquer Diretor, as deliberações que não sejam unânimes poderão ser submetidas ao conselho de Administração para revisão.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão lavradas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para a deliberação.

Artigo 31 - Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

Artigo 32 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia na contratação de empréstimos, renúncia a direitos, transações comerciais, concessões de avais, fianças ou cauções, hipotecas ou qualquer outra forma de alienar ou onerar os bens da Companhia, deverão ser assinados, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia:

(i) por dois Diretores; ou

(ii) pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador; ou

(iii) por dois procuradores, observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no Parágrafo seguinte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, dos quais um será o Diretor Presidente, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o parágrafo anterior; vedar o substabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Terceiro - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere este artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um procurador, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria.

Parágrafo Quarto – É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem com praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

CAPÍTULO VI - Conselho Fiscal

Artigo 33. - O Conselho Fiscal, com as funções fixadas em lei, de funcionamento permanente, será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, observados os requisitos legais.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal obedecerá o mínimo disposto em lei.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas em livro próprio.

CAPÍTULO VII - Exercício Social e Distribuição de Lucros

Artigo 34. - O exercício social é de 12 meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35. - Ao término de cada exercício social a Diretoria fará elaborar com base na escrituração mercantil as demonstrações financeiras exigidas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 36. - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício que será calculado e pago de acordo com as regras a seguir: (a) a base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores; (b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; (c) os lucros registrados na reserva, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Parágrafo Primeiro - Quando o valor do dividendo fixo ou mínimo pago às ações preferenciais que tiverem esta preferência for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, caracterizar-se-á o pleno pagamento do dividendo obrigatório.

Parágrafo Segundo - Após as destinações obrigatórias do lucro líquido, previstas na Lei 6.404/76, e as acima previstas, o saldo do lucro líquido, será integralmente destinado pela Assembléia Geral, observadas as normas legais aplicáveis.

Artigo 37. - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembléia Geral e, se não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 38. - A Companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e/ou administradores mediante deliberação da Assembléia Geral que fixará ainda o valor total a ser pago, observados os limites legais.

Artigo 39. - A Companhia levantará balanços semestrais, podendo ainda levantar balanços em períodos menores e declarar por deliberação do Conselho de Administração, dividendos a conta do lucro apurado nesses balanços por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 38 deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembléia Geral. Nesta hipótese o Conselho de Administração fixará observados os limites legais, o valor total a ser pago.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - Ainda por deliberação do Conselho de Administração poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Terceiro - Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

CAPÍTULO VIII – Liquidação

Artigo 40. - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

O transporte integra a maioria das atividades econômicas, sendo responsável pela ocupação de áreas produtivas e pelo movimento de produtos ao longo dos canais de distribuição localizados em diversas partes do Brasil e do mundo, promovendo, desta forma, o intercâmbio entre unidades de produção ou de armazenamento e os pontos de venda e compra de mercadorias.

Cada modal de transporte apresenta vantagens e desvantagens que acabam por determinar sua vocação na matriz de transportes de um país:

Meio de Transporte	Uso	Custo Fixo*	Custo Variável**	Facilidades
Aeroviário	Produtos de alta densidade, remessas de urgência e cargas complementares de baixa durabilidade	Alto	Alto	Rapidez e segurança
Dutoviário	Produtos como gases e líquidos	Excessivamente alto	Baixo	Segurança
Ferrovário	Cargas de grande tonelage e de baixo valor agregado	Alto	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Hidroviário	Cargas de grande tonelage	Médio	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Rodoviário	Encomendas pequenas, tais como cargas de caminhões	Baixo	Médio	Flexibilidade de Rotas e entregas ponto a ponto

* O custo fixo engloba as despesas com equipamentos e construção de terminais, linhas e portos.

** O custo variável engloba as despesas com combustível, manutenção e mão de obra.

O transporte fluvial, que compete com o ferroviário em custos, sofre uma série de restrições que vão desde limitações naturais ao curso necessário do rio para que o transporte seja competitivo, até uma série de restrições climáticas para não comprometer a segurança do transporte, além de necessitar de um tempo maior que o modal rodo-ferroviário para sair da mesma origem e atingir o mesmo destino.

A realização de baixos investimentos no setor de transportes criou uma grande dificuldade em integrar as modalidades de transportes existentes, tornando o Brasil altamente dependente dos transportes rodoviários. De todo o volume de cargas transportado no território brasileiro hoje em dia, 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário. O meio de transporte rodoviário é indubitavelmente o meio de transporte favorito no território nacional, sendo, destarte, considerado o principal concorrente do modal ferroviário.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

O principal mercado atendido pela Ferronorte é o de transporte dos produtos originados na região Centro-Oeste do Brasil, destinados à região Sudeste do Brasil e exportação através do Porto de Santos-SP. No sentido oposto, a Ferronorte transporta basicamente insumos para ativar a produção na região Centro-Oeste, como fertilizantes e combustíveis. Os principais concorrentes da companhia para atender este mercado são prestadores de serviços nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário que, através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes. As principais alternativas são: transporte rodoviário direto (porta a porta), e operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia.

O serviço de transporte de cargas pelos modais ferroviário e hidroviário exige concessão federal para operar em trechos e condições determinadas. A oferta dos serviços fica limitada ao trecho de via férrea ou ao trecho navegável do leito do rio, o que lhes dá flexibilidade praticamente nula. Desta forma, os operadores destes serviços acabam por deter monopólios ou oligopólios do serviço de transporte no seu modal e em sua área, o que compensa os altos investimentos envolvidos. Já o transporte de cargas pelo modal rodoviário não necessita de concessão, o que lhe dá grande flexibilidade em vista da quantidade de rodovias no País. No entanto, o número de prestadores de serviço neste modal, e conseqüentemente a concorrência para a Ferronorte, é bem maior. Desta forma, espera-se que a médio-prazo a entrada de novos concorrentes só aconteça diretamente pela entrada de novas transportadoras e indiretamente pelas combinações de modais que acabem por mostrar-se mais vantajosas em termos de custo, tempo de transporte, segurança, etc.

A Ferronorte apresenta diversos pontos favoráveis em relação às outras alternativas. Os principais são a capacidade de transportar grandes volumes de carga, o reduzido custo total e a possibilidade de redução no tempo total de transporte e transbordo. Como pontos desfavoráveis menciona-se o risco de maiores perdas de produto no trajeto, devido à necessidade de transbordos, e maiores perdas de tempo com acidentes. O primeiro ponto é mitigado através do investimento em melhores equipamentos para transbordo e vagões para o transporte. O segundo ponto é solucionado em boa parte através de melhorias na via permanente, o que também demanda investimento.

O serviço de transporte das "commodities" agrícolas do Centro-Oeste destinadas ao Sudeste e exportação, assim como o dos insumos necessários para o cultivo destes produtos na região, é vocação natural da Ferronorte, que foi criada justamente para atender esta demanda gerada pelo crescimento acentuado do plantio de Soja. Até há pouco tempo, a maior parte do transporte destas cargas dependia dos caminhões, o que onerava bastante a soja brasileira no exterior. Os caminhões também fazem o transporte de outras cargas da região Centro-Oeste, como algodão, carne, madeira, etc., que poderão a médio-prazo ser transportados por ferrovia. Este mercado chegará ao equilíbrio quando a Ferronorte melhorar o tempo e a confiabilidade de seu transporte, conseqüência dos investimentos que já vêm sendo feitos, e as tarifas se acomodarem para justificar o transporte de grandes volumes em grandes distâncias pela ferrovia e de volumes menores e distâncias menores pelos caminhões.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTERPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	Soja em grãos	159.851	97.120	29.966
02	Farelo de soja	60.936	16.065	11.497
03	Milho	213	5.451	0
04	Fertilizantes	7.973	4.879	0
05	Combustível	12.925	4.424	0
06	Açúcar	2.920	3.192	0
07	Alcool	0	1.344	0
08	Mercadorias diversas	205	200	0
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
------------------------------	--------------------

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

Item	Material e/ou produto	Fornecedor	% sobre o total das compras
01	Óleo diesel, graxas e lubrificantes	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	46,71
02	Vagões, peças de locomotivas e vagões	Amsted Maxion Fundição e Equip. Ferrov. S.A.	11,65
03	Locomotivas – C-30	Linkup International, Corp.	6,03
04	Peças p/ vagões e locomotivas	Gevisa S.A.	4,05
05	Peças p/ vagões e locomotivas	MGS Montagens, Manut. Geral e Serviços Esp.	2,63
06	Trilhos	Huta Katowice S.A	3,14
07	Correia Transportadora	Tecno Moageira Ltda.	1,98
08	Diversos	Diversos	23,81
	TOTAL		100,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A 02.457.269/0001-27

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

Ítem	Ítem	Produto/Cliente	% Cliente/Rec. Líquida
001		Soja em Grãos	
001	001	Cargill Agrícola S/A	27,54
001	002	Coimbra S/A	10,32
001	003	ADM Exportadora e Importadora S/A	8,77
001	004	Bunge Alimentos S/A	7,81
001	005	Caramuru Óleos Vegetais S/A	5,94
001	006	Sementes Maggi S/A	4,22
002		Farelo de Soja	
002	001	Bunge Alimentos S/A	10,89
002	002	ADM Exportadora e Importadora S/A	8,99
002	003	Sementes Maggi S/A	4,99
003		Derivados de Petróleo	
003	001	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	3,28
003	002	Petrobrás Distribuidora S/A	2,00
004		Fertilizantes	
004	001	Bunge Alimentos S/A	1,29
004	002	Cargill Agrícola S/A	0,88
005		Outros	
005	001	Usinas Itamarati S/A	1,19
005	002	Diversos	3,08
		Total da receita	100

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A 02.457.269/0001-27

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

1 Empresas relacionadas

	2002	2001	
Ativo			
Circulante			
Ferrovia Novoeste S.A.	8.930	-	(A)
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	13.727	10.511	(B)
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-	
Brasil Ferrovias S/A	195	2.345	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	433	-	
Outros	<u>24</u>	<u>56</u>	
Total	<u>24.309</u>	<u>12.912</u>	
Realizável a longo prazo			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	10.503	21.005	(B)
Terminal XXXIX de Santos S.A.	<u>4.782</u>	<u>7.002</u>	(C)
Total	<u>15.285</u>	<u>28.007</u>	
Passivo			
Circulante			
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	53.725	592	(D)
Ferrovia Novoeste S.A.	304	2.837	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	840	-	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	<u>1.239</u>	<u>-</u>	
Total	<u>56.108</u>	<u>3.429</u>	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	
Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL	

As transações com as empresas relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado, tendo respectivamente as seguintes naturezas:

- (A) Transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas da Empresa interligada;
- (B) De acordo com contrato de direito de passagem assinado em 10 de Maio de 2001, a Empresa adiantou numerário por conta de futura utilização da malha ferroviária da Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S/A. O saldo em 31/12/02 será realizado em 2003 e 2004, incidindo juros de 105% do CDI;
- (C) Adiantamento para fins de construção do Terminal de cargas localizado no Porto de Santos;
- (D) Correspondente a transferência de numerário a título de adiantamento para pagamento de despesas, direito de passagem, óleo diesel, trilhos e outros.

	2002	2001	
Receitas			
Ferronorte Locadora de Vagões S.A.	1.000	-	
Despesas e Custos			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	21.650	13.213	(E)
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	5.580	5.943	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	2.302	-	
Outras despesas operacionais			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A.	8.938	-	

- (E) Correspondente a direito de passagem, aluguel de vagões e outros.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
------------------------------	--------------------

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde a numerário recebido da controladora Brasil Ferrovias S.A. para futuro aumento de capital.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2002

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 - /12/00
1	Ativo Total	1.701.431	1.634.955	1.589.877
1.01	Ativo Circulante	76.798	49.201	78.561
1.01.01	Disponibilidades	21.471	10.228	49.915
1.01.01.01	Caixa/bancos	12.855	598	136
1.01.01.02	Aplicações financeiras	8.616	9.630	49.779
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	1.897	1.466	842
1.01.04	Outros	53.430	37.507	27.804
1.01.04.01	Impostos a recuperar	22.475	21.198	22.673
1.01.04.02	Créditos com pessoas ligadas	24.309	12.912	1.881
1.01.04.03	Outros créditos	6.646	3.397	3.250
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.362	28.310	36.823
1.02.01	Créditos Diversos	2.077	303	54
1.02.01.01	Impostos a recuperar	1.995	236	0
1.02.01.02	Outros créditos	82	67	54
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.285	28.007	36.769
1.02.02.01	Com Coligadas	15.285	28.007	36.769
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	1.607.271	1.557.444	1.474.493
1.03.01	Investimentos	4.641	1.641	1.447
1.03.01.01	Participações em Coligadas	4.641	1.641	1.447
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.069.914	1.003.996	880.036
1.03.03	Diferido	532.716	551.807	593.010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 - /12/00
2	Passivo Total	1.701.431	1.634.955	1.589.877
2.01	Passivo Circulante	239.347	141.289	59.600
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	64.398	78.127	44.789
2.01.02	Debêntures	11.421	0	0
2.01.03	Fornecedores	34.521	33.735	2.887
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	7.017	1.553	1.736
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	56.108	3.429	0
2.01.08	Outros	65.882	24.445	10.188
2.01.08.01	Adiantamento de clientes	21.665	21.332	800
2.01.08.02	Outros valores a pagar	44.217	3.113	9.388
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.258.944	1.172.641	1.060.112
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	911.436	830.735	705.435
2.02.02	Debêntures	320.875	229.161	220.124
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	26.633	112.745	134.553
2.02.05.01	Adiantamento para aumento de capital	23.249	109.328	134.553
2.02.05.02	Fornecedores	3.384	3.417	0
2.02.05.03	Outros valores a pagar	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	203.140	321.025	470.165
2.05.01	Capital Social Realizado	624.089	496.294	491.004
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -/12/02	4 -/12/01	5 -/12/00
2.05.05	Lucros/Prejuizos Acumulados	(420.949)	(175.269)	(20.839)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/02 a 31/12/02	4 - 01/01/01 a 31/12/01	5 - 01/01/00 a 31/12/00
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	245.416	133.097	40.710
3.02	Deduções da Receita Bruta	(11.008)	(4.872)	(2.894)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	234.408	128.225	37.816
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(312.934)	(197.604)	(75.989)
3.05	Resultado Bruto	(78.526)	(69.379)	(38.173)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(167.680)	(98.545)	17.334
3.06.01	Com Vendas	(2.100)	(1.121)	(1.280)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(17.438)	(9.976)	0
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(16.875)	(9.427)	0
3.06.02.02	Honorários da Administração	(563)	(549)	0
3.06.03	Financeiras	(150.584)	(93.959)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	9.383	4.520	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(159.967)	(98.479)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.393	7.008	19.075
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.526)	(497)	(461)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(425)	0	0
3.06.06.01	Resultado da Equivalência Patrimonial	(20)	0	0
3.06.06.02	Provisão p/ perda c/investim. controlada	(405)	0	0
3.07	Resultado Operacional	(246.206)	(167.924)	(20.839)
3.08	Resultado Não Operacional	526	13.495	0
3.08.01	Receitas	4.944	15.763	0
3.08.02	Despesas	(4.418)	(2.268)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(245.680)	(154.429)	(20.839)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(245.680)	(154.429)	(20.839)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	377.459	348.450	348.450
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,65088)	(0,44319)	(0,05980)

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.08.01 - DE MONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/02 A 31/12/02 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	496.294	0	0	0	(175.269)	321.025
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	127.795	0	0	0	0	127.795
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(245.690)	(245.690)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	624.089	0	0	0	(420.949)	203.140

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/01 A 31/12/01 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial		491.004	0	0	0	470.165
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social		5.290	0	0	0	5.290
5.04	Realização de Reservas		0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria		0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício		0	0	0	(154.430)	(154.430)
5.07	Destinações		0	0	0	0	0
5.08	Outros		0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final		496.294	0	0	(175.269)	321.025

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/00 A 31/12/00 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	327.242	158.472	0	0	0	485.714
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	163.762	(158.472)	0	0	0	5.290
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(20.839)	(20.839)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	491.004	0	0	0	(20.839)	470.165

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

O setor de transporte de carga do Brasil caracteriza-se pela concentração no uso do modal rodoviário, significativamente maior do que outros modais de transporte como o ferroviário, aéreo e fluvial. As dimensões continentais do Brasil, ao mesmo tempo que exigem um sistema de logística otimizado e com modais integrados, permitem que tais modais sejam desenvolvidos física e economicamente. No entanto, o setor de transportes caracteriza-se pela falta de integração dos modais existentes. De todo o volume de cargas transportado no território brasileiro hoje em dia, 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário. Em 1996, logo antes do início das privatizações das ferrovias o modal ferroviário respondia por 19% do transporte de cargas no Brasil (dados do Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes).

A ferrovia é o meio de transporte mais econômico para a realização de transportes terrestres de longa distância, sendo essencial para o deslocamento de grandes quantidades de mercadorias no território brasileiro ou em uma cadeia logística internacional. O modal ferroviário caracteriza-se pelos altos investimentos, baixas tarifas relativas para grandes distâncias e transporte de grandes volumes de carga.

No Brasil, a maior parte da malha ferroviária usada hoje em dia foi construída no século XIX e início do século XX. A histórica falta de visão, atenção e investimento neste importante modal, entre outros fatores institucionais, político-econômicos e técnico-operacionais, levou a significativos problemas estruturais e distorções na logística de transporte de cargas no Brasil hoje, como a operação de vias com bitolas diferentes, trechos sem viabilidade econômica, trens passando dentro de cidades, baixa velocidade média, baixa produtividade do material rodante e significativo número de acidentes, entre outras conseqüências. No início dos anos 90, a malha ferroviária nacional contava com cerca de 29 mil kms de linha férrea e era operada basicamente por 4 grandes empresas: (i) RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.; (ii) Estrada de Ferro Vitória-Minas; (iii) Estrada de Ferro Carajás; e (iv) FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., sendo as 3 primeiras de propriedade do Governo Federal e a última de propriedade do Governo do Estado de São Paulo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

Nesta época o Governo Federal não dispunha dos recursos necessários para melhorar as condições da malha ferroviária e ainda tinha de cobrir sucessivos déficits das suas empresas no setor. Objetivando desonerar a União, fomentar investimentos e aumentar a eficiência operacional das ferrovias, o governo decidiu por dividir a malha ferroviária nacional e adotar o modelo de arrendamento e privatização. A Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas foram privatizadas juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce. A FEPASA foi negociada pelo governo do Estado de São Paulo como parte do pagamento da dívida do Banco Banespa com a União. Sendo assim, a FEPASA seria privatizada de forma isolada. A RFFSA foi dividida em seis trechos, objetivando sua privatização: (i) malha Oeste, abrangendo a SR-10 (Bauru), com 1.623 km, (ii) malha Centro-Leste, reunindo a SR-2 (Belo Horizonte), SR-7 (Salvador) e SR-8 (Campos), com 7.080 km; (iii) malha Sudeste, reunindo a SR-3 (Juiz de Fora) e SR-4 (São Paulo), com 1.674 km; (iv) Estrada de Ferro Tereza Cristina, abrangendo a SR-9 (Tubarão), com 164 km; (v) malha Sul, reunindo a SR-5 (Curitiba) e SR-6 (Porto Alegre), com 6.586 km; e (vi) malha Nordeste, reunindo a SR-1 (Recife), SR-11 (Fortaleza) e SR-12 (São Luís), com 4.534 km.

Atualmente existem cerca de 15 empresas concessionárias encarregadas do transporte de cargas do modal ferroviário. As empresas vencedoras dos leilões de privatização das malhas ferroviárias herdaram do governo uma malha em estado de abandono, baixa produtividade e obsolescência. Para organizar as empresas, recuperar as principais malhas e resgatar os clientes tradicionais, as concessionárias de ferrovias estão realizando investimentos para inaugurar uma era de modernização no segmento de transportes de cargas, com a utilização de recursos estratégicos, tecnologia de ponta e oferta de serviços diferenciados. De 1996 a 2002 as concessionárias investiram cerca de R\$ 3 bilhões, reduziram os acidentes em cerca de 35% e dobraram a produtividade. Adicionalmente, as concessionárias estão procurando ampliar o rol de produtos transportados que, nos dias de hoje, compõe-se basicamente de minérios e produtos agrícolas.

Como consequência desta série de investimentos, melhorias e expansões no setor, entre diversos outros fatores, espera-se que a malha ferroviária no País aumente sua participação no mix de transportes. Em maio/2003 o governo federal anunciou um plano de reformulação do setor ferroviário que, se implementado, trará modificações significativas nas áreas de atuação das atuais concessionárias privadas, reorganização das participações societárias nessas empresas e investimento público e privado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 18 meses. Adicionalmente o BNDES deverá abrir novas linhas de crédito, e será criado um fundo de aval a empréstimos/investimentos, entre outras iniciativas. O potencial de crescimento no setor ferroviário no mercado de transporte brasileiro é bastante promissor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL

Inserida neste contexto, especificamente a Ferronorte tem procurado diferenciar-se no mercado de fretes de carga ao oferecer alternativas integradas a seus clientes, além de tarifas competitivas e atuação dentro dos padrões de qualidade requeridos pelo mercado. O transporte feito pela Ferronorte é altamente concentrado em soja, farelo de soja e produtos relacionados ao seu plantio e transporte. Consequentemente há uma concentração do faturamento em um número reduzido de clientes de grande porte, como Cargill, ADM, Bunge, Caramuru, Maggi, etc.. Este fator facilita o processo de negociação com os clientes, de forma a estabelecerem-se contratos de transporte de prazo mais elevado, haja vista a possibilidade da ferrovia de oferecer uma estrutura tarifária mais regular, sem grandes variações em função de aspectos de sazonalidade do mercado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

O transporte integra a maioria das atividades econômicas, sendo responsável pela ocupação de áreas produtivas e pelo movimento de produtos ao longo dos canais de distribuição localizados em diversas partes do Brasil e do mundo, promovendo, desta forma, o intercâmbio entre unidades de produção ou de armazenamento e os pontos de venda e compra de mercadorias.

Cada modal de transporte apresenta vantagens e desvantagens que acabam por determinar sua vocação na matriz de transportes de um país:

Meio de Transporte	Uso	Custo Fixo*	Custo Variável**	Facilidades
Aeroviário	Produtos de alta densidade, remessas de urgência e cargas complementares de baixa durabilidade	Alto	Alto	Rapidez e segurança
Dutoviário	Produtos como gases e líquidos	Excessivamente alto	Baixo	Segurança
Ferrovário	Cargas de grande tonelage e de baixo valor agregado	Alto	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Hidroviário	Cargas de grande tonelage	Médio	Baixo	Transporte de grande volume de mercadorias e cargas em geral
Rodoviário	Encomendas pequenas, tais como cargas de caminhões	Baixo	Médio	Flexibilidade de Rotas e entregas ponto a ponto

* O custo fixo engloba as despesas com equipamentos e construção de terminais, linhas e portos.

** O custo variável engloba as despesas com combustível, manutenção e mão de obra.

O transporte fluvial, que compete com o ferrovário em custos, sofre uma série de restrições que vão desde limitações naturais ao curso necessário do rio para que o transporte seja competitivo, até uma série de restrições climáticas para não comprometer a segurança do transporte, além de necessitar de um tempo maior que o modal rodo-ferrovário para sair da mesma origem e atingir o mesmo destino.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

A realização de baixos investimentos no setor de transportes criou uma grande dificuldade em integrar as modalidades de transportes existentes, tornando o Brasil altamente dependente dos transportes rodoviários. De todo o volume de cargas transportado no território brasileiro hoje em dia, 60% corresponde à modalidade de transporte rodoviário e 23% corresponde à modalidade de transporte ferroviário. O meio de transporte rodoviário é indubitavelmente o meio de transporte favorito no território nacional, sendo, destarte, considerado o principal concorrente do modal ferroviário.

O principal mercado atendido pela Novoeste é o de transporte dos produtos agrícolas e minerais originados na região Centro-Oeste do Brasil, destinados à região Sudeste do Brasil e exportação através do Porto de Santos-SP. No sentido oposto, a Novoeste transporta basicamente insumos para ativar a produção na região Centro-Oeste, como fertilizantes e combustíveis. Os principais concorrentes da companhia para atender este mercado são prestadores de serviços nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário que, através de combinações entre si, permitem uma logística capaz de concorrer pelos mesmos clientes. As principais alternativas são: transporte rodoviário direto (porta a porta), e operações multimodais, por rodovia-hidrovia e por rodovia-ferrovia.

O serviço de transporte de cargas pelos modais ferroviário e hidroviário exige concessão federal para operar em trechos e condições determinadas. A oferta dos serviços fica limitada ao trecho de via férrea ou ao trecho navegável do leito do rio, o que lhes dá flexibilidade praticamente nula. Desta forma, os operadores destes serviços acabam por deter monopólios ou oligopólios do serviço de transporte no seu modal e em sua área, o que compensa os altos investimentos envolvidos. Já o transporte de cargas pelo modal rodoviário não necessita de concessão, o que lhe dá grande flexibilidade em vista da quantidade de rodovias no País. No entanto, o número de prestadores de serviço neste modal, e conseqüentemente a concorrência para a Novoeste, é bem maior. Desta forma, espera-se que a médio-prazo a entrada de novos concorrentes só aconteça diretamente pela entrada de novas transportadoras e indiretamente pelas combinações de modais que acabem por mostrar-se mais vantajosas em termos de custo, tempo de transporte, segurança, etc.

A Novoeste apresenta diversos pontos favoráveis em relação às outras alternativas. Os principais são a capacidade de transportar grandes volumes de carga, o reduzido custo total e a possibilidade de redução no tempo total de transporte e transbordo. Como pontos desfavoráveis menciona-se o risco de maiores perdas de produto no trajeto, devido à necessidade de transbordos, e maiores perdas de tempo com acidentes. O primeiro ponto é mitigado através do investimento em melhores equipamentos para transbordo e vagões para o transporte. O segundo ponto é solucionado em boa parte através de melhorias na via permanente, o que também demanda investimento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

Até há pouco tempo, a maior parte do transporte das cargas que a Novoeste hoje transporta dependia basicamente dos caminhões, o que onerava bastante os produtos no mercado consumidor. Os caminhões também fazem o transporte de outras cargas da região Centro-Oeste, como algodão, carne, madeira, etc., que poderão a médio-prazo ser transportados por ferrovia. Este mercado chegará ao equilíbrio quando a Novoeste melhorar o tempo e a confiabilidade de seu transporte, consequência dos investimentos que já vêm sendo feitos, e as tarifas se acomodarem para justificar o transporte de grandes volumes em grandes distâncias pela ferrovia e de volumes menores e distâncias menores pelos caminhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	Minérios	12.187	8.248	9.011
02	Derivados de Petróleo	14.572	11.879	11.051
03	Produtos Agrícolas	19.620	15.450	17.791
04	Outros	6.333	9.341	5.323
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
------------------------------	--------------------

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : **FERROVIA NOVOESTE S/A**

Item	Material	Fornecedor	% sobre total das compras
01	Óleo diesel aditivado	Santa Izabel Transp.. Rev. Ret. Ltda.	32,64
02	Óleo diesel aditivado	Shell Brasil S.A.	22,86
03	Óleo diesel aditivado	Agip Distribuidora S.A.	2,94
04	Óleo diesel aditivado	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	2,26
05	Motores de Tração	Ino – Inocência Ltda.	2,45
06	Rodas de vagões e locomotivas	Amsted Maxion Fundição e Equip.	1,47
07	Energia elétrica	CPFL	1,09
08	Diversos	Diversos	34,29
	TOTAL		100,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A 02.457.269/0001-27

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

Item	Item	Produto/Cliente	% Cliente/Rec. Líquida
001		Derivados de petróleo	
001	001	Petrobrás Distribuidora S.A.	8,90
001	002	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	7,12
001	003	Agip Distribuidora S.A.	5,73
001	004	Esso Brasileira Petróleo	3,96
001	005	Texado Brasil S.A.	1,94
002		Soja	
002	001	Cargill Agrícola S.A.	23,63
002	002	Multigrain Com. e Exp. E Imp.	1,40
003		Minério de Ferro	
003	001	MCR – Min. Corumbaiense Reunidas	6,22
003	002	Sidersul Ltda..	4,30
004		Farelo de soja	
004	001	Cargill Agrícola S.A.	9,08
004	002	ADM – Import. Export. Ltda.	1,72
005		Minério Manganês	
005	001	Cimentos Maringá	3,49
005	002	Urucum Mineração S.A.	3,36
005	003	C P Ferro Ligas	2,23
005	004	Cosipa – Comp. Siderúrgica Paulista S.A.	1,31
006		Outros	
006	001	Cia. de Cimento P. Itaú	3,20
006	002	Belgo Mineira – Piracicaba	3,01
006	003	Cargill Agrícola S.A.	1,26
006	004	Diversos	8,14
		Total	100,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A 02.457.269/0001-27

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

Empresas relacionadas

	2002	2001	
Ativo			
Circulante			
Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil	304	2.837	
Brasil Ferrovias S.A.	2.267		(A)
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A	<u>1.212</u>	<u>1.042</u>	
	3.783	3.879	
Passivo			
Circulante			
Ferronorte S/A – Ferrovias Norte Brasil	8.930	-	(A)
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A	1.444	1.104	
Portofer Transporte Ferroviário S/C Ltda.	<u>47</u>	<u>-</u>	
	<u>10.421</u>	<u>1.104</u>	
(A) Transferência de numerário para pagamento de despesas.			
	2002	2001	
Receitas			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A	12.464	9.687	(B)
Despesas e Custos			
Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S/A	4.498	7.699	(B)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A		02.457.269/0001-27	
19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS			
Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A			
Outras despesas operacionais			
Ferrobán -- Ferrovias Bandeirantes S/A	2.224	2.482	(B)

(B) Corresponde a aluguel de vagões, direito de passagem, tráfego mútuo e outros.

Em decorrência das dificuldades de geração de caixa, a Ferrovia Novoeste S.A., mantinha contratos de mútuo com a filiada Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil. Em 31/12/2000 o saldo a pagar era de aproximadamente R\$ 36 milhões.

Em 02 de janeiro de 2001 os créditos que a Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil detinha contra a sociedade, foram transferidos para a Brasil Ferrovias S.A., controladora da sociedade, e convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 - /12/00
1	Ativo Total	46.606	51.519	40.723
1.01	Ativo Circulante	9.794	8.622	3.501
1.01.01	Disponibilidades	1.525	2.834	17
1.01.02	Créditos	6.470	4.577	1.477
1.01.02.01	Contas a receber	2.687	698	1.477
1.01.02.02	Empresas relacionadas	3.783	3.879	0
1.01.03	Estoques	985	652	926
1.01.04	Outros	814	559	1.081
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	152	185	249
1.02.01	Créditos Diversos	152	185	249
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	36.660	42.712	36.973
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	36.375	42.602	36.599
1.03.03	Diferido	285	110	374

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - /12/02	4 - /12/01	5 - /12/00
2	Passivo Total	46.606	51.519	40.723
2.01	Passivo Circulante	92.361	55.297	59.609
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	636	12.208	2.835
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	4.709	3.609	3.370
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.470	1.377	389
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.421	1.104	36.051
2.01.08	Outros	73.125	36.999	16.984
2.01.08.01	Contrato de Concessão e Arrendamento	61.711	29.899	11.347
2.01.08.02	Impostos parcelados	990	0	0
2.01.08.03	Outras contas a pagar	2.677	849	1.008
2.01.08.04	Salários, Férias e Encargos a pagar	7.747	6.251	4.629
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	68.155	61.485	20.655
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	10	123
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	68.155	61.475	20.532
2.02.05.01	Contratos de Concessão e Arrendamento	22.349	18.474	17.453
2.02.05.02	Impostos parcelados	2.894	0	0
2.02.05.03	Ad. Para Futuro Aum. de Capital - AFAC	36.084	36.084	0
2.02.05.04	Provisão para contingências	4.715	5.436	1.849
2.02.05.05	Outras contas a pagar	2.113	1.481	1.230
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	(113.910)	(65.263)	(39.541)
2.05.01	Capital Social Realizado	21.058	21.058	21.058
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -/12/02	4 -/12/01	5 -/12/00
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuidos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuizos Acumulados	(134.968)	(86.321)	(60.599)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/02 a 31/12/02	4 - 01/01/00 a 31/12/01	5 - 01/01/00 a 31/12/00
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	52.712	44.917	43.176
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.744)	(2.139)	(3.087)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	49.968	42.778	40.089
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(57.686)	(49.562)	(46.963)
3.05	Resultado Bruto	(7.718)	(6.784)	(6.874)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.498)	(18.794)	(17.842)
3.06.01	Com Vendas	126	(498)	(862)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(10.045)	(8.839)	(5.479)
3.06.03	Financeiras	(23.566)	(8.461)	(10.912)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	153	110	327
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(23.719)	(8.571)	(11.239)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.358	1.306	7.595
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	1.629	(2.302)	(8.184)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(38.216)	(25.578)	(24.716)
3.08	Resultado Não Operacional	(4.190)	(144)	50
3.08.01	Receitas	23	40	338
3.08.02	Despesas	(4.213)	(184)	(288)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(42.406)	(25.722)	(24.666)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(42.406)	(25.722)	(24.666)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	21.720	21.720	21.720
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(1,95239)	(1,18425)	(1,13564)

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/02 A 31/12/02 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	21.058	0	0	0	(86.321)	(65.263)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(42.406)	(42.406)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	(6.241)	(6.241)
5.09	Saldo Final	21.058	0	0	0	(134.968)	(113.910)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/00 A 31/12/01 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	21.058	0	0	0	(60.600)	(39.542)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(25.721)	(25.721)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	21.058	0	0	0	(86.321)	(65.263)

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea
Data-Base - 31/12/2002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01735-3	BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
FERROVIA NOVOESTE S/A

19.08.03 - DE MONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/00 A 31/12/00 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	21.058	0	0	0	(35.933)	(14.875)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(24.666)	(24.666)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	21.058	0	0	0	(60.599)	(39.541)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

Atualmente existem cerca de 15 empresas concessionárias encarregadas do transporte de cargas do modal ferroviário. As empresas vencedoras dos leilões de privatização das malhas ferroviárias herdaram do governo uma malha em estado de abandono, baixa produtividade e obsolescência. Para organizar as empresas, recuperar as principais malhas e resgatar os clientes tradicionais, as concessionárias de ferrovias estão realizando investimentos para inaugurar uma era de modernização no segmento de transportes de cargas, com a utilização de recursos estratégicos, tecnologia de ponta e oferta de serviços diferenciados. De 1996 a 2002, as concessionárias investiram cerca de R\$ 3 bilhões, reduziram os acidentes em cerca de 35% e dobraram a produtividade. Adicionalmente, as concessionárias estão procurando ampliar o rol de produtos transportados que, nos dias de hoje, compõe-se basicamente de minérios e produtos agrícolas.

Como consequência desta série de investimentos, melhorias e expansões no setor, entre diversos outros fatores, espera-se que a malha ferroviária no país aumente sua participação no mix de transportes. Em maio de 2003, o governo federal anunciou um plano de reformulação do setor ferroviário que, se implementado, trará modificações significativas nas áreas de atuação atuais concessionárias privadas, reorganização das participações societárias nessas empresas e investimento público e privado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 18 meses. Adicionalmente o BNDES deverá abrir novas linhas de crédito, e será criado um fundo de aval a empréstimos/financiamentos, entre outras iniciativas. O potencial de crescimento do setor ferroviário no mercado de transporte brasileiro é bastante promissor.

Inserida neste contexto, especificamente a Novoeste tem procurado atuar em sua ampla área de influência, o que inclui os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, além da Bolívia, priorizando o transporte de fluxos de cargas mais longos e com maior valor agregado. Seu mix de cargas inclui produtos agrícolas, minérios, energéticos (combustíveis e derivados de petróleo), siderúrgicos e de construção, entre outros. Sua carteira de clientes envolve empresas de diversos setores da economia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A

02.457.269/0001-27

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : FERROVIA NOVOESTE S/A

A NOVOESTE como Companhia que adquiriu a Malha Oeste, sofreu uma queda acentuada na participação da receita com transporte de derivados de petróleo/álcool de 58,6% para aproximadamente 20% contra as projeções do Relatório de Avaliação do Governo quando do Edital de Privatização da Malha Oeste. Tal queda abrupta da receita da NOVOESTE decorreu do fato de que a RFFSA, antes da desestatização, detinha praticamente o monopólio do transporte de derivados de petróleo, por força da Resolução 09, de 11.11.86, do Conselho Nacional de Petróleo – CNP, que estabelecia prioridade ao modal ferroviário para a transferência de derivados de petróleo e álcool em todo território nacional e garantia o ressarcimento, pela União Federal, do frete realizado. Em outras palavras, tal transporte dessa carga encontrava-se, na realidade, subsidiado pelo Governo, para assegurar uma política de preços uniforme para os derivados de petróleo, adotada por conveniência de ordem econômica. Assim, logo após a desestatização, o Diretor do Departamento Nacional de Combustíveis – DNC, através do Despacho nº 99, de 09.08.96, efetivamente extinguiu o sistema de preferência do modal ferroviário, incluindo o modal rodoviário no mesmo patamar de ressarcimento. Referida medida precedeu aquilo que passou a ser chamado de desregulamentação do setor de petróleo, que redundou na edição da Portaria nº 134, de 04.09.98, da Agência Nacional de Petróleo, carreando o fim do ressarcimento do frete, o que atingiu frontalmente o estratégico e já sensível negócio da NOVOESTE. Desse modo, com a prioridade ao modal ferroviário e do ressarcimento do seu frete contribuíram, decisivamente, para a inversão substancial da “mistura de produção” acarretando queda inesperada e imprevisível pela NOVOESTE no volume de transporte de derivados de petróleo/álcool e afetando, com efeito, parcela considerável da receita da NOVOESTE revelando-se, portanto, o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados em decorrência da desestatização da Malha Oeste, rompendo-se a base econômica em vista da qual se compôs o equilíbrio dos Contratos de Concessão e de Arrendamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2002
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01735-3 BRASIL FERROVIAS S/A	02.457.269/0001-27
------------------------------	--------------------

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Informações Alteradas no Relatório do IAN de 2002.

Abaixo descrevemos as alterações efetuadas:

- Quadro 02.01 –Composição atual do Conselho de Administração e Diretoria:
 - Itens alterados, 10, 11 e 21.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Emissora

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

Avenida Historiador Rubens Mendonça, nº 2.000 - sala 308
Cuiabá - MT

Garantidora

BRASIL FERROVIAS S.A.

Rua do Rocio, nº 351 - 3º andar - Cj. 31
São Paulo - SP

Coordenador Líder

BANCO BRASCAM S.A.

Avenida Almirante Barroso, nº 52 - 30º andar
Rio de Janeiro - RJ

Coordenadores Contratados

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Ipiranga, nº 282 - 15º andar
São Paulo - SP

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Lélío Gomes, nº 105 - 28º andar
Rio de Janeiro - RJ

Banco Mandatário

BANCO DO BRASIL S.A.

Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III
Brasília - DF

Agente Fiduciário

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Paulista, nº 2.439 - 11º andar
São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:

www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3259-3000